



B. C

BOLETIM CULTURAL

IV SÉRIE • N°10 E 11

2016 | 2017

B.С

SUMÁRIO





O.

I ABERTURA 6

Presidente da Câmara Municipal, Dr. Paulo Cunha

II EDITORIAL 10

Coordenador editorial, Artur Sá da Costa

III HISTÓRIA NACIONAL. HISTÓRIA LOCAL 18

3.1 What's in a name? A Epígrafe Latina de S. Miguel – o – Anjo e as Origens de Famalicão: Arqueologia e Linguística **20**

Armando Coelho Ferreira da Silva

3.2 Bernardino Machado e a I Guerra Mundial no V Governo Constitucional (1914) **36**

Norberto F. Cunha

3.3 Nas origens do Poder Local Democrático. O Contributo das Doutrinas do Municipalismo, da Descentralização e do Regionalismo **89**

J. Viriato Capela

3.4 O Poder Local – Epifania no Longo Jogo dos Poderes **100**

Jorge Fernandes Alves

3.5 Sousa Fernandes entre 1862 e 1927: Cultura, Política e outras Facetas **121**

Odete Paiva

3.6 Nuno Simões: Um Esboço de Natureza Biográfica no 42º Aniversário do Falecimento **158**

Arminda Esmeralda de Araújo Ferreira

3.7 Trabalho Feminino – um Olhar Histórico **170**

Adília Fernandes

3.8 Os Budas e a Oposição à Ditadura Militar e ao Estado Novo: Convergências e Divergências no Reviralhismo dos Anos 30 **176**

António José Queiroz

3.9 Censura, Informação e propaganda no Estado liberal **186**

José Manuel Tengarrinha

3.10 “Estes Escritores Morreram”. A Censura aos Livros e à Leitura no Estado Novo **195**

Henrique Barreto Nunes

3.11 A Censura no Ocaso da Primeira República **216**

António José Queiroz

3.12 Censura e o Cinema durante o Marcelismo **236**

Ana Bela Morais

3.13 Aspetos Ocultos da Guerra Colonial. Contributos para o Estudo dos Prisioneiros na Guerra Colonial **251**

José Manuel Lages

3.14 Ensaio Crítico sobre algumas Interpretações do PREC 282

José Manuel Lopes Cordeiro

IV MEMÓRIA. PATRIMÓNIO. IDENTIDADE LOCAL. 310

4.1 Percursos na Talha Maneirista de Vila Nova de Famalicão 312

Luís Gonzaga Cardoso de Almeida

4.2 Arqueologia Industrial 332

A. Martins Vieira

4.3 Moinhos Do Rio Pelhe - Património dos “Nossos Rios” 354

Rogério Bruno Guimarães Matos

4.4 O Castro das Eiras, Vila Nova de Famalicão. Notícia sobre uma pequena Fibula Esmaltada 381

Felisbela Oliveira Leite

4.5 Caracterização e Proveniência dos Materiais de Construção e dos Fragmentos Cerâmicos do Povoado da Idade do Ferro do Outeiro do Castro da Bóca (Vila Nova de Famalicão) 388

Jorge Manuel Vieira Pamplona | Teresa Maria Fernandes Valente | Maria Amália Sequeira Braga

4.6 O Teatro entre a Monarquia e a I República. Vila Nova de Famalicão 398

Amadeu Gonçalves

4.7 Fradelos, O “Alentejo” Famalicense 453

João Afonso Machado

V HISTÓRIA DO PRESENTE 482

5.1 Kiarostami e a Génese do Observatório do Cinema de Famalicão 484

Vitor Ribeiro

5.2 Casa das Artes | Cultura, Arte e Cosmopolitismo 502

Álvaro Santos

5.3 Comemoração do Aniversário da Fundação do Museu Bernardino Machado: 15 anos. Saudação 524

Elzira Machado Rosa

5.4 Os Papéis do Avô Bernardino Machado 540

Artur Sá da Costa

VI CURRÍCULOS 548

6.1 Breves currículos 550

6.2 Ficha Técnica 553

ABERTURA



I

CASA
A NOSSA PAZ

Rua do Pinheiral, Casa dos Pobres, Antas



1. Abertura

Pedaço de História

Cada edição do Boletim Cultural do Município de Vila Nova de Famalicão consubstancia o nascimento de um documento histórico de enorme relevância para a cultura e história local que, como se reconhece, é essencial para o conhecimento da história nacional. Como diz Francisco Ribeiro da Silva, professor catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, a história de um país “não é forçosamente a que é feita na capital e na perspetiva da capital. Portugal não é uma entidade abstrata mas que resulta concretamente da entrosagem das suas partes”.

Como uma das mais antigas edições do género do país – o primeiro volume foi publicado em novembro de 1980, tendo desde essa altura edições regulares –, o Boletim Cultural de Vila Nova de Famalicão é uma referência nacional na preservação do património concelhio, na divulgação da história local e na salvaguarda e disponibilização de conteúdos para o estudo e investigação do nosso percurso coletivo.

A pertinência dos temas, a reputação dos autores e a qualidade dos textos são garante de um documento que tem atualidade hoje e que, arrisco a dizê-lo, a manterá por todo o sempre.

O corrente volume começa precisamente com o capítulo “História Nacional. História Local”, explorando temas e autores famalicenses que fizeram e fazem a História de Portugal. Segue-se um capítulo dedicado à “Memória. Património. Identidade Local” e um outro dedicado à “História do Presente”.

Pela importância que dedicamos à memória, à identidade e à cultura, resulta numa grande satisfação a publicação desta nova edição do Boletim Cultural. Como referi na introdução à edição anterior, cada volume é um pedaço da nossa identidade que salvaguardamos do tempo e mantemos vivo na memória das gerações.

Agradeço a todos os autores que, com as suas investigações e a sua adesão, tornaram possível a concretização deste livro possibilitando aos leitores uma viagem pelo nosso passado e pelo nosso presente que, como se sabe, é a âncora do nosso futuro.

Paulo Cunha
Presidente da Câmara Municipal



EDITORIAL





2. Editorial

2.1

De cada vez que nos lançamos na organização de uma nova série do Boletim Cultural (e já lá vão IV) interrogamo-nos porque demoramos tanto tempo a fazê-lo. Quando damos conta o atraso é inevitável. A mudança de ciclo político (uma lufada de ar fresco indispensável para uma vida democrática sadia) não serve de desculpa, até porque o incentivo das instâncias políticas, para vencer a inércia nunca tem faltado. Tenho de experiência feita que a dificuldade está numa imprecisa indefinição a quem cabe a responsabilidade por este projeto cultural e editorial, secundado pela débil, senão inexistente, estrutura administrativa que o suporta.

Em todo o caso, a referida experiência empírica diz-nos que, pese embora esta precária situação, a sobrevivência do BC está assegurada. E se aprendemos com os erros, podemos eliminar os atrasos, e garantir a sua continuidade. Por muitas e boas razões. Antes de mais, porque existe em torno do 'Boletim' um corpo sólido e amplo de colaboradores e amigos, que com indomável persistência e abnegado altruísmo dão o seu generoso contributo com inovadoras investigações, e são os primeiros a inquirir pela saída do próximo número. Depois a tolerância da esfera política acaba quando o atraso se aproxima de uma fronteira indefinida que ameaça traduzir-se na sua extinção. Afinal, existem bons sinais para estarmos otimistas. O BC tem um lugar próprio e insubstituível entre as múltiplas e diversificadas políticas culturais do município. Confirma-se: o pessimismo de Vargas Losa é exagerado! Fica a pergunta: não terá chegado a hora de o assumirmos como um projeto nosso, de cada um de nós e do município?

2.2

O sumário de artigos reunidos neste volume reflete a fase de transição que se viveu. Alguns aguardavam em fila de espera a sua vez, ganhando agora a sua oportunidade, até porque não perderam valor e merecem ser difundidos. Alguns outros, escritos por jovens investigadores, juntam-se aos consagrados. Assim se mantem a marca de água do BC.

A história política tem, neste número, um apreciável destaque, com incidência em dois períodos importantes da história contemporânea: a I República e a Oposição Democrática ao Estado Novo. Juntam-se a eles outros dois temas já recorrentes: O Património Cultural e as Raízes Históricas e Seculares de Vila Nova de Famalicão. A fechar edita-se a Informação Cultural, uma breve síntese de iniciativas de âmbito cultural que se destacaram neste interregno. Com estas matérias ultrapassam-se as 500 páginas, justificando-se um número duplo, que floresce em cores, com arrojado e inovador arranjo gráfico.

2.3

O centenário da I República, que o município comemorou, inscreveu algumas marcas no espaço público, com uma panóplia de iniciativas, nomeadamente, conferências, colóquios e exposições, de que se deu devida nota no último número do Boletim. A homenagem à Comissão Municipal Republicana, apesar de modesta, consagrou o idealismo e a coragem de uma geração de famalicenses, que colocaram o interesse público acima dos egoísmos privados. A placa comemorativa colocada na Casa de Mões de Sousa Fernandes expressa e simboliza o nosso reconhecimento por esse perfil altruísta e combativo. Acontece que alguns projetos foram pensados já no decorrer da evocação do centenário, recebendo impulso nesse contexto, sem data marcada para ver a luz do dia. Entre eles está o 'Roteiro Republicano' de V.N. Famalicão. O objetivo era apenas cartografar os acontecimentos, nomes e biografias das personalidades republicanas, além de uma cronologia das datas marcantes da implantação da República no nosso município. Em certa altura, admitiu-se que era possível ir mais longe escrevendo a História da República em V.N. de Famalicão. A ambição liquidou o projeto inicial e adiou (assim o espero) o seu sucedâneo. Optou-se por publicar neste número os estudos já concluídos. Seria insensato e injustificável manter o impasse por mais tempo. Além do mais, era necessário libertar da gaveta os trabalhos já concluídos. A eles juntaram-se alguns outros vindos do centenário que ainda não tinham sido publicados. Não é o Roteiro República, muito menos a História da República. Apenas expressam a vontade de prosseguir o esforço realizado entre nós de estudar e resgatar a I República do ostracismo que o sectarismo do Estado Novo a condenou. Muito se fez desde o início da década de 80 do século passado, quando se promoveu a Homenagem Nacional a Bernardino Machado, com a presença do Presidente Ramalho Eanes, continuada pouco depois com as evocações do Senador Sousa Fernandes e do ex. ministro Daniel Rodrigues, e já em 1994, com o Centenário de Nuno Simões, patrocinado e dinamizado pelo Presidente Mário Soares, culminando com a inauguração, à entrada do milénio, do Museu Bernardino Machado. O que agora se publica é mais um contributo para o conhecimento deste período conturbado, mas não menos profícuo. A junção de estudos de amplitude nacional com outros de incidência local só a todos valoriza. No fundo interliga-se o que nunca esteve separado. Aliás, os artigos de Jorge Alves e de António José Queirós são verdadeiramente exemplares de dois temas recorrentes do republicanismo, a) o défice entre o ideário republicano e a praxis governativa, traduzida, como o catedrático da Faculdade de Letras do Porto demonstra, na incapacidade de fazer a reforma administrativa, uma bandeira da propaganda republicana, b) a violência política que o regime desencadeou, aqui expressa nos crimes hediondos da “noite sangrenta” de 19 de Outubro de 1921. A inclusão do estudo de Norberto Cunha “Bernardino Machado, Paladino da Agricultura”, destoa da unidade temática deste capítulo sobre a I República, dir-se-á. Só aparentemente, na medida em que através dele ficamos a conhecer em profundidade mais uma das facetas deste “Político e Pedagogo”, que estudou e ensinou a agricultura enquanto catedrático na Universidade de Coimbra e geriu e desenvolveu como governante (na monarquia e na república). Por seu turno, os trabalhos sobre a I República em V.N. de Famalicão incidem

sobre: 1º) a mudança de regime em V.N. de Famalicão, vista à luz dos jornais locais, analisada por João Afonso Machado; 2º) o 'município pedagógico' estudado por Justino Magalhães, onde evidencia a importância atribuída pelos autarcas republicanos ao ensino, ao tomar um conjunto de medidas tendentes a criar uma rede escolar, que se alargou progressivamente, sublinhando o seu empenho em instalar no concelho a Escola Primária Superior; 3º) a figura cimeira de Sousa Fernandes, cujos traços biográficos Odete Paiva caracteriza: um filho de camponeses que parte ainda criança para o Brasil, aí se faz empresário e homem de letras e, no vaivém entre aquela ex. colónia e Portugal, lidera a propaganda republicana em Famalicão, e se torna com a implantação da República, presidente da Comissão Administrativa Municipal, deputado à Constituinte e senador da República. Um perfil do seu percurso político, mas sobretudo do homem e das suas raízes familiares; 4º) as eleições administrativas na I República no nosso município. Não foram muitas (1913, 1917, 1922), mas evidenciaram toda a fragilidade e falta de credibilidade do sistema eleitoral, desde logo pelas restrições no acesso ao recenseamento por parte dos cidadãos. Um estudo pioneiro de Filipa Sousa Lopes sobre estas eleições, que nos relata a participação eleitoral, a implantação partidária e as suas divisões no concelho; 5º) a sociedade famalicense entre 1914 e 1924 plasmada no Estrela do Minho e aqui descrita por Amadeu Gonçalves, na sua pluralidade e diversidade, tendo como centro de referência a I Grande Guerra, com os seus dramas e sofrimentos, mas também com os apoios aos combatentes prestados pelos famalicenses, exorcizados e imortalizados no Monumento aos Mortos da Guerra levantado em 1924. Um tema impossível de esquecer, quando o centenário deste flagelo se comemora, proporcionando a sua revisitação, para descobrir e aprofundar muitos aspetos ignorados ou esquecidos.

2.4

Nem só de política se faz este número. As raízes históricas do município que nos alimentam e servem de bússola são estudadas em dois trabalhos distintos, quer quanto à natureza do objeto, quer no ponto de vista metodológico. Paulo Campos Correia sintetiza as transformações dos limites administrativos na área do concelho e nas freguesias desde o aparecimento dos primeiros povoados pré-históricos até à recente reorganização administrativa do território nas freguesias. O mérito do seu trabalho não se restringe, como o título "Corta e Coze" pode sugerir, a fazer um balanço dos estudos produzidos ao longo do tempo. Seleciona, organiza e interpreta os textos a que deita mão, deixando a sua marca pessoal. Não deixa de ser curioso constatar que boa parte da bibliografia utilizada foi publicada na viragem do último milénio. O título do estudo de Maria Fátima Castro "Da Terra de Vermoim ao Concelho de V.N. de Famalicão. Entre a História, a Crónica e a Ficção" abre-nos a porta a uma investigação interdisciplinar que compagina as fontes escritas com a oralidade e a descoberta no terreno. Com este artigo a autora recorda e dá a conhecer alguns momentos relevantes desde tempos primordiais de algumas freguesias que hoje se integram no concelho de V.N. de Famalicão e projetam o nome de cavaleiros-guerreiros que nele se fixaram. Este estudo inovador revela-nos que a vinda de

cavaleiros de terras a Norte e Sul dos Pirenéus e também de terras mais próximas das atuais fronteiras-principalmente a Norte do Rio Minho- contribuiu para a proteção da população da ampla Terra de Vermoim, em parte onde foi criado o concelho de V.N. de Famalicão e a fixação daqueles guerreiros e suas famílias. As relações familiares que foram sendo estabelecidas e os patrimónios que lhe estavam associados são outros aspetos tratados e por essa via são identificados ou confirmadas gerações e laços familiares que através de casamentos se constituíram, bem como patrimónios que possuíam algumas dessas famílias. Um estudo que nos convida a caminhar pelo território famalicense e a descobrir imprevisíveis laços com aquilo que somos.

2.5

A diversidade temática, que dá ao BC uma identidade própria, tem na área do Património Cultural um dos seus pontos fortes. Reuniram-se quatro estudos inéditos, entre outros possíveis, que, desde logo, chamam a atenção para a riqueza desconhecida do nosso património histórico, interpelam-nos porque dele nos desinteressamos e, mais grave, clamam, que maldição é esta que nos impede de neutralizar os novos “Hunos” que teimam em destruí-lo. O jovem investigador Luís Gonzaga Cardoso de Almeida desvenda-nos, em breves apontamentos, algumas joias da arquitetura famalicense, traçando um roteiro de alguns exemplares raros, inteiramente desconhecidos de todos nós. O Ajimez da Capela São Paio, em São Cristóvão de Cabeçudos ligado à “arte pré-românica dos finais do século IX e a meados ou derradeiros anos do século XI”. Esta Capela de S. Paio, em Cabeçudos, ainda de acordo com Cardoso de Almeida é o “elemento arquitetónico mais antigo” num edifício religioso no território famalicense; a Porta gótica da Capela de Santa Maria de Landim, que foi vandalizada; o lindel manuelino na residência paroquial de S. Cosme do Vale “o único traço desta arte bem portuguesa no território famalicense”; o pórtico maneirista da Igreja Paroquial de Vale de S. Cosme “um importante tesouro artístico de V.N. de Famalicão”. Luís Gonzaga dá-nos ainda a conhecer a personalidade singular do Abade de S. Cosme do Vale, de meados do século XVI, um grande mecenas de arte, que encomendou as obras atrás mencionadas e ainda a Capela de Jesus do Mosteiro de Santa Maria de Landim, a qual terá sido derrubada já depois de 1620, quando foi construída a nave lateral norte. A face negativa deste artigo é a revelação do lastro de destruições perpetradas ao longo dos tempos. Um rosário de espinhos, que preenche as páginas trágicas da nossa história, e, como se vê, nos acompanha e persegue de tempos imemoriais. Por seu lado, Bruno Matos volta a um dos seus assuntos prediletos- a riqueza patrimonial (não apenas as azenhas) que anda perdida nas margens do Rio Ave. Regressa agora com oportunidade e acutilância, apontando-nos o caminho da salvação, que é possível trilhar. O contraste entre a Azenha de Chaves (Fradelos, V.N. de Famalicão) e a Azenha de Hackport (Holanda) não podia ser mais flagrante e eloquente. A portuguesa desativada e sem qualquer função. Ao contrário, a holandesa, restaurada e reabilitada, elevada a monumento nacional. Duas atitudes diferentes e opostas de cuidar e de valorizar o património cultural. Uns largam-no ao abandono, outros

preservam-no e rentabilizam-no. Os primeiros desprezam o passado e ficam sem futuro, enquanto os outros seguram a memória histórica e dão sentido ao porvir. Não vale evocar que não sabemos. Entre os jovens historiadores conta-se Rafaela Adriana Marques de Sousa, que inicia a sua colaboração, com uma panorâmica sobre o cinema (os filmes e as salas) em V.N. de Famalicão entre 1908 (quando a sétima arte chegou ao nosso concelho) e o encerramento do Cine Teatro Augusto Correia em 1989. Era impossível maior contraste: o deslumbramento e a magia pelas imagens em movimento e o derrube a sangue frio e sem glória da maior e melhor apetrechada casa de espetáculos a norte. Um crime sem perdão! João Afonso Machado marca presença com a divulgação de um testemunho vivo – uma carta inédita resgatada nos arquivos da Casa de Pindela – da amizade entre duas das grandes personalidades famalicenses da segunda metade do século XIX: Visconde de Pindela e Alberto Sampaio. Por sua vez, António Joaquim Pinto da Silva cumpre uma das funções do arquivo histórico que dirige, divulgando a documentação aí reunida. A sorte recaiu nos Almanques do Minho de 1893 – 1895, onde o responsável por aquele equipamento cultural municipal, nos apresenta a “Vila” de Famalicão, nos finais do século IX, com a “Feira” a dominar o comércio e a vida da sociedade famalicense.

2.6

Em 2015 dois acontecimentos – a colocação *online* da Biblioteca Digital do Fundo Documental da Oposição Democrática e a apresentação, no Museu Bernardino Machado, do livro “Os Democratas de Braga, Testemunhos e Evocações”, por José Manuel Tengarrinha – marcaram os estudos das lutas contra a ditadura do Estado Novo, e a atenção prestada pelo município de Vila Nova de Famalicão na recolha, preservação e difusão da documentação histórica (oral e escrita) sobre aquele período.

No capítulo dedicado à Oposição Democrática conta-se o percurso iniciado em 1992, daquele fundo documental, sem paralelo a nível autárquico, que concentra uma vasta e diversificada gama de documentação doada pelos próprios protagonistas dos combates pela Liberdade, que travaram contra a ignomínia da ditadura, que usurpou o poder e fez reféns os portugueses dentro da sua pátria. As fontes históricas estão disponíveis e podem ser consultadas no *site* da Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco. Para que não se esqueça e para memória futura, visto que o juízo final cabe as gerações futuras. José Manuel Tengarrinha, um dos vultos da resistência antifascista em Portugal, não se limitou à circunstância de apresentar o livro, editado pelo Concelho Cultural da Universidade do Minho: “Um marco não só da história do distrito, mas igualmente, em geral, da história da resistência ao Estado Novo e das suas incidências nas fragilidades e contradições da ditadura”. O académico e historiador José Tengarrinha contextualizou o tempo político e traçou o quadro global, no plano nacional e internacional, em que as lutas dos democratas portugueses foram travadas. Fez com lucidez e serenidade uma síntese luminosa da história da resistência das oposições à ditadura nas últimas três décadas do Estado Novo, onde se inserem “com muito destaque a intervenção marcante, pela sua

persistência e singularidade dos que ficaram conhecidos como “os democratas de Braga”. Tengarrinha sublinhou as diferentes fases deste percurso, sinuoso e contraditório, acentuando a importância dos líderes, sem esquecer os heróis anónimos, evidenciando a pluralidade das correntes ideológicas e de pensamento, os choques, fracassos e divisões, que, em todo o caso, nunca “afetaram a radical unidade no fundamental desígnio comum do derrubamento do Estado Novo”. E concluiu: “Quanto foram diversos os caminhos da unidade democrática contra o Estado Novo e complexos os processos de rejeição e entrosamento entre as linhas do Poder e da Oposição”.

José Manuel Lages, diretor científico do Museu da Guerra Colonial, não desiste do seu combate exemplar em estudar e divulgar a guerra colonial, que Salazar impôs ao povo português entre 1961 e 1974, e aos povos das ex. colónias da Guiné, Angola e Moçambique. Como ele afirma: “O Baú da guerra, a velha maleta das memórias e recordações dos nossos combatentes continua a abrir-se aqui e ali, originando esta ‘história por contar’ que deixa de ser aos poucos e poucos ‘tabu’ e começa a ser encarada como uma vertente a estudar e divulgar”. Como se vê, o desafio ainda é vencer resistências e derrotar preconceitos para tão só conhecer e divulgar um dos dramas mais traumáticos e mortíferos suportados pelo povo português durante a ditadura de Salazar e Caetano.

O Coordenador Editorial
Artur Sá da Costa

HISTÓRIA NACIONAL. HISTÓRIA LOCAL





3.1 What's in a name? A Epígrafe Latina de S. Miguel – o – Anjo e as Origens de Famalicão: Arqueologia e Linguística

3.1.1

O estudo dos nomes está, desde a antiguidade clássica, intimamente ligado à sua etimologia, enquanto esforço para descobrir a “verdade” (*etymos*, étimo) das palavras.

Distanciando-se da interpretação arbitrária que Demócrito conferia à sua atribuição, Platão, no *Cratylus*, segue uma tese naturalista, que se liga mais ou menos explicitamente a Heráclito, segundo a qual cada objeto recebe uma denominação precisa, que lhe cabe de acordo com a sua adequação, assim explicando numerosas designações homéricas (Ducrot-Todorov 2007, 143-144).

Desta herança platónica se considera a imensa enciclopédia de Santo Isidoro de Sevilha, justamente apelidada de *As Etimologias*, onde se fazem remontar os vocábulos até à fonte dos signos linguísticos, fazendo perceber que o conhecimento dos nomes é necessário para entender a natureza das coisas.

Animados do mesmo espírito, ousamos encontrar a sabedoria escondida no vocabulário para ver conformada a leitura da singularidade da paisagem toponímica que Famalicão nos oferece a partir das suas raízes primordiais, interrogando o significado dessa palavra, do mesmo modo que Ana Luísa Amaral (2017) o faz, ao retomar a interpelação de Shakespeare: ““What's in a name?”, “O que há num nome?” (Romeu e Julieta, Ato 2, Cena 2), para titular um maravilhoso livro de poemas onde cada palavra apela à plenitude da sua significação.

Com efeito, profundamente enraizados nos contextos da sua procedência, segundo o entendimento que fazemos da sua etimologia, os sítios, os objetos, os símbolos, como as palavras, revelam-se-nos numa posição privilegiada enquanto intérpretes e construtores de uma geografia humana, renovada e criativa, construída à volta de uma nova síntese entre as pessoas e os seus “lugares”, a sua “terra”, que queremos renovadamente percebida e defendida como património comum.

Já num ensaio anterior sobre a proto-história do Vale do Ave (Silva- Pinto 2010-2011), nos propusemos interpretar este espaço étnico regional como um microcosmos que reproduziria uma imagem quadripartida formada em torno de um centro religioso, que representaria o papel de eixo cósmico, havida como de tradição indo-europeia, bem reconhecida designadamente em diversas expressões e áreas do mundo céltico e também no domínio itálico, iraniano até à Índia (Sterckx 2005, 241-247). Ao pretendermos desenvolver a confrontação dos dados arqueológicos, especialmente referentes ao Alto das Eiras (Fig.1), com o registo onomástico

da ara votiva do Castro de S. Miguel-o-Anjo (Fig. 3), seguindo genericamente o alinhamento metodológico trazido por C. Renfrew (1988), com aproximações a J. P. Mallory (1990), entre outros, para o *puzzle* das origens indo-europeias, mais esperamos que este processo venha a alcançar especial profundidade ao remeter a atual configuração deste território para a ancestralidade do substrato matricial da sua identidade local e regional.

3.1.2

Conforme observámos anteriormente (Silva 2017), uma leitura seletiva da carta arqueológica de Vila Nova de Famalicão (Fig. 1) evidencia a importância dos sítios e dos nomes dos lugares dos Montes de Vermoim, que remontam às origens do seu povoamento, cujos primeiros testemunhos estão ligados à difusão do megalitismo na região, acompanhando os passos de um longo e complexo processo comum ao noroeste peninsular relacionado com uma profunda transformação económica, social e cultural que terá ocorrido durante cerca de dois mil anos a partir do V/IV milénio a.C.

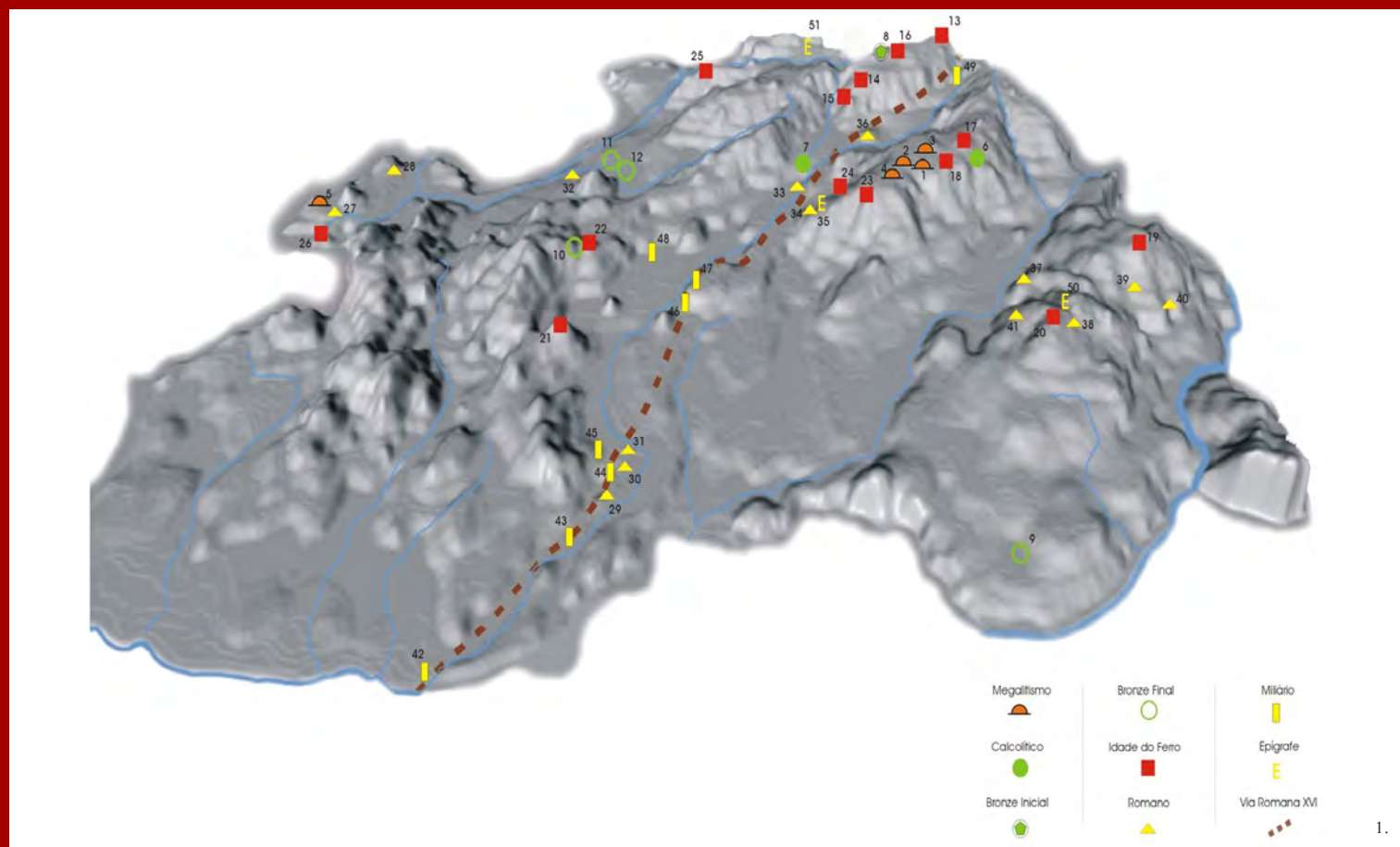
Fenómeno estritamente dependente da mutação da própria estrutura da sociedade, a sua expansão corresponde à transição de sociedades predadoras para formas de economia de subsistência baseadas na produção de recursos alimentares por meio da agricultura e da criação de gado, ainda que com pervivência da caça e atividades recoletoras de frutos espontâneos da natureza.

Implantando-se sobretudo nas zonas planálticas da área mais litoral, marcando decisivamente a densidade de futuras ocupações, as expressões arqueológicas mais características são constituídas por monumentos com uma estrutura dolménica, como ao que foram descobertos nos Montes de Vermoim, conferindo-lhes, deste modo, carácter fundacional.

Formando um conjunto de quatro mamoas muito próximas (Fig. 1: 1-4), três de grandes dimensões e uma mais pequena e baixa, duas delas que se destacam pela volumetria dos seus tumuli, estão na parte central da chã, ocupando uma destas, a mamoa de Mar de Água, pela sua monumentalidade e visibilidade, que a localização favorece, uma certa hierarquização dentro do agrupamento.

Assinalará este núcleo megalítico, localizado na freguesia de Vermoim, a existência de pequenas unidades sociais dispersas, dotadas de uma economia baseada em formas incipientes de agricultura, que se complementava com a recolha e muito provavelmente com a criação de gado e a caça, segundo o modelo económico e social mais verosímil, também deduzido da capacidade de recursos propiciados pelo meio, que não difere substancialmente das suas congéneres nortenhas.

1. Nomes em *-bris* / *-briga* e variantes (base: Guerra 1998, mapa 1, p. 911; 682-684).



E se a construção de tão importantes monumentos funerários dos nossos primeiros agricultores não supõe um ordenamento social fortemente hierarquizado, implica, pelo menos, a utilização de formas de cooperação organizada para o cumprimento de tarefas que, no mínimo simbolicamente, assumiam um sentido coletivo.

A descoberta, nas proximidades, de vestígios característicos da Idade do Cobre no Monte do Facho (Fig. 1: 22), da freguesia do Calendário, poderá assinalar o advento do período calcolítico, que, nesta seqüência, também se documenta na Bouça do Pique (Fig. 1: 6), em Pousada de Saramagos, onde foi encontrado um machado polido de quartzito e dois vasos cerâmicos inteiros de forma hemisférica e ornamentados segundo as técnicas e os padrões decorativos da cerâmica “tipo Penha”, típica dos povoados de ar livre da fase final do megalitismo. Podem tais novidades considerar-se já como calcolíticas, em sentido amplo, pois, tanto podem contemplar populações que conheciam o metal como as que o manuseavam, em todo o caso, demonstrando o progressivo desenvolvimento económico da comunidade dos Montes de Vermoim, ora atestado pela introdução de uma nova série de artefactos de prestígio, que não poderemos deixar de associar a influências indo-europeias, segundo as mais plausíveis interpretações para o puzzle das origens dessa família linguística na região, ainda hoje pervivente, sobretudo, nos principais orónimos e hidrónimos regionais, com séries fonéticas e radicais trilíteros característicos.

Não tendo sido identificado nenhum povoado relacionado com o fenómeno neolítico, são estes os primeiros lugares de habitat documentados na área do concelho de Famalicão, datáveis do começo da Idade dos Metais, período em que se iniciou a produção de objetos de cobre ao mesmo tempo que se continuaram a fabricar artefactos de pedra e, por isso, ser designado como Calcolítico.

Ter-se-á, então, assistido ao desenvolvimento da economia baseada na agricultura e criação de gado e à introdução das primitivas formas de metalurgia, que terão acentuado a divisão geral do trabalho, a acumulação de riqueza e o incremento de formas de intercâmbio, e que está unicamente documentado, na área do concelho de Famalicão, por uma lâmina de ouro de tiras, do Bronze Inicial (Silva 2007a: 156-157), cuja proveniência se atribui à freguesia de Sezures.

Constituindo este elemento mais um dado que testemunha a primeira etapa de um reconhecido desenvolvimento da ourivesaria pré-histórica no noroeste peninsular, cuja especificidade morfológica, técnica e funcional se manifesta no âmbito das relações que envolveram a fachada atlântica, do noroeste europeu ao ocidente mediterrânico, a partir dos inícios da Idade do Bronze, sinalizará este bem de prestígio a emergência de um novo modo de produção, conformador das sociedades estratificadas e proto-estatais da Idade do Bronze, que na área do concelho só se encontra representado na sua fase final por uma série de achados

cerâmicos e metálicos indicadores do progresso havido durante mais de um milénio.

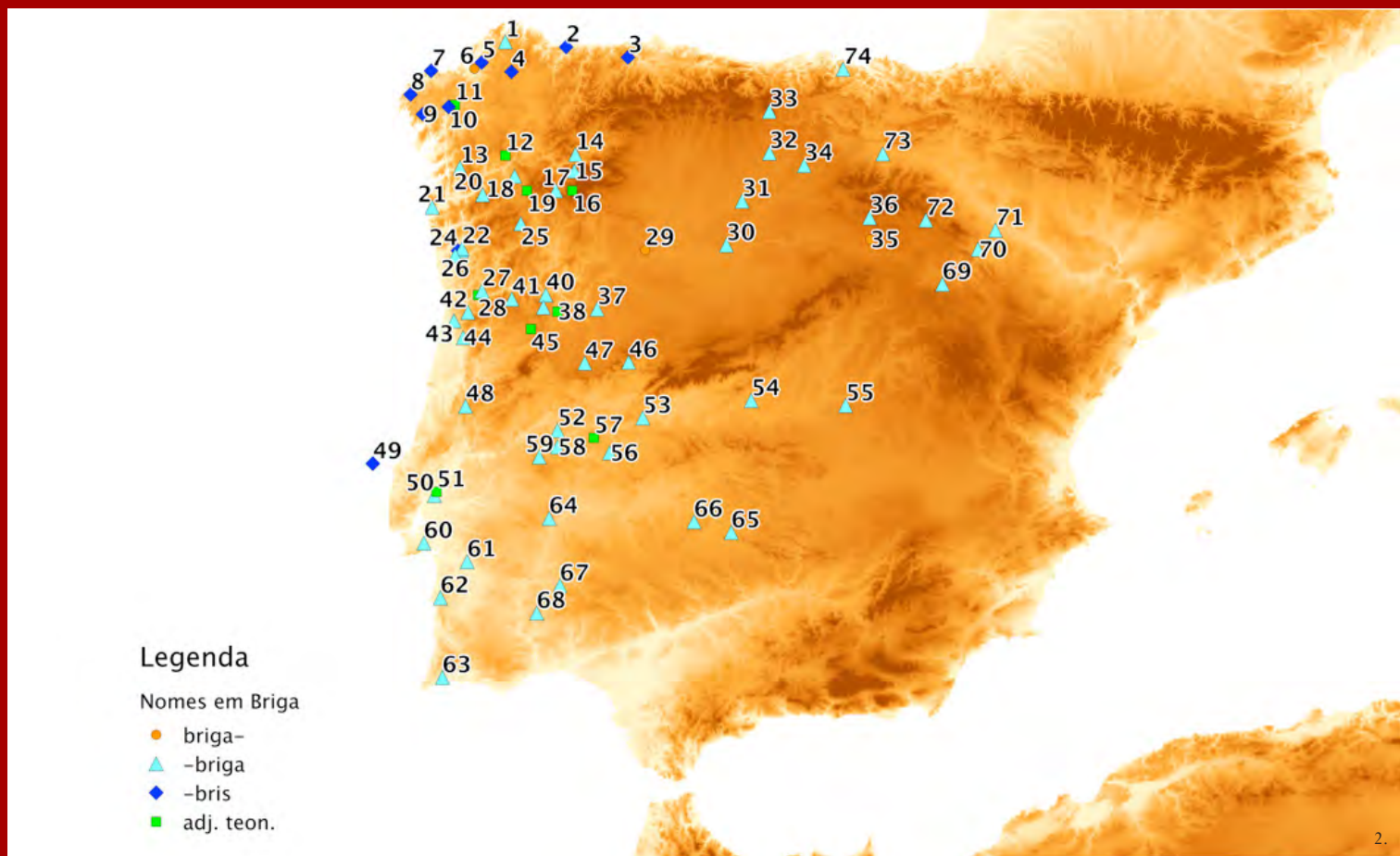
Perdido, com efeito, o rasto desses primeiros vestígios, não possuímos dados referentes às sequências culturais das etapas imediatas à introdução da metalurgia durante a Idade do Bronze Antigo e Médio, à primeira fase do Final da Idade do Bronze, datável entre 1250 - 1100 a.C., pertencerá o achado, ocorrido na freguesia do Bairro (Fig. 1: 9), de quatro vasos cerâmicos e uma bracelete de ouro maciço, de provável contexto funerário de um enterramento de incineração, cuja novidade aponta para um relacionamento centro-europeu, por via de influências dos Campos de Urnas associáveis ao mundo céltico linguisticamente bem visibilizado na onomástica local e regional. portadoras dos primeiros elementos dessa língua, com a introdução de formas e vocábulos de tipo goidélico e os topónimos em *-briga*, segundo o esquema linguístico que vem sendo proposto para a área indo-europeia peninsular (Fig. 2).

Atribuível a um pequeno casal, testemunhará este sítio da Quinta da Bouça um padrão de povoamento antecedente ao dos povoados em altura, que vão caracterizar, de seguida, a fase originária da cultura castreja do noroeste peninsular.

Com efeito, é assinalável, nesta sequência o conjunto de indícios referentes a um número considerável de sítios de povoamento (Fig. 1, 13-27), nomeadamente em altura, segundo critério seletivo que marcará, doravante, a estratégia de domínio e defesa territorial das comunidades indígenas ao longo do primeiro milénio a. C., denunciando a implantação de um novo modelo económico e social comum a toda a região do noroeste peninsular, que se conhece como resultado de um processo paulatino, que fez evoluir a mancha ocupacional do território desde pequenos aglomerados habitacionais do final da Idade do Bronze até ao aparecimento de grandes núcleos urbanos no final da Idade do Ferro.

Conformando uma cultura arqueológica individualizada (Silva2007), cujo processo evolutivo nos é particularmente bem conhecido para o curso médio e final do Ave (Dinis 1993), a sua especificidade encontra apoio material numa ergologia, particularmente especializada na artesanaria metalúrgica e cerâmica, e a organização da sociedade se reflete em formas proto-urbanas de ocupação e organização do espaço e singulares expressões simbólicas, de que o monumento para banhos iniciáticos do Alto das Eiras se há como a peça mais emblemática, a que se deverão associar as referências onomásticas primordiais que nos foram sobretudo transmitidas pelos registos epigráficos latinos que nos fazem remontar a um substrato linguístico, que temos de reconhecer como de grande antiguidade.

Será porventura de sublinhar, neste passo, a importância da referência de povoamento



1. Adrobrica (dos Ártabros) – La Coruña; 2. Ercoriobri, castello (dos Albionos) - (Villanueva, Oviedo); 3. Agubri, castello – (Villaverde, Belmonte de Miranda, Ourense); 4. Lambris – Lambre, Ambroa, Irixoa?, La Coruña; 5. Artabris sinus – rias de La Coruña; 6. Brigantium – La Coruña; 7. Avilobris, castellum – Cores, Ponteceso, La Coruña; 8. *Elaniobris / *Elaniobrensi, castello (dos Célticos Supertaméricos) - La Coruña; 9. Lubri, castello (dos Célticos Supertaméricos)- (Andiñuela, León); 10. Miobri, castello (dos Célticos Supertaméricos)- (Crecente, S. Pedro de Mera, Lugo); 11. Meobricoe - ? Galiza; 12. Alanobricae – Eiras, S. Amaro, Ourense; 13. Abobriga – Abrega, Pontevedra; 14. *Calubriga / Calubrigen(sis) (dos Gijurros) – S. Esteban de a Rúa / Petín, Ourense; 15. Nemetobrica – Trives de Vello, Ourense; 16. Verubrico – (Arcucelos, Ourense); 17. Nemetobriga, vicus – (Codesedo, Sarreaus, Ourense); 18. Coeliobriga / Caelobriga (dos Celernos) – Castromao, Celanova, Ourense; 19. Veigebraeago – Rairiz da Veiga, Verín, Ourense; 20. Talabriga (dos Límicos) – (Estorãos, Ponte de Lima, Viana do Castelo); 21. Avobriga / Aobriga – (?Castro de Santa Tecla, La Guardia, Pontevedra - (Padrão dos Povos, Chaves, Vila Real); 22. *Elaneobriga / Elaneobrigensis – (Braga); 24. *Arcobriga (gal) / Arcobrigensis Ambimogidus, Fonte do Ídolo, Braga; 25. Letiobri, castello – Braga; 25. Turobriga / *Turobriga – Castro de Santiago, Chaves, Vila Real; 26. Valabriga / Valabrigensis – Castro de S. Miguel, Delães, Vila Nova de Famalicão, Braga; 27. *Tongobriga / (T)ongobrigensium = ?Tuntobriga, Freixo, Marco de Canaveses, Porto; 28. Tameobrico – (Várzea do Douro, Marco de Canaveses, Porto); 29. Brigaeccium / Brigaeccini – Dehesa de Morales, Fuentes del Ropel, Zamora; 30. Amallobriga – Tordesillas, Valladolid = Abulobrica (Albertos 1990, 13); 31. Lacobriga (Vaccus) – Carrión de los Condes, Palencia; 32. Dessobriga – Ossorno, Palencia; 33. Juliobriga – Retortillo, Reinosa, Cantábria; 34. Deobrigula – Lodoso, Burgos; 35. Brigaeccis, matribus – (Cfr. Villar 1995, 132, Brigiaccis, CIL II 6338 1) – Peñalba de Castro, Burgos; 36. Segobriga / Sekobirice (Celtiberos); 37. Mirobriga (Vrtões) – Ciudad Rodrigo?, Salamanca; 38. Lancobricu – Longroiva, Vila Nova de Fozcôa, Guarda; 39. Medubriga / Meidubriga – Freixo de Numão, Meda, Guarda; 40. *Coniumbriga / Coniumbricenses – (Freixo-de-Numão, Vila Nova de Fozcôa, Guarda; 41. *Arabriga / Arabrigenses – ? Paredes da Beira (Castro de Goujoim, Armamar, Viseu); 42. *Aulobriga / Aulobrigenses- ? Rabaçal, Penela, Coimbra (Fermado, Arouca, Aveiro); 43. Lancobriga – ? Castro de Fiães, Santa Maria da Feira, Aveiro; 44. Talabriga (lusit.) – ? Cabeço do Vouga, Águeda, Aveiro; 45. Caelobricoi – (Lamas de Moledo, Mões, Castro Daire, Viseu); 46. *Arcobriga / Arcobrigenses – Dehesa de Arriba, Perales del Puerto, Cáceres; 47. Cotteobriga (Vetões) – Salamanca / Lancia Oppidana; 48. Conimbriga / Coniumbriga – Codeixa-a-Velha, Condeixa-a-Nova, Coimbra; 49. Londobris / Lanobris – litoral da Lusitânia; 50. Ierabriga – circa Alenquer, Lisboa; 51. Etobrico - (Alenquer, Lisboa); 52. Deobriga (Lusitanos) – circa Alcántara, Cáceres; 53. Augustobriga (Vetões) - Talavera-la-Vieja, Cáceres; 54. Caesarobriga- Talavera da la Reina, Toledo; 55. Segobriga (Celtiberos) – Cabeza del Griego, Cuenca; 56. Turobriga / Turibriga / Turubriga – circa S. Lucia de Trampal, Cáceres; 57. Eberobrigoi – (Talaván, Cáceres); 58. *Tongobriga / Tongobrigenses (Vetões) – (Brozas, Cáceres); 59. Montobriga – Castelo de Vide / S. Vicente de Alcántara; 60. Caetobriga / Kaitóbrix – Setúbal; 61. Arcobriga (dos Célticos) - Torrão, Alcácer do Sal, Setúbal; 62. Mirobriga (dos Célticos, Lusitanos) – Santiago de Cacém, Setúbal; 63. Lacobriga (Cónios) – Monte Molião, Lagos, Faro; 64. *Burrolobriga / Burrolobrigensis – (Elvas); 65. Mirobriga (Beturia) – Capilla, Badajoz; 66. Brutobrica – região de Badajoz; 67. Nertobriga (Beturia) – Fregenal de la Sierra, Badajoz; 68. Turobriga – circa Aroche, Huelva; 69. Arcobriga (Celtiberos) – Cerro Villar, Monreal de Ariza, Zaragoza; 70. Nertobriga / Nertobis (Celtiberos) – Urrea de Jalón / Eras de Romeral, Zaragoza; 71. Centobriga – Epila, Zaragoza; 72. Augustobriga (Pelendones) - Muro de Agreda, Soria; 73. Deobriga (Autrigones). – Arce Pirapérez, Miranda del Ebro, Burgos; 74. Flaviobriga – Castro Urdiales, Cantabria

indígena da comunidade castreja do curso médio do Ave, que teria estabelecido o seu “lugar central” no “Alto das Eiras” (Fig. 1: 17) donde dominava um vasto território nuclearizado em torno de uma série de povoados fortificados dependentes e que cremos identificada na inscrição dos *Valabrigenses* (Fig. 3; Silva 2007a: 152-153) que, globalmente, entendemos ver no território que cerca de mil anos mais tarde vai ter por cabeça o Castelo de Vermoim (Fig. 2: 18), donde, então, houve nome a Terra que tutelava. e, porque não?, ainda assumida como herança pelo município de Vila Nova de Famalicão.

3.1.3

O registo desta referência etnonímica encontra-se claramente indicada como origo do dedicante da conhecida ara votiva (Fig. 3) de granito a dedicada *Avobriogo* (?) com procedência das proximidades do castro de S. Miguel-o-Anjo, Delães, a que se reporta uma extensa bibliografia desde o primeiro estudo do seu descobridor Francisco Martins Sarmiento [1999 (1884), p. 308, 321-322 e 1887-89, p. 231-232 e (1894), p. 14-15 e 1933, p. 301; Coelho A. 1887-89, p. 362-363, 373-374; CIL IIS 5561; Vasconcellos 1905 (RL, 2), p. 327-329; Cardozo 1985 (1935), n.º 20, p. 28; Blázquez Martínez 1962, p. 75-76 e 1975a, p. 49; ILER 770; Encarnação 1975, p. 148-151; Tranoy 1981, p. 280: [*Bandu*]a *Brico*; Silva 1986, p. 273, n.º 287, p. 282, n.º 242 655 (Epig. 70) ; Alarcão 1988, 2(1), p. 17: 1/295; García Albalát 1990, p. 328; Garcia 1991, n.º 39, p. 296-297; Guerra A. 1998, 1, E.181.1, p. 234-235; Olivares 2002, p. 78-79; Silva-Pinto (2010/2011)], e de que se dá a seguinte leitura e tradução:

A(vo/vio?)brigo / Fla(v/vi)us A/pili (filius)Val/abrigen/sis vo/tum s(olvit) l(ibens) / m(erito) mérito;

Flavo / Flávio, filho de Ápilo, Valabrigense, cumpriu, com muito boa vontade, este voto a A(vo?)brigo.

Ao presumirmos que o vocábulo *Valabrigenses* (lat.) / *Valabricoi* (celt.) poderá obedecer à derivação de uma composição primordial bitemática, tendo como primeiro tema a raiz indo-europeia **pala-* > *b/vala-*, ‘proteção’, com possível significado referente ao sistema defensivo em posição proeminente na elevação, e o segundo tema com relação ao vocábulo reconhecidamente céltico **briga*, ‘povoado fortificado’, ‘castro’.

A presença do primeiro tema no renomado teónimo *Trebopala* da inscrição rupestre de Cabeço de Fráguas, em Pousafoles do Bispo, Sabugal, identificável como uma alusão à Serra da Estrela e a reconhecida presença etnonímica dos *Nemetati* (Silva-Pinto 2010/2011) no Vale do Ave ajusta-se perfeitamente, neste quadro, à observação de A. Tovar, que, analisando especificamente as questões da linguística pré-romana do noroeste peninsular (1983, 265,266), embora reconheça que alguns dos elementos de formação se atribuem com segurança ao âmbito céltico (*Nemetati*) pelo menos alguns desses nomes poderiam ser, na realidade, pré-célticos (*Pala*), por

3. Ara votiva de S. Miguel-o-Anjo, Delães, Vila Nova de Famalicão (Silva 2007a, p. 153).



por estarem igualmente representados em território lusitano, para que postula independência em relação ao grupo céltico.

É este grupo claramente representado nesta epígrafe por duas referências:

Uma, a primeira, com derivação em *-brico* > *-brigo*, que se deve entender no quadro das formações sufixais temáticas, em que ocorre o elemento *-ico-*, como um adjetivo denominativo desta categoria, que constitui um grupo bastante homogêneo de teónimos ou epítetos, que se reportam a nomes de lugar em *-bris* / *-briga* (Fig. 2; Guerra 1998, 698), cuja natureza pré-romana deste tipo de formações parece avalizada pela ocorrência deste tipo de derivados num três etnónimos, *Caielobricoi*, da inscrição lusitana de Lamas de Moledo, Castro Daire; a segunda, em *-brigensis*, que se inclui no conjunto das formas que se encontram amplamente atestadas como hidrónimos ou determinativos etnonímicos e teonímicos e que representam, por princípio, derivados tipicamente latinos de nomes em *-briga*, cuja distribuição em contexto peninsular vem sendo tomada como marcador da difusão das línguas indo-europeias, representando a máxima expansão das línguas célticas (Fig 2; Guerra 1998, 698-699).

Com estas notas de enquadramento linguístico, circunscrevemos a nossa análise a uma hipótese evolutiva dessas formas primordiais à designação atual de Famalicão.

Tendo, com efeito, o genitivo do plural, designativo da comunidade da fórmula alternativa, a fórmula *Valabrigo(ru)m*, que, sob o influxo linguístico germânico, com predominância de consoantes surdas e aspiradas, poderia ter evoluído, por labialização, para *Falabricom*, aproximando-se facilmente, por fenómenos evolutivos consistentes, do nome atual do concelho, podendo sustentar-se a plausibilidade da hipótese enunciada *Valabrigorum* > *Falamicorum* > *Fallicom* com os seguintes dados da fonética histórica:

3.1.3.1

Substituição do /v/ inicial por /f/ explicável pela substituição dentro da classe das labiais ou eventualmente por substituição por uma fricativa surda por influência germânica. Com efeito, e de um ponto de vista estritamente teórico e descritivo, e circunscrito ao campo da fonética e da fonologia, há, de facto, um traço comum que unifica os fonemas labiais /w f b v p/.

Nas línguas do mundo, na aquisição da língua materna pelas crianças e da língua estrangeira pelos adultos e em importações lexicais entre línguas, por essa mesma razão, é frequente encontrarmos substituições de consoantes dentro da classe. Exemplos: palavras do inglês com /f/ veem esta consoante substituída por /p/ em indonésio; idem, nas palavras do português para o cingalês (*alfinete* - *alpinetta*); etc.

E, na formação do português, as palavras do latim começadas por semivogal veem quase sempre a semivogal substituída por uma consoante (ainda hoje, a fonologia da língua é muito avessa a palavras começadas por semivogal, que são muito raras: casos como iogurte, p. ex., são poucas; e, ainda hoje, em posição inicial, uma semivogal palatal alterna com uma fricativa também palatal – em exemplos como *iambo/jambo*; *iugoslavo/jugoslavo*; etc.). É isto que explica que as palavras do latim clássico ou tardio começadas por /w/ tenham substituído o /w/ inicial ou por um /v/ (*uinum* > *vinho*; *Uimara* > *Vímara*) ou por uma gutural-labial de tipo /k^w/ ou /g^w/: *Vimarani*s > *Guimarães*. Em leonês, este fenómeno é muito vivo (ver palavras do mirandês como *gala<vala*). Nas palavras de origem germânica, esta evolução é muito frequente: *guerra*, *gorro*, ... (Carvalho 1984, 294-295; Piel 1989, 96-97, 139). O mesmo se passa em francês antigo, com particular frequência em palavras de origem germânica: *vadum* > *gué*; *vastare* > *gaster*; *Vasconiam* > *Gascogne*; ... (exemplos Anglade 1958, 54).

Nestes termos, poder-se-á, em princípio, concluir que, fonologicamente, a hipótese de o /f/ de *Famalicão* provir de um /v/ ou /w/ como o que se encontraria no início de *Valabrigo(ru)m* é inteiramente plausível: corresponderia à substituição de uma labial por outra, o que é particularmente bem explicado por um quadro da fonologia histórica e evolutiva como a fonologia natural (Stampe 1979).

Cumpre-nos, porém, notar a raridade de casos de /f/ descendentes de /v/ na formação do português, de que se tem observado unicamente o exemplo de *femença* como forma alternativa de veemência, que Huber (1986, 104-105) explica assim: “v > f existe em *femença* (esp. ant. *femençia*) ‘veemência’ < vehementja. Em *femença* pode-se ver talvez a influência de *fervença* ‘fervor, ardor’ [...]”, do mesmo modo que também Anglade (1958, 54) nos dá dois únicos exemplos deste tipo para o francês: “Cependant *vicem* a donné *fois* (et non *vois*) et *vervecem* (*herbis-brebis*) (on admet pour ce dernier mot que dans le latin vulgaire il était devenu déjà **berbecem*, ou plutôt **berbecim*) e nos manuais de linguística histórica do português (Teyssier 1990; Neto 1988; Silva 2008; Huber 1986), a consoante inicial /f/ é sempre apresentada como a descendência de um /f/ inicial latino.

Poderá ainda notar-se, neste alinhamento, que o desvozeamento de /v/ e outras consoantes sonoras nas línguas germânicas (não todas), bem como em algumas línguas eslavas, se dá sobretudo em posição final de sílaba, sendo este tipo de “lenições”, segundo a expressão de André Martinet (1960) mesmo muito raro em início de palavra.

Em suma: Observando, assim, que, apesar de, em português e nas línguas românicas em geral, serem muito raros os casos atestados desse tipo de evolução, não é de todo implausível que, foneticamente e fonologicamente, um /f/ possa descender de um /v/~w/; muito pelo contrário: trata-se de uma evolução “mecanicamente” muito “natural”, que está presente

em muitos fenómenos fonéticos históricos e sincrónicos nas línguas do mundo, e que é perfeitamente justificado do ponto de vista articulatório e auditivo.

Todavia o registo da mesma evolução, que notámos em dois casos regionais referentes ao segundo tema do nosso topónimo em *Anofrica* < *Anobrega* < **Anobriga*, Castelo da Nóbrega, Ponte da Barca ((*Portugaliae Monumenta Historica*, Diplomata et Chartae, doc. 420: castro annofrice) e em *Aliofrio* < *Aliovirio* / *Aliobrio* < **Aliobrigo*, Cidadelhe, Mesão Frio (Silva 2007, 383), e que, pelo mesmo motivo, presumimos também presente no caso de *Feira* < *Velia*, reconstruído a partir do radical do registo epigráfico do epíteto votivo *Velugo* < *Velico*> do castelo de Santa Maria da Feira (Silva 2007, 408 e 435, n.º 663 (Epig. 78); Silva-Pinto 2012) poderá eventualmente explicar esta evolução por substituição por uma fricativa surda por presumível influência germânica na região, por sinal, bem documentada para a terra de Vermoim (Silva 2017).

3.1.3.2

br > m (*Valabrigorum* > *Falamicorum*)

Evolução fonética em duas etapas:

a) Síncope da vibrante, muito frequente sobretudo em posição intervocálica mas atestada nas línguas italarromânicas noutros contextos (lat. *platu* > **pratu* > it. *piato* ; *blondu* > *brondu* (cf. “bruno”, nas línguas iberorromânicas > it. *biondo*), podendo mesmo, em circunstâncias propiciadas pela romanização, sugerir-se a possibilidade de quem fez a inscrição ser um falante itálico.

Esta síncope teria dado origem a uma forma hipotética como: *Valabigorum* (*Valabrigorum* > *Valabigorum*)

b) Substituição de uma labial não nasal por outra labial, fenómeno muito consistente e sistemático, atestado noutros pontos da palavra, em conformidade com o que dissemos no ponto anterior anteriormente e os exemplos aí analisados, podendo dar-se o facto de surgir uma labial nasal, neste momento, por assimilação da vogal da terminação, ou seja, por assimilação regressiva completa à distância, como se esquematiza:

Valabigorum > *Valamigorum*

3.1.3.3

Metátese de /m/ e /l/, motivada pela proximidade de um fonema labial no início da palavra, o que atrai o labial mais distante, ou seja, metátese à distância por harmonização consonântica, como segue:

| | | |
|--------------------------------|---|-------------------------------|
| Valamigorum | > | Vamaligorum |
| Labial (v)-dental(l)-labial(m) | | Labial(v)-labial(m)-dental(l) |

Este fenómeno, de arrumar/agrupar as consoantes por traços (dental/labial, etc.) dentro da palavra, ocorre com muita frequência, havendo línguas que o fazem obrigatoriamente (línguas com harmonia consonântica, como as línguas africanas e as línguas fino-úgricas), e é mesmo um processo muito regular na aquisição da fala infantil. Mais se pode observar, a propósito, que alguns estudos mostram que no português moderno existe uma certa tendência estatística para não haver grande mistura de pontos de articulação em sílabas consecutivas ou próximas dentro da palavra.

3.1.3.4

- *orum* > *oum*

Tendo sido já referido o fenómeno da síncope da vibrante, esta evolução explicar-se-á provavelmente devido à síncope de –r- intervocálico como modalidade de lenição ibérica.

Com efeito, a passagem de *orum* a *om* é defensável, do ponto de vista da fonética histórica, se tivermos em consideração a frequência com que se dá, nas línguas iberorromânicas todas, a queda de consoantes dento-alveolares em posição intervocálica: Lat. *pede* > cast. *pie*, gal-port. pé; lat. *fede* > cast., gal.-port. fé.

No extremo noroeste da Península, na área galego-portuguesa, o fenómeno é, até, muito mais sistemático do que no Centro e Leste peninsulares. O galego-português diferenciar-se-á muito cedo do leonês e do castelhano pela queda sistemática de todos os –| e –n- intervocálicos, mantidos nas línguas iberorromânicas centrais e orientais: Lat. *rana* > cast. *rana*, leon. *rana*, gal.-port. *rãa*(>rã); lat. *luna* > cast. *luna*, mir. *lhuna*, gal.-port. *l~ua*(>lua); lat. *pala* > cast., leon. *pala* > gal.-port. *paa* (>pá); lat. *mala* > cast. *mala* > gal.-port. *maa* (>má).

Há linguistas, como Martinet (1960), que atribuem este fenómeno à chamada *lenição ibérica*, um fenómeno que está presente em todas as línguas faladas na Península, mesmo no basco (não indo-europeu), e que consiste no enfraquecimento (até ao apagamento total) das consoantes em posição intervocálica, mais se podendo ver em vários outros autores, como Ivo Castro (1991), Paul Teyssier (1980), Serafim da Silva Neto (1977), E. Williams (1938), José Joaquim Nunes (1956), Joseph Huber (1986/1933), que ilustram e exemplificam este fenómeno.

No caso da queda de –r- intervocálico – que seria um subtipo da síncope de dentais intervocálicas – as línguas italarromânicas são pródigas. Vejam-se os seguintes exemplos, do italarromânico central que está na origem do italiano padrão moderno (de que os exemplos

são retirados): Lat. *Notariu(m)* > it. notaio; lat. *Centennariu(m)* > it. centenaio; lat. *Decennariu(m)* > it. decenaio; lat. *Corredoriu(m)* > it. corredioio.

Lausberg (1956) e Glessgen (1990), entre outros, dão muitos exemplos deste tipo e relacionam-nos com uma lenição das dentais intervocálicas, que terá tido origem ainda no latim falado no Centro da Península Itálica), havendo, portanto, todos os argumentos fonéticos (teóricos e históricos) para se aceitar a síncope da vibrante e uma passagem de *orum* a *oum* > *om* > *ão*.

Independentemente da exequibilidade desta evolução no âmbito das línguas românicas, por nossa parte, porém, não podemos deixar de sugerir eu se possa entender esta desinência como um genitivo plural em *-om* enquanto expressão pervivente da língua céltica da comunidade étnica local em conformidade com a morfologia nominal dos temas em *-o-* (Lambert 1997, 53), para o qual podemos encontrar como paralelo mais próximo a referência onomástica *Danigom* < *[D]anaeco(ru)m* (se não diretamente derivada do genitivo céltico *Danaecom*), da ara votiva politeia da Póvoa, Marecos, Penafiel (Silva 2007, 442, nº 720 (Epig. 135).

[1] Agradecemos ao nosso colega e amigo Professor Doutor João Veloso, Coordenador do Centro de Linguística da Universidade do Porto, a sua valiosa colaboração.

E com estas notas se sugere este vocábulo como a expressão essencial, nome e território, da pervivência da ancestralidade desse “lugar central” do Alto das Eiras, no atual município de Vila Nova de *Famalicão*, de preferência a outros ensaios explicativos designadamente os derivados do vocábulo latino relacionados com “fome” < *fame(m)* (Neto 1977, 17), tudo parecendo convergir para uma designação toponímica, que ainda se conserva, em que singularmente se ajusta a natureza do sítio ao significado da sua etimologia.¹

Bibliografia

- ALARCÃO, Jorge (1988) - *Roman Portugal - Gazetteer* (Inventário) 2(1). Warminster: Aris and Phillips Ltd.
- ALVAR, M. *et alii*, dir. (1960) - *Enciclopedia lingüística hispánica*, 1. Madrid: CSIC.
- AMARAL, Ana Luísa (2017) - *What's in a name?*. Lisboa: Assírio e Alvim.
- ANGLADE, Joseph (1958) - *Grammaire élémentaire de l'ancien français*. Paris: Armand Colin.
- BLÁZQUEZ MARTÍNEZ, José María (1962) - *Religiones primitivas de Hispania*, 1. *Fuentes literárias y epigráficas*. Roma: CSIC.
- CARDOZO, Mário (1985) - *Catálogo do Museu Martins Sarmiento. 1ª parte: Secção lapidar e de escultura antiga*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmiento (1ª ed., 1935).
- CARVALHO, J. G. Herculano (1984) - *Estudos Linguísticos*. Coimbra: Coimbra Editora, 3º vol.
- CASTRO, Ivo de. 2005. *Introdução à História do Português. Geografia da Língua Português Antigo*. Lisboa: Colibri.
- CASTRO, Ivo (1991) - *Curso de História da Língua Portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta.
- CIL II S = HÜBNER, Aemilius (1892) - *Corpus Inscriptionum Latinarum. Supplementum*. Berlim.

COELHO, Adolfo (1887-89) - Nomes de deuses lusitânicos. *Revista Lusitana*, 1. Porto, p 351-378.

DINIS, António Pereira (1993) - *Povoamento proto-histórico no curso médio do Ave no I milénio a. C.*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto (diss. Mestrado, policop.).

DUCROT, Oswald; TODOROV, Tzevetan (2004) - *Dicionário das ciências da linguagem*. Lisboa: D. Quixote (8ª ed.).

ENCARNAÇÃO, José d' (1975) - *Divindades indígenas sob o domínio romano em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.

GARCÍA ALBALÁT, Blanca María (1990) - *Guerra y religión en la Gallaecia y Lusitania antiguas*. A Coruña: Ediciós do Castro.

GARCIA, José Manuel (1991) - *Religiões antigas de Portugal. Aditamentos observações às "Religiões da Lusitânia" de J. Leite de Vasconcellos: Fontes epigráficas*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.

GLESSGEN, Martin-Dietrich (2007) - *Linguistique romane. Domaines et méthodes en linguistique française et romane*. Paris: Armand Colin.

GUERRA, Amílcar (1998) - *Nomes pré-romanos de povos e lugares do Ocidente peninsular*. Lisboa: Faculdade de Letras de Lisboa (diss. Doutoramento, policop.).

HUBER, Joseph (1933 / 1986) - *Altportugiesisches Elementarbuch*. Heidelberg: Carl Winters / Trad. port. M. M. G. Delille. *Gramática do Português Antigo*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

ILER = VIVES, J. Vicens (1971-1972) - *Inscriptiones latinas de la España romana*. Barcelona: Universidad de Barcelona: CSIC.

LAMBERT, Pierre-Yves (1997) - *La langue gauloise*. Paris: Errance.

LAUSBERG, Heinrich (1974) - *Linguística Românica*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian (Trad. portuguesa).

MALLORY, J. P. (1990) - *In search of the indo-europeans*. London: Thames and Hudson (1ª ed., 1989).

MARTINET, André (1960 / 1985) - *Eléments de linguistique générale*. Paris: Armand Colin / Trad. port. J. M. Barbosa. *Elementos de Linguística Geral*. 10ª ed. Lisboa: Sá da Costa.

NETO, Serafim da Silva (1977) - *Dicionário etimológico da Língua Portuguesa*, 3. Lisboa: Livros Horizonte.

NETO, Serafim da Silva (1988) - *História da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Presença-Instituto Nacional do Livro (5ª ed.).

NUNES, José Joaquim. 1956. *Compêndio de Gramática Histórica Portuguesa. Fonética Morfologia*. Lisboa: Livraria Clássica (5ª ed.).

PIEL, Joseph-Maria (1989) - *Estudos de Linguística Histórica Galego-Portuguesa*. Lisboa: INCM.

OLIVARES PEDREÑO, J. C. (2002) - *Los dioses de la Hispania céltica*. Madrid-Alicante (Bibliotheca Archaeologica Hispnica, 15).

QUEIROGA, Francisco Reimão (1992) - *War and castros. New approaches to the northeastern Portuguese iron Age*. Oxford University (policop.) (= 2003, Oxford: British Archaeological

Reports International Series, 1198).

RENFREW, Colin (1988) - *Archaeology and language: The puzzle of Indo-Europeans origins*. New York: Cambridge University Press (1ª ed., 1987).

SARMENTO, Francisco Martins (1999) - *Antiqua: Apontamentos de Arqueologia (1878-1898)*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento.

SARMENTO, Francisco Martins (1887-89) - Para o pantheon lusitano. *Revista Lusitana*, 1(3). Porto, p. 227-240 = Sarmento 1933, p. 297-398.

SARMENTO, Francisco Martins (1894) - O deus Brigo. *Nova Alvorada*, 4 (2). Famalicão, p.14-15 = Sarmento 1933, p. 420-421.

SARMENTO, Francisco Martins (1933). *Dispensos*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

SARMENTO, Francisco Martins (1999) - *Antiqua*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento.

SILVA, Armando Coelho Ferreira (2007) - *A cultura castreja no noroeste de Portugal*. Paços de Ferreira: Câmara Municipal de Paços de Ferreira - Museu Arqueológica da Citânia de Sanfins (2ª ed.).

SILVA, Armando Coelho Ferreira, coord. (2007a) - *Pedra Formosa. Arqueologia experimental*. Vila Nova de Famalicão - Lisboa: Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão - Museu Nacional de Arqueologia.

SILVA, Armando Coelho Ferreira (2017) - *Atas do Colóquio Incursão normanda ao Castelo de Vermoim: O espírito do tempo e do lugar* (Vila Nova de Famalicão, 16 de setembro de 2016), Porto: Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão - CITCEM (prelo).

SILVA, Armando Coelho Ferreira; DINIS, António Pereira; QUEIROGA, Francisco (2005) - Vila Nova de Famalicão do Neolítico à Idade Média. *História de Vila Nova de Famalicão*. Vila Nova de Famalicão: Quasi Edições, p.11-61.

SILVA, Armando Coelho Ferreira; PINTO, Paulo Costa (2010/2011) - O Castro das Eiras no contexto da cultura castreja e da rede de castros do noroeste peninsular. *Boletim Cultural Vila Nova de Famalicão, III Série, nº 6/7*. Vila Nova de Famalicão, p.193-205.

SILVA, Armando Coelho Ferreira - PINTO, Filipe (2012) - O Castro de Romariz: Proto-história entre Douro e Vouga. *Terras de Santa Maria*, 31. Santa Maria da Feira: Liga dos Amigos da Terra da Feira, p. 11-62.

SILVA, Rosa Virgínia Mattos (2008) - *O Português Arcaico. Uma Aproximação*. Lisboa: INCM, 2 vols.

STAMPE, David (1979) - *A Dissertation on Natural Phonology*. Bloomington: Indiana University.

STERCKX, C., (2005) - *Taranis, Sucellos et quelques autres*, 2. Bruxelles (Mémoires de la Société Belge d' Études Celtiques (23).

TEYSSIER, Paul (1980 / 1990) - *Histoire de la langue portugaise*. Paris: Presses Universitaires de France. / Trad. port. C. Cunha. *História da Língua Portuguesa*. 4ª ed. Lisboa: Sá da Costa.

TOVAR, A. 1960: *Lenguas prerromanas de la Península Ibérica. Lenguas indoeuropeas: testimonios antiguos*. *Enciclopedia Lingüística Hispánica*, 1. Madrid;CSIC, p. 101-126.

TOVAR, A. 1983: *Etnia y lengua en la Galicia Antigua. El problema del celtismo*. *Estudios de cultura castrexa e de historia antiga de Galicia*. Santiago de Compostela, p.247-282.

TRANOY, Alain (1981) - *La Galice romaine. Recherches sur le Nord-Ouest de la Péninsule Ibérique*. Paris: Diffusion de Boccard.

VASCONCELLOS, José Leite (1905) - *Religiões da Lusitania*, 2. Lisboa: Imprensa Nacional. (reimp. 1981).

WILLIAMS, E. (1938 / 1975) - *From Latin to Portuguese. Historical Phonology and Morphology of the Portuguese Language*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press / Trad. port. Antônio Houaiss: Do latim ao português. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

3.2



Igreja de Jesufrei

3.2 Bernardino Machado e a I Guerra Mundial no V Governo Constitucional (1914)

3.2.1 Bernardino Machado, presidente do Ministério

Quando eclodiu a I Guerra Mundial, presidia ao Ministério extra-partidário que governou o país (de 9 de Fevereiro a 5 de Dezembro de 1914), o antigo monárquico regenerador, republicano “cristão-novo” (palavras suas) e já ministro, por mais de uma vez, o professor universitário Bernardino Machado (28.03.1851-29.04.1944).

Com o beneplácito do Presidente da República, convocou uma reunião extraordinária do Congresso para o dia 7 de Agosto, a fim de informar, oficialmente, as duas Câmaras do conflito, apresentar uma proposta de lei acerca da posição que, em seu entender, o Governo devia assumir perante ele, auscultar sobre essa proposta, as opiniões dos senadores e deputados e procurar a sua aprovação. A proposta de lei, lida por Bernardino Machado, foi a seguinte. «Artigo 1.º São conferidas ao Poder Executivo as faculdades necessárias para, na actual conjuntura, garantir a ordem em todo o país e salvaguardar os interesses nacionais, bem como para ocorrer a quaisquer emergências extraordinárias de carácter económico e financeiro. § único. O Poder Executivo dará conta ao Congresso, na sua primeira reunião, do uso que tiver feito dessas faculdades. Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário»¹.

Bernardino Machado justificou a sua proposta de lei devido à gravidade da situação internacional e aos nossos deveres de aliados para com a Inglaterra que sempre apoiara a República. A resposta do Congresso foi favorável à proposta de Bernardino Machado, aprovando-a, por unanimidade, mas algumas interessantes objecções foram levantadas por alguns deputados e Senadores.

Machado Santos, por exemplo, (que também aprovou a proposta no plano dos princípios e até ofereceu os seus serviços de militar no caso de serem necessários) disse estar perplexo com o apoio da Oposição ao Governo - não no plano dos princípios mas dos factos - pois sempre se manifestara contra este ou dele desconfiara, e agora, que estava em sério risco o nosso domínio colonial, que não se tratava apenas duma crise interna, essa mesma Oposição reconhecia competência ao Governo, todos lhe dispensavam a sua confiança, quando o que seria de esperar era que essa Oposição exigisse ao Presidente da República um Governo de unidade nacional, do qual fizessem parte “todas as correntes de opinião” com representação parlamentar, para enfrentar a crise²; ora o que acontecia e o deixou perplexo foi que a Oposição colocou, “sem garantias”, nas mãos do Governo - que não lhe merecia a sua confiança - “a arma terrível da ditadura”³; em sua opinião, ou o Governo estava certo de que era capaz de congregar em redor de si todas as energias nacionais” ou não o sabendo considerava “uma imprudência e um crime confiar-lhe a ditadura, porque todos os seus esforços seriam inúteis, porque só se consegue vencer uma situação gravíssima, como esta, quando em vez duma obediência

[1] In *Diário da Câmara dos Deputados*, I Legislatura, sessão legislativa 04, n.º 137, sessão extraordinária, n.º 9-A, 7.VIII.1914, p.3; ver também, “Portugal e a Situação Europeia. Na presente conjuntura, todos os partidos se colocam ao lado do governo. As sessões de hoje nas duas Câmaras”, in *A Capital* (Lisboa), 7.VIII. 1914, p. 1. Doravante as referências *infra* ao *Diário da Câmara dos Deputados*, será feita por uma sigla que o abrevia, seguida, do n.º da Legislatura, do n.º sessão legislativa, do n.º do diário, do n.º da sessão extraordinária (se for o caso), da data e respectiva(s) página(s); exemplo: DCD/1/04/137/nº9-A/7.VIII.1914, p.3.

[2] In *DCD/1/04/137/nº9-A/7.VIII.1914*, p.4; ver também, “Portugal e a Situação Europeia. Na presente conjuntura, todos os partidos se colocam ao lado do governo. As sessões de hoje nas duas Câmaras”, in *A Capital* (Lisboa), 7.VIII. 1914, p. 1.

[3] *Idem, ibidem*; ver também, “Portugal e a Situação Europeia. Na presente conjuntura, todos os partidos se colocam ao lado do governo. As sessões de hoje nas duas Câmaras”, in *A Capital* (Lisboa), 7.VIII. 1914, p. 1.

passiva, se obtém uma colaboração entusiástica”⁴.

Marcantes, no entanto, pela orientação que definiram, foram as opiniões dos líderes dos três grandes partidos: de Afonso Costa (*Partido Republicano Português*), de António José de Almeida (*Partido Evolucionista*) e de Brito Canacho (*União Republicana*). Todos lhe deram o seu apoio unânime. Afonso Costa disse mesmo que mesmo que Portugal não tivesse de se disponibilizar a ajudar a Inglaterra, no âmbito das suas obrigações da aliança entre os dois países e optasse, pelo contrário pela neutralidade, mesmo neste caso, a proposta do Governo se justificava, porque eram «indispensáveis medidas extraordinárias para se assegurar a rigorosa neutralidade que quisesse declarar-se, e a nossa perfeita autonomia em manter o país livre de todas as preocupações de carácter social e económico»⁵; mas a Inglaterra tudo fez para evitar a guerra ou «ao menos, para circunscrever os seus conflitos dentro dos princípios e normas severas do direito internacional puro», e colocou-se ao lado do Direito e do Progresso, apresentando-se, internacionamente, como «a mais elevada força moral do Universo», que Portugal, por isso mesmo, sentia orgulho em partilhar, fosse nas derrotas e nas vitórias, enfim, disposto a fazer “todos os sacrificios”⁶.

Também António José de Almeida, em nome do seu partido o seu voto favorável à proposta do Governo, embora reconhecendo que o que este pedia era “grave, muito grave”- e muito mais lhe daria até porque era uma proposta patriótica e não partidária; atitude consentânea, aliás, com a orientação pró-britânica em matéria de política externa, votada no Congresso do partido, de Agosto de 1913; mas que o Governo contasse que a atitude do seu partido não seria de obediência passiva perante os actos do Governo, mas de constante fiscalização para que não exorbitasse das faculdades que lhe eram concedidas, sob pena de o denunciar à nação como um governo “intruso prejudicial e maléfico”⁷; o seu apoio, disse, assentava em três ordens de razões: porque o conflito arrastará, inevitavelmente, Portugal e não era sobre a hora em que nos atingirá, que devemos tomar providências que desde já devem ser preparadas; porque «o Poder Executivo mostra estar integrado na única política que convém à honra e aos interesses da Pátria Portuguesa, deliberando-se acompanhar a Inglaterra, a grande nação que detém o mais formidável espólio de civilização do passado e a França que, no seu espírito, sintetiza as aspirações do génio latino, de que somos uma vivida e ativa parcela»; finalmente, porque atribuindo ao Governo as mais amplas competências para superar os obstáculos que tiver de enfrentar para salvaguardar a honra e interesses de Portugal, mais tarde, com mais rigor se lhe pode e deve exigir responsabilidades, que, senão foram satisfatórias, poderão «cobri-lo de ignomínia»⁸. O Partido Evolucionista, sublinha António José de Almeida, não deixa de ser um partido de «oposição política ao Ministério», mas também sabe que, na crise presente, não devia fazer-se política e apoiar qualquer governo que fosse patriótico e Bernardino Machado - disse - era um incontestável republicano e patriota⁹; o Partido Evolucionista, ao apoiar a proposta de lei do Governo, não se afastou de onde sempre estivera; «o seu gesto de agora não

[4] Idem, *ibidem*; ver também, “Portugal e a Situação Europeia. Na presente conjuntura, todos os partidos se colocam ao lado do governo. As sessões de hoje nas duas Câmaras”, in *A Capital* (Lisboa), 7.VIII. 1914, p. 1.

[5] In *DCD/1/04/137/nº9-A/7.VIII.1914*, p.4; ver também, “Portugal e a Situação Europeia. Na presente conjuntura, todos os partidos se colocam ao lado do governo. As sessões de hoje nas duas Câmaras”, in *A Capital* (Lisboa), 7.VIII. 1914, p. 1.

[6] Idem, *ibidem*, p.5; ver também, “Portugal e a Situação Europeia. Na presente conjuntura, todos os partidos se colocam ao lado do governo. As sessões de hoje nas duas Câmaras”, in *A Capital* (Lisboa), 7.VIII. 1914, p. 1.

[7] In *DCD/1/04/137/nº9-A/7.VIII.1914*, p.5; ver também, “Portugal e a Situação Europeia. Na presente conjuntura, todos os partidos se colocam ao lado do governo. As sessões de hoje nas duas Câmaras”, in *A Capital* (Lisboa), 7.VIII. 1914, p. 1.

[8] Idem, *ibidem*; ver também, “Portugal e a Situação Europeia. Na presente conjuntura, todos os partidos se colocam ao lado do governo. As sessões de hoje nas duas Câmaras”, in *A Capital* (Lisboa), 7.VIII. 1914, p. 1.

[9] Idem, *ibidem*; ver também, “Portugal e a Situação Europeia. Na presente conjuntura, todos os partidos se colocam ao lado do governo. As sessões de hoje nas duas Câmaras”, in *A Capital* (Lisboa), 7.VIII. 1914, p. 1.

é mais do que um aspecto da sua atitude patriótica de sempre»¹⁰.

Brito Camacho, por sua vez, disse que o seu partido dava o seu voto «sem nenhuma restrição, ao projecto-de-lei apresentado pelo Sr. Presidente do Ministério; e porque a *União Republicana* sempre confundiu os seus interesses de partido com os interesses nacionais, neste momento incerto e porventura grave não tem que modificar a sua atitude, cumprindo-lhe apenas declarar que “para todos os trabalhos e sacrifícios, hoje como ontem, está ao serviço da Pátria»¹¹; até o *Partido Socialista*, através do seu deputado Manuel José da Silva, embora sublinhando o pacifismo do seu partido e lembrando “que o socialista não tem pátria”¹², todavia não aceitava ver o seu país ir «para a escravidão ou para uma desgraça», pondo-se, portanto ao lado do Governo¹³:

No Senado, os líderes dos principais partidos políticos - como Estevão de Vasconcelos (pelo *Partido Democrático*), Miranda do Vale (pela *União Republicana*) e Feio Terenas (pelo *Partido Evolucionista*) - seguiram a orientação de voto dos seus chefes partidários manifestada na Câmara dos Deputados¹⁴; e tal como na Câmara dos Deputados, os senadores Quanto aos senadores evolucionistas, numa declaração conjunta, embora aprovando a proposta do Governo, advertiram-no que lhe manteriam o seu apoio enquanto não exorbitasse das excepcionais atribuições que lhe foram conferidas¹⁵; por sua vez, José de Castro (que virá a ter um grande protagonismo político depois da queda da ditadura de Pimenta de Castro em 14 de Maio de 1915), não pertencendo a partido algum e “pacifista, em princípio”, falando apenas em nome dos seus eleitores também votava, favoravelmente, a proposta do Governo - em nome da liberdade, do Direito e da Pátria, contra a escravidão teutónica - e punha-se em absoluto à disposição do Governo, cujo patriotismo tinha por inquestionável¹⁶.

Por sua vez, Pedro Martins, em nome dos senadores independentes, embora dando o seu inteiro apoio à proposta de lei apresentada por Bernardino Machado, acrescentou: «É gravíssimo o que nele se pede, porque é a ditadura plena e absoluta»¹⁷, e certamente, pela parte que lhe diz respeito, recusar-lhe-ia o seu voto e lutaria até pela demissão do Governo, se este se refugiasse na neutralidade e não sublinhasse, pelo contrário, que o fazia por solidariedade com os deveres da aliança para com a Inglaterra¹⁸; advertiu, no entanto, o Governo que os atos e excepcionais poderes que lhe eram concedidos para honra e defesa da Pátria não fossem utilizados, sob pena de gravíssimas consequências, para «desvairamentos autoritários, perseguições odiosas, ou orgias de arbítrio e de violência»¹⁹.

Já o senador José de Castro, movido pelo seu inveterado idealismo apoiou, sem restrições e arrebatadamente, a decisão do Governo, pondo-se, em absoluto, à sua disposição e congratulou-se por se colocar não só ao lado da Inglaterra, defendendo o Direito e a Justiça mas “ao lado da França, nossa mãe espiritual e fonte de todas as ideias de Liberdade e Fraternidade”²⁰.

[10] Idem, *ibidem*, p.6; ver também, “Portugal e a Situação Europeia. Na presente conjuntura, todos os partidos se colocam ao lado do governo. As sessões de hoje nas duas Câmaras”, in *A Capital* (Lisboa), 7.VIII. 1914, p. 1.

[11] In *DCD/1/04/137/n.º9-A/7.VIII.1914*, p.7; ver também, “Portugal e a Situação Europeia. Na presente conjuntura, todos os partidos se colocam ao lado do governo. As sessões de hoje nas duas Câmaras”, in *A Capital* (Lisboa), 7.VIII. 1914, p. 1.

[12] *Ibidem*, p.7; ver também, “Portugal e a Situação Europeia. Na presente conjuntura, todos os partidos se colocam ao lado do governo. As sessões de hoje nas duas Câmaras”, in *A Capital* (Lisboa), 7.VIII. 1914, p. 1.

[13] Idem, *ibidem*; ver também, “Portugal e a Situação Europeia. Na presente conjuntura, todos os partidos se colocam ao lado do governo. As sessões de hoje nas duas Câmaras”, in *A Capital* (Lisboa), 7.VIII. 1914, p. 1.

[14] In *Diário do Senado*, I Legislatura, sessão legislativa n.º4, n.º 005, reunião extraordinária do Congresso (convocado por decreto de 4 de Agosto de 1914), 7.VIII.1914, pp.3-4.

[15] *Ibidem*, p.4.

[16] *Ibidem*, pp. 2-6.

[17] *Ibidem*, p.4.

[18] Idem, *ibidem*.

[19] Idem, *ibidem*.

[20] In *Diário do Senado*, I Legislatura, sessão legislativa n.º4, n.º 005, reunião extraordinária do Congresso (convocado por decreto de 4 de Agosto de 1914), 7.VIII.1914, pp.5-6.

Se o Congresso tivesse querido condicionar a moção do Chefe do Governo, tomando uma posição divergente, podia tê-lo feito, porque o Governo era extra-partidário; dependia, inteiramente, do Partido Democrático para se manter no Poder e não colhia as simpatias dos unionistas e dos evolucionistas, nem mesmo já da maioria dos democráticos (como se pode ler no *Relatório* do partido, quanto às suas actividades de 1914, apresentado por Sousa Júnior ao Congresso, realizado em Lisboa, no Politeama, em Março de 1915). Mas nem Afonso Costa, nem António José de Almeida nem Brito Camacho puseram quaisquer reservas ao voto favorável à moção pró-aliada do Chefe do Governo apresentada no Congresso. Apenas Machado Santos, estranhou que os partidos unionista e evolucionista, tendo feito uma oposição persistente e tenaz ao Governo, desde o seu início, agora, sem quaisquer condições e com a maior das liberalidades, lhe permitisse que entrasse em “ditadura”; e algo afim disse o deputado independente Pedro Martins.

O Governo de Bernardino Machado alcançava uma primeira vitória na estratégia que delineara para Portugal enfrentar o conflito europeu, conseguindo do Congresso “as faculdades necessárias para na (...) conjuntura, garantir a ordem e salvaguardar os interesses nacionais, bem como para ocorrer a quaisquer emergências extraordinárias de carácter económico e financeiro”²¹ (ainda que comprometendo-se a dar conta ao Congresso, na 1.ª reunião que houvesse, do uso feito dessas faculdades). Freire de Andrade²², ex-monárquico e “adesivo”, colonial de reconhecida competência, que Bernardino Machado chamou a soçobrar a pasta dos Estrangeiros a partir de 25 de Maio, dirá mais tarde a Teixeira Gomes, nosso Ministro em Londres, que esta estratégia do Governo quanto ao conflito europeu era da sua autoria e que a mantivera, desde sempre, ou seja, desde que fora investido nas funções de Ministro. No dia seguinte à reunião do Congresso, ou seja, em 8 de Agosto, Bernardino Machado anunciou, oficialmente, que a República assumiria as suas responsabilidades no conflito europeu e as suas obrigações no âmbito da Aliança Inglesa.

Não sabemos, ao certo - a não ser por conjecturas, por um ou outro texto de Bernardino e, sobretudo, pelo conjunto das suas ideias - o que o levou a apresentar essa moção de solidariedade com a Inglaterra, tão rapidamente, que, anos depois, João Chagas a considerará “precipitada”. Mas não para Bernardino Machado.

Em primeiro lugar é importante que se diga, que Bernardino Machado nunca foi um apologista da guerra; era da opinião que os povos progrediam graças à liberdade e solidariedade recíprocas e não pela “concorrência vital”. Era anti-darwinista no que diz respeito à evolução social e convergente (ainda que não coincidente) com Kant quanto ao que o homem tem de mais específico - a moral do *imperativo categórico*. Não há, pois, na sua alegada “precipitação” pró-aliada, quaisquer subreptícias ambições imperialistas. Mas há, sem dúvida, a intenção calculada de salvaguardar o nosso património colonial. Passando

[21] Lei nº 275, de 8 de Agosto de 1914 (in *Diário do Governo*, 1.ª série, nº137)

[22] Andrade, Alfredo Augusto Freire de (1859-1929), nasceu em Lisboa. Depois dos seus estudos preparatórios, frequentou a Escola Politécnica de Lisboa (a partir de 1874) e a Escola do Exército (onde assentou praça em 1877). Cursou ainda a Escola de Minas de Paris que concluiu em 1888. Engenheiro de minas e oficial do Exército alcançou a patente de tenente-coronel, em 1910, a de coronel, em 1912, e a de general, em 1922. Em 1890 foi enviado pelo Governo, a Moçambique, quer como comissário geral das minas e pedras preciosas, quer como membro da delimitação de fronteiras da colónia. De volta a Portugal foi lente da Escola do Exército até 1894. Em 1895, volta a ser mobilizado para as campanhas africanas de Moçambique e é nomeado Governador de Lourenço Marques, tendo participado na operação militar contra Gungunhana; volta, de novo, a Moçambique, de 1898 até 1903, para dirigir a Minas da Companhia da colónia e colaborar na delimitação de fronteiras da colónia. De volta a Lisboa, foi encarregado de várias comissões de serviço, sobretudo de administração militar. Em Outubro de 1906, foi nomeado Governador Geral de Moçambique, onde fez inúmeros melhoramentos: edifícios públicos, faróis, criação de escolas, repartição de Agricultura e Veterinária, 1.ª Estação de Investigação Agrícola da Província, oficinas mecânicas, estradas do interior para a costa, caminho-de-ferro de Gaza, etc. De regresso a Portugal retomou as suas funções docentes na Escola do Exército (1905) e, como professor de *Geologia*, na Escola Politécnica da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (1910-1929). Politicamente, foi governador interino

em revista toda a obra de Bernardino Machado (desde os tempos em que foi deputado monárquico e regenerador até à sua oposição ao Salazarismo), sempre considerou as colónias parte integrante da nação portuguesa e imprescindíveis à nossa independência e ao papel político que nos cabia desempenhar, no concerto das nações, enquanto terceira potência colonial, embora reconhecendo (já desde o fim do século XIX e posteriormente, por várias vezes, como no debate sobre os *Altos Comissários*, em 1920), que o destino final dessas colónias era a auto-determinação, ainda que inclusas numa *Commonwelth* lusíada.

Mas Bernardino Machado não ignorava que a nossa velha aliada já, por duas vezes, tentara repartir o contróle económico das nossas colónias com a Alemanha (e pela insolvência dos nossos empréstimos, avançar para a sua posse): uma, através do tratado anglo-alemão de 1898, da iniciativa do ministro do *Foreign Office*, Lord Balfour, com o beneplácito do primeiro ministro Lord Salisbury, que acabou por não se concretizar, mas que nunca foi revogado; e uma segunda, a partir de 1912, da iniciativa de Edward Grey²³, ministro britânico dos Negócios Estrangeiros, que encarregou dessa tarefa o ministro da Guerra, Sir Haldane, com plenos poderes para negociar com a Alemanha essa partilha das colónias portuguesas, a troco de um não aumento da esquadra alemã (proposta inglesa que se malogrou por causa de exigências exorbitantes, vindas de pangermanistas, como o general Moltke e o almirante Tirpitz). Mas Grey não desistiu e, no ano seguinte, ou seja, em 1913, retomou a tentativa de acordo, por intermédio do embaixador alemão em Londres, o príncipe Lichnowski, que chegou a bom porto - dando satisfação a todas as exigências coloniais alemãs contidas no acordo de 1898 e muitas outras mais - que só não foi assinado por ambas as partes, porque a guerra eclodiu em 1 de Agosto de 1914²⁴.

Bernardino Machado sabia, pois, a precária segurança do nosso império colonial se nos mantivéssemos na neutralidade e não optássemos pela intervenção militar ao lado dos Aliados. Por isso, de modo aparentemente, precipitado (até os Ingleses se surpreenderam com tão expedita solidariedade!) arrancou ao Congresso, no dia 7 de Agosto, a deliberação supracitada, cuja consecução até com o sangue pátrio se honraria, se a Aliança entre os dois povos o exigisse²⁵. Bernardino Machado conseguia, assim, impôr à Inglaterra o ónus da “vontade” de entrarmos ou não na Guerra. Pela nossa parte, o Congresso já mostrara, de modo inequívoco, jurídico e altruísta, qual era a sua; iniciativa que enfraqueceu o estatuto de subalternidade em que a Inglaterra nos queria manter no conflito.

Uma outra razão para Bernardino Machado “precipitar” a moção de 7 de Agosto foram os problemas internos de ordem (incursões monárquicas, agitações sociais, conspirações, etc.) com que se defrontava a República, que punham em causa, sobretudo aos olhos da opinião pública (mais subjectiva que objectivamente) a sua segurança e, acima de tudo, atrasavam ou impediam um coerente e duradouro programa de reformas; entrar na Guerra ao lado dos

de Lourenço Marques (1892-1895), ascendeu a Governador-Geral de Moçambique, em 1906, tendo exercido o cargo até 1910. Adepto franquista, aderiu ao P.R.P. após a revolução republicana e, entre 1911 e 1913, desempenhou o cargo de Director-Geral das Colónias. Daí, ascendeu à pasta de Ministro dos Negócios Estrangeiros, no Governo de Bernardino Machado, na qual foi empossado em Março de 1914, mantendo-se no cargo até 12 de Dezembro deste ano. Foi ainda secretário-geral do Ministério da Instrução e Presidente do Conselho Superior de Instrução. Representou Portugal na *Conferência de Paz* (1918-1919) e na *Sociedade das Nações* (1920-21, e 1921-1927), presidindo, em 1921, à delegação portuguesa às negociações com a África do Sul (ver “Andrade, Alfredo Augusto Freire de”, in *Parlamentares e Ministros da 1 República (1910-1926)*, por A.H. de Oliveira Marques, Paulo Guinote, Pedro Teixeira de Mesquita e João José Alves Dias, Lisboa, Assembleia da República/Edições Afrontamento, Lisboa, 2000, p.92). Doravante citamos esta obra pela sigla *PMI^R*. [23] Grey, Edward (1862-1933), político inglês que iniciou a sua carreira, em 1885, como deputado do *Partido Liberal*, ao qual sempre ficou ligado. Em 1892 foi nomeado subsecretário das relações externas no último ministério, presidido por Gladstone. Em 1905, devido ao êxito por ele alcançado na política externa inglesa, Campbell Bannerman convidou-o a sobraçar a pasta dos Estrangeiros, cargo que exerceu, quase ininterruptamente, até 1919. Partidário da *entente cordiale* entre França e Inglaterra, afirmou na Câmara dos Comuns, em 27-VII-1914, que se o conflito entre a Áustria e a Sérvia (que acabou por estar na origem na I Guerra Mundial) se mantivesse circunscrito a esses países, a Inglaterra

Aliados era concitar, na óptica de Bernardino, um movimento de “unidade” nacional, onde as divergências, por razões patrióticas, seriam secundarizadas e, indirectamente, consolidado o novo regime, identificando-se, por arrastamento, as ideias de “Pátria” e de “República”. Enganou-se, pois é fácil ser *patriota* quando o *patriotismo* coincide com os interesses de cada um em particular, mas é algo que exige uma moral metafísica e altruísta quando se sobrepeõe ou até sacrifica esses interesses.

Não se julgue, porém, que esta votação unânime de solidariedade do Congresso para com a Inglaterra, no dia 7 de Agosto, foi aprovada, *em consciência*, por todos os parlamentares. Leote do Rego, que tinha assento no Congresso, pôde ouvir as manifestações de contrariedade com que alguns parlamentares aprovaram a moção de Bernardino Machado; e disse-o ao jornal *A Montanha* (Porto), affecto ao P.R.P., o que lhe valeu um processo disciplinar da parte da tutela e o cumprimento de uns dias de cadeia.

Mas nem mesmo Bernardino Machado pretendia ir mais além da sua moção do que ela dizia. Conta Machado Santos ao jornal *A Capital* (6.VII.1918) que foi ele o primeiro a defender a nossa intervenção militar na Guerra ao lado da Inglaterra; e foi tal o seu entusiasmo que interpretou a moção de 7 de Agosto como uma verdadeira declaração de guerra à Alemanha, defendendo que nos apoderássemos, de imediato, da frota alemã estacionada no Tejo e enviássemos quer um contingente militar de 40 000 homens em socorro da Bélgica, quer expedições militares para defesa das colónias. Esta interpretação pró-activa da moção de 7 de Agosto - ainda segundo Machado Santos - assustou de tal modo Bernardino Machado que ordenou ao Governador Civil de Lisboa, que colocasse no placard d’ *O Século*, uma nota oficiosa a refutá-la. Mesmo no Governo, o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Freire de Andrade, tinha uma opinião reservada (que revelou nas relações epistolares com Teixeira Gomes, nosso ministro em Londres) quanto à iniciativa de Bernardino Machado, pois era de parecer que a afirmação da nossa solidariedade para com a Inglaterra se podia ter feito mais tarde.

O que pretendo mostrar, ao assinalar estes “desvios” ao unanimismo aliadófilo do Congresso, em 7 de Agosto, é que mesmo a proposta governamental começou por ser uma manobra política. Mas nem por isso se reduziu a uma proposta, meramente, nominal, pois será o próprio Bernardino Machado que, nos primeiros dias de Agosto, procurado pelo chefe da Legação alemã em Lisboa, Friedrich Rosen, o informou que a posição de Portugal quanto ao conflito europeu estava, definitivamente, traçada: Portugal não deixaria de honrar os seus compromissos de Aliado com a Inglaterra, caso esta solicitasse a nossa ajuda; fá-lo-ia até por respeito para com as demais nações, pois os compromissos eram para ser cumpridos; frontalidade e transparência que o diplomata alemão entendeu, pois replicou que se, porventura, alguma vez, a Alemanha e Portugal viessem a combater em lados opostos, durante a Guerra, que esse combate fosse entre adversários e não entre inimigos.

“alhear-se-ia” dele, dado que não punha em perigo a paz do continente europeu nem o equilíbrio entre as nações. Apesar de todos os seus esforços diplomáticos, o conflito eclodiu e generalizou-se e a Inglaterra acabou por ter de se envolver, ao lado da França e gerir, também, a vontade unanime que demonstramos, em 7 de Agosto de 1914, de estar ao lado da nossa Aliada em tal transe e participar, inclusivé, militarmente, no conflito. Ora nem uma coisa (a I Guerra Mundial) nem outra (a participação portuguesa) eram desejadas por Inglaterra. Grey, em nome da Inglaterra, deu sobejas provas do reduzido apreço que a antiga aliada tinha por Portugal: em 1912, enviou à Alemanha, em missão oficiosa, Lord Haldane, com poderes - os mais latos - para negociar com a Alemanha o não aumento da sua frota, a troco, entre outras contrapartidas, da partilha das colónias portuguesas; a Alemanha exigiu, em contrapartida, que a Inglaterra se mantivesse neutral em qualquer guerra que ela pudesse levar a cabo; mas a França opôs-se a este acordo anglo-alemão, gorando o plano de Grey (salvando, assim, indirectamente, as colónias portuguesas). Mas Grey não desistiu. Com o príncipe Lichnowski, embaixador em Londres, elaborou um novo tratado secreto para a partilha das colónias portuguesas entre a Inglaterra e a Alemanha, que estava pronto para ser assinado, quando eclodiu a I Guerra Mundial. Por isso, quando se escarpeliza a nossa participação na Guerra, reduzindo a sua explicação/compreensão ao binómio guerristas/anti-guerristas, vale a pena ter em conta estas outras variáveis diplomáticas externas, que não primam pela idoneidade moral que mostrou o Governo Bernardino Machado e o nosso Congresso, em 7 de Agosto e 23 de Novembro daquele ano.

O Congresso, em 7 de Agosto, com o seu voto, colocou-se, quanto à nossa política externa numa posição de *princípios* inatacável, que satisfizesse inteiramente o *Foreign Office* e Edward Grey (que detinha a pasta dos Estrangeiros): embora em paz com todas as nações, não deixaríamos de responder, solidariamente, a um apelo da Inglaterra, no caso de ela o fazer. Não nos colocávamos na situação de neutralidade diante do conflito (e a Inglaterra também não desejava que o fizéssemos), nem na situação de beligerância. Apenas fizemos constar às chancelarias europeias, que estávamos numa “neutralidade condicional”.

Mas o teor da moção de Bernardino ao Congresso, embora agradando ao *Foreign Office*, apanhou-o de surpresa (o que realmente a Inglaterra desejaria que fizéssemos é que não tomássemos qualquer iniciativa que a envolvesse, sem o seu prévio conhecimento). O eventual desagrado da Inglaterra pela ausência do conhecimento “prévio” do conteúdo da moção do dia 7, deriva da conjugação de duas variáveis: é que tanto Freire de Andrade, ministro dos Negócios Estrangeiros do Governo de Bernardino Machado, como o nosso ministro em Inglaterra, Teixeira Gomes, defendiam a nossa neutralidade no conflito (telegramas de Freire de Andrade a Teixeira Gomes e Sidónio Pais, de 2 de Agosto de 1914²⁶ e carta de Teixeira Gomes a Freire de Andrade de 14 de Novembro de 1914²⁷); e somente achavam que devíamos sair dela ou pelo ataque de uma potência hostil ou pelo pedido de auxílio da Inglaterra ao abrigo das obrigações da Aliança, que tínhamos com ela. Fora destas circunstâncias, devíamos manter-nos numa “neutralidade condicional” que foi, afinal, aquela que foi votada em 7 de Agosto. Apesar disso, Freire de Andrade, não se cansava, desde o dia 1 de Agosto, de solicitar instruções ou uma declaração do *Foreign Office* (carta de Freire de Andrade a Teixeira Gomes, de 1 de Agosto de 1914²⁸), quanto aos nossos direitos e deveres para com a Inglaterra, pois os adversários desta - em virtude da aliança que tínhamos com ela - poderiam considerar-nos, *ipso facto*, também seus adversários; e essa “declaração” seria um guia de procedimento quanto à nossa política externa. E a Inglaterra acabou por responder através de uma carta de Eyre Crowe, sub-secretário de Estado do *Foreign Office*, enviada a Teixeira Gomes (3 de Agosto²⁹), informando que o Governo inglês, por intermédio de E. Grey, pedia “encarecidamente” ao Governo Português “para se abster por agora de publicar qualquer declaração de neutralidade” (e semelhante pedido foi enviado por Edward Grey a Lancelot Carnegie, ministro da Inglaterra em Lisboa, no mesmo dia, que o fez chegar, no dia 5, a Freire de Andrade³⁰); informação que Teixeira Gomes veiculou a Freire de Andrade (telegrama de 4 de Agosto de 1914³¹) acrescentando que aquele pedido não o deixava inteiramente sossegado, pois a Alemanha estava a violar, sem cerimónia, a neutralidade das pequenas potências, tirando-nos qualquer garantia de paz, mesmo que declarássemos a neutralidade; e num outro telegrama do mesmo dia, disse a Freire de Andrade que insistira junto do *Foreign Office* para que o Governo inglês estudasse sem demora o que fazer quanto às nossas colónias africanas no caso de um ataque alemão³². A resposta do Governo inglês a esta preocupação deu-a Gey num telegrama de 4 de Agosto, enviado ao ministro Carnegie em Lisboa, onde lhe solicitava que informasse Freire de Andrade

[24] Sobre estes acordos anglo-alemães ver *Portugal na Grande Guerra*, dir. pelo general Ferreira Martins, vol. 1.º, Lisboa, Editorial Ática, [1934], pp. 45-56. Doravante citaremos esta obra pela sigla *PGG/FM*, seguida do volume e página.

[25] Bernardino Machado, “O Exército e a Nação” (conferência, proferida no Ateneu Comercial de Lisboa, no dia 12 de Abril), in *A Capital* (Lisboa), Ano 5, n.º 1683, 12.IV.1915, pp. 2-3 e, também, *O Mundo* (Lisboa), Ano 15, n.º 5298, 13.IV.1915, pp. 1-2.

[26] in *Documentos/ apresentados ao/ Congresso da República /, em 1920 /, pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros. / Portugal no conflito europeu. / 1ª parte. / Negociações até à declaração de Guerra*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1920, pp.3-4. Doravante esta obra será citada pela sigla *DACR1920MNE*.

[27] in *DACR1920MNE*, pp. 82-88.

[28] *Ibidem*, p.3.

[29] *Ibidem*, p.6.

[30] *Ibidem*, pp. 6-8.

[31] *Ibidem*, pp. 5-6.

[32] *Ibidem*, p.6.

que caso as nossas colónias fossem atacadas pelos alemães, a Inglaterra viria em nossa ajuda em nome da aliança anglo-portuguesa; quanto ao resto, a Inglaterra pedia apenas que Portugal se abstinhasse de proclamar a neutralidade, pois se o Governo inglês viesse, futuramente, a precisara da nossa ajuda militar, fá-lo-ia invocando a aliança entre os dois países³³. Posição que sossegou o Governo português.

3.2.2 Ambigüades do unanimismo aliadófilo do Congresso de 7 de Agosto

Como já dissemos, no dia 8 de Agosto, Bernardino Machado fez saber, oficialmente, que, no caso de Portugal entrar na Guerra a pedido da Inglaterra, não deixaria de o fazer em conformidade com as obrigações da Aliança que uniam os dois povos; a informação foi enviada às diversas chancelarias europeias e representações diplomáticas de Portugal nesses países; e provocou algum sobressalto em algumas, pois não estavam certas se a moção governamental votada, pelo Congresso, em 7 de Agosto, fora apenas uma afirmação de princípios ou uma declaração de guerra. Quanto a essas dúvidas se encarregou de as clarificar o nosso Ministro dos Negócios Estrangeiros, Freire de Andrade, que, em telegrama enviado a Teixeira Gomes, no dia nove, o informou que esclarecera o ministro da Áustria, em Lisboa, que o Congresso não votara qualquer moção a favor ou contra a neutralidade, mas simplesmente uma declaração de que não deixaríamos de estar ao lado da Inglaterra, na guerra em curso, no caso de esta invocar e solicitar, em nome da Aliança entre os dois povos, a nossa solidariedade activa³⁴. Era uma declaração que nada tinha de hostil para qualquer um dos países beligerantes.

[33] *Ibidem*, pp.7-8.

[34] *Ibidem*, p.11

[35] *Ibidem*, p.12. É interessante, a este propósito, o telegrama que Freire de Andrade enviou a João Chagas em 18 de Agosto, onde parece não ver a contradição que o nosso ministro em Paris lhe aponta: “não estamos hostilidade país algum, portanto neutros, mas neutralidade condicional” (*ibidem*, p. 18).

Mas a própria Inglaterra, baseada num telegrama publicado pelos jornais de Lisboa, ficou surpreendida pelo Congresso português ter aprovado uma moção em que Portugal se manifestava “incondicionalmente” ao seu lado, moção que a nossa aliada considerava precipitada, pois só devia ser apresentada nestes termos, se Portugal fosse provocado pelo Ministro da Alemanha, caso contrário implicava um estado de guerra, cuja iniciativa nos cabia. Mas o que se passara no Congresso não fora o que a Inglaterra receara: para Portugal entrar na Guerra, faltava uma condição: que a Inglaterra nos solicitasse essa entrada, invocando a aliança; e foi este esclarecimento que Teixeira Gomes prestou ao *Foreign Office* que ficou, “completamente” satisfeito, com o modo de proceder do Governo português; “neutralidade condicional” (como veio a ser conhecido este “limbo”, virtualmente, beligerante em que nos colocamos, cuja denominação se deve a Freire de Andrade) que, de imediato, João Chagas contestou, em telegrama de 9 de Agosto, enviado ao nosso Ministro dos Negócios Estrangeiros, lembrando-lhe que essa atitude estava em contradição com as declarações de Bernardino Machado³⁵. Mas era essa neutralidade condicional a que a Inglaterra pretendia, como se prova pela nota do *Foreign Office* entregue por Lancelot Carnegie, em 5 de Agosto, ao nosso Ministro dos Negócios Estrangeiros, na qual o Governo português era informado que a Inglaterra sairia em defesa de Portugal, no âmbito das estipulações da Aliança no caso da Alemanha atacar as nossas colónias, pedindo-nos, simultaneamente, que nos abstivéssemos de proclamar

a neutralidade (a não ser que a Inglaterra nos pedisse algo incompatível com ela, e nesse caso fá-lo-ia em nome da Aliança); e esta atitude da Inglaterra quanto à posição que devíamos assumir no conflito, é retomada numa carta de 13 de Agosto, de Edward Grey, chefe da diplomacia inglesa, enviada ao seu representante em Lisboa, Sir Lancelot Carnegie (que a mostrou a Freire de Andrade, no dia 29 de Agosto), solicitando ao nosso Governo que não declarasse a neutralidade e, entretanto, fosse cumprindo “os deveres dos neutros”; e se lhe fossem pedidas explicações, se negasse a dá-las, justificando essa recusa com a aliança à Inglaterra que estava em guerra³⁶.

Enfim, no dia 7 de Agosto, o Congresso da República portuguesa não aprovou mais do que a intenção de não manter, incondicionalmente, uma neutralidade que fosse incompatível com os deveres da aliança, embora a percepção que esse voto provocou no *estrangeiro*, como assinalou João Chagas em carta a Freire de Andrade, de 11 Agosto³⁷, foi a da nossa entrada *real* na Guerra, advertindo-o, em telegrama do dia 21³⁸, que a manter-se essa solidariedade num plano meramente *nominal* (o que acontecerá se ficarmos reféns da política inglesa) gerará grande equívocos e nefastos efeitos para nós além-fronteiras.

Mas esta atitude de lealdade de Portugal à Inglaterra, em caso de Guerra, deixou a França satisfeita, pois Portugal ao abster-se de declarar a neutralidade, inviabilizava a estadia no Tejo quer de navios de guerra alemães quer o refúgio da marinha mercante alemã, quando perseguida pelos cruzadores ingleses; era, todavia, importante - dirá João Chagas em 9 de Agosto a Freire de Andrade - que Portugal não tentasse iludir estes compromissos formais ou recuasse na sua opção, o que seria “desastroso”³⁹.

Quanto à reacção da Alemanha à nossa declaração de 7 de Agosto, sabe-se pouco; sabemos a conversa cortês e clara que Bernardino Machado teve com Friedrich Rosen, quanto às nossas intenções no conflito; e na Alemanha, segundo um officio de Sidónio Pais, de 19 de Agosto, ao nosso embaixador no Vaticano, Eusébio Leão (que o reenviou para o nosso ministro dos Negócios Estrangeiros) a convicção era que Portugal, mais tarde ou mais cedo, se envolveria na Guerra, ao lado da Inglaterra, ainda que ele, Sidónio Pais - enquanto não recebesse indicação contrária de Lisboa - continuaria a agir, diplomaticamente, como se Portugal fosse um país neutro (não acreditando, porém, que Portugal viesse a entrar no conflito, pois se tal fosse provável, o ministro da Alemanha em Lisboa, em sua opinião, já teria abandonado o seu posto ou teria enviado, para Berlim, informações sobre a nossa hostilidade)⁴⁰. Mas Sidónio, devido à rigorosa censura existente na Alemanha, que ele mesmo confirma - onde nem os jornais dos países Aliados circulavam - estava mal informado; é o próprio Freire de Andrade que diz a Teixeira Gomes, em 20 de Agosto, que o Governo alemão tinha, decerto, informações precisas do que se passava em Portugal, pois ainda que o seu representante em Lisboa afirmasse que não tinha instruções do seu país por falta de comunicações, já manifestara, quanto à nossa atitude

[36] *Ibidem*, p.34.

[37] *Ibidem*, pp.13-14.

[38] *Ibidem*, pp.13-14.

[39] *Ibidem*, p.12.

[40] *Ibidem*, pp.18-24.

perante o conflito, uma atitude “ligeiramente ameaçadora”⁴¹. Mas apesar de bem informado sobre as intenções da Alemanha, Freire de Andrade não as transmitiu a Sidónio Pais. E aproveitando-se das limitações a que estava sujeito, Freire de Andrade escreveu-lhe, em 3 de Setembro, elogiando a sua discricção e solicitando-lhe, ainda, que desmentisse como “absolutamente sem fundamento o boato da mobilização”, que defendesse a nossa neutralidade condicional (“pois o nosso desejo é manter-nos estranhos ao conflito”) e que, salvo o pedido de auxílio militar da Inglaterra ao abrigo da Aliança, procedesse como representante de um país neutral⁴². Mesmo depois do pedido de ajuda militar da Inglaterra, em 10 de Outubro, Freire de Andrade solicitou ao nosso ministro em Berna, António Bandeira, no dia 23 desse mês, que informasse Sidónio Pais que não fizesse nenhuma declaração definitiva, nem pedisse passaportes, enquanto o nosso Congresso não se reunisse e deliberasse, por fim, se aceitava ou não entrarmos, militarmente, na Guerra ao lado da Inglaterra⁴³.

Mas a “neutralidade condicional” em que a Inglaterra, secretamente, nos colocou e com a qual pactuamos, à medida que o tempo decorria, começou a levantar perplexidades, suspeições e agitações políticas internas (exactamente o contrário do que visara Bernardino Machado, com a sua moção, ou seja, uma “unidade” nacional em volta de um objectivo comum e patriótico), pois desde a tomada de posição aliadófila do Governo, os “guerristas”, ou seja, os que eram favoráveis à nossa entrada no conflito, não entendiam porque não entrávamos nele, queriam mais e mais, interpretando a estratégia do Governo como tibieza e, inclusivé, como concessão aos alemães (suspeitas que chegaram ao ponto de acusarem o seu Governo de germanófilo!), mostrando-se “mais ingleses que os próprios ingleses”⁴⁴. Nem os Aliados beligerantes entendiam a nossa posição de expectativa. Segundo João Chagas, a afirmação de que Portugal acompanhava a Inglaterra, invalidava - na óptica da França - toda a ideia de neutralidade e adiar a afirmação taxativa dessa opção aliadófila apenas servia para gerar equívocos, quanto à nossa política externa, que em nada a abonavam⁴⁵; ele mesmo convivía mal com essa indecisão, pois, ao certo, não sabia se Portugal estava do lado dos Aliados ou dos neutros; era - como disse - uma situação deplorável para Portugal e constrangedora para si⁴⁶; além disso, acrescentou Chagas a Freire de Andrade - citando-lhe *Le Temps* - o que estava em jogo era uma luta entre as forças da liberdade e as forças da servidão, e grande era a responsabilidade dos povos que, neste confronto, se mantinham na expectativa e na inacção (como era o nosso caso)⁴⁷, para já não falar dos benefícios a distribuir entre os vencedores, no fim da Guerra que - como, recentemente, declarara o antigo ministro francês Delcassé, ao *Corriere de la Sera* - seria proporcional aos sacrifícios de cada um dos beligerantes⁴⁸.

Freire de Andrade decidiu, estancar, cerce, esta pressão aliadófila e intervencionista de João Chagas, esclarecendo-o que a situação de Portugal perante a Guerra não era susceptível de dúvidas: nem a Alemanha nos declarara guerra, nem nós declaráramos guerra à Alemanha; e porque éramos aliados multisseculares de um dos beligerantes, apenas aprováramos,

[41] *Ibidem*, p. 24

[42] *Ibidem*, p. 36

[44] In *Diário do Senado*, I Legislatura, sessão legislativa, n.º 137, 14.XII. 1914, p. 11

[45] Telegrama a Freire de Andrade, de 21.8.1914, in *DACR1920MNE*, p. 24

[46] Telegrama de Chagas a Freire de Andrade, 22.8.1914, in *DACR1920MNE*, p. 26

[47] Em telegrama a Freire de Andrade, de 24.8.1914, in *DACR1920MNE*, pp. 26-27

[48] Telegrama de J. Chagas a Freire de Andrade, de 24.8.1914, in *DACR1920MNE*, p. 27

em Congresso, que acorreríamos ao seu chamamento militar, caso no-lo solicitasse, em conformidade com os deveres que a Aliança a ambos obrigava; até esse chamamento não nos podíamos considerar nem declarar beligerantes⁴⁹; e não confiando, inteiramente, na disciplina política de João Chagas, Freire de Andrade advertiu-o que o Governo português tinha um “acordo” - o que não era verdade! - com o governo inglês, quanto ao conflito europeu e que Portugal cumpriria as obrigações exigidas pela Aliança, esperando que Chagas procedesse, politicamente, em Paris, de acordo com essa orientação⁵⁰. A verdade é que Freire de Andrade ocultava a João Chagas duas importantíssimas informações que recebera naquele mesmo dia 28, da parte de Teixeira Gomes: um telegrama no qual o nosso embaixador em Londres o informava que Eyre Crowe pretendia saber se na eventualidade de uma invasão alemã da África central inglesa, que forças coloniais podíamos dispor para operar, conjuntamente, com a Inglaterra para a combater⁵¹; e em segundo lugar, enviou-lhe em anexo, no mesmo dia, um *memorandum* com data do dia anterior, elaborado e assinado por Edward Grey, onde - além de reafirmar (o que já fizera no dia 15, a pedido de Eyre Crowe) que a Inglaterra, no caso das possessões coloniais portuguesas serem atacadas, viria de imediato em seu auxílio, atacando as forças navais alemãs - esclarecia que, de momento, a Inglaterra “não podia tomar a responsabilidade quanto às fronteiras terrestres das colônias portuguesas”, sugerindo a Portugal reservasse o seu exército e a sua marinha para defender as suas fronteiras terrestres e marítimas, parecendo-lhe “inúteis”, de momento, quaisquer encontros entre oficiais ingleses e portugueses para debater medidas de defesa comum em caso de necessidade⁵².

O *memorandum* de Grey, enviado em 27 de Agosto a Teixeira Gomes, era uma “bomba”; e tanto era assim que Teixeira Gomes disse a Freire de Andrade (em telegrama de de 26 de Agosto de 1914) que confrontou o ministro dos negócios estrangeiros inglês com ele, considerando-o “confuso e contraditório”, ao que Grey lhe replicou que não vira a sua redacção definitiva, mas que a sua intenção era dizer ao Governo português que nos defenderia por mar, mas que não estava em condições de garantir o envio de tropas inglesas para defender as nossas fronteiras terrestres (coloniais ou continentais)⁵³. O que Grey não disse foi que o Governo inglês aconselhou o seu homólogo português a reservar as tropas para defender as fronteiras terrestres da “pátria”, podendo subentender-se, nesse conselho, que na medida em que estivesse ao alcance do Governo inglês elas não sairiam do território português. A nossa “neutralidade condicional”, na óptica da Inglaterra, era mesmo para manter--porque a favorecia e prejudicava a Alemanha--mesmo que, com ela, pudéssemos vir a sofrer ataques alemães em território africano (como aconteceu em Naulila), sem que a Inglaterra se sentisse na obrigação de nos auxiliar.

A verdade, porém, é que esta situação de “neutralidade condicional”, vantajosa para a Inglaterra, prejudicial para a Alemanha e defendida pelo nosso Ministro dos Negócios Estrangeiros, Freire de Andrade (“estamos em paz com todos, prontos, porém, para fornecer à Inglaterra, todos os auxílios que nos pedir”, como disse em telegrama a Batalha Reis, de 27.8.1914⁵⁴),

[49] Telegrama de Freire de Andrade a João Chagas, de 23.8.1914, in *DACRI920MNE*, p.26.

[50] Telegrama de Freire de Andrade a João Chagas,

[51] Telegrama de Teixeira Gomes a Freire de Andrade, de 26.8.1914, in *DACRI920MNE*, pp.28-29.

[52] *Memorandum* de Sir Edward Grey, Ministro dos Negócios Estrangeiros de Sua Magestade britânica ao Sr. Teixeira Gomes, de 27 de Agosto de 1914, in *DACRI920MNE*, pp.30-31.

[53] Telegrama de Teixeira Gomes a Freire de Andrade, de 26.8.1914, in *DACRI920MNE*, p. 29.

[54] In *DACRI920MNE*, p. 31.

estigmatizá-nos, aos olhos da opinião pública internacional, por várias razões que muito importava considerar: não estávamos ao lado da luta pela liberdade dos povos (estávamos, simplesmente, a “olhar”), a nossa soberania estava, às escâncaras, refém da Inglaterra e era natural que, nos futuros acordos de paz, a “paz podre” que usufruíamos agora viesse a pagar um preço elevado.

A Inglaterra, que, num primeiro momento, aceitou, com enfática gratidão, a nossa disponibilidade para a ajudarmos na Guerra, em conformidade com as obrigações da Aliança, à medida que a guerra foi avançando, ou seja, mais ou menos 1 mês depois, procurou sacudir essa aproximação e já ponderava que ficássemos por casa, a guardar as fronteiras da “pátria” com o nosso exército e a nossa marinha. O nosso Ministro dos negócios Estrangeiros, Freire de Andrade, afinava pelo mesmo diapasão; e, como disse, a Sidónio (carta de 3.9.1914⁵⁵), já tinham sido informados todos os diplomatas acreditados em Lisboa que “Portugal não declara a neutralidade porque, sendo aliado da Grã-Bretanha, está na disposição de cumprir, firme e lealmente, os deveres que daí lhe derivem, desde que for solicitado”; e como desejava manter-se estranho ao conflito (opinião não partilhada pelo chefe do Governo nem pelos democráticos!), procedendo como neutral - salvo se fôssemos solicitados pela Inglaterra, sob a invocação da aliança - os interesses da Inglaterra e os nossos eram convergentes. Eis o que pensava Freire de Andrade, que não era exactamente o que pensava Bernardino Machado.

[55] In *DACR1920MNE*, pp. 36-37.

[56] Telegrama a Freire de Andrade, de 29.8.1914, in *DACR1920MNE*, pp. 33-34.

A “neutralidade condicional” não era, para Bernardino, ao contrário do seu ministro dos Estrangeiros, um caminho para a neutralidade *tout court*, ou mero expediente para manter esta com o beneplácito da Inglaterra; era, sim, um primeiro degrau para a *beligerância*, mas--e era aqui que a Inglaterra discordava--sob o manto diáfano da *aliança*. E o que vamos assistir, quase no fim do mês, e posteriormente, é à tentativa da Inglaterra, através do *Foreign Office*, de prescindir da nossa ajuda e solicitar que satisfaçamos um pedido militar da França - a que nenhuma aliança nos ligava - sem que ela, Inglaterra, parceira da França na Guerra, invocasse os deveres da aliança.

Mas João Chagas conhecia bem as ideias de Freire de Andrade e estava mais bem informado do que supunha o nosso Ministro dos Negócios Estrangeiros; e, inconformado com as explicações recebidas no dia 28 de Agosto sobre o alegado “acordo” de Portugal com a Inglaterra sobre a nossa intervenção na Guerra, solicitou-lhe telegraficamente, que lhe enviasse “as bases dese acordo e as razões concretas que, em virtude dele, impediam o Governo português de tomar posição definida perante a Guerra”⁵⁶. É claro que não teve resposta nem podia ter, porque esse acordo não existia; existia, sim, apenas um apelo do *Foreign Office* ao Governo Português para que mantivesse, o mais tempo possível, uma “neutralidade condicional”. Mas a verdade é que esta indefinição prática estava a produzir, entre os Aliados, uma péssima impressão, tirando benefícios dela apenas a Inglaterra. Exemplo destas vantagens

foi o pedido, ao Governo português, do cônsul britânico em Lourenço Marques, solicitando autorização para que tropas inglesas atravessassem o nosso território, no Chinde, a fim de reforçarem a Niassalândia, caso fosse necessário; e o pedido não só foi atendido pelo nosso Governo, como o Governador-geral de Moçambique se mostrou disponível para fornecer “homens, artilharia, munições”, enfim, “tudo o que fosse pedido”, para defesa do território inglês africano⁵⁷. É óbvio que a satisfação deste pedido nos envolvia no conflito com a Alemanha. Mas, curiosamente, o *Foreign Office* apressou-se a esclarecer ter sido o Governador-Geral de Moçambique a oferecer os seus préstimos militares (e não as autoridades inglesas a solicitá-los), sublinhando que a única coisa que, até então, a Inglaterra pedira a Portugal era que se abstivesse em declarar a neutralidade, “desejando quanto possível evitar que Portugal entrasse na Guerra”⁵⁸. Mas o que afirmava Grey não era verdade. Como disse Freire de Andrade a Teixeira Gomes, o Governador Zomba, da Niassalândia, telegrafara ao cônsul inglês em Lourenço Marques, pedindo o auxílio de soldados portugueses, artilharia e munições, tendo em vista travar um eminente ataque alemão; o cônsul inglês procurou o Governador-Geral de Moçambique que respondeu que daria todo o auxílio que a Inglaterra precisasse e daria conta da sua iniciativa ao Governo de Lisboa; não foi, pois, o Governador-Geral de Moçambique que tomou a iniciativa de oferecer auxílio⁵⁹. Teixeira Gomes esclareceu o incidente junto do *Foreign Office*. Edward Grey agradeceu a oferta de Portugal para ajudar na defesa dos territórios africanos da Inglaterra, mas - disse - o Governo inglês, de momento, não precisava dele; quando precisasse, pedi-lo-ia e assumiria todas as consequências que adviessem, para Portugal, desse pedido⁶⁰; e algo afim disse Grey quanto aos oficiais ingleses que o próprio Governo inglês, 15 dias antes - segundo Teixeira Gomes⁶¹ - estava para mandar a Portugal, a fim de estudarem com o comando militar português as “medidas para a defesa de Portugal”, e cujo envio ele, Teixeira Gomes, pressionara, pois urgia que informassem o Governo português sobre as munições e armas que Inglaterra nos devia fornecer⁶² (insistência que deixou Freire de Andrade, particularmente, satisfeito⁶³). Ora, em 26, Edward Grey dizia (por intermédio de Eyre Crowe) a Teixeira Gomes que o estudo desses esforços conjuntos de defesa com oficiais ingleses e portugueses não tinha qualquer vantagem para qualquer das partes e, por isso, não havia razão para que esses encontros se realizassem, além da Inglaterra não poder dispensar oficiais para essa tarefa⁶⁴. Este claro distanciamento da Inglaterra das opções beligerantes aliadófilas do Governo português parecia ser secundado, nesta ocasião, por Teixeira Gomes que, em 28 de Agosto, informava o nosso Ministro dos Negócios Estrangeiros que a neutralidade condicional era a que mais convinha aos nossos interesses, tato mais que os alemães tinham infligido grandes perdas às tropas anglo-francesas⁶⁵.

O que verificamos, portanto, depois da reunião do Congresso, no dia 7, é uma “neutralidade condicional” de Portugal na Guerra que só à Inglaterra beneficiava (como mostra a disponibilidade do Governador-Geral de Moçambique para ajudar, militarmente, as autoridades britânicas, em África), e como a Inglaterra aproveitou essa ajuda para

[57] Veja-se carta de Freire de Andrade a Lancelot Carnegie, de 14.8.1914 (in *DACRI920MNE*, p.16) e o telegrama de Freire de Andrade a Teixeira Gomes, de 22.8.1914 (in *DACRI920MNE*, p.25).

[58] Telegrama de Teixeira Gomes a Freire de Andrade, de 22.8.1914, in *DACRI920MNE*, p.25.

[59] Carta de Freire de Andrade a Teixeira Gomes, de 27.8.1914, in *DACRI920MNE*, p.31.

[60] Telegrama de Teixeira Gomes a Freire de Andrade, de 26.8.1914, in *DACRI920MNE*, p.29.

[61] Telegrama a Freire de Andrade, de 14.8.1914, in *DACRI920MNE*, p.16.

[62] Telegrama de Teixeira Gomes a Freire de Andrade, de 15.8.1914, in *DACRI920MNE*, p.17

[63] Telegrama a Teixeira Gomes, de 16.8.1914, in *DACRI920MNE*, p.17.

[64] Telegrama de Teixeira Gomes e Freire de Andrade, de 26.8.1914, in *DACRI920MNE*, pp. 28-29.

[65] Telegrama de Teixeira Gomes a Freire de Andrade, de 28.8.1914, in *DACRI920MNE*, p.32.

se distanciar dela e para reafirmar o seu desejo daquela atípica neutralidade. Ficou clara a opinião da Inglaterra quanto à nossa intervenção militar na Guerra: ou a neutralidade condicional ou, se Portugal declarasse guerra à Alemanha, seria por sua conta (e não sob a invocação da Aliança), salvo em aspectos defensivos que a Inglaterra, não muito tempo depois, irá dizer que não podiam ir além da defesa das nossas fronteiras marítimas (no continente, ilhas e colónias).

3.2.3 Medidas militares

Não se julgue, porém, que Portugal, ainda que, formalmente, alheio ao conflito, não tomou medidas preventivas para o caso das suas forças militares serem solicitadas a intervir na defesa as suas colónias. Pelo contrário. No que diz respeito à *defesa* e eventual possibilidade de intervenção militar de Portugal, o Governo “no austero cumprimento do dever”, logo levantou a sua voz, por intermédio do Ministro da Guerra, Pereira d’Eça⁶⁶, “reclamando a dotação imprescindível do nosso Exército”; com uma dupla finalidade: organizar as expedições militares de defesa das colónias africanas e pôr em pé de campanha uma divisão para a eventualidade da nossa participação na requisição europeia, ao lado da nossa aliada⁶⁷.

Como Bernardino Machado teve ocasião de esclarecer o Senado, em 15 de Janeiro de 1915, numa reunião informal, por ele solicitada--que se realizou, imediatamente, após aquele órgão não ter reunido por falta de *quorum*--para esclarecer os seus colegas sobre a valorização das guarnições militares das colónias e aumentar os seus efectivos, mesmo antes da Guerra, disse que, antes do início desta, o esquadrão de dragões de Moçâmedes, cujo efectivo em solípedes estava reduzido a 8 cavalos, fora completado pela compra de cento e tantos cavalos, feita no Cabo; e foram dois pelotões desse esquadrão que, no combate de Naulila, sustentaram o embate dos alemães. Também ainda antes da Guerra, o seu Governo determinara a vinda de duas companhias de landins de Moçambique para Angola; e foi uma dessas companhias que, ao lado das duas de infantaria 14, se bateu em Naulila. Por sua vez, em 4 de Agosto, foi aumentada, por decreto, a guarnição de Angola com uma bateria mista de artilharia, um esquadrão de dragões e uma companhia europeia de infantaria; e outro decreto, da mesma data do anterior, elevou para 240 o número de soldados efectivos das companhias indígenas; e um outro decreto ainda, da mesma data, criou inspecções de material de guerra em Luanda, Lourenço Marques e Goa⁶⁸; e, no dia 12 de Agosto, o Governo decretou a transferência das verbas atribuídas aos exercícios das escolas de repetição (que a conjuntura não permitiam que continuassem) para o Ministério da Guerra e a sua aplicação na «aquisição de material de preparação para a guerra» e despesas de pessoal⁶⁹; e no dia seguinte, dia 13, atribuiu um crédito extraordinário ao Ministério da Guerra, no valor de 1:000:000\$00, destinados à aquisição de material de guerra, a “reconhecimentos militares e outras despesas extraordinárias”, tendentes à manutenção da ordem e salvaguarda dos interesses nacionais⁷⁰. Por sua vez, em 27 de Agosto, a fim de facilitar a cedência, por venda ao Ministério das Colónias,

[66] Eça, António Julio da Costa Pereira d’ (1852-1917), frequentou o Colégio Militar (1864-1869), após o que cursou a Escola do Exército e a Arma de Artilharia (1874-1876). Seguiu a carreira de oficial do Exército, sendo coronel em 1908 e atingindo o generalato em 1913. Serviu, entretanto, o País, nas colónias (Moçambique e Cabo Verde) no tempo da Monarquia e combateu os monárquicos couceiristas, em 1912, julgando o levantamento de Viana do Castelo e tomando o governo militar do distrito. Em 1913 foi nomeado director do Arsenal do Exército, cargo que ocupou até Julho desse ano. Fez parte do governo extra-partidário de Bernardino Machado, em 1914, ocupando a pasta da Guerra entre 9 de Fevereiro e 12 de Dezembro e tomando partido a favor da nossa participação na I Guerra Mundial, para a qual se empenhou na mobilização das nossas tropas. Foi, ainda, enviado, para Angola, onde substituiu, Alves Roçadas, em Fevereiro de 1915, para chefiar, com sucesso, as operações militares de reocupação dos territórios revoltados do Sul e nomeado governador-geral da mesma colónia entre 21 de Março e 11 de Outubro de 1915.

[67] Ver Bernardino Machado, *O Exército e a Nação*, Lisboa, Livraria Féris, 1915, p.8 (conferência, proferida no Ateneu Comercial de Lisboa, no dia 12 de Abril); ver também, *A Capital* (Lisboa), Ano 5, n.º 1683, 12.IV.1915, pp. 2-3 e *O Mundo* (Lisboa), Ano 15, n.º 5298, 13.IV.1915, pp. 1-2.

[68] Em Angola. As forças que se encontram na provincia. Esclarecimentos prestados hoje pelo sr. dr. Bernardino Machado numa reunião de senadores”, in *A Capital* (Lisboa), Ano 5, n.º 1588, 4. I.1915, p. 2; ver também “Uma reunião de senadores a Convite do sr. dr. Bernardino Machado”, in *O Mundo* (Lisboa),

de material de guerra dos Ministérios da Guerra e Marinha, publicou um decreto, autorizando estes ministérios a utilizar o produto dessas vendas de material de guerra na compra de novo material; e no dia 29, através do Ministério das Colónias, o Governo publicou um decreto sobre a constituição de um corpo expedicionário a enviar para Angola com vista a aumentar os efectivos das guarnições dessa província⁷¹.

E considerando ser necessário dotar essas forças com todos os elementos necessários ao cabal desempenho da sua missão; considerando que, com o referido corpo expedicionário, deviam também cooperar determinadas unidades de guarnição da província (o que acarretava mais despesas, além das previstas, como a aquisição de mais solípedes, forragens, material de artilharia, infantaria, sanitário, telegráfico, bivaque, sapadores, etc., além dos transportes desse material e forças), o Governo de Bernardino Machado propôs que fosse aberto no Ministério das Finanças um crédito de 400.000\$ a favor do Ministério das Colónias, a inscrever como despesa extraordinária no orçamento de 2014-2015; e análogo reforço propôs quanto ao corpo expedicionário para Moçambique, apenas com uma diferença de verbas⁷². Todavia, estes dois destacamentos mistos (infantaria, artilharia e cavalaria), com 1.600 homens cada um (que Ferreira Martins diz terem sido mandados organizar, logo em 18 de Agosto), comandados por dois experientes oficiais em matéria colonial, os tenentes-coronéis Alves Roçadas e Massano de Amorim, para guarnecer as fronteiras de Angola e Moçambique, não chegaram a tempo de jugular o ataque ardiloso de uma força alemã ao posto fronteiriço de Maziúta (em Moçambique), onde matou o seu chefe, incendiou o posto e as palhotas anexas e ainda uma aldeia próxima.

E se no combate de Naulila, no sul de Angola, em 18 de Dezembro, fomos vencidos pelos alemães não foi por não termos tropas bastantes na colónia de Angola. Pela nota oficiosa do Ministério das Colónias publicada nos jornais de 3 de Janeiro de 1916 o que se verificou foi que dos 5.200 homens que constituíam as forças já enviadas da metrópole para Angola, desde 10 de Setembro até 10 de Dezembro de 1915, só uma fracção mínima - duas companhias de infantaria 14, e talvez, também, uma bateria de metralhadoras - tomaram parte no combate de Naulila⁷³, ou seja, cerca de 400 praças de infantaria e as guarnições de 4 metralhadoras, o que dará um total superior a 450 homens - além de uma companhia de landins de Moçambique (cerca de 200 homens), dois pelotões do esquadrão de Dragões de Moçâmedes (que pertenciam à guarda da província e já ali entraram antes de declarada a guerra europeia,) e por uma bateria de artilharia Erhardt, que também pertencia à guarnição da província. Ao todo, tomaram parte naquele infausto combate, muito menos de um terço dos efectivos (mais de mil homens) do 1º corpo expedicionário, saído de Lisboa para as colónias, a 10 de Setembro, sob o comando do próprio Tenente-Coronel Roçadas⁷⁴, e nele não participaram, também, os 500 marinheiros que se seguiram à 1.ª expedição e as restantes forças que partiram de Lisboa a 1, 3 e 10 de Dezembro. Havia, pois, no sul de Angola, mais de 4.700 homens das forças

[69] Decreto nº 755, de 12 de Agosto de 1914 (in *Diário do Governo*, 1.ª série, nº140).

[70] Decreto nº 753, de 13 de Agosto de 1914 (in *Diário do Governo*, 1.ª série, nº 141).

[71] Decreto nº 811, de 29 de Agosto de 1914, (in *Diário do Governo*, 1.ª série nº 155).

[72] Decreto nº 812, de 29 de Agosto de 1914 (in *Diário do Governo*, 1.ª série nº 155, p. 755).

[73] Segundo Norton de Matos (in *A Capital*, 27.III.1915) as versões que corriam na opinião pública, propaladas pela direita republicana, sobre o combate de Naulila, eram exageradas e, em parte, inexactas. Dizia-se que o exército português se revelara impreparado, desorganizado e timorato; ainda que pudesse ter havido alguns actos de censura (como hesitações e desfalecimentos, comuns a todas as guerras), muito mais havia que exaltar os actos de bravura das tropas portuguesas. E Norton de Matos explica porquê. Ao contrário do que se propalou, não houve fuga de tropas portuguesas diante do inimigo alemão; o que houve foi falta de munições, ao fim de 4 horas de combate, para o continuar, o que obrigou a uma retirada estratégica para posições mais apropriadas às circunstâncias, tanto mais que não se sabia se os alemães tinham ou não colunas militares de reforço na retaguarda. Acrescente-se a isto que o ataque alemão foi feito de surpresa. O tenente-coronel Roçadas dispunha de 1500 homens da coluna que comandava e de 500 marinheiros que, depois, se lhe vieram juntar, procedendo à sua concentração na linha do baixo Cunene, tendo em vista, principalmente, a ocupação de Cuanhama (muito embora também estivesse prevenido quanto a eventuais desacatos de estranhos à nossa soberania). Sabemos, diz, que o número de soldados alemães era

européias da guarnição da província, que também ali se encontravam, e com as forças indígenas, entre as quais uma companhia de landins de Moçambique, sem ser aquela que combateu em Naulila). Não foi, portanto, por falta de atenção e desvelo do Governo nem por falta de tropas suficientes na província para conter qualquer ataque alemão que Naulila foi uma derrota traumática, mas por revelar, perante a opinião pública, que as nossas forças militares (de cima a baixo) nem saber, nem treino, nem equipamento militar tinham para defender as fronteiras das colónias quanto mais ir combater para o teatro europeu de guerra; consumir este desiderato, pelo menos aparentemente, era - como dirá um deputado da Oposição - enviá-las para um matadouro; era um crime.

Apesar destes desaires militares, o Governo persistiu no seu combate aos alemães nas colónias. Em 16 de Outubro abriu novo crédito extraordinário de 120.000\$00 para diferentes despesas motivadas pela guerra europeia (entre as quais as de repatriamento de portugueses no estrangeiro e despesas eventuais nas legações e consulados)⁷⁵; em 26 de Outubro, o Ministério da Marinha - tendo em vista o reforço do corpo de marinheiros - decretou a convocação imediata para o serviço activo, das praças de todas as classes que compunham a reserva da Armada e a apresentação dos reservistas convocados, o mais rapidamente possível, no respectivo comando (incorrendo os faltosos, sem justificação, nas punições constantes do decreto de 27 de Setembro de 1894)⁷⁶; e em 10 de Novembro, o Governo mandou publicar, na folha oficial, um decreto abrindo, no Ministério das Finanças, um crédito extraordinário a favor do Ministério da Guerra (1:362.289\$02), tendo em vista a necessidade de aumentar o número de efectivos do exército para as expedições para Angola e Moçambique (por causa de não poderem ser licenciadas as praças cujos vencimentos se achavam deduzidos no orçamento do Ministério, para o ano económico de 1914-1915), por ser maior a despesa a efectuar com transportes de oficiais, praças e gado, por ser necessária a aquisição de mais solípedes e ainda, para fazer face a despesas imprevisíveis no orçamento de 1914-1915, quanto a prês, fardamentos, alimentação, forragens, transportes, resultantes destas circunstâncias de força maior e da preparação para a guerra⁷⁷.

Apesar deste esforço de guerra, que Bernardino Machado julgava susceptível de concitar uma união nacional e patriótica, aconteceu o invés: cresceu a agitação política interna provocada pelo nosso envolvimento militar nas colónias e pela situação internacional; e o Governo decidiu, em 22 de Setembro, não haver condições para efectuar as eleições previstas para o dia 1 de Novembro, considerando sem efeito o decreto nº706, de 31 de Julho⁷⁸ - com aplauso de Camacho e a oposição de Afonso Costa - e prorrogando a legislatura⁷⁹. Apesar desta decisão, o Governo continuou a ser acossado de todos os lados (lembramos o pronunciamento militar monárquico, de Mafra, de 20 de Outubro e a contestação da sua legitimidade, depois da opção “nacional” de guerra ao lado dos Aliados); explorava-se, exagerava-se, fazia-se crer - diz Bernardino Machado na sua análise retrospectiva - que estávamos diante de um grande perigo,

superior a 2000, sendo a maioria infantaria montada; dispunham de 16 metralhadora e 8 peças de artilharia, enquanto nós tínhamos, na altura em que o combate se travou, 4 metralhadoras e de 4 peças de artilharia. Não havia muito a fazer diante de tais desproporções, a não ser o que se fez: uma retirada cuidadosa. Diz-se, ainda--continua Norton de Matos--que, em última instância, quem acendeu o rastilho deste confronto foi uma precipitação do alferes Sereno. Também discorda. Em seu entender, este oficial limitou-se a cumprir o seu dever: um destacamento alemão entrara no nosso território e dividira-se em dois grupos, um que avançou para o Humbe e outro que destacou dois oficiais e um administrador de uma das divisões fronteiriças na direcção norte, ficando o resto acampado. O alferes Sereno encontrou estes oficiais e o administrador no nosso território e convidou-os a acompanhá-lo a Naulila, a fim de se explicarem diante do capitão-mor. Mas chegados a Naulila, o oficial Sereno recebeu ordens para levar os dois oficiais alemães até Cuamalo, porque era aí que o capitão-mor os receberia; intimidados nesse sentido, recusaram obedecer e prepararam-se para voltar ao seu acampamento, ameaçando o alferes Sereno com as suas pistolas, o que levou este a dar ordens de fogo aos seus soldados sobre os rebeldes alemães, que logo ali pereceram. Ora, para Norton de Matos, o “passeio” dos oficiais alemães até Naulila, a pretexto da busca de um desertor, não era mais do que um reconhecimento militar, combinado com o outro destacamento que marchara em direcção ao Humbe, onde prenderam o administrador (solto, depois, é verdade), mas levando consigo o seu compatriota (que fizera parte da missão luso-alemã), com preciosa informação sobre a situação militar

«que se precisava de um Governo de força»⁸⁰ e não mais da política de apaziguamento e cordialidade que fomentara e que já ninguém nem os partidos suportavam⁸¹. Mas ainda se irá agravar mais, depois um inesperado acontecimento, que colocou Portugal na rota intervencionista, tão pouco do agrado da Inglaterra.

3.2.4 Medidas não militares

Mas não foi apenas a *defesa* que preocupou o Governo. Antes de tomar medidas sobre esta, antecipou outras que, pela sua prioridade, parece que considerava mais relevantes: as relativas às subsistências e aos géneros de primeira necessidade. Efectivamente, logo no dia 10 de Agosto, o Governo decretou, pelo Ministério da Justiça - tendo em conta as perturbações de ordem financeira e económica decorrentes da guerra, o “dever [do Governo] atenuar, na medida do possível, os inevitáveis resultados” da crise, a eventual e injustificada especulação que podia incidir sobre os géneros alimentícios produzidos na metrópole, ilhas e colónias e os “abusos filhos da imperfeição humana”⁸² - um conjunto de medidas legislativas (cujo zelo pelo seu cumprimento, em Lisboa e Porto, competiria à Polícia e nas restantes terras aos administradores de concelho), para impedir e fiscalizar a especulação dos preços dos géneros alimentícios de primeira necessidade, a sua subida sem prévia e justificada autorização pelas autoridades (que, em geral, devia ser negada para os produtos nacionais e condicional para os produtos estrangeiros) e a possibilidade dos comerciantes reclamarem, quando os seus direitos fossem lesados pelas decisões das autoridades administrativas⁸³. Este decreto incluiu, no âmbito da sua aplicação não só os estabelecimentos de venda de géneros alimentícios de primeira necessidade, mas também ‘fábricas e armazéns de víveres, açougues, talhos mercearias e padarias’, estabelecimentos de ‘óleos e combustíveis’ (com venda por grosso ou a retalho) assim como “a venda ambulante ou em mercados, de géneros alimentícios de primeira necessidade”, como ‘aves, caça, peixe, legumes, frutas e ovos’; mas o decreto não visou apenas o comércio directo ao consumidor; também fez incorrer “nas penalidades de desobediência qualificada” os que forneciam, directa ou indirectamente, quaisquer dos géneros alimentícios supracitados, provocando uma elevação dos seus preços, sem a prévia autorização das autoridades administrativas⁸⁴. Pouco depois, em 19 de Agosto, por intermédio do Ministério do Fomento, o Governo mandou publicar um importante decreto (em suplemento a outro publicado no dia anterior), no qual, invocando o “estado anormal da Europa” e a sua repercussão sobre certas indústrias (sobretudo aquelas que tinham os seus mercados no estrangeiro), se reconhecia obrigado a providenciar para que o desenvolvimento do crédito permitisse aos industriais continuar a poder desenvolver, tanto quanto possível, a sua produção normal; e atendendo a que, para a salvaguarda das subsistências, era preciso evitar a exportação de géneros alimentícios (como as conservas) devido aos nefastos efeitos que podiam “trazer às classes que se ocupam das indústrias de alimentação”, decretou a instituição de “armazéns gerais industriais” (“subordinados a um regime análogo ao dos armazéns gerais agrícolas, cuja regulamentação foi aprovada pelo decreto n° 206, de 7 de Novembro de 1913”),

da região. Mas mesmo admitindo, diz Norton de Matos, que tenha havido uma reacção excessiva por parte do alferes Sereno, a morte dos oficiais alemães não justificava o ataque a Naulila; o que seria de esperar, dados que os dois países não estavam em guerra, era que a Alemanha pedisse explicações a Portugal, forçando-nos mesmo a uma situação vexatória, mas nada disto fizeram, preparando-se, antes, cautelosamente, para um ataque em forma. Na opinião de Norton de Matos, o ataque a Naulila foi muito mais do que uma mera retaliação, foi uma das consequências das informações levadas para a Daramalandia pelo membro da missão luso-alemã e do reconhecimento militar feito, no nosso território, pelo destacamento a que pertenciam os oficiais alemães que morreram. Ora a versão que temos, hoje, dos acontecimentos diverge da de Norton de Matos assim como a sua avaliação. Servindo-nos das informações publicadas por António José Telo, sabemos que os oficiais alemães entraram em território português, com intenções pacíficas - perseguiam um desertor — e que entenderam a morte dos dois oficiais alemães pelo alferes Sereno como uma “emboscada”. E retaliaram; primeiramente, com uma pequena força, sobre o posto militar de Cuangar, em 31 de Outubro, que saquearam e incendiaram e onde morreram dois oficiais portugueses, 12 praças europeias e 30 africanos; seguidamente, sobre Naulila, em 18 de Dezembro. Roçadas, pouco depois de meados de Novembro, foi informado que uma forte coluna militar alemã entrara em Angola e se dirigia para Naulila (posto militar português, sobre o rio Cunene, junto da fronteira alemã) e tomou medidas de reforço da sua defesa. Essa força alemã, que operava no Sul de Angola desde Novembro, era

de cuja administração faziam parte representantes das autoridades públicas e dos interesses privados⁸⁵. Os fins dos *Armazéns Gerais* - que passarão a denominar-se, simplesmente, *Armazém Geral Industrial* (cujo regulamento será publicado pelo decreto n° 783, de 21 de Agosto, publicado no *Diário do Governo*, 1ª série, n° 148) - eram auxiliar os industriais que, pela exportação dos seus produtos, pudessem concorrer para o desenvolvimento do trabalho e da riqueza do país, a saber os que tinham a seu cargo “receber em depósito mercantil (que consistia “na guarda das mercadorias destinadas a qualquer acto de comércio que possa realizar-se no *Armazém Geral*”) ou, sob o regime geral, apenas os artefactos produzidos pela indústria que estão destinados a auxiliar, ou as matérias-primas necessárias para aquela fabricação” e a “emitir, sobre as mercadorias depositadas, títulos transmissíveis por endosso denominados *conhecimentos de depósitos e warrants*, nas condições expressas no título XIV do livro II do Código Comercial”⁸⁶; quanto à administração do *Armazém Geral* era “obrigada unicamente a guardar e conservar as mercadorias depositadas, sem responsabilidade sobre a qualidade delas, mas tão somente pela quantidade”⁸⁷.

composta por 500 europeus e 150 auxiliares, e acampou defronte das colinas de Calueque, a 9/10 km de Naulila. Por sua vez, a guarnição militar portuguesa de Naulila era numerosa: 350 militares em Calueque (240 militares europeus, 60 africanos, 30 cavaleiros e 2 peças “canet”); e 700 militares em Naulila (400 europeus, 180 africanos, 60 cavaleiros, três peças de artilharia e 4 metralhadoras). A guarnição portuguesa dispunha, pois, de 1050 militares. Mas, diz Norton de Matos, enfrentamos os alemães como se de africanos se tratassem. Ora o grosso da coluna alemã levantou o acampamento no fim do dia 17, sem o detectarmos e atacou o nosso posto militar, por Nordeste (o que para Roçadas, era a zona menos previsível) de madrugada; como as tropas portuguesas estavam concentradas e dispersas ao longo do perímetro do posto, mas sobretudo, a maior parte delas concentradas a Sul, não só Roçadas perdeu a iniciativa do combate como não foi capaz de as reunir e reorientar, taticamente. Perante a incapacidade de levar a melhor sobre os agressores (apesar da ajuda do esquadrão de Cavaleiros de Angola, comandados pelo tenente Aragão, que procurou, emvão, tomar uma bateria alemã de artilharia pela retaguarda, mas que foi repelida, com inúmeras baixas), o tenente-coronel Roçadas retirou a coluna por ele comandada para Norte e deu ordem de retirada às restantes. Os alemães saquearam e incendiaram o posto, mas não perseguiram as tropas portuguesas. As baixas portuguesas não foram tantas quanto seriam de esperar, tem do em conta a violência do combate: 3 oficiais e 66 praças mortos (54 dos quais, europeus); 5 oficiais e 71 praças feridos (61 dos quais, europeus); os alemães, por sua vez, tiveram 12 mortos e cerca de 30 feridos, incluindo o

Ainda nesse mesmo dia 19 de Agosto, tendo em vista tomar as providências que fossem necessárias “para prevenir o país contra quaisquer dificuldades no abastecimento de géneros de primeira necessidade para as classes menos remediadas, e bem assim no sentido de evitar ou reduzir, quanto possível, perturbações na laboração industrial, de que resultariam graves danos para as mesmas classes” (as mais vulneráveis nessa conjuntura de beligerância)⁸⁸, o Governo mandou publicar um decreto mediante o qual nomeou, por intermédio do Ministério do Fomento, uma comissão - composta por um vogal da Associação Comercial (que a ela presidiria), um engenheiro do quadro do corpo de engenharia civil, um engenheiro agrónomo e um médico veterinário (dos quadros gerais da Direcção Geral da Agricultura) e um representante do Ministério das Colónias - com o fim de promover, com autorização do respectivo Ministro, a aplicação de providências que facilitassem o abastecimento da Metrópole e das suas colónias de géneros de primeira necessidade e de combustível, bem como a aplicação de outras medidas consideradas indispensáveis para atenuar a crise económica resultante da anomalia da situação⁸⁹; o exercício dessa Comissão seria gratuito e as suas operações económicas e contabilísticas teriam de passar, em tempo oportuno, pelo juízo do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado e pela sua apresentação no Congresso da República⁹⁰.

Mas o Governo não se ficou por aqui quanto às subsistências. Conhecedor de que muitos comerciantes procuravam escapar à sua malha fiscalizadora, exportando para o estrangeiro, publicou, em 14 de Outubro, um decreto que proibiu a re-exportação para o de arroz, açúcar, bacalhau, cereais, legumes e medicamentos, procedentes do continente da República, das ilhas adjacentes e das províncias ultramarinas⁹¹; e em 26 de Outubro, retomou, legislativamente, a questão dos géneros de primeira necessidade e das subsistências, tendo por alvo específico

o conhecimento e controle da produção e volume de trigo existente, quer em grão quer em farinha, dado que constituía “a base da alimentação pública”⁹²; nesse sentido, o Conselho de ministros determinou o imediato arrolamento das quantidades de trigo existentes no país, em grão ou farinha, na posse dos produtores, comerciantes, moageiros e quaisquer outros detentores (acrescentando ao decreto umas instruções para a execução desse arrolamento de existências, reportando-o a 1 de Novembro próximo passado, com uma margem de erro dos declarantes de 3%) que devia ser feito pelos próprios detentores desse cereal, através de declaração a entregar aos regedores de paróquia até 3 de Novembro seguinte, onde indicariam as quantidades que possuíam em depósito nos seus celeiros ou armazéns, e as quantidades do cereal que tivessem em vias de receber, cabendo às autoridades administrativas, sempre que julgassem conveniente, realizar verificações parciais, do trigo declarado, baseadas nas declarações feitas; o resultado final do arrolamento seria publicado no dia 20 de Novembro no *Diário do Governo* e a inobservância destas disposições - considerada pelo Governo “desobediência qualificada” e, como tal “punida nos termos do §2º, do artigo 188º do Código Penal” - assim como os que incitassem a essa inobservância seriam igualmente punidos nos termos do artigo 483º do mesmo Código⁹³; também as falsas declarações com a finalidade de subtrair, ao conhecimento das autoridades, as quantidades de trigo, seriam punidas com a multa de \$20 por cada litro de trigo em grão e de \$40 por cada quilograma de farinha que não fosse declarado⁹⁴. Ainda em 24 de Novembro, o Governo - uma vez mais para «proteger, na medida do possível as classes menos abastadas durante a crise económica e financeira» que atravessava a Europa - determinou, de harmonia com a lei de 8 de Agosto, que na renovação dos contratos de arrendamento de prédios urbanos, cujas rendas mensais não ultrapassassem, à data do decreto, 18\$ em Lisboa, 15\$ no Porto, 10\$ em outras cidades do país e 5\$ em todas as demais terras do Continente da República e ilhas adjacentes, a proibição aos senhorios de subirem essas rendas sem o consentimento dos arrendatários “sob pena de desobediência qualificada e de serem considerados litigantes de má-fé, para os efeitos legais, nas acções de despejo que porventura, propusessem em juízo”, invocando argumentos para disfarçar e iludir a proibição do aumento das rendas consignada na lei⁹⁵; ainda nesse decreto, o Governno determinava que nos contratos de arrendamento que se viessem a efectuar, posteriormente, à sua data de publicação, ficava igualmente proibido aos senhorios exigir aos novos arrendatários rendas superiores às declaradas nos últimos contratos sob pena de desobediência qualificada e dos arrendatários, conhecida a diferença das rendas, ficarem pagando a dos últimos contratos, descontando nas imediatas o que houvessem pago a mais; dizia ainda o decreto, que “nenhum proprietário de prédios urbanos devolutos, com ou sem escritos”, que houvessem sido destinados a arrendar-se, e cujas rendas anteriores não tenham ultrapassado os limites supracitados, poderia recusar, sob pena de desobediência qualificada, novos contratos que lhe fossem propostos pelas rendas dos últimos, salvo no caso de obras urgentes a efectuar nos mesmos prédios⁹⁶; finalmente, o Governo diminuiu, em 50%, as taxas de armazenagem dos produtos de primeira necessidade (géneros alimentícios, combustíveis e medicamentos)

próprio major Franck, comandante das tropas alemãs. Finalmente, ficaram prisioneiros dos alemães, 3 oficiais e 34 praças. Segundo António José Telo, talvez a causa maior da nossa derrota em Naulila, foi termos encarado o ataque alemão, do mesmo modo com que, até então, enfrentáramos os nativos africanos; e, daí, a tática obsoleta com que enfrentámos os alemães e a surpresa que provocou em Roçadas o seu posicionamento e as suas manobras; como consequência desse erro táctico fundamental, não tivemos o cuidado de desbastar, previamente, o mato em redor de Naulila, o que facilitou que os alemães nos atacassem, ocultos pelo arvoredo; não fizemos trincheiras para obviar ao fogo das metralhoras e da artilharia; não fizemos patrulhamento nocturno, para não sermos apanhados desprevenidos, etc.. Enfim, Naulila, mostrara que não estávamos, devidamente, equipados em material de guerra, nem, devidamente, treinados; nem, tacticamente, actualizados; nem dispunhamos de meios logísticos, sanitários, de transporte, etc., susceptíveis de defender, com êxito, as nossas colónias, quando ameaças por inimigos europeus. Mas numa coisa, Norton de Matos e António José Telo estão de acordo: que os nossos militares se bateram, em Naulila, com denodo e bravura, sumamente, louváveis.

[74] Roçadas, José Augusto Alves (1865-1926), nasceu em Vila Real; assentou praça em 1882, concluiu o curso do Estado-Maior, em 1889, foi tenente-coronel em 1908 e graduado em general em 1918 (confirmado em 1924). Enquanto oficial do Corpo do Estado-Maior desempenhou várias funções nas colónias (especialmente em Angola, cujo corpo do Estado-Maior chefiou, desde 1897 a 1900 e, na Índia, onde desempenhou idênticas funções, desde 1902).

existentes nos armazéns gerais, pertencentes às administrações dos portos de Lisboa e Porto, enquanto durassem as condições derivadas do estado de guerra na Europa⁹⁷.

Como vemos, o Governo tomou importantes medidas, depois de 8 de Agosto, não apenas quanto à *defesa militar* do País (no que respeita às colónias e à eventualidade da nossa entrada no teatro europeu de Guerra) mas também, chamando a si, o controle, salvaguarda e fiscalização dos géneros de primeira necessidade e das subsistência das populações - em especial das mais vulneráveis à crise - tendo em vista evitar a sua inflação, especulação e carestia. Mas é evidente que, pese embora esta defesa do interesse público pelo Governo, a especulação, a carestia e os açambarcamentos foram uma tentação inevitável. De qualquer modo cabe assinalar que o Governo, perante a Guerra, não se ficou, depois de 7 de Agosto, numa atitude expectante, à espera de ordens da Inglaterra ou do desenrolar dos acontecimentos para tomar iniciativas de prevenção e defesa da “nação”.

3.2.5 Apelo da Inglaterra à participação militar de Portugal na Guerra

Mas um pedido inesperado da França não só irá atrasar o ritmo, organização e coordenação de todas estas medidas supracitadas como irá contrariar a política da neutralidade condicional tão desejada pela Inglaterra e apoiada pelo nosso ministro dos Negócios Estrangeiros e por Teixeira Gomes.

Em 24 de Setembro, Freire de Andrade informou o *Foreign Office*, por intermédio de Teixeira Gomes, que o Governo português recebera um pedido do seu homólogo francês - apoiado pelos ministros da França e da Inglaterra em Lisboa - para lhe cedermos umas dezenas de peças de artilharia, com as respectivas guarnições⁹⁸. O Governo português, ainda que receptivo ao pedido, respondeu que só o satisfaria, se a Inglaterra invocasse os deveres da aliança e não cederia a artilharia se não fosse acompanhada do respectivo pessoal, ou seja, se as peças não fossem, de imediato, acompanhadas de dois regimentos e, no total, a completar posteriormente, entre armas e homens, de uma *divisão*, pois uma coisa sem a outra - segundo o Ministro da Guerra, general Pereira d’Eça, que tinha o apoio do Governo - iria melindrar um dos ramos das forças armadas, ou seja, a Marinha (além de não ter cabimento a defesa da “pátria” com oficiais e soldados, mas carente de material militar)⁹⁹.

Evidentemente que, em rigor, não eram os “melindres” dos diferentes ramos das forças armadas a condicionar as exigências do Governo português, mas saber que um mero auxílio de material militar “não seria ostensivo, dada a situação aparente de neutralidade em que nos encontrávamos e que, portanto, nenhum peso viria a ter, oficialmente, na balança da liquidação final da guerra”¹⁰⁰; era, pois, necessário valorizar o envio desse material com a expedição de alguns milhares de homens. Esta exigência, como já dissemos, não era do agrado da Inglaterra nem de Freire de Andrade, nem de Teixeira Gomes; este último, encontrando-se com Sir Eyre

De volta a Angola, em 1904, como governador, realizou várias operações militares vitoriosas, de ocupação e consolidação territoriais e de pacificação, até 1907. De regresso a Lisboa, foi nomeado ajudante-de-campo do rei e seu conselheiro militar. Depois de uma passagem fugaz por Macau, voltou a Angola como governador-geral, cargo a que renunciou, em 1910, com a proclamação da República. Voltou a Portugal continental, onde desempenhou importantes funções como chefe do estado-maior de grandes unidades, sendo, em 1914, escolhido pelo Governo Bernardino Machado, para organizar e chefiar as duas expedições militares que irão guarnecer as fronteiras de Moçambique e de Angola. Enfrentou as tropas alemãs, em Naulila, em Outubro de 1914, donde saiu derrotado; derrota atenuada pela exiguidade de material de guerra e de soldados de que pôde dispôr. De volta a Portugal, partiu, em Setembro de 1917, com o C.E.P., para França, tendo sido nomeado, em Dezembro de 1918, comandante interino da 2ª Divisão e, em 16 de Abril de 1919, seu comandante efectivo; em setembro desse mesmo ano, já de volta a Portugal, passou a governar os territórios da Companhia de Moçambique. Desde 1923, fez parte de várias e importantes comissões, como a do estudo das bases de Reorganização do Exército colonial e a do estudo, apreciação e classificação das indemnizações de Guerra.

[75] Decreto n° 955, de 16 de Outubro de 1914, (in *Diário do Governo*, 1.ª série n° 189).

[76] Decreto n° 973, de 26 de Outubro de 1914, (in *Diário do Governo*, 1.ª série, n° 197, p. 1030).

[77] Decreto n° 1:037, de 10 de Novembro de 1914, (in *Diário do Governo*, 1.ª série, n°210).

Crowe, no *Foreign Office*, por causa do pedido da França, lembrou-lhe até os termos da neutralidade condicional e as consequências da nossa eventual entrada na guerra, salientando os custos que nos traria e advertindo que, no caso de nela entrarmos, nos caber, de direito, a posse dos navios alemães apreendidos, fundeados no Tejo e nos demais portos portugueses¹⁰¹.

Mas a questão do pedido da França não era fácil de resolver. O Governo britânico demorou alguns dias a tomar uma decisão, pois E. Grey pretendia evitar, a todo o custo, que Portugal entrasse na Guerra; finalmente quebrou o impasse: resolveu deixar, ao critério do Governo português, satisfazer ou não o pedido da França; no caso de o satisfazermos, logo que a expedição estivesse organizada e pronta a partir, o Governo inglês invocaria a aliança¹⁰². Mas a decisão não agradava a Teixeira Gomes que manifestou, a Freire de Andrade, a opinião de que Portugal não devia preparar nem enviar auxílio algum sem a prévia invocação da aliança por parte da Inglaterra¹⁰³. Sensível à opinião de Teixeira Gomes, Freire de Andrade enviou uma nota a Lancelot Carnegie, nesse mesmo dia, 2 de Outubro, dizendo-lhe que o Governo português estava pronto a enviar tropas portuguesas para combater ao lado das britânicas, conquanto o Governo britânico as solicitasse; se o fizesse, organizar-se-ia, imediatamente, “uma divisão completa” que ficaria à disposição do general comandante das tropas britânicas em França; mas o Governo português - advertiu o ministro - não deixará de ter na devida conta o pedido da França: enviar-se-iam, de imediato, a artilharia e dois regimentos de infantaria para a acompanhar; e depois do embarque da artilharia, a seu tempo, seguiria o resto da divisão, com a sua artilharia própria - 48 peças com os seus carros de munições - e 48 viaturas-peças, de reserva¹⁰⁴. Perante esta contra-proposta, a Inglaterra retraiu-se e hesitou; pretendia que fosse Portugal a decidir auxiliar ou não a França; depois invocaria a aliança, para vir em nosso auxílio. Mas, para Teixeira Gomes, esta atitude era dúbia, e, por isso, incitou Freire de Andrade a convencer Carnegie a fazer o pedido formal de ajuda à França, em nome do Governo inglês e que o Governo não preparasse coisa alguma, sem a Inglaterra invocar os deveres da aliança; é que se a aliança fosse meramente, *defensiva* (e sempre fora esta a interpretação que E. Grey dera à nossa aliança com a Inglaterra) era uma coisa, mas se fosse ofensiva, ou seja, se nos pedissem auxílio, seria muito mais vantajosa para nós¹⁰⁵. O Governo inglês parecia não ter outra saída senão ceder às exigências do Governo português¹⁰⁶. Mas ainda procurou expedientes para se furtar a elas. Lancelot Carnegie, por exemplo, disse ao nosso Ministro dos Negócios Estrangeiros que a artilharia portuguesa seria utilizada pelas tropas francesas e inglesas, pelo que não se devia falar de um auxílio exclusivo à Inglaterra¹⁰⁷; a esta objecção respondeu Freire de Andrade que as nossas tropas e o material de guerra eram postos ao serviço do comandante das forças britânicas, utilizando-as este como bem entendesse¹⁰⁸. Mas a verdade é que o Governo inglês tardava em fazer o pedido de ajuda, invocando a aliança, e Freire de Andrade insistia junto de Teixeira Gomes, para que o *Foreign Office* nos dissesse “clara, terminantemente” o que o Governo inglês pretendia de nós e que o pedido de material de artilharia ou de forças fosse feito em nome da aliança, pela Inglaterra, e não pela França, com o seu apoio¹⁰⁹. Nesse

[78] Decreto n.º 878, de 22 de Setembro de 1914, (in *Diário do Governo*, I série, n.º 172).

[79] Decreto n.º 878, de 22 de Setembro de 1914, (in *Diário do Governo*, I série, n.º 172).

[80] In *Diário do Senado*, I Legislatura, sessão legislativa, n.º 137, 14.XII. 1914, p. 11.

[81] *Ibidem*.

[82] Decreto n.º 740, de 10 de Agosto de 1914, (in *Diário do Governo*, 1.ª série, n.º 138).

[83] *Ibidem*.

[84] *Ibidem*.

[85] Decreto n.º 766, de 19 de Agosto de 1914, (in *Diário do Governo*, 1.ª série, n.º 146). Este decreto foi rectificado no *Diário do Governo*, n.º 147, do dia seguinte.

[86] *Ibidem*.

[87] *Ibidem*. Mais tarde este decreto será rectificado pelo decreto n.º 855, de 11 de Setembro de 1914 (in *Diário do Governo*, 1.ª série, n.º 165), sobretudo no que respeita à atribuição de responsabilidades quanto aos prejuízos dos géneros armazenados nos casos de desvalorização por negligência, à má arrecadação ou mau acondicionamento por parte do armazém geral, e aos roubos dos géneros armazenados.

[88] Decreto n.º 767, de 19 de Agosto de 1914, (in *Diário do Governo*, 1.ª série, n.º 146).

[89] *Ibidem*.

[90] *Ibidem*.

[91] Decreto n.º 948, de 14 de Outubro de 1914 (in *Diário do Governo*, 1.ª série, n.º 187).

[92] Decreto n.º 972, de 26 de Outubro de 1914 (in *Diário do Governo*, 1.ª série, n.º 197).

[93] *Ibidem*.

[94] *Ibidem*.

mesmo dia, porém, ou seja, no dia 10 de Outubro, Teixeira Gomes recebia do Governo britânico um *memorandum* com o pedido formal de auxílio, pela Inglaterra, invocando a aliança, nos termos em que o exigíamos¹¹⁰.

Nesse *memorandum*, o Governo inglês, reconhecendo que Portugal, desde 7 de Agosto, sempre agira “em completa sintonia com a vontade da Inglaterra”, colocando-se, como era desejo desta, na posição de “neutralidade condicional”, invocando a antiga aliança com Portugal, convidava-o “a sair da sua atitude de neutralidade e a colocar-se activamente ao lado da Inglaterra e dos seus aliados”, convicto que “a posição dos exércitos aliados no teatro ocidental da guerra ficaria, sensivelmente, fortalecida se o Governo Português pudesse expedir agora uma força, especialmente de artilharia, seguida depois por outras armas, a fim de cooperar com as nossas forças na presente campanha”; quanto aos pormenores da cooperação seriam posteriormente ajustados entre as autoridades militares portuguesas e os estados-maiores francês e inglês.

Lido o *memorandum*, logo Teixeira Gomes disse a E. Grey que o Governo português ia aceitar, com certeza, o pedido inglês; Grey, por sua vez, sublinhou, no dia seguinte, através do ministro inglês em Lisboa, L. Carnegie, que havia urgência no transporte de artilharia e que não devíamos declarar o estado de guerra à Alemanha antes do embarque do 1º contingente de tropas; quanto à sua passagem para França, a marinha inglesa trataria disso e quanto quanto à assistência financeira a Portugal, a Inglaterra acertá-la-ia com o ministro das Finanças de Portugal¹¹¹.

Entretanto, no dia 10, quando Bernardino Machado tomou conhecimento do pedido de auxílio militar da Inglaterra, de acordo com os seus colegas, sugeriu ao Presidente da República, que os partidos se fundissem pelos seus chefes, tomando parte e responsabilidade directa no Governo (*A Capital*, 10 de Dezembro); e voltou a insistir, depois do Congresso de 23 de Novembro, na mesma solução, junto do Presidente da República: a formação de um Governo em que participassem todos os chefes dos partidos. Mas Arriaga não aceitou. Malograda essa tentativa, a sua opinião era que se insistisse nessa fórmula, mas os partidos não a aceitaram (*A Capital*, Lisboa, 10 de Dezembro)¹¹².

O Conselho de Ministros português, na sua reunião da manhã do dia 12, aprovou, o pedido inglês (mas também acordou na sua demissão colectiva para lugar a um “governo forte” constituído por todos os partidos políticos)¹¹³; condicionou, porém, a aprovação do pedido inglês à exigência imposta pelo general Pereira de Eça, ministro da Guerra - sob pena de se demitir - do pedido de auxílio de material de guerra à Inglaterra, ser acompanhado da necessária guarnição de homens até perfazer uma *Divisão auxiliar* (que teria cerca de 20 000 homens), que iria combater, em França, sob o comando das autoridades inglesas e que ficou de partir (o que não veio a acontecer) poucas semanas depois do “movimento das espadas”. De seguida, o pedido inglês foi submetido à apreciação do Presidente da República, em novo

[95] Decreto n.º 1:079, de 24 de Novembro de 1914, (in *Diário do Governo*, 1.ª série, n.º 220, p. 1282).

[96] *Ibidem*.

[97] Decreto n.º 1:097, de 25 de Novembro de 1914, (in *Diário do Governo*, 1.ª série, n.º 221).

[98] Telegrama de Freire de Andrade a Teixeira Gomes, de 24.9.1914, in *DACR1920MNE*, p. 41.

[99] Apud *PGG/EM*, 1.º volume, pp. 59-60.

[100] *Ibidem*.

[101] Apud Carta de Teixeira Gomes e Freire de Andrade, de 26.9.1914, in *DACR1920MNE*, p. 40.

[102] In telegrama de Teixeira Gomes a Freire de Andrade, de 2.10.1914, in *DACR1920MNE*, pp. 41-42.

[103] Idem, *ibidem*, p. 42.

[104] Nota verbal de Freire de Andrade a Lancelot Carnegie, de 2.10.1914, in *DACR1920MNE*, pp. 42-43.

[105] Telegrama de Teixeira Gomes a Freire de Andrade, de 3.10.1914, in *DACR1920MNE*, p.43.

[106] Ver Telegrama de Teixeira Gomes a Freire de Andrade, de 5.10.1914, in *DACR1920MNE*, p.44.

[107] Telegrama de L. Carnegie a Freire de Andrade, de 6.10.1914, in *DACR1920MNE*, pp.44-45.

[108] Telegrama de Freire de Andrade a : Carnegie, de 8.10.1914, in *DACR1920MNE*, p.45.

[109] Telegrama de Freire de Andrade a Teixeira Gomes, de 10.10.1914, in *DACR1920MNE*, pp.45-46. Ver *PGG/EM*, 1.º volume, p. 60.

[110] Telegrama de Teixeira Gomes a Freire de Andrade, de 10.10.1914, in *DACR1920MNE*, pp.47-48. Ver também *PGG/EM*, 1.º volume, pp. 79-82.

[111] In Aide-mémoire de Lancelot Carnegie ao Governo da República Portuguesa, de 11.10.1914, in *DACR1920MNE*, p. 49 .

Conselho de Ministros que teve lugar, à tarde, e onde foi, de novo, aprovado; no dia 13 de Outubro, Freire de Andrade informava Teixeira Gomes que o Governo ordenara a mobilização e a preparação da artilharia a fim de a poder enviar, com urgência e com tropas, para França¹¹⁴. À aprovação do Governo português respondeu E. Grey, agradecendo e dizendo que a Inglaterra “nunca esquecerá a forma amigável como procedemos”¹¹⁵. O conteúdo formal da resposta portuguesa, aprovada em Conselho de Ministros, foi enviado por Freire de Andrade a Teixeira Gomes no dia 17 de Outubro, e nele se dizia: «o Governo português, tendo tomado conhecimento do *memorandum* de Sir Edward Grey entregue a V. Ex.cia em 10 do corrente, encarrega-me de declarar que, nos termos dos tratados de aliança entre Portugal e a Grã-Bretanha, e considerando a estreita amizade que existe entre os dois países, Portugal auxiliará a Grã-Bretanha e os seus aliados com a maior boa vontade na presente Guerra, dentro dos recursos de que puder dispôr»¹¹⁶. Apesar do explícito pedido de ajuda militar da parte do Governo inglês, este, por intermédio de Lancelot Carnegie, dirigiu-se em carta a Freire de Andrade, em 18 de Outubro, informando-o que Edward Grey lhe acabara de dar instruções para que nada pedisse ao Governo português que pudesse quebrar, naquele momento, a neutralidade de Portugal; e em “anexo” enviou-lhe a carta que dirigira a Bernardino Machado, onde se expunham os termos de uma declaração que, por proposta de Edward Grey, o Governo português poderia fazer, quando as peças de artilharia estivessem prontas para partir e, ainda, o pedido para que Portugal não se compromettesse em declarar guerra à Alemanha, antes de se fazerem todos os preparativos de transporte da artilharia; de outro modo, a saída de Portugal da neutralidade teria todos os inconvenientes dessa acção, sem qualquer vantagem; também rogava a Bernardino nada publicar em Portugal sobre estas negociações antes do Governo inglês redigir e publicar uma declaração¹¹⁷.

Consumado o pedido de ajuda militar britânico ao abrigo da Aliança, o Governo, no dia 12 de Outubro, ordenou a mobilização geral (para se constituírem uma ou duas divisões) e a urgente preparação da artilharia e das tropas para irem para França¹¹⁸. A nossa entrada na guerra parecia inevitável. E Freire de Andrade logo fez saber às nossas legações em Berna, Viena, Berlim, Madrid e Paris que era “quase certo” entrarmos, em breve, na Guerra. O “quase certo” dependia apenas duma reunião extraordinária do Congresso que o Governo ia convocar para esse efeito¹¹⁹. O Governo alemão reagiu, com desagrado, à resposta favorável do Governo português ao pedido de auxílio militar feito pela Inglaterra. Friedrich Rosen, ministro da Alemanha em Lisboa, conhecedor de todos estes factos procurou Freire de Andrade, no dia 13 de Outubro, manifestando-lhe o desagrado do seu Governo pela satisfação que Portugal ia dar ao pedido de ajuda da sua aliada, considerando-o, no caso de se concretizar, um acto hostil; e aproveitou a ocasião para lhe dizer, ainda, que, desde o início da Guerra, a Alemanha fora alvo de várias desconsiderações por parte de Portugal - como a declaração de 7 de Agosto, as expedições militares para as colónias, as declarações nos jornais e os preparativos militares que estavam a ser feitos, por toda a parte, ostensivamente. Freire de Andrade respondeu que

[112] Bernardino Machado afirma ter feito vários apelos, desde 7 de Agosto, ao Presidente da Republica, para a constituição de um Governo “nacional” (In *Diário do Senado*, I Legislatura, sessão legislativa, nº137, 14.XII. 1914, p.12).

[113] Telegrama de Freire de Andrade a Teixeira Gomes, de 12.10.1914, in *DACRI920MNE*, p. 49.

[114] Telegrama de Freire de Andrade a Teixeira Gomes, de 13.10.1914, in *DACRI920MNE*, p. 50.

[115] Telegrama de Teixeira Gomes a Freire de Andrade, de 14.10. 1914, in *DACRI920MNE*, p. 51.

[116] Telegrama de Freire de Andrade a Teixeira Gomes, de 17.10. 1914, in *DACRI920MNE*, p. 58.

[117] Carta de L. Carnegie a Freire de Andrade, de 18.10. 1914, in *DACRI920MNE*, pp.59-60. Eis o teor da declaração proposta por Grey: “No começo da guerra, Portugal declarou espontaneamente, que estava preparado como aliado da Grã-Bretanha para todo o seu concurso. O Governo Britânico apreciou altamente esse testemunho de solidariedade e de amizade e convidou, voluntariamente, o Governo português a pôr em execução o seu oferecimento de cooperação. Por este concurso os dois governos assegurarão os fins da aliança que tem subsistido há tanto tempo entre os seus dois países cuja conservação é do seu mútuo interesse” (Carta de E. Grey a Bernardino Machado, de 18.10.1914, em “anexo” à carta *supra* de L. Carnegie a Freire de Andrade).

[118] Telegrama de Freire de Andrade a Teixeira Gomes, de 13.10.1914, in *DACRI920MNE*, p.50.

[119] Carta de Freire de Andrade a Augusto de Vasconcelos (embaixador em Madrid), de 15.10.1914, *DACRI920MNE*, p. 52.

o Congresso da República se manifestara em 7 de Agosto apenas em conformidade com os deveres da Aliança; quanto aos jornais, era o primeiro a sentir que uma tão exarcebada propaganda anti-germânica acontecesse; e quanto ao resto, iria informar-se e dar conta em Conselho de Ministro da sua reclamação, fazendo-lhe notar, contudo, que as manifestações de hostilidade à Alemanha nada tinham que ver com a deliberação do Congresso em 7 de Agosto¹²⁰. Pouco depois dos protestos de Rosen, Freire de Andrade solicitava a Teixeira Gomes, que procurasse saber, discretamente, o que pensava o *Foreign Office* dos navios alemães estacionados ou refugiados em portos portugueses¹²¹; Eyre Crowe, consultado sobre o assunto, por Teixeira Gomes, respondeu-lhe que esse problema se resolvia em conformidade com a convenção de Haia; convenção que a Inglaterra, todavia, não respeitou quando se apoderou dos navios alemães estacionados nos seus portos, sequestrando-os e submetendo a tribunal o diferendo entre os seus possuidores e o Governo.

Alheio a estas manobras diplomáticas, o ministro da Guerra, Pereira d’Eça, enviou, em 16 de Outubro, a Freire de Andrade as bases para a *convenção* a celebrar entre os governos português e inglês acerca da cooperação da “Divisão auxiliar portuguesa nas operações dos exércitos aliados”: o material de guerra e a escolta do comboio militar ficaria a cargo das forças navais britânicas; a divisão expedicionária--que ficaria sendo uma divisão auxiliar do exército britânico--actuaria debaixo do comando deste; pelo governo português seriam enviados dois oficiais do S.E.M. (um para o quartel general do exército inglês e outro para o terreno); os abastecimentos de víveres e forragens ficariam a cargo do Governo inglês; pessoal, solípedes e material, a cargo do Governo português; todos os transportes de reabastecimento das tropas portuguesas no teatro de operações, ficavam a cargo do Governo inglês; também a cargo deste ficavam todos os transportes de evacuação de pessoal, material e animal; também ao cuidado do Governo inglês ficavam os doentes e os feridos; e, terminada a campanha, cabia ao Governo inglês fazer o transporte, para Portugal, das armas e soldados portugueses¹²². Dessas bases foram portadores para Inglaterra os capitães do Estado-Maior, Ivens Ferraz¹²³, Fernando Freiria¹²⁴ e Azambuja Martins¹²⁵, que já estavam indicados para fazer parte do Quartel-General da divisão expedicionária) e que, de acordo com o Governo inglês tinham partido, em 19 de Outubro, para conferenciarem com o Estado-Maior britânico sobre os pormenores da acordada cooperação militar¹²⁶. Na sequência desta ida dos oficiais portugueses a Inglaterra, sabemos por um ofício do dia 20 de Novembro, de Teixeira Gomes a Freire de Andrade, que a nossa Missão Militar em Londres conseguira introduzir no acordo para a organização militar da divisão auxiliar que iria combater sob a ordens de John French, certas cláusulas que a simplificavam e implicavam uma economia de centenas de contos, além de poupar pessoal para o serviço de abastecimento; além disso, os seus oficiais deixaram excelente impressão no Ministério da Guerra inglês assim como se aperceberam da real importância que os Aliados atribuíam ao nosso concurso militar e as vantagens que desse concurso podíamos retirar¹²⁷. Assim nasceu a Divisão *auxiliar* à França sob o comando do general Jaime de Castro - ao tempo

[120] Entrevista de Freire de Andrade com Friedrich Rosen, em 13.10.1914, in *DACRI920MNE*, p.50.

[121] Telegrama de Freire de Andrade a Teixeira Gomes, de 20 de Outubro, in *DACRI920MNE*, p. 62.

[122] Ver carta de Pereira d’Eça para Freire de Andrade, de 16.10.1914, in *DACRI920MNE*, pp. 54-57 e *PGG/EM*, pp. 61-62.

[123] Ferraz, Artur Ivens (1870-1933), nasceu em Lisboa, frequentou o Colégio Militar e fez os preparatórios da Escola Politécnica, ingressando, seguidamente, na Escola do Exército, onde fez o curso de Artilharia e, mais tarde, o curso do Estado-Maior. Foi professor na Escola do Exército. Fez parte da missão composta de três oficiais portugueses que foi, a Londres, em Outubro de 1914, estudar e discutir as bases da nossa participação na I Guerra Mundial. Foi nomeado chefe da missão de ligação do C.E.P. com o exército britânico, em França na Guerra de 1914-18. Após o armistício representou Portugal na Conferência do Desarmamento na Sociedade das Nações. De 1919 a 1922 foi nomeado adido militar da embaixada portuguesa em Londres e, posteriormente, chefe de gabinete do Alto Comissário em Moçambique, Vitor Hugo de Sousa Coutinho, ficando mais tarde como governador daquela colónia. Depois da revolta de 28 de Maio de 1926--à qual aderiu--foi, durante a ditadura militar, Ministro do Comércio (1927) no Governo de Óscar Carmona, transitando em 1929 para a pasta das Colónias, tendo substituído, temporariamente (1927-1928), Sinel de Cordes na pasta das Finanças, numa ocasião em que o Governo procurou negociar um empréstimo externo com a Sociedade das Nações que se malogrou, por obra das exigências que considerou vexatórias e ofensivas da dignidade nacional. Em

comandante da 7ª Divisão do Exército - que teria um efectivo de 22.461 homens, além dos necessários para o serviço da base das operações e para constituir as reservas e depósitos indispensáveis para assegurar o funcionamento dos serviços¹²⁸.

Por sua vez, em conformidade com a exigência de pôr ao corrente os nossos ministros em Inglaterra e França, sobre a materialização de todas estas negociações da ajuda militar pedida pela Inglaterra, Freire de Andrade informou Teixeira Gomes e João Chagas que, por decisão do Conselho de Ministros, no dia 10 de Novembro, partiriam para França 48 peças de artilharia de 75mm e duas baterias a cavalo, organizando-se, seguidamente, a divisão que iria logo que estivesse preparada¹²⁹; e, no dia seguinte, à pergunta de João Chagas se esse material era acompanhado de pessoal, Freire de Andrade respondeu-lhe, no dia 12, que por agora só iria o material de guerra, que a reunião do Congresso ainda não fora fixada e que a divisão estava a ser organizada e logo que estivesse preparada marcharia para França (tudo isto de acordo com a missão militar portuguesa e estados-maiores francês, inglês e belga)¹³⁰. Mas como os preparativos da artilharia para enviar para França demoravam - dado que Pereira d'Eça, ministro da Guerra, exigira que alguma infantaria a acompanhasse (dois regimentos) - o *Foreign Office* insistiu com Teixeira Gomes, no dia 14, que Portugal apressasse os preparativos da mobilização e perguntava ainda se era possível fazê-la, sem declarar, publicamente, o verdadeiro motivo por que se fazia¹³¹, ocultação com que Freire de Andrade concordou¹³². Lord Kitchener dera ordens a Lancelot Carnegie - segundo disse Freire de Andrade a Teixeira Gomes--para solicitar a Portugal que enviasse, com as peças de artilharia - [que foram 56 e foram no dia 20 de Novembro] - 540 cartuchos por peça¹³³; e voltou a insistir no pedido¹³⁴. Mas em vão: não foram munições nenhuma (seriam 5 600 cartuchos), por recusa “formal” e categórica - por várias vezes! - do Ministro da Guerra, escudado num parecer terminante e reiterado da Missão Militar (Ivens Ferraz, Fernando Freiria e Azambuja Martins), ameaçando demitir-se-isto na véspera do Congresso! - caso a sua exigência não fosse atendida¹³⁵. A Inglaterra lamentou, porque Portugal afirmara que a ajudaria “até ao limite das suas forças” (e, afinal, esses cartuchos não faziam qualquer falta), mas a ideia de Pereira d'Eça era que a divisão seguisse para França “tão completa, a todos os respeito, quanto possível”¹³⁶. E a verdade é que a mobilização da divisão foi rapidamente decretada¹³⁷ e Freire de Andrade disse a João Chagas que podia informar o Governo francês que, em breve, a divisão iria para França¹³⁸.

Mas numa outra frente - e esta melindrosa - Freire de Andrade perguntava a Teixeira Gomes, em meados de Novembro, que inquirisse, junto do *Foreign Office* que resposta haveria que dar, ao ministro alemão, caso este lhe pedisse explicações sobre o embarque da artilharia (e não queria dar uma resposta que denotasse qualquer desorientação do Ministério)¹³⁹, ao que lhe respondeu Teixeira Gomes que empatasse a resposta e lhe pedisse por escrito¹⁴⁰.

1929 foi encarregado pelo presidente da República, Oscar Carmona, de formar Governo (8.VII.1929-21.I.1930), período durante o qual se deram as tensões político-militares em redor da solução a dar à Ditadura: ou continuá-la ou regressar à normalidade constitucional. Ivens Ferraz, republicano conservador, era a favor da segunda solução (com um Executivo forte, não exclusivamente dependente das maiorias parlamentares, mas salvaguardando as liberdades fundamentais). Perdeu para Oliveira Salazar, ministro das Finanças, que preconizava uma rotura total com o regime anterior; e, por isso, foi substituído pelo general Domingos de Oliveira em 30.I.1930 na chefia do Governo. Terminou a sua carreira como chefe do Estado-maior do Exército.

[124] Freiria, Fernando Augusto (1877-1955), foi um notável oficial do Exército. Assentou praça, voluntariamente, em 1893. Depois de fazer os cursos de Artilharia na Escola do Exército e do Estado-maior, concorreu como docente, a uma vaga da 1ª cadeira, na Escola de Guerra, na qual foi provido. Em 1910 foi nomeado vogal da Comissão de Reorganização do Exército e, em 1911-12, fez parte da Comissão de Reorganização das Forças Coloniais. Foi lente proprietário da Escola do Exército de 1912 a 1919 e professor do Instituto Feminino de Educação e Trabalho, de Odivelas, em 1914. Fez parte da missão composta de três oficiais que foi, a Londres, em Outubro de 1914, estudar e discutir as bases da nossa compartição na I Guerra; seguidamente, integrou o Corpo Expedicionário Português, enviado para França, cuja 1ª divisão instalou, sendo chefe do estado-maior de Gomes da Costa. De volta da Guerra, combateu os revoltosos da *Monarquia do Norte* (1919), chefiando o Estado-maior das operações;

3.2.6 As expedições militares em defesa das colónias contra as incursões alemãs Mas se depois de 10 de Outubro, estávamos em vias de sair da “neutralidade condicional” com o envio, para a França de artilharia e de uma Divisão *auxiliar*, as incursões alemãs em Angola, que começaram em 28 de Agosto, vieram dificultar a tão desejada cooperação militar com os Aliados no continente europeu. As nossas colónias faziam fronteira com dois amplos territórios alemães: a Damaralândia e o Leste Africano; e eram sobejamente conhecidas as ambições da Alemanha sobre as nossas colónias.

Poder-se-á pensar, *prima facie*, que as investidas alemãs em território colonial português só se deram, provavelmente, depois do pedido de ajuda militar que nos foi feito pela Inglaterra, em 10 de Outubro; ou depois de Friedrich Rosen, em meados desse mês, manifestar o seu desagrado a Freire de Andrade pela resposta afirmativa ao pedido de ajuda militar da Inglaterra. Não é verdade. Já na madrugada de 24 de Agosto, uma força militar alemã atacara, traiçoeiramente, o posto português de Maziúá, fronteiro da nossa colónia de Moçambique, matando a tiro o seu chefe, incendiando o posto e as palhotas anexas, além de uma aldeia próxima¹⁴¹. E outras incursões alemãs, muito mais graves, se farão, posteriormente (como as de Cuangar e Naulila), sem uma declaração formal de guerra da Alemanha a Portugal. E não se diga que foi retaliação de abusos por nós praticados. Na verdade, o nosso Ministro dos Negócios Estrangeiros comunicara, em 5 de Setembro, aos Governadores das Colónias, que Portugal se abstivesse de entrar na Guerra, a não ser a pedido da Inglaterra e, enquanto isso não acontecesse, manter-nos-íamos “estranhos ao conflito”, procedendo “como neutrais”¹⁴². Os Governadores sabiam, pois, que as tropas que tinham nos seus territórios se deviam abster de provocações aos alemães e proceder como “neutrais”. Não o entenderam, assim, as tropas alemãs, não se sabe se por falta de comunicações com os seus superiores hierárquicos da Europa ou se o fizeram, intencionalmente, para ganhar posições no terreno, que, inevitavelmente, haveriam de ser discutidas num futuro tratado de Paz. As incursões alemãs não podiam deixar de provocar sérias apreensões ao Governo de Bernardino Machado, tendo em conta a história dos antecedentes próximos dos interesses anglo-alemães sobre as nossas colónias.

Como disse o coronel Azambuja Martins acerca da situação geográfica de Moçambique, qualquer conflito que ocorresse na África Austral envolver-nos-ia quer quiséssemos ou não; compreende-se, pois, que o Governo português considerasse indispensável guarnecer com forças militares alguns postos da fronteira do sul de Angola e do norte de Moçambique - onde tínhamos fronteiras com os territórios alemães - em especial “a grande zona dos territórios da antiga Companhia do Niassa, que só tinha uma ilusória rede de ocupação administrativa”¹⁴³. Por isso, logo em 18 de Agosto foi decretado o envio de uma expedição de 1500 homens para Moçambique, sendo o núcleo do destacamento misto constituído pelo 3º Batalhão de Infantaria nº15, regimento que então tinha a sua guarnição em Tomar¹⁴⁴; mas este batalhão carecia de disciplina e de “espírito de corpo”: foi feito de improviso, sem obedecer às regras

nesse ano, atingiu o posto de coronel. Foi Director da Escola Central de Oficiais (1920) e do Instituto Profissional de Pupilos do Exército (1921). Politicamente independente e conservador, mas anti-monárquico e hostil a ditaduras, passou a alinhar a partir de 1922, nas hostes de Cunhal Leal, vindo a ser ministro da Guerra por duas vezes (16-XII-1921 a 6.II.1922 e de 7.XII.1922 a 21.VII.1923). Quando eclodiu o 28 de Maio de 1926, comandava o regimento de Infantaria 16 de Santarém e só aceitou render-se à Ditadura, quando Bernardino Machado se submeteu ao novo Governo. Foi chefe do estado-maior das forças revoltosas do Porto (7 de Janeiro de 1927), cuja derrota se lhe acarretou a deportação para S. Tomé, em Março desse ano. Em virtude do seu precário estado de saúde, foi transferido, em 1928, para a Madeira e, posteriormente, para o continente, estando preso em Elvas até 1929, ano em que foi julgado e considerada expiada a sua culpa, sendo posto em liberdade, com guia para o Ministério do Exército. Tendo-se apresentado neste, o general Morais Sarmento não aceitou a sua apresentação e fixou-lhe, novamente, residência no Funchal, onde, dois anos depois, virá a comandar as tropas da chamada “revolta da Madeira”, que eclodiu em Abril de 1931, cuja resistência subsistiu durante quase um mês. Jugulada a revolta foi deportado para Cabo Verde até 1936, data em que voltou para Portugal, em liberdade. Escreveu vários trabalhos entre os quais um sobre a sua experiência militar em França (*Os portugueses na Flandres*, 1911).

[125] Martins, Eduardo Augusto de Azambuja (1877-1966), nasceu em Lisboa. Depois dos estudos preparatórios, seguiu a carreira militar que culminou com a ascensão ao posto de coronel. Fez parte da

do recrutamento, aceitando como voluntários “praças licenciadas e graduados oferecidos”; dos seus mil homens, só 200 pertenciam ao regimento; quanto aos outros 800, vieram oferecer-se, provenientes de lugares ou situações mais ou menos obscuras ou desajustadas aos fins para que se ofereceram, maioritariamente analfabetos, fisicamente pouco robustos, com comportamentos pouco recomendáveis, “mal conhecendo os oficiais e com deficiente instrução militar”, ainda que acima deste caos estivesse a “alma da expedição” e seu comandante, o tenente-coronel Massano de Amorim, experimentado em campanhas coloniais, que já fora Governador do distrito de Moçambique, muito tendo contribuído para a sua ocupação em 1910¹⁴⁵. A acrescentar a tudo isto--como urgia a presença dessas tropas no terreno--ao improvisado batalhão foi ministrada instrução militar em África e não na metrópole e, devido à falta de higiene, muitas das suas praças contraíram graves doenças. Finalmente, como remate desta saga constrangedora e lamentável, como não tínhamos navio para transportar o batalhão, foi contratado um barco inglês que fez o transporte do destacamento para Moçambique (embora escoltado pelo cruzador português *Almirante Reis* e também por alguns navios de guerra ingleses), onde chegou, a Lourenço Marques, no dia 16 de Outubro e a Porto Amélia, no dia 1 de Novembro, não tendo, porém, qualquer apoio logístico à sua chegada: nem da Colónia, nem da Companhia do Niassa (que não tinha qualquer domínio sobre os indígenas) nem da Metrópole!¹⁴⁶

O posto de Maziúá, era uma sentinela perdida junto à fronteira, a 400kms de Porto Amélia; era chefiado por um sargento, tendo sob o seu comando meia dúzia de soldados indígenas. Certamente, devido à morosidade das comunicações, é possível que o chefe do posto ignorasse que a Guerra começara, e cumprindo as instruções que tinha do Governador, proveniente do Ministério dos Negócios Estrangeiros, procurasse evitar quaisquer conflitos. Mas não era este o estado de espírito do lado alemão, que tinha instruções “tendentes a tomar a iniciativa de ataque [a território português], porquanto em cópias de documentação, foram encontradas várias referências ao incidente de Maziúá”¹⁴⁷. Efectivamente, diz-nos Azambuja Martins, “num diário oficial da guerra, atribuído ao comando alemão, encontra-se a cópia de um telegrama datado de 10 de Agosto de 1914, para a autoridade de Lindi, distrito junto à foz do rio Rovuma, onde se recomendava ‘arranjar tropas auxiliares para fazer uma invasão à África oriental portuguesa’”¹⁴⁸; ataque que ocorreu no dia 24 de Agosto, sendo morto a tiro o comandante do posto e massacrados os indígenas que nele se encontravam¹⁴⁹. Foi, portanto, um ataque premeditado.

Entretanto, no dia 18 de Agosto, o general Pereira d’Eça, ministro da Guerra, tendo em vista “assegurar a obediência do gentio e vigiar a fronteira sul de Angola [e que era governador Norton de Matos] nos pontos importantes”, convidou o tenente-coronel do Corpo do Estado Maior, Alves Roçadas [tendencialmente unionista], a aceitar o comando de um corpo expedicionário para realizar esse objectivo, constituído por “um quartel-general, um batalhão

missão composta de três oficiais do estado-maior que foi, a Londres, em Outubro de 1914, estudar e discutir as bases da nossa compartição na I Guerra. Prestou serviços de comando, em Moçambique, desde 1922 a 1932, sendo sucessivamente Governador do distrito de Inhambane (1922-24), 1º director da Estatística de Moçambique (1925), chefe do Estado-maior da expedição a Moçambique, em 1916, oficial de ligação no quartel-general britânico da África Oriental, em 1917 e chefe do Estado-maior da colónia de Moçambique (1927-1932).

[126] Telegrama de Freire de Andrade a Teixeira Gomes, de 19.10.1914, in *DACRI 1920MNE*, p. 61.

[127] Carta de Teixeira Gomes a Freire de Andrade, de 20.11.1914, in *DACRI 1920MNE*, pp. 95-96.

[128] *PGG/FM*, 1.º volume, p. 61.

[129] Telegrama de Freire de Andrade a João Chagas, de 10.11.1914, in *DACRI 1920MNE*, p. 75.

[130] Telegrama de Freire de Andrade a João Chagas, de 12.11.1914, in *DACRI 1920MNE*, p. 76.

[131] Telegrama de Teixeira Gomes a Freire de Andrade, de 14.11.1914, in *DACRI 1920MNE*, pp. 88-89.

[132] Telegrama de Freire de Andrade a Teixeira Gomes, de 19.11.1914, in *DACRI 1920MNE*, p. 93.

[133] Telegrama de Freire de Andrade a Teixeira Gomes, de 18.11.1914, in *DACRI 1920MNE*, pp. 91-92.

[134] Telegrama de Freire de Andrade a Teixeira Gomes, de 19.11.1914, in *DACRI 1920MNE*, p. 92.

[135] Carta de Freire de Andrade a Teixeira Gomes, de 20.11.1914, in *DACRI 1920MNE*, pp. 93-95.

[136] *Idem, ibidem*, p. 95.

[137] Telegrama de Freire de Andrade a Teixeira Gomes, de 26.11.1914, *DACRI 1920MNE*, p. 99.

de infantaria, uma bateria de metralhadoras, uma bateria de artilharia de montanha, um esquadrão de cavalaria, serviços de saúde, engenharia, administração militar, [e] transportes¹⁵⁰. Roçadas aceitou e, no dia 20, solicitou ao Governador de Angola, através do Ministério das Colónias, uma série de informações sobre os recursos da província e mandou a que nela se procedessem a vários trabalhos e serviços, entre os quais a mobilização de unidades indígenas e europeias; depois de colher os elementos de que precisava apresentou ao Ministro das Colónias um plano de operações, no qual previa o reforço do corpo do seu comando com unidades da guarnição da província, de modo a constituir-se uma coluna de operações cuja composição correspondesse aos objectivos a atingir: a ocupação de Cuanhama e a oposição ao avanço de quaisquer forças, isoladas ou não, que pretendessem entrar no nosso território¹⁵¹. O corpo expedicionário partiu nos dias 10 e 11 de Setembro, a bordo dos navios *Cabo Verde e Moçambique*, tendo desembarcado em Moçâmedes no dia 27 desse mês e no dia 1 de Outubro, procedendo-se à instalação do quartel-general e das tropas até 11 de Outubro. No dia 18 de Outubro, Roçadas tomou conta do governo de Huila, a fim de facilitar a sua acção militar naquele distrito; no dia 19 ocorreu o primeiro incidente de fronteira em Angola: Naulila¹⁵². Mas este incidente tinha precedentes que ajudam a explicá-lo.

[138] Telegrama de Freire de Andrade a João Chagas, de 27.11.1914, in *DACR1920MNE*, p. 99.

[139] Telegrama de Freire de Andrade a Teixeira Gomes, de 16.11.1914, in *DACR1920MNE*, p. 89.

[140] Telegrama de Teixeira Gomes a Freire de Andrade, de 16.11.1914, in *DACR1920MNE*, p. 89.

[141] Eduardo Azambuja Martins, “A campanha de Moçambique”, in *PGG/EM*, 2.º volume, [1935], pp. 136-138.

[142] Apud *PGG/EM*, vol. 1.º, Lisboa, Editorial Ática, [1934], p. 58.

[143] Eduardo Azambuja Martins, op.cit., p. 134.

[144] Idem, *ibidem*.

[145] Idem, *ibidem*.

[146] Idem, *ibidem*, pp. 134-35.

[147] Idem, *ibidem*, p. 137. Ver, também, *Revista Militar* (Lisboa), 1928, p. 484.

[148] Idem, *ibidem*, pp. 137-38.

[149] Idem, *ibidem*, p. 138.

[150] António Maria Freitas Soares, “A campanha de Angola”, in *PGG/EM*, 2.º volume, [1935], p. 194.

[151] Idem, *ibidem*.

[152] Idem, *ibidem*, pp. 195-196.

[153] Idem, *ibidem*, pp. 196-97.

[154] Idem, *ibidem*, p. 197.

Segundo Freitas Soares “desde a declaração de guerra europeia, lavrava em Luanda, grande efervescência contra os alemães residentes e, muito especialmente, no Lubango, contra o vice-consul Schoss, que possuía uma casa comercial em Moçâmedes, onde se estabelecera havia anos, e uma bela propriedade, armazém de comércio, uma fábrica e terrenos aforados ao Estado, no planalto. Entre os actos que lhe eram imputados e que, por exarcebaram os ânimos, o iam indispondo cada vez mais com a opinião pública, citavam-se os seguintes: manter relações directas, através dos vaus do Caluéque ou de Shwartboi-Driff, com a Daramalândia; ter preparado e ter feito seguir para este território e através da nossa fronteira terrestre, a título de fornecimentos para a missão luso-alemã, importantes abastecimentos, infringindo as disposições do governo da colónia, que proibira a saída de víveres para fora da provincia, e gabar-se que, dentro de um ano, seria ele o governador do distrito de Huila¹⁵³.”

Ora - continua Freitas Soares - “por denúncia às autoridades, o alferes Sereno, que comandava forças de cavalaria no Cuamato, foi incumbido de apreender, dias antes do incidente de Naulila (19 de Outubro), um combóio de 11 carros boers com mantimentos, aparentemente consignados à missão de estudo luso-alemã. Esta, devidamente autorizada pelo Governo da metrópole e da qual, faziam parte, como delegados ou representantes do Governo português o coronel Manuel Maria Coelho e o tenente-coronel de engenharia Carlos Roma Machado de Faria e Maia [e ainda], os alemães Turner e Schubert, engenheiros, o doutor Vageler, engenheiro agrónomo, e um médico tinha seguido, havia meses, para a província de Angola, com objectivos vários, todos de carácter científico, dos quais o principal era o estudo da ligação do caminho de ferro do Sudoeste alemão com a futura rede ferroviária do sul de Angola¹⁵⁴. Mas

ao que parece, vários dos membros alemães desta missão de estudos tinham objectivos que iam além dos científicos; e a prova é que acabaram por protagonizar incidentes, ainda que pontuais, entre as autoridades alemãs e portuguesas, na fronteira entre Angola e a Damaralândia. Ora como havia muitos súbditos alemães espalhados pelos distritos de Benguela e Huíla, “exercendo, aparentemente, as profissões de negociantes, colonos agrícolas, exploradores de terras e empregados em oficinas particulares, mas segundo todas as probabilidades desempenhando o papel de espiões informadores”¹⁵⁵, a ordem de expulsão imposta aos membros alemães da supracitada missão de estudos foi, também, mandada aplicar a todos os súbditos de raça germânica e ainda àqueles que, estrangeiros ou nacionais, fossem considerados suspeitos, tornando-se extensivo ao vice-consul Schoss e família logo após o massacre de Cuangar¹⁵⁶. Não se julgue que estas ordens de expulsão eram desprovidas de fundamento, mais movidas pelo temor do que por razões de facto. A verdade é que, quando alguns dias depois, foi detido um oficial alemão, na reserva, que era empregado na oficina do Almeida da Chibia, foi-lhe apreendida uma carta da Damaralândia, onde estava traçado a lápis o itinerário das etapas que mais tarde seguirão as tropas do major Franck, quando se deslocaram para atacar Naulila, em 18 de Dezembro¹⁵⁷. Foram, pois, os alemães os primeiros a tomar a iniciativa de nos hostilizarem, militarmente, tanto em Moçambique como em Angola.

Todavia, estas hostilidades não passaram, inicialmente, de escaramuças de reduzido alcance. Mas algo mudou quando a Alemanha tomou conhecimento do nosso envio de tropas para Moçambique e Angola; e não ignorava que a Inglaterra não nos podia auxiliar na defesa das fronteiras terrestres das colónias; por isso, atacaram Naulila; e depois o posto de Cuangar, em território português, matando 3 oficiais e vários praças, “incendiando tudo e levando material e subsistências”¹⁵⁸. Mas quanto a este último massacre, perpetrado com “requintes de barbaridade”, Freire de Andrade disse a António Bandeira e Teixeira Gomes, que o cônsul alemão em Luanda foi pedir desculpa ao Governador-Geral de Angola, dizendo ter a certeza de que o incidente de Cuangar fora praticado sem as ordens do Governo alemão, oferecendo-se para ir à fronteira com um oficial português a fim de se evitarem novos incidentes¹⁵⁹. Por este motivo e por informações fidedignas que disse ter em seu poder, era da opinião que a intenção do Governo alemão não era declarar guerra ao Governo português (pelo menos por então), mas esperar a iniciativa inversa¹⁶⁰. Em rigor Freire de Andrade não lobrigava os fins da Alemanha quanto às suas surtidas em território colonial português¹⁶¹; a própria Inglaterra também se preocupava com essas incursões comon disse Teixeira Gomes a Freire de Andrade¹⁶².

Entretanto, aproximava-se, para Portugal, um problema difícil de resolver: a declaração de guerra. Portugal esperava que a Alemanha a declarasse ou tomava essa iniciativa? Uma vez mais, a diplomacia portuguesa procurou a opinião do *Foreign Office* cujo parecer, segundo informação de Teixeira Gomes a Freire de Andrade, era que Portugal esperasse as representações do Governo alemão e lhes explicasse, então, que a quebra de neutralidade imputada a Portugal,

[155] Idem, *ibidem*, pp.198-99.

[156] Idem, *ibidem*, p.199.

[157] Idem, *ibidem*.

[158] Telegrama de Freire de Andrade a António Bandeira, de 19.11.194 (para este transmitir a Sidónio Pais) in *DACRI 920MNE*, p. 93; sobre o massacre de Cuangar ler, ainda, o telegrama de Freire de Andrade a Bartolomeu Ferreira, de 9.12.1914, in *DACRI 920MNE*, pp. 103-104.

[159] Telegramas de Freire de Andrade a António Bandeira e a Teixeira Gomes, de 1.12.1914, in *DACRI 920MNE*, pp.101-102.

[160] Telegramas de Freire de Andrade a Teixeira Gomes, de 1.12.1914 e 9.12.1914, in *DACRI 920MNE*, p.102 e pp.104-105.

[161] Idem, *ibidem*.

[162] Telegrama de Teixeira Gomes a Freire de Andrade, de 3.12.1914, in *DACRI 920MNE*, p.102.

desde há muito fora quebrada pelas agressões alemãs a Angola; e, tal como fazia a Alemanha, não lhe declarar guerra e imitar o seu procedimento em África: começar a fazer incursões militares no seu território. E foi o que fizemos, enviando quatro expedições militares para África, com a aprovação do Parlamento, a que a imprensa alemã deu grande destaque - parecendo-lhe óbvio que eram para combater as colónias alemãs - mas não lhes atribuiu importância, imputando a responsabilidade dessa iniciativa à Inglaterra¹⁶³.

Mas as notícias das agressões alemãs em Angola continuavam. Freire de Andrade dizia a Bartolomeu Ferreira ter tido conhecimento que os alemães tinham atacado um nosso posto no norte de Moçambique, matando o comandante, a mulher, destruíram e queimaram tudo; ao que parece julgavam que Portugal e a Alemanha já estariam em guerra¹⁶⁴; ainda não havia relatório de Naulila, mas ainda que tenha havido alemães mortos, a verdade é que o foram no nosso território; em Cuangar, a guarnição foi em grande parte assassinada, pois não parece ter havido luta, tendo os alemães feito acompanhar-se pelo gentio; não sendo matéria para *casus belli*--que a Inglaterra não queria senão como consequência da aliança e não por iniciativa nossa--era, contudo, em sua opinião, suficiente para uma enérgica reclamação¹⁶⁵; nesse sentido, Freire de Andrade disse a Teixeira Gomes que enviara um telegrama a Sidónio Pais, para que protestasse, junto do Governo alemão, por causa dos acontecimentos de Angola¹⁶⁶. Todavia, como o Governo estava demissionário, as coisas eram mais difíceis, e casos como o de Naulila e Cuangar serviam de arma de arremesso contra o Governo na política interna, acusando-o de falta de energia e determinação (como fazia a *A Capital* contra ele)¹⁶⁷; e se é verdade é que o que acontecera em Naulila e Cuangar não era motivo para *casus belli* e, quanto à beligerância - em sua opinião - devíamos ser leais aos compromissos assumidos para com a Inglaterra, ou seja, devia-se procurar adiar a beligerância, não é menos verdade que ainda não tínhamos forças militares bastantes (pelo menos forças não inferiores a 10:000 homens) e, suficientemente, bem preparadas para “castigar duramente os alemães”, em África, quando nos declarassem guerra; o que, em sua opinião, não ser tarefa fácil de conseguir por causa do seu transporte, porque o ministro da Guerra tinha dificuldades em arranjar oficiais, sargentos e cabos para enquadrar as forças indígenas e porque a divisão expedicionária ainda não estava pronta (e não estaria antes do fim de Janeiro)¹⁶⁸; por todas estas razões é que ainda não reclamara junto do Governo alemão, tanto mais que as autoridades alemãs, ainda que não tenham dado satisfações incompletas sobre as suas incursões no nosso território colonial, tinham dito o suficiente para protelar a questão¹⁶⁹. Entretanto a imprensa portuguesa mais radical continuava a malquistar a opinião pública contra o Governo, acusando-o de tibieza e de falta de força.

3.2.7 A reunião do Congresso

Outra dificuldade a ultrapassar para viabilizar o pedido de ajuda militar da Inglaterra era a autorização do Congresso, que Bernardino Machado convocou para 23 de Novembro. Uma

[163] Telegrama de Bartolomeu Ferreira a Freire de Andrade, de 8.12.1914, in *DACR1920MNE*, p.103.

[164] Telegrama de Freire de Andrade a Bartolomeu Ferreira, de 9.12.1914, in *DACR1920MNE*, pp.103-104.

[165] Idem, *ibidem*, p. 104.

[166] Telegrama de Freire de Andrade a Teixeira Gomes, de 9.12.1914, in *DACR1920MNE*, p.104.

[167] Idem, *ibidem*.

[168] Idem, *ibidem*, pp.104-105.

[169] Idem, *ibidem*, p. 105.

autorização que - depois das perturbações sociais ocorridas nos meses de Setembro e Outubro, depois do movimento monárquico de Mafra (de 20 de Outubro) e dos desaires das nossas tropas em África - não sendo posta em causa a sua aprovação por causa da Aliança, não deixaria de suscitar posições mais divergentes e dissonantes entre as distintas forças políticas do que fora a aprovação da moção de 7 de Agosto; como veio a acontecer, enfraquecendo ainda mais o Governo.

O pedido de autorização era incontornável. E, nesse sentido, Bernardino Machado solicitou, ao Presidente da República, a convocação de uma reunião extraordinária do Congresso que se realizou no dia 23 de Novembro. Nesta reunião, Bernardino recordou os compromissos assumidos pelo Congresso em 7 de Agosto, para com a Inglaterra, e solicitou, através de uma proposta de lei, *autorização* ao Poder Executivo para «intervir, militarmente, na actual luta armada internacional, quando e como julgue necessário aos nossos altos interesses e deveres de nação livre e aliada da Inglaterra, tomando para esse fim as providências extraordinárias que as circunstâncias de momento reclamem»¹⁷⁰; e em abono deste pedido leu a nota do acordo entre os Governos Português e Britânico: «Logo ao princípio da guerra, Portugal afirmou, espontaneamente, que estava pronto, como aliado da Grã-Bretanha, a dar-lhe todo o concurso. O Governo Inglês, apreciando, altamente, este claro testemunho de cordial solidariedade, convidou, com entranhável reconhecimento, o Governo Português a contribuir de facto, consoante entre ambos se estipulasse, com a sua cooperação militar. E, por este modo, os dois Governos assegurarão os fins da aliança há séculos já subsistente entre as suas nações, cuja manutenção tanto é do interesse comum, como duma e doutra»¹⁷¹. Já não se tratava só de pedir ao Congresso que reconhecesse o cumprimento dos tratados de aliança subsistentes com a Inglaterra, mas sim que autorizasse que os cumpríssemos. Posta à discussão, a proposta do Governo foi aprovada unanimemente, ainda que Machado Santos, tenha sublinhado o que já dissera em 7 de Agosto: que o Governo de Bernardino Machado devia, desde aquela data, abandonar as cadeiras do Poder, para dar lugar a um outro em que se encontrassem “representantes de todas as correntes políticas”; como isso não aconteceu, o Governo que terminasse a sua obra, já que a começara¹⁷².

Já bastante distintas do que tinham sido em 7 de Agosto, foram as justificações dos líderes dos partidos democrático, evolucionista e unionista. Afonso Costa, falando em nome do primeiro, disse que finalmente Portugal ia passar das palavras aos actos e não devia hesitar em colaborar no conflito armado nem mostrar, para o exterior, divisionismos, tanto mais que o que estava em causa era não só o cumprimento de obrigações para com a aliada Inglaterra - e, com ela, a defesa do Direito, do Progresso e da Civilização - mas o resgate futuro das “raça latina” e anglo-saxónica que fundaram essa mesma Civilização (e com ela “a felicidade dos povos em bases indestrutíveis”), mas também o “estabelecimento definitivo do Direito e da Paz e até - (...) - do desarmamento universal”¹⁷³. Mas Afonso Costa também advertiu--respondendo

[170] In *Diário da Câmara de Deputados*, I Legislatura, sessão legislativa 04, n.º 137, sessão extraordinária nº10-A, 23.XI.1914, pp. 3-4.

[171] *Idem, ibidem*, p.4.

[172] *Ibidem*, p.4.

[173] *Ibidem*, p.5.

à divergência de opiniões que se revelavam pelos jornais sobre o quadro geofísico da nossa possível intervenção na guerra - que não via como Portugal se podia afirmar «como (...) é e como quer ser, senão tomando parte nos combates que se travam na Europa, para onde todo o mundo olha e onde o esforço de um representa o esforço de cem ou de mil, quando realizado em qualquer outra parte. E não que nós descuremos ou esqueçamos os nossos primeiros e essenciais deveres de defender o nosso território continental ou colonial, onde quer que seja ameaçado ou invadido; mas, independentemente, desse nosso dever imediato, directo e instante, nós temos de realizar um outro, e esse nos campos da batalha da Europa, onde se afirmará quem existe ou não existe»¹⁷⁴.

Por sua vez, António José de Almeida deu também o seu voto favorável à proposta do Governo - cuja orientação, quanto à política externa, reiterada e frequentemente, apoiou no seu jornal - repetindo, uma vez mais, que a isso o movia o seu acendrado patriotismo - e também, o do seu partido; a proposta do Governo, disse, não tinha discussão, devia simplesmente ser respeitada - e esclareceu que «viu os documentos trocados entre as duas chancelarias, [e] pode assim afirmar que ela [Inglaterra] não só pede o nosso concurso, mas o deseja»¹⁷⁵, felicitando o Governo «pela forma como foram conduzidas as negociações, que demonstram que a Inglaterra não só aceita mas deseja a nossa cooperação, porque sabe que somos alguém, que o nosso exército há-de saber honrar a sua bandeira»¹⁷⁶.

[174] *Ibidem*.

[175] *Ibidem*, p.6.

[176] *Ibidem*.

[177] *Ibidem*.

Quanto a Brito Camacho, também votou a proposta do Governo, mas acrescentou que se os actos preparatórios para participar na Guerra eram indispensáveis - e por isso mesmo era de opinião que se praticassem os necessários - «se a honra da nação e a defesa dos seus interesses fossem ainda compatíveis com o *statu quo*, nós desejaríamos que ele se mantivesse, porquanto a situação criada, em 7 de Agosto, reputámo-la perfeitamente digna e de todo o ponto conveniente. Que, acima de tudo, coloquemos a honra da nação e por ela façamos todos os sacrifícios, na convicção de que sempre a honra dum povo é compatível com os seus legítimos interesses»¹⁷⁷. Aqui aparece uma grande *nuance* relativamente aos pontos de vista dos democráticos e dos evolucionistas: Camacho lembra, sem o dizer que, tínhamos um exército fraco, éramos um país pobre, e se o nosso apoio à Inglaterra se pudesse concretizar, com honra para ambas as partes, por outros meios, ou sejam sem arriscar vidas humanas, pelo empréstimo de material bélico ou em palcos de guerra que fossem mais acessíveis às nossas forças (como as colónias) seria o ideal; e daí que se a nossa participação no conflito pudesse ser assegurada, sem sair do *status quo*, sem perda da honra da nação (compromissos com a Inglaterra) e salvaguardando os nossos interesses, através de ajuda em material de guerra, de meios de subsistência ou da intervenção no teatro de guerra colonial, essa devia ser a sua posição.

Mas foi no Senado, onde apareceram as reacções mais reservadas à proposta do Governo, ainda que os seus adversários acabassem, também, por votar favoravelmente, a proposta do Governo.

O Senador Pedro Martins, em nome dos senadores independentes, também aprovou a proposta, o que não faria, disse, se o Governo optasse pela neutralidade¹⁷⁸; mas fez questão de dizer ao Governo que, no momento que este julgasse oportuno, pretendia - porque era um direito que assistia ao Parlamento - «conhecer todas as negociações havidas e quaisquer notas trocadas entre o Governo e os Governos estrangeiros, nomeadamente, o Governo inglês¹⁷⁹, porquanto pretendia saber como essas negociações foram conduzidas; e idêntica exigência fez o senador João de Freitas, invocando inclusive o Governo inglês que pôs à disposição da opinião pública, os documentos que justificaram a sua entrada no conflito europeu contra a Alemanha e contra a Áustria (a defesa do “princípio das pequenas nacionalidades e a defesa dos tratados que foram violados pelo Governo Alemão”)¹⁸⁰, enfim, que as negociações que levaram à intervenção de Portugal na guerra europeia fossem apresentadas à opinião pública, pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, quando já não houvesse melindres internacionais a impedi-lo, através de um «Livro Branco»¹⁸¹.

Mas o senador Pedro Martins aproveitou, ainda, a ocasião para lembrar aos presentes que, em África, principalmente na África Ocidental, «os alemães invadiram, violenta e traiçoeiramente, o nosso território, derramando o sangue de oficiais e soldados portugueses e assassinando alguns, sem que a mais ligeira explicação fosse dada. O estado de guerra foi, assim, brutalmente declarado, e não há senão que aceitá-lo e enviar, com a possível urgência, porém, não pelo processo de conta-gotas, ridículo, dispendiosíssimo e ineficaz, os reforços que sejam precisos para defender e firmar a integridade do nosso domínio colonial e vingar a afronta recebida. Na África, a Inglaterra é obrigada a lutar contra o alemão para defesa das suas colónias. Pela aliança a que ela nos prende e pela amizade e solidariedade de interesses que aí entre ela e nós existem, dúvida alguma tenho em votar autorização ao Governo para a nossa intervenção militar aí, ao lado da Inglaterra, contra a Alemanha»¹⁸²; mas a verdade é que a Inglaterra também luta no centro do continente europeu em defesa da liberdade, do direito e da civilização ocidental «contra a fúria do desvairado militarismo teutónico e a ambição torva e incomensurável de um dementado pangermanismo que não hesitou em rasgar, vandalicamente, as páginas iluminadas da própria cultura alemã e arrojou o povo alemão para o crime mais hediondo e a mais pavorosa hecatombe que há memória»¹⁸³; por isso, ainda que os nossos tratados de aliança com a Inglaterra possam suscitar justificadas dúvidas sobre a nossa obrigação de intervir com os nossos modestos recursos militares no continente europeu¹⁸⁴, «a excepcional gravidade da hora presente, a grandeza e importância dos interesses que ela envolve, os deveres que nos impendem para com a geração de amanhã, não se compadecem com a rigidez literal dos textos dos tratados. E a nota lida há pouco, redigida de acordo com o Governo Inglês, sugere que a nossa intervenção, se se der na Europa, ao lado da Inglaterra, pode rasgar, para a nossa vida futura, horizontes mais largos e iluminados, e acaso é ela o prenúncio desse porvir mais confortante de uma aliança mais definida e íntima e de mais completa garantia para Portugal»¹⁸⁵.

[178] In *Diário do Senado*, I Legislatura, sessão legislativa 04, n.º 006, sessão extraordinária do Congresso (convocada por decreto de 17 de Novembro de 1914), de 23.XI.1914, p.5.

[179] *Idem, ibidem*.

[180] *Idem, ibidem*, p.6.

[181] *Idem, ibidem*, p.7.

[182] *Idem, ibidem*, p. 5.

[183] *Idem, ibidem*.

[184] *Idem, ibidem*.

[185] *Idem, ibidem*.

Também os líderes dos principais partidos no Senado - Miranda do Vale, pelos unionistas, Feio Terenas, pelos evolucionistas e Estevão de Vasconcelos, pelos democráticos) - não dissentiram da orientação de voto dos seus chefes partidários¹⁸⁶. Até Goulart de Medeiros, afastado - como disse - de todos os partidos, dava o seu voto favorável à proposta do Governo por estar convencido que, desde 7 de Agosto, empregara todos os meios para que Portugal desempenhasse o papel que lhe competia¹⁸⁷.

Especialmente interessantes se revelaram as seis razões apresentadas pelo senador democrático Nunes da Mata¹⁸⁸, para apoiar a proposta do Governo: «1.ª As batalhas sangrentas, que se ferem nos campos da França, Bélgica, Alemanha, Áustria, Rússia, Sérvia e Turquia têm como litigantes, de um lado, os povos que defendem os direitos, a liberdade, a justiça e os progressos sociais alcançados pela humanidade, e, do outro lado, os que, bárbara e cruelmente, pugnam pelo despotismo, pela tirania cruel, pela brutalidade imperiosa e pelo arbítrio. Em uma luta desta natureza, em que os campos estão, nitidamente, distintos, nenhuma nação, que preze o futuro da humanidade e que tenha em conta a defesa do seu próprio futuro, deve permanecer de braços cruzados, e antes se deve colocar, lealmente, ao lado dos que defendem o bem-estar social e impugnar com ardor os que pretendem encher, e já enchem, a terra de luto, morticínios e horrores. 2.ª A Nação portuguesa é aliada da Grã-Bretanha, em virtude de antigos e repetidos tratados e, pelo cérebro e pelo coração, é também antiga aliada da brilhante, ativa e generosa França. Portanto, ainda que essas alianças não impusessem a obrigação da cooperação na presente guerra, o nosso brio, a nossa honra e a nossa dignidade é que nos impõem esse dever como imprescindível. 3.ª É bem sabido que se as nossas colónias, e com especialidade Angola, ainda hoje estão em nosso poder e não foram empolgadas pela voracidade alemã, isso se deve à intervenção da Grã-Bretanha e da França. Portanto, ainda sob este ponto de vista restrito de interesse nacional, além de cumprirmos o nosso dever social, temos tudo a ganhar, auxiliando, tanto quanto pudermos, as duas importantes e generosas nações. Se estas, por um absurdo inconcebível do acaso, ficassem vencidas, ninguém tenha dúvidas em que, não só perderíamos todas as nossas colónias, mas que igualmente perderíamos a nossa independência. Por isso, o nosso futuro e a nossa própria salvação exigem o sacrifício do nosso auxílio, com todas as veras de entusiasmo e dedicação. Bom é notar-se que, ainda mesmo que ficássemos neutrais, ou cometêssemos o monstruoso crime social de auxiliar a Alemanha, se esta vencesse, havíamos do mesmo modo, irremediavelmente, de perder as colónias e a independência, apesar dos nossos valiosíssimos e bons ofícios. Ninguém tenha dúvidas a este respeito. 4.ª Se a Alemanha vencesse, ficando, como consequência, a Europa esmagada, nunca mais haveria paz na terra, a não ser que os alemães conseguissem esmagar e aniquilar todos os povos que não fossem da sua raça. Em prazo que não deveria ser superior a dez anos, podíamos ficar certos de que uma outra tremenda conflagração se levantaria entre a Europa, dominada e arrastada sob as patas teutónicas, e a América. Vencida a América, teríamos nova guerra de extermínio entre a Europa e os povos do Oriente. Deveria ser um nunca acabar

[186] *Ibidem*, pp. 3-4.

[187] *Ibidem*, p. 6.

[188] Mata, José Nunes da (1849-1945), depois de fazer os seus preparatórios em Coimbra, seguiu a carreira militar, na Marinha, vindo, ainda, a ser professor e director da Escola Naval, atingindo, na sua carreira, o posto de vice-almirante. Republicano, desde os bancos da escola, tomou parte activa na propaganda, sobretudo, entre 1877 e 1885, filiando-se na Maçonaria em 1893. Escreveu inúmeros artigos na imprensa--como o *Transmontano*, o *Partido do Povo*, o *Século*, o *Debate* e a *Vanguarda*--em geral com pseudónimo ("Julio Graccho" ou "Ignotus"), para evitar as represálias do Poder monárquico. Foi ainda responsável, com Cândido dos Reis e Azevedo Gomes, pela difusão do republicanismo na Marinha. Foi eleito deputado à *Assembleia Constituinte* de 1911 e por esta, depois da conclusão dos seus trabalhos, eleito senador. Foi autor de uma vasta obra, especialmente, no domínio da meteorologia, sendo a *Tábua Política de cinco algarismos*, o mais importante dos seus trabalhos.

de guerras, de morticínios e de revoluções. Em contraposição, se os Aliados vencerem, como é de supor, não só teremos um longo período de paz, mas mais ainda, deixará de pesar sobre as diversas nações o esmagador encargo de enormes exércitos permanentes e de caríssimos armamentos. É preferível, pois, este sacrifício agora, embora grande, mas que apenas durará alguns meses, a deixar o mundo escravizado pelo teutão e entregue a incessantes guerras e morticínios. 5.^a, Desde que, do norte ao sul do País, se falou em que íamos mandar um corpo de Exército para a guerra, e que algumas dúzias de miseráveis e traidores tentaram uma revolta, dando como pretexto esse facto da remessa do corpo de Exército¹⁸⁹, já não devemos, em caso algum, deixar de o mandar, pois se o não mandarmos, todas as nações estrangeiras ficariam a imaginar que a tal revolta era apoiada, realmente, pela alma portuguesa. Ora, isto representaria uma eterna vergonha para este generoso povo português que, na sua história, possui os fastos mais brilhantes da história da humanidade em atos de audácia, patriotismo, coragem e heroísmo. Se deixássemos agora de cooperar na presente guerra, os manes dos nossos antepassados erguer-se-iam indignados do seu túmulo para protestar. 6.^a, Finalmente, desde que tropas alemãs, segundo publicaram os jornais, invadiram a nossa província de Angola e feriram e mataram oficiais e soldados nossos, facto que constitui *casus belli*, desnecessário é procurar razões que justifiquem a nossa intervenção na guerra, pois que, ainda que o não quiséssemos, a ela nos vemos constringidos pelos próprios alemães¹⁹⁰. Finalmente Nunes da Mata, em resposta aos que defendiam que «a nossa cooperação na guerra se devia limitar a África, direi que as vitórias e as derrotas na África pouco ou nenhuma influência terão no resultado final da guerra. É na Europa, e só na Europa, que deve, ser resolvida esta guerra tremenda. Se os alemães perderem tudo o que têm na África, mas ganharem a vitória final na Europa, tornarão a adquirir não só o que perderem mas tudo o mais que quiserem. Portanto, é na Europa que Portugal deve cooperar ao lado dos aliados, para que a história no futuro o possa honrar, colocando-o ao lado das nações generosas que, actualmente, se sacrificam pelo bem-estar, dignidade, liberdade, direitos e progressos da humanidade»¹⁹¹.

Mas a “nota” conjunta que Bernardino Machado apresentou no Congresso (e que deixou no ar algumas dúvidas) não era, efectivamente, rigorosa (talvez porque Edward Grey, que a redigiu, as desejasse). O que essa nota dizia era que os dois Governos, de Portugal e da Inglaterra, resolveram *cooperar* nos esforços da guerra europeia em curso - em termos a estabelecer e conforme os “fins da aliança” que os ligava - mas não dizia que fora a Inglaterra a convidar o Governo da República a participar na Guerra, ao abrigo da Aliança entre os dois países. A nota (redigida por Edward Grey, como já disse), era, realmente, omissa quanto ao pedido de ajuda militar da Inglaterra ao abrigo da Aliança; mas já o mesmo não se pode dizer - pelo contrário! - do *memorandum* que o Governo inglês dirigiu ao Governo português, em 10 de Outubro, pedindo-lhe, expressamente, o concurso militar, em artilharia, para ajudar a França. A ambiguidade da nota lida no Congresso de 23 de Novembro irá servir, posteriormente, quer para alimentar, ainda mais, as dúvidas dos anti-guerristas sobre

[189] Creio que Nunes da Mata se está a referir ao pronunciamento monárquico de Mafra, de 20 de Outubro, liderado pelo major Rodrigues Nogueira, que ainda conseguiu cortar as comunicações telefónicas e telegráficas, no norte do País, mas que foi, prontamente, jugulado.

[190] *Ibidem*, pp.7-8.

[191] *Idem, ibidem*, p.8.

as responsabilidades da iniciativa intervencionista de Portugal no teatro europeu da guerra, quer para sublinhar que, afinal, havia alternativas a esta, a que a Inglaterra, aparentemente, não se opunha. Apesar destas dúvidas, em 25 de Novembro, na sequência da aprovação pelo Congresso da nossa intervenção militar na Guerra, ao lado dos Aliados, a folha oficial publicou um decreto, sob proposta do Ministro da Guerra, não só mobilizando uma divisão constituída com os elementos da 1.ª e 7.ª divisões do exército, mas, também, a possibilidade de virem a ser mobilizados elementos de outras divisões que fossem necessários para complemento da divisão mobilizada¹⁹². A nossa participação militar na guerra europeia estava em marcha com a unânime aprovação do Parlamento.

3.2.8 A reacção dos anti-guerristas

Um outro factor que dificultou a implantação das obrigações contraídas para com a nossa aliada quanto à ajuda militar que nos solicitou em 10 de Outubro, foi a agitação social e política que o nosso intervencionismo provocou. Na verdade se todos os protagonistas intervenientes neste processo - opinião pública, partidos e Governo - estavam, *em princípio*, de acordo que devíamos cumprir os nossos deveres de aliados da Inglaterra, a verdade é que, a partir desta premissa, os desacordos entre eles eram os mais díspares: desde a chamada “neutralidade condicional” (submissão plena às directrizes inglesas, não declarando a Guerra à Alemanha, mas ajudando os ingleses na medida do possível e de modo a não nos envolvermos, oficialmente no conflito) até ao apelo ao intervencionismo imediato (acusando-se o Governo, por não tomar essa iniciativa, de fraco, transigente e germanófilo). Não se julgue, pois, que o unanimismo dos congressistas em Junho e Novembro de 1914, quanto ao cumprimento dos nossos deveres para com a aliança inglesa e quanto à autorização solicitada pelo Governo para cooperarmos, militarmente, com a Inglaterra foi um processo pacífico. Formalmente, sim. Mas fora do Parlamento, as coisas não se passaram do mesmo modo.

Supunha Bernardino Machado que a nossa intervenção na Guerra abateria, internamente, as lutas político-partidárias, dado que exigia um ingente e conjugado esforço nacional. Não foi assim. Às contradições e debilidade estratégicas do Governo (como o alarde de alguns dos seus membros de que não eram nem nunca tinham sido “políticos”, a sua benevolência para com os inimigos da Lei da Separação e a nomeação de muitas autoridades administrativas - governadores civis e administradores de concelho - de duvidosa ou nenhuma simpatia pelo regime), veio juntar-se a oposição activa dos anarquistas e sindicalistas à Guerra e a contestação das forças político-partidárias republicanas conservadoras (em especial dos unionistas), quanto à legitimidade da continuação do Governo--depois da sua favorável tomada de posição “intervencionista”, em 7 de Agosto - e, sobretudo, quanto à sua opção por um intervencionismo armado no teatro europeu da Guerra que a Inglaterra não solicitara.

O Governo era acusado pelos anti-guerristas (sobretudo unionistas, anarquistas, sindicalistas

[192] Decreto n.º 1:096, de 25 de Novembro de 1914 (in *Diário do Governo*, 1ª série, n.º 221).

e parte dos evolucionistas) de se oferecer à Inglaterra para combatermos ao lado dos Aliados, alegando que a Inglaterra apenas nos pedia umas dezenas de peças de artilharia e o Governo não as concedia sem que fossem acompanhadas das respectivas tropas de apoio. O que era verdade. Mas Bernardino Machado, desmentia esta versão dos factos denunciados pela Oposição, replicando: “houve quem, não sei como, imaginou, com doentia visão diplomática, que a Inglaterra só exigira de nós material de guerra e o meu Governo é que, pela instância dos seus oferecimentos, a levava a aceitar toda a nossa intervenção militar. Como é que semelhante dislate resistiu um momento sequer à publicação da expressiva nota que apresentei ao Congresso, em 23 de Novembro, redigida de comum acordo entre os dois governos, português e britânico? Nem a nossa aliada desejaria, de nós, material de guerra além do que fosse dispensável à acção efectiva do nosso corpo de Exército, em cuja integridade nos apoiamos como nação livre, nem ela, certa da nossa absoluta boa vontade, aguardaria solicitações, que éramos incapazes de fazer, para, com o seu cabal conhecimento da nossa situação, convidar-nos a prestar-lhe todo o concurso, desde que o entendesse conforme aos interesses mútuos das duas nações”¹⁹³. E pela mesma ocasião, em entrevista concedida à *Capital* - dado que então surgiu, de novo, na opinião pública (para justificar a inércia da política externa de Pimenta de Castro), a dúvida de que Portugal não fora convidado pela Inglaterra a participar na Guerra, mas fomos nós que forçáramos a nossa Aliada a fazer-nos esse pedido¹⁹⁴ - Bernardino recordou o apoio unânime de todos os partidos à sua moção de 7 de Agosto, sobre o auxílio de Portugal à Inglaterra, em conformidade com os deveres da Aliança, solidariedade que levou a Inglaterra, em 10 de Outubro, a solicitar o nosso concurso militar¹⁹⁵; e ainda, anos depois, num desmentido enviado ao jornal *República* (Lisboa), de 2 de Julho de 1918, repetiu que, depois de 7 de Agosto de 1914, fôramos convidados a entrar, formal e militarmente, na Guerra, em 10 de Outubro, pelo Governo inglês, em nome da Aliança; e que esse convite foi renovado, uma segunda vez, em 16 de Julho de 1916¹⁹⁶.

Bernardino Machado, numa tentativa de honrar o secretismo que lhe fora solicitado por Grey quanto ao pedido de auxílio militar pela Inglaterra e, sobretudo, evitar explicar a intervenção decisiva da França no pedido de ajuda militar da Inglaterra (mostrando assim que esta fora “obrigada” a fazer o que não queria!), procurou, simplesmente, esclarecer o nexo de causalidade entre nós e a Inglaterra quanto à nossa intervenção no conflito europeu, sublinhando que a premissa maior coubera à nossa aliada; colocou-se num plano lógico, desvalorizando - para evitar mais controvérsias estereis - os pormenores concretos, quando, em rigor, não foi a lógica a determinar a decisão da Inglaterra em nos pedir auxílio militar. Mas a verdade é que mesmo que o pedido de auxílio militar da Inglaterra não tivesse existido (e existiu) a situação de neutralidade de Portugal - como disse o general Pereira d’Eça, ministro da Guerra no Governo de Bernardino Machado, no *Relatório* ministerial que veio a apresentar a público depois da exoneração do Governo - era, internacionalmente, incompreensível e não era sustentável por mais tempo, não tendo Portugal outra opção do que colocar-se, sem

[193] Bernardino Machado, *O Exército e a Nação*, Lisboa, Livraria Féerin, 1915, pp.8-9 (conferência, proferida no Ateneu Comercial de Lisboa, no dia 12 de Abril); ver também *A Capital* (Lisboa), Ano 5, n.º 1683, 12.IV.1915, pp. 2-3 e *O Mundo* (Lisboa), Ano 15, n.º 5298, 13.IV.1915, pp. 1-2.

[194] “A Participação de Portugal na Guerra. Sumário da questão, desde o pedido da Inglaterra até às bases da convenção militar pelo sr. dr. Bernardino Machado”, in *O Século da Noite* (Lisboa), 18.IV.1915.

[195] Idem, *ibidem*.

[196] Bernardino Machado, “A nossa intervenção na guerra” (1918), in *Notas do Exílio*, Vila Nova de Famalicão, Tipografia Minerva, [s.d.], pp. 132-133.

ambiguidades, ao lado da Inglaterra com ou sem auxílio militar (e com este, se ela o solicitasse). Portanto, na óptica do Governo, quem tomara a iniciativa da nossa acção intervencionista na Guerra era uma questão secundária. Não era a mesma coisa na óptica dos impropriamente chamados anti-guerristas (e dizemos “impropriamente” porque apenas discordavam que entrássemos, por *livre iniciativa*, no teatro europeu da Guerra), dado que, na sua opinião, combatermos os alemães apenas nas nossas colónias e ajudar os ingleses na defesa das suas colónias sul-africanas, não só nos teria evitado grandes despesas e grandes perdas em homens, mas colaborado, eventualmente, o suficiente ao lado dos Aliados, para nos dispensarem de uma intervenção na Europa onde a nossa impreparação militar nos poderia acarretar milhares de mortos (sem vantagem para o desenlace de uma Guerra em que intervinham milhões de soldados) e despesas enormes. Como realmente aconteceu.

Outro argumento dos anti-guerristas era a nossa “deficiência financeira e militar”, os milhares de contos que o país ia gastar num concurso militar, no teatro europeu de guerra, que não cabiam no seu orçamento¹⁹⁷. Bernardino Machado contra-argumentou que já os estávamos a gastar na mobilização, no equipamento e nas expedições em defesa das colónias e que, se não fôssemos mais além, ou seja, não intervir na Europa por tibieza, por receio de despesas incomportáveis para o Tesouro ou por hesitação, poderíamos vir a ser confrontados, no fim da Guerra, apenas com avultadas dívidas sem as compensações adequadas. Ora, segundo Bernardino Machado, quanto a despesas, naquele segundo semestre de 1914, o país podia estar descansado porque não tínhamos qualquer *déficit* financeiro; já o mesmo não se podia dizer, no plano militar, pois a guerra impunha-nos uma intranquilidade que só podia solver-se, constituindo um exército de cidadãos-soldados, similar ao inglês; entretanto - aconselhava Bernardino - devíamos afastar dos nossos pensamentos e palavras, o “naturalismo decadentista que fala em nações que nascem, desenvolvem-se, envelhecem e morrem” (como era o caso da Turquia)¹⁹⁸; “a escusa da própria fraqueza seria um suicídio”¹⁹⁹, além de que nações como a nossa, com a nossa história - disse - podiam declinar, mas não sucumbiam nem se extinguíam; eram como a Grécia e Roma, “imortais: ressuscitariam das próprias cinzas”²⁰⁰. Mesmo que Portugal não tivesse um exército - e tinha - refazê-lo-ia, porque outrora fomos capazes de façanhas bem maiores e, em tempos mais recentes, derrubámos a Monarquia e implantámos a República²⁰¹.

Perante toda esta agitação - expressão insatisfeita não apenas da ineficácia humilhante das expedições militares para as colónias mas por causa da insuficiência relativa das medidas governamentais ao combate em defesa das subsistências e dos géneros alimentícios de primeira necessidade, o Governo de Bernardino Machado tomou, também, várias medidas de manutenção da ordem pública e de segurança da propriedade, sobretudo, depois da reunião do Congresso em 23 de Novembro, pois era previsível que depois deste Congresso, a reacção dos adversários da nossa intervenção na Guerra viesse a acontecer; como aconteceu.

[197] Idem, *O Exército e a Nação*, Lisboa, Livraria Féria, 1915, pp.10-11 (conferência proferida no Ateneu Comercial de Lisboa, no dia 12 de Abril); ver, também, *A Capital* (Lisboa), Ano 5, n.º 1683, 12.IV.1915, pp. 2-3 e *O Mundo* (Lisboa), Ano 15, n.º 5298, 13.IV.1915, pp. 1-2.
[198] Idem, *ibidem*, p. 11.
[199] Idem, *ibidem*, p. 12.
[200] Idem, *ibidem*, p. 11.
[201] Idem, *ibidem*.

Logo após o pedido de auxílio militar da Inglaterra em 10 de Outubro, Bernardino Machado, de acordo com o seu governo, alvitrou ao Presidente da República «a constituição de um Gabinete em que tomassem lugar, assumindo todas as responsabilidades do poder, os chefes dos partidos»²⁰² e renovou-lhe esse alvitre em 23 de Novembro, quando votada a autorização para a nossa intervenção militar²⁰³. Mas foi uma solução malograda porque embora colhesse a simpatia dos democráticos e dos unionistas tinha a oposição dos evolucionistas e dos machadistas. A explicação deste malogro sucessivo das suas tentativas explica-o pelo exagero que se deu às incompatibilidades de um dos partidos (refere aos escrúpulos dos demais partidos em fazer parte do mesmo Governo com o Partido Democrático)²⁰⁴.

Por sua vez, quando em 20 de Outubro, se levantou um movimento militar, a partir de Mafra, sob o comando do major Nogueira Rodrigues, secundado em Bragança e acompanhado de vários actos de sabotagem em vários pontos do país (como o corte das comunicações telegráficas com o Norte), com vista à restauração da Monarquia, o Governo procurou agir, com vigor, para punir os revoltosos, dando uma resposta à indignação dos republicanos, em especial os aliadófilos, que pediam uma punição exemplar para os conspiradores e para os insurrectos. Nesse sentido fez publicar, em 22 de Outubro, um decreto no qual não só considerava injustificáveis as razões para repor, pela violência criminoso, um regime que sempre pusera os interesses pessoais acima dos da Nação, mas que o fazia num contexto que tornava o seu acto ainda mais condenável, ou seja, o contexto de guerra em que nos encontrávamos, em que o patriotismo devia sobrepor-se a todos os divisionismos. Não bastando, ao que parecia, a generosidade que a República mostrara para com os seus inimigos através de várias amnistias, o Governo viu-se obrigado - de harmonia com a lei n.º 275, de 8 de Agosto de 1914 (em que o Congresso lhe conferiu os poderes necessários para garantir a ordem no país) e de harmonia com o n.º 3, do art. 47.º da Constituição - a estender, por decreto, as disposições gerais em vigor sobre a punição dos crimes a que se referiam as leis de 30 de Abril e 8 de Julho de 1912 aos crimes praticados depois de 18 de Outubro; e quanto a estes ainda acrescentou, em diversos artigos, as modificações seguintes: “art.2.º A competente autoridade militar poderá ordenar que no julgamento dos delinquentes presos em flagrante delito se siga a forma do processo sumário, prescrita no artigo n.º 337º do *Código de Processo Criminal Militar*, de 16 de Março de 1911; art. 3.º A autoridade militar competente para ordenar a formação da culpa e a acusação será o comandante da divisão em cuja área os crimes forem praticados, o qual remeterá os respectivos processos e delinquentes, logo que aqueles estejam preparados para julgamento ao tribunal a que se refere o artigo seguinte. Art. 4º Para o julgamento dos processos instaurados pelos crimes previstos no artigo 1.º, e praticados em todo o território do continente da República, é instituído em Lisboa um Tribunal Militar, que será organizado nos termos da secção 1.ª, do cap. II, do título II, do livro I, do citado *Código de Processo Criminal Militar*”²⁰⁵; este endurecimento do Governo para com os restauracionistas alegadamente anti-patriotas previa, no entanto, que ao abrigo do art. 5.º deste decreto pudessem recorrer das

[202] “Em torno da última crise. O sr. Bernardino Machado e a situação política. As afirmações ontem feitas no Senado pelo Presidente do anterior Ministério”, in *A Capital* (Lisboa), 15.XII. 1914, pp.1-2.

[203] Idem, *ibidem*.

[204] Idem, *ibidem*.

[205] Decreto n.º 963, de 22 de Outubro de 1914 (in *Diário do Governo*, I Série, n.º 194).

sentenças para o Supremo Tribunal Militar²⁰⁶.

Perante esta investida monárquica e prevendo que depois do Congresso de 23 Novembro podiam ocorrer levantamentos afins, o Governo, no dia 25, mandou reforçar os contingentes do policiamento rural quer no norte do país - onde se dera a paralização laboral de várias fábricas mineiras - quer nos distritos administrativos de Évora e Santarém, onde as autoridades locais de vários concelhos, desde há muito, reclamavam esse reforço²⁰⁷; publicou, ainda, em 30 de Novembro, um decreto - em harmonia com a lei de 8 de Agosto e tendo em vista a concretização da lei de 24 de Novembro - que proibia “sob pena de desobediencia qualificada, no caso de reincidência”, a publicação de quaisquer notícias referentes às nossas forças de terra e de mar que não tivessem origem oficial; esclarecendo que, diariamente, nos Ministérios da Guerra, Marinha e Colónias, estariam, patentes, boletins contendo as notícias autênticas que poderiam interessar à opinião pública; e que no dia seguinte aos serem patenteadas ao publico seriam publicadas no *Diário do Governo*²⁰⁸.

[206] *Ibidem*.

[207] Decreto n.º 1:094, de 25 de Novembro de 1914 (in *Diário do Governo*, 1.ª série, n.º 221) e decreto n.º 1:095, de 25 de Novembro de 1914 (in *Diário do Governo*, 1.ª série, n.º 221).

[208] Decreto n.º 1:117, de 30 de Novembro de 1914 (in *Diário do Governo*, 1.ª série, n.º 224).

[209] Ver *O Mundo* do dia 29.X. 1914.

[210] *Ibidem*.

Mas de pouco valeram as medidas do Governo para minimizar a agitação popular nem as medidas que tomou contra os conspiradores e insurrectos que, em rigor, nunca se concretizaram, aumentando o descontentamento sobre o Governo de Bernardino Machado. Os *democráticos* aproveitaram os actos de sabotagem das hostes monárquicas quer para as desacreditar e ridicularizar quer para denunciar a desumanidade e crueldade do seu sectarismo. Entre os contra-revolucionários presos contavam-se muitos amnistiados e padres. Por tudo isto, os *democráticos* apelavam ao Governo não só que agisse com a severidade que os acontecimentos exigiam - cuidando da segurança interna do país e não mais transigindo com os adversários da República, sob pena de excitar ainda mais a indignação popular, já manifestada no assalto a diversos jornais hostis à República - mas que colhesse desses acontecimentos uma lição que era, há muito, um evidência para todos os autênticos republicanos: a «falência de um programa de Cristos misericordiosos que, com a mesma ingenuidade de quem se propusesse amarrar cachorros com linguça, supuseram poder domar com sorrisos, barretadas e falinhas doces, à mistura com perdão de culpas e alguns empregos, essa alcateia de lobos»²⁰⁹, representada pela “reação monárquica e clerical”²¹⁰. Evidentemente, os visados eram Bernardino Machado e a sua *cordialidade*. Aliás, os *democráticos* tinham até dúvidas e suspeições sobre essas medidas reconciliadoras e de «atração» dos monárquicos, tomadas sob pretexto do patriotismo. Mas a verdade é que depois da tentativa restauracionista de 20 de Outubro, o Governo não só não tomou as medidas repressivas reclamadas pela opinião republicana sobre os fautores da fracassada tentativa, como não tomou as que exigiam as circunstâncias.

Além disso - e pior ainda que as nomeações para cargos públicos de notórios inimigos da República - foi o afastamento dos republicanos intransigentes da área da governação

e o aliciamento, em contrapartida, de intransigentes inimigos da República. Esta política extra-partidária e, incompreensivelmente, transigente de Bernardino Machado com a «reação», decepcionou muitos *democráticos*, tanto mais que sabiam que o Governo apenas se mantinha devido ao apoio parlamentar do seu partido. Foram essas cedências do Governo «extra-partidário» de Bernardino Machado às direitas republicanas, que levaram o *Grupo Popular Republicano do Norte*, reunido na sua sede, em assembleia geral, a contestar e a queixar-se, em 1 de Outubro, de que a política de «pacificação» realizada pelo Governo não incluía os republicanos, pois como verificavam as «belezas de virtude cristã [de Bernardino Machado] destinaram-se logo de princípio e, exclusivamente, aos que da República não queriam saber senão para sugá-la». Por outro lado, a intimação do Governo Civil do Porto, ao jornal *a Montanha*, por ordem Ministro do Interior, ou seja, de Bernardino Machado, para que este periódico não continuasse a pôr em dúvida o patriotismo dos ministros, era - além de ser uma injustificada *prova de força* atentatória da liberdade de expressão e opinião que levada às últimas consequências pelo Governo implicaria a prisão dos infractores republicanos! - uma amostra inequívoca de que o programa de «cordialidade e pacificação» do Governo parecia ter sido inventado apenas em prol dos reaccionários e para castigar os velhos republicanos; e como prova desta convicção, afirmava o democrático *O Porvir* famalicense, nos fins de Outubro: «enquanto ferrenhos inimigos do regime são amimados, convidados para altas funções diplomáticas, investidos de altos cargos de representação em tribunais e nas escolas superiores, colocados em rendosos empregos públicos e honrados com sorrisos, barretadas e falinhas doces, (...), não se perde ensejo de ofender e desprestigiar os bons velhos republicanos que essa República fizeram e ainda hoje a servem e defendem com o mesmo desinteresse e a mesma dedicação»; e no fim do mês seguinte é, ainda, *O Porvir* que chama a atenção para a prisão do capitão-tenente Leote do Rego, por um artigo que escrevera n' *A Montanha* (Porto), em que revelava que em 7 de Agosto, nem todos os que votaram, publicamente, a favor da nossa solidariedade com a Inglaterra a defendiam, em privado.

Sousa Fernandes, senador democrático, era mais prudente quanto a esta deriva direita do Governo Bernardino Machado; em sua opinião (*O Porvir*, 8 de Outubro) estas situações eram a consequência inevitável dos governos de «concentração» (chamados extra-parlamentares ou extra-partidários), que, a seu ver, melhor se podiam chamar governos «extra-republicanos» (visto que, algumas vezes, nem por republicanos eram compostos, pelo menos na totalidade dos seus membros!); em rigor eram governos constituídos por «uns tantos *homens bons*, sem orientação política» que se incumbiam de administrar a República, com aqueles expedientes próprios da sua interinidade, aguardando o momento em que os partidos retomassem a sua obra. É claro – dizia Sousa Fernandes (*O Porvir*, 24 de Outubro) – que com este tipo de governos, a República sempre vegetara, o que não queria dizer que esses governantes fossem desonestos; mas, para ele, entregar a República à administração de gente desafecta ou indiferente aos princípios republicanos ou a monárquicos, era uma traição e «opor sorrisos

cordiais às maquinações dessas gentes era ridículo» (*O Porvir*, 19 de Novembro). Com excepção de Bernardino Machado, cuja lealdade ao regime, era inatacável (e, talvez, do Ministro da Guerra), era da opinião que os restantes ministros não tinham estofos de estadistas e melhor serviam a sua pátria, voltando para as suas secretárias de burocratas, para as suas cátedras de professores ou para as suas bancas de magistrados (*O Porvir*, 22 de Outubro). Mas ao dizer que só Bernardino Machado tinha um incontestável estofos de estadista, não queria dizer que defendesse a sua continuidade na chefia do Ministério. Não. E opinião afim tinham Raul Proença e Jaime Cortesão nas apreciações que fizeram da obra do Governo de Bernardino, em 27 de Outubro e 11 de Dezembro, no jornal portuense *O Norte*.

Aliás, depois da realização do Congresso de 23 de Novembro aumentaram as vozes defendendo a renúncia do Governo ao exercício das suas funções e a constituição, por iniciativa do Presidente da República, de “um Governo de forças”²¹¹, para enfrentar os grandes perigos que se avizinhavam, descartando a política de apaziguamento e cordialidade que o existente fomentara e que já ninguém nem os partidos suportavam²¹². Ora este desiderato era, desde há muito, também o desiderato de Bernardino Machado. Efectivamente sabemos que, depois do pedido de auxílio militar da Inglaterra, em 10 de Outubro, Bernardino Machado, de acordo com os seus ministros, alvitrou ao Presidente da República «a constituição de um Gabinete em que tomassem lugar, assumindo todas as responsabilidades do poder, os chefes dos partidos»²¹³ e renovou-lhe esse alvitro em 23 de Novembro, quando votada a autorização para a nossa intervenção militar²¹⁴. Mas Manuel de Arriaga não foi feliz nos seus contactos; embora a solução colhesse a simpatia dos democráticos e dos unionistas tinha a oposição dos evolucionistas e dos machadistas. Os partidos não se entenderam e Arriaga decidiu conservar o Ministério demissionário²¹⁵. O malogro sucessivo das tentativas de Bernardino Machado em prol de um governo “nacional” e pluripartidário é por ele atribuído às exageradas incompatibilidades dos partidos para com o Partido Democrático²¹⁶. O que, diga-se de passagem, não explica nada.

Mas os avultados esforços de guerra do Governo de Bernardino Machado em defesa das colónias contra os alemães e as difíceis negociações que mantinha com a Inglaterra para entrarmos na Guerra (com um mínimo de prejuízos e um máximo de vantagens), não tiveram eco favorável na opinião pública que apenas via no Governo transigências e tibiezas, parecendo sempre pouco o que fazia em defesa da Pátria e da República, havendo até agitadores - disse Bernardino Machado - que levantaram uma campanha de suspeições, acusando o Ministério de “germanófilo” e mostrando-se “mais ingleses que os próprios ingleses”²¹⁷.

3.2.9 Nos meandros do nosso intervencionismo: as atitudes de Freire de Andrade e Teixeira Gomes

Há ainda um outro factor nesta questão do nosso intervencionismo que ajuda a explicar a sua turbulência: o papel que desempenharam nas suas negociações o nosso ministro dos Negócios

[211] Esta expressão é de Bernardino, num exame retrospectivo, que faz da sua governação (in *Diário do Senado*, I Legislatura, sessão legislativa 04, n.º 137, 14.XII, 1914, p.11).

[212] Idem, *ibidem*, p.11.

[213] Idem, *ibidem*, p.12. Ler, também, “Em torno da última crise. O sr. Bernardino Machado e a situação política. As afirmações ontem feitas no Senado pelo Presidente do anterior Ministério”, in *A Capital* (Lisboa), 15.XII. 1914, pp.1-2.

[214] Idem, *ibidem*. Ler, também, “Em torno da última crise. O sr. Bernardino Machado e a situação política. As afirmações ontem feitas no Senado pelo Presidente do anterior Ministério”, in *A Capital* (Lisboa), 15.XII. 1914, pp.1-2.

[215] Telegramas de Freire de Andrade a Teixeira Gomes, de 12 e 13.10.1914, in *DACR1920MNE*, pp. 49-50.

[216] “Em torno da última crise. O sr. Bernardino Machado e a situação política. As afirmações ontem feitas no Senado pelo Presidente do anterior Ministério”, in *A Capital* (Lisboa), 15.XII. 1914, pp.1-2.

[217] in *Diário do Senado*, I Legislatura, sessão legislativa 04, n.º 137, 14.XII, 1914, p.11.

Estrangeiros, Freire de Andrade e o nosso ministro em Londres, Teixeira Gomes, um e outro em completa sintonia com a Inglaterra e em distonia com o chefe do Governo (o segundo exorbitando até das suas funções, à revelia do chefe do Governo). Não se diga, pois, como mais tarde veio dizer Freire de Andrade, que, na questão das negociações quanto à nossa intervenção na Guerra, o Governo devia ter sido mais claro perante a opinião pública. O Governo delegou no seu Ministro dos Negócios Estrangeiros aquelas negociações mas não a defesa da “neutralidade condicional” como a defendia a Inglaterra. Se o chefe do Governo soubesse que a nossa política externa quanto à Guerra era a da Inglaterra e não a nossa, as razões que o tinham levado a convocar “precipitadamente” o Congresso em 7 de Agosto, ficariam, em grande parte, desprovidas de sentido. Como frequentemente acabaram por ficar, por razões alheias à sua vontade. Se havia alguém a quem convinha não esclarecer a opinião pública era ao Ministro dos Negócios Estrangeiros. Mas para que a sua estratégia pró-inglesa resultasse precisava de um aliado; e tinha-o no nosso ministro em Inglaterra, Teixeira Gomes. São as convicções políticas de ambos que, em grande parte substancial (de parceria com o *Foreign Office*), são responsáveis pelas ambiguidades e confusões do nosso processo militar intervencionista.

Freire de Andrade - como disse - sempre fora, desde que entrou para o Ministério dos Negócios Estrangeiros, um adepto da política externa inglesa quanto às nossas relações com Portugal. E, por isso, quando eclodiu a Guerra e a Inglaterra nos solicitou que não interviéssemos, oficialmente, no conflito mas, simultaneamente, a ajudássemos na medida dos nossos recursos - a chamada “neutralidade condicional” - foi essa a posição que, invariavelmente, seguiu. Apenas alterou a sua posição, quando a Inglaterra nos solicitou, oficialmente, auxílio militar em 10 de Outubro (e, mesmo neste caso, acatou o pedido de Edward Grey para que essa ajuda militar não fosse publicitada até a artilharia portuguesa ser desembarcada em França). Quando essa ajuda estava em discussão entre as duas partes (Inglaterra e Portugal) Freire de Andrade apenas exigiu - como disse em carta a Teixeira Gomes - que se fizesse ao abrigo da aliança inglesa²¹⁸; todavia - continua Freire de Andrade - o ministro da Guerra, Pereira d’Eça, não achou por bem que se enviasse apenas a artilharia para França, pois o Exército não iria aceitar de bom grado que apenas uma das armas fosse mobilizada (pareceria uma subestimação das demais), acrescentando que a mobilização da infantaria também não demorava mais de 3 semanas; e a sua atitude - diz Freire de Andrade - foi de tal modo “irredutível” que, para se evitar a sua saída do Governo, que “causaria [uma] crise difícil de remediar e porventura divergências no exército, se propôs ao Governo inglês e se insistiu na ida de uma divisão, apesar de haver outra opinião entre alguns dos membros do Ministério que entendiam que apenas se devia satisfazer o pedido da Inglaterra e nada mais”²¹⁹; as negociações duraram algum tempo até que a Inglaterra aceitou a exigência que fizemos de uma divisão, pedindo apenas que a artilharia partisse mesmo antes dessa divisão, ao que acrescentamos que seria acompanhada por dois regimentos de infantaria e depois iria o resto da divisão. Mas depois desta resposta, a campanha contra a Alemanha na imprensa, que desde há muito era tremenda, tornou-se ainda mais violenta, noticiando,

[218] Carta de Freire de Andrade a Teixeira Gomes, de 26.10.1914, in *DACRI920MNE*, pp. 65-66.

[219] *Idem, ibidem*, p.66.

com todos os pormenores, que íamos enviar uma divisão, com os nomes dos oficiais, número de soldados, etc.!!!; Entretanto foi resolvido reunir o Congresso para mandar tropas para a Guerra, ao que respondeu o Governo inglês que não seria conveniente essa convocatória, antes de pronta e embarcada a artilharia, pois ia-se para uma declaração de guerra, sem qualquer vantagem para os Aliados!. Entretanto decorreram semanas sem se dar uma resposta à Inglaterra, quando seria possível o envio da artilharia²²⁰. Mas durante esse tempo, diz Freire de Andrade, agravou-se a campanha jornalística, tendo mesmo alguns jornalistas que se diziam porta-vozes da opinião publica, procurado “por todos os modos, como desde o primeiro dia fizeram, forçar à guerra”, dando notícias “até das negociações diplomáticas” a decorrer²²¹; naturalmente, disse Freire de Andrade, tendo em conta a sua opção por uma neutralidade condicional, um dos mais visados nesses ataques era ele, que foi acusado de “germanófilo, traidor, medroso e outros termos semelhantes”²²²; e, todavia - sublinhou - era notório que a grande maioria da população portuguesa, embora pronta a cumprir os deveres da aliança inglesa, não tinha desejo algum de participar no conflito (“talvez antevendo os sacrifícios duríssimos” a que nos iríamos sujeitar)²²³. Desde que a Inglaterra pediu o nosso apoio, o Governo - disse Freire de Andrade - tudo fizera para que a artilharia partisse para França o mais rapidamente possível, indo o resto das tropas até Março e Abril, quer para poderem treinar quer para fugirem ao combate no inverno. Mas não era esta a orientação que ele, Freire de Andrade, preconizara desde sempre e continuava a defender. Em sua opinião, era de prever que quando Portugal declarasse guerra à Alemanha, esta tentasse invadir, de imediato, Angola pelo que teria sido mais proveitoso o envio das nossas tropas para as colónias, onde podíamos defender “a nossa terra” e auxiliar os ingleses do Cabo, do que ir combater no continente europeu, onde éramos “uma gota de água no oceano”²²⁴; em sua opinião, demorar o envio da artilharia de que a Inglaterra carecia - sob pretexto, defendido pelo ministro da Guerra, de que o exército se ofenderia se não fosse acompanhada de uma “divisão completa” (quando ao exército cabe obedecer ao poder político e submeter-se aos “supremos interesses da pátria”) - e “forçar a Inglaterra a aceitar a nossa infantaria e a nossa cavalaria, de que não precisava” era “má política”²²⁵; o Governo - acrescentou - desde o início do conflito sempre procurara “evitar manifestações, artigos violentos, notícias, agressões e, enfim, tudo o que pudesse ser contrário às expectativas” decorrentes do conflito europeu (em conformidade com a atitude reservada que a Inglaterra nos pedira); talvez o Governo, diz Freire de Andrade, se fosse mais franco com o povo, esclarecendo-o mais e melhor sobre o andamento negocial quanto ao nosso intervencionismo, evitasse tantos mal-entendidos e as muitas injúrias de que foram alvos os seus ministros. Opinião injustificada a de Freire de Andrade, pois sabia melhor do que ninguém que o secretismo e a ambiguidade vinham do *Foreign Office*, especialmente, de Edward Grey, e que, ele mesmo defendia uma atitude incompreensível e insustentável quanto à nossa posição na Guerra--a chamada “neutralidade condicional”.

[220] Idem, *ibidem*.

[221] Idem, *ibidem*.

[222] Idem, *ibidem*, p. 67.

[223] Idem, *ibidem*.

[224] Idem, *ibidem*.

[225] Idem, *ibidem*.

Quanto a Teixeira Gomes, em carta a Freire de Andrade, de 14 de Novembro, expos-lhe

a posição que sempre tivera perante a possibilidade da nossa participação na Guerra e os procedimentos que deveríamos tomar (e tomou), sem conhecimento de Bernardino Machado) quanto a ela²²⁶. Nessa carta, Teixeira Gomes lembra que antes do início da Guerra, a preocupação do Governo da República portuguesa era melhorar a administração pública e fomentar o progresso interno e colonial (o que não era verdade, pois Manuel de Arriaga incumbira Bernardino Machado apenas de apresentar uma amnistia, rever a Lei da Separação e fazer eleições!). Mas admitamos que sim, que essas eram as grandes orientações da governação. Mas porque éramos “pequenos e fracos” - como disse Teixeira Gomes - daí tirou a ilação de que não tínhamos ambições de expansão colonial ou desforra de qualquer injúria; a verdade é que estávamos seguros da integridade e soberania das nossas colónias, devido à aliança inglesa (esqueceu-se, todavia, do acordo comercial entre a Inglaterra e a Alemanha, que só não se concretizou por causa do início da Guerra, para se apoderarem das nossas colónias); ignorando as ambições da nossa velha aliada sobre os nossos territórios coloniais, Teixeira Gomes concluía, acertadamente (ainda que partindo de premissas erradas) que “não haveria na Europa nação cujos interesses fossem mais contrários, do que os de Portugal, ao estado de guerra, para o qual, de resto, não tínhamos o mínimo preparo”²²⁷; e acertava, também, nas razões pelas quais não deveríamos desejar a guerra: o estado financeiro do país (que, agravando-se com a nossa participação, seria a nossa “inevitável ruína”, com “as fatais consequências de queda de receitas, carestia de géneros de primeira necessidade, paralisação da indústria, suspensão de exportações, etc.”)²²⁸; e nem sequer - disse - era preciso declararmos a beligerância para vermos o “espectro de miséria” que a nossa entrada no conflito nos traria, além era de ser um “sonho ridículo” adquirirmos material de guerra para nos defendermos ou ajudar os Aliados²²⁹. Por isso, sempre fora a favor da *neutralidade condicional*, ou seja, não entrar na guerra ou só entrar nela se fossemos atacados ou se a Inglaterra no-lo pedisse, invocando a aliança (mas uma e outra destas coisas considerava-as “extremamente improváveis”)²³⁰. Ora sendo a nossa aliança com a Inglaterra, defensiva, Portugal - como sublinhou - nada havia a temer dessa aliança no caso da Inglaterra atacar outro país (como aliás disse, também, Edward Grey), ainda que reconhecesse ser muito difícil discriminar entre agressor e agredido na guerra em que a Inglaterra se envolveu, devido à quebra de pactos internacionais (a violação da neutralidade da Bélgica pelos exércitos alemães). Era, portanto, fácil de entrever, nestas condições, que Portugal podia vir a ser arrastado para a Guerra, ao lado e em ajuda à Inglaterra, caso esta no-la pedisse em nome da aliança; a violação ostensiva da neutralidade da Bélgica e do Luxemburgo pela Alemanha deu logo para perceber o que esperava os pequenos países, quando chegasse a sua vez, e, pior ainda, se a Alemanha vencesse a Guerra. Dadas as aspirações da Alemanha sobre as colónias portuguesas, certamente Portugal seria uma das suas primeiras vítimas, no caso de sair vitoriosa²³¹.

Estas reflexões levaram Teixeira Gomes à convicção de que era importante para o interesse nacional pormo-nos, sem hesitação, ao lado da Inglaterra; e foi o que fez (com concordância,

[226] Carta de Teixeira Gomes a Freire de Andrade, de 14.11.1914, in *DACRI920MNE*, pp. 82-88.

[227] Idem, *ibidem*, p.82.

[228] Idem, *ibidem*, pp.82-83.

[229] Idem, *ibidem*, p.83.

[230] Idem, *ibidem*.

[231] Idem, *ibidem*.

sem dúvida, do Chefe do Governo, como mostra a votação do Congresso de 7 de Agosto). Mas nas frequentes conversas que teve com Eyre Crowe, conta Teixeira Gomes - na supracitada carta - que aquele diplomata o informara que Edward Grey pretendia que Portugal se abstivesse, na medida do possível, de fazer qualquer declaração de neutralidade (ainda que ajudando a Inglaterra na medida do possível sem violar essa neutralidade!); e se a Inglaterra - continua Teixeira Gomes - julgasse, no futuro, fazer qualquer pedido a Portugal, incompatível com a neutralidade, fá-lo-ia, invocando a aliança (e no dia 4 de Agosto de 1914, o *Foreign Office* disse isso mesmo a Carnegie); era, pois, segundo Teixeira Gomes, a confirmação de que a Inglaterra “considerava Portugal obrigado pelos termos da aliança, a auxiliar a Inglaterra, caso esta entrasse no conflito”. Depois de 7 de Agosto, diz Teixeira Gomes, o que a Inglaterra pretendia - apesar do nosso “incondicional” apoio - era apenas que, de imediato, nos abstivéssemos de declarar a neutralidade, pois pretendia evitar que entrássemos na Guerra (tónica que sempre sublinhou nas suas conferências no *Foreign Office*)²³²; mas esta neutralidade condicional, do seu ponto de vista, não impedia - pelo contrário! - que nos fôssemos preparando para eventuais confrontos, nas colónias portuguesas, com os alemães e houvesse mesmo troca de informação militar entre oficiais dos dois países, para sabermos de que material de guerra precisaríamos (que poderíamos adquirir à Inglaterra) para aqueles combates²³³. Para “sossegar” (eu diria antes “inquietar”) Portugal - diz Teixeira Gomes - Edward Grey, em 27 de Agosto, entregou-lhe um *memorandum* em que garantia a defesa das nossas colónias pela via naval, mas não podia assegurar as fronteiras terrestres das colónias e de Portugal continental. Para Teixeira Gomes, era evidente, uma vez mais, que Grey pretendia - tal como ele também desejava - evitar que Portugal entrasse na Guerra. O incidente de Zomba mostrou que a Inglaterra não nos queria envolver na Guerra com os alemães senão *in extremis*²³⁴. Em contrapartida, desde o início das hostilidades “manifestou-se em Portugal uma forte opinião contra a Alemanha e, a mais e mais, se foi desenhando em certa imprensa e nalguns centros de agitação uma campanha destinada a forçar o Governo a declarar a beligerância. Indivíduos que, oito dias antes da Guerra, ao constatar o descalabro das finanças portuguesas, escreviam nos jornais de maior tiragem que o país se encontrava absolutamente desprovido de defesa militar, pois não possuía exército, nem marinha, nem fortalezas, nem munições de guerra, voltaram aos mesmos jornais a declarar que Portugal não tinha direito a ficar neutral, que o seu exército e a sua marinha deviam, sem demora, partir para o teatro de guerra a combater a Alemanha e que traidores e indignos de vestir farda eram todos os portugueses que pensassem de modo diferente. Individualidades em relevo na política portuguesa, mas essas então inspiradas por sentimentos de compreensível generosidade, reforçavam aquela tendência em nome da solidariedade humana, sem talvez pensar nem medir o que seriam as consequências de uma guerra para um país nas circunstâncias financeiras e económicas do nosso. Exprimia-se às escâncaras que a opinião do Governo, conservando a atitude que tomara, não cumpria o seu dever, acusação que levantou eco entre portugueses residentes em países estrangeiros e o escândalo tomou tais proporções que o obrigou a solicitar a Ed. Grey que fizesse constar nas chancelarias europeias que essa atitude

[232] Idem, *ibidem*, p. 85.

[233] Idem, *ibidem*.

[234] Idem, *ibidem*, p. 86.

fora tomada por solicitação do Governo Inglês”²³⁵. Apesar de toda esta contestação, a opinião de Teixeira Gomes - como disse a Freire de Andrade - era continuar a seguir as recomendações de Edward Grey, ou seja, não sair da “neutralidade condicional”, fossem quais fossem as pressões (atitude que levou o Governo inglês a agradecer-lhe)²³⁶. Mas era essa essa neutralidade condicional que pretendia o Presidente do Ministério, de cuja política externa era uma peça crucial? Julgo que não.

Teixeira Gomes - como diz na carta que temos vindo a seguir - não recebeu, de bom grado, a notícia do pedido da artilharia feito pela Inglaterra a Portugal (nem Grey, segundo diz, o queria patrocinar); e, por isso, quando recebeu as instruções de Freire de Andrade, em 24 de Setembro, dirigiu-se, logo, ao *Foreign Office* onde alertou o Sub-Secretário de Estado, Eyre Crowe para o facto de que a ida de material de guerra e de soldados portugueses, para o estrangeiro, não só podia gerar um qualquer movimento reactivo monárquico²³⁷, mas éramos envolvidos na Guerra, pela Inglaterra, “só porque outra potência, à qual nenhuma obrigação nos ligava, o pedia”²³⁸; e indo mais longe - muito mais longe decerto do que desejava ou pensava Bernardino Machado e do que lhe permitia as suas funções - disse que o máximo que se podia inferir das negociações havidas entre o *Foreign Office* e Portugal desde o começo da Guerra, “era a possibilidade de uma acção comum em África”²³⁹; que Edward Grey já sublinhara a impossibilidade da Inglaterra defender as nossas fronteiras terrestres “ao mesmo tempo que nos indicara a necessidade de reservarmos todas as nossas forças terrestres e marítimas para a defesa da Pátria”; e que a única razão indiscutível para a Inglaterra nos arrastar para a Guerra era pedir-nos auxílio (o que não desejava) em nome da aliança²⁴⁰. Mas Eyre Crowe sossegou-o, informando-o que a Inglaterra só envolveria Portugal para na Guerra, invocando a aliança e quando isso fosse resolvido em Conselho de Ministros²⁴¹.

[235] Idem, *ibidem*, pp. 86-87.

[236] Idem, *ibidem*, p.87.

[237] Idem, *ibidem*.

[238] Idem, *ibidem*.

[239] Idem, *ibidem*.

[240] Idem, *ibidem*.

[241] Idem, *ibidem*, p.88.

Portanto, como vimos, temos em Teixeira Gomes (além de Freire de Andrade) obstáculos de monta a que Bernardino Machado consiga os objectivos últimos que visava com o Congresso de 7 de Agosto. Só contrangidos pela realidade e contrariados, e outro aceitaram o que os Governos inglês e português acordaram: o auxílio militar à Inglaterra no teatro europeu da Guerra.

3.2.10 A reacção do Governo perante os obstáculos à sua guerra “patriótica”

O Governo, depois da eclosão da I Guerra Mundial, foi, frequentemente, acossado pelas críticas negativas da opinião pública e dos partidos quanto às medidas tomadas quanto à nossa participação na Guerra, onde sobressaía, entre os mais exaltados, ora a acusação de tibieza e transigência com os adversários dos Aliados ora a acusação de ser mais aliadófilo que os Aliados; a essas acusações respondeu o Governo com o seu total desapego pelo poder, apresentando a sua demissão ao Presidente da República, por mais de uma vez, depois do Congresso de 7, a fim de lhe permitir constituir um Governo mais consensual - um governo

“nacional”. E, oportuna e pontualmente, foi rebatendo as acusações que lhe eram feitas. Mas, como sabemos, os acontecimentos (e os sentimentos que desencadeiam) avultam mais no ânimo da opinião pública do que quaisquer argumentos. E calaram fundo, na opinião pública, os nossos desaires militares em África (que revelaram uma impreparação de mau agouro para o futuro de um exército que - acreditava-se - um dia lutaria na Europa); como calou fundo, na opinião pública, a impotência do Governo (e os subsequentes, quanto a esta matéria, não serão melhores!) para sanar a crise das subsistências. A República parecia incapaz de se livrar de amarras que a enredavam e, perante a opinião pública, alguém tinha de prestar contas pelo mal-estar generalizado do povo e por uma carestia de vida que não parava de cavalgar; e quando assim é, a opinião pública tende a personificar e a diabolizar as causas dessas situações. E quem era, então, o “rosto visível” da situação era o Ministério de Bernardino Machado. De consciência tranquila, contra tudo e todos, apresentou na Câmara de Deputados, no dia 2 de Dezembro, um minucioso *Relatório geral* da sua governação. Desse *Relatório* vale a pena destacar apenas o que ao nosso tema diz respeito. Nele se refere Bernardino às medidas que o seu Governo tomou quanto à nossa eventual participação na Guerra, através da mobilização parcial do exército e o apetrechamento imediato de uma divisão, pronta em breve para partir para o terreno (em França)²⁴², o fortalecimento dos laços de aliança com a Inglaterra, as três expedições enviadas para Moçambique e Angola para proteger as colónias e combater os alemães que as assediavam e - com o objectivo de premunir o país contra a falência, a miséria e fome - o seu empenho na multiplicação da assistência e dos trabalhos públicos, a contenção - quanto às saídas para fora do País - dos géneros imprescindíveis ao consumo interno sem prejuízo da exportação dos nossos excedentes de produção, a limitação do preço dos alimentos e das pequenas rendas de casa, a fundação de *armazéns gerais* para regular a produção e comercialização dos géneros de primeira necessidade, o aval do Estado às empresas mais precárias, o alargamento da circulação fiduciária para facilitar as operações do crédito e o decreto de equitativas moratórias para refrear o desregulação dos câmbios²⁴³.

A verdade porém, é que o Parlamento mostrou uma “significativa frieza” perante a leitura deste *Relatório geral* do Governo²⁴⁴. Bernardino Machado, chocado, disse que o Parlamento não precisava de exprimir a sua incompatibilidade com «um Governo extra-partidário» daquela forma e precipitar a sua saída, «porque o Governo [já] tinha resolvido apresentar a sua exoneração colectiva»²⁴⁵ e não fora ao Poder para terçar armas com os partidos, mas para os apaziguar, além de ser da opinião que os Governos sem a confiança dos partidos deviam deixar o Poder²⁴⁶; sempre defendera que os Governos se deviam retirar, voluntariamente, quando já não tivessem a confiança do Parlamento - como o era o caso, em sua opinião - pois defendia que Governo devia derivar do Parlamento e não, por qualquer modo, este daquele²⁴⁷; por isso, o Governo já decidira entregar nas mãos do Chefe do Estado o seu pedido de exoneração, logo após a apresentação do *Relatório* da sua gerência ao Congresso²⁴⁸. E quanto a Bernardino Machado pensava não ir tão cedo, de novo, às Câmaras, a não ser por uma

[242] In *Diário da Câmara dos Deputados*, I Legislatura, sessão legislativa 04, n.º 138 (sessão ordinária ampliada), 2.XII.1914, pp. 7-10; ver *Relatório do Governo apresentado ao Parlamento pelo Presidente do Ministério, Dr. Bernardino Machado, em 2 de Dezembro de 1914*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1914 e a sua publicação, também, n.º *A Capital* (“Reabertura do Congresso. A Obra do Gabinete Bernardino Machado. Em ambas as camaras, o Presidente do Ministério expõe aos representantes da nação o que ocorreu no intervalo parlamentar”, 2.XII. 1914, p. 1).

[243] Idem, *ibidem*, pp. 7 e 9; ver *Relatório do Governo apresentado ao Parlamento pelo Presidente do Ministério, Dr. Bernardino Machado, em 2 de Dezembro de 1914*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1914; e a “Reabertura do Congresso. A Obra do Gabinete Bernardino Machado. Em ambas as camaras, o Presidente do Ministério expõe aos representantes da nação o que ocorreu no intervalo parlamentar”, in *A Capital* 2.XII. 1914, p. 1.

[244] In *Diário do Senado*, I Legislatura, sessão legislativa 04, n.º 137, 14.XII.1914, p.11; ver também “Em torno da última crise. O sr. Bernardino Machado e a situação política. As afirmações ontem feitas no Senado pelo Presidente do anterior Ministério”, in *A Capital* (Lisboa), 15.XII. 1914, p.1.

[245] Idem, *ibidem*.

[246] “Em torno da última crise. O sr. Bernardino Machado e a situação política. As afirmações ontem feitas no Senado pelo Presidente do anterior Ministério”, in *A Capital* (Lisboa), 15.XII. 1914, p.1.

[247] Idem, *ibidem*.

[248] Idem, *ibidem*.

interpelação de «política geral», que não fazia sentido depois da votação unânime que essas Câmaras tinham dado ao Governo em 23 de Novembro²⁴⁹.

Mas a verdade é que essa interpelação surgiu, em 2 de Dezembro, pelo deputado *democrático* Vitorino Godinho, incidindo sobre o decreto n.º 1:096, de 25 de Novembro, acerca da chamada mobilização²⁵⁰, cuja discussão (disse Bernardino Machado, no dia 4, na Câmara dos Deputados) achava «extremamente, inconveniente», dado que poucos dias antes fora publicado um decreto, «proibindo notícias sobre os graves assuntos militares que não fossem da iniciativa autorizada do Ministério da Guerra, do Ministério da Marinha ou do Ministério das Colónias»²⁵¹.

Embora o Ministro da Guerra, Pereira d'Eça, se tivesse mostrado, prontamente, disponível para responder à interpelação de Vitorino Godinho²⁵² - que disse apenas ter a intenção de «mostrar ao Governo que esse decreto de mobilização é tudo menos de mobilização, e ensinar-lhe o que era decreto de mobilização»²⁵³ - Bernardino Machado, todavia, indo à Câmara declarou que a redacção da nota de interpelação, nos termos em que estava redigida, a considerava «inaceitável» e ou o Deputado e a Câmara a retiravam ou se retirava o Governo²⁵⁴. E saiu. Mas logo que saiu, tanto Barbosa de Magalhães como Afonso Costa ficaram com a convicção que o Governo cairia²⁵⁵. Quando Vitorino Godinho se quis explicar já Bernardino Machado abandonara a Câmara. Apesar da ausência do chefe do Governo, Vitorino Godinho disse que o que pretendia dizer é que o decreto de mobilização era tudo menos de mobilização; pretendia esclarecer o que devia entender-se por isso e que tinha todo o direito de fiscalizar os actos do Governo²⁵⁶. Para Camacho, o Governo não queria discutir o decreto de mobilização e mesmo que aceitasse fazê-lo não o faria nos termos em que estava redigida a interpelação; pelo que havia um conflito entre a Câmara e o Governo que só podia resolver-se de uma de duas maneiras: ou aceitando o Governo a interpelação ou o deputado retirando-a. Para Afonso Costa parecia-lhe que o Governo não aceitara a nota de interpelação devido aos termos em que estava redigida; portanto, desde que os seus termos fossem modificados, o Governo poderia aceitá-la, no que Godinho concordou. Mas o Presidente da Câmara dos Deputados disse que o chefe do Governo já não poderia voltar à Câmara por estar em conferência com o Presidente da República. A atitude de Bernardino surpreendeu toda a gente; até Alexandre Braga disse que a atitude de Bernardino lhe pareceu premeditada, mas com um objectivo que não lobrigava, nem fazia jus às suas qualidades de inteligência e educação. Brito Camacho aproveitou a ocasião, para deixar claro, que a Câmara não tinha quaisquer responsabilidades no procedimento do Chefe do Governo, que estava mesmo longe de pensar numa crise ministerial e receava virem a tornar-se, cada vez mais frequentes, os governos extra-partidários (nas mãos de homens que não queriam ser políticos e, portanto, susceptíveis de servirem qualquer regime), devido à viciosa organização dos partidos e à sua incompetência governativa. Mas tudo levava a crer, em sua opinião, que não tenha sido este incidente que levou o Chefe

[249] Idem, *ibidem*.

[250] In *Diário da Câmara dos Deputados*, I Legislatura, sessão legislativa 04, n.º 138 (sessão ordinária ampliada), 2.XII.1914, p.10.

[251] In *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão n.º 139, ordinária (ampliada), 4.XII.1914, p.5; “Em torno da última crise. O sr. Bernardino Machado e a situação política. As afirmações ontem feitas no Senado pelo Presidente do anterior Ministério”, in *A Capital* (Lisboa), 15.XII.1914, p.1.

[252] É o que diz Brito Camacho, no dia 4 (ver *Diário da Câmara dos Deputados*, I Legislatura, sessão legislativa 04, n.º 138, sessão ordinária ampliada, 2.XII.1914, p.9).

[253] In *Diário da Câmara dos Deputados*, I Legislatura, sessão legislativa 04, n.º 139, ordinária (ampliada), 4.XII.1914, p.6.

[254] In *Diário da Câmara dos Deputados*, I Legislatura, sessão legislativa 04, sessão n.º 139, ordinária (ampliada), 4.XII.1914, p.5.

[255] *Ibidem*, p.6.

[256] *Ibidem*.

do Executivo à demissão; a sua proverbial serenidade, espírito de concórdia e paciência contrariavam a impetuosidade da sua decisão; teria aproveitado, isso sim, a oportunidade para pôr termo a um Governo acossado de todos os lados e que a ninguém agradava e contentava (muito embora tenha sido essa a sua prioridade). Para Camacho, se os termos na nota de interpelação de Vitorino Godinho podiam ferir a sensibilidade política de Bernardino Machado, de modo algum explicava e menos desculpava que, a esse propósito, o chefe do Governo criasse, deliberadamente, um conflito irreductível com a Câmara, atirando sobre esta a responsabilidade de um conflito que não criara²⁵⁷; por isso, para Camacho como para o resto da Câmara não foram os partidos, como disse Bernardino Machado, mais exactamente, um partido, através do seu deputado Vitorino Godinho, que desencadeou a crise ministerial, mas o próprio chefe do Governo. E Camacho tinha razão: no dia 3, Bernardino Machado já enviara a carta seguinte ao Presidente da República: “Ex.mo Sr. Presidente da República: o Congresso, embora em conformidade com a Constituição, acha-se, desde o dia 2 de Dezembro, com a sua legislatura prolongada, por um acto nosso, o decreto de 19 de Setembro, pelo qual foram adiadas as eleições gerais. Escrupulizamos, pois, em continuar no Governo. Poderia parecer, de algum modo, uma inversão constitucional e não querendo retardar, nem um instante, que o Congresso indique a V. Ex.cia o Gabinete que, pelo seu próprio voto, o represente, tenho a honra de depor nas suas mãos o pedido de exoneração colectiva do Ministério, que em horas tão graves para a República, pode servi-la, graças sobretudo à benévola confiança de V. Ex. cia, a que somos deveras gratos”²⁵⁸.

[257] *Ibidem*, pp. 7 e 9-11.

[258] Apud *A Capital*, n.º 1560, 5.XII.1914, p. 1.

[259] In *Diário da Câmara dos Deputados*, I Legislatura, sessão legislativa 04, n.º 138 (sessão ordinária ampliada), 2.XII.1914, pp.8-9.

Perante a atitude de Bernardino Machado, democráticos e unionistas aprovaram uma moção de censura ao Governo (que machadistas e evolucionistas rejeitaram) redigida e apresentada por Alexandre Braga nos seguintes termos: “A Câmara dos Deputados reconhecendo que o sr. Deputado Vitorino Godino tinha o pleno direito de interpelar o Governo acerca do decreto 1:096, relativo à mobilização; reconhecendo mais que o Governo tinha no Regimento desta Câmara os meios legítimos de conseguir que o assunto não fosse por enquanto discutido ou que só o fosse em sessão secreta, o que a Câmara estava disposta a autorizar; declina no Presidente do Ministério toda a responsabilidade do conflito por ele provocado, o qual só se explica pelo ensejo de evitar as diversas interpretações enunciadas, bem como a discussão do relatório ministerial”²⁵⁹. O Governo recebia um xequi-mate da maioria parlamentar; e demitiu-se em 5 de Dezembro – demissão tornada efectiva no dia 12 – abrindo, simultaneamente, caminho à candidatura de Bernardino Machado a Presidente da República (pois se almejava o cargo, tinha de se demitir da chefia do Executivo, nos termos da *Constituição*, até Fevereiro de 1915).

Os democráticos ficaram satisfeitos com a demissão do Governo de Bernardino Machado, mais pela oportunidade de se pôr fim aos governos extra-parlamentares do que pelos erros que lhe imputavam. Mas Machado Santos, entrevistado pel’ *A Capital* era da opinião que o Governo de Bernardino Machado devia continuar, pelo menos, até meados de Janeiro, prazo que julgava

suficiente para se definir com mais precisão a nossa atitude na guerra europeia, isto é, para ser declarada a beligerância; Antes disso - disse - a crise ministerial era um erro, pois a questão da beligerância era “uma questão de vida ou de morte” para a República²⁶⁰.

Mas Bernardino Machado não ficou agastado com a sua demissão; desde já muito pusera o seu cargo à disposição do Presidente da Republica, com vista à formação de um Governo de concentração partidária, uma espécie de Governo “nacional”, pois aproximavam-se circunstâncias - a nossa participação na Guerra - que exigiam uma grande unidade política interna e uma política externa coerente e sem hesitações.

3.2.11 Conclusão

Bernardino Machado em 7 de Agosto de 1914, reuniu, extraordinariamente, o Congresso para reafirmar à Inglaterra, no conflito armado em que se acabava de envolver (a “I Guerra Mundial”), a nossa solidariedade para com ela, no âmbito dos nossos deveres da Aliança. Fê-lo, não por acreditar que essa solidariedade implicava uma ajuda militar (pois era convicção geral que o conflito seria de curta duração) mas por uma questão de *princípio*: era a afirmação de solidariedade de uma nação soberana para com uma outra em pé de igualdade (pelo menos formal), uma afirmação da nossa soberania a nível da política externa e a eventual salvaguarda de efeitos nefastos que podiam sobrar para nós do conflito, no caso de declararmos a neutralidade. E por uma questão de prevenção, Bernardino Machado solicitou ainda ao Congresso prerrogativas excepcionais (privativas do Poder Legislativo) para manter a ordem e acudir à resolução de problemas que iriam surgir quanto às subsistências e carência de géneros alimentícios de primeira necessidade. Ora a Guerra não terminou tão rapidamente como se esperava; e Bernardino Machado viu-se, nos três meses seguintes do seu Governo, confrontado, com vários problemas que exigiam soluções conjugadas, como peças de um mesmo puzzle: mandar expedições militares para Moçambique e Angola onde as nossas fronteiras estavam a ser acoçadas e violadas pelos alemães, com os quais tivemos alguns conflitos militares de desastroso desenlace; tomar medidas legislativas, fiscais e judiciais sobre a produção e comercialização dos géneros alimentícios de primeira necessidade, tendo em vista impedir a sua carestia, açambarcamento e especulação; lidar com uma aliada que pretendia de nós, quanto à nossa intervenção na Guerra, quer uma atitude, internacionalmente, insustentável - a famigerada neutralidade condicional - quer que confinássemos a nossa participação, na Guerra, à defesa do nosso território continental e das nossas colónias; mais: por mais de uma vez fez saber pelas vias diplomáticas (com a cumplicidade do nosso ministro em Londres, Teixeira Gomes, e do nosso Ministro dos Negócios Estrangeiros, Freire de Andrade), que por sua vontade nunca entraríamos na Guerra e, quando teve de nos pedir ajuda militar, em prol de necessidades da França, ainda procurou furtrar a esse pedido aos deveres da Aliança; finalmente, defrontar uma crescente oposição política interna (que bradava entre os dois extremos - a neutralidade condicional e o intervencionismo enérgico no teatro

[260] Entrevista dada à *Capital* (Lisboa), n.º 1558, 3.XII.1914, p. 2.

européu da Guerra), que não tinha qualquer apreço pelo Governo, não só por ser extra-partidário, mas por, alegadamente, ter entregue a governação a assumidos “não-políticos”, aprofundando (ainda que não deliberadamente) a crise dos partidos e do regime. Um Governo que, afinal, esperava com a nossa participação na Guerra (ainda que em princípio) ultrapassar os divisionismos político-partidários e unir todos os republicanos em volta de um desígnio patriótico e nacional, acabou por se converter--devido aos desaires das nossas tropas em África, à carestia de vida e à política externa, ambígua e “paternalista”, da Inglaterra quanto ao nosso intervencionismo no conflito europeu--um pesadelo para a opinião pública e para os partidos. Mas se tudo isto levou Bernardino Machado a pedir a exoneração, saindo vencido, a verdade é que não saiu convencido, como mostrará a sua atitude perante a solução posterior da crise política.

1. Apresentação do Governo de Bernardino Machado em 10 de Fevereiro de 1914 (Museu Bernardino Machado).

2. Bernardino Machado aclamado ao sair do parlamento, em 7 de Agosto de 1914 (Museu Bernardino Machado).

3. Sessão parlamentar de 7 de Agosto de 1914 (Museu Bernardino Machado).

4. Sessão parlamentar de 23 de Novembro de 1914 que rectifica a intervenção de Portugal na I Grande Guerra (Museu Bernardino Machado).



3.3



Avenida 25 de Abril

3.3 Nas origens do Poder Local Democrático. O Contributo das Doutrinas do Municipalismo, da Descentralização e do Regionalismo

É certamente demasiado ambiciosa esta breve comunicação¹. Para a tornar mais objetiva vamos centrar os tópicos nos elementos de base económica ou melhor político-económica dos concelhos, sem dúvida uma das bases essenciais para a instituição e suporte deste novo poder autárquico concelhio. E para a tornar mais clara e inteligível, esboçaremos os diversos tempos da composição económica dos concelhos, a que em alguns momentos correspondem etapas bem demarcadas da sua organização político-administrativa, seguindo o seu desenvolvimento e formação histórica.

3.3.1 Etapas político-económicas da instituição municipal

O 1º tempo como é sabido é o das origens dos concelhos. A sua primeira configuração política social e económica vai em grande medida organizada nos forais antigos, ou primeiros forais, cartas de povoamento e outros diplomas seus constituintes. Aí se definem, como é sabido, em mosaico variado, mas a ganhar uniformidade, o essencial destas instituições co-parceiras na fundação na Nacionalidade e na construção de uma sociedade e de um território, mais marcantes, como é sabido, pela lição de José Mattoso, no sul do que no Norte².

A Nação, a Sociedade e o Estado ganham então uma forte composição concelhia (ainda que pelo norte a ordem senhorial dele se tenha apossado ou com ele reparta a sua organização política) na eleição dos ofícios, na constituição de uma renda, na administração de um território municipal, no suporte e enquadramento das atividades económicas essenciais à comunidade. Os municípios medievais têm então já diferentes características, em especial em resultado da sua filiação, da sua posição no território. De sublinhar as mais fortes marcas nos municípios da Reconquista, do povoamento, do território da construção e defesa da fronteira, estes últimos sempre mais desenvolvidos para a ação militar. A intervenção régia nos concelhos com os corregedores, juízes de fora e outros ofícios, designadamente os militares das milícias e ordenanças, é já então uma realidade a dar-lhe uma mais forte configuração régia. No plano da delimitação das rendas e patrimónios, sabemos da importância das *Inquirições* da Idade Média para conhecer as propriedades, os títulos e os direitos que pertencem ao rei; aos senhorios, aos concelhos, aos povos.³

O tempo de D. Manuel I (1495-1521) dá os primeiros grandes passos para a constituição do município do futuro, do município suporte da Coroa e da Sociedade política do Estado numa composição institucional mais uniformizada. Por dois caminhos essenciais: com os *forais novos*, delimitando mais rigorosamente o que pertence ao rei; mas também aos senhorios, concelhos e particulares e integrando os municípios na construção de uma Fazenda Nacional, fazendo deles importante esteio na construção desse suporte maior do Estado Português do Renascimento;

[1] Este texto serviu de base à minha intervenção nas *Jornadas de História* promovidas em 2017 em Seia na evocação das *Duas Décadas de Jornadas Históricas* que a C. M. de Seia veio promovendo desde 1998. (E serviram também de Homenagem ao Prof. Fernando Catroga).

[2] MATTOSO, José – *Identificação de um país. Oposição. Composição. Ensaio sobre as origens de Portugal. 1096-1325*. Temas e Debates. Círculo de Leitores, 2015.

[3] MATTOSO, José – *Identificação de um País...o.c.*, 2015.

com as *Ordenações Manuelinas* – sucedâneas das Afonsinas - integrando as posturas e regimentos municipais na promoção da ordem pública e direito real. De assinalar aí a fixação do princípio da Lei Mental de que os bens doados mantêm a natureza de bens da Coroa e que podem a ela reverter em diversas circunstâncias.⁴

Medidas posteriores construirão o essencial deste «municipalismo» de Antigo Regime: as que organizam o seu poder político e as que lhe criam uma Fazenda. A organização do poder político no plano geral assentará nas novas leis eleitorais que confinam o corpo político municipal ao *rol da nobreza*, com o oficialato finalmente nomeado pelo rei ou pelos senhorios-donatários. A constituição de uma Fazenda municipal assenta nos três seguintes pilares: as *rendas próprias*, consolidadas nas rendas antigas e tradicionais das suas propriedades, foros e rendas foraleiras e coimas das posturas; a renda moderna, das *sisas encabeçadas*, sob as transações de propriedades e bens de raiz, comércios de feiras e alfândegas e correntes e contratos (juros). E também as concessões régias de *imposições* ou *rendas consignadas* para determinados fins. Rendas e contas mais fortemente controladas pelo poder real. As sisas (e as imposições) estas fortemente tuteladas pelos oficiais da Coroa, com esboço de Orçamento para o lançamento e administração das sisas; as rendas próprias, para efeito da retirada e pagamento das Terças, submetidas também por esse facto à fiscalização régia na tomada de contas anuais pelos provedores e corregedores.⁵ Elas constroem o município «grande» de vilas e cidades, fidalgo e aristocrático, que absorveu também os restos do municipalismo e concelhos das aldeias⁶ - que em algumas partes do território nacional eram ainda atuantes por finais de Antigo Regime e deixam a sua marca na força e associação das aldeias e na emergência sobre o Liberalismo de algumas instituições com base nas aldeias, e suas bases sociais e comunitárias.

As reformas liberais dão nova forma, mas não alteram a feição que o município tomou sob o Absolutismo, designadamente enquanto suportes da construção do Estado, da Sociedade política e da estrutura dos seus impostos.

Mouzinho da Silveira, passou para a História como a figura maior, reformador e fundador do município moderno, que se quer mais forte e mais autónomo, liberto dos vícios e das amarras do passado. Não foi esse porém o efeito das três célebres leis que dão forma à nova organização do poder territorial do Estado, no quadro da divisão dos poderes, nas quais se insere a nova organização institucional e territorial dos concelhos. Essas leis de referência são as seguintes, pela sua ordem de importância para o novo ordenamento territorial e municipal: a da organização, ordenamento e instalação territorial do (novo) poder judicial; a da organização e instalação territorial da nova ordem e instituições financeiras. E as célebres leis de 1835-36, de reforma institucional e novo mapa dos concelhos, que os reduz a cerca de metade. Os novos concelhos ainda que com um território mais dimensionado, agora sem as *sisas encabeçadas* e sem *poder judicial*, vão esvaziados do poder económico e jurisdicional do passado. São quasi reduzidas

[4] CAETANO, Marcello – *História do Direito Português (séculos XII-XV), seguida de Subsídios para a História das Fontes do Direito em Portugal no século XVI*. Verbo, 4ª edição, 2000.

[5] CAPELA, José Viriato – *O Minho e os seus municípios. Estudos económico-administrativos sobre o município português nos horizontes da reforma liberal*. Universidade do Minho, Braga, 1995.

[6] CAPELA, José e MATOS, Henrique - *As freguesias do Distrito da Guarda nas Memórias Paroquiais de 1758. Memórias, História e Património*. Braga, 2013. Por terras da Guarda chamados ao modo da região leonesa no território de Riba Coa, *concelhos de apartamentos*.

a meros suportes de novas instituições da administração judiciária e financeira do Estado e da Coroa, das instituições distritais ao serviço do poder político ultracentralizado do primeiro Liberalismo, como vigorosamente dirá Alexandre Herculano. E de facto, se atentarmos bem no desenho territorial da «planta» da nova ordem e instituições judiciárias e financeiras, é o novo mapa dos concelhos que se modela ao daqueles territórios e instituições. O facto é que a ordem judiciária e financeira já tinha ganho maior equilíbrio, racionalidade e hierarquia, ainda adentro do Antigo Regime. Essa divisão dos poderes, na subordinação das câmaras ao suporte da administração judicial e financeira, já vinha sendo modelada no quadro da administração de Antigo Regime, nos concelhos e julgados de juizes de fora e nas superintendências fiscais. E ganhará particular desenvolvimento e articulação sob o pombalismo e mais intensamente com o reformismo ilustrado (neo-pombalino) com as leis de 1790-92 e o programa de reorganização das comarcas.⁷

Ganham agora sob o primeiro Liberalismo, grande relevância, facto que não tem sido assinalado, as *Juntas de paróquias*, associações de paróquias que podem ter alguma ação administrativa, que mais que os concelhos envolverão as populações, ao lado dos julgados judiciais dos juizes eleitos e dos juizes de paz, mais próximos das comunidades.⁸ O efetivo poder local das comunidades, como quer Alberto Sampaio e em geral os municipalistas e o pretendem recuperar os historiadores do municipalismo das aldeias, é por aqui que se quer começar a construir, na continuidade dos concelhos de aldeias do passado. Em grande medida em reação aos excessos do centralismo dos municípios das vilas e cidades e agora, em particular, das capitais do Distrito.

Os políticos e doutrinários liberais, por meados do século XIX, com Herculano à cabeça, fundam a doutrina do *Municipalismo*, para resgatar o município do Absolutismo e do Centralismo, dos poderes do campanário e colocar o município ao serviço da liberdade e da democracia, fundamento da autonomia e desenvolvimento dos povos. É um programa político, de libertação das forças cívicas e anímicas dos concelhos, em busca de um pretensu protótipo medieval, mas sem definição de particulares conteúdos económicos e tarefas territoriais. No mesmo sentido vão os municipalistas de cepa socialista e republicana que fundamentarão os princípios dos Códigos descentralizadores do liberalismo e da 1ª República.⁹ Querem com Félix Henriques Nogueira fundar um Município grande, escala local da ordem do Estado, que tenha na sua composição, à sua medida, as parcelas do Estado e Administração Pública, para melhor servir as populações. Félix Nogueira, desenha-lhe o grande rol das tarefas que a eles particularmente cabe e devem exercer e as instituições que aí devem ser instaladas. O suporte económico para este município assenta na retenção local das verbas gerais do Estado para o cumprimento e implantação destas tarefas que tem que ser, suportadas também num Orçamento municipal muito mais alargado. É um município e um municipalismo do socialismo de repartição de instituições, tarefas e recurso do Estado e da Nação.¹⁰

[7] *História do Município e do Poder local* (Dir. de César de Oliveira). Temas e Debates, 1996.

[8] CATROGA, Fernando - «O poder político-administrativo em Portugal (séculos XIX-XX) in *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 4, Centro de História da Sociedade e da Cultura/Universidade de Coimbra, Palimage, 2004, pp. 149-255.

[9] *História dos Municípios...o.c.*, 1996.

[10] NOGUEIRA, José Félix Henriques – *O município no século XIX*. Lisboa, Tip. Do Progresso, 1856.

Historicamente, o município ganhará a sua maior expressão no Estado de Antigo Regime, do Absolutismo e da Centralização. E de modo particular com o Estado Liberal do século XIX e XX e seu ordenamento político-administrativos que absorve progressivamente os mais amplos campos do ordenamento público com a extinção e secundarização das instituições “administrativos” territoriais e seus corpos e campos do direito particular (senhorial-donatorial e eclesiástico). Então os processos de Centralização afetam em maior parte os grandes concelhos, do mesmo modo que os processos de Descentralização passam maioritariamente por eles. Tais processos permitem, de facto, compreender a lógica das reformas administrativas, os termos em que Centralização e Descentralização viram verso e reverso do mesmo processo criando diferentes graus de intervenção e instituindo, por regra, níveis e patamares bem diferenciados de desenvolvimento do papel, ação e dimensão do Município, desde o da administração comarcã ao da administração distrital.

A construção de quadros e estruturas de Descentralização Moderno e Poder Autárquico Local, tem de facto agora que romper com esta extenso conúbio municipal, separando bem os campos de intervenção. É tarefa que deve ser feita também seguindo historicamente os termos em que os dois quadros e processos se foram fundindo, os da municipalização e os da descentralização, numa avaliação das tarefas e competência ganhas pelas respectivas instituições ao longo da construção histórica da Sociedade e Estado Português desde o século XIX, separando mais claramente, em função das suas especificidades, o campo de ação e intervenção das instituições municipais das da descentralização, para seu melhor escrutínio e avaliação nas tarefas que lhe deverão ser atribuídas.

3.3.2 Economia municipal, autonomia e desenvolvimento local. Contributos do municipalismo, da descentralização e do regionalismo

A economia deste município de Antigo Regime vai essencialmente assente nas imposições sobre os comércios, os trânsitos e os consumos e a atividade coimeira. Pelo cabeção das sisas assente na capitação, cuja distribuição pelos moradores do concelho caberá aos juízes e oficiais das câmaras, muito desigualmente repartida - contra os regimentos das sisas - e que só cai sobre a cabeça dos não privilegiados, em especial os moradores devassos dos termos concelhios. E a partir do século o XVIII, em alguns concelhos, com o importante contributo da renda dos foros dos baldios. Uma renda que vai na maior parte para suportar os encargos do oficialato e burocracia dos concelhos, da Coroa e de alguns serviços régios e senhoriais nos concelhos. Uma renda que em pouco se dirige a investimentos produtivos e tão só a algumas infraestruturais que reservam às vilas e cidades, local de assentamento destas elites governantes.

Esta é uma renda que mal exprime e decorre das atividades produtivas; que vive dos impostos sobre o comércio e consumo; bloqueia a formação dos mercados, encarece os preços ou os modela à medida dos produtores e produtos que o concelho quer proteger. Isto sem

embargo de pelas posturas e regimentos municipais se regularizar e ordenar o essencial da vida económica dos municípios. E nelas assentar o essencial ou toda a legislação económica e agrária, local, de Antigo Regime. Umhas posturas que querem proteger a autarcia económica dos concelhos. E nalguns casos com programas de proteção às suas culturas mais importantes, como é o caso dos concelhos das áreas vitivinícolas.

No trânsito de reformismo ilustrado às reformas liberais, nesta configuração do município sob o Absolutismo Reformista (de fins do Antigo Regime) e do Liberalismo até meados do século XIX, vai muito discutida a relevância e papel dos municípios e concelhos na nossa organização pública e vida social. Há inclusive quem deles queira prescindir, como instituições demasiado marcadas pelo feudalismo, irrecuperáveis para a construção da Sociedade e instituições liberais. É o que podemos chamar uma corrente abolicionista dos concelhos. À cabeça os economistas fisiocratas, pré-liberais, preocupados com o desenvolvimento das terras, que procuram na livre formação dos preços e maior desenvolvimento dos mercados, ultrapassar os bloqueios económicos do autarquismo dos municípios antigos. Em algumas propostas do fim do século, contemporâneas das leis da abolição dos donatários do reinado de D. Maria I (1790-92), há mesmo quem não os integre no desenho do ordenamento das instituições territoriais para a reforma e construção do Estado liberal. Nesse horizonte económico, fisiocrático e pré-liberal há também quem os quer transformar em *mesas agrárias*, para o desempenho das tarefas de desenvolvimento económico agrário e florestal, com posturas apropriadas, na continuidade sua melhor tradição e do papel que os municípios desempenharam no desenvolvimento e ordenamento económico territorial, que muitos reformistas e ilustrados diziam que fora mesmo a sua principal atuação e papel histórico.¹¹

É de facto muito ilustrativa na passagem do Antigo Regime ao Regime Liberal a discussão que então se promove sobre o papel que os municípios devem ter neste plano, na ação económica e no desenvolvimento agrário, designadamente a partir da divisão da propriedade e usufruto dos *baldios e maninhos*.¹² O instituto da *enfiteuse* é agora de novo e mais extensamente posto no centro da discussão para combater efeitos dos incultos e da grande propriedade, causa do atraso da agricultura e do despovoamento rural. Está claro que os termos *baldios e maninhos* tem conteúdos diferentes para os territórios de coletivismo agrário do sul alentejano e interior transmontano e beirão, face aos do individualismo agrário nortenho. Os *baldios e maninhos* são para estes territórios de coletivismo agrário também territórios de cultura e arborização; no Norte são ditos mais improdutivos, ainda que se não olhe devidamente para o seu papel no fornecimento de matos, das lenhas, de pastoreio e outros recursos de sustentação à agricultura e fazenda camponesa.¹³ E emerge, neste contexto toda uma doutrina para valorizar a rentabilizar estes territórios, para relevar neles o domínio público e a *ação das câmaras*.

A instituição da *enfiteuse* e dos *emprazamentos* ganharia, por então e por aqui, novas extensões.

[11] GODINHO, Vitorino Magalhães – *Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*. Arcádia, 2ª edição correta e compilada, 1975 (cap. IV – A economia agrícola e mercantil frente à revolução Industrial, pág. 117 e ss.
[12] MORDAU, Luís Ferrari – *Despertador da agricultura de Portugal*. Ed. Moses Benzabat Amzalak, Centro de Estudos Económicos- Revista, n° 11, 1950, pp. 60-173.
[13] SILBERT, Albert - «O coletivismo agrário em Portugal. História de um problema», in *Do Portugal de Antigo Regime ao Portugal oitocentista*, Livros Horizonte, 1972, pág. 211 e ss.

Com Alexandre Herculano e Oliveira Martins volveriam, de novo, em força, suportes de projetos de fomento rural e divisão da grande propriedade e aproveitamento dos incultos e baldios pela sua distribuição. Mas as experiências da divisão e apropriação individual dos baldios e maninhos nunca se revelaram produtivas ou vantajosas ao comum e à lavoura. As experiências da desamortização dos baldios pelos aforamentos não se revelará de facto positiva, sob a ação deste município de Antigo Regime. A desamortização civil que as leis dos foros dos baldios do tempo de Pombal permitiram aos municípios, levarem a que os aforamentos que se tornam avassaladores a partir de finais do século XVIII e daí em diante, transferissem por intermédio das câmaras, os baldios dos povos para a propriedade particular dos grandes senhorios e herdades, camaristas e grandes proprietários nos concelhos. E muitas câmaras constituirão desde 1800 nos foros dos baldios – que continuam desaproveitados – o principal da renda municipal. Essa tendência continuar-se-á no século XIX e XX com os grandes proprietários dos concelhos a licitarem facilmente parcelas dos baldios. O que o Estado iniciou pela mão dos concelhos de Antigo Regime, continuará o Estado Liberal do século XIX e XX pelos serviços públicos e florestais na constituição de matas florestais e outras reservas, em prejuízo dos povos, dos seus baldios, maninhos e direitos comuns. A estrutura de impostos e renda passará dos municípios antigos aos modernos e contemporâneos, que são, de facto, os principais suportes da extensão de impostos indiretos, que dos concelhos se estendem ao todo da Fazenda Nacional.¹⁴

[14] GODINHO, Vitorino Magalhães - «Finanças» in *Dicionário da História de Portugal* (dir. de Joel Serrão), Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1963-1971.

A Descentralização é doutrina política que ganha agora forte corpo e quer configurar-se como quadro e instituições da reforma do Estado, também em paralelo do Municipalismo. Mas tal nunca se desenvolverá com quadros suficientemente autónomos e desenvolvidos pela sua contínua ancoragem na instituição municipal.

Rodrigues Sampaio, com o seu Código descentralizador (1878-1888) foi a experiência mais extensamente levada a cabo neste horizonte do município e municipalismo liberal-socialista e republicano. Os municípios assentam-se à mesa do Orçamento com os adicionais às contribuições diretas e indiretas do Estado para levar a cabo as tarefas que o Código Descentralizador largamente lhes entrega. Mas a crise financeira dos finais do século XIX, que corre com a enorme sobrecarga fiscal de que os municípios são corresponsáveis, suspende as experiências descentralizadoras de base municipal e retoma o mais apertado controlo e centralismo financeiro e administrativo.

Desta experiência municipal e descentralizadora, os municípios saem, de facto, profundamente mudados: com mais infraestruturas, com uma experiência mais forte no campo da instrução. Esta é, de facto, a feição e competência maior que os municípios do século XIX ganham para o futuro, que está na origem do desenvolvimento de um município

instrucional, cultural e educativo do Poder Local Democrático, e que é ainda hoje o domínio onde o município pode trabalhar com mais competências e mesmo aqui só a certos níveis.¹⁵

Entretanto deste quadro alargar-se-á a esfera da ação municipal adentro das políticas descentralizadoras mas também de outras de cunho centralista na passagem do século XIX ao XX noutros domínios. Assumem novas tarefas, dotam-se de novos serviços, designadamente os Serviços Municipalizados para responder às exigências que o progresso quer levar às terras, designadamente serviços de água, gás, eletricidade, jardins públicos, obras, para além das de assistência, instrução e outros na antiga tradição municipal, como se pode ver pela listagem de pelouros constituídos nas câmaras de maior dimensão, as cidadinas, e em particular as cabeças de Distritos. Mas estes serviços – sobretudo os municipalizados de água e eletricidade – mostram que não são sustentáveis, ou expansíveis, pela pobreza de populações, fracos recursos transferidos pelo Estado ou produzidos pelos municípios.¹⁶

Desenvolvimento territorial e regional são agora por meados do século XX as palavras de ordem dos Regionalistas – vindos do municipalismo liberal, do social corporativo, da geografia, da economia regional, dos estudos sociais – que fundam as doutrinas do *Regionalismo* político e cultural, para fazer face atraso e pobreza das terras e Províncias que eram aspetos demasiado patentes e visíveis na pobreza das populações rurais, forte emigração e despovoamento de faixas importantes do território nacional¹⁷ que Amorim Girão, então cartografou bem os desenvolvimentos da sua etnografia (com a fotografia).¹⁸ Pela primeira vez a doutrina e a política querem colocar os concelhos nos seus territórios e regiões e olhar para o papel e reformas dos concelhos do lado do território. Pelos anos 1930-1950, querem fixar a partir dos concelhos e em coordenadas provinciais, comarcãs ou regionais a organização regionalista. É um movimento que tem seu ponto de partida nas capitais dos Distritos que deste modo querem assumir maior protagonismo (como agora com a Regionalização). O desenvolvimento económico regional e municipal é agora coordenada e fator relevante e pela primeira vez quer fazer dos municípios agentes de desenvolvimento. É deste quadro entre múltiplas realizações e congressos, a dotação dos equipamentos para a afirmação política e cultural de capitais de Distrito; nos planos do desenvolvimento regional, a criação das regiões de turismo, de regiões vinícolas, entre outras. Mas logo as remessas dos emigrantes fazem esquecer as causas da emigração e planos de desenvolvimento regional!

No desenvolvimento deste quadro, pelos anos de 1960, adentro da execução do III Plano de Fomento, os serviços descentralizados do Estado, seus gabinetes técnicos e pelos «sacos azuis», de transferências do Estado e Governo, os concelhos entrarão no combate ao atraso territorial português que se sustenta agora em programas de planeamento e desenvolvimento regional e nacionalmente planeados, mas também em obras circunstanciais.

[15] FARIA, Joaquim Sottomaior e CAPELA, José Viriato – «O Município e a instrução pública no século XIX. A reforma de Rodrigues Sampaio em Fafe» in *Actas das primeiras jornadas de História Local*, C. M. Fafe, 1996, pp. 237-334.

[16] CAPELA, José Viriato e MATOS, Henrique – «O perfil administrativo da Câmara de Braga: da Monarquia Constitucional à República. 1878-1926 (Rupturas e Continuidades)» in *Braga Roteiros Republicanos*, 2010, pp. 27-64.

[17] CAPELA, José Viriato - «Municipalismo e Regionalismo. O Regionalismo como ação política (1920-1936)» in *Cadernos Vianenses*, Tomo 44, 2010.

[18] GIRÃO, A. de Amorim – *Geografia de Portugal*. Companhia Editora do Minho, 1943.

As realizações do Regionalismo, dos Planos de Fomento; depois do 25 de Abril de 1974, as Leis das Finanças Locais (1978) e outras Leis para as Autarquias Municipais e depois os Fundos Comunitários do I Quadro Comunitário de Apoio (1993) decorrentes da adesão de Portugal à CEE, trouxeram outros horizontes económicos e financeiros aos municípios portugueses. Com o poder democrático nos concelhos e os novos meios económico-financeiros avançou-se extraordinariamente na construção de infraestruturas locais e regionais; alargou-se a capacidade de ação dos municípios. Do ponto de vista financeiro o Município das Finanças Locais de Abril e o dos fundos estruturais está a milhas de distância do Município antigo, mesmo do Município dos adicionais do código de Rodrigues Sampaio. Deram-lhe outra dimensão institucional, e infraestrutural. Mas sempre criaram umas dívidas a curto, médio e longo prazo, para suportar a parte dos investimentos públicos e comunitários, mas também excesso de encargos e serviços administrativos que depressa começaram a «garrotear» os municípios e a condicionar fortemente direta e indiretamente a ação política. E onde, face à nova crise financeira do Estado na passagem do século XX ao XXI obrigou a extinguir empresas e serviços e renegociar as dívidas para as adaptar aos seus efetivos recursos económico e financeiros. E procurar formas de maior participação política e cívica das populações, enquistadas nos partidos. Isto porque entretanto os municípios não criariam – ou por isso foram desmotivados - riqueza e receita própria com base no desenvolvimento dos seus territórios e recursos, sem embargo algumas exceções e programas de desenvolvimento sustentado na valorização dos recursos locais.

A criação e definição por natureza, de uma ordem municipal, definida como *poder local* ou *poder democrático autárquico*, deve, como é óbvio e por definição assentar em bases que os vinculem fortemente às suas realidades locais-territoriais e criar condições de forte autonomia, incluindo as económicas, condição e base de um autêntico poder, autonomia e liberdade local. E uma das suas bases são os recursos e rendimentos per si próprios produzidos. A tradição das transferências do Estado terá que se manter com critérios ajustados à nova definição do município, como poder local no quadro do nível e das tarefas que lhe cabe desempenhar no âmbito do seu território, e já não como circunscrição administrativa, nos termos dos códigos do século XIX e XX. Não cabe aqui agora de facto, as doutrinas do Administrativismo dos séculos XIX e XX. Não tem neste quadro também de modo nenhum cabimento as doutrinas que defendem a total municipalização das receitas e o transporte para o Estado dos sobrantes – a doutrina do Município máximo e Estado mínimo, - uma espécie de «encabeçamento» geral das Finanças Públicas nos concelhos, posto em marcha desde o século XVI, que não passa hoje de curiosidade histórica, própria a um certo tempo e estágio de desenvolvimento público e exacerbamento da doutrina municipalista.

3.3.3 O município do Poder local democrático

Em 1996 César de Oliveira, autarca, político, socialista histórico, historiador, numa obra notável

– *História dos Municípios e do Poder Local*,¹⁹ em apreciação final sobre o Município do Poder Local e a abertura do ciclo e do futuro da Descentralização e Regionalização, afirmava a sua confiança no futuro do Poder Local, com base num desenvolvimento que articulasse estes 3 pilares mais importantes: o Município, a Descentralização e a Regionalização.

Transporta para essa obra os prós e contras então trazidos à discussão desta temática para as melhores soluções. E sublinhava as tarefas e os obstáculos a vencer para um desenvolvimento planeado que era necessário promover para:

1 – O despovoamento do território; 2 – O das dificuldades de gestão das 2 grandes áreas metropolitanas – Lisboa e Porto – (com 35 municípios e 50% da população portuguesa); 3 – A falta de articulação dos municípios.

Deixo de parte a 2ª questão, mais complexa sobre a gestão daquelas áreas metropolitanas. Sobre a fraca articulação do território, apesar dos múltiplos estímulos financeiros, ao associativismo municipal, não tem produzido os efeitos capazes de vencer os muros do excesso dos autarquismos, que em muitas partes parece querer *restaurar o Localismo e as práticas políticas do passado*. Este é de facto, um autarquismo de que faltam por vezes horizontes da doutrina municipalista, designadamente a federalista, na articulação das diferentes instâncias em que o municipalismo queria que se federassem as instituições a montante e a jusante do município. Municipalismo é de facto, palavra, conceito e doutrina pouco usada pelo Poder Local.

O município desenhado como Poder Local tem de facto que ultrapassar o mapa territorial fixado pela organização político-administrativa de Mouzinho da Silveira – que se mantém no essencial até hoje – para um redesenho de base territorial, que vá ao encontro do território, dos espaços mais adequados ao seu desenvolvimento, que construa efetivamente um poder local em consonância com as características do seu território, suas posições e até tarefas específicas numa bem demarcada repartição de tarefas com as instituições quadro e base da Descentralização; a realizar-se, nos serviços descentralizadas e desconcentradas do Estado. E que nele construa também bases da sua autarcia económica e financeira.

O despovoamento do território, continua a ser um objetivo co-natural à sua instituição: o município povoador e dos inícios da Nacionalidade, da construção, unificação e coesão do território nacional e da valorização dos seus recursos. Por isso a sua presença torna-se ainda mais necessária nos espaços e fronteiras do território mais despovoado e abatido para suportar as transferências dos recursos do Estado e alavancar o desenvolvimento local e regional.

No estádio atual o território valoriza-se sobre múltiplos aspetos. A promoção e defesa do seu

[19] Temas e Debates e Autores, Lisboa, 1996.

Património é hoje um dos aspetos mais importantes, nalguns casos central. Que tem que alargar o seu campo de ação ao histórico-cultural, no melhor contributo do Regionalismo cultural. E tem que saber associar ao da valorização dos recursos económicos que é necessário potenciar em quadros que muitas vezes só ganham escala nos horizontes regionais. Por isso é preciso ultrapassar o município e o municipalismo fundado e doutrinado pelos administrativistas, que agora na sua continuidade insistem nas versões mais descentralizadoras. O Poder Local impõe outros horizontes e doutrinas, a começar pelas Ciências que melhor estudam as condições de desenvolvimento e enquadramento das comunidades, nos seus territórios, suas culturas e patrimónios. E sempre tendo presente o património mais rico da doutrina municipalista, a do município liberal, social, cultural e federativo.

3.4



Igreja Paroquial de Lousado

3.4 O Poder Local – Epifania no Longo Jogo dos Poderes

A construção do poder local é um exercício democrático que se configura como dinâmico ao longo do tempo histórico, pois tende a renovar-se a cada conjuntura, em face das mudanças que a sociedade enfrenta e os inerentes ajustamentos que o exercício da cidadania aconselha e a opinião pública vai exigindo. No Portugal contemporâneo, o poder local teve um reconhecimento revolucionário no decorrer das transformações políticas e sociais decorrentes das transformações operadas com a revolução de 25 de abril de 1974, que lhe consagraram uma atenção especial através de um articulado específico na Constituição da República, aprovada em 1976. Procedeu-se depois às primeiras eleições autárquicas no quadro da nova matriz constitucional, pela qual se pode inferir que o poder local não deve ser só o poder de uma elite a governar para o povo, mas que se torna importante dar espaço ao povo para ter poder nas suas mãos, abrindo caminho à democracia participativa. Neste eixo, em cujos extremos se posicionam democracia representativa e democracia participativa, se tem vindo a desenrolar experiências, formas diversas de exercer o poder local.

3.4.1

O poder local do tempo presente representa uma das “conquistas revolucionárias” mais identificadoras da contemporaneidade portuguesa. Recreando uma velha afirmação de Teófilo Braga, a propósito das comemorações camonianas de 1880, podemos dizer que todas as celebrações são uma “síntese afetiva”, uma expressão de identificação e de reverência pelos factos em causa e sua relevância. E foi o que aconteceu em Portugal em 2016, um pouco por todo o lado, por altura dos 40 anos das primeiras eleições democráticas para as autarquias locais, realizadas em 12.12.1976, numa linha de empatia para com um ato diferenciador do regime democrático criado como desenvolvimento da institucionalização da democracia a partir da revolução de 25 de abril de 1974.

Com a realização das referidas eleições autárquicas, cumpria-se mais uma, mas essencial, vertente da nova Constituição, aprovada uns meses antes, em 2 de abril de 1976, garantindo, nomeadamente, dois dos seus múltiplos artigos. Em termos gerais, dava-se cumprimento a uma das “tarefas fundamentais do Estado”, segundo o artigo 9.º - b): “Assegurar a participação organizada do povo na resolução dos problemas nacionais, defender a democracia política e fazer respeitar a legalidade democrática”. E garantia-se a “participação política dos cidadãos”, através do artigo 112.º: “A participação direta e ativa dos cidadãos na vida política constitui condição e instrumento fundamental de consolidação do sistema democrático”.

O “sufrágio direto, secreto e periódico” (artigo n.º 116) culminava essa dinâmica da cidadania, passando a constituir “a regra de designação dos titulares dos órgãos coletivos da soberania, das regiões autónomas e do poder local”, garantindo-se como princípios gerais de direito eleitoral

a liberdade de propaganda, a igualdade de oportunidades e de tratamento das diversas candidaturas, a imparcialidade das entidades públicas e a fiscalização das contas eleitorais.

O direito de participação pela via eleitoral consagrava finalmente, sublinhe-se uma vez mais, o sufrágio universal e direto em Portugal, o qual tinha sido exercido antes apenas por duas vezes, em 25 de abril de 1975 para a Assembleia Constituinte e em 25 de abril de 1976 para as legislativas, pois todas as outras eleições anteriores desde a instauração do liberalismo apresentavam soluções eleitorais restritivas (ou por rendimento, ou por analfabetismo, ou por não ser chefe de família ou por ser opositor político ou ainda por ser mulher, com a exceção pontual das eleições de 1918, em pleno Sidonismo).

Estas eleições para as autarquias foram organizadas já pelo primeiro governo constitucional, saído das eleições legislativas de 1976, liderado por Mário Soares, sendo então ministro da Administração Interna o coronel Costa Brás, militar do Movimento das Forças Armadas, que foi uma figura incontornável na organização dos primeiros processos eleitorais da democracia. Concretizava-se, assim, o articulado da Constituição sobre o Poder Local (Título VIII, artigos 237 a 263), que, note-se, fora a parte mais consensual e pacífica na disputada discussão constitucional que ocorreu em 1975-1976 na Assembleia Constituinte, pelo qual se estabelecia, nomeadamente:

Artigo 237.º

- 1. A organização democrática do Estado compreende a existência de autarquias locais.**
- 2. As autarquias locais são pessoas coletivas territoriais dotadas de órgãos representativos, que visam a prossecução de interesses próprios das populações respetivas.**

Artigo 238.º - 1. No continente as autarquias locais são as freguesias, os municípios e as regiões administrativas. (...)

Artigo 240.º - 1. As autarquias locais têm património e finanças próprios (...)

Artigo 241.º

- 1. A organização das autarquias locais compreende uma assembleia eleita dotada de poderes deliberativos e um órgão colegial executivo perante ela responsável.**
- 2. A assembleia será eleita por sufrágio universal, direto e secreto dos cidadãos residentes, segundo o sistema da representação proporcional.**

Artigo 245.º

- 1. Os órgãos representativos da freguesia são a assembleia de freguesia e a junta de freguesia.**

Artigo 246.º

2. Podem apresentar candidaturas para as eleições dos órgãos das freguesias, além dos partidos políticos, outros grupos de cidadãos eleitores, nos termos estabelecidos por lei. (...)

Artigo 249.º - Os concelhos existentes são os municípios previstos na Constituição, podendo a lei criar outros ou extinguir os que forem manifestamente inviáveis.

Artigo 250.º - Os órgãos representativos do município são a assembleia municipal, a câmara municipal e o conselho municipal.

Artigo 251.º - A assembleia municipal é constituída pelos presidentes das juntas de freguesia e por membros, em número não inferior ao daqueles, eleitos pelo colégio eleitoral do município.

Artigo 252.º A câmara municipal é o órgão executivo colegial do município, eleito pelos cidadãos eleitores residentes na sua área, tendo por presidente o primeiro candidato da lista mais votada.

Artigo 255.º Os municípios participam, por direito próprio e nos termos definidos pela lei, nas receitas provenientes dos impostos diretos.

O articulado constitucional sobre o poder local desenvolveu-se entre a inovação (apostando em novos processos e pretendendo a “região”, que não chegou a concretizar-se) e a continuidade (apostando mais na persistência das estruturas administrativas e suas designações). Mas o que mudava então, de tão relevante, com esse novo articulado? Em que medida as eleições para as autarquias davam vida aos municípios e freguesias que afinal já existiam há tanto tempo? Um breve, necessariamente muito breve, relance histórico pode ajudar-nos a compreender o que estava em causa e que os 40 anos de vida democrática podem diluir na memória dos mais velhos e nem sequer aflorar nos mais novos, dada a naturalidade que a vida democrática já assumiu entre nós, parecendo ter surgido desde sempre, com a natureza. Mas não foi sempre assim! E o que está verdadeiramente em causa é o conceito de autarquia, isto é, de autogoverno, termo que, embora presente na Constituição de 1933, só em 1976 ganhou forma e substância, embora como objetivo ainda em construção.

3.4.2

Na nossa cultura, temos sobre o município uma certa mitologia, de sobrevalorização da consagração das liberdades dos povos organizados em concelhos desde os tempos medievais.

São várias as teses: da influência romana defendida por Herculano a projetos de povoamento e organização do território em plena reconquista defendida por outros autores, cujas cartas de direito e deveres tinham expressão nos forais. Numa altura em que se tem vindo a celebrar também os 500 anos dos forais novos, importa sublinhar como estes, para além de um quadro de direitos e deveres, representam também o apelo dos vizinhos a um poder central distante (o rei) para que este os liberte do controlo dos senhores locais, que funcionavam como pequenos reis absolutos: pagava-se, pois, aceitando impostos, para fugir às dominações locais e se construir localmente um tipo de poder mais democrático, ainda que, com o decorrer no tempo, as rotinas e inércias, surgissem através desse novo poder municipal novos tiranetes, de cujas câmaras se apropriavam, exercendo a coerção em vez do consenso, como mostra António Manuel Hespanha na sua obra referencial - *As vésperas do Leviathan*. O ordenamento dos poderes periféricos e da divisão territorial ainda foi objeto de preocupação nos finais do Antigo Regime, nomeadamente através da legislação de 1790 e 1792 que estabelecia propósitos de “correição das comarcas”, mas desse trabalho apenas nos chegaram alguns relatórios elaborados para o cadastro do Reino.

Numa nova etapa, que nos remete já para o século XIX, em que medida o liberalismo monárquico representou um passo em frente, eliminando tanto o senhorialismo como os forais? Desde logo, através da Constituição de 1822, e mais duradouramente da Carta Constitucional, passávamos a ter um mais amplo “foral”, extensivo desta vez a todo o país, com mais largas e atualizadas garantias, estendendo a todo o território a matriz liberal e eliminando as idiossincrasias locais.

Entretanto, as Cortes, reunidas a 15 de maio de 1823, partiram para a discussão das leis que deviam corporizar o novo espírito constitucional e aplicar a Constituição, nomeadamente a de uma Lei para a divisão do território. Essa discussão iniciou-se no dia seguinte, com base num projeto prévio da comissão encarregada desta área (n.º 173) e na apresentação de uma proposta de decreto que estabelecia a divisão do território em províncias, julgados e concelhos, de forma a fazer coincidir territorialmente as divisões administrativa e judicial e os círculos eleitorais, para corrigir os grandes desequilíbrios existentes aos mais diversos níveis. Mas a proposta divisionária apresentada ficava-se pela divisão dos julgados, face à grande irregularidade apresentada pelos concelhos que apresentava, importando registar o próprio texto da comissão:

A Comissão encontrou os concelhos na mais considerável desigualdade de superfície; uns, como são quase todos os Coutos e Honras, muito pequenos; outros pelo contrário muito grandes; e quase todos com uma configuração sumamente irregular e monstruosa; chegando a haver vilas e lugares, dos quais umas ruas pertencem a um concelho, e outras a outro. A base que convinha adotar era fazer os distritos das câmaras muito maiores do que

atualmente são pela maior parte e o mais arredondado que fosse possível. Duas grandes razões havia para se tomar esta medida: a primeira é que havendo maior número de indivíduos no concelho, por mais pessoas se repartem os seus encargos e despesas, e menos pesadas ficam a cada um dos indivíduos; a segunda é porque podendo fazer-se a escolha para o governo municipal em um círculo mais dilatado, maior probabilidade há de que ela recaia em pessoas dignas. Contudo era absolutamente impossível que a nova divisão dos concelhos se fizesse desde já de um modo exato e regular, por falta de conhecimentos e informações de facto, que só se poderão obter depois da criação dos administradores gerais. Em consequência a comissão considerou os concelhos atuais como unidades, para da reunião de certo número deles formar o distrito de um juiz letrado e só se afastou desta regra, quando a topografia dos concelhos lhe era muita conhecida, e a desmembração de algumas das suas freguesias absolutamente necessária para arredondamento dos mencionados distritos. Há outro muito poderoso motivo para se deferir a nova formação dos concelhos, e é para se fazer ao mesmo tempo, e em combinação à das freguesias, de maneira que uma freguesia não fique repartida por dois ou três concelhos, como atualmente está sucedendo em muitos casos. Diário da Câmara dos Deputados, 16.5.1823, p. 8.

O trabalho das Cortes ficaria no início, dada a ordem de dissolução das mesmas por D. João VI, no quadro da rebelião absolutista da Abrilada, prometendo o rei uma nova constituição que nunca chegou a aparecer. Toda a legislação das Cortes foi então anulada, com a exceção do Banco de Lisboa. Com a morte de D. João IV, viria a Carta Constitucional, em 1826, convocando-se Cortes, que seriam efêmeras, pois foram interrompidas pelo golpe miguelista de 1828, de retorno ao absolutismo, ainda que essas Cortes, no curto espaço de tempo em que funcionaram, tenham de novo discutido a reforma administrativa.

A questão viria a resolver-se com a vitória dos liberais na guerra civil, a partir do decreto n.º 23, de 16 de maio de 1832, da responsabilidade de Mouzinho da Silveira, ainda no governo dos Açores, que estabelecia uma nova organização administrativa, dividindo o Reino em províncias, comarcas e concelhos, abolindo “todas as outras divisões territoriais de qualquer natureza e denominação que sejam, e não obstante quaisquer privilégios dos mais altos donatários”, ou seja, os coutos e honras que ainda persistiam. As diferentes circunscrições que integravam a comarca passaram a ser designadas de concelhos, o que aconteceu a coutos, honras, vilas e cidades, ampliando-se deste modo o desequilíbrio territorial e demográfico já existente nos concelhos, embora se promettesse que se iria melhorando o mapa da divisão. Como arma de guerra, o modelo administrativo adotado era o napoleónico, ou seja, privilegiava a existência de um magistrado de delegação régia em cada uma das unidades territoriais, cada um dos quais teria a seu lado “uma junta de cidadãos da confiança dos povos e por eles eleitos para promover os seus interesses”. O poder efetivo, ao nível executivo, era desses magistrados,

como representantes do poder central, ficando os corpos eleitos apenas com poderes deliberativos a nível local. Sendo o liberalismo inicial representado por uma minoria ativa, fundamentalmente de expressão urbana, liberalismo só consagrado através da guerra civil, em que 7000 homens (muitos dos quais mercenários) vindos dos Açores e encurralados durante um ano no Cerco do Porto, superaram um exército de mais de 20 mil homens distribuídos no terreno e com apoio logístico dos grandes do Reino e da Igreja, esse liberalismo não se atreveu naturalmente a consagrar amplos poderes aos representantes das populações locais, sob pena de perder a guerra. O decreto de Mouzinho seria alterado depois da vitória, mas a sua matriz manteve-se, no essencial, embora com contestações persistentes ao longo do tempo, com algumas personalidades (ex: Almeida Garrett) ou correntes (ex: republicanos) a contestarem o modelo, sugerindo soluções mais democráticas, a favor da atribuição do poder aos eleitos locais.

Assim, em 25 de abril de 1835, a Rainha sancionava um decreto das Cortes que estabelecia a divisão do País em 17 distritos e estes em concelhos, concedendo que o administrador do concelho fosse escolhido pelo governo a partir de lista tríplice ou quádrupla (conforme) indicada através de eleições em paralelo com as da Câmara. Essa Lei permitia ao governo proceder à reforma administrativa, o que se verificou com o decreto de 18 de julho de 1835, que passou a integrar as freguesias como unidades administrativas que compunham o concelho. Mantinham-se os magistrados administrativos, agora designados de governador civil (ao lado da junta geral do distrito), administrador do concelho (na câmara municipal) e comissário de paróquia (na junta de paróquia, que seria eleita). E listava-se o quadro dos 799 concelhos que persistiam a integrar os 17 distritos do Continente.

Os ajustamentos sucedem-se posteriormente no quadro das várias reformas administrativas, às vezes com diferenças de nomenclatura nos magistrados. Na reforma da responsabilidade de Passos Manuel, em 31 de dezembro de 1836, o governador civil passava a administrador geral, o comissário de paróquia a regedor. No relatório prévio, Passos Manuel, embora considerando a implementação do sistema administrativo como um dos “maiores serviços” prestados ao País pela legislação de 1832, apontava a hostilidade aos magistrados de inspiração francesa, que colidiam com “uma Nação ciosa das suas liberdades municipais”, que via mal a “faculdade ilimitada concedida à Coroa para escolher os seus agentes administrativos”, situação que considerava levemente corrigida em 1835. Por isso propunha uma nova codificação do sistema, procurando consolidá-lo, nomeadamente pela supressão e integração de múltiplos concelhos (ficaram reduzidos a cerca de um terço), num trabalho que foi elaborado por uma comissão constituída por três elementos, a que presidia José da Silva Passos. O eixo fundamental era o princípio eletivo para todos os cargos, mesmos os magistrados seriam escolhidos a partir de lista tríplice, teriam funções de representação local e não de representação do poder central. Este princípio eletivo será um argumento que vai servir para definir a clivagem esquerda /

direita ao longo da monarquia constitucional, com as posições mais conservadoras, que prevaleceram, a optarem por nomeação direta dos magistrados pelo poder central, enquanto a esquerda preferia a eleição de base e, portanto, a representação local. Passos Manuel esteve cerca de 10 meses no poder e, apesar da nova Constituição de 1838, de inspiração vintista, as forças conservadoras foram ganhando terreno até restaurarem a Carta Constitucional, em janeiro de 1842, com Costa Cabral e, logo depois, um novo código administrativo que seguia as posições napoleónicas de nomeação/imposição, retomando mesmo as anteriores designações dos magistrados administrativos como forma de anular as propostas administrativas do setembrismo, nomeadamente as que apontavam para a laicização dos serviços públicos, como era a criação do registo civil, incluída no código de 1836. E, tendo sido criado o poder civil nas paróquias ou freguesias, experimentado pela primeira vez no governo dos Açores (em 1830 - 32, durante a guerra civil), não se conseguiu consolidá-lo, pois, a partir do código civil de 1842 consagrou-se o pároco como o presidente nato da junta da paróquia, com o líder religioso local a assumir assim funções administrativas, ao mesmo tempo que se lhe institucionalizava um regime remuneratório, a cômgrua, imposto então obrigatório. A junta de paróquia acabou mais por se assemelhar em termos de poder à antiga confraria do subsino, tendo como polo de atração a fábrica da Igreja, em que esta se confirmou como o centro da paróquia. Mesmo a designação de freguesia nos primeiros registos liberais não prevaleceu perante a referência mais tradicional de paróquia.

Entretanto, várias outras engenharias administrativas surgiram, com diferentes perspectivas de reforma, umas mais democráticas e/ou com alterações de fundo (1867, que não chegou a vingar; 1876, o código mais democrático de Rodrigues Sampaio), outras mais autoritárias, estas já no declinar da monarquia, como instrumentos de salvação do regime (1886, 1892, 1896). Em todas prevaleceu, porém, a utilização do conceito de concelho como o elemento central da divisão administrativa, como herança romântica do passado, difundindo-se, ao lado, uma corrente municipalista favorável à dinamização e reorganização de novos municípios. Mas, neste quadro, as câmaras eleitas tinham essencialmente poderes deliberativos, ficando os poderes executivos e de fiscalização com a ordem legal atribuídos aos magistrados nomeados pelo governo - o administrador do concelho, como na paróquia o regedor e no distrito o governador civil. Assim, o olho vigilante do poder central, ou, se quisermos, a extensão do seu longo braço, estava em todos os órgãos dos considerados poderes periféricos: por cada poder eleito, um poder nomeado pelo governo central, através da cadeia hierárquica, que o subalternizava.

Não podemos aqui escarpelizar as pequenas diferenças derivadas dos sucessivos códigos administrativos da monarquia. Muitos dos influentes de antes adaptaram-se com facilidade aos novos tempos liberais, continuando a garantir influência, tanto mais que os cargos não eram remunerados e eram considerados um cargo pesado de que os mais pobres fugiam ou só os

assumiam formalmente. De resto, o recenseamento eleitoral de base censitária, centrado sobre o rendimento e distinguindo inicialmente entre eleitores e elegíveis, encarregava-se de eliminar as franjas dos mais pobres, reduzindo o recenseamento a uma pequena parte da população que a maioria dos estudos revela andar apenas nos 10% da população.

Pelo caminho ficavam propostas mais ousadas, que importa registrar, como as que meditaram mais profundamente e imaginaram um novo município para o Século XIX, como foi o caso de Henriques Nogueira, que, por 1850, idealizou o novo município como motor do desenvolvimento, com amplas atribuições, fazenda municipal e espaço suficiente, propondo reduzir os municípios em Portugal apenas ao número de 100, mas as suas propostas de reforma não tiveram eco, a não ser em textos e intervenções de alguns utopistas. Reformas mais atrevidas como a de 1867, prevendo paróquias civis com mínimos de 5000 habitantes e uma redução substancial de concelhos, assegurando receitas através de um imposto de consumo, ficaram pelo caminho e levaram à queda do governo dito da Fusão (pela revolta da janeirinha, 1.1.1868).

É sabido que os republicanos e alguns monárquicos radicais (como Almeida Garrett) fizeram muito da sua luta contra o modelo administrativo liberal, de inspiração napoleónica, demonizando os magistrados nomeados pelo governo para os poderes locais, caso dos governadores civis e, sobretudo, administradores do concelho, que queriam eliminar, apelando para a descentralização. Isto prometeram os republicanos no seu manifesto de 11.1.1891, com que, durante vinte anos, acenaram na sua propaganda. Mas, uma vez no poder, a partir de 1910, também não o conseguiram ultrapassar pelas mesmas razões dos liberais, ou seja, por receio de perder o regime ao entregarem os poderes locais ao conservadorismo e monarquismo da província, apesar dessa propaganda à descentralização, em tempos de oposição, e posteriormente das tentativas para inscrever essas fórmulas num novo código administrativo que nunca chegou a ver a luz do dia (e por isso conhecido como o “desejado”), como foi o caso dos combates parlamentares travados por alguns deputados, com relevo para Jacinto Nunes. Deixaram-nos apenas a junta de paróquia secularizada, excluindo o pároco da sua composição (pela via da Lei da Separação do Estado das Igrejas), e batizando-a, desde 1915, finalmente como junta de freguesia.

Por sua vez, o Estado Novo, que acabou efetivamente apenas com os administradores do concelho, satisfazendo velhas aspirações republicanas, através do código administrativo de 1936, num golpe de cinismo, atribuía ao governo a nomeação do presidente da câmara e eliminava as eleições municipais, mantendo apenas as das juntas de freguesia (eleitas pelos chefes de família), mas com a prevalência do partido único: as vereações seriam compostas pelos representantes indicados pelas corporações. Ou seja, na verdade, o que desapareceu foi a câmara eleita, enquanto o designado presidente da câmara assumia as funções do antigo administrador

do concelho, nomeadamente nas funções de informação e controlo político, como elo na cadeia do poder central. A democracia, baseada no poder eletivo, desaparecia de todo no horizonte municipal!

Podemos, então, perceber a relevância das transformações políticas institucionalizadas com a Constituição de 1976 e a revolução operada no poder local, concretizada com as eleições locais. As eleições de 1976 para as autarquias locais eram uma sequência lógica de vitórias revolucionárias, que vieram sobressaltar a monotonia da vida local que se estendera durante 48 anos, colocando-se então um fim ao regime autoritário do Estado Novo, mas era também uma revolução num tempo muito mais longo: na verdade, nunca se verificou um poder local democrático em Portugal, a não ser que se sobrevalorizem as eleições de grupos elitistas nos concelhos medievais e modernos.

3.4.3

Das eleições de 1976 resultaram, pois, os primeiros autarcas do novo regime, ultrapassando-se a fase de transição das comissões administrativas provisórias, posteriores ao 25 de abril. Mas teriam de decorrer ainda dois anos, após a revolução, com vicissitudes várias, para que os novos modos de fazer política e o direito de participação ficassem assegurados. Como se desenrolou então o processo de democratização no poder local?

No que se refere ao poder municipal, as medidas revolucionárias surgiram já na vigência do Primeiro Governo Provisório, com a publicação do Decreto n.º 236/74, de 3 de junho. Através deste decreto, atribuía-se ao novo ministro da Administração Interna (então Joaquim Jorge Magalhães Mota) competência para dissolver os corpos administrativos e nomear em sua substituição comissões administrativas, que seriam compostas por personalidades independentes ou pertencentes a grupos e correntes que se identificassem com o Programa do Movimento das Forças Armadas, devendo o ministro (ou o governador civil, por delegação) ouvir os agrupamentos e personalidades existentes em cada concelho para esse efeito. O ministro podia delegar nos governadores civis, entretanto nomeados, essa competência. As comissões administrativas serviriam até à definição de novas disposições legais previstas no Programa do MFA para a reorganização dos corpos administrativos. Entretanto, presidentes e vice-presidentes que não fossem reconfirmados no prazo de quinze dias ficavam tacitamente exonerados, sendo substituídos pelo vereador mais velho até à nomeação da comissão administrativa. Consideravam-se ainda sancionadas todas as dissoluções de corpos administrativos anteriormente realizadas e as correspondentes nomeações de comissões administrativas verificadas em alguns municípios pelo delegado da Junta de Salvação Nacional junto do Ministério da Administração Interna em função das pressões e mobilizações populares locais.

Com a aprovação da nova Constituição a 2 de abril de 1976, Portugal passou a ter o quadro da vida democrática claramente definido, estipulando-se que “o poder político pertence ao povo” (artigo n.º 111), e demais articulado já referido.

Com pequenos ajustamentos essencialmente ao nível das atribuições de cada órgão, o quadro estabelecido em 1976 continua a vigorar, marcando a organização do poder local no Portugal democrático. Neste contexto, sublinhe-se a regularidade das eleições autárquicas, que se têm realizado inicialmente de três em três anos, depois de quatro em quatro – 1976, 1979, 1982, 1985, 1989, 1993, 1997, 2001, 2005, 2009, 2013, 2017 – contribuindo para criar e consolidar uma significativa cultura de participação política, bem como para sedimentar o processo de democratização do país e afirmar a vontade popular. Às eleições podem concorrer listas patrocinadas por partidos, coligações de partidos ou por grupos de cidadãos eleitores, visando o sufrágio para os três órgãos - Câmara Municipal, Assembleia Municipal e Assembleia de Freguesia - sendo os mandatos repartidos pelo método de Hondt.

Com base nos novos princípios constitucionais, a Lei n.º 79/77, de 25 de outubro, veio definir as atribuições das autarquias e competências dos respetivos órgãos, assim como a sua composição, número de elementos a eleger, regras eleitorais e outras normas afins ao funcionamento.

Entretanto, depois de equacionada a construção do modelo democrático do poder local, a atribuição de meios financeiros para a concretização das atribuições conferidas foi mais lenta, dada a sua escassez e os usos alternativos, mas também pelo efeito de uma longa tradição de não reconhecimento desse poder, visto durante décadas como mero prolongamento do poder central. São ainda conhecidas as dificuldades orçamentais de Portugal no pós-revolução, que levaram mesmo a pedidos de intervenção ao Fundo Monetário Internacional, explicando e legitimando a escassa dotação de meios financeiros às autarquias. Salientemos, contudo, ainda que de forma breve, esse processo de transferência e de aquisição de meios, nos seus delineamentos mais gerais, que inclui o reconhecimento progressivo do poder local, centrado essencialmente no município, e do seu efeito junto das populações.

Assim, o Decreto-Lei 416/76, de 27 de maio, aprovava um plano de obras municipais (viação rural, saneamento básico, equipamento e salubridade urbana), invocando “a necessidade de distribuir verbas destinadas à comparticipação de obras de melhoramentos a realizar pelas autarquias locais, segundo programa que contemplasse as necessidades sociais mais urgentes de cada região. Pretendeu-se, assim, superar os processos de atuação característicos do regime fascista: a distribuição arbitrária das verbas, pela Administração Pública, à margem de um plano e da participação das populações” (Decreto-Lei 416/76).

Quase três anos depois, surgia finalmente a primeira Lei de Finanças Locais, que veio permitir às Câmaras saber antecipadamente as suas receitas e as regras para o seu uso. Assim, a Lei n.º 1/79, de 2 de janeiro, reconhecendo a autonomia financeira das autarquias, estabelecia os tipos de receitas próprias e a participação dos municípios nas receitas fiscais (a totalidade de alguns impostos – contribuição predial, impostos sobre veículos, serviços de incêndio e de turismo; a participação no produto global de outros impostos), bem como em receitas inscritas no Orçamento Geral do Estado como fundo de equilíbrio financeiro. A Lei estabelecia critérios para a repartição nas participações (mínimo de 18%), bem como outras normas sobre derramas, taxas, multas, empréstimos, elaboração de orçamentos. Foi um texto marcante na medida em que definiu o padrão de autonomia, mas também o da responsabilidade administrativa, impondo planos, orçamentos, apresentação de contas, com julgamento e apreciação das contas anuais pelo Tribunal de Contas e tutela inspetiva pela Inspeção Geral de Finanças.

Entretanto, o Decreto-Lei n.º 98/84, de 29 de março, procede à revisão da Lei anterior de Finanças Locais no sentido de permitir aos municípios mais receitas através de novos impostos e taxas (em especial, as taxas de urbanização), libertando o Estado Central da participação das autarquias em 18% nas receitas globais, passando estas participações a serem ponderadas anualmente no Orçamento de Estado. Estabelece também novos critérios das transferências para as freguesias. Note-se que o decreto publica toda a lei em vigor, ou seja, o texto da Lei anterior com as alterações entretanto consideradas. Por exemplo, o recurso às derramas, no máximo de 10% sobre algumas das contribuições, passa a ser realizado com a invocação deste diploma.

Em 1985, Portugal assinava o Tratado de Adesão à Comunidade Económica Europeia (CEE), numa cerimónia que decorreu a 12 de junho em Lisboa, no mosteiro dos Jerónimos, culminando o processo iniciado com a formulação do pedido de adesão em 28 de março 1977 e a assinatura do acordo de pré-adesão a 3 de dezembro de 1980. Pelas normas do Tratado, Portugal passava a integrar a Comunidade (posteriormente designada de União Europeia) a 1 de janeiro de 1986. Dado o desnível de desenvolvimento de Portugal em relação à economia europeia, segue-se um período transitório, com Portugal a receber fundos estruturais para promover a modernização e proceder a reformas consideradas necessárias, incluindo a gradual normalização legislativa em vários domínios aos modelos comunitários. A valorização do poder local nos países europeus reforçaria o reconhecimento que a Constituição Portuguesa de 1976 já consagrava. E a evidenciação do poder local e suas realizações é historicamente indissociável do fluxo de fundos europeus, dos modelos de gestão adotados para aplicação desses fundos e da capacidade dos municípios para formularem projetos e alcançarem as verbas adequadas.

Cerca de dois anos depois, surgia nova Lei de Finanças Locais, Lei n.º 1/87, de 6 de janeiro, que

alargava a participação dos municípios nas receitas de vários impostos, incluindo o IVA então criado (participação estimada em 37,5% da receita bruta), estabelece princípios de cooperação técnica e financeira entre o Governo e autarquias locais no domínio do desenvolvimento regional e local (a definir por decreto-Lei), prevendo programas integrados e contratos-programa, programas de desenvolvimento definidos pelo regulamento das Comunidades Europeias, bem como contratos de reequilíbrio financeiro. Entre outras medidas normativas, impõe a aplicação do Plano Oficial de Contabilidade na contabilidade autárquica.

Deve sublinhar-se, entretanto, a publicação, através do Decreto do Presidente da República n.º 58/90, de 23 de outubro, da Carta Europeia de Autonomia Local, aprovada, para ratificação, pela Resolução da Assembleia da República n.º 28/90, em 13 de julho de 1990. A Carta tinha sido aprovada a 15 de outubro de 1985, em Estrasburgo, pelos membros do Conselho da Europa, e configura-se como a matriz da conceção europeia sobre o poder local. Nos termos introdutórios da Carta, os estados membros reconhecem, nomeadamente, as coletividades locais como um dos principais fundamentos de todo o regime democrático, bem como o direito dos cidadãos a participarem na gestão dos negócios públicos como um dos princípios democráticos dos estados membros e que é ao nível local que esse direito se exerce de forma mais direta. Mostram-se convencidos de que a existência das coletividades locais investidas de responsabilidades de administração permite uma administração mais eficaz e próxima do cidadão. E afirmam-se conscientes de que a defesa e o reforço da autonomia local nos diferentes países representam uma contribuição importante para a construção de uma Europa fundada nos princípios da democracia e da descentralização do poder, desde que sustentada na existência de coletividades locais dotadas de órgãos de decisão democraticamente constituídos e beneficiando de larga autonomia quanto às competências, modalidades de exercício e dos meios necessários para cumprirem a sua missão (ver texto da Carta, em caixa). A ratificação desta Carta, que tem o estatuto de um Tratado Europeu, veio consagrar e dignificar internamente o papel das autarquias locais na construção da Comunidade Europeia, contribuindo para a interiorização do seu campo concetual pelos agentes políticos e pelas populações em geral, que a legislação vai, em grande medida, refletir.

Conselho da Europa
Carta Europeia de Autonomia Local

Preâmbulo

Os Estados membros do Conselho da Europa, signatários da presente Carta:

Considerando que a finalidade do Conselho da Europa é a de alcançar uma união mais estreita entre os seus membros a fim de salvaguardar e de promover os ideais e os princípios que são seu património comum;

Considerando que um dos meios pelos quais esta finalidade será alcançada é através da conclusão de acordos no domínio administrativo;

Considerando que as autarquias locais são um dos principais fundamentos de todo o regime democrático;

Considerando que o direito dos cidadãos de participar na gestão dos assuntos públicos faz parte dos princípios democráticos comuns a todos os Estados membros do Conselho da Europa;

Convencidos de que é ao nível local que este direito pode ser mais diretamente exercido;

Convencidos de que a existência de autarquias locais investidas de responsabilidades efetivas permite uma administração simultaneamente eficaz e próxima do cidadão;

Conscientes do facto de que a defesa e o reforço da autonomia local nos diferentes países da Europa representam uma contribuição importante para a construção de uma Europa baseada nos princípios da democracia e da descentralização do poder;

Considerando que o exposto supõe a existência de autarquias locais dotadas de órgãos de decisão constituídos democraticamente e beneficiando de uma ampla autonomia quanto às competências, às modalidades do seu exercício e aos meios necessários ao cumprimento da sua missão; acordaram no que se segue:

Artigo 1.º

As Partes comprometem-se a considerar-se vinculadas pelos artigos seguintes, nos termos prescritos pelo artigo 12.º da presente Carta.

PARTE I

Artigo 2.º

Fundamento constitucional e legal da autonomia local

O princípio da autonomia local deve ser reconhecido pela legislação interna e, tanto quanto possível, pela Constituição.

Artigo 3.º

Conceito de autonomia local

1. Entende-se por autonomia local o direito e a capacidade efetiva de as autarquias locais regulamentarem e gerirem, nos termos da lei, sob sua responsabilidade e no interesse das

respetivas populações uma parte importante dos assuntos públicos.

2. O direito referido no número anterior é exercido por conselhos ou assembleias compostos de membros eleitos por sufrágio livre, secreto, igualitário, direto e universal, podendo dispor de órgãos executivos que respondem perante eles. Esta disposição não prejudica o recurso às assembleias de cidadãos, ao referendo ou a qualquer outra forma de participação direta dos cidadãos permitida por lei.

Artigo 4.º

Âmbito da autonomia local

1. As atribuições fundamentais das autarquias locais são fixadas pela Constituição ou por lei. Contudo, esta disposição não impede a atribuição às autarquias locais, nos termos da lei, de competências para fins específicos.
2. Dentro dos limites da lei, as autarquias locais têm completa liberdade de iniciativa relativamente a qualquer questão que não seja excluída da sua competência ou atribuída a uma outra autoridade.
3. Regra geral, o exercício das responsabilidades públicas deve incumbir, de preferência, às autoridades mais próximas dos cidadãos. A atribuição de uma responsabilidade a uma outra autoridade deve ter em conta a amplitude e a natureza da tarefa e as exigências de eficácia e economia.
4. As atribuições confiadas às autarquias locais devem ser normalmente plenas e exclusivas, não podendo ser postas em causa ou limitadas por qualquer autoridade central ou regional, a não ser nos termos da lei.
5. Em caso de delegação de poderes por uma autoridade central ou regional, as autarquias locais devem gozar, na medida do possível, de liberdade para adaptar o seu exercício às condições locais.
6. As autarquias locais devem ser consultadas, na medida do possível, em tempo útil e de modo adequado, durante o processo de planificação e decisão relativamente a todas as questões que diretamente lhes interessem.

Artigo 5.º

Proteção dos limites territoriais das autarquias locais

As autarquias locais interessadas devem ser consultadas previamente relativamente a qualquer alteração dos limites territoriais locais, eventualmente por via de referendo, nos casos em que a lei o permita.

Artigo 6.º

Adequação das estruturas e meios administrativos às funções das autarquias locais

1. Sem prejuízo de disposições gerais estabelecidas por lei, as autarquias locais devem poder definir as estruturas administrativas internas de que entendam dotar-se, tendo em vista adaptá-las às suas necessidades específicas, a fim de permitir uma gestão eficaz.
2. O estatuto do pessoal autárquico deve permitir um recrutamento de qualidade baseado em princípios de mérito e de competência. Para este efeito, o estatuto deve fixar as condições adequadas de formação, de remuneração e de perspectivas de carreira.

Artigo 7.º

Condições de exercício das responsabilidades ao nível local

1. O estatuto dos representantes eleitos localmente deve assegurar o livre exercício do seu mandato.
2. O estatuto deve permitir uma compensação financeira adequada das despesas efetuadas no exercício do mandato, bem como, se for caso disso, uma compensação pelo trabalho executado e ainda a correspondente proteção social.
3. As funções e atividades incompatíveis com o mandato do representante eleito localmente não podem ser estabelecidas senão por lei ou por princípios jurídicos fundamentais.

Artigo 8.º

Tutela administrativa dos atos das autarquias locais

1. Só pode ser exercida qualquer tutela administrativa sobre as autarquias locais segundo as formas e nos casos previstos pela Constituição ou pela lei.
2. A tutela administrativa dos atos das autarquias locais só deve normalmente visar que seja assegurado o respeito pela legalidade e pelos princípios constitucionais. Pode, contudo, compreender um juízo de oportunidade exercido por autoridades de grau superior relativamente a atribuições cuja execução seja delegada nas autarquias locais.
3. A tutela administrativa das autarquias locais deve ser exercida de acordo com um princípio de proporcionalidade entre o âmbito da intervenção da autoridade tutelar e a importância dos interesses que pretende prosseguir.

Artigo 9.º

Recursos financeiros das autarquias locais

1. As autarquias locais têm direito, no âmbito da política económica nacional, a recursos próprios adequados, dos quais podem dispor livremente no exercício das suas atribuições.
2. Os recursos financeiros das autarquias locais devem ser proporcionais às atribuições previstas pela Constituição ou por lei.
3. Pelo menos uma parte dos recursos financeiros das autarquias locais deve provir de rendimentos e de impostos locais, tendo estas o poder de fixar a taxa dentro dos limites da lei.
4. Os sistemas financeiros nos quais se baseiam os recursos de que dispõem as autarquias locais devem ser de natureza suficientemente diversificada e evolutiva de modo a permitir-lhes seguir, tanto quanto possível na prática, a evolução real dos custos do exercício das suas atribuições.
5. A proteção das autarquias locais financeiramente mais fracas exige a implementação de processos de perequação financeira ou de medidas equivalentes destinadas a corrigir os efeitos da repartição desigual das fontes potenciais de financiamento, bem como dos encargos que lhes incumbem. Tais processos ou medidas não devem reduzir a liberdade de opção das autarquias locais no seu próprio domínio de responsabilidade.
6. As autarquias locais devem ser consultadas, de maneira adequada, sobre as modalidades de atribuição dos recursos que lhes são redistribuídos.
7. Na medida do possível os subsídios concedidos às autarquias locais não devem ser destinados ao financiamento de projetos específicos. A concessão de subsídios não deve prejudicar a liberdade fundamental da política das autarquias locais no seu próprio domínio de atribuições.
8. A fim de financiar as suas próprias despesas de investimento as autarquias locais devem ter acesso, nos termos da lei, ao mercado nacional de capitais.

Artigo 10.º

Direito de associação das autarquias locais

1. As autarquias locais têm o direito, no exercício das suas atribuições, de cooperar e, nos termos da lei, de se associar com outras autarquias locais para a realização de tarefas de interesse comum.
2. Devem ser reconhecidos em cada Estado o direito das autarquias locais de aderir a uma associação para proteção e promoção dos seus interesses comuns e o direito de aderir a uma associação internacional de autarquias locais.
3. As autarquias locais podem, nas condições eventualmente previstas por lei, cooperar com

as autarquias de outros Estados.

Artigo 11.º

Proteção legal da autarquia local

As autarquias locais devem ter o direito de recorrer judicialmente, a fim de assegurar o livre exercício das suas atribuições e o respeito pelos princípios de autonomia local que estão consagrados na Constituição ou na legislação interna.

PARTE II

Disposições Diversas

Artigo 12.º

Compromissos

1. Todas as Partes se comprometem a considerar-se vinculadas por, pelo menos, 20 disposições da parte I da Carta, das quais, pelo menos, 10 são escolhidas de entre as seguintes:

Artigo 2.º;

Artigo 3.º, n.ºs 1 e 2;

Artigo 4.º, n.ºs 1, 2 e 4;

Artigo 5.º;

Artigo 7.º, n.º 1;

Artigo 8.º, n.º 2;

Artigo 9.º, n.ºs 1, 2 e 3;

Artigo 10.º, n.º 1;

Artigo 11.º

2. Cada Estado contratante, no momento do depósito do seu instrumento de ratificação, aceitação ou aprovação, notificará o Secretário-Geral do Conselho da Europa das disposições escolhidas, nos termos do n.º 1 do presente artigo.

3. Cada Parte pode ulteriormente, em qualquer momento, notificar o Secretário- -Geral em como se considera vinculada por qualquer outra disposição da presente Carta que ainda não tenha aceite, nos termos das disposições do n.º 1 do presente artigo. Estes compromissos ulteriores serão considerados parte integrante da ratificação, aceitação ou aprovação da Parte notificante e terão os mesmos efeitos a partir do primeiro dia do mês seguinte ao decurso do prazo de três meses após a data da recepção da notificação pelo Secretário-Geral.

Artigo 13.º

Autarquias às quais se aplica a Carta

Os princípios de autonomia local contidos na presente Carta aplicam-se, a todas as categorias de autarquias locais existentes no território da Parte. Contudo, cada Parte pode, no momento do depósito do seu instrumento de ratificação, de aceitação ou de aprovação, designar as categorias de autarquias locais ou regionais que entenda limitar ou excluir do campo de aplicação da presente Carta. Cada Parte pode igualmente incluir subsequentemente outras categorias de autarquias locais ou regionais no campo de aplicação da Carta por meio de notificação ao Secretário-Geral do Conselho da Europa.

Artigo 14.º

Comunicação de informações

Cada Parte transmitirá ao Secretário-Geral do Conselho da Europa qualquer informação adequada relativa às disposições legislativas e outras medidas que tenha tomado com o objetivo de se conformar às disposições da presente Carta.

PARTE III

Artigo 15.º

Assinatura, ratificação, entrada em vigor

1. A presente Carta está aberta à assinatura dos Estados membros do Conselho da Europa. Será submetida a ratificação, aceitação ou aprovação. Os instrumentos de ratificação, aceitação ou aprovação serão depositados junto do Secretário-Geral do Conselho da Europa.
2. A presente Carta entrará em vigor no primeiro dia do mês seguinte ao decurso do prazo de três meses após a data em que quatro Estados membros do Conselho da Europa tenham expressado o seu consentimento em estar vinculados pela Carta, nos termos do número anterior.
3. Em relação aos outros Estados que exprimam posteriormente o seu consentimento em ficar vinculados pela Carta, esta entrará em vigor no primeiro dia do mês seguinte ao decurso do prazo de três meses após a data do depósito do instrumento de ratificação, aceitação ou aprovação.

Artigo 16.º

Cláusula territorial

1. Cada Estado pode, no momento da assinatura ou do depósito do seu instrumento de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão, designar o ou os territórios aos quais será aplicável a presente Carta.
2. Cada Estado pode subsequentemente, em qualquer altura, através de declaração dirigida ao Secretário-Geral do Conselho da Europa, alargar a aplicação da presente Carta a qualquer outro território designado na declaração. A Carta entrará em vigor relativamente a este território

território no primeiro dia do mês seguinte ao decurso do prazo de três meses após a data da receção da declaração pelo Secretário-Geral.

3. Qualquer declaração feita nos termos dos dois números anteriores pode ser retirada, relativamente a qualquer território designado nesta declaração, por meio de notificação dirigida ao Secretário-Geral. A retirada entrará em vigor no primeiro dia do mês seguinte ao decurso do prazo de seis meses após a data de receção da notificação pelo Secretário-Geral.

Artigo 17.º

Denúncia

1. Nenhuma Parte pode denunciar a presente Carta antes do final de um período de cinco anos após a data da sua entrada em vigor. Será dado um pré-aviso de seis meses ao Secretário-Geral do Conselho da Europa. Esta denúncia não afeta a validade da Carta relativamente às outras Partes, salvo se o número destas for inferior a quatro.

2. Cada Parte pode, nos termos das disposições enunciadas no número anterior, denunciar qualquer número da parte I da Carta que tenha aceite, com ressalva da quantidade e categoria dos números aos quais esta Parte está obrigada, nos termos das disposições do n.º 1 do artigo 12.º Qualquer Parte que, na sequência da denúncia de um número, não preencha os requisitos das disposições do n.º 1 do artigo 12.º será considerada como tendo igualmente denunciado a própria Carta.

Artigo 18.º

Notificações

O Secretário-Geral do Conselho da Europa notificará os Estados membros do Conselho:

- a) De qualquer assinatura;
- b) Do depósito de qualquer instrumento de ratificação, aceitação ou aprovação;
- c) De qualquer data de entrada em vigor da presente Carta, nos termos do seu artigo 15.º;
- d) De qualquer notificação recebida em aplicação das disposições dos n.ºs 2 e 3 do artigo 12.º;
- e) De qualquer notificação recebida em aplicação das disposições do artigo 13.º;
- f) De qualquer outro ato, notificação ou comunicação referente à presente Carta.

Em fé do que, os abaixo assinados, devidamente autorizados para o efeito, assinaram a presente Carta. Feita em Estrasburgo, no dia 15 de outubro de 1985, em francês em inglês, fazendo ambos os textos igualmente fé, num único exemplar, o qual será depositado nos arquivos do Conselho da Europa. O Secretário-Geral do Conselho da Europa transmitirá cópias certificadas a cada um dos Estados membros do Conselho da Europa.

3.4.4

Concluindo: nova legislação foi, entretanto, adotada, não pondo em causa o quadro constitucional e a nova matriz europeia. Mas as circunstâncias evoluem e as condições

do exercício autárquico também: o poder local é hoje mais sub-regional e regional, mais nacional e global, numa altura em que, mais do que as fronteiras, prevalecem os fluxos de capitais, de conhecimento, de gentes. Importa responder aos desafios, mas isso está nas mãos dos cidadãos, da sua dinâmica e das suas escolhas, que a abertura do quadro constitucional não só permite como estimula.

Fontes e Bibliografia

- Alarcão, Alberto de. (1964). Êxodo rural e atração urbana no Continente. *Análise Social*, II, 7-8, 511-573.
- Alves, Jorge Fernandes. (2017). *Marco de Canaveses. O poder local*. Marco de Canaveses: Câmara Municipal.
- Alves, Jorge Fernandes. (2017). *Baião: Em Torno de 1910-2013*. Lisboa: Caleidoscópico.
- Alves, Jorge Fernandes. (2016). “O Desejado”. O poder local, o projeto de código administrativo republicano e suas atribuições. *Boletim Cultural. Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão*. IV série, n.º 8/9, p. 37-63.
- Alves, Jorge Fernandes. (2015). *Baião: Em torno de 1800-1910. Poderes e dinâmicas, mutações e permanências*. Lisboa: Caleidoscópico.
- Alves, Jorge Fernandes. (2012). Liberdade de consciência, liberdade de cultos. O papel da separação do Estado das Igrejas. *CEM*, 3, 13-28.
- Alves, Jorge Fernandes. (2010). Primeira República, poder local e a saga parlamentar para um novo código administrativo. *Revista da Faculdade de Letras- História*, III Série, volume 11, p. 33-61.
- Alves, Jorge Fernandes. (2006). A “lei das leis”. Notas sobre o contexto de produção da Constituição de 1911. *Revista da Faculdade de Letras - História*, III série, vol. 7, p. 169-180.
- Caetano, Marcelo. (1936). *O Município na Reforma Administrativa*. Lisboa: Ed. Universidade.
- Caldas, Eugénio Castro & Loureiro, Manuel dos Santos. (1966). *Regiões homogêneas no Continente Português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Catroga, Fernando. (2013). *A Geografia dos Afectos Pátrios*. Coimbra: Almedina.
- Diário do Governo / Diário da República*: www.dre.pt.
- Hespanha, António Manuel. (1994). *As vésperas do Leviathan. Instituições e Poder Político em Portugal no Século XVII*. Coimbra: Almedina.
- Legislação Oficial Portuguesa*: www.legislaçãoregia.parlamento.pt.
- Magalhães, Romero de. (1992). *Poder e instituições no Antigo Regime*. Lisboa: Edições Cosmos.
- Nogueira, J. H. Félix. (1856). *O Município no século XIX*. Lisboa: Tip. F.L. Gonçalves.
- Oliveira, César (dir.). *História dos Municípios e do poder local: dos finais da Idade Média à União Europeia*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996.
- SERRÃO, Joel. (coord.) (1981) – *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Liv. Figueirinhas.
- Silva, Francisco Ribeiro da. (2005). *Historiografia dos municípios portugueses: séculos XVI e XVII*. Lisboa: Colibri. Separata de *Os Municípios no Portugal Moderno: dos forais manuelinos às reformas liberais*.
- TAVARES, José. (1896) – *A freguesia ou paróquia como divisão administrativa*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

3.5



Parque da Formiga, Louro

3.5 Sousa Fernandes entre 1862 e 1927: cultura, política e outras facetas

[...] De ordinario, os nossos emigrantes saem de Portugal incultos ou com uma instrução rudimentar; naquelle grande fóco de acção e sua lueta pela vida adquirem faculdades superiores e uma instrução geral que augmenta o seu poder. O livro¹ de V.^a Ex.^a é uma bella comprovação². [...]. Teófilo Braga

3.5.1 Introdução

A correspondência recebida por Joaquim José de Sousa Fernandes e a emitida por ele constitui a principal fonte por nós utilizada para este artigo, tal como já o fizemos no anterior Boletim Cultural³. Foi ainda sustentados nesta fonte primária, que apresentámos a comunicação “Carta vai, carta vem: a correspondência do “brasileiro” Sousa Fernandes, entre o Rio de Janeiro e Famalicão”, ao *V.º Encontro CITCEM*, em 2016⁴. Qual cápsula do tempo, do epistolário emergem personagens e contextos que outros documentos não nos deixam ver. O nosso estudo demográfico e social sobre Vila Nova de Famalicão em muito longa duração (1620-1960⁵) foi também a base segura de que nos servimos, para podermos situar os atores sociais que com Sousa Fernandes emergiram entre Oitocentos e Novecentos.

Joaquim José de Sousa Fernandes⁶ insere-se no grupo de emigrantes que vai para o Brasil com uma “instrução rudimentar”, utilizando as palavras de Teófilo Braga, (frequentou a escola primária de Vilar, em Famalicão⁷), estando incluído naqueles que investiram na sua literacia. Sente desde cedo que o conhecimento e a cultura são nucleares para o sucesso e em várias cartas que envia ao pai confessa a sua mágoa por não lhe ter sido proporcionado melhor respaldo a esse nível. Neste contexto, é interessante recordar uma das missivas enviadas pelo progenitor, em 10 de janeiro de 1866⁸, lamentando não ter na altura meios para fazer dele doutor.

No Brasil, pode contar com condições que muito o ajudaram e ele tirou partido dessas circunstâncias. Foi um autodidata, tendo feito parte do *Retiro Literário Português*⁹, uma associação cultural do Rio de Janeiro com reuniões semanais, onde se discutiam vários temas que depois eram transcritos em súmula no jornal. Um desses temas presente no número 1 do dia 30 de Junho de 1882 foi: *A educação científica da mulher pode influir beneficemente na constituição da família e da sociedade?* Conquanto este assunto tivesse como sujeito a mulher, no debate com a duração de duas sessões, intervieram exclusivamente homens, uns com argumentos a favor e outros aduzindo razões contra, só tendo sido possível saber pela notícia do periódico que um dos polemistas entendia ser prejudicial essa educação científica da mulher no cumprimento dos seus deveres domésticos e como mãe de família. Neste número, novamente a mulher é objeto de atenção na rubrica *Sociologia*, considerando o autor que ela não era apenas um objeto de devaneio de poetas, mas também de análise racional¹⁰.

[1] Refere-se ao livro *Pequenos Estudos, história, sociologia e política*, escrito por Sousa Fernandes e impresso na Tipografia Minerva, em Famalicão, em 1891. O autor ofereceu um exemplar a Teófilo Braga que agradeceu, tecendo grandes elogios tanto ao conteúdo, como ao trabalho tipográfico.

[2] Carta escrita por Teófilo Braga a Sousa Fernandes enviada de Lisboa, a 16 de fevereiro de 1892. *Correspondência recebida por Sousa Fernandes de 1862 a 1927*.

[3] *Boletim Cultural de Vila Nova de Famalicão*, 2014/2015, Vila Nova de Famalicão, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 2016, pp. 229-257.

[4] Cf. *V.º Encontro CITCEM, As linhas e as letras, epistolografia e memória da cultura escrita*, 24-26 de novembro de 2016, FLUP - Porto.

[5] Odete Paiva, *A População e a sociedade de Vila Nova de Famalicão entre 1620 e 1960 – crescer e progredir*, Vila Nova de Famalicão, Editora Humus, 2016.

[6] A partir de agora, sempre mencionado por Sousa Fernandes, dado ser mais conhecido por este nome.

[7] Carta dirigida do Rio de Janeiro, a 22 de novembro de 1869, por Sousa Fernandes ao pai. Como não temos para a maioria do período cartas enviadas por Sousa Fernandes, usamos as recebidas e, através delas conseguimos saber os principais assuntos que as primeiras tratavam, dada a organização das mesmas e as datas em que as enviou.

[8] *Correspondência recebida por Sousa Fernandes de 1862 a 1927*.

[9] Foi presidente honorário e sócio benemérito desta associação criada em 1859, bem como fundador do periódico da agremiação.

É igualmente no Brasil, que se inicia na Loja Maçónica Brasil Independente de S. Paulo de Muriaé, em 22 de junho de 1876 (regularização da Loja), tendo sido seu membro instalador¹¹. Fez ainda parte da Loja Maçónica Fraternidade Mineira (em Pomba?), da qual pede “o quites”, a 30 de junho de 1876¹².

Como emigrante de torna viagem, cria laços de amizade, culturais e políticos no Brasil e em Portugal, assiste ao irromper da República nesse país e tem um *cursus* político e cultural de relevo em Portugal, sendo um estrénuo esgrimista das matrizes da modernidade republicana, conquanto esse magma fosse progressivamente passando para o campo do utópico, qual chama simbólica.

3.5.2 Produção bibliográfica de Sousa Fernandes

Além de Teófilo Braga, outro dos vários escritores que se pronunciou sobre os méritos literários de Sousa Fernandes foi Joaquim de Araújo (de quem adiante falaremos), por sinal, aluno deste no Instituto Superior de Letras em Lisboa, que em postal de 17 de outubro de 1891¹³, enviado ao famalicense escreve: “O livro de V.E. [...] tem observação, tem vida e tem estilo – três grandes requisitos. Não lhe dizia isto, se o não sentisse porque sou refractário a litteratices e a gabos sem base”.

É talvez de todas as descrições que conhecemos de Sousa Fernandes a que consideramos mais completa, a do poeta Manuel Duarte de Almeida, num retrato de 1892¹⁴:

V. hoje p.^a mim não é um brasileiro, não é um capitalista, não é um commendador, não é nada um homem de que pode merecer e provocar os respeitos vulgares, as frívolas e convencionais considerações – quanta vez hipócritas e interesseiras! d´uma sociedade mais ou menos metalizada e corroída até à medula pelo viver de uma grosseira materialidade, nada disso, em fim, que só logra despertar em mim a mais incompleta indiferença, quando não o mais absoluto e irreductível desdém.

É, pelo contrario, um irmão d´armas, um camarada estimável nesta santa jornada do trabalho intellectual, um homem que comprehende e avalia e preza os puros prazeres do espírito, inacessíveis, pelo commum, á grande maioria dos endirenhados, dos enriquecidos no áspero e ávido struggle for life, nem sempre isento de maculas e de vilezas recônditas ou patentes; e que não só comprehende e avalia esses puros e elevados prazeres espirituaes, mas ainda que lhes consagra o seu affecto, o seu tempo, o seu esforço, com o fervor e entusiasmo d´um crente, sem que saiam a dissuadil-o, a desviál-o da sua nobre predilecção, a convidál-o a uma baixa e commoda e grosseira inércia os dinheiros amontoados no cofre ou a suggerirem-lhe

[10] Maria Beatriz Nizza da Silva, “A mulher no contexto da imigração portuguesa no Brasil”, *Análise Social*, vol. XXII (92-93), 1986- 3.º-4.º, 653-659.

[11] Carta de José Joaquim do Nascimento, enviada de Presídio, a 11 de abril de 1876 e Carta de Albino Gonçalves Pinto, enviada de Diamantina, a 21 de agosto de 1876. *Correspondência recebida por Sousa Fernandes de 1862 a 1927*.

[12] Carta de João José do Carmo, enviada de Pomba, a 30 de junho de 1876. *Correspondência recebida por Sousa Fernandes de 1862 a 1927*.

[13] *Correspondência recebida por Sousa Fernandes de 1862 a 1927*.

[14] Carta de Manuel Duarte de Almeida para Sousa Fernandes enviada da Foz, Porto, a 14 de março de 1892. *Correspondência recebida por Sousa Fernandes de 1862 a 1927*.

o desprezo estúpido, mas tão vulgar, aliás, por tudo que não seja centuplicá-os ou convertê-los em meros instrumentos de gosos materiais, de tolas e irritantes ostentações [...].

Encontramos alusão a escritos de Sousa Fernandes, desde cedo. Ainda jovem, alguns amigos se lhe referem, mas foi em 1878, que viu ser publicada pela primeira vez uma produção sua. Era um poema, que o amigo José Quartin, residente em Lisboa, se viu com dificuldades em inserir num jornal da capital, dizendo-lhe:

[...] A publicação das suas oitavas que, querendo dá-las á publicidade no jornal mais lido e no local de distincção que o merito literario do seu autor e a defferencia de amigo tanto me impõem [...] fiz da minha minha (sic) o possivel para o conseguir e foram baldados os meus desejos e os meus esforços [...] mas dizem os redactores, acima de tudo está o nosso programma: temos muito prazer em acceitar-lhe para o corpo do nosso jornal todos os communicados, prosa, menos o verso [...] o único que mas acceitou foi o Diario Popular, folha que hoje te remetto cujos redactores dizem acima de tudo está o nosso interesse munnario. Effectivamente no Diario de Noticias, folha de que sou

assignante, não tenho visto verso que não seja dos nossos poetas de nomeada sobre thema histórico¹⁵ [...].

[15] Carta escrita por José Augusto Leão Quartin a Sousa Fernandes enviada de Lisboa, a [?] de 1878. *Correspondência recebida por Sousa Fernandes de 1862 a 1927.*

[16] Carta escrita por Borges d’Avelar a Sousa Fernandes enviada do Porto, a 11 de maio de 1884. *Correspondência recebida por Sousa Fernandes de 1862 a 1927.*

[17] Sobre este jornalista escreve Sousa Fernandes no canto da carta que este lhe envia a 14 de setembro de 1884: “Borges de Avelar, como notável jornalista, dirigiu e redigiu por m.tos anos o Comercio Portuguez. Era professor de um dos licêus do Porto, e presidiu á Associação dos Jornalistas e Homens de Letras, da m.ma cidade”.

Terá ficado por aqui a produção poética de Sousa Fernandes? De facto, não temos conhecimento que haja dado à estampa qualquer livro em verso. Contudo, encontrámos no seu epistolário, 2 poemas que reproduzimos, o primeiro é um rascunho inacabado, inserido no verso de uma carta que o Dr. Eduardo de Carvalho lhe envia a 16 de janeiro de 1885 e o segundo está numa lista de passageiros de que fazia parte, da embarcação Nile, de novembro de 1905, escrito a bordo.

Poema 1

De manhã quando desperto
Dos sonhos da madrugada
Já me inunda a luz dourada
Do lindo sol d’Abril.
E lá fora nas macieiras,
Nevadas de brancas flores,
Aos alados trovadores
Escuto o canto febril

Depois correndo á janela

Poema 2

Levo-te commigo para uns dias lédos
Lembranças tristes m’evocas na mente,

Que talvez apraza recordar a gente,
No meio da ventura, findos dias trêdos.

Quando no meu lar já repousar contente
Sob a fronde verde-glaucua d' arvoredos,
Já sem saudades, sem pezares, sem medos,
- Heide então rever-te, de souvenir dolente:

Que se o Dante proclamou que era tortura
Relembrar os aureos tempos da ventura
Quando a sorte se nos volva mais cruel,

Por certo deve ser de um prazer intenso
Recordar instantes de um martyrio immenso,
Quando a vida tem doçuras de hydromel.

a bordo do Nile, em 14 de Novembro de 1905

Em 11 de maio de 1884¹⁶, é publicado no jornal *Commercio Portuguez*, do Porto, o artigo de Sousa Fernandes *S. Thiago da Cruz* e sobre ele e o seu autor pronuncia-se Borges d' Avelar¹⁷ em carta dessa data para o famalicense:

[...].Cria V.E.cia que foi para mim de grande contentamento inserir o seu nome – o nome de um escriptor distincto, elegante, rigoroso, doublé de uma modéstia de fino tracto, porque exaggerada por menos justa – no rol dos collaboradores da pagina litteraria d' esta folha, e ousando sollicitar a continuação da mesma honra [...]. Collega muito venerador, Borges d' Avellar

Em 14 de setembro desse ano¹⁸, o jornal *Commercio Portuguez* volta a inserir um artigo literário de Sousa Fernandes, e Borges d' Avelar remete-lhe um exemplar do periódico, elogiando mais uma vez a qualidade da produção e pondo à disposição do autor a publicação portuense, para quando entenda enviar a sua “interessantissima e valiosa colaboração”, que ainda existia pelo menos em 1887¹⁹, pois na carta do amigo Gaspar Bastos, é referido que lera o artigo de Sousa Fernandes nessa publicação.

A *Gazeta de Famalicão* teve a colaboração de Sousa Fernandes, como decorre da carta do amigo José Quartin, de 9 de setembro de 1885²⁰:

[...] Tenho lido todos os teus escriptos inseridos no jornal da tua villa d' entre os quais o elogio de Victor Hugo, que achei eloquentissimo e de transdendente inspiração, vendo

[18] Carta escrita por Borges d' Avelar a Sousa Fernandes enviada do Porto, a 14 de setembro de 1884. *Correspondência recebida por Sousa Fernandes de 1862 a 1927*.

[19] Carta sem indicação de dia e mês de Gaspar António de Oliveira Bastos para Sousa Fernandes. *Correspondência recebida por Sousa Fernandes de 1862 a 1927*.

[20] Carta de José Augusto Leão Quartin para Sousa Fernandes enviada de Lisboa, a 17 de setembro de 1885. *Correspondência recebida por Sousa Fernandes de 1862 a 1927*.

[21] José Maria da Cunha Seixas (1836-1895) foi um intelectual e filósofo português defensor do panetismo, que em síntese, entendia que o universo está contido em Deus, logo, Este é maior que o universo.

nelle mais uma vez afirmados os bons e merecidos créditos de que gozas como escritor sentimentalista e divinnamente inspirado [...].

Foi também Sousa Fernandes um dos responsáveis pela inserção nesse periódico famalicense de uma secção científica em que o Dr. Cunha Seixas²¹ escrevia, cujo artigo foi enviado conjuntamente com uma carta de Sousa Fernandes (do Porto), para Correia Guimarães, proprietário do periódico, como vemos pela resposta endereçada por este, em 12 de novembro de 1885, da redação na praça da Mota n.º 1, em Famalicão. Pela mesma, se pode ver que tinham uma relação de amizade, pois o trata por “Meu bom amigo²²”.

No ano de 1885, Sousa Fernandes foi apresentado a Camilo Castelo Branco, tendo-lhe Joaquim de Azuaga, diretor da Revista famalicense *Alvorada*, escrito uma carta, a 17 de julho desse ano²³, a esse propósito:

Cammilo foi hoje de manhã para ahi, fallamos aqui em diferentes cousas e entre ellas disse-lhe eu que V.Ex.^a havia manifestado desejos de lhe ser apresentado, elle disse também que

desejava conhecê-lo e assim ficou que ahi se reconheceriam. Peço pois a V.Ex.^a que se digne procurá-lo porque não só distrairá com elle alguns momentos como se tornarão amigos. Aproveite a ocasião para lhe fazer lembrar a m.^a Alvorada.

Entre as cartas enviadas por Joaquim de Azuaga a Sousa Fernandes destacamos uma de 5 de setembro de 1885²⁴, em que lhe pede a sua colaboração para a revista *Alvorada*:

“No numero 5 publico o retrato de Ramalho Ortigão e peço a V.Ex.^a para m’o acompanhar com duas linhas”. Pelo teor da sua missiva de 10 de janeiro de 1886²⁵, verificamos que continua a escrever para a Revista: “resta-me renovar os meus agradecimentos, pedir mais a V.Ex.^a a continuação da distincta colaboração de V.Ex.^a.”

Solicita-lhe ainda que o ajude a obter no Rio de Janeiro mais assinaturas para a *Alvorada*²⁶ e a participação com alguns escritos de Paulo Brandão²⁷ na mesma.

À *Alvorada* segue-se a *Nova Alvorada*, centrando-nos neste artigo, no período da “parceria” Sousa Fernandes – Joaquim de Araújo (1891-1892).

Acerca dos três livros que Sousa Fernandes escreveu, sobre *Pequenos estudos, história, sociologia e política*, editado pela Tipografia Minerva, em Famalicão, pronunciou-se Teófilo Braga, como anteriormente deixamos expresso. Do livro *Telas de Viagem* diz José Augusto Leão Quartin²⁸: “Estam concebidas em estylo fácil, preciso e correcto, cuja leitura interessa e deleita qualquer leitor”.

[22] *Correspondência recebida por Sousa Fernandes de 1862 a 1927*.

[23] *Correspondência recebida por Sousa Fernandes de 1862 a 1927*.

[24] *Correspondência recebida por Sousa Fernandes de 1862 a 1927*.

[25] *Correspondência recebida por Sousa Fernandes de 1862 a 1927*.

[26] Entre os que receberam no Rio de Janeiro a *Alvorada*, é feita alusão nesta carta, a António Xavier de Faria, irmão de Camilo Xavier de Faria (de Antas), Francisco Queiroga (morador na Rua da Quitanda n.º 128 e empregado da casa Xavier de Faria) e o irmão de Sousa Fernandes, Aires Joaquim de Sousa Fernandes.

[27] Era um “brasileiro” nascido em Famalicão, a 4 de julho de 1844, filho de José Joaquim Ferreira Brandão e de Benta Maria da Costa Faria, radicado no Rio de Janeiro, figura de prestígio nos meios intelectuais dessa capital, bem como outros irmãos. Era sobrinho do barão de Faria que nessa cidade foi negociante importante e deixou descendência de renome, quer em termos financeiros, quer culturais. Contamos para breve publicar um dicionário sobre a emigração local para o Brasil, onde se encontrará a sua biografia mais desenvolvida. Sobre esta família, poderá ser também consultado o nosso livro *A População e a sociedade de Vila Nova de Famalicão entre 1620 e 1960 – crescer e progredir*. Vila Nova de Famalicão, Editora Humus, 2016, pp.233-234.

[28] Carta de José Augusto Leão Quartin para Sousa Fernandes enviada de Lisboa, a 26 de fevereiro de 1891. *Correspondência recebida por Sousa Fernandes de 1862 a 1927*.



1.



2.



3.

1. Capa de *Telas de viagem*, de Sousa Fernandes.
2. Capa de *Recordações de viagem – Amsterdam*, de Sousa Fernandes.
3. Capa do primeiro número da Revista *Nova Alvorada*, de Sousa Fernandes (dir.).

O seu primeiro livro, *Recordações de viagem – Amsterdam e a exposição*, editado em 1883, em Lisboa, resulta da Exposição Universal e Colonial de Exportação Geral, realizada naquela cidade holandesa e insere-se num tema muito caro na época, na linha das exposições universais de Londres e de Paris, e sobre a de 1900, nesta cidade, a que alude o seu epistolário, iremos falar.

Em 1897²⁹, Sousa Fernandes entra para o corpo redatorial do periódico *O Globo*, como adiante se voltará a falar, escreve para o Almanaque do Minho (1893) e para o Almanaque de Braga (1894), bem como fará parte do jornal de matriz republicana, *O Porvir* (1895-1905-1906-1908), entre outros.

3.5.3 A Nova Alvorada, Sousa Fernandes e Joaquim de Araújo

[...] Peço a fineza de se não fazer uma referencia sequer ao meu nome como auxiliador da publicação³⁰ : isto trazer-me-ia uma sensaboria sem nome, com um amigo íntimo a quem recusei auxiliar numa publicação identica, que não sei se sae, mas penso que não³¹. Joaquim de Araújo

A Revista *Nova Alvorada* publicada em Famalicão, entre 1891 e 1903 teve nos seus colaboradores escritores de renome nacional e internacional, alguns destes lusófilos, como Wilhelm Starch (1929-1905), que além de outros idiomas ensinou português e traduziu a obra de Camões, tendo sido professor catedrático da universidade de Münster (Alemanha).

Como se documenta pelo extrato da carta que reproduzimos anteriormente, e por outras que Joaquim de Araújo escreve a Sousa Fernandes, a *Nova Alvorada* conta entre 1891 e finais de 1892, com a vasta experiência e conhecimento de Joaquim de Araújo que, desde estudante do Curso Superior Letras, em Lisboa, se adentra no jornalismo, criando em 1873, com Sampaio Bruno

[29] Carta enviada por Manuel Gonçalves Cerejeira, de Coimbra, a 7 de fevereiro de 1897. *Correspondência recebida por Sousa Fernandes de 1862 a 1927*.

[30] Destaque nosso.

[31] Carta remetida da Foz, Porto, por Joaquim de Araújo, a Sousa Fernandes, em 2 de novembro de 1891. *Correspondência recebida por Sousa Fernandes de 1862 a 1927*.

A Harpa, periódico onde escreveram nomes como Teófilo Braga (seu professor no Curso Superior Letras, e seu mentor), Antero de Quental, Cândido de Figueiredo e Adolfo Coelho.

É importante que tracemos um breve perfil de Joaquim de Araújo antes de continuarmos a falar do seu papel na revista famalicense *Nova Alvorada*. Nascido em Penafiel, em 1858, e falecido em Rio de Mouro, Sintra, em 1917, Joaquim de Araújo foi sócio correspondente da Academia Real das Ciências de Lisboa, do Instituto de Coimbra, da Sociedade de Geografia de Lisboa, sócio fundador e correspondente da Sociedade Nacional Camoniana. Teve relações próximas e continuadas com muitos lusófilos. O seu primeiro livro de poemas foi *Lira Íntima*, publicado em 1881, com críticas muito elogiosas por parte de escritores como Cândido de Figueiredo e Oliveira Martins. Em 1895, foi nomeado cônsul de Portugal em Génova, e o seu papel em prol da língua e cultura portuguesas foi de tanto relevo que, nele se manteve até 1913. *A Renascença: órgão dos trabalhos da geração moderna* foi a sua segunda publicação periódica [janeiro a dezembro de 1878?] e nela participou um vasto leque de escritores como: Alexandre Herculano, Antero de Quental, Eça de Queirós, Adolfo Coelho, Cândido de Figueiredo, Cesário Verde, Fialho de Almeida, Júlio de Matos, Gonçalves Crespo, Guerra Junqueiro, João de Deus, João Penha, Júlio César Machado, Manuel de Arriaga, Maria Amália Vaz de Carvalho, Rodrigues de Freitas, Tomás Ribeiro, Ramalho Ortigão e Teófilo Braga. O livro *Canção do berço* publicado em 1891, um dos expoentes máximos da sua obra poética, foi editado também em Itália, Egito, América e Índia Portuguesa. Publicou, entre outros, *Na morte de Anthero*, em 1891, com edições em inglês e italiano e no ano de 1890: *Sobre o tumullo de Camillo: palavras pronunciadas nos funeraes do eminente escriptor*³².

Admitimos que o conhecimento de Joaquim de Araújo com Sousa Fernandes tenha sido por intermédio de Joaquim Pacheco, diretor e proprietário (com Gaspar Baltar) de *O Primeiro de Janeiro*, periódico portuense. A primeira carta que encontrámos de Joaquim de Araújo para Sousa Fernandes, de 5 de setembro de 1891³³, é em resposta a outra escrita por este e nela se pode ver que é através de Joaquim Pacheco que o famalicense e futuro senador da República paga ao autor de *Intermezzo* o quantitativo correspondente aos exemplares da obra enviada, deprendendo-se do teor da carta, ser Joaquim Pacheco amigo comum. Começam logo nessa missiva as sugestões para os convites de colaboração na *Nova Alvorada*, no caso presente, a João Penha, “que é um dos meus velhos amigos”.

A partir de 5 de setembro de 1891, passa a ser assídua a correspondência remetida por Joaquim de Araújo para o “Ilustre Escriptor”, como lemos nos subscritos que lhe envia. Logo em 24 de setembro, (data da chegada do postal à Póvoa de Varzim, onde Sousa Fernandes “está a banhos”, lhe dá sugestões sobre o número seguinte da revista famalicense:

[...] Neste n.º da Alvorada³⁴ não falle na grande catastrophe de Anthero. Pobre Anthero! Mas nas capas anuncie para o numero próximo um numero de homenagem inteiramente

[32] Cf. http://rbvs.valedosousa.pt/images/5_penafiel.pdf, acedido a 19 de junho de 2017.

[33] *Correspondência recebida por Sousa Fernandes de 1862 a 1927*.

[34] É comum Joaquim de Araújo escrever *Alvorada* em vez de *Nova Alvorada*.

consagrado ao Grande Morto. Será conveniente pedir alguma coisa ahi já ao João Penha que colaborará da melhor vontade [...].

Em carta de 1891³⁵, escreve Joaquim de Araújo:

[...] A colaboração é muitissimo boa [...]. Agora seria excellente porque o n.º passava a ser uma homenagem em que ficavam representadas as linguas: portuguesa, castelhana, francesa, italiana e alleman [...].

Em muitas das missivas, Joaquim de Araújo vai sugerindo colaboradores para a revista, a maioria seus conhecidos e com nome consagrado na área, indicando os respetivos endereços e, nalguns casos, a minuta do convite a enviar, bem como a alusão ao seu nome. A *Nova Alvorada* encontra nele também um excelente canal de divulgação, como se constata pelo exemplo:

[...] Tommazzo Cannizzaro pede-me para receber o seu jornal, no qual deseja colaborar. A direção é além do nome delle, e da indicação de illustre poeta: Itália-Sicilia- Messina³⁶[...].

Alice Moderno (1867-1946), jornalista, escritora e noiva de Joaquim de Araújo³⁷, com quem manteve correspondência assídua, cujo epistolário vai muito além da relação de namoro, foi uma colaboradora da revista *A Nova Alvorada*³⁸. Em missiva de Joaquim de Araújo para Sousa Fernandes, de outubro de 1891³⁹, este diz o seguinte a propósito do que escreveu a autora: “Essa carta de M.^{ele} Alice é um trecho muitíssimo bem feito, humano, são, sem sensèblerie. É do melhor que hade vir no numero da Alvorada”.

É interessante cruzarmos o nome dos colaboradores da publicação que Joaquim de Araújo dirigiu em 1878: *A Renascença: órgão dos trabalhos da geração moderna*, com os nomes dos que escreveram na *Nova Alvorada*, no período de 1891-1892, concluindo-se que muitos passaram pelas duas publicações.

Uma outra faceta desta revista foi a multiculturalidade, expressa no conjunto de autores estrangeiros que nela têm produção, desde o alemão Storck (1829-1905), ao italiano Giuseppe Cellini (1855-1940, então a residir no Porto, na Rua Alexandre Herculano n.º 47 -2.^{o40}), ao francês Maxime Formont (1864-1940). Joaquim de Araújo defende que os autores devem ser lidos na língua em que escrevem, por se perder na tradução, muita da riqueza do texto. É curioso o que a este respeito escreve em outubro de 1891⁴¹:

[...] Com relação ao Maxime Formont recommendo muito que o artigo saía em francez e por maneira alguma acompanhado de traducção. Quem não souber francez não percebe o artigo em portuguez, e é de m.to mau effeito litterario dar a versão de um artigo daquella ordem [...].

O número que a *Nova Alvorada* dedicou a Antero de Quental teve da parte de Joaquim de Araújo grande desvelo e dedicação, quase parecendo o diretor da Revista:

[35] Sem indicação de dia e mês (a carta anterior é de 22 de dezembro).

[36] Carta de Joaquim de Araújo a Sousa Fernandes enviada de Lisboa, a 9 de fevereiro de 1892.

Correspondência recebida por Sousa Fernandes de 1862 a 1927.

[37] Em 1894, fruto da sua ida aos Açores, publica *Flores da Noite: versos*.

[38] Vive algum tempo nos Açores, tendo sido também professora e militante republicana, defensora do sufrágio universal. Nasce em Paris, para onde os pais (brasileiros) vão residir e ainda com meses, vai viver com eles para a ilha Terceira, onde ficam pouco tempo, pois os progenitores regressam à capital francesa. Em 1876, fixam-se em Angra do Heroísmo e em 1883, em Ponta Delgada. Nessa cidade, publica o escrito *Morreu*, a que se segue o livro *Aspirações*, as suas duas primeiras obras literárias, ambas em verso. Funda dois jornais: *Recreio das Salas* (1888) e *A Folha* (1900-1917) e colabora no jornal *Diário de Anúncios* (1891), passando a dirigi-lo nos dois anos seguintes. www.cdofeminista.org/index.php/pt/biografias-de.../46-alice-moderno-1867-1946, *acedido a 18 de junho de 2017*.

[39] Não é indicado o dia.

[...] É conveniente escrever (apesar do adiantado do tempo) ao dr. Rodrigo Velloso - Barcellos – um dos companheiros de Anthero. Na carta que lhe dirigir V. Ex.cia peça-lhe que lhe redija para a Alvorada alguma das recordações de Coimbra, desse tempo. É preciso renovar com empenho o pedido ao João de Deus amanha mesmo: sem a colaboração do João o numero ficaria sem o nome de um dos mais queridos amigos do grande morto. Na nova carta que escrever ao João diga-lhe o meu amigo que só espera por elle e que já mandaram: Storck, Formont, Cellini, Alb. Telles, Th. Braga, Alberto Sampaio, Bulhão Pato e este seu creado. Escusa citar outros p.^a o João. Cellini concluiu hoje uma poesia italiana que é admirável – é uma ode clássica [...]. Acho que seria excellente tambem reescrever ao Oliveira Martins (Lisboa, Calçada dos Caetanos). Tenha paciência, mas as coisas ou se fazem acabadas ou não se fazem⁴². Ao Oliveira Martins cite todos os nomes que vão no verso, menos o meu, e mais o do Luis de Magalhães. Na carta falle também no retrato, que acompanha o numero. É preciso também escrever ao dr. Anselmo de Andrade - redacção

do Correio da Noite – Lisboa. A carta deve ser no mesmo sentido da do Rodrigo Velloso, e contendo a citação dos nomes da página anterior, todos e mais o do Luis de Magalhães [...]. Também não seria mau um postal ao João Penha perguntando se a carta lhe chegou às mãos [...].

[40] Viveu primeiro em Lisboa e depois no Porto, entre 1889 e 1892, dedicando-se ao ensino das belas artes e conviveu com figuras como Almeida Garrett e Antero de Quental. Foi um pintor purista, amante do estilo renascentista e amigo de Gabrielle D'Annunzio. Publicou uma antologia da poesia portuguesa traduzida para o italiano. Cf. Simone Celani, Dall'Italia all'Portogallo All'Italia: tradizione et traduzione del sonetto portoghese, p. 53. Sonia Netto Salomão, Giorgio de Marchis, Simone Celani (ed.), Italia, Portogallo, Brasile: un incontro di storia, lingua e letteratura attraverso i secoli. Atti del I Convegno dell' AISPEB - Roma, 24 e 25 maggio 2012, AISPEB, editora Nuova Cultura, <https://books.google.pt/books?id=1ozcBAAAQBAJ>, accedido a 19 de junho de 2017.

[41] Postal enviado a Sousa Fernandes, do Porto, a 21 de outubro de 1891. *Correspondência recebida por Sousa Fernandes de 1862 a 1927*.

[42] Destaque nosso. A propósito do número comemorativo da *Nova Alvorada* dedicado a Antero de Quental, Abel Botelho, a 14 de novembro de 1891, em carta de agradecimento a Sousa Fernandes, que lhe enviara um exemplar, refere ser um número magnífico. *Correspondência recebida por Sousa Fernandes de 1862 a 1927*. Carta de Joaquim de Araújo a Sousa Fernandes remetida do Porto, a [?] de outubro de 1891. *Correspondência recebida por Sousa Fernandes de 1862 a 1927*.

[43] Carta de Joaquim de Araújo a Sousa Fernandes remetida do Porto, a [?] de outubro de 1891. *Correspondência recebida por Sousa Fernandes de 1862 a 1927*.

Nesta extensa missiva, fala também de Alberto Telles, de Santos Valente, sugerindo a Sousa Fernandes que escreva ao primeiro para o segundo enviar com urgência o original. São igualmente introduzidos conselhos de revisão tipográfica e de rigor na forma.

Para a colaboração de Guerra Junqueiro, Joaquim de Araújo⁴³ aconselha Sousa Fernandes a informá-lo que quase todos os colaboradores da *Revista de Portugal* participam na *Nova Alvorada*, inclusive Luís de Magalhães, e que lhe pede:

[...] quatro linhas em prosa ou quatro linhas em verso à escolha dele e que está tão esperançado em obtel-as que demorou mais quatro dias a impressão do numero, só para que elle levasse o nome de Junqueiro ao lado dos de Alberto Sampaio, Luís de Magalhães, M. Duarte de Almeida, Alberto Telles, Joaq. de A., Gomes Leal e João de Deus. Queira o meu amigo pôr estes nomes sem embargo de ainda ahi não ter nada do João e do Gomes. Não ponha nome mais nenhum, e minute a carta sobre este rascunho, eu conheço a tecla [...].

Prossegue a missiva, lembrando a necessidade de Sousa Fernandes escrever a Gomes Leal, na “rua da Bella Vista, ao Monte, à Graça – Lisboa”.

Na carta seguinte, de outubro de 1891⁴⁴, podemos ver mais uma vez que Joaquim de Araújo e Sousa Fernandes trabalham em parceria, referindo o primeiro já ter sido informado por Guerra Junqueiro que enviava um original. Aproveita para lembrar a Sousa Fernandes que escreva a António de Azevedo Castelo Branco⁴⁵, a José Joaquim Rodrigues de Freitas – Redação de *O Comércio do Porto* e ao Dr. Florido Teles de Menezes- Biblioteca da Associação Comercial – Porto. Dá indicações do conteúdo a inserir dizendo:

[...] Ao Freitas dirá que collaboram Alberto Sampaio, Junqueiro, Storck, Formont, Teophilo Braga, João de Deus, Luis de Magalhães e este seu criado. Pedirá meia dúzia de linhas. Ao Florido os mesmos nomes e mais Alberto Telles. Pedir-se-há uma recordação da vida universitária [...]

Em nova carta datada do Porto, de outubro de 1891⁴⁶, escreve Joaquim de Araújo a Sousa Fernandes:

[...] Eu, no caso do meu amigo convidaria para a homenagem os seguintes escritores cuja direcção ou adresse aponto em seguida aos nomes:

Dr. Alberto Sampaio – Guimarães.

Antonio de Azevedo Castello Branco –redactor do Portugal – Lisboa.

D. Maria Amalia Vaz de Carvalho – travessa de S.ta Catharina 11- Lisboa.

Viscondessa de Corrêa Botelho-

Salomão Sarazza – Companhia Nacional Editora – Lisboa.

Guerra Junqueiro –Vianna do Castello.

João Penha –

João de Deus – Rua de S.to Antonio à Estrella, 138 – Lisboa.

José Maria de Eça de Queiroz – Consulat de La Magesté Très Fidèle, le roi du Portugal – Paris.

J. P. de Oliveira Martins – Calçada dos Caetanos – Lisboa.

Manuel Duarte de Almeida 1.º official do correio do Porto – S. João da Foz.

Maxime Formont – Bar –sur – Aube (Aube) – France.

Dr. Wilhelm Storck – Illustre Cathédrique à Munster (Allemagne).

Dr. Santos Valente – Ministerio dos Negocios Ecclesiasticos e da Justiça – Lisboa.

Dr. Alberto Telles de Utra Machado – idem – idem.

Dr. João Lobo de Moura – Juiz de Direito no Cartaxo [...].

[44] Carta de Joaquim de Araújo a Sousa Fernandes remetida do Porto, a [?] de outubro de 1891. *Correspondência recebida por Sousa Fernandes de 1862 a 1927.*

[45] Sobrinho de Camilo Castelo Branco.

[46] Sem indicação de dia.

É interessante referir que nesta carta, Joaquim de Araújo diz que Sousa Fernandes poderá escrever a Maxime Formont e ao Dr. Wilhelm Storck em francês ou português, ficando à opção dele e

[...] querendo invoque o meu nome pois sou amigo de um e de outro. Falle também á D. Anna Placido porque o Anthero era muito amigo della, referindo-se-lhe sempre com phrases fraternais, nas conversas em que entrava o nome daquela illustre dama [...].

Um incidente provocou o afastamento de Joaquim de Araújo da publicação a que se dedicou, vivendo intensamente o seu quotidiano, durante quase dois anos, de que destacamos o número único sobre Antero de Quental. Em outubro de 1892, (sem indicação de dia), escreveu a Sousa Fernandes:

[...] Eu tenho 34 anos, ha 18 ou 20, sendo um criançaola comecei a rubricar umas coisas que atirei para a imprensa, sem alinhavos de revisão. Foi inveja, creio eu, sahiram-me a campo a tolher-me os passos duas creaturas que dam pelos nomes de Silva Pinto e Alfredo Carvalhaes [...]. Ambos, com Narciso de Lacerda, forjaram duma vez um pasquim contra mim, em verso. Apoquentava-os a idéa de eu frequentar o Curso Superior Letras e de viver em Lisboa.

[47] Neles punham em causa a honra das irmãs, ainda meninas, e o caráter do pai.

[48] A partir daqui sempre designada como Famalicão.

[49] Carta escrita por Teófilo Braga a Sousa Fernandes enviada de Lisboa, a 16 de fevereiro de 1892. *Sousa Fernandes, correspondência recebida.*

Esse pasquim foi enviado aos meus Lentos. Dahi a pouco sahiram uns tercettos, espalhados largamente, a mãos plenas⁴⁷ [...]. Trataram de me intrigar com o Camillo escreveram cartas para Hispanha com o nome de Guerra Junqueiro, descompondo-me e chamando-me scelerado e não sei que mais. O Anthero disse-me que os deixasse que aquillo não tinha reputação. Eu limitei-me a pôr-me de lado, seguindo como programa que o meu nome se não encontrasse com o delles [...]. No último n.º da Alvorada vi que se retirou do sepulcro [...] Alfredo Carvalhaes [...]. Aqui tem a razão por que eu não collaboro mais na N. Alvorada [...].

3.5.4 A Tipografia Minerva: “impulso material” para os literatos da época
A Tipografia Minerva foi criada em Vila Nova de Famalicão⁴⁸ pelos irmãos Gaspar Pinto de Sousa e Manuel Pinto de Sousa, oriundos de Vilar de Maçada, Vila Real, que desde muito jovens se fixaram em Famalicão, trabalhando na área do comércio e posteriormente enveredaram ainda pela área tipográfica, ganhando prestígio a nível nacional, saindo da sua oficina muitos títulos, não só livros como imprensa periódica (jornais e revistas). À qualidade dos seus trabalhos se refere Teófilo Braga dando como exemplo o livro de Sousa Fernandes *Pequenos estudos, história, sociologia e política*: “também folguei de ver como o livro está impresso, verdadeiro titulo de nobreza da Typografia em Famalicão, onde entrou esse novo facto de seu desenvolvimento⁴⁹”.

A exigência dos autores face à imagem de qualidade dos produtos saídos da Tipografia Minerva, leva-os a algumas vezes a manifestarem o seu desagrado, quando a obra nas provas sai com erros

ou gralhas, ou se atrasa a data prevista de entrega. A esse propósito, vêm algumas cartas, por exemplo, de António Tomás Quartin a Sousa Fernandes, (seu intermediário no contacto com a tipografia), para a composição do seu livro *Musa Agreste*, saído em 1922 do prelo da empresa famalicense.

António Tomás Quartin escreve de Lisboa, em 27 de março de 1922, ao amigo Sousa Fernandes, e entre os assuntos da carta, está a informação que tem um livro de poesia para publicar e refere: “Dizem-me que há aí quem se encarregue da publicação de livros, gabando o trabalho tipográfico, etc.”, pedindo-lhe para ver se pode ser feito em Famalicão, pela Minerva (nessa altura, como aparece no início do livro, pertencia a Cruz, Sousa & Barbosa, Lda.).

3.5.5 Viver a exposição universal de Paris de 1900 pelo olhar de amigos

As exposições universais, como as de Paris⁵⁰, concitavam o interesse de intelectuais, de empresários e de todos os que se interessavam pelo progresso, para além de um vasto público. Eram momentos muito aguardados e vividos intensamente por um vasto número de pessoas, “motivo de delírio do século XIX”, como as define Flaubert no seu *Dictionnaire des idées reçues*⁵¹. A exposição de Paris de 1900 (15-4 a 12-11), foi vista por 50,8 milhões de visitantes, tendo como pontos centrais: os novos meios de transporte e os jogos olímpicos (os segundos da era moderna). De assinalar que nesta competição, com a duração de 5 meses, tomaram parte pela primeira vez mulheres, nas modalidades de ténis, futebol, pólo, remo e cabo de guerra (jogos de corda ou tração à corda) e que as equipas eram multinacionais.

Fazendo o balanço de um século de progresso científico e industrial, a exposição universal de Paris de 1900 projetava uma nova centúria que se previa suplantasse a anterior, (veja-se o decreto de 1892 que cria a exposição), não fora a Primeira Grande Guerra a quebrar tais expectativas. Neste ambiente de final de Oitocentos e início de Novecentos, que parecia prolongar o anterior, Sousa Fernandes atravessa um período também de desafios: aproveitando a “revolução técnico-científica” desse período, inicia-se na indústria de fazendas de lã, no perímetro urbano do Rio de Janeiro, com a criação da Fernandes D’Olme & C.^a, tendo entre os sócios o belga Frederico D’Olme⁵².

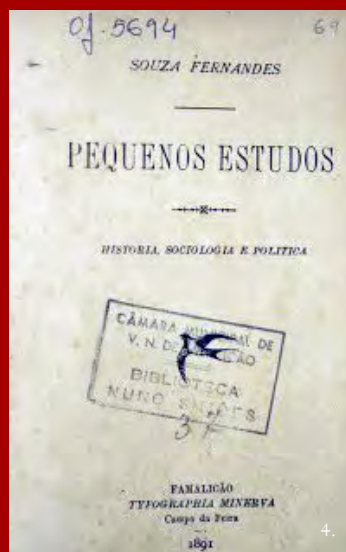
Na exposição universal de Paris de 1900, encontravam-se alguns amigos de Sousa Fernandes, um dos quais pertencia a uma família de empreendedores e de gente ligada à arte, à cultura e à política, António Tomás Quartin (1854-) que lhe envia um cartão de Paris para o Rio de Janeiro, em 29 de setembro desse ano. Ele pode ver uma cidade utópica (ou heterotópica, na terminologia de Michel Foucault) e ucrónica, onde os países se fizeram representar, indo muito além da ideia fundadora (livre troca) e dos objetivos pragmáticos das exposições anteriores (que não esqueceram a dimensão cultural), onde a indústria e o seu progresso pontificava, mostrando o “estado da arte” da civilização industrial, e uma sinopse da técnica,

[50] Cf. por exemplo: Florence Pinot de Villechenon, *Les Expositions universelles*, Paris, PUIF, col. Que- sais-je ?, 1992.

[51] Gustave Flaubert, http://www.pitbook.com/textes/pdf/idees_recues.pdf, acessido a 23 de junho de 2017.

[52] Cf. da autora, “Novos olhares sobre o mesmo rosto: Sousa Fernandes um homem multifacetado, um famalicense da mudança (1849-1928)”, *Boletim Cultural da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão*, 2014-2015, pp. 248-249.

4. Capa de *Pequenos estudos*, de Sousa Fernandes.
5. Cartaz do concurso internacional de esgrima feminino, exposição universal de Paris de 1900.
Fonte: <http://comiteolimpicoportugal.pt/jogos/ii-olimpiada-paris-1900/>
6. O Castelo de água e a praça – exposição universal de Paris de 1900 (Fonte: <http://estoriasdahistoria12.blogspot.pt/>).
7. Representação de Portugal (Fonte: <http://macauintigo.blogspot.pt/2012/02/macau-na-exposicao-universal-de-paris.html>).



da ciência e da arte⁵³, onde também cabia o orgulho nacional.

Como sabemos, a participação de Portugal representada em dois espaços (Quai d'Orsay e Rua das Nações) nesta exposição de 1900, em Paris, esteve envolta em polémica, logo na selecção do arquiteto responsável pela ideia para o pavilhão de Portugal na Rua das Nações, Ventura Terra (1866-1919) ou Raul Lino (1879-1974), tendo sido escolhido pelo júri, o projeto do primeiro. Outro dos pontos fissurantes foi a localização deste pavilhão que contribuiu para não nos representar condignamente, sendo o epílogo a perda das obras de arte lá expostas que foram engolidas pelo naufrágio, já perto de Sagres, da embarcação em que regressavam a Portugal⁵⁴.

Um dos outros amigos com quem manteve correspondência regular (1878-1900) foi José Augusto Leão Quartin, depreendendo-se dela uma grande proximidade e até cumplicidade. Em anterior artigo⁵⁵, já referimos a sua opinião acerca da exposição universal de Paris de 1878 e da razão que, segundo ele, não deixou que Sousa Fernandes acompanhasse alguns amigos nesse certame universal e vale a pena introduzir aqui uns excertos de uma sua carta de janeiro de 1886, onde se vê que na onda do progresso representado nesses certames, o desenvolvimento urbanístico também chegou a Lisboa⁵⁶ e pelo realismo da descrição e humor satírico, permitimo-nos alongar tal citação:

[...] Novidades de Lisboa a não ser a do augmento e engrandecimento da area municipal, dos limites com que a conheces, uma das mais importantes é a da numerosissima que o publico faz quotidianamente em passeio a Avenida da Liberdade, especialmente nos dias santificados, burgueses e cortesãos: todos ali concorrem.

Hoje é moeda corrente entre nós o gallicismo – vamos fazer a Avenida, já fiz a Avenida e agora vou jantar.

Nos dias da semana concorrem ali [...] nobreza e clero em crescido numero e nos domingos addiciona-se-lhe o povo que com permissão d'avenida da liberdade á língua exercendo tamanha desenvoltura que arrasta a monarchia a lama com que os trens e cavallos dos argentarios o salpicam no seu continuo giro pela rua central.

Segundo os viajantes, temos Paris em Lisboa e já se fazia demorar [...].

Ainda sobre a vida social na capital portuguesa, um dos amigos de Sousa Fernandes, Gaspar António de Oliveira Bastos, natural do Porto, “brasileiro” com quem Sousa Fernandes privou no Rio de Janeiro, agora a viver em Lisboa, em carta de janeiro de 1887⁵⁷, faz uma descrição interessante da vida cultural na cidade, nomeadamente o teatro e as peças que lá “passam”,

[53] António Guerreiro, *Exposições universais, Paris 1900*, Lisboa, Expo 98, 1995, p.41.

[54] José de Figueiredo, *Portugal na Exposição de Paris*, Lisboa, empresa da História de Portugal, 1901.

[55] *Boletim Cultural de Vila Nova de Famalicão*, 2014/2015, Vila Nova de Famalicão, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 2016, pp. 229-257.

[56] Por ela se vê também que vivia numa casa da Avenida da Liberdade, na capital portuguesa. Carta escrita por José Augusto Leão Quartin a Sousa Fernandes enviada de Lisboa, a 23 de janeiro de 1886. *Correspondência recebida por Sousa Fernandes de 1862 a 1927*.

[57] Sem indicação do dia. *Correspondência recebida por Sousa Fernandes de 1862 a 1927*.

referindo o *Hamlet*, no teatro de Dona Maria, os *Dórias*, no S. Carlos, do maestro Augusto Machado (1845-1924), cujo sucesso tem sido retumbante, “um verdadeiro delírio”, a ponto de mesmo os estrangeiros entenderem ser uma ópera que “muito nos honra”. E adianta que o amigo devia vir passar “uns oito dias”, pois não se iria arrepender.

3.5.6 Faces de Minerva: emigração portuguesa para o Brasil, poder e novas ideias
A centúria de Oitocentos foi assinalada por um grande êxodo de portugueses para o Brasil, de forma mais marcada a partir da independência deste território, mas foi com a implantação da República brasileira que uma nova via de comunicação de ideias eclodiu e certos famalicenses emigrados aderiram a esta configuração governativa, alguns de modo ativo.

O ideário republicano deixou marcas indeléveis em Vila Nova de Famalicão, com famalicenses mais interventivos a trilhar o percurso desta nova fase da *res* pública portuguesa. Certas destas figuras axiais na vida da localidade, como farmacêuticos, médicos, advogados, comerciantes, agrónomos e industriais e alguns funcionários públicos reuniam-se em círculos de discussão de ideias, muitos deles informais e analisavam o estado do País e da região, cotejando opiniões, colocando em causa o *status quo*. Eram empreendedores na vida real e no campo social, em tertúlias polifónicas, ainda no tempo da monarquia constitucional.

Alguns famalicenses puderam ter acesso a informação privilegiada, muito antes de haverem regressado a Portugal: foram *brasileiros* de torna-viagem que em terras transatlânticas contactaram com autores que defendiam o bem público através da implantação de um novo regime, a República. Uns tiveram a possibilidade de assistir ou mesmo de se envolver na nova forma de governo do Brasil e verificar o colapso da monarquia constitucional parlamentarista brasileira, depois substituída pela república federativa presidencialista, a partir de 15 de novembro de 1889.

Advogavam ideias da *pangea* republicana, com o bem comum a preceder os interesses individuais e a Constituição e os concomitantes normativos legais indexados ao interesse coletivo. Defendiam a eletividade e a transitoriedade do poder, isto é, governos cujo mandato era circunscrito a um tempo e estava sujeito a sufrágio dos seus eleitores, corporizando um novo tempo que se queria universalista, de progresso e de abolição do beija-mão real, a chamada na época que antecedeu a implantação da República no Brasil, de “monarquia americana ou sistema americano, por contraponto à “monarquia europeia ou sistema europeu”.

Foi tão forte o impacto da implantação da República no Brasil para Sousa Fernandes, que este se propõe escrever uma história da república desse país. O manuscrito (inacabado) tem como ideias estruturantes: o federalismo e o republicanismo, a força da opinião pública, o rigor moral e intelectual e a pujança do republicanismo face à ficção de constitucionalismo.

Como paradigma desses emigrantes brasileiros destacamos Joaquim José de Sousa Fernandes, mas outros será de referenciar como: Júlio de Araújo e José Bento de Carvalho.

Júlio de Araújo revelou-se uma figura de grande densidade a nível do desenvolvimento e transformação de Famalicão. Oriundo de uma família com um grau de literacia acima da média, pois o avô materno Manuel Bento de Azevedo era boticário e o pai exercia a profissão de negociante, ambos em Famalicão. Emigrou muito jovem para o Brasil, bem como os irmãos. Neste país já tinha familiares, o que lhe terá propiciado uma chegada com expectativas diferentes dos jovens que embarcaram sem essa retaguarda de apoio.

Nasceu em Vila Nova de Famalicão, a 13 de novembro de 1859 e faleceu em Ruivães, a 3 de Agosto de 1936. Foi o mais velho dos sete rapazes de um casal que teve 13 filhos. Pediu passaporte para o Brasil, Pará, a 21 de outubro de 1872, então com 12 anos, seguindo-se-lhe todos os irmãos, só tendo ficado em Famalicão as irmãs.

Regressou por volta de 1916, já com a República instalada em Portugal, e foi viver com a família para a freguesia de Ruivães, onde fez edificar uma moradia integrada em propriedades agrícolas como a Quinta do Paço e a Quinta das Portas.

Primo do senador Sousa Fernandes, Júlio de Araújo foi um republicano convicto, que esteve emigrado muitos anos no Brasil e regressou a Famalicão, onde cultivou esse ideário. Filiou-se no Partido Republicano Português e trilhou um caminho que permitiu imprimir a Famalicão um traço marcante de modernidade e de progresso.

Júlio de Araújo assume as funções de presidente da Câmara famalicense na década de 20 do século passado. O seu desígnio foi transformar a vila numa urbe moderna: elaborada a planta geral, demoliram-se velhas casas em vários pontos, nomeadamente nas entradas principais da povoação, como as a sul do campo Mouzinho de Albuquerque e as da antiga praça da Mota e do Beco das Laranjeiras. Zonas verdes como o Jardim da Praça da República e o da Praça Nove de Abril dão colorido e vida, permitindo aos famalicenses desfrutar de zonas pedonais apelativas e cativar os visitantes. A Praça Mouzinho é igualmente objeto da atenção camarária, que a alarga com a transferência da capela de Santo António para a Rua Alves Roçadas.

Uma vila que se quer cosmopolita não poderia estreitar-se no seu exíguo matadouro e confinar a disponibilidade da água a poços particulares e fontanários públicos, pelo que a edilidade procede ao alargamento daquele equipamento e à exploração da água municipal.

O empreendedorismo do autarca Júlio de Araújo esmorece perante vicissitudes de ordem política que o levam a abandonar a *res pública* e a focalizar-se no comércio e na indústria,

criando a sociedade J. Araújo & C.^a, por escritura pública de 11 de maio de 1924 e fundando a Empresa Fabril de Vermoim – Cancela e C.^a, em 1929. Neste ano, abre também o café Guarany⁵⁸ na cidade do Porto.

8. Café e restaurante Guarany (Fonte: tripadvisor.com.br.).



[58] Este café, à época, dos melhores do Porto, depois de restaurado ainda existe, mantendo a sua bela traça original.

[59] A irmã mais velha, Alexandrina de Carvalho Marques nasceu também em Avidos, a 15 de novembro de 1871 e faleceu nessa freguesia a 22 de janeiro de 1928. Casou a 22 de abril de 1899, com António Duarte Cunha Guimarães, lá falecido a 9 de junho de 1942. Ambas as filhas se ligaram a descendentes de Camilo Castelo Branco. Cf. Odete Paiva, *S. Martinho de Avidos, comunidade rural do Vale do Ave, demografia e sociedade*, NEPS/ Universidade do Minho e Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, Vila Nova de Famalicão, 2001, nomeadamente pp.81-82 e o apêndice genealógico.

[60] Carta de José Bento de Carvalho enviada do Porto, a 27 de janeiro de 1907, para Sousa Fernandes. *Correspondência recebida por Sousa Fernandes de 1862 a 1927*.

Um dos republicanos com quem Sousa Fernandes mantém correspondência, ao longo de duas décadas (1907 – 1927), é José Bento de Carvalho, nascido em Avidos, a 20 de dezembro de 1874, tal como outros 2 irmãos, Francisco e Semião, o primeiro nascido a 9 de setembro de 1873 e o segundo a 3 de abril de 1878, radicados em Santos, onde fundaram a empresa Bento de Carvalho & Comp., na Rua 15 de Novembro n.º 110⁵⁹.

Do seu epistolário transcorre o ideário republicano, sendo visível a identidade de ambos, plasmada sobretudo na defesa da separação da Igreja do Estado. Do acervo que consultámos, é notória a sua cultura e a preocupação em que a República frutifique. Paralelamente estão irmanados no desejo de acumular património fundiário na sua terra natal: Sousa Fernandes compra terras em Mões, parte delas foreiras à igreja de Vila Nova de Famalicão, como a Quinta da (Verpilhosa?) desanexada da Quinta da Eira e Bento de Carvalho adquire o Passal de Avidos e as terras anexas.

A crítica ao comportamento do regedor de Avidos face a uma morte ocorrida na freguesia em janeiro de 1907, talvez por envenenamento, deixa perceber que ambos pretendem pôr em causa a atuação da tutela corporizada no regedor, pois como escreve Bento de Carvalho quando pede que Sousa Fernandes publique a notícia no jornal *O Porvir* “bem entendido, publique a segunda comunicação, que a parte do regedor é o foco luminoso da questão⁶⁰”.

Já na vigência da República em Portugal, é elucidativa a forma como se dirige Bento de Carvalho a Sousa Fernandes em carta endereçada de Santos, a 25 de abril de 1911: “Meu prezado amigo e illustre confrade em ideal político”. E prossegue manifestando o interesse com que tem seguido a evolução da “nova política portuguesa para a conquista e propagação do nosso

ideal”, enfatizando a separação da Igreja “e a fervorosa atenção do governo no que concerne à instrução publica”. Insiste defendendo que “a obra gigantesca da República se apoia no mais sublime dos ideais: Liberdade – emancipação das Consciências – Responsabilidade moral consciente”. Bento de Carvalho junta um excerto do jornal *O Estado de S. Paulo*⁶¹, de 23 de abril de 1911, em que o periódico, depois de referir que ele é um conhecido republicano português domiciliado em Santos, informa que Carvalho telegrafou ao Presidente da República Portuguesa nos seguintes termos: “Felicito-me com o nosso povo e seu governo pela submissão á lei divina da emancipação das consciências”.

A sua correspondência com Sousa Fernandes também incide na Primeira Grande Guerra, de que Bento de Carvalho é defensor, propugnando que Portugal “pelos altos serviços que está prestando aos seus Aliados” se deve fazer ouvir e ter voz ativa nas condições da futura paz “e ser também ouvido sob os retoques da carta geográfica que grandes alterações vae sofrer; tão grandes quanto imprevisas ainda podem ser!”

A Revolta de 14 de maio de 1915⁶² foi objeto de conversa presencial e epistolar dos dois amigos. Em carta enviada de Avidos, a 16 de maio desse ano⁶³, para Sousa Fernandes refere José Bento de Carvalho:

[...] Nada mais sei do que o que teve a primazia de me participar. Alguns jornais nem tanto dizem e os que o dizem não é como definitivo, mas como boato! E isto em notícias da madrugada de hoje!

Se hontem, à hora da nossa palestra, eu estava propenso à crença do triunfo do movimento contra a ditadura não posso então duvidar hoje depois da boa nova que me enviou: a causa está ganha, esperemos a confirmação disso e a paz que se lhe deve seguir dentro da guerra, pois que, como os aliados, também Portugal deve marchar para a frente, e a marcha forçada, atrasada como está. Comuniquei o facto ao Liborio, o outro amigo em quem a Republica conta um amigo leal.

Esperemos o resto das notícias boas e confiemos em que o valor dos homens que tomam a responsabilidade do governo, ainda seja capaz de defender o brio de uma nação n’uma Republica florescente [...].

Ambos admiram a obra de Afonso Costa e sobremaneira a sua legislação laicista e em carta de Bento de Carvalho endereçada de Tours, a 26 de julho de 1915, fala-se do acidente sofrido pelo estadista e do seu valor.

Sendo Bento de Carvalho um dos amigos com quem mantém correspondência mais explícita e pormenorizada sobre a situação política do país, natural seria que um dos temas abordados por

[61] Carta de José Bento de Carvalho enviada do Gerês, a 31 de Agosto de 1915 para Joaquim José de Sousa Fernandes. *Correspondência recebida por Sousa Fernandes de 1862 a 1927*.

[62] Golpe de estado que derrubou o governo presidido por Pimenta de Castro e levou à demissão do presidente da República, Manuel de Arriaga. A dissolução do Congresso da República, considerada pelos revoltosos como um atentado à Constituição Portuguesa de 1911, foi o “leitmotiv” da revolta.

[63] *Correspondência recebida por Sousa Fernandes de 1862 a 1927*.

eles fosse a Primeira Grande Guerra e a entrada de Portugal no teatro de operações:

[...] Recebi ainda em Paris a sua prezada carta que tenho a vista, com data de 11 do corrente⁶⁴, cujas noticias muito me interessam e sobre as quais iríamos longe em considerações, sobretudo quanto ao novo eleito presidente da República (Bernardino Machado⁶⁵), em cujo acto politico ainda me não foi possível penetrar, ainda mesmo como partidario da nossa intervenção na guerra Europeia, aonde, como sabe o meu amigo, me encontram um adepto fervoroso [...] é contudo preciso notar que Portugal está prestando altos serviços a sua Alliada, mas [isso não bastara?] para ouvir discutir as condições da futura paz e ser tambem ouvido sob os retoques da carta geographica que grandes alterações vai soffrer; tão grandes quanto imprevistas ainda podem ser! [...]

[64] Carta de José Bento de Carvalho para Sousa Fernandes enviada do Gerês, a 31 de agosto de 1915, *Correspondência recebida por Sousa Fernandes de 1862 a 1927*.

[65] Intercalado nosso. O respetivo mandato foi de 5 de outubro de 1915 a 12 de dezembro de 1917, tendo sido demitido, na sequência do golpe de estado de 5-8 de dezembro liderado por Sidónio Pais. É de referir que as eleições foram em agosto de 1915.

[66] Carta enviada de Lisboa a Sousa Fernandes por Bento de Carvalho a (?) de Abril de 1917. *Correspondência recebida por Sousa Fernandes de 1862 a 1927*.

[67] Carta para Sousa Fernandes remetida de Lisboa, a (?) de abril de 1917. *Correspondência recebida por Sousa Fernandes de 1862 a 1927*.

[68] Carta enviada de Avidos, a 14 de setembro de 1917, a Sousa Fernandes por Bento de Carvalho. *Correspondência recebida por Sousa Fernandes de 1862 a 1927*.

[69] *Correspondência recebida por Sousa Fernandes de 1862 a 1927*.

A questão da compra do passal de Avidos por José Bento de Carvalho absorve grande parte das cartas enviadas por ele a Sousa Fernandes no ano de 1917, havendo uma estratégia gizada entre Lisboa, onde Bento de Carvalho desenvolve a sua ação, e Famalicão, em que atuam Sousa Fernandes e Rodrigo Terroso⁶⁶. A influência política de Sousa Fernandes transparece do que escreve José Bento de Carvalho: “Eu já sabia que a justiça da minha pretensão não seria recusada ao patrono a quem a confiei⁶⁷”. A aquisição é concretizada e terça-feira, 14 de setembro desse ano, José Bento de Carvalho manda uma carta ao amigo, convidando-o para daí a três dias se encontrarem na Casa de Paulinhos, em Avidos, *num almoço de lavrador*, dia em que o administrador vai dar posse do Passal a Bento de Carvalho⁶⁸, estando também presente Daniel dos Santos, a quem havia formulado idêntico convite.

A carta para Sousa Fernandes de 27 de junho de 1918⁶⁹, endereçada de Santos, é interessante, indiciando ter havido interferência da censura:

[...] A falta de noticias suas faz-me pensar que não recebeu a minha carta e isso talvez devido às considerações que n'ella fiz quanto à direção politica que estão dando aos destinos da ex-Patρία do marques de Pombal...A ignorancia succumbirá com o autoritarismo que provocou e fez a guerra, a liberdade, a democracia [...].

A última carta que José Bento de Carvalho lhe escreve vem de Santos, é datada de 13 de fevereiro de 1927 e está ligada ao desfecho da Revolta de Fevereiro de 1927, que teve como centro de comando a cidade do Porto, com o objetivo de derrubar a ditadura militar implantada com o golpe militar de 28 de Maio de 1926, e cujo desfecho foi catastrófico, com mais de uma centena de mortos e perto de um milhar de feridos no cômputo das duas principais cidades portuguesas.

[...] Nesta hora de doloroso soffrimento p.^a a alma portugueza, o meu espírito irradia sobre Avidos, onde teve o meu berço da paz nos mais bellos dias da sua juvennialidade, p.^a d´ahi vibrar com mais amor, em direcção aos Céos e invocar do nosso Pae Infinito que se compadeça do nosso povo e o inspire para a reconquista da paz do Espirito e da tranquilidade do lar. Como nos postes sem fio, o meu espírito, na sua passagem, vibra em Mões ... porque tenho em si um refugio para desabafar a minha dor pelo que vae na alma portugueza, relembrando os bellos sonhos das nossas palestras d´outr´ora, pelas quaes deveríamos conduzir o nosso paiz, guiado pela Republica, no lugar que lhe compete no circulo das nações.

Eu lhe deixo ahi uma lágrima sobre a qual se levantará a paz da família portuguesa, onde desejaria renovescer se tanto ainda tivesse que soffrer [...].

3.5.7 As comissões municipais republicanas de Famalicão e os membros “brasileiros” Entre 1895 e 1910, constituem-se 4 comissões municipais republicanas e em todas há membros com ligações ao Brasil, ou seja, foram emigrantes nesse país ou lá tiveram familiares próximos.

A comissão do ano de 1895 era composta por 14 membros, 7 efetivos e 7 suplentes:

Efetivos - António Joaquim de Sousa Veloso, proprietário de Landim; Francisco Alves Correia de Araújo, proprietário e capitalista, de Requião; Henrique Ferreira Machado, advogado e proprietário, natural do Louro, residente em Famalicão; Joaquim José de Sousa Fernandes, proprietário e capitalista, de Famalicão; José de Araújo e Sousa, proprietário e capitalista, de S. Paio de Seide; José Francisco Correia de Oliveira, proprietário e capitalista, da Lagoa⁷⁰ e Manuel Alves Correia de Araújo, proprietário, de Requião.

Suplentes: Caetano Ferreira de Macedo Faria Gaio, proprietário e artista, do Louro, Senhor da Casa da Torre Velha, nesta localidade; Fortunato Cardoso Pereira, proprietário e capitalista, de Famalicão; Francisco Correia de Carvalho, proprietário, de S. Paio de Seide; José Fortunato de Araújo Costa, proprietário, de Mouquim; Manuel Pinto de Sousa, comerciante, de Alijó, residente em Famalicão; Rodrigo Ferreira de Carvalho, comerciante e farmacêutico, de Famalicão e Silvério Joaquim da Silva Guimarães, proprietário, de Landim.

Nesta comissão encontramos alguns emigrantes de torna-viagem, como: Fortunato Cardoso Pereira, Joaquim José de Sousa Fernandes, José Fortunato de Araújo Costa e José Francisco Correia de Oliveira.

Em 1895, o concelho de Famalicão está representado pela sua comissão municipal republicana, tendo como figura “tutelar” Sousa Fernandes, alma deste núcleo local, que fica suspenso durante

[70] Segundo uma carta contida no *Copiador de correspondência expedida por Joaquim José de Sousa Fernandes* dirigida de Famalicão, a 8 de Fevereiro de 1911, para seu primo Rodolfo Gonçalves Fernandes de Araújo, residente no Pará, havia falecido na sua casa de Pouve, na freguesia da Lagoa, o amigo comum José Francisco Correia de Oliveira, no dia 4 desse mês. Nessa missiva de Sousa Fernandes, é dito que o finado deixou testamento cerrado constituindo aqui seu primeiro testamenteiro, e nomeado ahi para o mesmo fim em primeiro lugar o Banco do Pará e em segundo o am.^o Rodolfo. Ora, não podendo o Banco, segundo as leis do Brasil assistir estar testamentário, é ao Rodolpho que compete assumi-la, e para este fim vou mandar-lhe uma publica forma do testamento pela minha parte peço-lhe para que assumo este encargo porque o Oliveira deixou quatro filhos que legitimou à última hora e para o interesse dos quais pede no testamento a nossa protecção. Cf. *Copiador de correspondência expedida por Joaquim José de Sousa Fernandes*, p. 14. Na página seguinte, encontra-se uma carta de Joaquim José de Sousa Fernandes datada de 17 de Fevereiro de 1911, enviada de Famalicão para o Banco do Pará, em que dá conhecimento da morte do amigo em Portugal, de que é primeiro testamenteiro neste país e de que o primeiro testamenteiro no Brasil seria o Banco do Pará, mas que por razões dos normativos do Brasil, esta Instituição está impedida de cumprir a vontade do testador, pelo que informa que o segundo testamenteiro indicado é Rodolfo de Araújo.

anos, até ao seu regresso do Rio de Janeiro.

Os ideais republicanos persistiam, mas faltava a ignição, Sousa Fernandes, que no Rio de Janeiro dava forma a um novo projeto laboral que requeria a sua dedicação exclusiva, pelo que teria de ser substituído, e sobre esta matéria escreve em finais de 1897, Manuel Gonçalves Cerejeira⁷¹:

[...] Dizem-me também os nossos commmmmmmmuns amigos e correligionários d´aqui que o nosso querido amigo Sousa Fernandes está resolvido a demorar-se no Brasil mais tempo do que a principio calculara, razão porque na comissão republicana local fica em aberto uma vaga, a mais consideravel, vaga esta impreenchível, quem-quer-que-seja que para ella se destine. Pois, na ausencia, melhor se aquilata a extraordinaria falta de Sousa Fernandes – a alma. A inquebrantavel fé que levava a hóstia da redemptora crença a dentro das almas livres d´esta terra, em santa commmmmmmmhãõ de entusiasmo e messiânica esperança na Republica [...].

[71] Carta enviada por Manuel Gonçalves Cerejeira, de Calendário, a 24 de dezembro de 1897, *Correspondência recebida por Sousa Fernandes de 1862 a 1927*.

[72] *Id.*, *ib.*

Face a uma circular do diretório do Partido (PRP), cogitam os correligionários locais manter os outros membros e nomear para substituir Sousa Fernandes na comissão municipal, Manuel Gonçalves Cerejeira, que pensa aceitar, a fim de continuar a contribuir para “a humanitária luta em que uma vez entrados fomos”⁷².

Em 1905, já com Sousa Fernandes regressado do Rio de Janeiro, surge uma nova comissão municipal republicana assim constituída:

Alfredo Carneiro Brandão, capitalista e proprietário; Alfredo Rodrigues da Costa, comerciante e proprietário, de Famalicão; Augusto Pereira Sampaio, comerciante e proprietário, da Lagoa, residente em Famalicão; Caetano de Faria Martins Branco, capitalista, de Famalicão; Dr. Eduardo Moreira Pinto, médico e proprietário, natural de Cedofeita, Porto, residente em Famalicão; Francisco Alves Correia de Araújo, proprietário e capitalista, de Requião; João Gomes Correia de Abreu, capitalista e proprietário; Joaquim António Xavier de Faria, capitalista e proprietário, de Antas; Joaquim José de Sousa Fernandes, proprietário e capitalista, de Famalicão; José Francisco Correia de Oliveira, capitalista e proprietário, da Lagoa, Manuel Pinto de Sousa, comerciante e industrial natural de Alijó, Vila Real, residente em Famalicão; Rodrigo Ferreira de Carvalho, farmacêutico e proprietário, de Famalicão e Vitorino Henrique Coimbra, comerciante e proprietário.

A comissão executiva é formada por Alfredo Rodrigues da Costa, Francisco Maria de Oliveira e Silva, natural de Setúbal e Joaquim José de Sousa Fernandes, os três residentes em Famalicão.

Desta comissão tinham ligações ao Brasil: Joaquim José de Sousa Fernandes, Caetano de Faria

Martins Branco e Joaquim António Xavier de Faria, todos emigrantes de torna viagem e os 3 elementos da comissão executiva: Sousa Fernandes, de quem anteriormente falámos, Alfredo Costa, como filho de um emigrante *brasileiro* de torna viagem, Domingos Rodrigues, e Oliveira e Silva como genro de um *brasileiro*.

Em 1906, a comissão municipal republicana é formada por:

Efetivos - Alfredo Rodrigues da Costa, proprietário e comerciante, de Famalicão; Dr. Eduardo Moreira Pinto, médico e proprietário residente em Famalicão; Francisco Maria de Oliveira e Silva, proprietário e capitalista, residente em Famalicão; Joaquim José de Sousa Fernandes, proprietário e capitalista de Famalicão e Teófilo Vaissier, agrónomo e industrial, residente temporariamente em Famalicão.

Substitutos - Alfredo Carneiro Brandão, capitalista e proprietário; António Pinto Bastos, capitalista e proprietário; José Francisco Correia de Oliveira, capitalista e proprietário, da Lagoa; José Gomes Correia de Abreu, capitalista e proprietário e Zeferino Bernardes Pereira, capitalista e proprietário residente em Famalicão.

Em 1908, é assim constituída a comissão municipal republicana:

Efetivos - Caetano de Faria Martins Branco, proprietário, de Famalicão; Domingos Lopes Alves da Silva, proprietário residente em Brufe; Francisco Maria de Oliveira e Silva, proprietário e capitalista residente em Famalicão e Joaquim José de Sousa Fernandes, proprietário e capitalista, de Famalicão.

Substitutos - Abílio Gomes Ferreira da Costa; Alfredo Rodrigues da Costa, proprietário e comerciante, de Famalicão; António Maria Teixeira de Melo, proprietário, de Landim; João Ferreira de Araújo; João Gomes Correia de Abreu, capitalista e proprietário; Joaquim António Xavier de Faria, capitalista e proprietário, de Antas e Manuel Pinto de Sousa, comerciante e industrial de Alijó, residente em Famalicão.

Nas comissões republicanas de 1906 e de 1908 estavam presentes *brasileiros* como Sousa Fernandes, Caetano de Faria Martins Branco e Joaquim António Xavier de Faria⁷³ e Alfredo Costa, filho de um *brasileiro*.

A República surge em 5 de outubro de 1910, Sousa Fernandes é nomeado administrador do concelho e a comissão municipal republicana é formada.

Efetivos: Alfredo Rodrigues da Costa, proprietário e comerciante, de Famalicão; António

[73] Abastado capitalista que conseguiu a fortuna como emigrante no Rio de Janeiro e era casado com Dona Maria Moreira Pinto, filha mais velha do Dr. Eduardo Moreira Pinto, defensor das ideias republicanas. Era irmão de António Joaquim Xavier de Faria nascido em Antas, a 4 de março de 1844, também emigrante *brasileiro* e amigo de Sousa Fernandes.

9. Sousa Fernandes⁷⁴ (Fonte: Álbum de família de Sousa Fernandes).

10. Alfredo Costa (Fonte: Álbum de família de Alfredo Costa).

11. Sousa Fernandes com cerca de 30 anos (Fonte: Álbum de família de Sousa Fernandes).

12. Daniel dos Santos⁷⁶ (Fonte: Álbum de família de Sousa Fernandes).



de Araújo Costa, proprietário, de Mouquim; Francisco Maria de Oliveira e Silva, proprietário e capitalista residente em Famalicão; Augusto de Sá Pinheiro Braga, proprietário, residente em Gavião; Domingos Lopes Alves da Silva, proprietário residente em Brufe; Teófilo Vaissier, agrônomo e industrial e Zeferino Bernardes Pereira, capitalista e proprietário residente em Famalicão.

Suplentes: Abílio Gomes Ferreira da Costa; Augusto Pereira Sampaio, comerciante e proprietário natural da Lagoa e residente em Famalicão; Constantino de Almeida Matos; João Gomes Correia de Abreu, capitalista e proprietário; Manuel de Araújo Monteiro e Manuel Pinto de Sousa, comerciante e industrial residente em Famalicão.

3.5.8 Sociabilidades, correspondência e relações políticas

Em Famalicão, uma das personagens marcantes do ideário republicano foi Sousa Fernandes (1849-1928).

Desde a frequência na escola primária de Vilar⁷⁵, em que foram condiscípulos, como no Rio que Janeiro e depois em Famalicão, que Sousa Fernandes e António Joaquim Xavier de Faria mantiveram ligações próximas.

Além dele, Sousa Fernandes constrói uma teia de relações formada por um grupo de famalicenses entre os quais Daniel Augusto dos Santos. Amigo incondicional e sempre presente, podemos seguir a sua relação desde 6 de Agosto de 1885, até à morte de Daniel dos Santos, a 4 de abril de 1919.

Tutor dos filhos, e seu procurador em Vila Nova de Famalicão, Daniel dos Santos foi também o administrador das propriedades rurais e urbanas de Sousa Fernandes, nas permanências deste em trabalho no Brasil.

Na sua correspondência perpassam os quadros das figuras principais da vila e também de alguns acontecimentos que alteram a rotina da localidade. Podemos aperceber-nos dos notáveis e de como eles influenciam as decisões, desde o delegado José Carlos de Medeiros (1847, em Borba de Godim, Felgueiras – 1901, Famalicão), casado com a irmã deste, Delfina Ernestina dos Santos (1854-1900), aos vários juízes que passam pelo foro, aos administradores, Henrique Ferreira Machado (1864, Louro - 1923, Famalicão) e António Augusto Fiúza de Melo (1866, Barcelos – 1939, Famalicão), à luta entre fações políticas locais e até a métodos usados para obter favores.

A partir de finais de 1897, Daniel dos Santos começa a referir-se às crónicas escritas por Sousa Fernandes para o *Primeiro de Janeiro* (as Crónicas brasileiras) e ao sucesso alcançado, destacando

[74] Sem data.

[75] Carta dirigida do Rio de Janeiro, a 22 de novembro de 1869, por Sousa Fernandes ao pai. *Correspondência enviada por Sousa Fernandes de 1862 a 1927.*

[76] Sem data.

uma em que o colunista fala do Rio de Janeiro⁷⁷.

O círculo de sociabilidade mais restrito de Sousa Fernandes era constituído por Henrique Machado, Sebastião de Carvalho, advogados, Eduardo Moreira Pinto, médico, Ricardo Carvalho Araújo, solicitador, e Custódio Guimarães, de Fafe.

É interessante vermos as influências políticas antes da implantação da República e depois:

Em Janeiro de 1899, Henrique Machado “foi despachado administrador do concelho, o Oliveira⁷⁸ que disputava o lugar ficou deputado e pediu a demissão de substituto”.

É paradigmática a relação de tensão que se sente na vila, de que se dá como exemplo o que o médico Moreira Pinto escreveu na *Voz Pública* sobre a falta de pejo do advogado Henrique Machado ao aceitar o cargo de administrador do concelho, atraído pelo partido republicano em cuja doutrina se inscreveria⁷⁹.

Atentemos no extrato da carta de Daniel dos Santos a Sousa Fernandes enviada a 11 de novembro de 1899⁸⁰:

Estamos em época de eleições. Saberás que tem por candidato governamental o Dr. João Santiago que foi aqui administrador do concelho e opositorista de Abbade Santos Viegas. A luta está travada com força. Eu já estava abstinido da política por uns melindres de que me senti, o que de certo modo estimei, para não guerrear o João Santiago. Os progressistas deste círculo deram um pontapé no Alvaro, especialmente. Santos, Portela⁸¹ e o Barão de Joane foram os que mais o comprometeram. Como porém o Portela queria como candidato o padre Vaz (que já vão lá por casa) e este não foi o indicado consta-me que romperá com a situação⁸².

A teia de relações da política local tem em Sebastião de Carvalho uma personagem bem marcante. “Apesar de investido no lugar de notário, anda muito metido e muito picado com a política. Os regeneradores odeiam-no pelas cartas dele no “Janeiro”⁸³”.

A dicotomia entre os regeneradores e os progressistas e as suas guerras intestinas são tema recorrente nas cartas de Daniel dos Santos, que de certa forma faz a triangulação e nos informa da relação destas forças no concelho. Em abril de 1900⁸⁴, “os progressistas desistiram

[77] Daniel dos Santos, em carta de 13 de maio de 1900, fala do grande serviço que Sousa Fernandes está a fazer ao jornal através das suas cartas do Rio de Janeiro. Este periódico sustentado pelo seu administrador Gaspar Baltar, um comerciante regressado do Brasil, é dirigido a partir de 1899, por seu filho homónimo e por Joaquim França de Oliveira Pacheco, filho de José Manuel Pacheco e de sua mulher Rosa Maria da Silva. Joaquim Pacheco casou com Maria Beatriz Pinheiro, natural da Póvoa de Varzim, filha do Dr. Amâncio da Costa Ribeiro e de sua mulher Zulmira Idalina Pinheiro. Entre outras funções, o Dr. Ribeiro foi comissário da polícia, no Porto. Em carta de Daniel dos Santos para Sousa Fernandes de 17 de dezembro de 1905, alude à grande apreciação que teve na vila a crónica sobre o Rio de Janeiro e o elogio ao saudoso Manuel Fortunato falecido nessa cidade, natural de Mouquim, da Casa dos Mosqueiros.

[78] Pensamos tratar-se do dono da Casa de Louredo, Francisco Maria de Oliveira e Silva.

[79] Carta de Daniel dos Santos a Sousa Fernandes de 22 de outubro de 1899. *Correspondência recebida por Sousa Fernandes de 1862 a 1927*.

[80] Convertemos as abreviaturas em extensos.

[81] Deve referir-se a Manuel Gomes dos Santos Portela.

[82] Efetivamente, Portela passado cerca de um mês, já militava ao lado de Santos Viegas e em dezembro de 1899, Daniel dos Santos anunciava ao amigo Sousa Fernandes o aparecimento na vila do jornal deste partido com o título *O Regenerador*.

[83] Carta de Daniel dos Santos para Sousa Fernandes de 18 de fevereiro de 1900. *Correspondência recebida por Sousa Fernandes de 1862 a 1927*.

de ir à eleição, sendo portanto eleito o Santos Viegas” e nomeado administrador do concelho “um rapaz de Guimarães”, causando grande descontentamento entre os pretendentes de Famalicão, “um dos quais era o Veloso de Landim”.

Salta-se da cena política local para a nacional, e vice-versa, e em carta de 23 de Junho de 1900, Daniel dos Santos informa o amigo da circunstância de o governo estar demissionário e da possibilidade de ser chamado Hintze Ribeiro ao poder, prevendo-se então, alterações políticas também em Famalicão, com a chamada para administrador do concelho do Dr. Fonseca de Castelões, com quem os Regeneradores se “comprometeram nas últimas eleições. Como deves calcular vão dar-se coisas engraçadas por aqui, aonde infelizmente de que mais se trata é de política, com o sacrifício dos melhoramentos locais”.

Sobre esta linha de favores políticos, volta Daniel dos Santos a referir-se na semana seguinte⁸⁵: “O Santos Viegas está cheio de compromissos que não pode cumprir”. Segundo ele, “os políticos de Famalicão e quer de um quer do outro lado, não há causa comum nem dignidade e um homem de bem precisa fugir deles a galope⁸⁶”.

A intrincada *praxis* política está também vertida nas relações que se vão construindo, por exemplo, como colaboradores nos jornais, como acontece com *O Primeiro de Janeiro*, do Porto, onde escreveram José Maria de Alpoim⁸⁷, Sousa Fernandes, Sebastião de Carvalho⁸⁸ e Alfredo Rodrigues da Costa, todos eles de tendências progressistas e futuros republicanos.

Estes colunistas trouxeram notoriedade ao jornal e conseqüente aumento nas vendas, como se vê no que concerne a Sousa Fernandes: “Estive hontem com o Pacheco no Porto que está bom e se declara gratíssimo ás tuas cartas do Brazil que são lidas geralmente com muito interesse⁸⁹”.

Em Famalicão, no ano de 1900, sai um novo jornal, *O Lusitano*, no qual colaboram, entre outros, o Dr. Sebastião de Carvalho, o Dr. Henrique Machado, o padre Almeida, de Cavalões e o Padre Freitas, de Famalicão, que nas suas colunas não poupam os regeneradores.

Os lugares de influência são disputados, como o de provedor e dos mesários do Hospital da Misericórdia de Famalicão. Atentemos no que Daniel dos Santos escreve a Sousa Fernandes⁹⁰:

Os homens contrários trabalham a valer, nós temos tido pouco tempo. Desejava que escrevesse ao João Robalo Ferreira⁹¹, a João Gomes Correia de Abreu que está no Carolina⁹² ao

[84] Carta de Daniel dos Santos de 29 de abril de 1900. *Correspondência recebida por Sousa Fernandes de 1862 a 1927*.

[85] Carta de 1 de julho de 1900. *Correspondência recebida por Sousa Fernandes de 1862 a 1927*.

[86] Carta de 8 de julho de 1900. *Correspondência recebida por Sousa Fernandes de 1862 a 1927*.

[87] Desempenhou, entre outros cargos, o de Ministro da Justiça e era amigo de Joaquim Pacheco, diretor do periódico.

[88] Devia haver proximidade entre Sebastião de Carvalho e José de Alpoim, pois em carta de Daniel dos Santos a Sousa Fernandes, de 28 de julho de 1900, (*Correspondência recebida por Sousa Fernandes de 1862 a 1927*) este alude à visita que o advogado tinha feito nesse dia, a José de Alpoim que se encontrava no Gerês. Sabemos que este também escreveu para *O Primeiro de Janeiro* e se dava bem com Joaquim Pacheco e Gaspar Baltar, diretores e proprietários do periódico. Lembramos que José de Alpoim, (1858-1916), desempenhou, entre outros cargos, o de Ministro da Justiça em dois mandatos do governo de José Luciano de Castro: de 18 de agosto de 1898 a 26 de junho de 1900 e de 20 de outubro de 1904 a 11 de maio de 1905, tendo aderido à República.

[89] Carta de 30 de julho de 1900. *Correspondência recebida por Sousa Fernandes de 1862 a 1927*.

[90] Carta de 18 de junho de 1910. *Correspondência recebida por Sousa Fernandes de 1862 a 1927*.

[91] Vivia na praça da Mota, era relojoeiro e tinha nascido em Modivas, Vila do Conde. Três dos seus filhos emigraram para o Brasil e o mais velho, José Robalo Ferreira, que pediu guia em Famalicão para levantar o passaporte em Braga, quando tinha 13 anos, em 1 de junho de 1889, aparece-nos na

Moreira Pinto e ao Oliveira e Silva.

Precisamos de tudo, porque eles preveniram-se em antes.

A lista é a seguinte:

Provedor João José da Silva

Vice-Provedor Anselmo António Gomes

Mesários

Manuel Gomes dos Santos Portela

Manuel José de Oliveira (Hotel Vilanovense)

Gonçalves Pinto (da Rua de Santos Viegas)

Manuel Joaquim Pinto da Silva

Domingos José de Araújo Seara

J. Bernardino da Costa e Sá

Arnaldo da Silva Maia

Comissão Paroquial de Calendário, fazendo parte da representação concelhia de Vila Nova de Famalicão do Partido Republicano Português ao Congresso da Figueira da Foz realizado a 27 de abril de 1915.

Morre neste mesmo ano, ainda não tinha completado 40 anos. Desta delegação fizeram ainda parte Horácio Correia de Azevedo, pela Câmara Municipal, António de Araújo Costa, de Mouquim, pela Comissão Municipal Política, e António da Rocha Carvalho, pela redação do jornal *O Porvir. Copiador da Correspondência expedida por Joaquim José de Sousa Fernandes*, p. 119.

[92] Hotel criado por Brás José Maria Varela e sua mulher Carolina dos Santos, em Famalicão.

[93] Carta endereçada por António Tomás Quartin a Sousa Fernandes, de Lisboa, a 18 de janeiro de 1903, *Correspondência recebida por Sousa Fernandes de 1862 a 1927*.

[94] Pelo menos até 10 de julho desse ano, data da carta de João Leão Quartin a Sousa Fernandes, não tinha colaborado com o periódico, pelo que este lhe pede que, de acordo com “a promessa em tempos feita” a seu irmão António Tomás Quartin, lhe possa enviar “a sua criteriosa e apreciada colaboração”.

Correspondência recebida por Sousa Fernandes de 1862 a 1927.

[95] Carta enviada por António Tomás Quartin a Sousa Fernandes, de Lisboa, a 20 de abril de 1922, *Correspondência recebida por Sousa Fernandes de 1862 a 1927*.

A nova ordem político-social defendida por vários famalicenses, como os que compõem as comissões republicanas, encontra o seu eclodir no 5 de Outubro de 1910.

3.5.9 A alquimia: amigos monárquicos, republicanos, e outros

Preciso da sua colaboração para o Vida Nova de Viana do Castelo – Eu sou o diretor e proprietário de 1.º de Fevereiro em diante – O Jornal é monarchico, mas independente, e dá guarida a todos os partidos e intellegencias desde que se trate da patria. É de combate, mas a justiça é o nosso lema – Quer coajuvar-me⁹³?

A amizade que António Tomás Quartin e Sousa Fernandes mantinham há longos anos e o conhecimento da personalidade do amigo, permitem a Quartin formular-lhe o convite com a maior das lealdades. É marcante o conteúdo desta carta quanto ao carácter de Sousa Fernandes: decorre dela ser um homem que se orienta pelo primado da justiça e pela abertura intelectual⁹⁴. Conheciam-se desde os tempos da juventude no Rio de Janeiro, onde as “pândegas baratas” se misturavam com “as suporificas cavaqueiras politicas, em que o seu triunfo era certo na defeza dos seus ideaes republicanos”, assim recorda Quartin, em resposta a uma carta enviada pelo amigo, em 1922⁹⁵, já muito distantes dessa época que evocam com saudade.

Nesta linha do eclecismo intelectual de Sousa Fernandes, encontramos a sua relação com

um monárquico indefectível, José de Azevedo e Meneses, seu antecessor no cargo de diretor do Museu Camiliano, em S. Miguel de Seide. Juntava-os uma causa maior, o grande escritor oitocentista, Camilo Castelo Branco, e com ela a cultura.

É natural que entre o seu leque de amizades estivessem correligionários, pois Sousa Fernandes investe nos ideais republicanos desde cedo, mas também é verdade que não se fecha no seu reduto de republicano afonsista.

Nesta linha de abordagem, é interessante falarmos aqui novamente de um grande amigo, Daniel dos Santos, muito próximo dele e da sua família, com quem mantém correspondência, desde 1885 a 1918. Não se lhe conhecendo inclinações republicanas, a carta que escreve a Sousa Fernandes, a 18 de junho de 1910⁹⁶, sobre as listas candidatas aos órgãos diretivos da Misericórdia de Famalicão, permite-nos perceber que ele está ao lado da lista formada maioritariamente por homens com ideias republicanas.

Daniel dos Santos aderiu explicitamente à República. Ainda não tinha decorrido um ano da sua implantação e escreve a Sousa Fernandes⁹⁷ o seguinte:

[...] Por aqui nada tem havido, que eu saiba, e as atenções estão todas viradas para Lisboa com interesse de saber-se o que se passa no Parlamento, cuja assembleia deve na verdade ser majestosa!

Creio que essa vida te ha-de distrahir, visto o prazer que sempre sentis-te (sic) em te ocupares com coisas que demandem trabalho intelectual e estudo [...].

Daniel dos Santos fez parte da comissão encarregada dos arrendamentos dos bens dos passais no concelho de Famalicão e é a esse propósito que informa Sousa Fernandes:

[...] Para a comissão proceder acertadamam.te devia hir pessoalm.te examinar e avaliar o rendim.to dos prédios qual q.re (sic) dos seus membros, o que faz despesas: por tanto (sic) resolve-se fasel-o (sic) por informações⁹⁸ [...].

Daniel dos Santos continua a ser um elemento de confiança de Sousa Fernandes, agora também no plano das decisões políticas do concelho e já num novo regime, como atrás se verifica e agora se reforça: em carta de 3 de abril de 1913, são ainda os assuntos dos párocos do concelho que ocupam o conteúdo da mesma, desta vez sobre uma mensagem que os sacerdotes enviaram ao arcepreste e que o administrador por ordem central tem de confirmar a autenticidade das

[96] *Correspondência recebida por Sousa Fernandes de 1862 a 1927.*

[97] Carta de 22 de junho de 1911. *Correspondência recebida por Sousa Fernandes de 1862 a 1927.*

[98] Carta de 16 de dezembro de 1911.

Correspondência recebida por Sousa Fernandes de 1862 a 1927.

assinaturas e, no caso afirmativo, afastá-los do seu presbitério. Tomando conhecimento, a título confidencial desta diretiva, Daniel dos Santos dá o seu parecer ao amigo Sousa Fernandes, no sentido de agirem com prudência, sob pena de perderem o apoio da população para o partido republicano, dando como exemplo as freguesias de Pousada, Lemenhe, Lousado, Louro e Cabeçudos, pela “estima em q. teem os parochos”.

Durante os anos em que Sousa Fernandes esteve na política ativa, a correspondência manteve-se entre ele e Daniel dos Santos e falam sobre os temas estruturantes, como o impacto no País da contribuição predial, dizendo este que “afinal foi bem recebida em geral, e os inimigos do regimen e do governo completamente cahidos pela falta desta arma de combate⁹⁹”. Contudo, em sintonia, analisam as questões locais, o que transparece da missiva de Daniel dos Santos:

[...Venho recordar-te a questão do professor do Louro. A melhor solução mesmo pelo lado político é não hir para lá nem o de Jesufrei nem o Gonçalves [... Regula pois as coisas de forma a que a solução afinal seja esta¹⁰⁰ [...].

[99] Carta de 23 de maio de 1913. *Correspondência recebida por Sousa Fernandes de 1862 a 1927.*

[100] Carta de 23 de abril de 1914. *Correspondência recebida por Sousa Fernandes de 1862 a 1927.*

[101] Carta de 23 de maio de 1914. *Correspondência recebida por Sousa Fernandes de 1862 a 1927.*

[102] Carta de 25 de maio de 1914. *Correspondência recebida por Sousa Fernandes de 1862 a 1927.*

[103] Carta de 3 de agosto de 1915. *Correspondência recebida por Sousa Fernandes de 1862 a 1927.*

[104] Publicou-se nos seguintes períodos: (1895-1897; 1906-1907 e 1910-1914).

Os comícios faziam parte dos planos de ação da propaganda republicana, congregando e unindo, dizendo Daniel dos Santos, em 1914, que “as corporações e no geral toda a população da vila estão animadíssimas para o comício¹⁰¹”.

A influência política de Sousa Fernandes foi crucial no abortar da ideia da formação do concelho de Riba de Ave, pese embora algumas dissensões como a de Albino Marques, natural de Delães, vogal da Câmara e a do Correia, de Bente, “uns garotos”, afirma Daniel dos Santos¹⁰²!

Em 1915, Sousa Fernandes é eleito vice-presidente do Senado e o compadre e velho amigo Daniel dos Santos felicita-o¹⁰³.

A ida de tropas portuguesas para o palco de guerra é tema tratado nas suas cartas, dizendo a este propósito Daniel dos Santos:

[...] Não há duvida de que a partida para França das nossas tropas foi um acto de grande heroismo da parte das forças e de valor moral para o governo e para a Republica se assim não fora estávamos perdidos! Que a felicidade os acompanhe [...].

Entre os amigos republicanos locais, uma referência especial para Manuel Dias Gonçalves Cerejeira, que ainda estudante de direito em Coimbra foi próximo de Sousa Fernandes e colaborador do jornal famalicense *O Porvir*¹⁰⁴.

No mundo estudantil, o ideário republicano encontrou um campo prolífico e neste, enfatizamos o famalicense Manuel Dias Gonçalves Cerejeira (1873-1899), cujo combate nos periódicos



13.



14.

13. Menina saúda elementos do CEP, na parada da vitória em Paris, a 14 de julho de 1919 (Fonte: I.^a Grande Guerra, *Público*, 27 de julho de 2014).

14. Cartilha do povo (Fonte: lagosdarepublica.wikidot.com/iv-jose-falcao-e-a-cartilha-do-povo).

A Alma Nova, O Cenáculo e Portugal deixavam antever que teria na Primeira República um lugar de mensageiro e de interventor. Foi o escolhido para entregar na Comissão Académica de Coimbra, em 1 de fevereiro de 1896, o produto (32\$500) da subscrição aberta entre os republicanos de Vila Nova de Famalicão para auxiliar a reedição da Cartilha do Povo de José Falcão.

É interessante o que escreve em 1897¹⁰⁵ a propósito da entrada de Sousa Fernandes no corpo redatorial do periódico *O Globo*: depois de o felicitar por poder escrever para um público mais vasto, enfatiza que a República não se faz com “jacobinismos e más línguas”, precisando-se mais:

[...] da difusão d’uma persistente educação cívica, como a intenta fazer “O Globo”, pois o carácter dos povos é que determina as suas instituições, não são estas que formam aquele. Formemos, pois, o carácter da nação amoldado aos nossos ideaes, porque só então é que poderão fructificar as instituições democráticas. Muito n’este sentido, se vai já educando o nosso povo, podendo nós, pois, ir já, e rápido, pensando no meio de substituir o regime. Mas muito ha ainda que propagar ás multidões inconscientes, ilustrando-as [...].

Era num povo capaz de, pela sua “ilustração”, se poder autodeterminar, que estava a chave para o progresso de Portugal, cujo corolário seria a queda da monarquia e a implantação da república. Para lá chegar, os periódicos eram instrumentos basilares, a par de outros meios, um deles, a congregação dos cidadãos em formações políticas republicanas representativas da sua circunscrição, as comissões municipais republicanas.

Sobre Sousa Fernandes escreve Manuel Gonçalves Cerejeira, o poeta e amigo:

[105] Carta enviada por Manuel Gonçalves Cerejeira, de Coimbra, a 7 de fevereiro de 1897, *Correspondência recebida por Sousa Fernandes de 1862 a 1927*.

[...] E lembre-se sempre que este seu antigo e humilde colaborador nos seus trabalhos jornalísticos não esquece nunca a estima que deve ao homem em que se habituou a ver não só o amigo sincero, mas também um modelo de honra, intelligencia ilustrada e primoroso caracter¹⁰⁶[...].

Um amigo que não vemos demarcado partidariamente, mas deixa apreciações políticas, é José Quartin que a propósito da grande evolução em termos de urbanismo de Lisboa, com especial destaque para a obra da vereação de Fernando Palha¹⁰⁷ escreve ressaltando a:

[...] independência, intelligencia, vastos conhecimentos das cidades mais adiantadas da Europa, illustração, força de vontade e a todas estas boas qualidades reúne mais a de calçar luvas [...] adorno indispensavel a um cavalheiro¹⁰⁸[...].

[106] Carta enviada por Manuel Gonçalves Cerejeira, de Famalicão, a 13 de fevereiro de 1899. *Correspondência recebida por Sousa Fernandes de 1862 a 1927.*

[107] Foi presidente da Câmara Municipal de Lisboa de 2 de janeiro de 1886, a 10 de março de 1890, tendo sido regenerador e progressista.

[108] Carta escrita por José Augusto Leão Quartin a Sousa Fernandes enviada de Lisboa, a 23 de janeiro de 1886. *Correspondência recebida por Sousa Fernandes de 1862 a 1927.*

[109] Carta escrita por José Augusto Leão Quartin a Sousa Fernandes enviada de Lisboa, a 23 de janeiro de 1886. *Correspondência recebida por Sousa Fernandes de 1862 a 1927.*

[110] Intercalado nosso.

[111] Carta escrita por José Augusto Leão Quartin a Sousa Fernandes enviada de Lisboa, [a?] de 1878. *Correspondência recebida por Sousa Fernandes de 1862 a 1927.*

[112] Carta escrita por José Augusto Leão Quartin a Sousa Fernandes enviada de Lisboa, a 23 de janeiro de 1886. *Correspondência recebida por Sousa Fernandes de 1862 a 1927.*

[113] Estava casado com a irmã mais nova de José Quartin.

amigos Balthar e Pacheco se interessarem deveras pelo despacho de meu cunhado, nós seremos servidos [...].

O testamento de D. Fernando, tema que abalou a opinião pública, por o seu conteúdo desvirtuar a imagem que foi criando de um mecenas da arte e dos artistas, foi tema da sua carta¹⁰⁹, lamentando que não tivesse contemplado nele qualquer verba, lembrado que “em sua vida subsidiava no estrangeiro [os artistas¹¹⁰], fornecendo-lhes meios de completarem os seus cursos¹¹¹”.

3.5.10 Influências políticas

Antes da eleição de Sousa Fernandes para cargos políticos, registámos na correspondência recebida alguns casos em que lhe é pedida a sua intervenção na resolução de questões envolvendo decisões de políticos. A situação que a seguir expomos tem a ver com o despacho de Francisco José de Moraes, cunhado de José Leão Quartin, para delegado de Procurador régio, através do empenho de amigos influentes de Sousa Fernandes, escrevendo José Quartin¹¹²:

[...] A questão resolve-se (sic) pela superioridade de influencia do patrono, porque é frequente o ministro começar a fazer despachos dos concorrentes menos classificados pelo Jury do concurso, mas melhor cotados pela influencia politica. Estou extremamente convencido de que se teus

Acompanhava a carta uma cópia do pedido feito pelo cunhado, pela qual vemos que era bacharel em Direito e vivia em Viana do Castelo¹¹³.

Em várias missivas que se lhe seguiram¹¹⁴, alude sempre à pretensão, e na de 8 de junho, diz mesmo saber das boas relações entre Joaquim Pacheco, Gaspar Baltar e o ministro da Justiça, José Maria de Alpoim.

Sousa Fernandes intercede por esse despacho junto do amigo Joaquim Pacheco e quando tudo parece estar encaminhado, surgem “altas conveniências partidárias que demoram o prometido despacho¹¹⁵” e adiam a colocação. E o assunto vai-se arrastando, pese embora Joaquim Pacheco dizer ter “confiança absoluta na promessa do ministro que o despacharia tão depressa pudesse fazel-o”¹¹⁶. E eis que a 9 de abril de 1900¹¹⁷, José Quartin informa o amigo da carta que Joaquim Pacheco lhe enviara no dia 27 do mês anterior, que dizia:

[...] me podia garantir que meu cunhado seria despachado delegado do Procurador Regeio no corrente mez, depois de passar no Parlamento o projecto da reforma da magistratura, o que era esperado até 15 do corre.e [...]

Afinal o assunto ainda não fica resolvido, por se ter dado a queda do ministério progressista, dizendo José Quartin que embora fosse “enorme o testamento do Ministro da Justiça, meu cunhado não foi n’ele contemplado¹¹⁸”.

Admitimos que tenha sido atendida a solicitação durante o mandato seguinte de José de Alpoim (1904-1905), pois encontramos Francisco José de Moraes a dirigir o semanário republicano, *Jornal de Penafiel*, desde 1907 e, como sabemos, tanto Gaspar Baltar, como o filho tinham muita influência nesse concelho, onde o fundador do jornal *O Primeiro de Janeiro* nasceu a 26 de outubro de 1823 (freguesia de S. Martinho).

3.5.11 Metamorfose política de Sousa Fernandes

Foi através da correspondência recebida por Sousa Fernandes que conseguimos aproximar-nos do seu percurso político na fase menos conhecida, que em bom rigor, será antes inclinação política. Durante a juventude era simpatizante do partido regenerador, mormente do fontismo. Escreve-lhe assim o tio em carta enviada de Famalicão, para o Rio de Janeiro, a 6 de novembro de 1881: “Tivemos recomposição ministerial entrando para dentro o Fontes, e outros gatunos iguais a elle, penço que pouco tempo lá deve estar, mas sempre abrirão as Camaras, tu gavallos ahy estam”.

O seu epistolário dá-nos a conhecer algumas facetas da outra fase que passa pela sua identificação com o projeto republicano, os meios que utiliza para o ajudar a implantar, a congregação de um conjunto de famalicenses (tomamos aqui este termo na sua aceção mais lata, a de concelho), em torno desse ideário político e finalmente a implantação da República em Portugal. Lembramos alguns dos momentos marcantes que culminam com a constituição das comissões municipais republicanas (1895-1905 e 1906-1908),

[114] Por exemplo a: 27 de maio, 2 de junho, 8 de junho e 11 de junho.

[115] Carta de José Augusto Leão Quartin para Sousa Fernandes enviada de Lisboa, a 21 de junho de 1899. *Correspondência recebida por Sousa Fernandes de 1862 a 1927. Correspondência recebida por Sousa Fernandes de 1862 a 1927.*

[116] Carta de José Augusto Leão Quartin a Sousa Fernandes enviada de Lisboa, a 19 de fevereiro de 1900. *Correspondência recebida por Sousa Fernandes de 1862 a 1927.*

[117] Carta dessa data de José Augusto Leão Quartin a Sousa Fernandes enviada de Lisboa, para o Rio de Janeiro. *Correspondência recebida por Sousa Fernandes de 1862 a 1927.*

[118] Carta de José Augusto Leão Quartin a Sousa Fernandes enviada de Lisboa, para o Rio de Janeiro, a 10 de julho de 1900. *Correspondência recebida por Sousa Fernandes de 1862 a 1927.*

o reaparecimento do jornal *O Porvir*, em 1906, órgão de propaganda, a revista literária e científica *Nova Alvorada*, tendo como diretor Sousa Fernandes, (1891-1895) e o alargamento da sua esfera política como membro da Comissão distrital republicana de 1908 e 1910, participando igualmente no comício de 1908, em Braga. Nesta esfera de maior visibilidade do republicanismo em Famalicão, lembramos o Centro Republicano Dr. Bernardino Machado inaugurado a 14 de novembro de 1909, em que se homenageou Manuel Gonçalves Dias Cerejeira, republicano denodado e ilustrado, residente no concelho, falecido ainda jovem, e em cujo ato, o patrono apresentou a comunicação: *Têm liberdade os monárquicos em Portugal?*

Com o 5 de Outubro de 1910, inaugura-se o projeto messiânico de Sousa Fernandes e de tantos adeptos desse projeto identitário, a República nascente. Sousa Fernandes desempenha, como novo cidadão republicano, o cargo de administrador do concelho e de presidente da comissão municipal republicana, cuja posse teve lugar a 8 de outubro desse ano. Em 1911, é eleito deputado à Assembleia Constituinte e senador pelo distrito de Braga.

[119] O único em que se registou um saldo das finanças públicas positivo, só conseguido depois por Salazar.

Com o *cursus* político, a identidade portuguesa de matriz republicana parece ser cada vez mais um mito, e Sousa Fernandes vê (tal como outros republicanos), que o caminho para essa construção estava muito longe de ser conseguido, com exceção do Primeiro Governo Provisório e do primeiro ministério de Afonso Costa (9 de janeiro de 1913 a 9 de fevereiro de 1914¹¹⁹).

15. Homenagem aos propagandistas da República¹²⁰
(Fonte: alfobre.blogspot.com).



Com o sidonismo (dezembro de 1917 a dezembro de 1918), Sousa Fernandes foi canalizando cada vez mais a sua ação para as causas culturais e cívicas, “descrente” dessa mutação política prometida pelo modelo republicano. Aqui se recorda o seu papel como diretor da Casa de Camilo, empossado pelo administrador Carlos Bacelar, em 1924.

Pese embora o decadentismo persistente, Sousa Fernandes declarou-se até ao final um republicano que acreditou ter sido possível por via diferente da que gizou a maioria dos governos republicanos, que era possível a denominada refundação de Portugal, afirmando ainda em 5 de Outubro de 1925, ser “um soldado fiel e disciplinado do velho e benemérito Partido Republicano Português¹²¹”.

3.5.12 Considerações Finais

Um temperamento firme no desejo de modernidade, qual figura de Caravaggio, onde a força da luz se desprende do escuro da cena, assim foi Sousa Fernandes.

O tom onírico do seu discurso impregnado de realismo de ação fez dele uma personagem marcante, num encontro de paletas cinzeladas na procura de uma sociedade mais justa, congruente e verdadeira, de matiz universalista e fraternal. Podemos dizer que a trilogia liberdade, igualdade e fraternidade pincelaram o seu pensamento.

Aproximou-se das elites através da cultura, sendo dono de uma biblioteca com um acervo considerável, para além de pertencer, desde 13 de maio de 1887, a círculos como o Ateneu Comercial do Porto. Esta coletividade tinha como uma das máximas a conversação entre os agremiados, o que permitiu ao famalicense fazer parte de uma plêiade de ilustrados.

Sousa Fernandes, verista por natureza, privou nos círculos de políticos e intelectuais, e da sua biblioteca fazem parte *O Brasileiro Soares*, romance de Luís de Magalhães, prefaciado por Eça de Queirós, onde os processos de análise naturalista imbricam com traços românticos, em que o *brasileiro*, figura central da diegese é reabilitado, perpassando os valores burgueses da honestidade e do trabalho, com o clímax do suicídio de Joaquim Soares por traição da mulher com quem casou.

Aos poucos, Sousa Fernandes passa para a outra margem do tempo, pois tal como António Sérgio mais tarde, não vê nos governos da República a materialização de uma sociedade mais justa, culta, equilibrada e racional.

Este famalicense vai desenhando a sua vida, direcionando muita da sua energia e de sentido da causa republicana para a cultura, lançando-se no projeto de criação de uma biblioteca municipal e consagrando-se à causa camiliana, de cuja casa foi diretor, como atrás referimos.

[121] Jornal *O Minhoto*, órgão do Partido Republicano Radical da Comissão Municipal.

A troca de correspondência com José de Azevedo e Meneses, da Casa do Vinhal, em Famalicão, documenta uma etapa da sua vida de homem culto e informado que acreditava ser esta uma via de emancipação da humanidade. Unia-os ainda a admiração por um escritor de sumo talento, residente muitos anos da sua vida numa freguesia do concelho, S. Miguel de Seide, Camilo Castelo Branco, em cujas telas vasa personagens, vivências, mentalidades e costumes do Minho.

Sousa Fernandes foi um carácter dual em que a feição prática se conecta com o labirinto de uma mente sagaz e gizada pelas múltiplas leituras e vivências, foi a objetivação de um homem à frente do seu tempo e um cidadão do mundo. Viajado, deixa transparecer nos seus escritos, tanto epistolares, como para leitura pública, uma vontade de transformação, de agarrar a pedra tosca e, tal como Vieira no estatuário, a transmutar, dando-lhe feições, moldando-a, impregnando-a de vida, humanizando-a, ou até aproximando-a de um ser perfeito.

Sousa Fernandes foi literato, jornalista, pensador, mobilizador da causa republicana, onde se manteve até morrer, desempenhando entre outros cargos, o de vice-presidente do Senado, e um empreendedor, que se iniciou como caixeiro no Rio de Janeiro, tendo sido empresário de uma firma comercial e depois de uma fábrica de lanifícios no Rio de Janeiro.

Fontes e Bibliografia

Agenda de Sousa Fernandes de 1892 a 1895. (Arquivo Alberto Sampaio, Vila Nova de Famalicão). CASTELO-BRANCO, Camilo (1885) — *Serões de S. Miguel de Seide* [Consulta realizada em 16/04/2017]. Disponível em <https://www.scribd.com/.../Seroes-de-S-Miguel-de-Seide-por-Camilo-Castelo-Branco>.

Copiador de correspondência expedida por Sousa Fernandes de 1895 a 1904. (Arquivo Alberto Sampaio, Vila Nova de Famalicão).

Correspondência recebida por Sousa Fernandes de 1862 a 1927. (Arquivo Alberto Sampaio, Vila Nova de Famalicão).

Diário ilustrado, n.º 17, Lisboa, 1888.

ALVES, Jorge Fernandes, coord. (1999) — *Os “brasileiros” da emigração*. Famalicão: Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão.

AUSTER, Paul (2013) — *Informe del interior*. Barcelona: Anagrama.

FREITAS de, Rogério Alves (2013) — *Complexo mítico da nova identidade portuguesa de matriz republicana: refundação de Portugal/reconversão mítica*, dissertação de mestrado apresentada à Universidade Lusófona de Lisboa.

BRAGA, Teófilo, (1983) — *História das ideias republicanas em Portugal*. Lisboa: Vega [1.ª edição de 1880].

FIGUEIREDO,, José de (1901) — *Portugal na Exposição de Paris*. Lisboa: Empresa da História de Portugal.

GUERREIRO, António (1995) — *Exposições universais, Paris 1900*. Lisboa: Expo 98.

- MAIA, Fernanda Paula de Sousa e PEREIRA, Maria da Conceição Meireles (2000) — *Os brasileiros de torna-viagem no Noroeste de Portugal*. In «Os brasileiros empresários e investidores», Lisboa: Comissão Nacional para as comemorações dos descobrimentos portugueses, pp. 311-329.
- PAIVA, Odete (2001) — *S. Martinho de Avidos, comunidade rural do Vale do Ave, demografia e sociedade*. Vila Nova de Famalicão: NEPS/Universidade do Minho e Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão.
- PAIVA, Odete (2016) — *A População e a sociedade de Vila Nova de Famalicão entre 1620 e 1960 – crescer e progredir*. Vila Nova de Famalicão: Editora Humus.
- PAIVA, Odete (2016) — *Novos olhares sobre o mesmo rosto: Sousa Fernandes um homem multifacetado, um famalicense da mudança (1849-1928)*. In «Boletim Cultural de Vila Nova de Famalicão», Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão (ed.) 2014/2015, pp. 229-257.
- SILVA da, Maria Beatriz Nizza, “A mulher no contexto da imigração portuguesa no Brasil”, *Análise social*, vol. XXII (92-93), 1986- 3.º-4.º, pp. 653-659.
- VILLECHENON de, Florence Pinot (1992) — *Les Expositions universelles*. Paris: PUF, col. Que-sais-je?.

3.6



Rua Barão da Trovisqueira

3.6 Nuno Simões: Um Esboço de Natureza Biográfica no 42º Aniversário do Falecimento

“O meu tio tinha uma personalidade vincada... não admitia que errassem com ele... pois também não errava com ninguém... tudo que ele tinha sido era à sua custa... mas nunca se esquecia dos que precisavam... Era acolhedor, simples, cortês com aqueles que o procuravam!”. Lídia Paiva Simões (Dr.^a)¹

Homenagear uma personalidade é evidenciar um sujeito que se notabiliza e destaca dos restantes pelos seus atos, atitudes, valores e participação ativa na sociedade.

Assim aconteceu no dia 27 de julho, no Arquivo Municipal Alberto Sampaio, a homenagem ao Dr. Nuno Simões, organizada pelo Município de Vila Nova de Famalicão, para assinalar o 42.º ano do seu falecimento.

Nuno Simões é uma personagem histórica, com significância histórica, que se notabilizou, ao longo do século XX, pela sua trajetória de vida, pelo assumir de vários papéis sociais que representou, exercendo diversas profissões e desempenhando diversos cargos na política portuguesa, quer a nível da História local, nacional ou mesmo internacional já que foi advogado, economista, jornalista, Governador Civil de Vila Real, membro do Supremo Tribunal Administrativo, deputado e Ministro do Comércio e das Comunicações em vários governos da 1ª República (entre 1921 e 1925) e ainda um dos defensores do ideário de aproximação cultural entre Portugal e o Brasil.

[1] Sobrinha do Dr. Nuno Simões.

A história de vida de Nuno Simões tem início a 30 de janeiro de 1894, num período “decadente” da monarquia portuguesa, vivenciando intensamente os períodos históricos da 1.ª Republica, do Estado Novo, do período Marcelista. E, num período de grande reviravolta política da História nacional, assiste, embora acamado, à revolução do 25 de Abril de 1974. Faleceu com 81 anos a 27 de julho de 1975.

Nuno foi o primogénito de sete filhos do casal Simões. Nasceu no lugar do Covelo, na freguesia de Calendário, numa casa térrea, mandada construir pelos seus pais, Domingos da Costa Simões e Maria da Conceição.

O pai, Domingos da Costa Simões, tal como muitos jovens famalicenses, emigrou para o Brasil com 11 anos de idade (1867) para amealhar algum dinheiro e conseguir reentrar na sociedade de onde era natural, com outro estatuto social. Assim, com o dinheiro que angariou no Brasil, construiu a sua casa no Covelo, Calendário, ajudou a família e alguns amigos que passavam dificuldades.

Tal como muitos «brasileiros» do concelho de Famalicão, Domingos Simões vai procurar lugares de destaque na vida política, em órgãos locais. Foi Presidente da Junta de Freguesia de Calendário, Juiz de Paz, Arbitro Oficial e Jurado. Ensinou a arte de ler e escrever a muitas crianças desta freguesia – ofício que segundo Nuno Simões tinha aprendido no Brasil.

Com os progressos dos transportes marítimos, os custos e o tempo das viagens diminuíram e, tal como muitos emigrantes, também o pai de Nuno Simões optou por uma emigração intercalar com períodos mais ou menos longos de fixação em Famalicão e partida para a segunda pátria, o Brasil.

Foi numa dessas viagens intercalares que Nuno nasce, e tal como refere, num dos seus livros relacionados com o Brasil:

*“(...) Eu nasci em Portugal por acaso,
pois meus pais eram emigrantes que residiam no Brasil,
e foi numa viagem deles, cá, que eu nasci (...)”.*²

[2] Simões, Nuno (1960), *Atualidades e Permanências do Luso-Brasileirismo: Conferências e Discursos, 1945-1955*, Lisboa.

[3] Simões, Nuno (1934), *O Brasil e a emigração portuguesa, (Notas para um estudo)*. Coimbra: Imprensa da Universidade, p. 161,

Os primeiros anos de vida de Nuno Simões são vividos entre os afetos dos seus avós paternos, onde, desde novo ouve “histórias” ligadas ao Brasil vivenciadas pelos amigos de seu pai, também eles “brasileiros”.

É com o pai que aprende a ler e a escrever e aos 11 anos (1905) vai estudar para o Liceu-Seminário de Guimarães, e como saliente: “Foi com o dinheiro que meu pai ganhou no Brasil que consegui estudar”.³

Em Guimarães, no seminário, conhece outros famalicenses, hoje considerados de personagens da história local: Manuel Gonçalves Cerejeira (futuro Cardeal), Artur Cupertino de Miranda (Empresário do Louro) que acabaram por se tornar amigos ao longo de toda a vida.

Aos 14 anos (1908), Nuno principia a carreira de jornalista, publicando artigos de cariz literário, nomeadamente poesia, no Jornal famalicense “O Regenerador”.

Continua o seu percurso de estudante, aos 15 anos, no Liceu Rodrigues de Sousa, no Porto, onde realizou, com boas notas e grande sucesso, o ensino secundário no Curso de Letras. Chegou mesmo a realizar, num ano só, as disciplinas do 6 e 7º anos do curso de letras e o 6º ano do curso de ciências económicas, curso onde se encontrava o seu amigo Artur Cupertino de Miranda.

Em 1910, com 20 anos, vai estudar para a Universidade de Coimbra, para cursar Direito e se

licenciar em advocacia. Aqui, destaca-se pela positiva dos restantes colegas de curso, devido às suas capacidades intelectuais, efetuando todos os exames com distinção e terminando o curso em 1914, com 24 anos de idade.

Em Coimbra vai ser colega de curso de António Oliveira Salazar e de Manuel Gonçalves Cerejeira - futuro Patriarca de Lisboa que dirigiu a Igreja Católica Portuguesa durante o Estado Novo - e de entre outras individualidades importantes.

É durante a sua estadia em Coimbra que traça as suas tendências políticas, ligadas ao partido Republicano Português (PRP), por influência (ou não) do famalicense Joaquim de Sousa Fernandes⁴. É nomeado, em julho de 1913, Subdelegado da República para a comarca de Famalicão⁵, onde dá início a várias colaborações em jornais e revistas nacionais e internacionais, e faz nascer a sua grande paixão, “O Luso-Brasilismo”:

“(...) aliança natural de sentimentos, ideias e interesses comuns aos dois povos, de ordem moral, social e cultural, cuja sistematização e aplicação se fazem sempre ao serviço da civilização e da sincera e verdadeira paz mundial pelo caminho dum democratização social e iniludível.”⁶

Através de relações de amizade, pessoais e familiares, Nuno Simões vai solicitando que intercedam na sua carreira profissional. Assim, redige cartas não só a Sousa Fernandes, mas também a Bernardino Machado, então presidente do Conselho de Ministros do Interior, para que o incluam na lista dos pretendentes ao lugar de cônsul para poder viajar para o Brasil e assim seguir a vida política do seu «velho» amigo «brasileiro».⁷

Com 21 anos, Nuno Simões assume o cargo de diretor gerente da Revista Atlântida, defensora do restabelecimento das relações culturais entre Portugal e o Brasil. Funda, em 1920, o Jornal «A Pátria», do qual será diretor até 1924. Na imprensa brasileira encontramos o seu nome também ligado a muitos jornais: «Globo», «Folha da Manhã», «O Estado de São Paulo», «O Minhoto», entre outros.⁸

Um ano após ter cursado Direito (1915), é nomeado, pelo governo, de Governador Civil do distrito de Vila Real, por interferência e influência do seu amigo famalicense Senador Sousa Fernandes e com o apoio de Nicolau de Mesquita, pai do seu condiscípulo de Coimbra, Nicolau de Mesquita Filho.⁹

Apesar de ainda jovem, assume o cargo de Governador Civil e passa a ser notícia assídua nos jornais locais. Ora enaltecendo os seus discursos e atos políticos, ora criticando a sua postura

[4] Arquivo Municipal Alberto Sampaio, Vila Nova de Famalicão - *Correspondência de Nuno Simões a Joaquim de Sousa Fernandes*, S.F. - 7994.

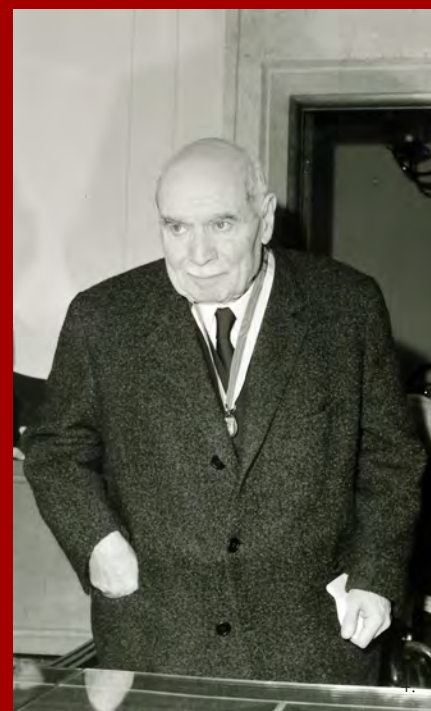
[5] Simões, Castro (1913), *Dr. Nuno Simões*, in *O Famalicense*, 6 de novembro, 6:233, p.1,2.

[6] Simões, Nuno (1960), *Op. Cit.*, p. 170.

[7] *Correspondência de Nuno Simões a Bernardino Machado*, in Fundo Particular de Bernardino Machado em depósito no Museu Bernardino Machado, Vila Nova de Famalicão.

[8] Ferreira, Arminda E. (2005), *O Luso-Brasilismo na perspectiva de Nuno Simões, Esboço de um Estudo de Natureza Biográfica*, Edições Quasi, p. 54-72

[9] *Notícias de Chaves*, 15 de novembro de 1975, p. 2.





política¹⁰, Nuno vai ser um impulsionador do desenvolvimento económico e social das terras transmontanas. Nas primeiras eleições, o seu nome é incluído entre os deputados que deveriam representar aquelas terras no Parlamento para defender os interesses da região transmontana.

Assim, neste contexto, consegue a primeira ligação da via-férrea na região e os primeiros telefones, entre outros projetos.

No Parlamento, Nuno Simões, foi um dos defensores do Regionalismo como uma “organização de famílias em municípios e, destes em províncias ou regiões, ligadas por vínculos de interesse comuns definidos e gozando de autonomia para a realização do desenvolvimento económico, social e cultural, da unidade da Nação e do Estado”.¹¹

Em 1917 é nomeado Secretário do Supremo Tribunal Administrativo, em Lisboa e, em 1921, é eleito pela primeira vez ministro do Comércio e Comunicações, no governo nacionalista, presidido pelo Engenheiro Francisco Pinto Cunha Leal. Neste mandatom que decorreu de 16 de dezembro de 1921 a 6 de fevereiro de 1922, o país ficou-lhe a dever uma serie de leis relacionados com a política de desenvolvimento dos portos e marinha mercante e dos transportes ferroviários.

[10] Ferreira, Arminda E. (2005), *Op. cit.*, p. 74-77.

[11] Simões, Nuno (1940) – *Portugueses no Mundo (esboço para um estudo de uma campanha)*, Lisboa: s/d, p. 262, 263.

[12] Mota, Francisco T. (1996), *Alves Reis, uma História Portuguesa, Ato III. O Sonho Desfeito*, vol. III, Publico-Comunicação Social, s.a., Contexto Editor, Lda.

De 18 de fevereiro a 23 de junho de 1924, Nuno Simões é eleito pela segunda vez para a pasta do mesmo ministério no governo de Álvaro de Castro. Neste curto espaço de tempo decreta a primeira classificação oficial dos monumentos históricos, formando a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, com quatro secções – Lisboa, Porto, Coimbra e Évora; outorga o título de monumento nacional aos edifícios de arquitetura civil, religiosa ou militar que estivessem ligados à História de Portugal.

De 1 de agosto a 10 de dezembro de 1925, Nuno Simões está novamente à frente do ministério do Comércio e Comunicações, no governo de Domingos Pereira. Neste mandato decreta a proteção à marinha nacional, manda fazer o levantamento do mau estado de conservação das vias de comunicação e faz criar a Junta Autónoma das Estradas.

Homem honesto, arrojado e democrata ousou encarar os poderosos do seu tempo, que não perdoaram envolvendo-o no afamado caso das notas falsas de Alves dos Reis. Foi acusado de crimes de corrupção, por entenderem que no exercício das suas funções públicas, arrecadava donativos e presentes do arguido Alves dos Reis, pois estreitava negócios com o Banco de Angola e Metrópole, com a Companhia do Aboim, com a Sociedade Agrícola e Comercial de Capelonga, entre outras.¹²

Procedendo-se a indagações, salienta João Nunes Cardoso em a “Minuta de Agravo de Injusta

Pronuncia”, de 1927: “Nuno Simões, em vez de possuir 900 contos na sua conta bancária, como o jornal “O Século” anunciava e difamava era devedor de 10 contos (...)”. Para sair em liberdade foi-lhe estipulada fiança que ele não podia pagar. Foram então os seus amigos de Famalicão, entre eles, Manuel Dias Costa, Manuel Nunes de Sá e Bernardino Peres Alves Carneiro, que juntando dinheiro lhe pagaram a fiança, de 50.000\$00.¹³

Em 1926, com o eclodir do “28 de maio” que põe fim à Primeira República e dá início a um novo regime político de Ditadura Militar, ocorrem os primeiros passos para o regime que irá durar até 1974, o Estado Novo. Neste período de transição, Nuno Simões abandona praticamente a atividade política. Contudo, e apesar do contexto político da época, em 1930, é nomeado Secretário-geral do Supremo Conselho de Administração Pública. Cinco anos depois é demitido pelo conselho de ministros, pois fazia parte da célebre lista dos 33 intelectuais despedidos, dos quais se destacam Bernardino Machado, Abel Salazar, Norton de Matos, Afonso Costa, entre outros.

Afastado da política regressa à advocacia, aos estudos económico-financeiros e passa a exercer a profissão de consultor jurídico do mundo empresarial (industrial e comercial) no continente e no Ultramar. Vai desempenhar um papel fundamental na aproximação cultural entre Portugal e o Brasil.

Defendendo o «ideário», ora em conferências e discursos, debatendo e expondo propostas para uma melhor e eficaz aproximação, ora através da imprensa (meio pelo qual os seus defensores se serviam para publicitar e difundir as suas ideias), publica obras onde reflete e retrata os meios de aproximação de ambos os países. Nuno Simões definia o Luso-Brasileirismo como uma aliança natural de sentimentos, ideais e interesses comuns aos dois povos, de ordem moral, social e cultural, cuja sistematização e aplicação se fazem sempre ao serviço da civilização e da sincera e verdadeira paz mundial pelo caminho duma democratização social e evidente.

De formação humanista e jurídica teve uma atividade intensa no campo do jornalismo com artigos publicados em numerosos jornais e revistas nacionais e estrangeiras. Consagrou muito do seu esforço ao aprofundamento das relações entre Portugal e Brasil sendo o autor de vários livros e ensaios. Na esteira de Gilberto Freire, de quem era amigo, defende a existência de uma comunidade Luso-Brasileira, a melhoria da qualidade profissional e técnica da nossa emigração, a defesa de um património linguístico comum e o aumento das trocas bilaterais. Também a forma como a colonização em África estava a ser feita lhe merecem fortes reparos, sendo adepto confesso da política de desenvolvimento incentivada por Norton de Matos.¹⁴

Ao longo da sua vida recebeu várias condecorações, destacando-se a *Ordem do Cruzeiro do Sul* em 1953, pelo presidente do Brasil, Getúlio Vargas, distinção essa das mais altas do Brasil, por

[13] Cardoso, João Nunes (1927), *Minuta de Agravo de Injusta Pronuncia*, Lisboa: Centro Tipográfico Colonial.

[14] Ferreira, Arminda E. (2005), *Nuno Simões: Reflexão de um republicano sobre as colónias. Vila Nova de Famalicão: Boletim Cultural n.º 5*, p. 287- 296

o considerar o mais alto defensor da cooperação transatlântica.

Em 1954 é homenageado a nível nacional, aquando dos seus 60 anos, pelos filiados do MUD (Movimento da Unidade Democrática), por sugestão da Maçonaria. Nuno Simões estava filiado no MUD desde 1945, segundo referências proferidas por Champalimaud na obra elaborada por José Freire Antunes, em 1997, e referência encontrada numa carta expedida pelo MUD, datada em 1954, depositada no Arquivo da Torre do Tombo, onde lhe são pronunciadas palavras de enaltecimento e destaque na sociedade portuguesa pelas suas qualidades intelectuais, profissionais, de carácter e desprendimento pelos bens materiais.

O ano de consagração da atividade cívica e pública de Nuno Simões, devoto a Portugal e ao Brasil, acontece também em 1968, quando em Portugal a presidência da república portuguesa lhe confere a “Ordem de Benemerência” e o presidente do Brasil lhe confere o “*Grau de Grande Oficial da Ordem do Rio Branco*”, pelo decreto de 31 de outubro; ainda em 1968, a 27 de dezembro, a “Casa do Minho” atribui-lhe o diploma de “Sócio Benemérito” pelo artigo 31º da “Assembleia Geral Extraordinária”.

[15] Ferreira, Arminda E., Op.cit.

Ainda em 1968, a Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, presidida pelo padre Benjamim Salgado, confere-lhe “O Colar e a Medalha de Ouro de reconhecimento”. Nessa homenagem é recebido pelas individualidades políticas locais, empresários, amigos e familiares e uma centena de crianças. É também nesse mesmo dia que é inaugurada a cantina da Escola Básica do 1.º Ciclo de Louredo, na freguesia de Calendário, com o nome de Domingos da Costa Simões, seu pai (ver fotografias).

A 7 de agosto de 1975, o deputado Cunha Leal, da bancada parlamentar do Partido Popular Democrático (PPD), relembra a data do falecimento de Nuno Simões e de Baltasar de Almeida Teixeira referindo que, pertenceram ambos “aos homens denotados que, de coração limpo e alma lavada, se entregaram, numa dádiva total, aos ideais da República e da Democracia, quase desde o alvorecer das suas próprias consciências” e que deveriam ser apontados como exemplos de dignidade, perseverança e inabalável fé nos destinos da República.¹⁵

Em 1977, Vitorino Nemésio redige um artigo no “Jornal de Letras”, do Rio de Janeiro, evocando Nuno Simões como uma espécie de “Cônsul Geral” do Brasil, em Lisboa e no Porto, e, ao mesmo tempo, como que o encarregado de negócios dos portugueses no Brasil.

A título póstumo, em 1990, a presidência da República confere-lhe o “*Grau de Grande Oficial da Ordem do Infante D. Henrique*” e pela altura do centenário natalício, a Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão presta-lhe homenagem trazendo muitas individualidades políticas, amigos e o então Presidente da República, Mário Soares.

Homem de forte caráter e valores humanistas, todos os anos por ocasião do Natal, levava um pouco de conforto a muitos lares, asilos, casas de caridade e associações e onde o infortúnio se tivesse instalado. A sua bolsa estava sempre aberta a todas as iniciativas que se mostrassem justas e humanas.

Doou à Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão a sua biblioteca particular composta por milhares de volumes, assim como também peças artísticas e recordações pessoais, cartas, quadros diversos e estatuetas.

Um dos seus atos de filantropia e generosidade para com a comunidade foi o de entregar verbas em Vila Nova de Famalicão, Guimarães e Vila Real que custeassem três escolas de Educação Infantil, pois entendia que os primeiros anos das crianças eram os primordiais para a integral expansão mental da criança. Publica o jornal “O Povo de Guimarães”, a 13 de abril de 1978:

*“A ideia partiu do Dr. Nuno Simões que desejava deixar o seu nome ligado às terras que mais amou: Famalicão, a sua terra natal; Guimarães, onde passou os melhores anos da sua mocidade e Vila Real, onde encetou a sua vida política quando ali exerceu o cargo de Governador Civil”.*¹⁶

[16] O Povo de Guimarães, 13 de abril de 1978.

Esteve, até ao fim da vida, lúcido e confiante em si mesmo. Faleceu em 27 de julho de 1975, na sequência da cirurgia motivada por uma fratura do colo do fémur.

Na missa de corpo presente realizada na igreja paroquial da sua freguesia natal, Calendário, do concelho de Vila Nova de Famalicão, cocelebraram dez sacerdotes missionários do Espírito Santo, que o acompanharam desde Lisboa, para testemunhar a sua generosidade a favor daquela congregação. No entanto, não estiveram presentes nem se fizeram representar, as autoridades estatais no seu funeral.

Após a sua morte, foi homenageado várias vezes no concelho de Vila Nova de Famalicão.

Em 1998, por intermédio do Secretário de Estado da Administração Educativa, Guilherme d’ Oliveira Martins, pelo Despacho n.º 20827/98, da II Série, é homologado o nome de Escola Básica do 2.º e 3.º ciclos “Dr. Nuno Simões” para patrono deste estabelecimento de ensino, na freguesia do Calendário.

O sociólogo e antropólogo brasileiro Gilberto Freire, considerava Nuno Simões de “homem-símbolo” proferindo as seguintes palavras:

“(…) é triunfo harmonioso do complexo sobre o simples, do plural sobre o singular,



da combinação de contrários sobre a segregação de diferenças (...),
“(...) pertencia a uma geração de homens redondos, e não à geração de homens bicudos
pela consonância, estabilidade, harmonia, equilíbrio e companheirismo
nas relações pessoais com os outros. (...)”.¹⁷

Bibliografia

- Cardoso, João Nunes (1927), *Minuta de Agravo de Injusta Pronuncia*, Lisboa: Centro Tipográfico Colonial
- Correspondência de Nuno Simões a Bernardino Machado*, in Fundo Particular de Bernardino Machado em depósito no Museu Bernardino Machado, Vila Nova de Famalicão.
- Correspondência de Nuno Simões a Joaquim de Sousa Fernandes*, S.F- 7994, in Arquivo Municipal Alberto Sampaio, Vila Nova de Famalicão.
- Ferreira, Arminda E. (2004), *AVisão Colonialista de um Republicano – Nuno Simões*, in Revista Africana, n.º 26, fevereiro de 2004 – Porto: Centro de Estudos Africanos e Orientais da Universidade Portucalense.
- Ferreira, Arminda E. (2005), *Nuno Simões: Reflexão de um republicano sobre as colónias*. Vila Nova de Famalicão: Boletim Cultural n.º 5, p. 287- 296
- Ferreira, Arminda E. (2005), *O Luso-Brasileirismo na perspetiva de Nuno Simões, Esboço de um Estudo de Natureza Biográfica*, Edições Quasi.
- Freire, Gilberto (1961), *O Luso e o Trópico*, Lisboa: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique.
- Mota, Francisco T. (1996), *Alves Reis, uma História Portuguesa, Ato III. O Sonho Desfeito*, vol. III, Publico-Comunicação Social, s.a., Contexto Editor, Lda.
- Notícias de Chaves*, 15 de novembro de 1975, p. 2.
- O Povo de Guimarães*, 13 de abril.
- Simões, Castro (1913), *Dr. Nuno Simões*, in *O Famalicense*, 6 de novembro, 6:233, p.1,2.
- Simões, Nuno (1934), *O Brasil e a emigração portuguesa, (Notas para um estudo)*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Simões, Nuno (1940) – *Portugueses no Mundo (esboço para um estudo de uma campanha)*, Lisboa: s/d.
- Simões, Nuno (1960), *Atualidades e Permanências do Luso-Brasileirismo: Conferências e Discursos*, 1945-1955, Lisboa.

[17] Freire, Gilberto (1961), *O Luso e o Trópico*, Lisboa: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, p. 68

3.7



Rua da Seara

3.7 Trabalho Feminino – Um Olhar Histórico

Os estudos que tratam o tema do trabalho das mulheres centram-se, essencialmente, nos séculos XIX e seguintes. Este facto prende-se, em grande parte, com a existência de fontes abundantes para períodos mais remotos da História relacionadas com mulheres de relevo político e social e não com as de camadas sociais desfavorecidas, precisamente, as que desempenham trabalhos comuns. Aquele em que se tem incidido, por lhe corresponder mais documentação, é o que se relaciona com o caráter assistencial, que a sociedade melhor tolera que desenvolvam.

O trabalho feminino é uma constante no decurso dos tempos, embora não seja fácil defini-lo¹. Uma das razões dessa dificuldade é ser olhado a partir da divisão histórica do trabalho como natural, como característica sexual, como uma mediação do corpo da mulher e não diferenciado dele e como derivação de um trabalho não concebido como tal. Paralelamente, ressalta pela sua desvalorização económica e cultural e pela anulação conceptual. Todavia, é despropositado concluir que as mulheres, dadas estas circunstâncias, se tenham remetido para a inatividade ou confinado, nas suas laborações, ao espaço doméstico. A dinâmica do mundo rural é-lhes profundamente devedora, por partilharem com o homem, praticamente, todas as tarefas, completando-se na manutenção da célula familiar de produção. Outros horizontes vão desbravando, porém, na ótica dos estudiosos desta matéria, a total separabilidade da casa e do trabalho nunca se consumou².

Convencionalmente, as funções que realizam na família – reprodutivas e de cuidado –, e as agrícolas e artesanais, consideradas como um prolongamento daquelas, não são remuneradas, ao contrário das que têm lugar no espaço público – trabalho produtivo e com reconhecimento social. No universo do Antigo Regime, as mulheres aparecem a exercer as mais variadas atividades, conquanto, raramente, as mesmas ocupações do homem. Neste contexto, observa-se um modo equilibrado de papéis e de tarefas, nem antagónicos, nem concorrentes, jamais mistos e só, aparentemente, equivalentes: os gestos em torno da água, do fogo, da preparação dos alimentos são gestos femininos que os homens não podem praticar sem incorrer na desvalorização de tal desempenho. A sociedade camponesa codifica e valoriza os domínios feminino e masculino de atuação: os homens lavram, semeiam – trabalhos nobres; as mulheres colhem, tiram as ervas daninhas – trabalhos subalternos.

Se, material e simbolicamente, os homens não procuram aceder à esfera das tarefas femininas, não prescindem delas para concluírem as suas. Na indústria da seda, em Trás-os-Montes, atividade popular e alimentada por milhares de famílias, a presença das mulheres ultrapassa, numericamente, a dos homens, detentores da supervisão do trabalho e dos seus benefícios. Elas surgem não apenas na produção, na função de voltadeiras ou fiandeiras, mas, também, na criação do bicho-da-seda “pondo a semente em panos de linho, que envolvem em outros

[1] Cf. Pilar Díaz Sánchez, “Balance se los estudios sobre el trabajo de las mujeres en la España contemporánea”, in Maria Isabel del Val Valdivieso, Magdalena S. Tomás Pérez, Maria de Jesus Dueñas Cepeda e Cristina de la Rosa Cubo (coord.), *La Historia de las Mujeres: una revisión historiográfica*, Valladolid, Universidad de Valladolid, 2004, pp. 373-374.

[2] Cf. María José Pérez Alvarez, *La familia, la casa y el convento. Las mujeres leonesas durante la Edad Moderna*, León, Universidad de León, 2012, pp. 121-122.

outros de baeta ou flanela, colocando-os durante o dia no seio, e, durante a noite, na cama”³.

No âmbito dos “serviços”, importa destacar dois em que as mulheres têm um especial relevo: o ofício reconhecido de parteira e a criação e educação de expostos. Os expostos são a evidência maior da pobreza. Em tempo de alastramento do abandono institucional de crianças⁴ – um problema existente em, praticamente, todos os municípios do reino – este é um tipo de ofício que é próprio das mulheres, embora tutelado pelos homens. Desempenham um importante papel na assistência aos enjeitados, como elementos diretamente ligados ao funcionamento da Roda ou como amas.

A criação das Rodas é incumbência das autoridades municipais a partir do século XIV, desde que os concelhos não dispusessem de albergarias ou hospitais que deles cuidassem. Muitas das Misericórdias prestam-lhes socorros, função que não integra os *Compromissos*, continuando os poderes concelhios a suportar as despesas. Pina Manique, em 1783, ordena que em todas as vilas, sem instituições para acolhimento dos expostos, exista uma Roda. Com esta medida, pretende evitar o infanticídio, pela importância que representa a população para a riqueza do país. Um modo de proteger a reputação da mãe que concebe um filho ilegítimo é abandoná-lo para ser criado como exposto proibindo-se, ao mesmo tempo, a indagação sobre a identidade de quem expõe. Conceber filhos fora do casamento é um atentado à honra da família e ao seu prestígio e pode colocar em risco a vida das mulheres e a dos homens que as seduzem. Nestas “teias de ocultação”, os supostos pai e mãe adoptivos são, na verdade, os pais naturais. À ilegitimidade junta-se a desvalorização da infância e as dificuldades de sobrevivência. Na Roda, as crianças são recebidas por uma mulher que as conduz à autoridade municipal que, por sua vez, as entrega a amas que as criam em suas casas e com quem ficam até aos sete anos. Passam, com esta idade, para a alçada dos juízes dos órfãos a quem compete arranjar-lhes tutor e acomodá-los como criados. Pode verificar-se, posteriormente, a adopção ou o resgate pela família. No final de setecentos, as instituições de caridade despertam para este grupo. As Rodas dos expostos desaparecem com o decreto de novembro de 1867.

O encargo de ama de leite é exercido relativamente a crianças de todos os estratos sociais, porém, só por si, os expostos constituem um mercado de grandes proporções no século XVIII. Os estudos sobre as crianças expostas relacionam os números, mais ou menos elevados destas, com a conjuntura demográfica e/ou económica em que o fenómeno se insere. As recessões económicas, que justificam o seu aumento, arrastam as famílias para a miséria, dada a subida dos preços agrícolas e as crises de subsistência que originam. Do mesmo modo, são afetadas as instituições que recebem essas crianças, com maior número de ingressos nestes períodos. As esperanças de vida, já reduzidas na família, agravam-se nas instituições que as acolhem. Contrariamente, os anos de boas colheitas conduzem à sua diminuição. Este ofício é financiado pelas câmaras municipais e sujeito a fiscalização, tal como o têxtil e o de parteiras⁵. Apesar

[3] Cf. Fernando de Sousa, *História da Indústria das Sedas em Trás-os-Montes*, vol. II, Porto, Edições Afrontamento, 2006, p. 482. Sobre as actividades exclusivamente femininas ou sectores que integram uma grande participação de mulheres, leia-se Maria Helena da Cruz Coelho, “A mulher e o trabalho nas cidades medievais portuguesas”, in *Homens, Espaços e Poderes (séculos XI-XVI) – Notas do Viver Social*, vol. I, Lisboa, Livros Horizonte, 1990, pp. 37-59 e, também, Arnaldo Sousa Dias, “Mulher, trabalho e família: a dimensão económica do agregado familiar”, in L. A. Fonseca, Luís Amaral e Fernanda Santos (coord.), *Os Reinos Ibéricos na Idade Média*, Porto, Livraria Civilização Editora, 2003, pp. 273-283.

[4] Cf. Muriel Nazzari, “Sem perda da honra: a preservação da reputação femina no Brasil colonial”, in Maria Beatriz Nizza da Silva (coord.), *Sexualidade, Família e Religião na Colonização do Brasil*, Lisboa, Livros Horizonte, 2001, pp. 66, 67 e 69.

[5] Cf. Bonnie S. Anderson y Judith Zinsser, *Historia de las mujeres, una historia própria*, Barcelona, Crítica, 2007, pp. 442-449.

daquele setor representar, tal como a indústria doméstica, uma fração do rendimento familiar, é um facto que beneficia, de forma indireta, a economia das zonas rurais, uma vez que o recrutamento das mulheres para o aleitamento dos expostos se faz, essencialmente, aqui. Saem dos seus lugares para irem às Rodas das zonas urbanas e distantes, pressupondo-se que tenham um papel significativo nas relações cidade-campo e na quebra do isolamento desta área. As deslocações facilitam a recuperação das crianças, fazendo aumentar, paradoxalmente, o abandono ao longo desta centúria. A sua redução verifica-se no decurso do século XIX⁶.

No aspeto sanitário das populações das cidades e dos campos do século XVII, as parteiras passam a ser avaliadas pelo físico-mor ou cirurgião-mor, para poderem exercer esta função. A certidão que as habilita tem de ser comprovada pela câmara. Sem este requisito, a que deve associar-se serem mulheres de boa vida e são costumes⁷, incorrem em prisão e penas pecuniárias. Aquelas disposições conferem-lhe dignificação social e melhoram a técnica da sua atuação, que desenvolvem ao lado de médicos, cirurgiões e boticários, durante os séculos XVII e XVIII. As mulheres europeias detêm, ao longo dos tempos, a responsabilidade básica da atenção médica às suas famílias e a assistência nos partos. Frente à orientação teórica dos médicos valoriza-se a sua experiência prática. Não obstante, perante a qualificação que a medicina e outros ofícios e ocupações vão conhecendo, os modelos tradicionais que revestem o trabalho feminino vão mudando na sua natureza e participação. Os graduados universitários e os artesãos estabelecem regulações e licenças e definem as especialidades. As mulheres vêm-se excluídas da educação necessária, consequentemente, das organizações profissionais. Os homens controlam os grêmios, as academias, as graduações universitárias e as licenças. Do século XIII ao XVIII, os médicos vão erigindo-se como praticantes prioritários em todos os aspetos da medicina, incluindo os referentes ao parto. Neste aspeto, as mulheres continuam a atender as classes pobres que habitam o campo, longe das cidades onde atuam os especialistas. Se os pacientes são mais prósperos, intervêm, mas sob a supervisão de um médico. A história da medicina europeia é marcada pelo nome de mulheres que agem como cirurgiãs e boticárias, além do “tratamento das enfermidades das mulheres”, e por obras que deixam a relatar a sua experiência. A iconografia dos séculos XV e XVI, referente a cenas de parto, mostra as parteiras como figuras veneráveis, diligentes e fatigadas⁸.

Exclusivas da sua condição feminina, ou com elas relacionadas, o desempenho das tarefas acima descritas confirma a existência de uma divisão sexual do trabalho.

O trabalho feminino só se torna visível pela mão da Revolução Industrial e do aparecimento da indústria fabril, isto é, quando as mulheres saem do recinto familiar e se ligam às fábricas e ao meio urbano. No novo universo laboral é tido em conta o reconhecimento do valor

[6] Cf. Isabel dos Guimarães Sá, “O trabalho”, in Pedro Lains e Álvaro Ferreira da Silva (org.), *História Económica de Portugal (1700-2000)*, op. cit., pp. 108-109; *idem*, “Trabalho de mulheres e economia familiar: o caso das amas de expostos da roda do Porto no século XVIII”, in *Boletín de la Asociación de Demografía Histórica*, XII, 2-3, 1994, pp. 6-7.

[7] Cf. Eduardo Freire de Oliveira, *Elementos para a História do Município de Lisboa*, tomo XIV, Lisboa, Typographia Universal, 1906, p. 232.

[8] Cf. Maria de Fátima Dias dos Reis, “A Mulher e o trabalho no espaço urbano nos séculos XVII e XVIII”, in *A Mulher na História – Actas dos Colóquios sobre a temática da Mulher – 1999-2000*, Moita, Câmara Municipal da Moita, 2000, p. 209.

do trabalho, primeiramente por Adam Smith e, depois, por David Ricardo e Karl Marx. Esse valor, publicamente determinado pelo mercado, traz o elo simbólico entre trabalho e trabalho assalariado. Na economia especializada, comercial e monetária que substitui, no século XVIII, a de subsistência, as mulheres são relegadas para as ocupações menos qualificadas, lucrativas e prestigiadas. Esta posição vem já do sistema político e social da Idade Média, quando ficam excluídas, ou admitidas somente de modo subsidiário, dos grêmios artesanais e mercantis masculinos e impedidas de constituírem as suas próprias agremiações em torno dos ofícios a que se dedicam, como os têxteis.

Isoladas, fora das corporações que proporcionam a proteção dos artífices e se constituem como importantes redes de sociabilidade e de dignificação do trabalho, as ocupações femininas não são reconhecidas como profissionais, no sentido estrito do termo, nem se subordinam a critérios financeiros. No período industrial, as mulheres continuam concentradas em desempenhos que se afiguram como um prolongamento do trabalho doméstico, enquadradas nas áreas mais tradicionais da economia. O pequeno comércio volante e o das tendas são desenvolvidos pelas mulheres pobres, conforme o comprovam as leis que proíbem os homens de os exercerem⁹.

A regularização e as ações disciplinares das atividades económicas femininas, não raramente deixam de aludir a determinadas condições específicas que podem dificultar a sua execução e que nem sempre passam, apenas, pelas mulheres. Na verdade, a pretensão a um cargo na *Casa dos Vinte e Quatro* exige, como um dos critérios, não terem os candidatos as “suas mulheres vendendo em lugares públicos nem ainda em lojas ou tenda”¹⁰. As *Ordenações Filipinas* estabelecem que as padeiras, pescadeiras e regateiras, ou mulheres com outros “semelhantes mesteres na corte”, se vivem amancebadas, ficam impossibilitadas de exercerem tais funções¹¹. Opõem-se à determinação que obriga à colocação de tabuletas nas portas a indicarem o tipo de trabalho que exercem, com o fim de facilitar a fiscalização das medidas por parte dos almotacés. Alegam que fica em causa a sua reputação, pois vivem “de suas portas a dentro com grande recolhimento, conforme deviam ao seu estado, com seus filhos e filhas donzelas (...) para com o limitado ganho que lhes ficava com o seu trabalho e de seus maridos, pobres officiaes, os poderem alimentar e governar”¹². As medeiras de pão (“medem” o pão na feira) correspondem a um desempenho exclusivamente levado a efeito por mulheres, estipulado, como outras medidas de capacidade, a nível concelhio. As que aplicam esta medida devem ser “casadas ou viúvas honestas”¹³. Na distribuição de géneros alimentares, as vendadeiras devem ser idóneas, de boa vida e bons costumes¹⁴.

As laborações femininas, numerosas e diversificadas e que caracterizam as cidades, são sub-valorizadas, subalternizadas e cerceadas, mesmo sendo um contributo indispensável para a vida urbana dos séculos XVII e XVIII, porque sem ele esta não funciona. Do pequeno comércio às atividades transformadoras e serviços, considerados menores e entregues aos

[9] Cf. Isabel dos Guimarães Sá, “O trabalho”, in Pedro Lains e Álvaro Ferreira da Silva (org.), *História Económica de Portugal (1700-2000)*, vol. I, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais – Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2005, p. 108.

[10] Cf. Franz-Paul de Almeida Langhans, “As antigas Corporações dos Ofícios Mecânicos e a Câmara de Lisboa”, separata dos números 7, 8 e 9 da Revista Municipal, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1942, p. 227.

[11] Cf. *Ordenações Filipinas*, lv. v, título 27, § 1, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1985, p. 1178.

[12] Cf. Eduardo Freire de Oliveira, *Elementos para a História do Município de Lisboa*, op. cit., p. 212.

[13] *Idem*, p. 303.

[14] Cf. Maria de Fátima Dias dos Reis, “A Mulher e o trabalho no espaço urbano nos séculos XVII e XVIII”, in *A Mulher na História – Actas dos Colóquios sobre a temática da Mulher, 1999-2000*, vol. I, Moita, Câmara Municipal da Moita, 2001, p. 26.

estratos femininos mais modestos, a presença das mulheres é consistente. O trabalho doméstico, que não sofre qualquer tipo de constrangimentos, aparece como uma das primeiras formas do trabalho feminino ao nível europeu, na sua maioria de origem rural e considerado como itinerante. Faz parte de uma etapa da vida na qual as mulheres juntam um pecúlio (que pode constituir o dote matrimonial) e regressam aos seus lugares de proveniência¹⁵. Este motivo, a necessidade de prestarem apoio aos ofícios familiares e o desejo de adquirirem competências que concorram para superarem dificuldades quando ficam viúvas, faz inferir que a vulnerabilidade feminina passa pela dependência material relativamente ao homem, resultado das tradicionais dificuldades de acesso ao trabalho, ou, caso a ele acedam, do insuficiente provento que auferem, realidade que o capitalismo comercial recria e intensifica. O homem, na economia de mercado, é o principal provedor da família, pela lei e pela prática, e o único elemento a quem se facultam as vias para reunir e manejar proventos.

Entregues a si, compõem um quadro no meio urbano, onde a pobreza é, eminentemente feminina, realidade que se nutre, de um modo considerável, de mulheres saídas do campo para procurarem trabalho¹⁶, justificando, que da população que legitima medidas assistenciais, sobressaiam, como um dos grupos pauperizáveis. Os períodos de crise, em especial, os de ordem económica, trazem-nos dados relativos à outra face da pobreza, a prostituição feminina¹⁷.

Para muitas mulheres pobres, a prostituição não é senão um dos muitos trabalhos que realizam, a fim de obterem acréscimos aos reduzidos salários auferidos, ou substituírem a sua ausência.

A petição das mulheres do terceiro estado francês, de 1 de janeiro de 1789, apela a que os homens, “sob nenhum pretexto”, exerçam os ofícios que lhes são atribuídos, como os de “agulha e o fuso”, para que não tenham de recorrer à prostituição, um “opróbio” para o sexo feminino. A dificuldade das mulheres em subsistirem está em correlação com a dificuldade de acesso ao trabalho – para além daquele que a natureza supostamente lhe designa – e com a educação que a construção da feminilidade exige.

Na mesma petição, as mulheres denunciam a educação imperfeita que lhes é transmitida, com o intuito, apenas, de interiorizarem os primeiros deveres da religião. Pedem que lhes permitam serem instruídas, não para usurparem a autoridade dos maridos mas para obterem deles maior estima e para conseguirem empregos. Ficam, assim, com meios para resistirem ao infortúnio e para combaterem a indigência que força as mais débeis, “a quem o luxo deslumbra e o exemplo arrasta”, a formarem parte da multidão de infelizes que abunda nas ruas¹⁸.

O século XIX proporciona a abertura da educação formal às mulheres, conseqüentemente, a real abertura ao mundo do trabalho.

[15] Cf. Scarlett Beauvalet-Boutouyrie, *Les femmes à l'époque moderne (XVI-XVII siècles)*, Paris, Éditions Belin, 2003, pp. 124-125.

[16] Cf. Ofélia Rey Castelao y Serrana Ryal García, *Historia de las mujeres en Galicia. Siglos XVI-XIX*, Santiago, Nigratea, 2009.

[17] Cf. Bartolomé Bennassar, *La España del Siglo de Oro*, Barcelona, Critica, Grupo Editorial Grijalbo, 1983, p. 146.

[18] Cf. Alicia H. Puleo (ed.), *La Ilustración olvidada – La polémica de los sexos en el siglo XVIII*, Madrid, Anthropos, 1993, pp. 112-113.

3.8



Praça 9 de Abril

3.8 Os Budas e a Oposição à Ditadura Militar e ao Estado Novo: Convergências e Divergências no Reviralhismo dos Anos 30

Em 1935, num livro polémico, Ferro Alves (jornalista republicano) veio chamar a atenção da opinião pública para as actividades conspirativas de um grupo de exilados portugueses que viviam então em Madrid. Esse grupo, formado em 1931 (mas cuja origem remontava a 1928) ficou conhecido como os Budas.

As suas principais figuras eram Jaime Cortesão, Jaime de Morais e Alberto Moura Pinto. Todos eles tinham sido elementos destacados da República: Jaime Cortesão, médico e intelectual, foi director da Biblioteca Nacional e um dos fundadores da *Seara Nova*; Jaime de Morais, médico e oficial da Marinha, foi governador-geral de Angola, governador-geral da Índia e um dos chefes militares da revolução de 3 de Fevereiro de 1927; Alberto de Moura Pinto, magistrado de profissão, foi ministro da Justiça no consulado de Sidónio Pais e deputado em várias legislaturas.

À volta destes três elementos gravitavam outros exilados, tais como os civis Filipe Mendes, Costa Pereira, Carneiro Franco, Lacerda de Almeida, Melo Borges, Basílio Lopes Pereira e Álvaro Garrido de Castro e os oficiais do exército Alexandrino dos Santos, Nuno Cruz, Júlio César de Almeida e Francisco Oliveira Pio.

É comum atribuir-se a Ferro Alves o baptismo deste grupo. Este jornalista utilizou o termo pela primeira vez em 1929 numa série de artigos, que publicou no jornal *O Baluarte* (quinzenário republicano de Abrantes), de crítica à “gerontocracia” que se apoderara do regime. A partir daí, como ele próprio lembra, o epíteto foi aplicado “implacavelmente a todos os hierarcas fossilizados do constitucionalismo”.

Sigamos, pois, o rasto do Budas, grupo que assumiu um papel destacado na oposição à Ditadura Militar e ao Estado Novo durante os anos 30 do século XX.

Após o fracasso das revoluções de Fevereiro de 1927, começaram a chegar a Vigo vários republicanos civis e militares. Daqui alguns seguirão para Madrid, tais como Júlio César de Almeida, Jaime de Morais e Jaime Cortesão. Na capital espanhola estabelecerão contactos com os jornais *El Heraldo de Madrid* e *El Liberal*. De 1927 até 1931 desenrolam-se várias tentativas reviralhistas, no sentido de pôr cobro à ditadura militar. Alguns dos Budas deslocam-se de Madrid para Paris e daqui para Lisboa. Em 1931 alguns regressam a Madrid. Foi o caso de Jaime Cortesão, que aí irá manter contactos assíduos com influentes personalidades espanholas, nomeadamente com Manuel Azaña. Na imprensa de Madrid, Cortesão fomentava “discretamente” uma campanha contra a ditadura militar instalada em Portugal. A par destas

actividades, tinha um papel nuclear na administração dos fundos amealhados em Madrid e em Barcelona para acudir aos emigrados mais necessitados.

A pedido de Hélder Ribeiro (indigitado chefe da revolução que se preparava no Verão de 1931), Os Budas são encarregados de negociar em Espanha um empréstimo para adquirir armamento. As negociações secretas são conduzidas por Jaime Cortesão e Moura Pinto¹. Os acontecimentos acabam por se precipitar e a revolução, com desconhecimento do próprio Hélder Ribeiro², deflagra em 26 de Agosto de 1931. O fracasso é total. Preocupado com mais esse insucesso e com a desunião que, apesar das muitas conversas, se mantinha entre os oposicionistas, Bernardino Machado convoca para os dias 22 e 23 de Novembro, em Beyris (Bayonne)³, os representantes das várias sensibilidades da oposição à ditadura. Apesar de não ver vantagens de nenhuma espécie nessa reunião, antes “um foco de discussões ou irritações inúteis ou perigosas”, que podiam resultar em desunião em vez de união⁴ e de estranhar que, mesmo antes da sua realização, Bernardino Machado lhe comunicasse que estava “planeado” que se formariam dois organismos (um civil e outro militar⁵), Afonso Costa decidiu estar presente. Compareceram, também, José Domingues dos Santos, Cunha Leal, Lago Cerqueira, Jaime de Morais, Jaime Cortesão e Pina de Morais. Este último, apesar de participar na qualidade de delegado da Liga de Paris, veria o seu nome ser alvo de forte contestação por parte dos Budas⁶.

Na sequência dessa reunião, Afonso Costa, Pina de Morais e José Domingues dos Santos enviam uma carta a Norton de Matos propondo-lhe a constituição de um Directório Supremo (ideia antiga nascida na Liga de Paris e sucessivamente recuperada por José Domingues dos Santos e Afonso Costa), que “viveria” ao lado do Directório da Aliança Republicano-Socialista (formação de carácter unitário constituída em Portugal, em meados de 1931). Enquanto esta limitaria a sua acção à luta no campo legal, o Directório Supremo, constituído por representantes de todos os partidos ou grupos políticos republicanos, teria “apenas como finalidade a luta violenta, revolucionária e sem tréguas, contra o regime de opressão sanguinária, que, para vergonha do povo português, ainda domina em terras lusitanas”. Os signatários propunham-lhe, ainda, que o Directório da Aliança Republicano-Socialista servisse de intermediário junto dos referidos partidos e grupos, para que estes escolhessem “um representante idóneo” para tomar parte no Directório Supremo⁷.

A missão de Norton de Matos anunciava-se, pois, decisiva para o êxito do Directório Supremo, que os signatários da carta desejavam ver constituído por elementos residentes fora e dentro de Portugal e que estivessem em condições “de desenvolver uma actividade revolucionária útil e eficaz”. Não se conhece a resposta do general a esta carta⁸, mas seguramente não acolheu a proposta que lhe era feita, atendendo a uma sua opinião confidencial de finais de Outubro. Norton de Matos era contrário à ideia de um movimento popular ou popular-militar. Em sua

[1] Ana Cristina Clímaco Pereira – *L'exil politique portugais en France et en Espagne, 1927-1940*, II vol, Paris, 1998, pp. 402-403.

[2] *Coronel Hélder Ribeiro – Correspondência recebida (1902-1931) e notas autobiográficas* (coordenação e estudo introdutório de Francisco Ribeiro da Silva), Porto, Universidade Portucalense e Liga dos Amigos do Museu Militar do Porto, 1997, pp. 333-336).

[3] Em alternativa, devido a dificuldades financeiras da maioria dos emigrados, Jaime Cortesão chegou a propor que o encontro se realizasse em Ávila (MBM, *Carta de Jaime Cortesão a Bernardino Machado*, de 14 de Julho de 1931).

[4] MBM, *Carta de Afonso Costa a Bernardino Machado*, de 6 de Outubro de 1931.

[5] MBM, *Carta de Afonso Costa a Bernardino Machado*, de 15 de Novembro de 1931.

[6] Também os democráticos (embora por razões diferentes) não viram com bons olhos a participação de Pina de Morais. A sua presença era sinal da interferência activa (leia-se abusiva) da Liga de Paris na organização da reunião proposta por Bernardino Machado (MBM, *Carta de Mariano Felgueiras a Bernardino Machado*, de 29 de Dezembro de 1931). Sobre a Conferência de Beyris, veja-se A. H. de Oliveira Marques (dir.) – *A unidade da Oposição à Ditadura, 1928-1931*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1976, pp. 107-142.

[7] MBM, *Carta a Norton de Matos*, de 16 de Dezembro de 1931.

[8] Só em Janeiro de 1932 a carta chegará a Norton de Matos, que então se encontrava em Barcelona (MBM, *Carta de Afonso Costa a Bernardino Machado*, de 22 de Janeiro de 1932).

opinião, a não ser por mero acaso, seria impossível num futuro próximo, fazer triunfar em Portugal um movimento revolucionário de carácter militar. Restava, pois, a hipótese de uma revolução “exclusivamente política”. A decisão desse passo deveria ser tornada pública em manifesto assinado pelos emigrados políticos, pelos republicanos mais representativos que se encontravam em Portugal e por representantes da maçonaria e dos partidos políticos. Era essa, aliás, lembrava Norton de Matos, a linha preconizada pela Aliança Republicano-Socialista. Com esse procedimento, dar-se-ia “um golpe formidável na mentalidade militarista” de que estavam imbuídos civis e militares. A força da ditadura, concluía Norton de Matos, residia nas sucessivas conspirações militares. Logo que estas desaparecessem, os militares que sustentavam a ditadura desinteressar-se-iam do regime⁹.

Entretanto, o impasse entre os *revirahistas* do interior e do exterior relativamente à constituição de um Directório Supremo mantinha-se¹⁰. Em Agosto de 1932, José Domingues dos Santos encontra-se no norte de Portugal com Domingos Pereira, secretário do Directório do PRP. Dois meses antes, Afonso Costa dera-lhe plenos poderes para preparar uma nova reunião na fronteira, na qual estariam presentes (de acordo com um protocolo aprovado em Paris “e pelo espírito das resoluções tomadas em Beyris”) “os representantes de partidos ou grupos republicanos e as pessoas com situação representativa geralmente reconhecida”, casos de Bernardino Machado e do próprio Afonso Costa¹¹. Essa reunião, primeiramente marcada para o dia 24 de Agosto, em Ourense, seria adiada uma semana, realizando-se nessa mesma cidade no dia 1 de Setembro¹². Para além de Afonso Costa, José Domingues dos Santos e Domingues Pereira, que estiveram presentes, foram enviados convites a Bernardino Machado, Cunha Leal e Jaime Cortesão, este em representação da *Seara Nova*. Moura Pinto, apesar de tentar estar presente, acabou por não ser convidado¹³. O mal-estar era evidente. De tal forma que, em carta a Bernardino Machado, Afonso Costa terá este desabafo:

“Quem nos diria que este sidonista ainda viria maçar-nos como um trágico “revenant” da outra ditadura?!! Parece-me que fizemos mal, não só a nós mesmos, mas à própria Causa, *esquecendo* ou *fingindo* esquecer o tenebroso e ainda próximo passado de 1918”¹⁴.

Desconhece-se se todos os convidados compareceram em Ourense, mas sabe-se que, para além de se ter falado da questão do empréstimo, foi decidida finalmente a composição do Directório Supremo¹⁵. Dele faziam parte (em representação dos exilados) Bernardino Machado, Afonso Costa, José Domingues dos Santos e Cunha Leal¹⁶; dos representantes do interior apenas se conhece o nome de Domingos Pereira¹⁷. De fora ficavam os *Budas*. Num acto de desagravo, Afonso Costa proporá (com a concordância de Cunha Leal) a sua integração num Conselho Consultivo. Obviamente, não aceitarão¹⁸. Também não estarão representados na União Geral dos Combatentes Republicanos que, em Agosto de 1932, se constituiu na Corunha e que terá à frente da sua direcção o coronel José da Conceição Mascarenhas¹⁹.

[9] O manuscrito de Norton de Matos encontra-se arquivado no Museu Bernardino Machado.

[10] O Directório Supremo é também chamado Comité Supremo, Conselho Supremo e Comité Superior Político.

[11] AJDS, *Carta de Afonso Costa a José Domingues dos Santos*, de 17 de Agosto de 1932.

[12] AJDS, *Carta de Afonso Costa a José Domingues dos Santos*, de 21 de Agosto de 1932.

[13] AJDS, *Cartas de Afonso Costa a José Domingues dos Santos*, de 17, 21 e 24 de Agosto de 1932.

[14] MBM, *Carta de Afonso Costa a Bernardino Machado*, de 10 de Dezembro de 1931.

[15] A constituição do Directório Supremo não significou o fim das divergências entre os republicanos, nomeadamente entre o “Grupo de Madrid” (Budas) e o “Grupo da Galiza” (Ribeiro de Carvalho). Além disso, prevaleciam ainda duas teses antagónicas, de carácter mais amplo: a que reconhecia “a utilidade e a necessidade dos partidos constitucionais da República como órgãos da Democracia”, e a que advogava a necessidade de os “destróçar”, por se considerar que o seu poder de direcção era “nulo”, procurando, pois, substituí-los “por grupos de acção violenta, já devidamente organizados e que se procuram impor à massa republicana não pelas ideias que defendem mas pela força que dizem dispor” (MBM, *Carta de José Domingues dos Santos a Bernardino Machado*, de 7 de Novembro de 1932).

[16] “Carta de Arantes Pedroso ao general Sousa Dias, de 19 de Novembro de 1932”, A. H. de Oliveira Marques (org.) – *O General Sousa Dias e as Revoltas contra a Ditadura, 1926-1931*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1975, p. 270.

Apesar de terem ficado à margem destas organizações, os Budas continuarão a ter um papel importante na estratégia revolucionária da Oposição republicana, mercê, sobretudo, da influência militar que continuavam a ter no interior do país, para onde se deslocava frequentemente Nuno Cruz²⁰. Em Outubro de 1932 estarão envolvidos novamente numa importante venda de armas; desta vez, será o Consórcio de Indústrias Militares espanholas que, por intervenção directa de Manuel Azaña, venderá material de guerra ao financeiro basco Horácio Echevarrieta. Esse material seria cedido aos emigrados portugueses mediante garantias de uma futura concessão em Angola²¹ e de um contrato de construção naval²². Uma parte ficou depositada em casa de Jaime de Morais, seguindo posteriormente para Portugal; outra parte permaneceu em Espanha. Esse material, que foi transportado para Cádiz, nunca chegaria a ser levantado pelos portugueses, não só por questões de ordem financeira mas também por força das alterações políticas que resultaram da ruptura da coligação governamental, em Setembro de 1933 (facto que levaria à substituição de Azaña por Alexandre Lerroux na presidência do governo) e à vitória eleitoral das forças conservadoras espanholas em 19 de Novembro desse ano.

[17] Domingues Pereira representava não só o PRP mas também o Partido Socialista e o Partido Republicano Radical (“Carta de Arantes Pedroso a Domingos Pereira, de 16/8/1932”, A. H. de Oliveira Marques (org.) – *O General Sousa Dias e as Revoltas contra a Ditadura, 1926-1931*, p. 249).

[18] MBM, *Carta de Cunha Leal a Bernardino Machado*, de 1 de Dezembro de 1932. A recusa dos Budas desagradará profundamente a Bernardino Machado, que disso mesmo dará testemunho a Álvaro Pope (MBM, *Carta de Bernardino Machado a Álvaro Pope*, de 19 de Outubro de 1932).

[19] A. H. de Oliveira Marques (org.) – *O General Sousa Dias e as Revoltas contra a Ditadura, 1926-1931*, pp. 250-252.

[20] Preso pela polícia portuguesa em 16 de Março de 1933, consegue evadir-se da Cadeia da Relação do Porto, juntamente com Oliveira Pio (que fora preso na mesma altura) no dia 3 de Julho desse ano. Regressado a Madrid, virá a falecer nesta cidade (em casa de Moura Pinto) em 29 de Dezembro de 1934 (IAN/TT, PIDE/DGS, Cadastro Político n.º 1636).

[21] IAN/TT, PIDE/DGS, Proc. n.º 347 SC, NT 2329, p. 170.

[22] Neste negócio (tal como já acontecera no ano anterior) teve um papel decisivo Manuel Azaña, presidente do governo espanhol desde Novembro de 1931. O seu conhecido iberismo ressuscitava o recorrente “perigo espanhol”. Daí ser uma personalidade “non grata” para a embaixada portuguesa em Madrid que o via como uma ameaça para ambos os países ibéricos (Hipólito de La Torre Gómez – “La Conspiración Iberista de Manuel Azaña”, *Portugal e a Guerra Civil de Espanha*, coordenação de Fernando Rosas, Lisboa, Edições

As armas e as munições acabaram por ser cedidas aos socialistas espanhóis, num negócio em que interveio Indalécio Prieto. A sua descoberta, em Setembro de 1934, a bordo do navio “El Turquesa”, no porto asturiano de San Esteban de Pravia²³ (para serem utilizadas na chamada Revolução de Outubro), iria desencadear uma violenta campanha na imprensa de Madrid²⁴.

No Parlamento espanhol, um deputado socialista atribuiria as responsabilidades aos emigrados portugueses. Dos sectores da direita, porém, surgiram violentas acusações que visavam directamente Manuel Azaña e Casares Quiroga de estarem envolvidos nos assuntos internos de Portugal. Da consequente intervenção judicial resultaram várias prisões, nomeadamente de Echevarrieta, Moura Pinto²⁵ e Alexandrino dos Santos.

Jaime Cortesão e Jaime de Morais, sobre quem impendiam igualmente mandados de prisão, conseguem fugir de Espanha e rumam a França²⁶. Neste país serão alvo de uma investigação policial e acabarão por ficar sujeitos a ordens de expulsão, em Abril de 1935²⁷. Devido à intervenção de alguns sectores da esquerda francesa, Cortesão consegue permanecer em França. Por sua vez, Jaime de Morais, após uma viagem à Grécia, decide rumar novamente a Madrid. Nos finais de 1935, porém, a convite do advogado Basílio Lopes Pereira, líder da Acção Anticlerical e Antifascista (AAA), uma organização maçónica, acompanhado por José Ferreira da Costa e Silva, mais conhecido por “Silva da Madeira”²⁸, entra em Portugal. Durante os três meses que permaneceu clandestino no país teve oportunidade de avaliar que, face às divisões existentes nos sectores da Oposição, eram praticamente nulas as possibilidades de derrubar o governo de Salazar.

Por essa altura, em carta dirigida a Bernardino Machado, Manuel António Correia, ex-oficial do exército, apontava, concretamente, as razões dos sucessivos fracassos revirallistas. Não se deviam, dizia, à falta de meios. Isso existia no grupo chefiado por Jaime de Morais.

O problema residia nos dois grupos (Budas e Ribeiro de Carvalho). Unidos, podiam fazer a revolução, porque dispunham de tudo o que era preciso, isto é, “material e dinheiro”. Porém, “desunidos, separados”, nem um, nem outro fazia fosse o que fosse. O pior é que parecia não haver “possibilidades de os unir”. Embora “a massa” estivesse unida, outro tanto não acontecia com os seus dirigentes²⁹.

Em 1936, após um período de algum apagamento, os Budas voltam a ter um papel destacado nas redes revirallistas. Na sequência dos acontecimentos políticos que se viviam em Espanha, Jaime de Morais, Alexandrino dos Santos e Jaime Cortesão reencontram-se em Madrid. Nesta cidade irá constituir-se um efêmero, mas activo, Comité dos Amigos de Portugal, de que farão parte republicanos, socialistas e comunistas, e que será presidido por Eduardo Ortega y Gasset.

Em Tui, Alexandrino dos Santos promove algumas acções de propaganda e encontra-se em Chaves com elementos militares do interior. Em Julho, novas reuniões terão lugar em Vigo. Ribeiro de Carvalho junta-se aos exilados que aí se encontravam e decide-se marcar nova revolta para o dia 22 desse mês. Devido ao “alzamiento” (17 e 18 de Julho) a revolta, porém, abortará.

É justamente em Julho que se iniciam em Madrid as reuniões de militantes comunistas com alguns emigrados políticos com vista à constituição da Frente Popular Portuguesa. A ideia da sua criação remontava à realização do VII Congresso da Internacional Comunista, que decorreu em Moscovo de 25 de Julho a 21 de Agosto de 1935. Nesse congresso, o Partido Comunista fez-se representar por Bento Gonçalves, Francisco de Paula Oliveira Júnior (Pável) e Gilberto de Oliveira. Em Outubro desse ano, o PCP propõe à CGT e aos republicanos de esquerda a formação de uma “Frente Única contra os verdugos fascistas”³⁰, dando assim cumprimento às decisões do Congresso que preconizava a criação das Frentes Populares.

Segundo um relatório elaborado em Espanha por um militante comunista, faziam parte da Frente Popular Portuguesa o PCP, a Federação das Juventudes Comunistas, o Socorro Vermelho, Sindicatos Vermelhos, Franco-Maçonaria, Partido Socialista, Aliança Republicana (que congregava elementos dos antigos partidos), Liga Antifascista contra a Guerra e o Fascismo, Sindicatos Autónomos (que se resumiam ao sindicato ilegal do Arsenal do Exército de Lisboa), Bloco Académico Antifascista e Acção Antifascista e Anticlerical. De fora da FPP ficaram a CGT (central sindical dominada pelos anarco-sindicalistas) e o grupo militar de Ribeiro de Carvalho. Este militar considerava que o carácter comunista da organização afastava os elementos conservadores que se mostravam descontentes com o regime salazarista³¹.

Colibri, 1998, p. 219).

[23] Sobre as peripécias à volta dos negócios de armas envolvendo os Budas e Echevarrieta, veja-se Ferro Alves – *Os Budas - O contrabando de armas*, Lisboa, 1935. Veja-se igualmente Hipólito de La Torre Gómez (*A Relação Peninsular na antecâmara da Guerra Civil de Espanha, 1931-1936*, Lisboa, Edições Cosmos, 1998, pp. 42-45) e Fernando Madail (*Fernando Valle - Um aristocrata da Esquerda*, Lisboa, Âncora Editora, 2004, pp. 119-121 e 124-127).

[24] Já em 14 de Junho de 1933, o jornal *La Nación* denunciava as manobras dos emigrados portugueses que, “abusando da hospitalidade espanhola, procuravam armar-se em Castela para invadir Portugal” (Ferro Alves – *Os Budas - O contrabando de armas*, Lisboa, 1935, p. 122).

[25] Moura Pinto foi preso no dia 12 de Setembro de 1934. Será libertado em Junho do ano seguinte.

[26] IAN/TT, PIDE/DGS, Proc. n.º 347 SR, NT 2329, p. 174.

[27] Ana Cristina Climaco Pereira – *L'exil politique portugais en France et en Espagne, 1927-1940*, IV vol, Paris, 1195, p. 640 ; IAN/TT, PIDE/DGS, Proc. n.º 347 SR, NT 2329, p. 174.

[28] Em 1937, o “Silva da Madeira” foi um dos operacionais que estiveram envolvidos no atentado contra Salazar, acto que Jaime de Morais (que dele tivera conhecimento antecipado) consideraria “um grave erro” (IAN/TT, PIDE/DGS, Proc. n.º 1279/40, f. 21).

[29] MBM, *Carta de Manuel António Correia a Bernardino Machado*, de 10 de Abril de 1934.

[30] L. H. Afonso Manta – *A Frente Popular Antifascista em Portugal*, Lisboa, Assírio & Alvim, 1976, pp. 107-111.

Com a vitória eleitoral da Frente Popular Espanhola, em 16 de Fevereiro de 1936, os Budas (como se disse) regressam a Madrid. Durante a Guerra Civil, iniciada na sequência do referido “alzamiento” de 17 de Julho, em Melilla, Jaime Cortesão e Jaime de Moraes apoiam abertamente o governo republicano. Moura Pinto, tal como Ribeiro de Carvalho, coloca-se à margem do conflito.

Os principais elementos militares dos Budas vão ter uma intervenção muito activa: Alexandrino dos Santos, combatente na frente de Aragão, desempenhou um papel destacadíssimo na Escola de Carabineiros de Castellon de la Plana, Júlio César de Almeida foi director militar da escola de Comissários Políticos de Barcelona e Oliveira Pio foi um dos organizadores do 5.º Exército³².

Em meados de Agosto de 1936, republicanos, comunistas e anarquistas fundam a União dos Antifascistas Portugueses Residentes em Espanha (UAPRE), organismo que se integrará na Frente Popular Portuguesa. Da direcção, presidida pelo comunista Israel Anahory, faziam parte Jaime Cortesão, Jaime de Moraes e Júlio César de Almeida³³.

Perante o ataque iminente das forças nacionalistas a Madrid, os Budas (Jaime Cortesão, Jaime de Moraes, Moura Pinto, Alexandrino dos Santos e Júlio César de Almeida) abandonam a cidade em Outubro. Em Barcelona, com os comunistas Augusto dos Reis e José Ramos, formam um comité regional da UAPRE, que não tarda a entrar em conflito com o comité de Madrid, que estava praticamente reduzido à presença de elementos comunistas. Desse conflito resultou a demissão da direcção de Barcelona e a acusação, por parte dos comunistas, de terem sido os anarquistas os responsáveis pelas desinteligências dos dois comités. A partir daí, Jaime Cortesão e Jaime de Moraes passarão a actuar autonomamente face à UAPRE³⁴.

Algumas semanas após o corte de relações diplomáticas do governo salazarista com o governo da Frente Popular (Outubro de 1936), os Budas, juntamente com outros emigrados políticos, publicam nos jornais madrilenos *El Sol* e *Claridad* (4 de Novembro de 1936) um manifesto em que protestavam contra a política exterior do governo português, repudiando, concretamente, a sua ingerência na vida interna doutro Estado, isto é, da Espanha. Terminavam, afirmando a sua “solidariedade fraternal” com os que defendiam “a soberania popular contra a usurpação opressora das classes oligárquicas”³⁵.

Em finais de Abril de 1937, Jaime de Moraes, considerando desfavorável a conjuntura para tentar nova acção reviralista, escreve a Bernardino Machado propondo-lhe a organização de um novo encontro unitário que congregasse os vários sectores antifascistas e tomasse decisões no sentido de se constituir um comité revolucionário, redigir um programa social e económico e definir a representação desses sectores num futuro governo³⁶.

[31] Biblioteca do Instituto de Ciências Sociais, Lisboa (BICS), F. 495, op. 10.a, doc. 262/AHS-IC, doc. 112, M. 32, cx. 2. O relatório é datado de 23 de Novembro de 1936.

[32] Luís Farinha – *O Revirinho. Revoltas Republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo 1926-1940*, Lisboa, Editorial Estampa, 1998, p. 242.

[33] Ana Cristina Clímaco Pereira – *L'exil politique portugais en France et en Espagne, 1927-1940*, III vol, Paris, 1998, p. 640.

[34] Ana Cristina Clímaco Pereira – *L'exil politique portugais en France et en Espagne, 1927-1940*, III vol, Paris, 1998, pp. 642-643.

[35] O manifesto foi transcrito pelo *Diário de Notícias* na edição de 22 de Outubro de 1936. Era assinado por Jaime de Moraes, Jaime Cortesão, Moura Pinto, Armando Cortesão, Júlio César de Almeida, Alexandrino dos Santos e Oliveira Pio (todos do grupo dos Budas) e ainda pelo independente Utra Machado, pelo comunista Israel Anahory e pelos anarquistas Gonçalo de Reparaz Júnior e Manuel Firmo.

[36] IAN/TT, PIDE/DGS, Proc. n.º 347/SR, NT 2329, *Carta de Jaime de Moraes a Bernardino Machado*, de 28 de Abril de 1937.

[37] O Comité de Acção da Frente Popular Portuguesa, ou Comité de Paris, englobava republicanos, comunistas e outros antifascistas. Nasceu formalmente em 3 de Maio de 1937. A Presidência de Honra foi atribuída a Bernardino Machado; da Direcção faziam parte Afonso Costa, Agatão Lança, Álvaro Pope, José Domingues dos Santos e Manuel Gomes do Amaral, muito provavelmente o pseudónimo do comunista Armando Correia de Magalhães (Centro Russo de Conservação

Por essa altura, em Paris (na sequência de um apelo de Afonso Costa e José Domingues dos Santos, em 25 de Janeiro de 1937, a todos os liberais e antifascistas) formara-se um Comité de Acção, ou Comité de Paris, o núcleo mais significativo da Frente Popular Portuguesa³⁷. Dele estiveram ausentes os Budas. A inesperada morte de Afonso Costa (efémero presidente desse comité), ocorrida a 11 de Maio de 1937, vai deixar entre os exilados, nas palavras de José Domingues dos Santos, “um vazio profundo”. Ao referido comité, contrastando com a penúria dos anos anteriores, não faltavam então “os meios materiais de acção”, sobejando igualmente “a vontade de continuar a luta até final, sem esmorecimentos, nem hesitações”³⁸. Por isso, por proposta de José Domingues dos Santos, a direcção do Comité de Acção decide convidar Bernardino Machado, que era o seu Presidente de Honra, a assumir a presidência efectiva³⁹.

Porém, será José Domingues dos Santos quem terá o papel central no Comité de Paris. A ele caberá a elaboração de um novo programa da Frente Popular Portuguesa, para substituir o de finais de 1936⁴⁰. Ser-lhe-á também cometida a direcção do *Unir*, um jornal que nasce sob sua proposta no Comité de Acção⁴¹. O primeiro número deste semanário (bimensal, a partir do n.º 12), que tinha como subtítulo *Órgão da Frente Popular Portuguesa*, sai no dia 3 de Julho de 1937. Jaime de Morais foi um dos colaboradores do jornal.

A Frente Popular Portuguesa, porém, não conseguia sair do impasse que uma composição tão heterogénea inevitavelmente provocou. A rivalidade entre os Budas e o grupo de Paris é evidente e a ela talvez não seja estranho o facto de Ribeiro de Carvalho (que então residia em Marrocos) ter aceite integrar o Comité de Acção. Sinal dessas desinteligências será o facto de, em Julho de 1937, Agatão Lança e Álvaro Pope se oporem à presença de Jaime Cortesão numa das suas reuniões. Apesar disso, Jaime Cortesão acabará por participar, em Julho desse ano (1937), nas discussões para a elaboração de um programa de governo⁴².

Em Setembro realizam-se várias reuniões. Numa delas, em Issy-les-Moulineaux, estarão presentes Jaime de Morais (reconhecidamente pouco entusiasta da Frente Popular Portuguesa), Jaime Cortesão, Armando Correia de Magalhães (delegado do PCP), José Domingues dos Santos, Agatão Lança e Manuel Tassara, representante dos sindicatos Autónomos⁴³. Outras reuniões terão lugar em Paris, que servirão para José Domingues dos Santos elaborar um novo projecto político para o período que se seguisse à queda da ditadura e, simultaneamente, traçar as linhas para enquadrar na Frente Popular Portuguesa as diferentes correntes da Oposição⁴⁴.

A chegada de Francisco de Paula Oliveira Júnior (Pável) à direcção do PCP (Janeiro de 1938) e a conseqüente tentativa de instrumentalização da FPP, procurando eliminar a influência republicana que a caracterizava, irá alterar definitivamente o rumo dos acontecimentos. José Domingues dos Santos denuncia as manobras levadas a cabo pelos refugiados comunistas no sentido de utilizar o *Unir* como um meio próprio de propaganda. A inevitável cisão

e de Estudos dos Documentos em História Contemporânea [CRCEDHC]: Arquivos do Komintern, *Acta n.º 1 do Comité de Acção da Frente Popular Portuguesa*, 3/5/1937).

[38] MBM, *Carta de José Domingues dos Santos a Bernardino Machado*, de 20 de Maio de 1937.

[39] CRCEDHC, F.495, 1179, D.12, *Acta n.º 3 do Comité de Acção da Frente Popular Portuguesa*, de 13 de Maio de 1937; veja-se igualmente MBM, *Carta a Bernardino Machado*, de 28 de Maio de 1937 (assinam: José Domingues dos Santos, Álvaro Pope, Manuel Gomes do Amaral e Armando Agatão Lança).

[40] O primeiro programa da FPP, que teve por base uma proposta inicial dos comunistas, seria alterado por um conjunto de contra-propostas dos republicanos. O texto (para além de uma edição em folheto) foi publicado no jornal do Rio de Janeiro *Portugal Republicano* (Ano 5, n.º 49, de 3/4/1937). É igualmente reproduzido em L. H. Afonso Manta – *A Frente Popular Antifascista em Portugal*, pp. 45-66.

[41] CRCEDHC, *Actas n.º 1 e n.º 4 do Comité de Acção da Frente Popular Portuguesa*, respectivamente de 3 e 24/5/1937. Na *Acta n.º 4*, é transcrita a proposta de José Domingues dos Santos sobre a organização, funcionamento e orientação política do *Unir*.

[42] Ana Cristina Climaco Pereira – *L'exil politique portugais en France et en Espagne, 1927-1940*, III vol, Paris, 1998, p. 659.

[43] IAN/TT, Proc. n.º 1279/40, f. 23.

[44] Ana Cristina Climaco Pereira – *L'exil politique portugais en France et en Espagne, 1927-1940*, III vol, Paris, 1998, p. 660.

[45] Nessa edição, em editorial intitulado “Explicação necessária – Aqui vive a Democracia; nada mais e nada menos”, José Domingues dos Santos escreve:

reflete-se desde logo na alteração do subtítulo do jornal: a partir do n.º 41, de 26 de Novembro de 1938, o *Unir* passa a designar-se *Jornal da democracia portuguesa*⁴⁵. A Frente Popular, na prática, desaparecia, acabando de vez após a assinatura do Pacto Germano-Soviético, de 23 de Agosto de 1939, tratado que os republicanos, pela voz de Bernardino Machado, condenariam vivamente⁴⁶.

Ao fracasso da Frente Popular Portuguesa, sobretudo no interior do país, não foi estranha a oposição do grupo militar de Ribeiro de Carvalho e das habituais rivalidades entre os comunistas e os anarquistas da CGT⁴⁷. Como reconhecerá mais tarde Álvaro Cunhal, a Frente Popular não teve “a expressão de uma força política dinâmica, capaz, influente, organizada”, como ocorreu com as que se formaram em França e Espanha⁴⁸.

No sentido de preparar uma revolução, abandonando, pois, pelo menos aparentemente, a ideia do *putsch* (que o PCP por mais de uma vez criticara duramente), Jaime de Moraes tenta negociar, a partir de Maio, um novo empréstimo, desta vez junto de Júlio Grest e Carlos Esplá, ministros espanhóis das Obras Públicas e da Propaganda. Simultaneamente, com Júlio César de Almeida e Alexandrino dos Santos, entre outros, trabalha na organização do Plano L., o famoso Plano Lusitânia que previa uma invasão de Portugal por terra, ar e mar e que tinha como pontos nevrálgicos Lisboa, Porto e Setúbal.

Por sua vez, Jaime Cortesão participará no II Congresso Internacional de Escritores para a Defesa da Cultura. Na sua comunicação, apresentada em Valência a 9 de Julho de 1937, denunciaria o fascismo como “o sistema de regressão mais brutal de todos os tempos na ordem política, social e cultural”. Como português, sabia que a liberdade do nosso povo (como, aliás, a de outros povos) estava “ligada à sorte da guerra em Espanha”, daí dependendo também “todo o futuro da civilização”. Por isso, levava ao congresso, em nome da Frente Popular Portuguesa e das associações de estudantes antifascistas “a mensagem da mais ardente fraternidade e solidariedade com a causa do povo espanhol”⁴⁹.

Entretanto, em Espanha, a ofensiva franquista no Ebro a partir de 30 de Outubro de 1938, que em duas semanas desbaratou as forças republicanas, e a consequente tomada de Barcelona, em 26 de Janeiro de 1939, o Plano Lusitânia (acordado no Outono de 1938 entre Jaime de Moraes e chefes militares espanhóis) acabaria também por não passar do papel.

O destino dos Budas e de outros exilados fica traçado: em 23 de Janeiro, Jaime Cortesão e Jaime de Moraes abandonam Barcelona rumo a França, através dos Pirinéus. Em Perpignan são esperados por Moura Pinto e daí partem para Marselha, cidade onde Moura Pinto se fixara desde Julho de 1938. Jaime de Moraes acabará por rumar à Bélgica e Jaime Cortesão a Biarritz.

“UNIR não é ‘terra de ninguém’ onde todos podem vir estabelecer-se como em sua própria casa e de que todos podem dispor segundo as suas conveniências pessoais ou partidárias. UNIR não é órgão de um homem, de um grupo ou de um partido. É o jornal da Democracia Portuguesa”.

[46] Bernardino Machado – *Manifestos Políticos (1927-1940)*, Lisboa, Palas Editora, 1978, p. 581.

[47] “Carta de José Agostinho das Neves a Germinal de Sousa, de 30 de Novembro de 1938”, Ana Cristina Clímaco Pereira – *L'exil politique portugais en France et en Espagne, 1927-1940*, vol. IV, pp. 1271-1274.

[48] *O P.C.P. e o VII Congresso da Internacional Comunista*, Lisboa, Edições Avante!, 1985, p. 31. Num editorial desse periódico, José Domingues dos Santos escreverá: “A Frente Popular não existe. Pelo menos ela não existe nos termos que poderiam fazer dela um instrumento eficaz de combate. Dela se encontram ainda afastadas largas e interessantes camadas da sociedade portuguesa que são profundamente hostis à ditadura salazarista. (...) Não abandonamos a Frente Popular. Não se abandona uma coisa que não existe” (*Unir*, Paris, 26/11/1938, p. 1).

[49] A comunicação integral encontra-se publicada no livro de Alfredo Ribeiro dos Santos – *Jaime Cortesão - Um dos Grandes de Portugal*, Porto, Fundação Eng. António de Almeida, 1993, pp. 331-337.

[50] Bernardino Machado – *Manifestos Políticos (1927-1940)*, Lisboa, Palas Editores, 1978, p. 581.

[51] BSP, *Carta de Moura Pinto a Sarmento Pimentel*, de 4 de Janeiro de 1940.

[52] MBM, *Carta de Álvaro Pope a Bernardino Machado*, de 1 de Outubro de 1939.

Alguns meses depois, devido à gravidade da situação internacional, e à aproximação a Bernardino Machado, Jaime de Morais e Jaime Cortesão desistem da conspiração. No dia 25 de Setembro de 1939, em Tours, Bernardino Machado assina uma Declaração em que se afirma que face às “criminosas ambições imperialistas” da Alemanha nazi e da Rússia soviética e aos “deveres dos portugueses” para com a Inglaterra, os republicanos emigrados em França estavam “prontos a unir-se solidariamente para os maiores sacrifícios” com os seus concidadãos, “sem distinção de partidos, com dignidade para todos, orgulhosos de bem servir os supremos interesses da Pátria”⁵⁰.

A Declaração, porém, uma vez mais, faria vir ao de cima as profundas divergências entre os vários grupos de exilados. Segundo Moura Pinto, o texto final (elaborado por Bernardino Machado e Agatão Lança) foi “fruto de tempestuosas discussões”⁵¹. Uma primeira versão, da autoria de Jaime de Morais, José Domingues dos Santos e Agatão Lança, foi rejeitada por vários exilados, nomeadamente por Álvaro Pope⁵².

Para José Domingues dos Santos, por ser “mal conhecida”, a Declaração “foi diversamente interpretada”. Uns aplaudiam-na “sem reservas”; outros consideravam-na “como um meio de apaziguamento com mira na amnistia”; finalmente, havia também quem a visse apenas “como um acto de abdicação”. Nesta última categoria figuravam os “valorosos republicanos” que “denodadamente” se batiam “pela defesa dos seus empregos”⁵³.

O líder esquerdista considerava que a Declaração devia ter sido dirigida directamente ao Povo Português através da imprensa. Prevaleceu, contudo, a opinião dos que queriam que fosse entregue na Legação de Portugal em Paris, o que, de facto, veio a acontecer em 4 de Outubro. A Declaração foi entregue pessoalmente ao ministro português em Paris por Jaime de Morais e Agatão Lança. Os resultados, porém, confessava José Domingues dos Santos, em carta a António Resende, foram os mesmos, já que a censura não a deixou publicar na imprensa portuguesa, o mesmo sucedendo também em Paris e em Londres⁵⁴.

Com a amnistia decretada pelo governo de Salazar, em 1 de Junho de 1940, começa a escrever-se o capítulo final da presença dos Budas em Espanha e França. Com poucos dias de diferença, Jaime de Morais e Jaime Cortesão são detidos ao passarem a fronteira de Vilar Formoso⁵⁵. Expulsos de Portugal, escolhem ir viver para o Brasil, país onde Moura Pinto se acolhera já em 1939⁵⁶.

Do outro lado do Atlântico, novamente reunidos, os três Budas continuarão a lutar pela instauração da democracia em Portugal. Mas isso é já outra história.

[53] MBM, *Carta de José Domingues dos Santos a Bernardino Machado*, de 26 de Dezembro de 1939.

[54] IAN/TT, PIDE/DGS, Del. Porto, Proc. 1420 – NT 3482, p. 127.

[55] Jaime de Morais é preso no dia 25 de Julho; no dia 27 é transferido para a sede da PVDE, em Lisboa, recolhendo de seguida à Cadeia do Aljube. Libertado a 28 de Setembro, parte nesse mesmo dia para o Brasil no navio “Serpa Pinto”. Chegará ao Rio de Janeiro no dia 13 de Outubro. Por sua vez, Jaime Cortesão é preso no dia 27 de Julho. Dá entrada na sede da PVDE na madrugada de 29. Nesse dia, é transferido para Peniche onde ficará até 1 de Setembro, data em que é transferido para o Aljube. Embarcará para o Brasil no dia 19 de Outubro.

[56] Dos outros Budas, Júlio César de Almeida optou também pelo regresso a Portugal, sendo-lhe permitido permanecer no país. Oliveira Pio, depois de ter passado de Espanha para França (onde esteve internado algum tempo num campo de concentração), partiu para o norte de África e aí integrou a *Résistance*, no grupo de Valabregue. Finalmente, Alexandrino dos Santos, após a Guerra Civil espanhola também se refugiou em França. Em 1942, esteve internado no campo de Septfonds. De Julho desse ano até Agosto de 1945 integrou o Estado-Maior do coronel Duplain, tendo participado, em Agosto de 1944, no ataque a Toulouse (Ana Cristina Clímaco Pereira – *L'exil politique portugais en France et en Espagne, 1927-1940*, IV vol, Paris, 1998, p. 947.).

3.9



Rua Manuel Pinto de Sousa

3.9 Censura, Informação e Propaganda no Estado liberal

Os estudos sobre a Censura em Portugal têm merecido nos últimos anos particular atenção, sobretudo no respeitante à Imprensa. Releve-se, desde logo, o seu mérito de fazer avançar o conhecimento numa vasta matéria com profundas incidências nas diversas vertentes da cultura portuguesa, na estrutura e funcionamento do Poder e nas relações deste com a sociedade em termos comunicacionais. Este reconhecimento positivo não impede, porém, que assinalemos algumas suas limitações persistentes apresentam, com prejuízo do seu alcance histórico.

Refira-se, por exemplo, a visão predominantemente actualista com que esta matéria é encarada. Muito raros são os estudos que recuam aquém do 28 de Maio, incidindo a grande maioria sobre o Estado Novo. Há que destacar, pois, o mérito do presente colóquio que, numa visão mais ampla, se estende dos fins de Oitocentos aos inícios da Ditadura. Essa limitada visão actualista ficará a dever-se não só à maior atracção natural pelo que nos está mais próximo, como também a alguma maior indiferença e desconhecimento do passado mais distante, como aliás tem vindo a verificar-se nos estudos históricos recentes. Esse facto tem dificultado a compreensão de um processo que não deixa de apresentar, no fundo, certas linhas de continuidade que exigem uma coerente visão de maior alcance, mesmo tendo em conta as alterações que sofre no percurso.

Ainda entre outras limitações destes estudos assinalemos o carácter descritivo da maior parte das abordagens, de que resultam visões fragmentárias, a que falta uma perspectiva integrada dos factos singulares. Alguns destes casos mais notórios registam-se nos estudos sobre a censura salazarista, em que não raro tem predominado mesmo uma certa tendência para a narração de historietas que por vezes não vão além de um interminável anedotário.

O estudo da Censura numa perspectiva ampla, mostrando os traços mais significativos da sua evolução, registando as mudanças e as continuidades, permite compreender a longo termo importantes aspectos da relação entre o Estado e a sociedade, relevando algumas das principais dificuldades do Poder e da maior ou menor precariedade dos meios com que pretendeu enfrentá-las.

Numa visão muito extensa, desde a imposição das primeiras autorizações para imprimir e correr os textos e as concessões dos privilégios aos impressores, podemos reconhecer significativas rupturas e continuidades quer quanto aos regimes censórios e seus órgãos e meios quer quanto aos conteúdos e critérios orientadores, que nos permitem interpretações indispensáveis para a compreensão das relações do Poder com a sociedade.

A princípio, a maior atenção foi prestada às questões religiosas, à luta contra as heresias, ao respeito pelo Dogma e pela Doutrina, sob a influência dominante do Santo Ofício. Depois,

alteram-se os principais objectivos, não se podendo dizer que obedecem a uma motivação exclusiva, pois frequentemente se mesclam linhas temáticas distintas. Tal não impede, porém, que numa visão global possamos descortinar três grandes temas dominantes, embora permeáveis a influências recíprocas. São eles: defesa da Doutrina, defesa da Sociedade e defesa do Regime Político.

Quanto à defesa da Doutrina, tenhamos em atenção que a perturbação política e civil na fase final da monarquia absoluta, incidindo, sobretudo, no século XVIII, não resultava, apenas, de conflitos de natureza cultural e ideológica; embora estes fossem importantes para compreender a natureza da luta pelo Poder que se travava ao nível das camadas superiores e mais ilustradas da sociedade. No combate contra as ideias que punham em causa os princípios em que assentava a soberania temporal, vai-se acentuando a tendência para defender a monarquia absoluta contra tudo o que pudesse concorrer para um mandato condicional da soberania do rei. É nesse sentido que se deverá interpretar o anticurialismo setecentista, não identificável, pois, com as formas de anticlericalismo que se desenvolvem nos séculos XIX e XX. Naquele, a questão central era o relacionamento entre o Estado e a Igreja, com vista à libertação de condicionamentos que permitisse a expansão da sociedade civil. A remodelação da censura feita por Pombal visava, pois, restringir o poder de Roma a favor do controlo pelo Estado. Na cerrada luta ideológica reconhecia-se a indispensabilidade da defesa da Doutrina e do Dogma contra ateus, ímpios, sacrílegos, hereges tanto inspirados em outras religiões como em “pervertidos filósofos destes últimos tempos”, que pretendiam reduzir a onipotência divina e os seus mistérios “à limitada esfera da compreensão humana”.

No último quartel do século XVIII a preocupação central da Censura derivou para a defesa da Sociedade, tendo como pano de fundo as perturbações que então atravessavam a sociedade portuguesa e os preocupantes ecos que chegavam das convulsões externas. Diferentemente do que se passava lá fora, porém, não era a questão do regime político que nessa altura estava sobretudo em causa. Esse encontrava-se relativamente estabilizado através do equilíbrio entre o poder secular e o poder religioso conseguido, ainda que precariamente, sob D. Maria I. A preocupação mais lata do Poder incidia sobre tudo o que, de algum modo, pudesse pôr em causa a estabilidade e a segurança sociais, abalados como estavam a ser alguns dos seus tradicionais suportes ideológicos e materiais. Assim, então, a censura visava, sobretudo, combater tudo o que pudesse causar perturbação da paz pública, desde os ataques à Igreja tradicional e à aristocracia, como pilares fundamentais da sociedade, até à dissolução crescente dos costumes antigos, incluindo os das relações familiares, à corrupção dos códigos sexuais, até aos atropelos da língua portuguesa que então andava tão maltratada, ou à publicação de perturbadoras notícias sensacionalistas.

O predomínio da defesa do Dogma, como relativo à Fé, passava assim para a defesa da Moral,

como relativa aos costumes e, em geral, do viver em sociedade, considerando-se que as transformações então verificadas constituíam factores de dissolução da ordem social.

Verifica-se, depois, que a maior politização da sociedade potenciada pelas condições favoráveis criadas pelas Invasões, bem como pelas crescentes aspirações reformistas, colocam em termos mais prementes a questão do regime político. O Poder, porém, não estava preparado para esta luta: nem quanto ao apetrechamento ideológico exigível nem quanto aos mecanismos de intervenção. Daí, a grande perturbação no funcionamento da Censura que, sem regras bem definidas nem meios suficientes, dava origem a decisões contraditórias e desorientadas dos censores os quais, nesse cenário incerto, muitas vezes se recusavam a exercer tais funções. Reconhecia-se, também, que perante a expansão crescente do espaço público, a ocultação pela Censura das notícias menos favoráveis para o Poder tinha o efeito de fazer avolumar os boatos que acabavam por correr pela cidade com dimensões exageradas.

As três grandes coordenadas referidas marcam a longa história antiga da Censura, mas não constituem fases fechadas com lógicas autónomas. São sujeitas às mudanças decorrentes das variáveis relações entre os desígnios do Poder e a evolução das condições políticas e sociais, podendo reconhecer-se, mesmo, a sua identificação, em síntese, com os fundamentos dos princípios orientadores da censura no Estado Novo.

Numa visão abrangente, vemos como, após a instauração do regime liberal, se tornou ainda mais evidente este comportamento desorientado e contraditório da Censura, sobretudo nos períodos de mais intensa crise política, como no segundo período constitucional de 1826-1828, no abalo social de 1846-1847, no levantamento popular de 1868, na crise de 1890 ou no período seguinte à revolução do 28 de Maio, o que é uma das mais significativas evidências das fragilidades e inconsistências do poder político pré e pós liberal.

As três grandes coordenadas orientadoras da censura atrás referidas são dominantes nos períodos apontados, embora o seu peso relativo dependa das exigências mais ou menos urgentes do Poder. Onde esta realidade mais se evidencia é na censura salazarista. Com efeito, a sua análise atenta mostra-nos como essa censura constitui, como dissemos, como que uma síntese, *mutatis mutandis*, dessas três grandes coordenadas, apresentando como objectivos centrais a defesa da Religião tradicional como unificadora do espaço nacional, a protecção da estabilidade social segundo os usos e costumes antigos tanto públicos como privados e a defesa do regime político como expressão do espírito nacional.

A observação a longo prazo da relação entre o poder político e a Censura levanta-nos ainda uma outra questão, normalmente não destacada, mas indispensável a ter em conta. Trata-se de saber em que medida o Poder usa a Censura como um instrumento com objectivo puramente

negativo ou, ao contrário, de algum modo construtivo. No primeiro caso, tratava-se de pretender eliminar tudo o que fosse contrário às posições do Governo, mesmo não estando inteiramente definida uma nova proposta. É esta visão parcial a que normalmente se apresenta como a acção exclusiva da Censura, reduzindo-a aos cortes de textos ou à apreensão de livros. No segundo caso, a Censura procura contribuir para uma alternativa coerente que torne mais consistente a construção da nova ordem. Mas, para isso, será necessário que os novos poderes estejam apetrechados com uma solidez teórica e projectos suficientemente definidos que tornem sustentáveis as suas propostas, o que muito raramente acontece ao longo da nossa história liberal, nomeadamente nos períodos mais críticos como as crises de 1890 e do final da Monarquia, o conturbado período da I República ou as fases mais instáveis do regime salazarista. Este indispensável enfoque exige, pois, que não se reduza o estudo da censura à análise dos instrumentos e meios utilizados, como é habitual, mas se vá além, sobre os conteúdos e, em última instância, sobre a lógica da intervenção censória. Será assim um contributo essencial para esclarecer as orientações mais ou menos explícitas ou mais ou menos ocultas da política do Governo.

Após as turbulências sociais e políticas que acompanharam a instalação do regime liberal no segundo quartel do século XIX, as relações entre o Poder e a Censura tomam novas direcções, levantando um novo tipo de problemas. Em primeiro lugar haverá que ter em conta a crescente reorganização do espaço político, com as formações parapartidárias substituindo-se, num longo e incerto processo, às inconsistentes tendências políticas dos primeiros tempos da Restauração. Ao mesmo tempo, é indispensável atender à expansão do espaço público politizado, em que a Imprensa representa um elemento fundamental na mediação entre a sociedade e o Poder.

Estamos perante uma nova fase em que a força e a expansão da opinião pública exercem uma influência crescente na vida política, mostrando mesmo alguma relativa autonomia perante o Estado, como em 1868 (revolta da Janeirinha) ou 1890 (crise do Ultimatum). Assegurar alguma paz social e política é o novo principal objectivo da Censura, sobretudo desde o último quartel de Oitocentos. Com efeito, a opinião pública surgia então como um factor com alguma volatilidade e por vezes autonomia, mas considerado estruturante na compreensão da natureza e funcionamento do poder liberal, sobretudo quando se alarga a capacidade eleitoral dos cidadãos, o que acontece tendencialmente desde os princípios dos anos Setenta.

Vejamos, porém, que a expressão pública das vozes, ultrapassados os restritos círculos políticos e literários, não significa, por si só, a formação de um largo “espaço de opinião”, que se exige crítico, livre e amplo, o que, na sua plenitude, frequentemente não é atingido. O Poder, na altura, enfrentava as bases cada vez mais organizadas da opinião política, tendo em conta os centros emissores e o acolhimento das suas mensagens por grupos ideologicamente afins. Era

então a opinião pública uma entidade difusa, sem rosto, que só nos termos da Constituição de 1933 será considerada “elemento fundamental da política da administração do País”.

Tentou o regime monárquico, na última fase, usar a seu favor a influência da opinião pública como factor de legitimação do poder. Mas nem nas comemorações camonianas de 1880, nem no grande levantamento nacional de 1890 o Governo teve o principal protagonismo apesar de, sobretudo no segundo caso, ter procurado inicialmente assumir preponderante influência. Falhou a tentativa de transformar os movimentos que se opuseram às exigências britânicas num plebiscito geral a favor do regime contra o regime, como muitos pretendiam. Tal como no passado, não se tratava da formação complexa de um “espaço de opinião” onde livremente se confrontassem ideias, mas da tentativa de formação de um “bloco de opinião nacional” ao serviço dos interesses dos governantes. O mesmo se vê, por exemplo, com a criação do primeiro jornal português (as *Gazetas da Restauração*), que procura formar “uma corrente de opinião” favorável à Restauração ou em 1809 quando o objectivo dos governantes era tentar levantar os portugueses contra os invasores. Também na crise finisecular são intuitos de defesa da Pátria os que movem a Imprensa, mas com a diferença fundamental de que, então, se trata de um espaço público autónomo relativamente ao Poder. O que requer uma maior vigilância da censura expressa em múltiplas restrições muito severas que se lançaram a partir de 1880.

A vaga repressiva iniciou-se com as “portarias surdas” e a “portaria muda” (como lhes chamou Teófilo Braga nas *Soluções Positivas da Política Portuguesa*, vol. II, pp. 166 e seg.) datadas de 12 de Outubro de 1881. Despertaram viva indignação em todo o País, que não foi estancada pelas justificações apresentadas nos relatórios respectivos, que são muito esclarecedores sobre o modus operandi da censura nessa conjuntura.

Vejamos:

“Tendo a experiência demonstrado graves inconvenientes na publicação das ocorrências policiais, não só pelo desfavor que se lança sobre as pessoas nelas envolvidas (muitas vezes sem justa causa) mas também, e sobretudo, pelo muito que se prejudica a acção da autoridade policial na investigação dos crimes e na descoberta dos criminosos, os quais, advertidos pelas notícias da imprensa periódica, não raras vezes iludem todos os propósitos dos agentes policiais e se subtraem assim à acção da justiça: há Sua Majestade El-Rei por bem ordenar que os governadores civis dos distritos e o comandante-geral das guardas municipais expeçam as ordens convenientes às repartições e estações de polícia da sua dependência para que, d’ora em diante, não dêem notícias das ocorrências e factos policiais de que hajam conhecimento no exercício das suas funções a outras pessoas que não sejam as que, no desempenho dos seus deveres oficiais, tenham de ocupar-se dos mesmos factos e de proceder a respeito deles conforme está disposto nas leis e regulamentos aplicáveis; na inteligência de que se procederá

com severidade contra os empregados a quem toca a execução desta ordem que deixarem de a cumprir como fica determinado”.

Era um duro golpe na liberdade de informação, pois deixava a acção policial a coberto do silêncio, o que permitia que ela cometesse, impunemente e sem conhecimento do público, as maiores arbitrariedades.

Aquelas portarias foram apenas o início de uma longa série de medidas repressivas contra a Imprensa que não se limitaram à Censura mas tiveram outras modalidades, como as dificuldades levantadas pelas autoridades à concessão de habilitações para a criação de jornais que se suspeitava fossem oposicionistas; retirar dos júris (com maior garantia de imparcialidade) o julgamento de muitos casos e entregá-los aos juizes de direito, pela polícia correccional, em grande parte dependente do Governo. São inumeráveis os casos de perseguições, processos e suspensões de jornais em ritmo cada vez maior que mostravam a impotência do Poder para conter o descontentamento crescente. Este tomava formas cada vez mais duras, transbordando dos círculos políticos habituais para o público das mais variadas tendências e estatutos sociais que se reunia em comícios com milhares de pessoas.

Todo este processo culminou com o Decreto de 29 de Março de 1890, que pode considerar-se um marco na história da Imprensa portuguesa pelas excepcionais arbitrariedades e perseguições que permitia. Foi a estratégia que o Governo aplicou para tentar conter o aumento da contestação que se iniciara com o Tratado de Lourenço Marques de 1879, não grandemente afectada pela Censura, mas que tomou depois as maiores dimensões com o Tratado luso-britânico. Os protestos derivaram para uma contestação política mais global, levantando temores que são bem evidentes no relatório que acompanha o citado decreto de Março de 1890.

Com efeito, nesse relatório que precede o articulado do decreto são bem visíveis os temores dos governantes: “Os abusos de manifestação de pensamento por meio da imprensa periódica aumentam e agravam-se de dia para dia à sombra de quase constante impunidade. Escrevem-se as maiores injúrias contra o sistema monárquico representativo [...], ofende-se a pessoa do rei e os membros da família real [...], proclama-se a desobediência às leis e aos poderes constituídos, publicam-se artigos contrários à ordem e à tranquilidade, ameaça-se com a subversão violenta das instituições [...]”. Novas e ainda mais violentas medidas são tomadas depois da fracassada revolta de 31 de Janeiro: suprimiram-se jornais, prenderam-se jornalistas, apertou-se cada vez mais o círculo repressivo em torno da Imprensa”.

À severidade dos poderes públicos acrescia a reacção clerical, duríssima em tudo o que respeitava a matéria religiosa.

As condições ainda mais se agravaram com a lei repressiva geral de 13 de Fevereiro de 1896, chamada “dos anarquistas”, severíssima nas suas restrições que, dizendo visar os anarquistas, na verdade reforçava e ampliava todo o aparelho repressivo em várias direcções.

A reorganização do Partido Republicano e o impulso revolucionário que este tomou ainda mais alertaram as autoridades e fizeram endurecer as suas medidas. A Imprensa vivia um autêntico clima de terror: mais assaltos a jornais e às tipografias, mais prisões de jornalistas, mais pesadas penalizações, o alargamento da censura preventiva, maior facilidade de apreensão, maior número de suspensões e apreensões de jornais. Tudo isso culminou com o projecto de lei de Imprensa apresentado por João Franco na Câmara dos Deputados em Novembro de 1906, que visava apertar ainda mais os laços repressivos. Em Maio de 1907 começaram a funcionar os chamados *gabinetes negros* que desde logo promoveram centenas de querelas a que se sucederam suspensões dos jornais incómodos, mesmo alguns monárquicos. Nos tribunais, os julgamentos dos delitos da Imprensa tornam-se verdadeiros comícios políticos. Sucediavam-se ininterruptamente as querelas e, sobretudo, as suspensões. No estertor da Monarquia, foi esse período de 1889 a 1908 o de mais dureza, expresso no grande aumento da repressão à Imprensa.

A situação inverte-se com a instauração do regime republicano. Uma das suas primeiras preocupações foi libertar a imprensa periódica das amarras legais e informais que a manietavam. Apenas 5 dias depois da revolução, restituía-se o direito de livre expressão do pensamento pelo jornalismo, direito que foi depois regulado pelo Decreto de 28 de Outubro de 1910. Essa situação permitiu que tivessem sido criadas condições favoráveis para o aparecimento de grande número de jornais políticos, por vezes órgãos de partidos ou de tendências políticas formadas, que foram verdadeiros impulsionadores do debate e de organização das ideias. Nunca, como até aí, a influência recíproca da Imprensa e da opinião pública política fora tão intensa, o que é um importante facto novo na história portuguesa. Essa proliferação ocorre não apenas nas grandes cidades, mas difunde-se pelas províncias, formando-se em torno desses periódicos inúmeros centros políticos criadores e difusores de novas mensagens, que irão ter um papel de primeira importância na organização e dinâmica posterior da vida política portuguesa.

Desde os fins do século XIX, durante a I República e, sobretudo, na fase de uma certa euforia do Estado Novo (desde a década de 1940) vai-se gerando uma nova noção da relação do Poder com a sociedade em termos comunicacionais: o facto, notável, é que se começava a fazer uma distinção entre Informação e Propaganda. Vejamos que a atenção da Censura sempre se dirigira exclusivamente sobre a Informação, tentando impedir a que fosse desfavorável ao Governo; depois, essa atenção visa contribuir, de uma forma positiva, para a valorização das virtudes do regime na perspectiva da sua construção. Invertendo as posições até aí assumidas, agora era a Informação que tendia a estar ao serviço da Propaganda.

Levanta-se aqui uma outra questão que atravessa grande parte da história recente portuguesa e constitui um dos factores que procuram estar na base da sustentação da sociedade. É a formação da opinião pública como entidade autónoma e a sua capacidade para aparecer como expressão do sentimento geral da Nação. Mas o Poder encontrava-se, para isso, perante um dilema insolúvel: a sua defesa obrigava a reprimir tudo o que lhe fosse adverso, mas isso era incompatível com o apoio exigido a todas as forças para construir a unidade nacional. Salvo em raras e breves ocasiões, foi este o fracasso das mais empenhadas tentativas, sobretudo no Estado Novo.

Aqui surge a questão que tem estado em permanente debate, em especial quando se tenta definir a natureza do Estado Novo: em que medida a Censura é um instrumento indispensável para construir uma sociedade totalitária? Em que medida o Estado Novo foi um regime totalitário? Da reflexão que fizemos, creio podermos concluir, em síntese, que verdadeiramente não se poderá classificar a natureza do Estado Novo como totalitária ou “semi-totalitária” (como alguns pretendem), pois de facto fracassaram as suas intenções, a maior parte delas tímidas e ambíguas, para conseguir esse desiderato, que nem sequer era apresentado expressamente como objectivo central do seu projecto. Teria sido necessário formar uma unicidade de dominantes aspirações sociais e ideológicas, um pensamento e projecto únicos sem contestação significativa, que nunca foi conseguido. Creio que melhor o deveremos classificar, no essencial, como uma violenta ditadura pessoal, que tentou aparentar, em vão, manter-se nos limites do direito e da moral. Julgo que as análises que temos feito sobre as relações entre a Imprensa e o Estado Novo corroboram esta conclusão.

3.10



Rua Barão da Trovisqueira

3.10 “Estes Escritores Morreram”. A Censura aos Livros e à Leitura no Estado Novo

A Constituição Política da República Portuguesa, aprovada por plebiscito nacional em 19 de Março de 1933, dizia no seu artigo 8:

Constituem direitos e garantias individuais dos cidadãos portugueses:

§ 4 – A liberdade de expressão de pensamento sob qualquer forma.

Porém, no art. 20, § 2 estabelecia-se:

Leis especiais regularão o exercício da liberdade de expressão do pensamento, de ensino, de reunião e de associação, devendo, quanto à primeira, impedir preventiva ou repressivamente a perversão da opinião pública na sua função de força social, e salvaguardar a integridade moral dos cidadãos, a quem ficará assegurado o direito de fazer inserir gratuitamente a rectificação ou defesa na publicação periódica em que forem injuriados ou infamados, sem prejuízo de qualquer outra responsabilidade ou procedimento determinado na lei.

Ainda nesse mesmo dia, o Governo publicou o Decreto-Lei nº 22 469 (D. G. 11.4.1933) que, ao garantir a liberdade de expressão e de informação em consonância com a Constituição e com a Lei de Imprensa (Decreto nº 12 008, 29.7.1926), instituiu a Censura prévia à Imprensa. No seu art. 2º, o Decreto-Lei diz que “*Continuam sujeitas a censura prévia as publicações definidas na lei de imprensa e bem assim as folhas volantes, folhetos, cartazes e outras publicações, sempre que em qualquer delas se versem assuntos de carácter político ou social.*” A Censura teria como fim (art. 3º) “*impedir a perversão da opinião pública*”, pois como já prescrevia o referido art. 2º da Constituição deveria ser exercida “*por forma a defendê-la de todos os factores que a desorientem*” e para “*evitar que sejam atacados os princípios fundamentais da organização da sociedade.*”

O Decreto-Lei estabelecia, em seguida, comissões nomeadas pelo Governo e dependentes do Ministério do Interior através da Comissão de Lisboa, que se encarregaria de expedir as instruções da Censura para as restantes comissões criadas em todo o país.

Mantinha-se assim o regime de censura, nomeadamente o de censura prévia que a Ditadura Militar vinha praticando desde 1926.

Um ano depois, em Novembro de 1934, foi divulgado um relatório do Director Geral dos Serviços de Censura apresentado ao Ministério do Interior sobre “Leituras imorais: propaganda política e social contra o Estado Novo – sua repressão” no qual se referia que “*A acção de Censura*

relativamente a publicações que refiram a dissolução dos costumes tem sido restrita, intervindo apenas em alguns jornais portugueses; não têm sido abrangidas as publicações estrangeiras e mesmo nacionais.”

E quanto à “Propaganda política e social adversa ao Estado Novo” afirmava-se que “*Está sujeita a censura prévia a que é produzida por autores nacionais*”, acrescentando que “*os editores ou autores devem enviar à DG uma indicação do título da obra que desejam publicar.*”

Alguns desses títulos ficam de imediato “dispensados de censura”, exceptuando-se “*obras que divulguem doutrina contra o Estado e contra princípios de ordem moral em que se baseia a organização das sociedades civilizadas.*”

Para permitir o cumprimento das medidas repressivas sugeridas nota o director dos Serviços de Censura que uma actuação mais atenta e eficaz pressuporia um grande aumento do quadro de pessoal, com os custos inerentes.

Assim devia repartir-se com os livreiros o encargo da censura preventiva, antes de se exercer a repressão.

Deste modo os livreiros deveriam entregar diariamente nos serviços de Lisboa, Porto e Coimbra listas das publicações recebidas de carácter político ou social e daquelas que pudessem afectar a moral pública.

Dessas listas a DG escolheria para censura prévia um pequeno número das mais suspeitas, que depois analisaria, procedendo conforme.

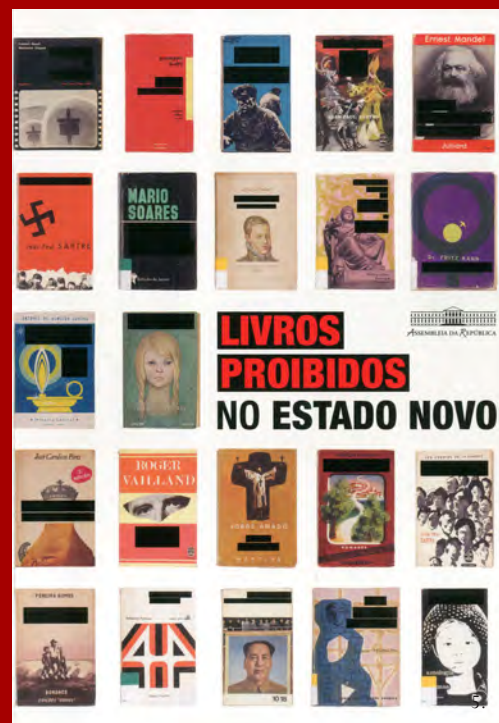
As outras obras poderiam ser comercializadas, embora sujeitas a fiscalização posterior nos postos de venda. Havendo necessidade seriam adquiridos os livros que suscitasse suspeita.

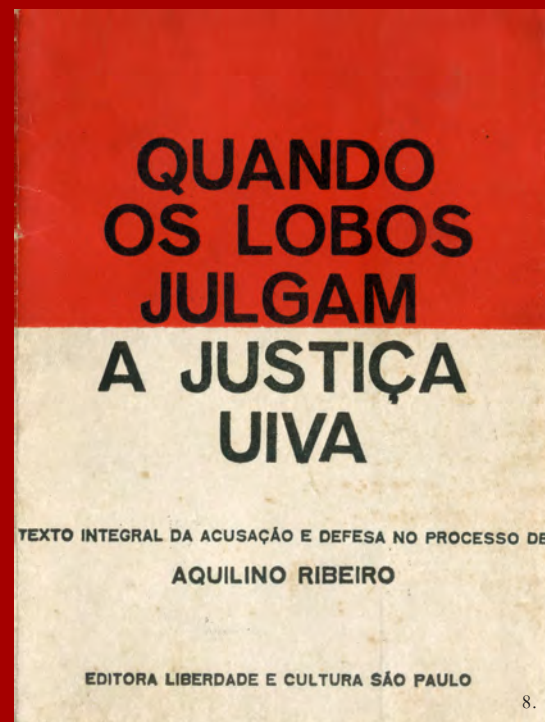
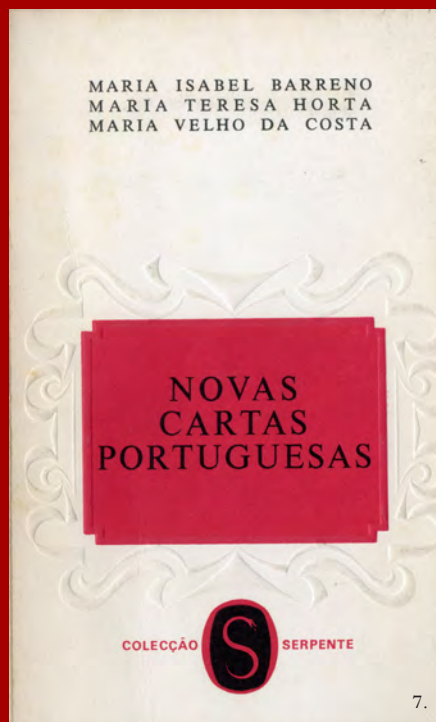
Mas estas medidas, como é evidente, não eram eficazes, por isso a DGC teria que actuar posteriormente na sequência de denúncias ou como resultado da acção fiscalizadora da polícia política (a Polícia de Vigilância e Defesa do Estado, que estaria na origem da famigerada PIDE, a Polícia Internacional e de Defesa do Estado).

Apelava igualmente à colaboração dos proprietários das livrarias ou outros pontos de venda, que deviam informar sobre “livros suspeitos” que estivessem a comercializar, e depois retirá-los de venda.

Idêntico papel cabia às tipografias as quais, perante o pedido de impressão de livros com iguais características, deviam de tal dar conhecimento a quem de direito.

1. Vingança do Filho da Mãe
2. Canto do Papão Lusitano
3. Imitação da felicidade
4. Praça da Canção
5. Livros Proibidos no Estado Novo
6. Livros Proibidos no Regime Fascista
7. Novas Cartas Portuguesas
8. Quando os Lobos Julgam a Justiça Uiva
9. Regressar Para Qué?





E na maior parte dos casos este regime funcionava porque estas empresas comerciais naturalmente queriam evitar as multas, a apreensão de livros, o seu eventual encerramento, com o prejuízo daí decorrente. Assim a maior parte das tipografias tornaram-se involuntárias mas preciosas colaboradoras da censura, dando cumprimento à circular de 1934.

E, como é evidente, não podemos ignorar o clima de medo que, a partir de 1936, se foi instalando no país, mercê da actuação da polícia política, da Legião Portuguesa, dos informadores e denunciadores ou como resultado do que se escrevia nos jornais ou se dizia nos púlpitos.

Não podemos esquecer que a partir de 1936, mercê da eclosão da Guerra Civil em Espanha, uma autêntica histeria anti-comunista se instalou no país, agravada a partir de 1939 pela manifestação do poder dos nazis na Alemanha de Hitler, ou dos fascistas da Itália de Mussolini, por quem Salazar nutria grande admiração. Foi o período de maior fascização do regime.

O desmantelamento da rede clandestina do PCP e a fraca capacidade de oposição dos Republicanos, muito divididos, fazia com que os detentores do poder sentissem uma total impunidade perante os seus desmandos e violência, a que os Tribunais davam cobertura e que a Igreja Católica, cúmplice, fingia ignorar.

O Regulamento dos Serviços de Censura de 1936 enfatizava estes princípios:

Continuavam submetidos a censura prévia, como vimos, além das publicações periódicas, os manifestos, folhas volantes, folhetos, cartazes e outras publicações sempre que em qualquer delas se versassem assuntos de carácter político ou social.

Esta regra aplicava-se a um variado número de livros, mas não à literatura propriamente dita.

Porém esta não escapava às garras deste odioso serviço, pois podiam estar sujeitos à censura repressiva os livros e mais publicações não sujeitas àquela forma de censura prévia.

Vendo bem, a censura podia incidir sobre todo o tipo de publicações periódicas e de livros que se editassem em Portugal – isto para não falar também das edições estrangeiras, que igualmente não escapavam à sanha inquisitorial (a história repeta-se) dos polícias do espírito que dominavam o país.

O art. 7º do referido Regulamento dos Serviços de Censura determinava que não seriam consentidas publicações que contivessem:

- a) *Matéria dissolvente contra o Estado ou que atingisse o prestígio da Nação, o Chefe do Estado, o Governo e Tribunais, como órgãos da soberania nacional, bem como os seus representantes no estrangeiro.*
- b) *Ofensas aos Chefes de Estado e Governo de nações amigas e seus representantes em Portugal.*
- c) *Referências irreverentes às autoridades e desprestigiantes para os serviços públicos ou assuntos com propósito deliberado de perturbar a marcha destes.*
- d) *Notícias que sem justificação originassem o alarme e provocassem a intranquilidade pública.*
- e) *Matéria redigida em língua grosseira, imoral ou injuriosa.*
- f) *Campanhas acintosas contra pessoas, autarquias locais e corporações.*
- g) *Escritos que ofendessem as crenças e práticas religiosas.*
- h) *Assuntos e gravuras que ofendessem a moral.*
- i) *Referências e anúncios convocatórios e outros relativos a agremiações ilegais ou que não dispusessem de autorização da entidade competente.*

Quanto à tutela, sabemos que a DG Serviços de Censura, a partir de 1933 passou para a alçada do Ministério do Interior.

Em 1940 integrou o Gabinete de Coordenação dos Serviços de Propaganda e Informação, que era presidido pelo Presidente do Conselho (António de Oliveira Salazar).

Em 1944 foi criado o Secretariado Nacional de Informação e Cultura para cuja dependência passaram os Serviços de Censura, sucedendo que o Secretário Geral daquele organismo era de livre nomeação do Presidente do Conselho, despachando directamente com o seu titular, o que significa que a partir daí a censura passou a ser controlada assumidamente e de forma absoluta por Salazar.

Tal dependência fica por demais evidente num seu despacho de 1962, em que se determina que *“os Serviços de Censura dependem exclusivamente da Presidência do Conselho e não recebem ordens de qualquer outro departamento do Estado.”*

Já referi que, relativamente aos livros, estes deveriam ser objecto de apreciação pelos Serviços de Censura para previamente serem avaliados os que versassem assuntos de carácter político ou social, o que configura uma amplitude temática incomensurável.

Os critérios adoptados pela censura nunca foram totalmente explicados, mas são fundamentalmente de carácter político ou ideológico.

Tudo isto é muito vago, subjectivo, contraditório, pode ser arbitrário e imprevisível. A lei tem um carácter bastante impreciso e a proibição de um livro, ou o simples corte de diversas

passagens por vezes podia depender do estado de humor dos censores.

Sabia-se que nunca se podia pôr em causa o regime ou procurar abalar os seus fundamentos políticos e económicos, valores morais e princípios filosóficos e mesmo religiosos.

Tinha que se evitar a irreverência, o protesto, a reivindicação, a contestação, tudo o que revelasse tendências subversivas e por isso ameaçasse enfraquecer ou questionar a legitimidade do Estado Novo (como viria a acontecer a partir de 1961 com guerra no Ultramar) ou pôr em causa os valores morais e religiosos com que o regime se identificava.

Os livros, essencialmente de carácter literário, que eram alvo da atenção da censura, podiam provir das incursões às livrarias e editoras por parte das brigadas especialmente criadas para o efeito, como resultado de denúncias das mais diversas entidades (veja-se, p. ex, o infame officio do Governador Civil de Braga, A. M. Santos da Cunha, denunciando a existência de livros subversivos na Liv. Victor, reproduzido na imagem 10 da página 206) ou mesmo de simples particulares e até da compra de exemplares de obras que pudessem levantar alguma suspeita (devido ao nome do autor ou tema tratado), o que levava a que também as tipografias fossem igualmente visitadas.

Uma vez apreciado pelos censores de serviço, sempre que um livro não merecesse aprovação, era ordenada a sua apreensão, que se verificava junto daqueles que os produziam ou comercializavam, ou mesmo em casa dos seus autores.

Foi o que aconteceu, por exemplo, com as “Marchas, danças e canções” de F. Lopes Graça, J. J. Cochofel e outros poetas, uma obra que podemos considerar literária, apreendida em 1946, pois aquela edição “constituía uma nova modalidade de propaganda subversiva. Em cada estrofe dos seus poemas há uma nítida provocação à revolta das classes trabalhadoras, oferecendo-lhes a já estrofiada promessa de felicidade vinda do estrangeiro, num porvir mais ou menos próximo.”

Identificado assim cada livro suspeito, era lavrado um auto de apreensão procedendo-se depois à sua inutilização, que um auto igualmente formalizava.

A inutilização processava-se através do fogo – os livros eram queimados; ou então rasgados, guilhotinados e depois o papel vendido a peso!

Dispenso-me de fazer comentários relativamente a estes procedimentos iníquos – os meus amigos podem julgá-los tão bem ou melhor do que eu, e para melhor conhecer todos estes e muitos outros aspectos da actividade censória aconselho vivamente a leitura do estudo

“A censura de Salazar e Marcelo Caetano”, da autoria de Cândido de Azevedo (1999).

Pode agora perguntar-se: e afinal quem exercia esse serviço, quem eram os censores?

A censura, mercê das circunstâncias políticas em que surgiu durante a Ditadura, foi inicialmente exercida por militares.

Nos primeiros tempos esse trabalho era desempenhado por jovens oficiais no activo mas, sobretudo após a II Guerra Mundial, passou a ser feito por um número cada vez maior de oficiais na reserva ou reformados – daí a designação de “coronéis da censura” aplicada aos que a executavam, utilizando o célebre “lápiz azul”.

Mas o aumento da actividade editorial com especial incidência nos temas políticos, sociais e económicos que se verificou a partir do final da década de 60, bem como a publicação de obras de carácter literário com conteúdos críticos à situação bem evidentes, levou a que comessem a ser chamados civis, licenciados e portanto com maior grau de cultura, que constituíam equipas destinadas à apreciação de tais obras. E muitos deles, imbuídos dos princípios ideológicos do Estado Novo, exerciam cuidadosa e conscienciosamente o seu trabalho, lendo com a maior atenção as obras que lhes eram apresentadas e propondo depois, quando caso disso, a sua total proibição ou a publicação com os cortes que propunham, conforme o provam muitos processos já conhecidos.

A chegada de Marcelo Caetano ao poder em Setembro de 1968 foi vista com alguma expectativa, esperando-se uma certa liberalização – era a chamada e muito aguardada “primavera marcelista”.

As expectativas foram rapidamente iludidas, apesar de o Chefe de Governo ter deixado de exercer influência directa nos Serviços de Censura, que ficou sob a tutela da Secretaria de Estado de Informação e Turismo.

Mas o discurso de abertura política do regime marcelista serviu quase apenas para consumo público, como o comprovam as “Normas a observar pela Direcção dos Serviços de Censura” de Outubro de 1968 em que se acentuava o carácter casuístico da sua intervenção e não se alteravam as questões de fundo da sua actuação.

É certo que nos primeiros meses do governo de Caetano se verificou uma certa flexibilidade, mas após o período eleitoral de 1969, o chumbo do projecto de Lei de Imprensa apresentado por Francisco Sá Carneiro e Francisco Pinto Balsemão (deputados da Ala Liberal) em 1970 mostra que, conforme tinha acentuado o presidente do Conselho no ano anterior, de eleições

para a Assembleia Nacional, “não se encontrava projectada qualquer lei de abolição do sistema censório.”

As alterações da Lei de Imprensa governamental visavam apenas aspectos formais, continuando a não se reconhecer efectivamente o direito individual de liberdade de expressão do pensamento.

Relativamente aos livros a situação manteve-se praticamente igual, como o provam algumas situações de que mais à frente falarei.

Em Novembro de 1972 o Ministro do Interior (Gonçalves Rapazote) deu novas e severas instruções à Direcção Geral de Segurança (nova denominação da PIDE), devido ao facto de se ter verificado um *“aumento substancial de publicações que atentam contra a sociedade e a ordem e ofendem os bons costumes”*.

Nesse despacho determina-se que *“deverá a Direcção-Geral de Segurança dedicar um cuidado particular ao imediato cumprimento das seguintes instruções:*

- 1. Relacionar as tipografias que se dedicam à impressão de livros suspeitos — pornográficos ou subversivos;*
- 2. Organizar um plano de visitas regulares a essas tipografias para impedir, efectivamente, a impressão de textos susceptíveis de proibição;*
- 3. Organizar brigadas especializadas para este serviço que será feito em colaboração com a Direcção dos Serviços de Censura, da Secretaria de Estado da Informação e Turismo;*
- 4. Organizar o serviço de vigilância da entrada no País de publicações pornográficas e suspeitas, com carácter efectivo e permanente;*
- 5. Organizar a visita regular às livrarias de todo o País para sequestro de livros, revistas e cartazes suspeitos e para apreensão dos que já estão proibidos pela Direcção dos Serviços de Censura;*
- 6. Organizar brigadas especializadas para estas visitas que revestem particular delicadeza e necessitam de muita sensibilidade, ponderação e segurança nas decisões tomadas;*
- 7. Notificar as tipografias e livrarias onde sejam habitualmente apreendidas publicações proibidas de que a primeira reincidência poderá determinar a aplicação das medidas previstas nos artigos 23º e 24º, do Decreto-Lei nº 37447, de 13 de Junho de 1949;*
- 8. Organizar processos individuais relativos a todas as apreensões feitas para que, ouvido o Senhor Auditor Jurídico deste Ministério e a Secretaria de Estado da Informação e Turismo, possam ser submetidos a apreciação e resolução do Conselho de Segurança Pública;*
- 9. Informar os Grémios das Artes Gráficas e dos Editores e Livreiros da acção de repressão que vai ser desencadeada contra os responsáveis pela impressão, distribuição ou venda de publicações pornográficas e subversivas e de que será proposta ao Conselho de Segurança Pública a aplicação das medidas previstas no Decreto-Lei nº 37447, de 13 de Junho de 1949, para defesa dos bons*

costumes, da ordem social e consequentemente da ordem pública.”

Isto é suficientemente elucidativo para vermos como o que se escrevia e editava em Portugal inquietava, perturbava o regime - e apenas estou a falar de livros -, deixando de lado a música, o teatro, o cinema ou outras formas de expressão artística que foram abordados neste ciclo de conferências.

Sobre os escritores também pairavam diversos tipos de procedimentos ou ameaças, acontecendo com a maior frequência serem presos, interrogados, agredidos, e processados.

Porém, de forma mais subtil e menos evidente para o grande público ou para quem estivesse fora do meio era o silenciamento que podia recair sobre a sua obra, sobre a sua figura.

Chamo a vossa atenção para um telefonema recebido por Manuel Ramos, jornalista do “Jornal de Notícias”, que César Príncipe citou no seu livro “Os segredos da Censura”. Dizia assim:

“O jornalista e ex-director do ‘Jornal de Notícias’, Manuel Ramos, recordou naquele jornal em 1974 a ordem que na noite de 16 de Novembro de 1965 o ‘Jornal de Notícias’ recebeu (pelo telefone, sempre – ou quase sempre – pelo telefone)”:

“Qualquer referência aos seguintes escritores é para cortar: Luiz Francisco Rebello, Urbano Tavares Rodrigues, Sofia de Mello Breyner Andresen, Francisco de Sousa Tavares, Mário Sacramento, Fausto Lopo de Carvalho, José Augusto França, Jorge Reis, Natália Correia, Mendes Atanásio, Alexandre Pinheiro Torres, Augusto Abelaira, Fernanda Botelho, Manuel da Fonseca e Jacinto do Prado Coelho. Estes nomes são cortados. Estes escritores morreram!”

Príncipe, 2016:15.

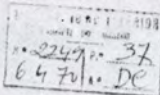
Proibindo-se qualquer referência a autores desafectos ao regime salazarista (nome, título das obras, fotografias, prémios recebidos, recensões críticas, publicidade aos seus livros), era como se esses escritores deixassem de existir, o que se tornava extremamente gravoso e indigno – a sua obra era envolvida num manto de silêncio público, ficando efectivamente mortos para os seus leitores.

Por vezes alguns dos autores proscritos recorriam a pseudónimos, que utilizavam quando faziam traduções ou colaboravam na imprensa periódica. Um caso conhecido é o de Óscar Lopes que durante alguns anos assinou textos de crítica literária em “O Comércio do Porto” sob o nome de Luso do Carmo. Pseudónimos utilizaram Álvaro Cunhal, Armando Bacelar, Paulo Quintela, entre muitos outros, na revista “Vértice” (Andrade, 1987), o mesmo se passando com outros autores na “Seara Nova”.

GOVERNO CIVIL DO DISTRITO DE BRAGA
GABINETE DO GOVERNADOR

CONFIDENCIAL

LISBOA



Para os fins que V. Ex.^a achar por convenientes, tenho a honra de informar que a Livraria Vítor, desta cidade, propriedade do conhecido agitado Dr. Víctor Sá, tem tido à venda três obras de propaganda de doutrina subversiva que grande repercussão e mal têm causado entre o público, sobretudo entre o clero.

As obras a que nos referimos possuem os seguintes títulos: "De Humberto Delgado a Marcello Caetano", "Queremos ser livres" e "Padre Camilo Torres", sacerdote assassinado na Argentina.

Sem mais, apresento a V. Ex.^a os meus melhores cumprimentos.

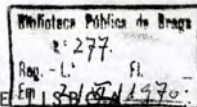
O Governador Civil,

António Maria Santos da Cunha
(António Maria Santos da Cunha)

Braga, 1 de Abril de 1970

10.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL
Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes
BIBLIOTECA NACIONAL DE
SERVIÇO DO DEPÓSITO LEGAL



Exm.^o Senhor
Director da Biblioteca Pública e
Arquivo Distrital de

BRAGA

Sua referência: Sua comunicação: Nossa Referência: 3.1.V.70.496
L. Biblioteca Pública - LISBOA 2 (Portugal)
Telef. 36 61 48
29.5.70

ASSUNTO:

Segundo comunicação da Direcção-Geral de Segurança a esta Biblioteca têm de ser retiradas da leitura pública, por serem consideradas obras proibidas, as abaixo mencionadas:

- "A educação sexual dos adultos/Para uma sexualidade Desculpabilizada da autoria de Roger Geraud
- "A Pilula" da autoria de José Vilhena
- "Começo de que viragem para onde? caderno nº2 da colecção Política Económica Economia Política
- "De Poema em Riste" de José Carlos de Vasconcelos
- "Diário Político por Raul Rego
- "Para um Dossier da Oposição" Organizado e Prefaciado por Serafim Ferreira e Arsénio Mo

A bem da Nação

11.

A sanha persecutória fazia sentir-se igualmente junto das editoras, sobretudo aquelas que eram mais suspeitas de publicarem livros que pusessem em causa os valores que o regime de Salazar / Caetano defendia.

Em 1965, conta o editor Francisco Lyon de Castro, a sede das Publicações Europa América foi assaltada pela PIDE, que apreendeu os 73000 livros, de todos os géneros, que lá se encontravam, até os de culinária! Imagine-se o prejuízo – para não falar do resto – que tal atitude causou.

Presumo que parte deste fundo editorial tenha sido posteriormente devolvido, mas logo a seguir 23 títulos, tudo novidades, de autores portugueses e estrangeiros, foram proibidos.

Em 1970, já depois da denominada “primavera marcelista”, que chegou a alimentar algumas expectativas, ter chegado ao ocaso, as PEA tinham mais de 50 livros proibidos (Azevedo, 1999: 526-544).

São inúmeras outras editoras que sofreram cortes brutais relativamente aos títulos que publicavam, das quais posso citar os casos da D. Quixote, Seara Nova, Afrodite, Afrontamento e outras de menor dimensão.

As tipografias eram igualmente devassadas e objecto de severo escrutínio: a mero título de exemplo refiro que em Março de 1974 um agente da DGS foi a uma tipografia de Coimbra em busca do livro de poemas “Esperança agredida” de José Manuel Mendes, tendo levado os 200 exemplares que lá encontrou.

E o mesmo se passava com muitas livrarias, havendo uma lista das que eram consideradas mais suspeitas, como p. ex. a Divulgação no Porto ou as cooperativas livreiras como a Unicepe na mesma cidade ou a Unitas em Coimbra (Barata, 2004). Victor de Sá, que em Braga possuía a Livraria Victor, muito conotada com a Oposição, recordava assim uma dessas visitas: *“Mais uma vez o zeloso funcionário apareceu, com aquele mau jeito que tomam as pessoas de mal fingida amabilidade. Lá vinha com a interminável lista de títulos, em português uns, muitos em francês, bastantes já em inglês. Títulos de livros, de revistas, de magazines, de literatura preciosa e também de lit. de cordel, tudo caiu à rede e vinha para ser pescado. É a visita já quase familiar do agente da polícia que vem para a apreensão de livros proibidos, de mais livros proibidos. E como em português já quase nada se publica além do ‘Jovem Piedoso’ e do ‘Mês de Maria’, a repressão recaí agora sobre aquela magra literatura estrangeira que consegue escapar às malhas sempre cada vez mais apertadas das alfândegas e dos correios”* (Nunes, 2007).

Aqui em V. N. Famalicão a Livraria Júlio Brandão, que igualmente editou “*livros de crítica ao regime... e literatura marxista*”, foi “*um polo de difusão de literatura progressista*”, sendo por isso

muito vigiada e por vezes devassada (Varela, 2014).

Era o tempo da venda de livros “por debaixo do balcão”, pois livreiros cúmplices, conhecedores da sua clientela, proporcionavam-lhe obras proibidas, aquelas que eufemisticamente nos catálogos das editoras eram indicadas como “fora do mercado”.

Aliás as livrarias também recebiam circulares do Grémio Nacional dos Editores e Livreiros com indicação das obras cuja venda era proibida ou estavam “proibidas de circular no país”, de acordo com instruções da Direcção dos Serviços de Censura.

Igualmente havia processos nos Tribunais contra escritores e editores: Aquilino Ribeiro e “Quando os lobos uivam”, o editor Fernando Ribeiro de Melo, Natália Correia e Luís Pacheco devido à tradução da “Filosofia de Alcova” de Sade; Maria Teresa Horta, M. Fátima Barrento e Maria Velho da Costa por causa das “Novas cartas portuguesas”, processo surgido em 1973 que teve grande repercussão na Europa e de que as autoras só se livraram porque entretanto se deu o 25 de Abril. São diversos os estudos publicados sobre a actuação da Censura e da PIDE junto de Régio, Torga, Namora, Luís Pacheco e F. Ribeiro de Melo, muito elucidativos quanto aos processos utilizados e a convivência dos juízes.

Pode ainda recordar-se o ataque conduzido pela Legião Portuguesa à Sociedade Portuguesa de Escritores, depois de ter atribuído o seu mais importante prémio ao livro “Luuanda”, de J. Luandino Vieira (então preso no Tarrafal), que causou a total destruição da sua sede, biblioteca e recheio, bem como a prisão e posterior condenação nos tribunais de alguns dos seus dirigentes e membros do júri.

Não tão evidente nem naturalmente regulamentada, mas do mesmo modo eficaz e castradora foi a autocensura que, como escreveu Cândido de Azevedo, “*constituiu uma das formas mais graves de condicionamento intelectual e de repressão cultural, porque, sem que as pessoas tivessem por vezes plena consciência, atrofiava a criatividade e o espírito crítico, tendia a modelar as mentalidades ao nível do possível, do permitido ou do politicamente correcto no âmbito de um regime fortemente repressivo como era o Estado Novo*” (Azevedo, 1999:79).

De tal nos deixaram testemunho, entre outros, Mário Dionísio (“*os escritos que vêm à luz do dia passam por uma série de censuras, não expressas, mas reais, antes da Censura propriamente dita*”) ou Raul Rego (“*a principal censura é a que se exerce só pelo facto de existir a Censura*”).

Também Ferreira de Castro, referindo-se mais concretamente à criação literária nos diz que “*escrever assim é uma verdadeira tortura... Cada um de nós coloca, ao escrever, um censor imaginário sobre a mesa de trabalho...*”, frisando Óscar Lopes que a autocensura que o escritor impunha

a si próprio “atinge até as características estilísticas da literatura e o articularismo destes últimos 40 anos” (Azevedo, 1997:12).

Um balanço necessariamente incompleto mas extremamente revelador da política obscurantista e anticultural do Estado Novo encontra-se bem evidenciado no volume que a Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista publicou em 1981 sobre os “Livros proibidos no regime fascista”, constituído por uma extensa relação de cerca de 3300 títulos das obras cuja circulação, cuja leitura esteve proibida em Portugal durante o regime de Salazar/Caetano, de acordo com as instruções que os editores e livreiros recebiam da Direcção dos Serviços de Censura ou da D. G. de Informação.

É um documento impressionante, tornado a publicar noutras ocasiões, que merecia uma análise sociológica aturada, embora não se possa ignorar que entre os títulos proibidos havia alguma sub-literatura, mas que prova à saciedade como o regime derrubado em 1974 foi repressivo e castrador relativamente a tudo o que se escrevia fora dos parâmetros impostos.

Deve notar-se que, na sequência de um trabalho elaborado por Luísa Alvim em 1992, se verificou que cerca de 25 % das edições portuguesas (165 títulos) inventariadas no já referido “Livros proibidos no regime fascista” não tinham sido ainda localizados nos catálogos das principais bibliotecas portuguesas, o que mostra como os métodos descritos foram eficazes (Alvim, 1992).

Naquela lista, entre os autores com mais livros proibidos figuravam K. Marx, F. Engels, Lenine e L. Trotsky, embora a maior parte das obras referidas fosse em língua francesa, dado ser praticamente impossível editá-las em português. Em diversas ocasiões, quando se faziam traduções, o nome do seu autor surgia sob pseudónimo ou referido através de iniciais.

Se nos circunscrevermos à literatura, à frente da lista dos portugueses proibidos com 16 títulos, surge Tomás da Fonseca, mas encontramos obras de Miguel Torga, Aquilino Ribeiro, Cardoso Pires, José Régio, Luís Pacheco, Urbano Tavares Rodrigues, Vergílio Ferreira, Manuel Alegre, Herberto Helder, José Manuel Mendes, Maria Archer, Natália Correia e de muitos outros, entre os nossos escritores que não podiam ser lidos. Curiosamente, o autor com mais obras proibidas era o humorista José Vilhena, com 30 títulos.

Grande número de consagrados escritores estrangeiros, como Jorge Amado, Charles Baudelaire, Guy de Maupassant, Máximo Gorki, Simone de Beauvoir, J. P.Sartre, A. Malraux, Henry Miller, Simone Weil ou Pablo Neruda figuravam igualmente nestas listas. (Nunes, 1996: 336).

Relativamente aos ensaístas, historiadores e investigadores ou advogados deparamos com nomes

como os de Egas Moniz, Raul Proença, António Sérgio, Bento de Jesus Caraça, António José Saraiva, Agostinho Silva, Victor de Sá, César de Oliveira, Santos Simões, Francisco Salgado Zenha, Vasco da Gama Fernandes, José Magalhães Godinho, Raul Rego, Álvaro Cunhal ou Humberto Delgado, para além do Pe. J. Felicidade Alves ou até do monárquico Alfredo Pimenta.

Para além dos temas políticos, económicos, sociais predominantemente portugueses, questões ligadas à sexualidade, à contestação à Igreja Católica, ou relacionados com o comunismo e outras ideologias similares eram sistematicamente alvos da Censura, como este inventário revela.

Deve ainda referir-se que a Assembleia Nacional em muitas ocasiões mostrou enorme preocupação com o conteúdo dos livros que eram editados em Portugal, durante muitos anos através das vozes monócórdicas dos membros da União Nacional, mas, a partir de 1969 em discussões acesas com os elementos da Ala Liberal, defensores da mudança da Lei de Imprensa e de uma maior liberdade de expressão do pensamento (Ferrão, 2005).

Falta referir o modo como foi exercida a censura nos espaços de leitura pública, como era o caso das bibliotecas.

Deve desde já dizer-se que o legislador nunca mostrou qualquer preocupação evidente com esta situação, pois os decretos que dizem respeito à Biblioteca Nacional, às públicas e às municipais nunca referem concretamente restrições à leitura e ao acesso aos livros e publicações periódicas.

Contudo existiam outros mecanismos para a controlar que se revelavam igualmente eficazes, em especial naquelas 14 bibliotecas que eram beneficiários do Depósito Legal, o que significava que, em princípio, deviam receber todas as publicações impressas em Portugal e nas suas colónias.

No arquivo de correspondência recebida na Biblioteca Pública de Braga, onde trabalhei, na pasta que diz respeito ao ano de 1970, p.ex., encontram-se dois tipos de documentos em que as medidas restritivas da leitura eram postas em prática:

- A Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes enviava regularmente circulares confidenciais em que se dizia: “tenho a honra de transcrever a circular nº... de x do corrente, que recebi da Direcção Geral de Segurança e que respeita a publicações *proibidas de circular no país*”. Seguia-se um rol de livros e revistas portuguesas e estrangeiras, em que se misturavam obras de carácter político com estudos sobre a sexualidade e romances pornográficos ou assim considerado, havendo ainda numa especial referência à proibição de “O amante de Lady

Chaterley” em qualquer idioma (pág. 204, imagem 2).

- Por outro lado, a Biblioteca Nacional, que tinha a seu cargo a distribuição do Depósito Legal, do qual a BPB era beneficiária desde 1931, enviava ofícios com as seguintes instruções: “segundo comunicação da Dir. Geral de Segurança [ex. PIDE] a esta biblioteca, têm de ser retiradas da leitura pública, por serem consideradas obras proibidas, as abaixo mencionadas”. Indicavam-se, entre outras, “A educação sexual dos adultos” (de R. Geraud); “A pílula” (J. Vilhena); “De poema em riste” (José Carlos de Vasconcelos); “Diário político” (Raul Rego) ou “Para um dossier da Oposição” (org. por Serafim Ferreira e Arsénio Mota). E terminava o ofício com a fórmula habitual: “*A bem da Nação*” (pág. 212, imagem 12).

Embora não haja notícia de que estivessem submetidas à vaga repressiva que atingia as livrarias ou as tipografias (onde por vezes eram feitas incursões intimidatórias e se apreendiam ou destruíam arbitrariamente muitos títulos que não chegaram a constar das referidas listas de obras proibidas), como procediam as bibliotecas públicas ou antes, os seus responsáveis, perante estas ordens?

Normalmente cumpriam-nas religiosamente – não fosse o Diabo tecê-las – procurando impedir que os leitores tivessem acesso aos livros cuja leitura podia ser pernicioso, imoral ou pôr em causa a segurança do Estado.

Para tal eram utilizados diversos processos:

- ou não os catalogavam – e assim esses livros, para o público, deixavam de existir;
- ou, se já estivessem catalogados, retirando as respectivas fichas do catálogo – outra forma de os liquidar;
- ou fazendo desaparecer os livros das estantes, escondendo-os, subtraindo-os à atenção de funcionários mais curiosos ou mais evoluídos e da eventual possibilidade de serem dados à leitura.

O zelo, em Braga, para além dos livros cuidadosamente ocultados em 2ª fila nas estantes (no caso concreto, obras de J. Vilhena ou de temática mais erótica) como já referi noutra ocasião (Nunes, 2008), chegou ao extremo de, na última gaveta dos ficheiros do Catálogo Geral da Biblioteca Pública, que apenas os funcionários podiam consultar, se encontrar um pequeno volume com o formato idêntico ao das fichas catalográficas, intitulado “Index dos livros proibidos” que recolhia, além de todas as obras expressamente proibidas eventualmente catalogadas, os títulos de algumas outras como “A Velhice do Padre Eterno”, “O crime do Padre



Biblioteca Pública de Braga

R.º 2.116. P.ºs. 35. V.º
Reg. - L.º 4.º 1.º 93 r.
Ano L.º 4.º 1.º 11320

Exm.º Senhor Director da Biblioteca Pública e
Arquivo Distrital

CONFIDENCIAL

BRAGA

DV6/10(293)

Tenho a honra de transcrever a Circular confidencial nº9961,
de 23 do corrente, que recebi da Direcção-Geral de Segurança e que respei-
ta a publicações proibidas de circular no País;

"Queira anotar de que se encontram proibidas de circular
no País as publicações abaixo indicadas, pelo que se deve pro-
ceder à apreensão dos exemplares que foram encontrados, lavran-
do-se os respectivos autos que serão remetidas a esta Direc-
ção:

LIVROS:

- "A Educação Sexual dos Adultos/Para uma Sexualidade
Desculpabilizada" da autoria de Roger Geraud;
- "A Pílula" da autoria de José Vilhena
- "Amor e Capitalismo" por Claudio de Araújo Lima
- "Comço de Que Viragem para onde?" caderno nº2 da colec-
ção Política Económica Economia Política,
- "Cristianismo e Marxismo no Mundo de Hoje" de Paulus
Gesellschaft,
- "Cuba Est-il Socialiste?" da autoria de René Dumont,
- "De Poema em Riste" de José Carlos de Vasconcelos,
- "Eiário Político" por Raul Rega,
- "História da Prostituição/uma interpretação Cultural"
da autoria de Lijo Basseman,
- "L'Anticolonialisme Européen de Las Casas à Karl Marx,"
textos escolhidos por Marcel Merle
- "Le Syndicalisme Révolutionnaire" textos escolhidos e
apresentados por Henri Dubief,
- "Les Paysans dans la Lutte des Classes" da autoria de
Bernard Lambert,
- "Manuel Pratique de la Pílule)Et D'Autres Méthodes
Anticonceptionnelles" por Robert Laffont,
- "Marxismo Soviético/uma Análise Crítica" de Herter
Marcuse,

12.



2.

Brochura

"Eu canto para que os desertos fiquem à sombra" contém poemas
de vários autores, editada por Edições dos Organiz-
mos operários da Acção Católica;

"Um calendário editado pela Neogravura, Lda, editado pela Juvent
Operária Católica (J.O.C. - 71);

Revistas

Alemãs :

- "Humor Illustrierte" - nºs 18 e 19;
- "Jasmin" - nº 20, rel. a 28/9/970 e nº 21, rel. a 12/10/970
- "Neue Illustrierte Revue" nº 23, rel. a 16/8/970.
nº 34, rel. a 23/8/970,
nº 36,
nº 37,
nº 39, rel. a 17/9/970 e nº 40, rel.
a 4/10/970,
- "Playboy" - nº 8, rel. a Agosto de 1970;
- "Pop" - nº 8;
- "Praline" - nº 34, rel. a 19/8/970,
nº 35, rel. a 26/8/970,
nº 36,
nº 40, rel. a 30/9/970 e
nº 41, rel. a 7/10/970;
- "Epiegel" - nº 37 e
- "Stern Magazin" - nº 40, rel. a 27/9/970.

Francesas

- "Adam" - nº 41, rel. a Outubro/novembro de 1970 e
- "L'Hebe Hera-Kiri" - nº 79, rel. a 3/8/970.

A Bem da Nação
Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes, em 19 de
Outubro de 1970.

O DIRECTOR-GERAL,

[Assinatura]

13.

Amaro”, “O primo Basílio”, “Palavras cínicas”, de Forjaz de Sampaio, “*Non sum dignus*” de Antero de Figueiredo ou os romances de Alfredo Gallis, que só podiam ser consultados por leitores com sólida formação moral ou devidamente credenciados. Infelizmente, após o 25 de Abril, esse livrinho desapareceu misteriosamente (ou talvez não...).

Naturalmente na própria Biblioteca Nacional existia um ficheiro de obras proibidas de ir à leitura, estando as mesmas igualmente assinaladas nas bibliotecas municipais do Porto e de Lisboa (as fichas que apresentavam um R, abreviatura de retirado, junto à cota encontravam-se nessas condições). A única grande biblioteca portuguesas, beneficiária do Depósito Legal, onde essas interdições não se praticavam, era a Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra. Contudo não se conhece, em qualquer das nossas principais bibliotecas, a existência de um “inferno”, como sucedia na Biblioteca Nacional de Paris ou na British Library, onde eram recolhidas as obras licenciosas e outras, a que só tinham acesso os adultos devidamente autorizados.

Mas, como há sempre alguém que resiste havia um ou outro funcionário que furava o esquema e alguns leitores, sub-repticiamente, lá conseguiam ler o que a ordem estabelecida proibia.

Apesar de todas estas e outras medidas que a bibliografia conhecida refere (Azevedo, 1999; Pimentel, 2007), apesar dos livros destruídos, queimados, guilhotinados, apesar da autocensura ou de se escrever para a gaveta, apesar do risco de não se ser lido ou de se ser perseguido, preso e processado, entre os escritores, intelectuais e jornalistas, entre os editores e livreiros houve sempre quem tivesse a coragem de escrever, a dignidade de lutar através da pena, da palavra, do impresso.

Felizmente tudo isto acabou com o 25 de Abril de 1974: a liberdade de expressão e comunicação é consagrada constitucionalmente e não volta a ser atropelada.

O pesadelo finalmente terminou em 25 Abril 1974:

- os escritores começaram a escrever o que queriam, como queriam;
- os ensaístas e investigadores a poder estudar e analisar os seus temas à luz das correntes políticas, ideológicas, filosóficas, sociológicas, religiosas que perfilhavam;
- os jornalistas a noticiar sobre os factos que efectivamente observavam e a comentá-los como entendiam;
- os editores a publicar o que entendiam;

- as bibliotecas públicas, todas as bibliotecas, passaram a ser encaradas como espaços de liberdade e de pluralismo, respeitando os princípios proclamados pela UNESCO: “*as coleções e os serviços devem ser isentos de qualquer forma de censura ideológica, política ou religiosa*” (Unesco, 1994);

- finalmente os portugueses tinham direito ao Livro Livre e a imprensa periódica libertava-se de todas as mordças.

A liberdade de expressão de pensamento, com a conseqüente abolição da censura foi, para mim, uma das maiores conquistas de Abril.

Bibliografia

1. Citada no texto

- ALVIM, Maria Luísa (1992), *Livros portugueses proibidos no regime fascista: bibliografia*, Porto. [trabalho dactilografado]. Disponível em http://eprints.rclis.org/9342/1/livros_proibidos.pdf
- ANDRADE, Carlos Santarém (1987), *Vértice: índice de autores*. Coimbra, Vértice.
- AZEVEDO, Cândido de (1997), *Mutiladas e proibidas: para a história da censura literária em Portugal nos tempos do Estado Novo*. Lisboa, Caminho.
- AZEVEDO, Cândido de (1999), *A censura de Salazar a Marcelo Caetano*. Lisboa, Caminho.
- BARATA, Clara; QUEIRÓS, Luís M. (1994), “Os livros da resistência: livrarias no regime fascista”, *Público*, Porto, 11 Jun. 1994, sup. *Leituras*, p. 1-4.
- COMISSÃO do Livro Negro sobre o Regime Fascista (1980), *A política de informação no regime fascista*. Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros.
- COMISSÃO do Livro Negro sobre o Regime Fascista (1981), *Livros proibidos no regime fascista*. Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros.
- FERRÃO, Manuela, org. (2005), *Livros proibidos no Estado Novo*. Lisboa, Assembleia da República.
- MASCARENHAS, João Mário, coord. (1996), *Relação das obras cuja circulação esteve proibida em Portugal durante o regime Salazar/Marcello Caetano*. Lisboa, Biblioteca Museu República e Resistência.
- NUNES, Henrique Barreto (2007), “O livreiro Victor de Sá”, *Forum*, Braga, 41, p. 101-109.
- NUNES, Henrique Barreto (2008), “A censura nas bibliotecas” in COLÓQUIO DE OUTONO, 9, 2002, *Censura e inter/dito na literatura*, Braga, Univ. Minho-CEHUM, p. 83-91.
- PIMENTEL, Irene Flunser (2007), “A censura” in João Madeira (coord.), *Vítimas de Salazar*. Lisboa, A Esfera dos Livros, p. 33-71.
- PRÍNCIPE, César (2016), *Os segredos da censura*. Porto, Afrontamento.
- UNESCO (1998), “Manifesto da UNESCO sobre bibliotecas públicas”, *Bibliomedia revista*, 1, p. 44-45.
- VARELA, Macedo (2014), “A luta da oposição democrática contra o fascismo em Vila Nova de Famalicão” in *Os Democratas de Braga*, Braga, Univ. Minho-Conselho Cultural, p. 209-235.

2. Os escritores e editores e a censura e os tribunais

CALDEIRA, Alfredo; ANDRINGA, Diana – *Em defesa de Aquilino Ribeiro*. Lisboa: Terramar, 1994.

CALDEIRA, Heliodoro – *Quando os lobos julgam a justiça uiva*. São Paulo: Ed. Liberdade e Cultura, 1960?

GEORGE, João Pedro – *O meio literário português (1960/1998)*. Lisboa: Difel, 2002.

GEORGE, João Pedro – *Putá que os pariu!: biografia de Luiz Pacheco*. Lisboa: Tinta da China, 2011.

MARQUES, Pedro Piedade – *Editor contra: Fernando Ribeiro de Mello e a Afrodite*. Lisboa: Montag, 2015.

NOVAIS, Isabel Cadete; LARANJEIRA, Manuela – *A acção repressiva do Estado Novo na vida e na obra de José Régio*. Vila do Conde: Centro de Estudos Regianos, 2014.

NUNES, Renato – *Miguel Torga e a PIDE: a repressão e os escritores no Estado Novo*. Coimbra: MinervaCoimbra, 2007.

SILVA, Paulo Marques da – *Fernando Namora por entre os dedos da PIDE: a repressão e os escritores no Estado Novo*. Coimbra: MinervaCoimbra, 2009.

VIDAL, Duarte – *O processo das Três Marias: defesa de Maria Isabel Barreno*. Lisboa: Futura, 1974.

Agradeço a Francisca Barroso o processamento do texto e a José Alberto Gomes (Biblioteca Pública de Braga) a digitalização de imagens.

3.11



Rua do Ferrador

3.11 A Censura no Ocaso da Primeira República

A partir de 11 de Novembro de 1918, data do armistício (acontecimento saudado efusivamente pela imprensa), era suposto a censura terminar em Portugal. Isso mesmo se depreendia do disposto no Decreto n.º 4436, de 17 de Junho de 1918, com origem na Secretaria de Estado do Interior, que no seu artigo 1.º determinava que ficavam “sujeitos à censura preventiva os periódicos e outros impressos e os escritos e os desenhos de qualquer modo publicados” enquanto durasse o estado de guerra¹.

Não foi, porém, isso o que aconteceu, como se via, por exemplo, na edição do dia 13 do diário *A Capital*, que voltava a apresentar a sua primeira página com um espaço em branco, situação que se repetiria em edições posteriores.

A permanência da censura resultava, pois, do clima de forte instabilidade político-social que marcou o período final do consulado sidonista. Recorde-se que, a par da censura, em reacção ao movimento revolucionário (com epicentro em Coimbra), o governo, pelo Decreto n.º 4891, de 12 de Outubro, suspendia todas as garantias constitucionais no território continental, até ao completo restabelecimento da ordem pública.

Embora a situação tenha ficado controlada logo no dia 14, a violência e a agitação continuaram: no dia 15, os revoltosos levantaram barricadas em Braço de Prata e lançaram bombas sobre as forças de segurança; nesse mesmo dia, em Évora, era assassinado o comandante do Regimento de Cavalaria 5. No dia 16 deu-se a chamada “Leva da Morte”, trágico acontecimento marcado pelo ataque a uma coluna de presos, em Lisboa, que fez vários mortos e feridos. Duas semanas mais tarde, pelo Decreto n.º 4927, de 1 de Novembro, Sidónio Pais decide passar a censura preventiva para a dependência da Secretaria de Estado da Guerra e autoridades militares suas subordinadas.

A 4 de Novembro houve uma tentativa frustrada de reabertura do Parlamento. As sessões acabariam por ser adiadas por falta de quórum. Os trabalhos parlamentares só se realizam a partir de 24 de Novembro. Mas até lá muita água correu sob as pontes continuando a registar-se novas perturbações no país, particularmente em Lisboa, na margem sul e no Alentejo, com destaque para a greve geral contra a carestia de vida (no dia 18), a greve ferroviária do Sul e Sueste, a que foram associados alguns actos de sabotagem (no dia 22) e vários atentados à bomba (no dia 23).

Na sessão parlamentar de 4 de Dezembro, o deputado Cunha Leal, face à determinação do governo em prolongar o estado de sítio, apresentou uma moção de sentido oposto:

[1] *Diário do Governo*, I Série, n.º 136, de 21/6/1918, p. 935-936. Este diploma revogava as leis n.º 495, de 28 de março de 1916, e 815, de 6 de Setembro de 1917, “e todas as demais disposições em contrário”. Restringia as garantias consignadas no n.º 13 do artigo 3.º e no artigo 59.º da Constituição da República Portuguesa e substituiu o Decreto n.º 4082, de 13 de Abril desse ano, diploma que restabelecia e punha imediatamente em vigor as leis n.º 495, de 28 de Março de 1916, e a de 9 de Julho de 1912, publicada no *Diário do Governo* n.º 164, de 15 de Julho do mesmo ano.

considerando que faltava ao governo “a inteligência governativa necessária para evitar novos conflitos políticos e sociais”, pretendia que a Câmara levantasse o estado de sítio e abolisse a censura à imprensa². Justificando a sua posição, Cunha Leal lembraria ao secretário da Guerra, Álvaro Mendonça, que haviam já passado 30 dias sobre a declaração do estado de sítio sem que o governo, até à data, tivesse reunido “o Parlamento para lhe prestar contas do acto que praticara, durante o período do encerramento do Congresso”. Passara-se, pois, “por cima dessa disposição constitucional”. Uma vez o Parlamento aberto, o governo deveria “procurar obter um *bill* de indemnidade e propor-lhe, se assim o entendesse, a continuação do estado de sítio e da censura prévia à imprensa”. Ouvidas as razões apresentadas pelo governo, “o Parlamento soberano [...] aprovaria ou não tal proposta de acordo com o que aconselhassem os altos interesses nacionais”. Em vez disso, porém, o secretário da Guerra fora afinal fazer “a fantástica declaração de que o Poder Executivo” dava licença ao Parlamento para continuar e resolvia manter o estado de sítio³.

Cinco dias depois, a questão da censura voltaria a ocupar o tempo de alguns deputados. Foi o caso de Joaquim Crisóstomo que afirmou não deixar a censura “passar coisa alguma”. E dava exemplos: num artigo de fundo, um jornal dizia que Norton de Matos “era um bom organizador”. A censura (dizia) cortara a palavra “organizador”. O mesmo jornal (cujo título não cita) afirmava noutro local que Afonso Costa era um diplomata. A censura cortou o nome de Afonso Costa. Portugal era, pois, um país onde a propaganda não existia já que a liberdade de pensamento estava “coacta”⁴.

Nessa sessão, Cunha Leal voltaria novamente à carga, insistido nos argumentos anteriormente expressos. Não podia dar o seu voto para a continuação do estado de sítio nem consentir que se mantivesse a censura prévia à imprensa. Todos os países em guerra haviam acabado com ela. Só em Portugal, “sob uma forma atrabiliária”, é que ela perdurava, criando “foros de instituição perpétua”. De tal modo que até os relatos parlamentares eram censurados!⁵ No mesmo sentido se pronunciou Feliciano da Costa, segundo o qual a censura não deixava discutir livremente, interferindo até com a correspondência diplomática⁶.

Também Maurício da Costa, um ex-evolucionista convertido ao sidonismo, apresentaria uma moção no sentido de que a censura não fosse “mais além dos compromissos excepcionais que a provocaram por motivos de ordem externa”, isto é, da guerra⁷.

Na sessão do dia 10 de Dezembro mais deputados continuaram a manifestar a sua posição sobre a censura. Adelino Mendes considerava-a uma coisa “abominável”, afirmando mesmo ser Portugal “o único país do mundo” onde existia então “a censura política”. Estranhava, pois, que o governo afirmasse querer apenas suspender “parcialmente as garantias individuais”, já que, se a proposta de lei fosse votada tal como fora apresentada, “as mais importantes e fundamentais

[2] *Diário da Câmara dos Deputados*, 4/12/1918, p. 13.

[3] *Diário da Câmara dos Deputados*, 4/12/1918, p. 14.

[4] *Diário da Câmara dos Deputados*, 9/12/1918, p. 12.

[5] *Diário da Câmara dos Deputados*, 9/12/1918, p. 27.

[6] *Diário da Câmara dos Deputados*, 9/12/1918, p. 31.

[7] *Diário da Câmara dos Deputados*, 9/12/1918, p. 32.

garantias dos cidadãos” ficavam “absolutamente revogadas”, nomeadamente a garantia expressa no n.º 13.º do artigo 3.º da Constituição relativa à “absoluta liberdade de pensamento”.

O tempo, diria ainda Adelino Mendes, não corria “propício a autocracias”, qualquer que fosse “a sua natureza”. Daí a pergunta, em jeito de provocação: julgaria o governo poder viver “toda a vida em regime de censura?”⁸.

António Cabral juntaria também a sua voz aos que se recusavam votar o projecto governamental sem que ele fosse sujeito a alterações. Daí o ter apresentado uma emenda suprimido a referência ao artigo da Constituição atrás citado. Sendo, “em princípio”, contra tudo o que fosse “acorrentar a liberdade de pensamento”, lembrava o deputado monárquico que “contra os abusos dessa liberdade” existiam os tribunais a quem competia aplicar “as penas e os castigos da lei” a todos quantos ultrapassassem “os limites” dessa liberdade. Censura, sim, mas apenas para casos excepcionais: no que respeitasse “às operações militares” ou sobre “quaisquer factos de ordem e natureza diplomática que fossem contrários às necessidades e vantagens dos aliados”. O que não podia admitir era que, tendo a guerra terminado, quando já se não ouvia “o troar do canhão”, continuassem a assestar-se “contra a imprensa e contra os jornais os canhões da censura, em Portugal”⁹.

Em resposta aos que acusavam o “tribunal” da censura de estar “mal constituído”, ser “inepto” e não funcionar com a regularidade desejada, o secretário de Estado das Finanças, Tamagnini Barbosa, atribuiria a culpa à imprensa. Isto porque, quando fora secretário do Estado do Interior (numa altura em que a censura dependia desta pasta), “quis redigir numa forma clara as instruções sobre o modo de se executar a censura”, instruções que haviam sido elaboradas “de acordo com uma comissão de imprensa”. Simplesmente, ao dirigir-se aos seus colaboradores para que “aceitassem a doutrina” de que esse tribunal deveria ser constituído por “representantes da imprensa”, estes recusaram. Viu-se, pois, obrigado a “adoptar outro critério nessa constituição, com mágoa de não ver aceite o único que considerara capaz de evitar reclamações e ataques constantes”¹⁰.

Alguns deputados, naturalmente, confrontaram Tamagnini Barbosa com o absurdo da solução, isto é, pretender que a imprensa se censurasse a si própria. Perante a sua insistência de que a censura era instituída “para fins patrióticos” e que a imprensa era também “uma instituição patriótica”, sendo, pois, natural que a comissão de censura dela emanasse, e que as instruções dadas aos censores eram as mesmas dos outros países em guerra, Adelino Mendes, num aparte, não deixou de lhe fazer ver que os deputados estavam a referir-se à censura política e não à censura militar¹¹.

Tamagnini Barbosa acabou por admitir que, “em virtude de perturbações de ordem interna”, bem como pelo papel que alguns jornais desempenharam, ao fazerem “a conveniente

[8] *Diário da Câmara dos Deputados*, 10/12/1918, p. 7-10.

[9] *Diário da Câmara dos Deputados*, 10/12/1918, p. 10.

[10] *Diário da Câmara dos Deputados*, 10/12/1918, p. 14.

[11] *Ibidem*.

propaganda à causa dos perturbadores”, o caminho do governo fora o “restabelecimento da censura política”. Admitiu ainda que, se o governo “fez mal”, cumpria aos legisladores “corrigir esse mal...”¹².

Foi isso justamente o que pretendeu fazer Adelino Mendes, ao propor (tal como também pretendia António Cabral) que a suspensão das garantias não abrangesse o n.º 13.º do artigo 3.º da Constituição da República Portuguesa. Maurício Costa, porém, não pretendia ir tão longe: solicitando a retirada da sua anterior proposta, apresentou uma moção em que se considerava que as disposições da Lei n.º 4436, de 17 de Junho de 1918, satisfaziam inteiramente às necessidades do momento”, confiando ainda que o governo exerceria “por agentes responsáveis a censura, nos termos e limites e aí cominados”. A moção foi aprovada com 43 votos a favor e 27 contra¹³.

Não parece que a aprovação desta moção tenha alterado substancialmente a prática que os censores vinham seguindo até aí, já que, logo na sessão do dia 13 de Dezembro, o deputado monárquico Celorico Gil iniciava a sua intervenção com estas palavras: “Sr. Presidente: já que a censura me corta o que eu escrevo nos jornais, eu venho aqui falar para que o país me ouça”¹⁴.

Em 8 de Janeiro de 1919, Tamagnini Barbosa, na declaração ministerial do seu segundo governo, manifestava o propósito de abolir a censura, que continuava em franca actividade. Isso mesmo podia ver-se no *Diário de Notícias*, cuja edição de 4 desse mês aparecia com metade da sua primeira página em branco, ou no diário republicano *A Manhã*, que nesse mesmo mês surgiria com espaços em branco em várias edições¹⁵.

Cunha Leal desconfiava das intenções de Tamagnini Barbosa e do seu governo, que, aliás, considerava inconstitucional, por entender não haver razão que explicasse a queda do anterior. E para comprovar com factos a sua convicção, numa sessão parlamentar leu a carta que o coronel João de Almeida mandara para vários jornais e que estes não haviam publicado, alegadamente por pressão do governo. Nessa carta, João de Almeida chamava três vezes “mentiroso e traidor” a Tamagnini Barbosa. No diário das sessões, porém, num inequívoco sinal de censura, essa passagem foi omitida¹⁶. O facto não deixou de merecer os protestos de Cunha Leal. Mas o seu discurso só seria publicado sem cortes no *Diário da Câmara dos Deputados* quando o governo era já chefiado por José Relvas¹⁷.

A chegada deste histórico republicano à presidência do Ministério, em 27 de Janeiro de 1919, significava (entre outras coisas) que a censura política tinha os dias contados em Portugal. Fora o próprio José Relvas a deixar isso bem claro quando, logo no dia seguinte à sua tomada de posse, em entrevista ao diário *A Manhã*, afirmava esse compromisso do seu governo, considerando a censura “inútil” e “prejudicial”¹⁸.

[12] *Ibidem*.

[13] *Diário da Câmara dos Deputados*, 10/12/1918, p. 17.

[14] *Diário da Câmara dos Deputados*, 13/12/1918, p. 14.

[15] Veja-se *A Manhã* dos dias 9, 14, 15, 19, 20, 21, 22 e 26 de Janeiro de 1919. A edição do dia 25 aparece com a sua primeira página em branco. Segundo o jornal, um grupo assaltou, às 5 da manhã, o moço que transportava a forma da 1.ª página.

[16] Vd. *Diário da Câmara dos Deputados*, 8/1/1919, p. 14.

[17] *Diário da Câmara dos Deputados*, 7/2/1919, p. 31.

[18] *A Manhã*, 28/1/1919, p. 1.

Num apontamento das suas memórias, datado justamente de Fevereiro de 1919, reforçaria essa declaração, ao escrever:

“A imprensa está livre da censura. Tem plena liberdade para emitir as suas opiniões, e a única restrição que lhe impus foi a de não publicar notícias da guerra civil, que não sejam dadas pelos ministérios da Guerra e Marinha”¹⁹.

O país estava, de facto, em guerra civil desde 19 de Janeiro, data em que Paiva Couceiro proclamara no Porto a restauração da Monarquia. Apesar disso, os jornais (com as limitações referidas por José Relvas) eram livres de publicar o que muito bem entendessem. Essa “plena liberdade” seria, aliás, reconhecida por Cunha Leal numa das suas intervenções parlamentares. Mas a amplitude informativa e opinativa dada pelo governo parecia-lhe excessiva. Sendo embora “partidário de todas as liberdades, não teria ido tão longe”, diria então Cunha Leal. Em sua opinião, a censura aos assuntos militares teria “de fazer-se duma maneira mais severa”. Isto porque os movimentos e localizações das tropas, bem como os nomes dos oficiais aquartelados nas diferentes unidades, eram “constantemente mencionados nos jornais”. E tudo isso, a seu ver, daria vantagem aos monárquicos²⁰.

Para Cunha Leal, a censura militar deveria estender-se também às notícias que faziam o “repositório” de tudo o que os monárquicos queriam dizer para os seus correligionários que se encontravam refugiados na Galiza. A publicação dessas notícias, pela influência que tinham em certas pessoas, desencorajava “a alma republicana”. Era, pois, preciso “orientar” a imprensa. O governo tinha “essa obrigação, no sentido de se fazer uma campanha para levantar o moral republicano”. E isso seria tanto mais fácil quanto a imprensa fosse “unânime na defesa da República”²¹.

Em resposta a Cunha Leal, José Relvas dizia trabalhar para ver se conseguia manter a censura militar “sem embarçar a defesa da República e sem prejudicar a imprensa”. O que para ele constituía “uma enorme dificuldade” e uma “constante preocupação”. E uma “tarefa ingrata”, já que, após um dia de trabalho que começava às 10 horas, perdia noites para ser ele próprio a ver as notícias militares²². Estava-se, pois, perante uma situação rara, senão mesmo inédita: um presidente do Ministério cujos serões eram passados a fazer o papel de censor à imprensa! Por educação e por convicção, José Relvas dizia-se um homem liberal e respeitador das liberdades, nomeadamente a de imprensa. E de facto foi o seu governo a repor, no essencial, a ordem constitucional nos moldes em que eram conhecidos antes do início da Grande Guerra²³. Mas esse respeito tinha limites. Se um jornal defendia “princípios”, respeitá-lo-ia, dizia José Relvas; se atacasse a República, “criando perigos” nesse momento particularmente delicado do regime, esse respeito teria “que cessar imediatamente”²⁴. Foi o que aconteceu. De facto, alguns periódicos mais conservadores, diários e não diários (monárquicos, católicos

[19] José Relvas, *Memórias Políticas*, vol. 2., Lisboa, Terra Livre, 1978, p. 90.

[20] *Diário da Câmara dos Deputados*, 11/2/1919, p. 11.

[21] *Ibidem*. Nesta intervenção (p. 12), Cunha Leal manifestaria também reservas relativamente à forma como se estava fazendo a censura telegráfica e postal. Desconhecia se sobre ela haviam sido tomadas “medidas excepcionais”; parecia-lhe, porém, que essa censura não era “feita de modo a firmar a defesa da causa republicana”.

[22] *Diário da Câmara dos Deputados*, 11/2/1919, p. 18.

[23] Após o final da Monarquia do Norte, José Relvas fez publicar o Decreto n.º 5165, de 21 de Fevereiro de 1919, que restabelecia a Constituição da República “em pleno vigor, e para todos os efeitos”, revogando, pois, “toda a legislação em contrário”. Com este diploma, e com o decreto n.º 5455, de 26 de Abril desse ano (publicado já na vigência do governo chefiado por António Maria Baptista), que mandava cessar a doutrina dos decretos n.os 2352 e 2793, de 20 de Abril e 22 de Novembro de 1916, que determinaram o emprego da censura da correspondência postal, da telegrafia internacional e da telegrafia nacional, era reposta em pleno a Lei de Imprensa de 28 de Outubro de 1910, com as alterações decorrentes da entrada em vigor da Lei de 9 de Julho de 1912, legislação que vigorou até ao golpe militar de 28 de Maio de 1926.

[24] *Diário da Câmara dos Deputados*, 11/2/1919, p. 18.

e republicanos sidonistas), acabaram por encerrar, não apenas pelas dificuldades criadas pela censura mas também pela animosidade e até mesmo a violência dos sectores republicanos mais radicais, que não resistiram em replicar os comportamentos de que haviam sido vítimas durante o sidonismo. Entre os jornais que deixaram de circular durante a vigência do governo de José Relvas figuram os diários republicanos sidonistas *O Tempo e A Situação*²⁵.

Apesar de ter libertado a imprensa da maior parte dos constrangimentos a que a conjuntura político-militar a havia sujeito, José Relvas não encontrou nesse sector crucial da sociedade portuguesa “aquele apoio que seria de esperar”. Para mais sendo ele um homem que (como ele próprio deixou escrito) não tinha “um programa de interesse partidário a realizar” e que afirmava, em toda a parte, e em todos os seus actos, “o máximo desinteresse e abnegação política”²⁶.

Mas não foi apenas a imprensa que lhe retirou o apoio que julgava merecer. O mesmo sucedeu com os partidos políticos, que José Relvas pretendia ver dissolvidos, de modo a que deles surgissem apenas dois, um moderado e outro radical, retomando-se, pois, a velha fórmula rotativista que marcara parte significativa do regime deposto em 5 de Outubro de 1910. Não lhe fizeram, porém, a vontade. Sobretudo o PRP, onde não faltavam candidatos com vontade de assumir o protagonismo que Afonso Costa abandonara de *motu proprio* quando se retirou para o seu exílio parisiense. Foi essencialmente esta a razão por que caiu o governo de José Relvas e não, como escreveu um vespertino lisboeta, pelo facto de a opinião republicana ter julgado “tibia a sua acção no saneamento do exército e do funcionalismo civil”²⁷.

O governo que se lhe seguiu, liderado por Domingos Leite Pereira, no sentido de pacificar a sociedade e reforçar a segurança do regime, publicou uma vasta legislação social, criou o corpo da Polícia da Segurança do Estado (que substituiu a Polícia Preventiva) e reforçou a GNR com artilharia. Quanto a direitos e garantias dos cidadãos, terminou com a censura na correspondência postal e telegráfica, nacional e internacional. Não fora um episódio relacionado com o diário *A Batalha*, em 18 de Junho, cuja sede fora mandada encerrar, tal como a da União Operária Nacional, que dois dias antes convocara uma greve geral de 48 horas em protesto contra os despedimentos na CUF, poder-se-ia dizer que durante a vigência desse governo a imprensa vivera um período de relativa normalidade.

Mas no governo seguinte, chefiado por Alfredo Sá Cardoso, tudo seria diferente, para pior. O *Avante!*, diário republicano da tarde, de tendência anarco-sindicalista, seria apreendido no dia 24 de Julho, facto que o jornal justificava por ter “defendido o operariado e atacado rudemente a escória burguesa”²⁸. A constante vigilância a que estava sujeito pelas autoridades não lhe deixava grande margem de manobra. Colocado perante o dilema de dizer apenas o que agradava ao governo “ou suspender a publicação”²⁹ e face às apreensões de algumas edições, o jornal

[25] Em Janeiro de 1919, antes ainda da tomada de posse de governo presidido por José Relvas, haviam suspenso a sua publicação os diários *A Pátria* (monárquico), *A Ordem* (católico) e *Liberdade* (católico).

[26] José Relvas, *Memórias Políticas*, vol. 2., Lisboa, Terra Livre, 1978, p. 90.

[27] *A Capital*, 24/3/1919, p. 1.

[28] *Avante!*, 25/7/1919, p. 1.

[29] *Avante!*, 26/7/1919, p. 1. De 23 e 26 de Julho também o diário *A Batalha* foi impedido de circular.

[30] *Avante!*, 6/8/1919, p. 1.

[31] *Diário do Governo*, 1 Série, 26/11/1919, p. 2435.

[32] *Diário do Senado*, 21/11/1919, p. 5. Júlio Ribeiro bem podia entender desse modo a referida proposta. Mas julgá-la apenas “uma merecida e justa homenagem à imprensa” era manifestamente pouco. Isto porque a Lei n.º 910 foi também uma espécie de antecâmara para outro diploma bem mais amplo: a Lei n.º 1144, de 9 de Abril de 1921, que amnistiava diversos crimes e delitos de natureza política, religiosa, social, eleitoral e militar (excluindo os de traição ou cobardia). Abrangia igualmente os crimes de abuso de liberdade de imprensa. Com esta legislação pretendia-se, pois, pacificar a sociedade portuguesa, colocando definitivamente uma pedra sobre um dos períodos mais complexos do regime republicano.

viu-se forçado a fechar as portas³⁰.

No dia 26 de Novembro, o Presidente da República, António José de Almeida, promulgava a Lei n.º 910, que arquivava todos os processos de imprensa promovidos pelo Ministério Público desde 5 de Dezembro de 1917 até 31 de Janeiro de 1918. Sobre eles far-se-ia “perpétuo silêncio”³¹. Alguns dias antes, no Senado, o democrático Júlio Ribeiro, comentando essa proposta de lei que amnistiava todos os jornais perseguidos pelo dezembrismo, recordaria as quatro vezes em que o diário portuense *A Montanha*, de que fora redactor, havia sido assaltado. O mesmo acontecera com outros jornais que “não calavam a verdade e divulgavam os crimes praticados sob a égide a aprovação de Sidónio Pais”. Com a aprovação dessa proposta prestava-se, pois, “uma merecida e justa homenagem à imprensa”³².

Independentemente dos méritos e intenções da legislação republicana, certo é que a censura continuou a importunar o dia-a-dia de alguns jornais, situação que se verificaria logo em 5 de Janeiro de 1920, com a apreensão do diário *O Luso* (de que era director Ferreira de Castro), alegadamente por vaticinar a queda do governo de Sá Cardoso, facto que se verificaria 10 dias mais tarde. Em 12 e 13 de Março desse ano, o jornal queixava-se de ser perseguido pelo governo de António Maria Baptista. No dia 14 seria suspenso. No dia anterior Ferreira de Castro fora preso n’A Brasileira do Chiado, sob a acusação de ser responsável por “matéria subversiva publicada no jornal”. Baseava-se essa acusação num artigo em que Ferreira de Castro se referia a Paiva Couceiro, então homiziado em Espanha³³.

Também o diário *O Radical* seria severamente escrutinado desde o seu aparecimento³⁴. Com pouco mais de uma semana de vida, já se dizia perseguido “impiedosamente” pelos serviços da censura, porque estes se demoravam na apreciação dos números para aí enviados, impedindo assim “a venda e o correio”. A situação, dizia o jornal, era “insustentável”. Querendo viver, “mas sem afrontas tão prejudiciais”, afirmava que, com o estado de liberdade de imprensa que então se vivia, isso era “impossível”³⁵.

Muito embora *O Radical* ainda não tivesse sido proibido de circular, não era impresso sem que chegasse uma nota nas páginas enviadas à censura com a indicação de que o podia fazer. Perante isto, o jornal concluía que eram raros os governantes que não se serviam “dessas odiosas leis para amordaçar a imprensa e obrigá-la a calar-se” relativamente ao que pretendiam que se guardasse “silêncio”³⁶.

No ano seguinte, na sessão de 11 de Maio de 1921, o deputado Vasco Borges denunciava a apreensão de cinco jornais, entre os quais o *Diário de Lisboa*, “um jornal autenticamente republicano, [...] correcto na sua forma de dizer”, atitude a seu ver incompreensível já que aí não encontrara nada que a pudesse justificar. E desassombradamente perguntava ao ministro

[33] Presente quatro dias mais tarde ao tribunal, o juiz considerou não haver motivo para acusação e mandou-o em paz. O jornal só reapareceria a 7 de Abril (Mário Matos e Lemos, *Jornais Diários Portugueses do Século XX – Um Dicionário*, Lisboa, Ariadne Editora, 2006, p. 426).

[34] Para evitar o que acontecera a alguns periódicos da capital, o jornal acabará por se autocensurar, situação que não esconde, ao escrever: “Com receio da censura que nos vela desde o seu início e com a certeza da apreensão, como sucedeu anteontem aos nossos colegas *Vanguarda*, *Combate*, *Tempo e Luso*, preferimos substituir alguns artigos que caíam certamente à mão do algoz” (*O Radical*, 26/5/1920, p. 1).

[35] *O Radical*, 4/6/1920, p. 1.

[36] *O Radical*, 9/6/1920, p. 1.

do Interior e presidente do Ministério, Bernardino Machado, se havia sido ele a dar essa ordem às autoridades policiais³⁷.

Não tinha conhecimento do assunto, declarou Bernardino Machado, lamentando que o país não tivesse uma lei de imprensa que assegurasse “todas as liberdades” mas que impusesse também “todas as responsabilidades”³⁸.

No dia seguinte, no Senado, também Jacinto Nunes se insurgiria contra o que sucedera a esses jornais, considerando como “criminosas” essas apreensões, já que em nenhum deles havia matéria que pudesse justificar a atitude das autoridades. Se tivesse havido qualquer tipo de calúnia (o que não era o caso) o que havia a fazer não era apreender os jornais mas recorrer aos tribunais; as penas correspondentes a esses casos estavam devidamente estabelecidas no Código Penal. O que não queria era “o regime preventivo”, que considerava “tutelar”, sendo, pois, a seu ver, “anticonstitucional” e “incompatível com as liberdades públicas”. Demais, à República convinha que houvesse “jornais hostis ao Governo”, de modo a que os seus actos fossem vigiados³⁹.

[37] *Diário da Câmara dos Deputados*, 11/5/1921, p.21.

[38] *Diário da Câmara dos Deputados*, 11/5/1921, p.22.

[39] *Diário do Senado*, 12/5/1921, p. 19.

[40] *Ibidem*. Na réplica, Jacinto Nunes lembraria que os republicanos representavam apenas “a décima parte do país”, porque não havia em Portugal “um regime eleitoral democrático”. Bernardino Machado, porém, na senda do que João Chagas defendera anos antes, persistiria na sua: todos os republicanos que constituíam a representação nacional eram “fidedigna e genuinamente os representantes da nação”. E terminaria censurando Jacinto Nunes, considerando que, “com a sua magnanimidade para com os adversários” chegava até “a magoar os seus correligionários” (*Diário do Senado*, 12/5/1921, p. 19-20).

[41] Embora considerasse a sujeição à censura uma “coisa anormal”, este vespertino acreditava que a situação não se prolongaria, porque a opinião pública seguia “de perto a voz livre dos jornais, necessitando deles como dum alimento”. Por isso, embora tivesse ponderado a sua suspensão enquanto a censura estivesse em vigor, “cedera a razões mais altas”. Fazia, pois, votos para que ela fosse de pouca duração, “porque a liberdade é a vida do povo” (*Diário de Lisboa*, 25/10/1925, p. 1).

Numa atitude claramente defensiva, Bernardino Machado admitiu que iria “providenciar” no sentido de que se apurasse se houvera “qualquer desmando contra a lei”, que, a ter acontecido, seria “punido”. O presidente do Ministério não perderia, porém, a oportunidade para se demarcar politicamente de Jacinto Nunes, com esta afirmação que, não sendo de todo inédita, não deixava de ser surpreendente:

“Não podemos passar sem oposição; mas daí a dizer que os republicanos precisam da oposição dos monárquicos, não. Já temos oposição demais dentro do próprio campo republicano. Em Portugal, quem fala em nome da nação são os republicanos. Os outros falam contra a nação, e o que eles precisam sempre é ser policiados”⁴⁰.

Um dos períodos mais críticos para a imprensa (tal como aliás, para o regime) aconteceu em Outubro de 1921, mês que ficaria marcado (no dia 19) pelos trágicos acontecimentos da chamada Noite Sangrenta.

Declarado o estado de sítio no dia 20, cinco dias mais tarde, numa circular do comandante da região militar de Lisboa, general Vieira da Rocha, comunicava-se aos respectivos directores que fora determinada a censura prévia aos jornais de Lisboa. Para o efeito, as provas tipográficas deviam ser enviadas ao comissário geral da Polícia Cívica.

Enquanto alguns desses jornais tomavam de “bom ânimo a dureza das circunstâncias” (como era o caso do *Diário de Lisboa*⁴¹), outros, como *AVanguarda* (que não se publicara entre os dias

19 e 23 desse mês) consideravam que a censura só poderia tolerar-se em tempo de guerra. A censura política, dizia o diário sidonista, não era, pois, admissível “sob ponto de vista nenhum”. Um governo que temia a crítica era “um governo de medíocres” ou um governo que procedia de “má-fé”⁴².

Em Março do ano seguinte, perante o propósito governamental de apresentar uma nova lei de imprensa, o diário *A Vitória* considerava que “a única base aceitável” nesse género de diplomas era “a da máxima liberdade de expressão da opinião pela imprensa”. Ninguém deveria estar sujeito “ao critério alheio”, subordinando “à tutela do Estado a orientação do seu espírito”. Não competia, pois, “à autoridade administrativa, mera delegada e executora”, antepor-se, “pela censura prévia e pela apreensão das publicações”, à livre expressão do pensamento. Quaisquer responsabilidades daí recorrentes teriam que ser exclusiva e directamente prestadas perante o poder judicial⁴³.

O mês de Agosto de 1922 foi marcado por violentos protestos contra os tipos de pão (no dia 5) e pela greve geral contra a carestia de vida (do dia 7 ao dia 10). No primeiro dia de greve, o governo de António Maria da Silva declarou, por 15 dias, o estado de sítio, com suspensão de garantias constitucionais, em Lisboa e concelhos limítrofes.

A censura estava, pois, respaldada pela lei a partir do dia 7. Mas ela já se fizera sentir, com toda a violência, nos dias anteriores, tendo mesmo uma notícia sobre bolchevismo estado na origem da prisão de um redactor do diário *A Época*, situação que merecera, na sessão de 4 de Agosto, os protestos do senador monárquico Tomás de Vilhena⁴⁴. Que se insurgira também contra a apreensão do *ABC* no dia anterior, situação que se deveu à publicação de uma caricatura que representava o presidente do Ministério a deitar pão para o forno. O governo, como diria no Senado o ministro da Justiça, Catanho de Meneses, mandara apreender o jornal por considerar “infame” essa caricatura, que explorava a questão do pão numa altura em que o país atravessava “uma crise dolorosa”⁴⁵.

A censura fez-se igualmente sentir no *Diário de Lisboa*, que não saiu desde o dia 5 até ao dia 8 (inclusive). A edição do dia 9 saíria em condições muito precárias. De facto, os poucos artigos publicados aparecem tal como foram dactilografados⁴⁶. Na primeira página, o jornal declarava não entender que se tivesse restabelecido a censura, medida que, “melhor que ninguém”, saberia exercer sobre si próprio⁴⁷.

No dia seguinte, numa atitude conciliadora, o *Diário de Lisboa* reputava de “salutar” a censura à imprensa, desde que “exercida com a prudência”. E confirmava a seguir que não só ele como “a maioria dos jornais portugueses” se censuravam “a si próprios”, já que não visavam “amotinar o espírito público”. Entendia este jornal que “o culto da legalidade” era “o único [...] compatível

[42] *A Vanguarda*, 26/10/1921, p. 1.

[43] *A Vitória*, 18/3/1922, p. 1.

[44] *Diário do Senado*, 4/8/1922, p. 12.

[45] *Diário do Senado*, 4/8/1922, p. 15.

[46] Esta situação repetir-se-ia na edição de 14 de Agosto.

[47] *Diário de Lisboa*, 9/8/1922, p.1.

com a vida de cidadãos livres”. Daí que “a desordem” – fosse “a da rua” ou “a dos espíritos” – não favorecesse “a imprensa digna”, nomeadamente “por saber que dela não pode sair senão o vilipêndio da pena dos jornalistas. [...]”⁴⁸.

No dia 11 desse mês, em editorial, o *Diário de Lisboa* denunciava novamente a censura que, no dia anterior, “de lápis vermelho em punho”, ia tragando toda a edição. Embora “jovens de sangue na guelra”, os seus redactores compreendiam a responsabilidade do que escreviam. Mostravam-se até de uma “cautela tão rigorosa” que mais parecia “de pessoas cheias de anos e de sapiência”. Com os seus escritos, mais não faziam “que trabalhar para o sossego dum país que outros perverteram e alucinaram”. O número do dia anterior fora, pois, “feito com apurado cuidado”. No relato dos acontecimentos, haviam-se até evitado “notas de completa actualidade”, para que não fossem acusados “de *demasiados exactos*”. O “prémio” desse “esforço”, porém, não tardou a ser recebido: “os censores, reunidos no Quartel do Carmo e seguindo instruções que eles aplicavam com um critério quase feroz, deixaram nas páginas do *Diário de Lisboa* vestígios assinalados da sua passagem”⁴⁹.

[48] *Diário de Lisboa*, 10/8/1922, p.1.

[49] *Diário de Lisboa*, 11/8/1922, p.1.

[50] *Ibidem*.

[51] *Diário da Câmara dos Deputados*, 11/8/1922, p. 6.

[52] *Diário da Câmara dos Deputados*, 11/8/1922, p. 8-9.

A censura, repetia o jornal, podia “ser salutar, quando exercida com tino e tacto”. Era “um mal necessário”. Mas para isso deveria dar indicação aos jornais das matérias proibidas ou das que “só com muitas reticências” se poderia falar. Mas dessa vez não houvera “aviso prévio”. Só haviam sabido da sua existência quando a censura, “insensatamente, devorava o [...] jornal”⁵⁰.

Este editorial teve eco na Câmara dos Deputados. De facto, nesse mesmo dia, Álvaro de Castro (mesmo sem referências concretas) denunciaria a “forma pavorosa” como a censura era exercida. De tal modo que nem sequer poupava as intervenções parlamentares. Não só a dos deputados mas até mesmo as dos ministros eram cortadas por, eventualmente, o oficial encarregado desse serviço as ter considerado “inconvenientes”⁵¹.

Também Nuno Simões pediria a palavra para chamar a atenção do governo “para a maneira descriteriosa, tão pouco útil e tão prejudicial” como se exercia a censura. E dava justamente como exemplo o *Diário de Lisboa*, um jornal patriota, que não podia ser classificado “como adverso ao regime”. Pois esse diário sofrera cortes que não podia deixar de “classificar senão de absolutamente estúpidos”⁵².

Correia Barreto, ministro da Guerra, concordava que a censura era “um mal”. E que (como era o caso) só deveria exercer-se quando isso fosse “absolutamente indispensável”. Em seu entender, a censura estava a ser “mal feita” porque a escolha dos censores fora “infeliz”. De tal modo que o governo, tendo-o reconhecido, tratara já “de remediar o mal”. E tão grande era “a boa vontade do governo em conseguir uma censura criteriosa” que, justamente na véspera, o ministro do Trabalho, Vasco Borges, tomara “o encargo de censurar a censura”. Acreditava, pois, que

os males que vinham sendo apontados não se repetiriam. Mais: declarava que a censura duraria “o menos tempo possível”⁵³.

Apesar do levantamento do estado de sítio, a agitação social, as greves e a deflagração de bombas em Lisboa e Porto continuariam a verificar-se nos meses seguintes. Em Outubro, no dia 6, *AVanguarda* insurge-se outra vez contra a censura, denunciando o impedimento (na véspera) da sua saída bem como a do *Correio da Manhã* (também na véspera) e de *A Palavra* (na antevéspera).

No dia 7 eram assaltados *A Palavra* e *Correio da Manhã*. Reagindo contra três apreensões de que havia sido vítima, *AVanguarda* suspenderia a sua publicação só reaparecendo no dia 16. As ordens que o governador civil de Lisboa cumpria (dizia o jornal) traduziam, “bem nitidamente, a agonia dum governo de incompetentes e de imbecis”⁵⁴.

No Parlamento, no dia 23, os deputados Ribeiro de Carvalho (republicano) e Carvalho da Silva (monárquico) denunciavam o “regime vexatório da censura prévia e da apreensão”⁵⁵, bem como a “arbitrariedade extraordinária” que se exercia sobre “a liberdade de imprensa”, que consideravam “uma verdadeira vergonha”⁵⁶. Nuno Simões associar-se-ia a esses protestos, porque situações dessas só redundavam em desprestígio das instituições republicanas⁵⁷.

O chefe do governo, António Maria da Silva (embora por motivos diferentes), reconhecia que a lei de imprensa era, de facto, “absolutamente deficiente”. Por isso o seu governo assumia a responsabilidade de apresentar um novo diploma, pois entendia que não podia manter-se um regime em que havia pessoas que tinham “a certeza de impunemente poderem desacreditar os outros”. A imprensa era uma instituição que deveria ser respeitada, sim. Mas nem sempre estivera “à altura da sua missão”. A liberdade de imprensa, para seu desprestígio, transformara-se “numa licença”. Apesar disso, concluía António Maria da Silva, não conhecia caso algum em que se tivessem feito apreensões de jornais fora dos casos a que a lei se referia⁵⁸.

O atentado a tiro, que no dia 22 de Maio de 1923, no cemitério dos Prazeres, em Lisboa, matou um gerente da CUF, desencadearia no Parlamento novo debate sobre a liberdade de imprensa. O deputado monárquico Morais de Carvalho acusaria o diário *A Batalha* não só de “incitamento ao crime” mas de fazer também a “apologia do crime”. Lembrava que três meses antes, por razões bem menos graves, um jornal fora impedido de circular pelo presidente do Ministério. Daí querer saber se, nos termos da lei, o governo iria tomar “enérgicas providências” para terminar com essa “propaganda nefasta”⁵⁹.

Em resposta, António Maria da Silva admitiria que, por motivos políticos, mandara de facto proibir a circulação de dois jornais. Um, por não se referir ao Chefe do Estado com o respeito

[53] *Diário da Câmara dos Deputados*, 11/8/1922, p. 9.

[54] *AVanguarda*, 16/10/1922, p. 1.

[55] *Diário da Câmara dos Deputados*, 23/10/1922, p. 6.

[56] *Diário da Câmara dos Deputados*, 23/10/1922, p. 8.

[57] *Diário da Câmara dos Deputados*, 23/10/1922, p. 9.

[58] *Diário da Câmara dos Deputados*, 23/10/1922, p. 7 e 10.

[59] *Diário da Câmara dos Deputados*, 24/5/1923, p. 7.

que lhe era devido. Outro, por publicar “entrevistas que eram um incitamento ao crime e à desordem”. Com ironia, dizia constatar que se pedia agora o mesmo procedimento que, quando aplicado anteriormente, fora julgado “como atentatório da Constituição” e até mesmo “criminoso”. Recordava, porém, que tomara o compromisso de não consentir mais apreensões de jornais, até à publicação de uma nova lei de imprensa, diploma que o ministro da Justiça em breve apresentaria à Câmara. Até lá, a autoridade administrativa cumpriria o seu dever de acordo com o que a lei estabelecia⁶⁰.

Em Outubro desse ano, face a uma campanha de que estava a ser vítima por parte de um vespertino (cujo nome não identifica), o deputado Lúcio de Azevedo solicitava ao ministro da Justiça que, quanto antes, apresentasse no Parlamento “a prometida alteração da lei de imprensa, dando-lhe a mais ampla e rasgada liberdade de crítica e apreciação, mas ao mesmo tempo responsabilizando e castigando severamente todos os actos de difamação e de injúria”⁶¹.

Para o ministro da Justiça e dos Cultos, Abranches Ferrão, uma nova lei de imprensa era “assunto melindroso”. Precisava, pois, de ser “cuidadosamente estudado”. Era sua intenção apresentá-la em poucos dias, de acordo não só com as suas ideias mas também com a dos representantes da imprensa, a quem convidaria a com ele discutir o assunto⁶².

No dia 29 de Outubro, data em que se realizou o funeral de um agente da Polícia da Segurança do Estado, morto no dia 25, na Rua do Bemfornoso, em Lisboa, por um jovem comunista de 16 anos, Nuno Simões, reiterando ser contra a apreensão de jornais, insistia para que a lei de imprensa fosse alterada, no sentido de se proceder, rigorosamente, contra os instigadores dos crimes. As suas palavras (mesmo sem o nomear) dirigiam-se sobretudo ao diário *A Batalha*, que usava frequentemente uma linguagem directa e crua (por vezes mesmo brutal) contra pessoas e instituições que, no entender dos redactores do jornal, eram inimigas da classe operária. Assim as entendeu também António Maria da Silva, que confessaria ter “feito reiterados pedidos” ao ministro da Justiça para que enviasse ao Parlamento a tão falada e prometida nova lei de imprensa, uma lei, dizia, que não lhe “diminuísse a crítica”, mas que sancionasse “os que abusassem dos direitos de crítica, confundindo-a com licença”. Como era, diria, o caso dos artigos publicados “no jornal *A Batalha*, e outros”, que incitavam ao crime e que nada tinham a ver com liberdade de imprensa⁶³.

O governo, porém, haveria de cair sem que o projecto de uma nova lei de imprensa fosse apresentado. Em Março do ano seguinte, Paulo Cencala de Abreu chamava a atenção do ministro da Justiça e dos Cultos (que era então José Domingues dos Santos) para o facto de *AVanguarda* se queixar de sucessivas apreensões, devidas alegadamente a “qualquer apreciação feita acerca do Chefe do Estado”. E recordava uma vez mais que, havendo uma lei de imprensa, nada

[60] *Diário da Câmara dos Deputados*, 24/5/1923, p. 8.

[61] *Diário da Câmara dos Deputados*, 16/10/1923, p. 7.

[62] *Diário da Câmara dos Deputados*, 22/10/1923, p. 5.

[63] *Diário da Câmara dos Deputados*, 22/10/1923, p. 7-8.

justificava essas apreensões. O caminho era “chamar à responsabilidade” o director do jornal⁶⁴.

Embora admitisse conhecer os artigos, José Domingues dos Santos diria não saber o procedimento tomado pelo ministro do Interior⁶⁵. Dias depois, em resposta ao deputado Jorge Nunes, que se queixava da incúria dos delegados do Ministério Público, quando se tratava “de agravos” públicos aos poderes legislativo ou do executivo, o ministro da Justiça informava ter feito expedir pelo Procurador-Geral da República uma circular para que os delegados lessem os jornais e levantassem os respectivos autos sobre as notícias que se referissem à honorabilidade alheia. Procurava, dessa forma, remover “o sistema da impunidade” seguido até aí.

Interrompido por António Correia, que manifestaria a necessidade de revogar a lei de imprensa, José Domingues dos Santos diria supor inúteis “todas as leis de imprensa”. Em sua opinião, o que havia a fazer era, de facto, revogar a lei de imprensa deixando apenas “ficar de pé o processo civil, aplicando-se as sanções [...] cominadas no Código Penal”. Era esse o seu “critério”⁶⁶. E assim, tergiversando, ano após ano, sessão após sessão, os ministros de sucessivos governos republicanos iam adiando um assunto que poderia e deveria ter merecido, pela sua importância e delicadeza, particular atenção.

Em Maio, era o diário *A Batalha* que estaria em foco por ter sido novamente alvo de censura e apreensão. Nada que o jornal ligado à Confederação Geral do Trabalho (CGT) estranhasse, já que apresentava um vasto historial de conflitos com a censura (e não só) desde meados de 1919, ano em que começara a circular. Considerando não estarem suspensas as garantias, o deputado democrático Vitorino Godinho chamava a atenção do ministro do Interior, Sá Cardoso, “para a arbitrariedade praticada contra um jornal de Lisboa”. Em seu entender, o governo tinha “nas leis os meios necessários para manter a ordem e a disciplina na sociedade”. Se julgava esses meios insuficientes, devia trazer à Câmara as suas propostas⁶⁷.

Sá Cardoso replicaria, afirmando não ter dado ordem para se exercer a censura no jornal *A Batalha*. A que dera “estava dentro da lei”, isto é, impedir a sua circulação, se nele se contivesse matéria “incitando à prática de crimes”, como alguns que ultimamente haviam acontecido. Mas essa ordem não fora “dada por escrito”; daí não ter sido ela interpretada como desejara. Mas se a censura prévia existisse, diria Sá Cardoso no final da sua intervenção, “tinha sido muito bem aplicada”⁶⁸.

Sá Pereira, também da bancada democrática, cujas posições “radicais” eram bem conhecidas, insistiria no assunto: sendo Álvaro de Castro, presidente do Ministério, responsável, pois, pela política geral do governo, tinha ou não tinha conhecimento do que sucedera com *A Batalha*? Podia-se “divergir da sua orientação”, dizia Sá Pereira, mas ninguém podia esquecer que era o único jornal que estava “contra os ladrões da vida e saúde do povo português”⁶⁹.

[64] *Diário da Câmara dos Deputados*, 21/3/1924, p. 22-23.

[65] *Diário da Câmara dos Deputados*, 21/3/1924, p. 23.

[66] *Diário da Câmara dos Deputados*, 9/4/1924, p. 6.

[67] *Diário da Câmara dos Deputados*, 23/5/1924, p. 23.

[68] *Ibidem*.

[69] *Ibidem*.

Álvaro de Castro, porém, deixou a resposta para o ministro do Interior, Sá Cardoso. Segundo este, foram três os cortes feitos no jornal: um passara-lhe “despercebido”; o segundo fazia referência à Câmara; o terceiro, ao governo. *A Batalha* (continuou Sá Cardoso) havia sido censurada sem que ele o tivesse ordenado. Daí ter pensado “em dar uma satisfação a esse jornal”. Não o fizera, porém, por entender “que ninguém que prezasse a sua dignidade própria e a dignidade do cargo” que ocupava “o poderia fazer”. Não se julgava, pois, com o dever “de dar explicações a quem chamava ao governo ladrão e outros nomes” que se abstinha de pronunciar. Não se baixava a dar explicações a quem o tratara dessa forma⁷⁰.

Ainda na Câmara dos Deputados, mas no final da sessão de 12 de Março de 1925, Nuno Simões referir-se-ia também “ao caso bem extravagante” da censura ao diário *A Época* que há vários dias, na hora em que entrava na máquina de impressão, estava sendo “incomodado” por um guarda que exigia um exemplar destinado à censura. Não falava sem provas, já que apresentava duas ordens escritas: “uma assinada pelo cabo n.º 128 e outra pelo guarda n.º 721”, nas quais, em nome do comissário de serviço da segurança pública, se requisitava um exemplar para o referido fim. Esperava, pois, que o ministro do Interior tomasse as devidas providências para acabar com uma situação que era tanto inaceitável como vexatória⁷¹.

Vitorino Godinho (que era então o ministro dessa pasta) negaria, porém, ter dado ordem para que se fizesse censura prévia aos jornais. Dando uma no cravo e outra na ferradura, garantiu ir pedir severas contas a quem procedera contra as instruções dadas ao governador civil para que fossem transmitidas aos elementos sob as suas ordens. Mas como não queria que se continuasse a fomentar a desordem, não sairia “do cumprimento da lei”⁷².

Na sessão do dia 27 desse mês, o deputado Paulo Cancela de Abreu protestaria mais uma vez contra as violências de que estavam a ser vítimas os jornais. Ainda na véspera fora impedida a circulação de *O Dia*, que considerava “uma arbitrariedade e um abuso do Poder”⁷³. Na ausência do ministro do Interior, responder-lhe-ia o presidente do Ministério, Vitorino Guimarães, que desvalorizou a situação. Transmitiria às autoridades “as ordens respectivas”. Mas dizia-se convencido que, com as que haviam já sido dadas, se houvera jornais impedidos de circular “é porque infringiram a lei de imprensa, usando de linguagem despejada”⁷⁴.

Alguns dias mais tarde, Nuno Simões voltaria ao assunto, questionando Vitorino Godinho relativamente à censura prévia exercida sobre o jornal *A Época*. Se o ministro do Interior estava (como dissera) absolutamente resolvido a fazer cumprir a lei, perante as denúncias feitas por Paulo Cancela de Abreu, era tempo de “juntar os factos às palavras”. Mas o tempo continuava a ser mais de retórica que de acção. Isto porque, se de facto haviam sido dadas instruções severas para chamar a atenção aos funcionários que exorbitaram das suas funções, exigindo à empresa do jornal *A Época* um número antes da sua saída, a lei, contrariamente ao que afirmava Vitorino

[70] *Diário da Câmara dos Deputados*, 23/5/1924, p. 24. A vigilância das autoridades sobre *A Batalha* continuaria. No dia 24 de Maio, Ferreira do Amaral ordenaria a censura prévia ao jornal, que, no dia 27, acabaria por ser novamente apreendido “por não calar o seu protesto contra o procedimento do comandante da Polícia”.

[71] *Diário da Câmara dos Deputados*, 12/3/1925, p. 24. No dia seguinte, no Senado, a propósito desta situação, Joaquim Crisóstomo dava conta (a partir de uma nota publicada justamente no diário *A Época*) do *modus operandi* da censura: diariamente, um funcionário policial, de nome Soares, tomava a liberdade de mandar pedir um exemplar do jornal, só autorizando a circulação “no caso de não haver, segundo o seu critério, matéria incriminada”. A Constituição, dizia Joaquim Crisóstomo, não permitia esse abuso, fosse a quem fosse “e muito menos ao Sr. Soares”. Lavrava, pois, “em nome da Constituição e dos superiores interesses da imprensa”, o seu protesto contra factos dessa natureza, não por simpatia por qualquer desses jornais mas pelo “mau precedente” que esse facto representava (*Diário do Senado*, 13/3/1925, p. 20).

[72] *Ibidem*.

[73] *Diário da Câmara dos Deputados*, 27/3/1925, p. 10.

[74] *Ibidem*.

[75] *Diário da Câmara dos Deputados*, 31/3/1925, p. 10.

[76] *Diário da Câmara dos Deputados*, 1/4/1925, p. 26.

[77] *Ibidem*.

[78] No dia 18, às 5 da tarde, chegara à redacção deste jornal a notícia de que fora estabelecida a censura à imprensa. Por telefone, inquiriram o governo civil

Godinho, não estava a ser cumprida. E como o monárquico Carvalho da Silva insistisse que havia jornais que continuavam a ser apreendidos, o diálogo (que parecia de surdos) voltaria a azedar⁷⁵.

Na sessão do dia seguinte, Paulo Cancela de Abreu lavraria mais um protesto relativamente à posição assumida pelo ministro do Interior. Era ilegal a apreensão dos jornais *O Dia* e *Correio da Noite*, dizia. Só em “casos especialíssimos”, que a lei taxativamente estabelecia “mas que se não deram”, é que seria possível essa apreensão. Até porque, a seu ver, a legislação que a sustentava (Lei de 9 de Julho de 1912) era inconstitucional por contrariar o artigo 3.º da Constituição⁷⁶.

O ministro, naturalmente, manteria a sua posição: tudo decorreria de acordo com a legislação em vigor. Não houvera, pois, da parte do governo, qualquer arbitrariedade. E, obviamente, não considerava a referida lei inconstitucional. Por isso, “boa ou má”, enquanto estivesse em funções, essa lei seria cumprida⁷⁷.

As palavras de Vitorino Godinho não tardariam, porém, a ser desmentidas pela realidade dos factos. No dia 18 de Abril, data do frustrado golpe militar liderado por Filomeno da Câmara, Sinel de Cordes e Raul Esteves, os jornais de Lisboa foram alvo de censura, surgindo alguns deles com largos espaços em branco.

Dois dos jornais mais influentes da capital foram suspensos: *O Século* e o *Diário de Lisboa*. *O Dia*, por sua vez, decidiu-se pela auto-suspensão⁷⁸. Tal como o *Correio da Noite*, que fora vítima de assalto⁷⁹.

Em entrevista a um vespertino lisboeta, o presidente do ministério, Vitorino Guimarães, diria que a situação dos jornais se manteria enquanto estivessem suspensas as garantias. Feita por indicação do comando militar de Lisboa, essa suspensão devera-se “à campanha que vinham fazendo”. E concretizava: o artigo de fundo de *O Século* do dia 19 “era um verdadeiro incitamento à revolta”. Daí a decisão de o suspender⁸⁰. Quanto ao *Diário de Lisboa*, o seu número do dia 18 “era um amontoado de inexactidões”⁸¹.

Confrontado pelo jornalista de que esse número fora submetido à censura, Vitorino Guimarães responderia deste modo:

“Sim, mas essa censura não foi feita como devia ser. A princípio foi efectuada no governo civil e só mais tarde é que se passou a efectuar por meio das autoridades militares”⁸².

No Parlamento, após a rejeição de uma proposta de Paulo Cancela de Abreu para que se debatesse a suspensão dos jornais, a censura prévia e a prisão de jornalistas, a situação da imprensa acabaria por ser objecto de aceso debate nessa mesma sessão. Se o governo não

se deviam enviar para aí provas de página. Que não, disseram. Só depois de impresso o primeiro exemplar se resolveria se o jornal podia ou não circular. Daí que, apesar “de todas as cautelas e reservas impostas naturalmente pelas circunstâncias”, não querendo sujeitar-se a eventuais riscos e aos consequentes prejuízos de uma suspensão, foi decidido não publicar essa edição (*O Dia*, 20/4/1925, p. 1).

[79] No dia 22 de Abril, o jornal *O Dia* publicava uma nota enviada pelo *Correio da Noite*, que dizia: “Em virtude do estado anormal em que vivemos não permitir a livre exposição do nosso pensamento resolvemos suspender por alguns dias o *Correio da Noite*”. Nessa nota, o jornal anunciava a sua próxima edição para o dia 2 de Maio. O *Correio da Noite*, porém, só reapareceria a 23 de Junho. Isto porque, dizia, sobre as suas cabeças, “erguia-se, ameaçadora, a espada do sr. General Comandante da Divisão, impondo, em nome da Liberdade, o mais absoluto e rigoroso silêncio a propósito de tudo o que se referisse directa ou indirectamente, de perto ou de longe, aos acontecimentos de 18 de Abril, que ficarão na História como um tocante exemplo de dignidade e brio militares” (*Correio da Noite*, 23/6/1925, p. 1).

[80] As circunstâncias em que *O Século* foi suspenso são descritas numa nota enviada pelo jornal ao matutino *O Dia*, que dizia assim: “Ontem, 19, depois de submetido à censura militar, que escrupulosamente respeitou, *O Século* foi impedido de circular, tendo sido, para esse efeito, dadas expressas ordens aos guardas cívicos que vigiavam os nossos escritórios. Hoje, 20, uma comunicação do sr. general comandante da 1.ª divisão avisou o *Século* de que seria impedido de publicar-se enquanto durasse a suspensão das garantias constitucionais” (*O Dia*, 20/4/1925, p. 1).

queria que “determinadas notícias, artigos ou comentários não pudessem [...] circular”, que recorresse à censura prévia, “que toda a gente” aceitava “como boa em ocasiões desta natureza”, dizia Alberto Xavier⁸³. Caso a censura tivesse sido exercida “com critério” a suspensão dos jornais “podia cessar”, opinava o democrático Carlos de Vasconcelos, que não vira quaisquer motivos que justificassem a suspensão do *Diário de Lisboa*⁸⁴.

O ministro do Interior, Vitorino Godinho, reconhecia ter sido “desagradável tomar medidas violentas contra a imprensa”. Era porém, seu desejo suspender rapidamente essas medidas, sobretudo “para não criar uma situação difícil às classes trabalhadoras ocupadas nos serviços gráficos dos jornais suspensos”⁸⁵.

As palavras do ministro não convenceram Carvalho da Silva que insistiria no tema. Estranhava a suspensão do *Diário de Lisboa*, até porque se tratava de um jornal que se havia colocado “inteiramente ao lado do governo para sufocar o movimento militar”. Quanto ao diário *O Século*, era sua opinião de que fora suspenso por “motivos verdadeiramente irrisórios”. Essa suspensão só poderia ter sido imposta, acusava o deputado monárquico, “por qualquer má vontade ou vingança”. Era, em suma, “o Poder Executivo a aplicar o livre arbítrio”⁸⁶.

A suspensão dos jornais, reafirmaria Vitorino Godinho, em breve ficaria resolvida. E em tempo oportuno responderia a Carvalho da Silva⁸⁷. Esse tempo, porém, nunca chegou. Isto apesar de no dia 27 de Abril o vespertino *A Capital* ter feito a sua manchete com o fim da censura. No dia seguinte, *A Época* escrevia: “Terminou então a inútil e aborrecida censura, que submete o labor jornalístico às mais arbitrarias torturas”⁸⁸. A notícia, como o jornal não tardaria a perceber, pecava por excesso de optimismo. Nessa mesmo dia, pelo facto de ter manifestado a intenção de “dizer toda a verdade” sobre o 18 de Abril, indo, pois, levantar “as pontas desse véu, que encobre tanta nobreza e tanta traição, tanto heroísmo e tanta covardia”, por decisão do governo (comunicada por um ofício assinado por Filipe Mendes, governador civil de Lisboa), o jornal foi imediatamente suspenso.

Ao *Correio da Manhã*, cujas edições de 20, 21, 22 e 26 de Abril haviam sido severamente censuradas, seria apreendida a edição do dia 29. Nesse mesmo dia, após o comandante da 1.^a divisão militar ter afirmado que já não havia censura, foi exigido ao jornal *O Dia* um exemplar para que, antes da autorização de venda, “os censores nele exercessem a sua antipática missão”⁸⁹.

Em editorial intitulado “De Mordaça”, *O Dia* comentava deste modo o estado da imprensa e do país:

“A imprensa da capital da república da Saúde & Fraternidade, está sob o regime das suspensões e apreensões, o parlamento está fechado, as garantias continuam suspensas, o estado de sítio foi

[81] *A Tarde*, 20/4/1925, p. 3. Quando o *Diário de Lisboa* reapareceu, a sua versão era diferente: a suspensão fora justificada por ter sido “acusado de perturbador da ordem pública”. Em resposta a Vitorino Guimarães, o jornal diria que se havia “inexatidões” era obrigação do censor cortá-las. Até porque o jornalismo “não tinha o rigor da História” sobretudo quando era feito “ao som da metralha”. Com evidente estupefação e amarga ironia, o jornal confessava que nunca imaginara que o seu “esforço desinteressado [...] seria premiado com tão estupenda recompensa”. Entrava, pois, “no silêncio – cinco dias de filosofia desenfastiada” (*Diário de Lisboa*, 24/4/1925, p.1).

[82] *A Tarde*, 20/4/1925, p. 3.

[83] *Diário da Câmara dos Deputados*, 23/4/1925, p. 17.

[84] *Diário da Câmara dos Deputados*, 23/4/1925, p. 29. No Senado, Joaquim Crisóstomo protestaria também contra a suspensão do *Diário de Lisboa*, um jornal, a seu ver, “quase incolor”, onde todos tinham “entrada, desde o monárquico integralista até ao anarquista ou comunista”. Por isso, não via razões para que ele servisse “de bode expiatório” da situação. Relativamente ao diário *O Século*, que era “órgão das forças vivas nacionais”, embora a sua acção não fosse “simpática” a quem se preocupava “com o bem-estar do País e do Estado”, não considerava “natural que quisesse lançar-se em aventuras perigosas, das quais só lhe podiam resultar consequências bem funestas”. Além disso, havia censura prévia. Daí que, caso ele publicasse factos que não fossem verdadeiros, ou revelasse nas suas críticas “intuitos, ou propósitos de má-fé”, a censura não podia deixar “de exercer-se com aquela largueza que as circunstâncias exigissem”. Não lhe parecia que, em qualquer das suas secções,

prorrogado! É assim que se vive neste desafogo, sob as tão apregoadas *liberdades* republicanas...”⁹⁰.

Para o *Correio da Manhã*, a imprensa desconhecia a lei em vigor. Isto porque a censura ora se impunha, ora se dizia ter terminado para logo no dia seguinte se exigir o envio de exemplares para a censura prévia. Esta, por sua vez, transitava da “mesa censural [sic] do ministério para o governo civil, deste outra vez para o ministério”. E já se falava de que iria “para o Quartel General... nas Necessidades, a 4 ou 5 quilómetros do centro da cidade”, situação que faria perder os correios para os jornais da manhã e lhes traria “gravíssimos problemas”⁹¹.

O jornal considerava, pois, que o propósito das autoridades era “não só de abafar a livre crítica dos actos governamentais como ainda, e talvez essencialmente, o fito tendencioso de prejudicar financeiramente as empresas jornalísticas...”⁹².

Desconhece-se (pois não há dados objectivos sobre isso) se *A Época* tinha razão quando afirmava que a maioria dos jornais se remetia “a um silêncio prudente e muito cómodo”⁹³.

Os de Lisboa seguramente não. Basta ver, por exemplo, o que dizia o diário republicano *A Tarde*, que comentava desta forma o que se passava com a imprensa mais conservadora:

“Os últimos actos do governo contra a *Época*, o *Correio da Manhã* e o *Dia* não têm justificação nem explicação sequer. A suspensão do primeiro, o impedimento de circular do segundo e a censura restabelecida em relação ao *Dia* e a outros jornais constituem um procedimento verdadeiramente inaceitável que não honra o governo, que o desprestigia e compromete e que coloca a imprensa portuguesa numa situação deprimente que não pode manter-se”⁹⁴.

Mesmo um jornal generalista e influente como o *Diário de Notícias* não deixaria de se pronunciar sobre o assunto de momento. Em editorial, afirmava que a imprensa, que representava “a expressão máxima da liberdade de pensamento” e que exercia “o alto sacerdócio de mentora da opinião pública”, vivia “uma hora angustiada, constringida a desempenhar um papel de subalternidade perante aqueles que se julga[va]m no direito de lhe asfixiar a voz”⁹⁵. A terminar, deixava um aviso: “Coacções e violências nunca deram bom fruto”⁹⁶.

Nada disto, porém, parecia impressionar as autoridades. *O Século* e *A Época* continuavam suspensos. E o *Correio da Manhã* fora apreendido, alegadamente “por haver publicado um extracto fiel da penúltima sessão parlamentar”⁹⁷.

Procurando contornar a situação, *A Época*, por permissão do governador militar de Lisboa, foi substituída, a 3 de Maio, por outro diário intitulado *A Nova Época*. A vida deste jornal, porém, seria de curtíssima duração, já que, logo na madrugada imediata, foi suprimido por decisão

ele concorresse de qualquer forma “para perturbar a ordem pública ou agitar as classes militares”. Daí que, caso tivesse sido ele a “votar a suspensão das garantias para a imprensa”, não fizesse quaisquer excepções (*Diário do Senado*, 24/4/1925, p. 33).

[85] *Ibidem*.

[86] *Diário da Câmara dos Deputados*, 23/4/1925, p. 30.

[87] *Ibidem*. Da acusação de ser “o homem de censura aos jornais” não se livraria Vitorino Godinho. Segundo Carvalho da Silva, todos os jornais que não queriam estar às suas ordens eram apreendidos. Com uma excepção: o diário *O Mundo*, que acusava de ser o “Diário do Governo n.º 1”, a que o ministro e o governo obedeciam (*Diário da Câmara dos Deputados*, 2/6/1925, p. 20).

[88] *A Época*, 28/4/1925, p. 1.

[89] *Correio da Manhã*, 1/5/1926, p. 1. Já no dia 28, as oficinas de impressão do jornal *O Dia* haviam sido cercadas pela polícia. Um dos exemplares foi levado à censura policial. Só tarde chegaria a “ordem de libertação” (*O Dia*, 28/4/1925, p. 1).

[90] *O Dia*, 30/4/1925, p. 1.

[91] *Correio da Manhã*, 1/5/1926, p. 1.

[92] *Ibidem*.

[93] *A Época*, 24/4/1925, p. 1.

[94] *A Tarde*, 31/1/1925, p. 1.

[95] *Diário de Notícias*, 31/5/1925, p. 1.

[96] *Ibidem*.

[97] *A Nova Época*, 3/5/1925, p. 1.

do ministro do Interior.

Na sua única edição, *A Nova Época* não deixaria de se pronunciar sobre os jornais que tinham conseguido publicar-se sem interrupção. Considerava essa situação “tão vexatória” que causava “espanto” que não houvesse “um protesto mais vivo”. E “mais espanto” causava ainda que alguns continuassem “a tirar dos caixotins as letras com que adjectiva[va]m os ministros, apodando-os de ilustres e daí para cima”⁹⁸.

Não se pense que este estado de alma era exclusivo da imprensa monárquica. O republicano *Diário da Tarde*, que “contra todas as praxes legais” fora suspenso no dia 29 de Maio, no dia seguinte (mesmo sujeitando-se a ser incomodado, como veio a acontecer) não se afastaria muito desse registo. Dirigindo-se, com arrogância e até provocação, ao governador militar de Lisboa (“Oíça bem o sr. general Adriano de Sá”), afirmava que “uma censura que só inspira o riso, não pode merecer o respeito de ninguém”. E numa directa, não menos arrogante e provocatória, aos outros jornais da capital, dizia:

[98] *A Nova Época*, 3/5/1925, p. 1.

[99] *Diário da Tarde*, 30/5/1925, p. 1. A frontalidade do jornal, sem surpresa, teve consequências. A sua oficina, durante a preparação da edição do dia 1 de Junho, foi guardada pela polícia. E essa edição (em que o jornal protestava contra os “abusos do Poder”) não circulou enquanto o governador civil não terminou a sua leitura. No dia seguinte, o jornal escrevia: “As violências contra o *Diário da Tarde* continuam. Em face das prepotências das autoridades perguntamos ao Parlamento da República: Vivemos numa democracia ou num regime autocrático?” (*Diário da Tarde*, 2/6/1925, p. 1).

[100] *A Nova Época*, 3/5/1925, p. 1.

[101] *A Batalha*, 25/6/1925, p. 1.

“Se em Lisboa existisse uma imprensa digna desse nome, que reagisse até onde fosse preciso contra actos de estupidez e força bruta que alguma vez lhe quisessem impor – esses actos nunca seriam possíveis.

Mas como esta imprensa, dividida e alheada dos seus mais sagrados direitos, prefere estas situações deprimentes, tem cada qual de tratar de si”⁹⁹.

Assim era, de facto. E se a maioria dos jornais continuava a sair regularmente era porque os seus profissionais se censuravam a si mesmos, com receio de males maiores. Confessou-o, como já se disse, o *Diário de Lisboa*, e assumiu-o pessoalmente o seu director, num depoimento público, em que dizia:

“Sei que hoje a liberdade de pensar e escrever é coisa tão precária que só existe como negação da sua força e da sua beleza. [...] A minha pena, que nunca foi servil, entrega-se então à espinhosa tarefa de escrever artigos que não ofendam os poderes rigorosos que os examinam como se eles fossem portadores de explosivos. Laboriosamente faz o milagre de agradar à censura”¹⁰⁰.

A Batalha era uma excepção a essa regra. Daí ser o mais visado pelas autoridades, que voltariam a aprender outras edições (30 de Maio e 11 de Junho), submetendo à censura prévia as de 23 a 25 deste mês, o que levaria o jornal a escrever em grandes parangonas, no alto da sua 1.^a página, perguntando: “Há ou não liberdade de imprensa?”¹⁰¹

Tal como *A Batalha* a entendia, essa liberdade, de facto, não existia. E assim continuou a ser, como o comprovam novas apreensões a que o jornal foi sujeito posteriormente. Esta situação punha em risco a sua sobrevivência económica e disso mesmo daria conta na edição de 17 de Julho, data em que refere que a asfixia da censura lhe provocava a diminuição das vendas e perdas de correio, já que não raras vezes só conseguia chegar à província no dia seguinte.

Na edição de 22 de Agosto, o jornal protestava contra a censura telegráfica que dias antes interceptara uma notícia expedida de África, que dava conta da morte de quatro operários que haviam sido deportados para a Guiné. Continuariam, nos meses seguintes, os conflitos entre as autoridades e o jornal. Mas nem sempre por causas relacionadas com a censura, embora censurar fosse, de facto, o verdadeiro motivo subjacente a essa situação conflituosa. Por exemplo os 11 processos que, em Março de 1926, corriam contra si no Tribunal da Boa Hora, na sequência da publicação de outros tantos artigos sobre o caso do Banco Angola e Metrópole.

Para a generalidade da imprensa, porém, o pior estava para chegar em finais de Maio. Os sinais existiam, eram claros, mas quem a eles devia estar atento não os viu ou não os quis ver. Um ano antes, o jornalista e republicano Norberto de Araújo, dizia que “a suspensão de jornais, sua censura, fiscalização, apreensão ou simples controle” era “o maior crime de moral e doutrina republicana” que conhecia”, porque tudo “o que sucede contra a imprensa sucede contra a República”. Lamentava então que a sua “pena humilde” não tivesse força “suficiente e clara” para dizer aos republicanos: “ides por mau caminho”¹⁰².

E foram. No dia 28 de Maio de 1926, dia do golpe que iria ferir de morte o regime implantado em 5 de Outubro de 1910, Carlos de Vasconcelos (então deputado da Esquerda Democrática) protestava no Parlamento contra a “visita” feita ao diário *O Mundo* nessa madrugada por agentes da polícia com ordem de impedir a saída do jornal. De imediato fora enviada uma prova desse número ao governador civil, com pedido para que se indicasse o que não podia ser “do domínio público”. A resposta foi desconcertante: não havia censura à imprensa. O que havia era “simplesmente uma ordem do governo e uma ordem concreta: a de não deixar circular o jornal *O Mundo*”¹⁰³.

Isso era, acusava Carlos de Vasconcelos, “um acto de prepotência” de um governo que considerava “fora da lei”. Tanto mais que houvera autorização para que o diário *O Século* (suprimidas que foram algumas notícias) pudesse circular. Por que é que se abria esse “precedente opressivo contra o mais antigo dos jornais republicanos?”; por que é que se estabeleciam “duas formas de procedimento, uma para um jornal retintamente republicano e outra para um órgão das associações económicas?”, questionava esse deputado. A resposta a estas (e outras questões), como se sabe, não tardaria a ser conhecida em todo o país¹⁰⁴.

[102] *A Nova Época*, 3/5/1925, p. 1.

[103] *Diário da Câmara dos Deputados*, 28/5/1926, p. 7.

[104] *Diário da Câmara dos Deputados*, 28/5/1926, p. 7-8.

3.12



Rua António José da Costa, Lousado

3.12 Censura e Cinema durante o Marcelismo¹

Esta investigação resulta de um projecto de pós-doutoramento que se centra no estudo da censura ao cinema, no que respeita ao amor e violência em Portugal e Espanha no final de ambas as ditaduras (1968-1974). O referido projecto é financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

O pós-doutoramento foi dividido em duas partes: os quatro primeiros anos passei-os no Arquivo Nacional da Torre do Tombo a estudar os processos de censura aos filmes, nacionais e estrangeiros, e os últimos dois que estão agora a começar, irei reservá-los para estudar, numa perspectiva comparada, o que sucedeu no caso espanhol.

O caso português está menos estudado do que o caso espanhol e por isso foi necessário reservar mais tempo ao estudo dos arquivos portugueses. Os resultados desta primeira parte da pesquisa são apresentados, ainda que de forma abreviada, no presente texto.

O fundo documental apresenta informação sobre os modos de actuação dos censores, os pareceres em relação aos filmes e acerca dos recursos apresentados, bem como os relatórios dos processos de censura. Pesquisei também as Actas da Comissão de Censura, que resultam de reuniões da referida Comissão para debater filmes e peças de teatro que levantavam mais problemas.

De que forma foi feita a censura ao cinema no tempo de governação de Marcello Caetano? Será que houve uma ligeira abertura nas mentalidades ou permaneceu exactamente tudo como sempre esteve? Qual a pulsão mais censurada: o amor ou a violência? Estas são algumas das principais perguntas a que tentei dar uma resposta.

Na Presidência do Conselho de Ministros, Salazar foi substituído por Marcello Caetano em Setembro de 1968. A partir desse momento, muitos acalentaram esperanças de que uma maior abertura política pudesse conduzir a uma mudança de regime, no qual a censura deixasse de existir.

Nesses primeiros anos, sensivelmente de 1969 a 1971, ainda se acreditou nessa perspectiva de mudança que, posteriormente, veio a revelar-se um logro.

Para uma melhor organização, com vista a obter algumas conclusões, optei por analisar os processos em várias perspectivas relacionadas com o amor e a violência. Ao longo do presente texto irei fornecendo exemplos de processos de censura que me pareceram mais ilustrativos dessas perspectivas.

[1] Este texto constitui uma versão abreviada de partes de um livro que foi publicado pela Editora Húmus: *Censura ao Erotismo e Violência. Cinema no Portugal Marcelista (1968-1974)*.

Embora ligados entre si, o Amor e a Violência podem considerar-se separados se entendidos na perspectiva do pessimismo antropológico que norteou o pensamento e toda a acção política de Marcello Caetano.

Através do estudo do seu percurso, discursos e acções políticas podemos constatar que, para o estadista, o ser humano estaria impregnado pelo pecado original, por uma dualidade na qual a matéria estava quase sempre a vencer a força do espírito, como se cada virtude escondesse um vício.

Para Marcello Caetano a natureza humana era má. Se o ser humano ficasse entregue aos seus instintos, sem a obrigação de trabalhar para o seu sustento, não tardaria a aniquilar o seu próximo em proveito próprio. Talvez por esse motivo tenha procurado sem cessar, da política à teoria jurídica, o equilíbrio, que neste caso era aquele situado entre a autoridade e a liberdade, a justiça e o mérito individual, a intervenção do Estado e a ausência da mesma.

Nada parecia mais adverso a Marcello Caetano do que a cultura individualista, do “eu”. No entanto, a sociedade portuguesa começava a entrar numa era, que se mantém até aos nossos dias, em que a identidade pessoal passa a estar no centro das preocupações do ser humano. Talvez essa inadaptação de todo o seu ser a esta crescente novidade tenha contribuído, também e em certa medida, para a queda do regime marcelista.

Os anos 60 em Portugal foram um período de grande mudança. Foram as condições externas, acima de tudo, que a provocaram. Portugal deixara de ser uma sociedade onde dominava a agricultura, para passar a ser um país no qual ganhava cada vez mais relevância o sector terciário. A emigração, o turismo e a reforma do sistema educativo foram factores que contribuíram para essa mudança.

As tendências dominantes (que se mantêm, grosso modo, até hoje) foram a urbanização, o desenvolvimento de uma economia de mercado, o aumento da escolarização dos jovens e o envelhecimento da população.

A estas mudanças estruturais alia-se uma grande abertura das mentalidades que, ao conhecer o que se passa no mundo exterior, toma consciência da falta de democracia e do atraso português.

No entanto, as mentalidades portuguesas, ao consistirem em estruturas de longa duração, não mudaram facilmente. Como refere Jorge Borges de Macedo:

“Ainda entre nós se tomava a sério o neo-realismo, Orwell era tido como um comunista, Burnham um desconhecido, Ionesco um tarado, Beckett um absurdo e os debates de

Rougemont inexistentes. Ninguém conhecia Aron ou Toynbee, o pensamento filosófico norte-americano ficava pelo cabotismo de Will Durant, no Brasil. Gilberto Freyre era um fascista, Jorge Amado fazia chorar as pedras, o existencialismo era um horror, as *Follie Bergères* o melhor do mundo, Mauriac ou Camus eram perigosos pensadores do drama humano.” Macedo 1993, 271

Alguns dos processos de censura analisados revelam bem as estruturas tradicionais da mentalidade portuguesa da época.

Através do estudo da actuação dos censores, posso confirmar que a estrutura onde assenta o seu quadro de valores éticos é idêntica à vigente durante o tempo da ditadura de Salazar, pretendendo conservar sem mutação os valores que permitiam a manutenção do seu poder.

Esses valores, no que respeita à família, centravam-se no respeito pelo chefe da mesma, sempre uma figura masculina, que pode ser entendido como uma sinédoque da necessidade de obediência aos superiores hierárquicos, nomeadamente ao Chefe de Estado.

Nesse sentido, um dos processos mais reveladores talvez seja o do filme de John Huston, *Sinful Davey* (título em português: *Davey, o folgazão*). O filme foi aprovado para maiores de 12 anos com supressão de diversas cenas amorosas. O *trailer* foi também aprovado para maiores de 12 anos com o corte das seguintes legendas e correspondentes imagens:

“5/A – Apaixonado... 5/B – Encantador. 5/C – Só John Huston podia criar um tal personagem... 5/D – ...Autêntica personificação dos 7 pecados mortais! (...) 15/A - Abaixo a lei! 15/B – Abaixo a virtude! 15/C – Viva o Davey!” (Processo de Censura n° 22364 SNI-DGE: ANTT, de 4 / 7 / 1969).

Noutras situações mais delicadas, existiram casos de filmes que foram mesmo proibidos por porem em causa a moral tradicional. Um exemplo desta situação é o filme *I love you, Alice B. Toklas* (título em português: *A borboleta vermelha*), realizado por Hy Aberback. Depois de passar por várias Comissões de Censura, a decisão final da Comissão de Exames e Classificação de Espectáculos deliberou não autorizar a importação do filme, proibindo a sua exibição em território nacional. O primeiro grupo de censores comenta, desde logo, no relatório:

“Considero que este filme não contém uma crítica ou saída que ponha em contraste a ‘vida hippie’ com a moral convencional de tal modo que o público francamente opte pelos valores que regem ou têm regido até agora as sociedades cristãs e ocidentais. Noto ainda que o realizador apenas esboça uma outra saída, sem dizer qual, condenando a moral convencional

e o ‘amor generalizado’ ou ‘hippie’. Penso ainda que as sugestões e evidências, aparecidas ao longo do filme, sobre o uso de afrodisíacos e outras formas libertinas (não sei se actualmente já se poderá chamar assim ou se se prefere apodar de ‘liberais’) de vida, só por si, determinariam da minha parte tais cortes que o filme não ficaria exibível. (...)” Processo de

Censura nº 21937 SNI-DGE: ANTT, de 23 / 5 / 1969

As alusões sexuais eram de tal modo consideradas chocantes que o filme *Twisted Nerve*, realizado por Roy Boulting, viu a primeira versão portuguesa do seu título riscada: *O psicopata sexual* para ser substituída por *O anormal* (Processo de Censura nº 22738 SNI-DGE: ANTT, de 28 / 12 / 1969).

Até mesmo próximo do 25 de Abril de 1974, a resistência a aprovar legendas e imagens consideradas imorais pelos censores era uma constante. O processo do filme *Venga a prendere il caffè... da noi* (*Venha tomar café conosco*), de 1970, realizado por Alberto Lattuada, é um exemplo desta afirmação. O filme foi proibido a 28/7/1971 e depois proibido de novo a 14/7/1973. De facto, um dos pareceres no relatório, de 4/7/1973, refere o seguinte:

“É evidente que nesta sua nova versão, com os numerosos cortes que lhe foram introduzidos (a empresa distribuidora informa terem sido efectuados 21, o que corresponde a cerca de 400 metros de película) não podiam deixar de ter sido eliminados alguns dos inconvenientes que o filme apresentava quando da sua primeira apreciação pela Comissão. Efectivamente, não existem agora quaisquer imagens susceptíveis de exclusão, já que foram abolidas as cenas em que as especulações sexuais eram mais patentes e do próprio diálogo se extraíram aqueles passos mais livres e ousados. A verdade, porém, é que um dos fundamentos da reprovação do filme consistia na natureza do tema e esse não podia ser dele excluído. Assim, mantém-se vivo o espírito crítico à sociedade burguesa ou, pelo menos, a alguns dos seus valores fundamentais, permanece sem alteração o sentido negativo do comportamento dos personagens, por contrário aos princípios éticos que regem, ainda hoje, as relações sociais, nada se modificou, enfim, quanto ao significado imoral da história, muito embora expurgada de umas quantas imagens de cunho altamente erótico. Nestes termos, não obstante reconhecermos o esforço feito para anular os aspectos condenáveis do filme, entendemos ser de reprovar, também, esta sua nova versão.”

No entanto, a 21/9/1973, a Comissão de recursos, “deliberou aprovar o filme (na actual versão), classificando-o para o Grupo D (maiores de 18 anos), com os seguintes cortes: a) cerca da legenda 26 deixar apenas um apontamento (o 3º) das cenas do galo; b) cerca da legenda 410 eliminar todas as cenas do galo com as galinhas.” (Processo de Censura nº 12473 SNI-DGE: ANTT, de 21 / 9 / 1973)

A única alusão à censura a cartazes cinematográficos encontrei-a relativamente a aspectos que têm a ver com a moralidade. O filme *Prudence and the pill* (*Sarilhos conjugais*), de 1968, realizado por Fielder Cook, causou muita polémica: foi proibido a 19/6/1968 e continuou proibido a 30/10/1968. A 30/7/1969 foi classificado “para adultos, maiores de 17 anos, sem cortes.”

Porém, a 14/8/1969 é endereçada uma carta ao Director dos Serviços de Censura na qual se refere que o filme embora aprovado, pode ser “susceptível de se prestar a especulações por parte da imprensa por se tratar de uma comédia urdida à volta de ‘pílulas’. Permita-me, por isso, solicitar a V. Ex.^a se digne ordenar as providências que o caso possa vir a requerer.” Assim, a 14/8/1969 é comunicado à Distribuidora “que a Comissão de Exame e Classificação dos espectáculos, deliberou reprovar os cartazes respeitantes ao filme “SARILHOS CONJUGAIS’ (PRUDENCE AND THE PILL).” Maiúsculas do censor.

A 11/11/1969 é referido que o *trailer* do filme foi classificado para adultos, maiores de 17 anos, “devendo ser cortadas as imagens em que aparecer o título original ‘PRUDENCE AND THE PILL’.” (Processo de Censura nº 22743 SNI-DGE: ANTT, de 11 / 11 /1969)

No que respeita à violência, uma das conclusões a que pude chegar sobre os cortes da censura, efectuados nos processos analisados e especificamente relacionados com a violência nos filmes, é que se pretendiam eliminar todas as cenas e imagens que invocassem contestação e luta e que pudessem, desse modo, incentivar à manifestação da opinião pessoal do espectador.

Como demonstrou Paulo Cunha, na passagem de 1969 para 1970 verificou-se um número significativo e inédito de proibições integrais de filmes portugueses, por parte dos censores de cinema. O referido autor chegou à conclusão que dos oito filmes proibidos, metade aludem de forma directa ou indirecta à política colonial do regime de Marcello Caetano:

“(…) por um lado o filme *Índia* (1972), de António Faria e *Deixem-me ao menos subir às palmeiras* (1972), de Lopes Barbosa, questionavam a ideia de colonização exemplar defendida pelo regime; por outro lado *Grande, grande era a cidade* (1971), de Rogério Ceitel e Lauro António e, mais tardiamente, *O Mal-Amado* (1974), de Fernando Matos Silva abordavam temas relacionados com traumas adquiridos na guerra colonial.” Cunha 2010, 545-547

A maior parte dos processos analisados, no que respeita à violência, censuram sobretudo filmes que abordam o problema da guerra. O horror da guerra é de tal modo incomodativo para os censores, que chegam a traduzir o título de um filme de maneira bem diferente do original, para que os espectadores não conseguissem captar a profundidade do significado simbólico da mensagem que o filme queria passar.

Estamos a referir-nos, especificamente, a *Sunflower* (no original italiano: *I girasoli*) que

português foi traduzido por *O último adeus*, realizado por Vittorio de Sica. Tal tradução pode explicar-se pelos cortes do censor ao filme, cortes esses de legendas que explicam o significado do título original do mesmo:

“221 – Os alemães obrigavam-nos a abrir as próprias covas. 222 – Eram soldados italianos e civis russos prisioneiros. 223 – Os alemães obrigavam-nos a abrir as covas para os sepultar. 224 – Como vê, cada girassol, cada árvore ou campo de trigo... 225 - ...esconde corpos de italianos, russos, alemães... 226 – ...e também corpos de muitos camponeses russos, velhos, mulheres e crianças.” Processo de Censura n° 23635 SNI-DGE: ANTT, de 10/ 10 /1970

No entanto, embora a maioria dos processos que apresentam censura à violência se centrem na temática da guerra em geral e do Exército em particular, existem processos de filmes que censuram a violência relacionada com o crime.

Um exemplo deste tipo de censura é o caso do filme *Dead Heat on a Merry-go-Round* (título em português: *Amar... nas horas vagas*), de Bernard Girard, que constitui um dos casos de filmes que foi proibido a 4 de Dezembro de 1967 mas aprovado para maiores de 17 anos, sem cortes, a 20 de Junho de 1969. No relatório, o primeiro grupo de censores comentou:

“Chegou-se agora ao ponto de apresentar as acções criminosas de cadastrados sob o ponto de vista cor-de-rosa. O simpático herói do filme é o assaltante de bancos, sem qualquer espécie de escrúpulos, e o seu plano é coroado de êxito (?) – o crime não tem castigo. Julgo argumentos desta natureza mais perigosos do que todos os nus... votamos pela reprovação, embora julgue conveniente que seja visto por outro grupo.” Processo de Censura n° 22039 SNI-DGE: ANTT, de 20 / 6

/1969

É interessante observar que os cortes visavam não apenas o incentivo à violência em geral e à guerra em particular, mas também proibiam a exibição de imagens e cenas que defendessem valores pacifistas. Esta situação aparentemente contraditória, que está relacionada com a intersecção entre o amor e a violência, pode explicar-se pela existência da guerra colonial.

Ou seja, proibiam-se as alusões à guerra para que os espectadores não se lembrassem que Portugal mantinha uma guerra em território africano, mas também eram censurados os incentivos à paz para que os espectadores não fossem levados a lutar contra a guerra colonial esperando, desse modo, conservar a vontade dos portugueses de defender os territórios coloniais como parte do seu território nacional.

O processo do filme *The Guns of the Magnificent Seven*, de Paul Wendkos, parece-nos ser um dos mais explícitos no que respeita a essa necessidade de evitar apelos pacifistas. Este é também o exemplo de um filme que foi proibido a 4 de Novembro de 1969 mas que, após recurso, foi aprovado pela Comissão de Censura para maiores de 17 anos, sem cortes a 2 de Dezembro

de 1969 e depois, a mesma decisão de aprovação foi reafirmada em 16 de Janeiro de 1970.

No relatório, o primeiro grupo de censores que vota pela reprovação do filme comenta:

“Trata-se de um filme em que uma rebelião, na época que precedeu a independência do México, sai triunfante contra o poder estabelecido. A revolta foi mobilizada, segundo se depreende, por motivos de desejo de independência do povo do México. Mostra o filme várias violências cometidas pelas forças legais que criam um ambiente de simpatia para com os rebeldes. Muito embora a situação que é vivida não possa ter semelhança com a situação que enfrentamos no ultramar, pode induzir sugestões de semelhança em públicos mal esclarecidos. Não gostaria de tomar uma decisão de aprovação, que é viável, apesar da violência patenteada, sem que um outro grupo pelo menos apreciasse o filme. Se a minha óptica de apreciação for apoiada penso que, pelo menos na presente situação, o filme carece de oportunidade para ser exibido.” Sublinhados do censor

A data deste parecer é de 22/10/69, no dia 30/10/69 outro grupo de censores refere:

“Comparticipamos das dúvidas e receios expostos pelo Ex.mo colega Coronel Nave. O filme contém intenções libertárias, pacifistas e revolucionárias, características deste género de produção americana, em que é hábito fazer o sistemático elogio dos opositores à ordem estabelecida, cujos defensores são apresentados como indivíduos antipáticos e cruéis. Parece-nos que o filme não é, realmente, oportuno, pelo que deverá ser adiada ‘sine die’ a sua eventual aprovação.” Sublinhados do censor. Processo de Censura nº 23430 SNI-DGE: ANTT, de 16 / 1 /1970

Quanto aos critérios que regiam a Comissão de Censura, a censura ao cinema encerra um carácter profundamente arbitrário, como se pode comprovar por decisões completamente aleatórias existentes nos relatórios e actas da Comissão de Censura. Por detrás dessas decisões aproximamo-nos do modo de pensar dos censores sobre o público, que julgavam infantil e maioritariamente inculto.

De facto, parece não haver um critério uniforme e concreto que regesse a selecção do que era censurado ou não: tudo parece depender do critério pessoal de cada comissão de censura e de cada censor em particular.

O próprio Marcello Caetano afirmava que,

“Este problema da censura é, porém, dos mais difíceis de resolver satisfatoriamente. Pode a lei definir as matérias proibidas, as permitidas e as de publicação condicionada por visto em exame prévio: a lei é executada por homens e estes têm os seus critérios de interpretação. Uns apreciam de uma maneira, outros de outra. Por mais instruções que se emitissem, nunca se evitou a existência de certo arbítrio dos censores.” Caetano, Depoimento, 1974: 73

O estadista afirma em seguida que nunca teve intenção de corrigir esse arbítrio dos censores:

“A lei estabeleceu o direito de recurso e fixou a instância competente para apreciar os recursos interpostos. Algumas vezes se me dirigiram pessoas a protestar contra certo corte: em geral o gabinete enviava esses protestos às entidades que legalmente deviam zelar pelo cumprimento das instruções dadas. Pessoalmente expliquei a vários reclamantes que não podia nem devia arvorar-me em censor-mor, ingerir-me num serviço que tinha os seus órgãos, o seu pessoal e as suas normas e que era preciso responsabilizar pela sua actuação.” Caetano, *Depoimento*, 1974: 73

De facto, as únicas normas internas do que deveria ou não ser objecto de censura surgem num documento intitulado “Directrizes para uso da censura cinematográfica” e aparecem impressas em papel timbrado do SNI de 1947. Estas directrizes constituem um desenvolvimento das estabelecidas no artigo nº 133 do Decreto de 6 de Maio de 1927.

No entanto, ao longo de todo o Estado Novo, o que se proíbe, censura ou permite ver permaneceu quase sem alterações. E parece ser o que era considerado “óbvio” para os censores, como atentado aos bons costumes, à moral, à autoridade, aquilo que é proibido e censurado, o que pode explicar os lacónicos e sucintos pareceres dados nos processos de censura a um elevado número de filmes.

Em Portugal, durante o período marcelista, os censores aludiram e reflectiram algumas vezes sobre a sua responsabilidade no quadro do aparelho do Estado Novo. As actas das reuniões da Comissão de Censura do tempo de Marcello Caetano são muito reveladoras neste aspecto.

Na sequência do decreto-lei 263/71 verificou-se a renovação dos quadros da Comissão de Censura, com o desdobramento da Comissão em subcomissões para o teatro e para o cinema. Assim, saíram da Comissão de Censura alguns vogais: Maria Eugénia Sá da Bandeira, José António Guerreiro de Souza Barriga e João de Deus Figueira.

A Acta do dia 19 de Outubro de 1971 é um exemplo destas preocupações, na qual o Presidente da Comissão [Caetano de Carvalho] valoriza a importância da missão de censor e debate os critérios que devem reger a Comissão de Censura:

“(...) Efectivamente, esta Comissão, no plano de defesa dos valores morais e sociais ou dos valores políticos em geral, quer no domínio do cinema quer no do teatro, tem as maiores responsabilidades. Não se trata, portanto, de um lugar para se ganhar um ou dois contos por mês, mas de uma função que tem de ser exercida com um certo espírito de missão, porque existem determinados valores que temos obrigação de preservar e defender. (...)

Reconheceu que falar em critérios é questão muito vaga, porquanto o acerto dos mesmos é muito mais alcançado e conseguido nestas sessões plenárias na apreciação directa dos problemas que vão surgindo. (...) Acrescentou o Senhor Presidente ser seu pensamento o de que, para o bom e correcto exercício desta função de censor, ajudam muito o conhecimento do que dia a dia se vai passando à nossa volta – pois, até, de vez em quando, os próprios jornais de actualidades têm implicações que, de outra forma, podem passar despercebidas – e, também, o facto de gostar um pouco de ir ao teatro e ao cinema. Estes pormenores e a consulta de uma ou outra revista da especialidade são, sem dúvida, factores de muita importância para a missão do censor, missão que não pode ser a de um fiscal implacável a cortar a torto e a direito, mas a de uma pessoa com formação e preparação que lhe permita ver os problemas com amor e sentindo pena que tenha de cortar alguma coisa. (...)” SNI – Actas das

sessões 1968-1971 / DGSE Livro 29

Na minha opinião, o exemplo mais explícito da subjectividade inerente ao trabalho dos censores são os comentários feitos nos relatórios de censura pela censora Mariana Rita Nova Goa. São múltiplos os exemplos das suas opiniões. Refiro apenas um já próximo do 25 de Abril de 1974, no processo do filme *40 Carats (40, idade perigosa)*, de 1973, realizado por Milton Katselas, podemos ler o comentário que faz no relatório de censura, a 13 de Janeiro de 1974:

“Ora bem, eu acrescento qualquer coisa... [em relação ao parecer anterior] Este filme é, a meu parecer, completamente amoral. Também nele não há uma única pessoa de carácter, nem séria, nem com vergonha. Se o aprovo é unicamente por, tristemente ter a certeza de que se for visto por outro grupo é logo aprovado e... sem cortes (aliás não é isto uma crítica maldosa, cada qual é como é, alguns são mais liberais e eu... é o que se sabe) Aprovo de muito má vontade. Para pessoas com pouca formação moral é uma maneira de entusiasmar a levar uma vida como a destes: desrespeitar a moral, ignorar a responsabilidade que merece o casamento etc. A maneira incrível, estúpida, como a mãe e a filha do protagonista agem repugna-me, nem falando no palerma do marido. Aceitar amores de uma mulher de 40 anos com um miúdo de 20 é horrível, ignóbil. Muito se aprende de mal com esta arma de dois gumes que é o cinema!”

Quantos de nós não ouvimos ainda hoje comentários idênticos em relação a figuras públicas nacionais ou estrangeiras... ou até em relação à vida da nossa vizinha do lado?

A 9/1/1974 o filme foi classificado “no Grupo D, com o corte das últimas cenas e respectivas legendas, a partir da 1651 ou da 1655 inclusive de forma a que a protagonista... perca o avião e não chegue à Grécia. *Trailer* aprovado para o Grupo D.”

Na investigação dos processos de censura encontrei, também, documentos inéditos que podem constituir valiosos contributos para o conhecimento das mentalidades da época.

Entre eles refiro, por exemplo, o processo do filme *The light at the edge of the world* (~~A luz à beira do mundo~~ – riscado e à frente, escrito a caneta azul: Os piratas do arquipélago: foi este o título que ficou definitivo, não especifica quando), realizado por Kevin Bellington. Este processo é bastante interessante porque tem anexo a si uma carta de uma espectadora, datada de 12/4/1972. A carta refere o seguinte:

“Ex.mo Senhor Presidente da Comissão de Exame e Classificação dos Espectáculos: Não estou por vezes de acordo com o rigor das vossas classificações; mas como o rigor não é prejudicial, tenho-me absterido de meter a foice na vossa seara. Recordo-me, muito recentemente, de ir no Éden teatro um filme para 14 anos, *Numa árvore empoleirado*, (salvo erro) estrelado por Geraldine Chaplin e Louis de Funés, Porquê? Confesso que nada vi de mal, a não ser a vedeta ficar em trajas reduzidos, ora, qualquer criança normal vai à praia e vê lá muito mais reduzidos trajas. Mas não vos macei pois o critério, embora exagerado, não prejudicava ninguém, a não ser as empresas cinematográficas. Mas hoje, o caso foi outro e tão grave o considero, que vos telefonei mal cheguei a minha casa; Não foi no entanto aceite telefonicamente a minha reclamação; embora me identificasse, e por isso o faço por escrito como me foi aconselhado. Chamo-me Maria Elvira Gonçalves Marques Carvalho dos Santos Henriques Tomaz, com o Bilhete de Identidade n° 345709 A. I. de Lisboa, casada, mãe de 3 filhos menores, e moradora na Avenida dos Combatentes da Grande Guerra, 51, 2° Dr. Algés, 214519. Fui ver ao Condes, na exibição das 14h15, o filme *Os piratas do arquipélago*, cuja classificação, como pude verificar na ficha do dito filme, é para o Grupo B (10 anos). Agradeço o favor de reverem esta classificação, pois a considero pouco criteriosa, o filme é Sádico, (?), e Prejudicial a qualquer criança, a não ser que o nome de Júlio Verne tenha influenciado quem o viu e classificou. É muito mais salutar ver uma bela obra como *Romeu e Julieta*; embora considerada imoral, que ensinar as maneiras mais repulsivas de matar como se verifica não só neste filme como também naqueles ‘Westerns’ que vós classificais, a maioria das vezes para 10 e 14 anos. Subscrevo-me com toda a minha consideração. Maria Henriques Tomaz.” Maiúsculas da autora.

De facto, o filme foi classificado “do Grupo B, com o corte da cena de tortura a seguir à legenda 284 – na 13ª parte – e até à 287.” 29/10/1971 Pedido exame: 7/9/1971 (data do processo 4/4/72).

Chegados a este ponto posso esboçar algumas considerações finais.

O estudo dos processos de censura ao cinema, na perspectiva do amor e violência, durante o governo marcelista, revela que a actuação dos censores não divergiu muito da que estava vigente durante a ditadura de Salazar.

De facto, o círculo de recrutamento dos censores mantinha-se o mesmo. Verifica-se um aumento do número de censores ao longo do Estado Novo, situação que se torna explícita durante os anos 60 nos quais se verificou um aumento do número das salas de cinema e teatro ou seja, de uma maior procura de entretenimento por parte do povo português.

Assim, Marcello Caetano sentia o desejo de modernizar o país mas assegurando, simultaneamente, a natureza conservadora do regime de Salazar. A ambiguidade das suas posições políticas pode ser explicada, como referi acima e entre outros aspectos, pelo seu desejo de equilíbrio.

De facto, tendo a considerar que o rigor da censura se manteve idêntico ao da época de Salazar embora, alguns filmes que tinham sido proibidos são no início da sua governação (em 1969 e 1970) aprovados sem cortes.

No entanto, o rigor das comissões de censura parece ter aumentado no próprio ano de 1970 e em comparação com o ano anterior. O que leva a pensar que a famosa “evolução na continuidade” defendida nos discursos de Marcello Caetano começou, logo nestes primeiros anos, a revelar o seu carácter ilusório.

Outra das conclusões a que cheguei foi a constatação de que existiu mais censura ao amor do que à violência.

Estas conclusões podem explicar-se pela abertura de Portugal à Europa e ao mundo em geral que se processou, de um modo acelerado, nos anos 60. O cinema é um meio privilegiado na divulgação dos hábitos e mentalidades além-fronteira e os censores tentaram fazer o que podiam para controlar a influência estrangeira, que consideravam ser contra os bons e velhos costumes, a ordem tradicional e o “equilíbrio” – sempre tão procurado por Marcello Caetano.

Na investigação realizada, que contempla os processos de censura ao cinema existentes no período da governação marcelista (finais de 1968 – 1974), contabilizei e analisei um total de 1064 processos.

De entre esses processos a nacionalidade mais censurada foi a americana, com 365 processos (34,3%), seguida da italiana com 225 (21,1%), da francesa, com 180 (16,9%) e da inglesa com 165 processos (15,5%). Encontrei apenas 10 processos de censura portugueses.

Quanto ao género cinematográfico, o mais censurado foi o drama, com um total de 385 filmes (36,2 %), seguido da comédia com 168 filmes (15,8) e do género policial com 102 filmes (9,6%).

A censura ao género dramático como preponderante está relacionada com o tema mais censurado: o amor, com censura em 502 processos (47,2%), seguido da censura ao amor e violência, que é censurado em 313 processos (29,4%), e por fim vem a violência, censurada em 200 processos (18,8%).

No caso do filme *A promessa*, de 1972, realizado por António de Macedo, no seu texto sobre a censura ao filme, o realizador refere, quando ele e Fernando Lopes foram falar pessoalmente com Moreira Baptista:

“quando fiz notar, entretanto, que uma das cenas cortadas era um inocente acto de amor, o secretário de Estado declarou: - Estamos em guerra! (referia-se, claro, às guerras de África nas antigas colónias). As cenas de tiroteio e mortes do seu filme estão muito bem, mas essa cena erótica... não! Convém não esquecer que ainda se vivia um pouco no rescaldo dos anos 60, dos hippies e do Maio de 68; a famosa fotografia do jovem hippie contrapondo uma flor às baionetas dos soldados ou os slogans ‘Kiss don’t kill’ e ‘make love not war’ eram considerados subversivos e proibidos pela censura em Portugal. Tive então o seguinte desabafo: - Estamos a viver numa sociedade realmente patológica, em que o acto de tirar a vida é encorajado, e o acto de dar a vida é cortado pela censura!” Macedo, 2007: 34-35.

Esta passagem revela bem o quanto era mais problemático mostrar cenas eróticas que actos de violência, tendo em conta o contexto político e social de então.

Embora com o passar dos anos, alguma expressão da sexualidade fosse já tolerada, imagens do corpo nu, sobretudo com conotações sensuais, continuam a sofrer cortes, como se pode comprovar, em última análise, pelo corte que pretendia ser efectuado no último plano de *A promessa*, que mostra o casal protagonista nu.

No entanto, à medida que o regime marcelista avança, deixam de ser permitidas quaisquer alusões ao regime político vigente ou à guerra colonial, como pudemos comprovar acima. A decadência do marcelismo parece ser acompanhada por um reforço da censura.

Como refere Lauro António, referindo-se ao cinema português e estrangeiro que chegava a Portugal,

“em 9 de Dezembro de 1970, uma exposição da União de Grémios de Espectáculos assinada pelo Eng. José Gilera foi entregue a Marcello Caetano. Um texto ‘angustiante’, que dava

conta de uma inversão de marcha nos critérios da censura: em 157 filmes censurados e destinados aos primeiros meses da temporada 1970 / 71 foram proibidos 34 (21,6 %), tendo 76 (49,7 %) sido sujeitos a mutilações!” António, 2001: 49.

Uma outra constatação a retirar da presente investigação aponta para uma ligação íntima entre a censura e o atraso de Portugal. De facto, a censura foi um dos factores que contribuiu para o isolamento do país e, por isso, para o seu subdesenvolvimento, uma vez que fechou Portugal a ideias e valores para os quais não o julgava preparado.

Outra conclusão a que cheguei é a de que a partir de 1973 começam a aparecer mais filmes classificados para maiores de 14 anos com cortes, mas com a opção de serem para maiores de 18 anos sem cortes. Este aspecto revela já a mudança de mentalidades.

Para terminar refiro um exemplo de processo que considero muito curioso. Foi um dos encontrei logo no início da minha investigação e um dos raros que atribui uma maior importância à violência e, mais especificamente ao Exército e ao imaginário da guerra. É o processo do filme *Soldier in the rain*, realizado por Ralph Nelson (Processo de Censura nº 22148 SNI-DGE: ANTT, de 10 / 7 / 1969). O primeiro relatório da Comissão de Censura procede aos seguintes cortes:

“a) das imagens da mulher em atitudes provocantes, cerca da legenda 371; das imagens dos seios nus (*se é que existem; não nos apercebemos bem*) cerca da legenda nº 349; (...) Há, porém, a observar que o filme se passa no meio militar, nele intervindo sobretudo elementos do Exército que não primam pelas suas qualidades de honestidade, moralidade e disciplina. Assim, e apesar de, salvo no final, tudo se passar em tom de farsa, somos da opinião de ser conveniente que o filme seja apreciado pelo Sr. Coronel Almeida Nave.” Itálicos nossos, sublinhados do censor.

O coronel aprovou o filme para maiores de 12 anos, sem cortes, exceptuando a eliminação da frase constante da legenda 346. Por curiosidade fui averiguar de que legenda se tratava. O coronel, ignorando todos os comentários do primeiro relatório de censura, propõe unicamente o corte da frase: “És demasiado inteligente para ficares no Exército.”

Referências bibliográficas

Fontes:

Arquivo Nacional da Torre do Tombo: Fundo do SNI Processos da Direcção Geral dos Serviços dos Espectáculos. Processos de Censura: 1968-1974.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo: Livros das Actas da Comissão de Censura. SNI – Actas das sessões 1971 / DGSE Livro 29; SNI – Actas das sessões 1972-1974 / DGSE Livro 30.

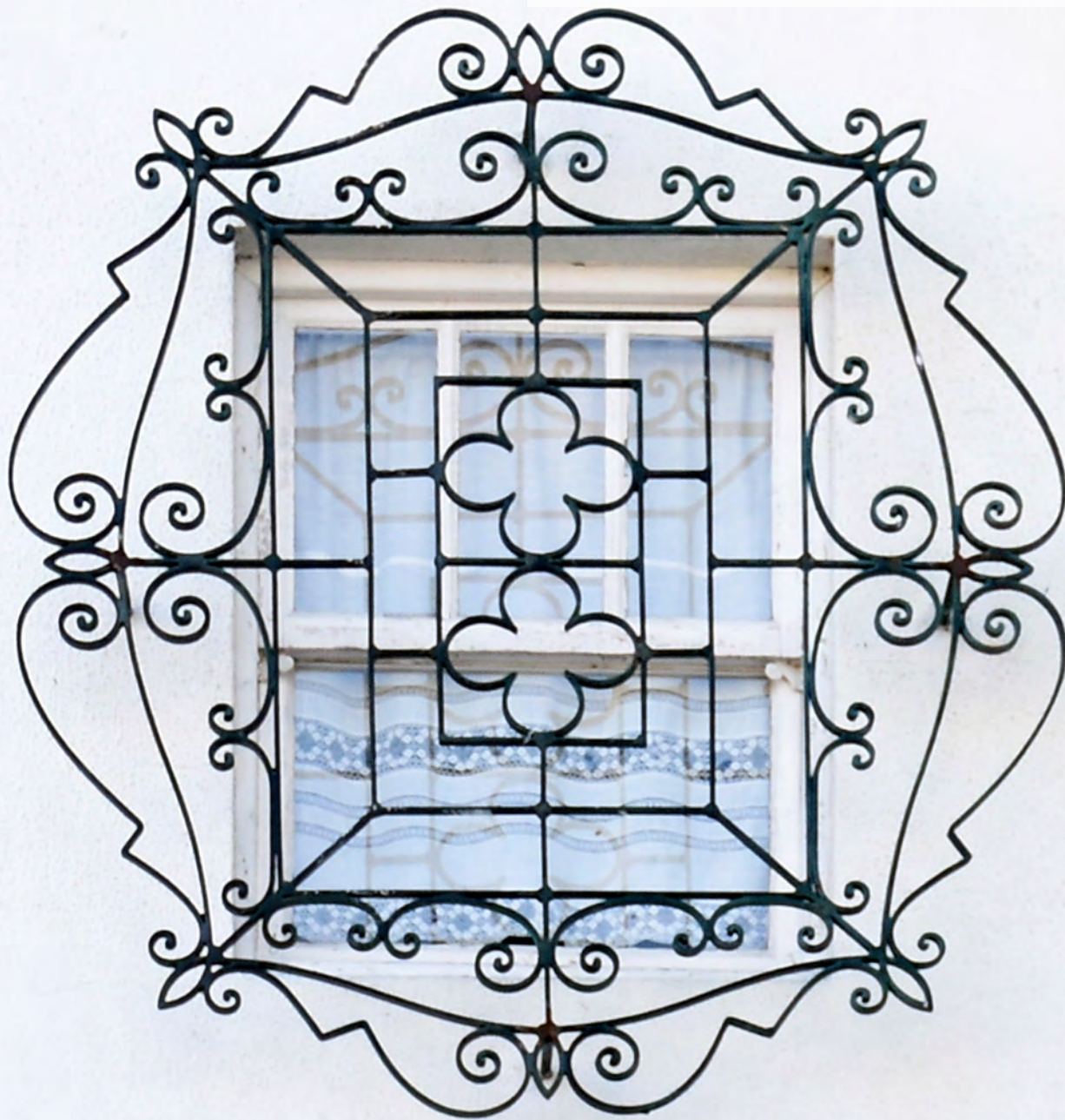
Centro de Documentação da Cinemateca Portuguesa - Museu do Cinema: S.N.I., “Directrizes

para uso da censura cinematográfica” [s.d.]. Consultado em Fundo MFR Pasta 009 (organismo detentor Cinemateca Portuguesa).

Bibliografia:

- António, Lauro. 2001. *Cinema e censura em Portugal*. 2ª ed. Lisboa: Biblioteca Museu República e Resistência.
- Azevedo, Cândido de. 1999. *A censura de Salazar e Marcello Caetano – Imprensa, teatro, cinema, radiodifusão, livro*. Lisboa: Editorial Caminho.
- Cabrera, Ana. 2006. *Marcello Caetano: poder e imprensa*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Cabrera, Ana. 2008. “A censura ao teatro no período marcelista”. *Media & Jornalismo*. 12/7: 27-58.
- Caetano, Marcello. S.D. *Ensaio pouco políticos*. Lisboa: Verbo.
- Caetano, Marcello. 1974. *Depoimento*. Rio de Janeiro, São Paulo: Distribuidora Record.
- Cunha, Paulo. 2010. “A censura e o Novo Cinema Português” In *Outros combates pela história*, coordenado por Maria Manuela Tavares Ribeiro, 537-551. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Macedo, António de. 2007. *Como se fazia cinema em Portugal: inconfidências de um ex-praticante*. Lisboa: Apenas Livros Ld.ª.
- Macedo, Jorge Borges de. 1993. “Marcelo Caetano e o marcelismo” In *História de Portugal. Dos tempos pré-históricos aos nossos dias*. Vol. XIII – O “Estado Novo” II: opressão e resistência, editado por João Medina, 263-282. Amadora: Ediclube.
- Marcuse, Herbert. 1981. *Eros e civilização. Uma interpretação filosófica do pensamento de Freud*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Morais, Ana Bela. 2017. *Censura ao erotismo e violência. Cinema no Portugal marcelista (1968-1974)*. Vila Nova de Famalicão: Edições Húmus.

3.13



Rua Barão da Trovisqueira

3.13 Aspetos Ocultos da Guerra Colonial. Contributos para o Estudo dos Prisioneiros Portugueses na Guerra Colonial

Um combatente nunca imaginava que alguma vez se ia tornar prisioneiro mas tinha e carregava em si imensos sentimentos associados. Nunca pensava em ficar prisioneiro, pensava que podia ficar ferido, poderia ser morto, ou mesmo ter a sorte de ficar sem mazelas, mas a ideia de ficar prisioneiro jamais lhe ocorria.

O momento de transição entre a situação combatente para prisioneiro sempre foi um momento delicado. A história está cheia de evidências de mal tratos físicos e até morte, e não há leis, regulamentos ou convenções que garantam a sobrevivência naquele momento. Quanto mais agressiva a batalha, mais difícil é largar a arma ou entregá-la ao inimigo, o qual terá a partir daí, o poder de decidir sobre a vida ou morte do prisioneiro. Sobreviver a este momento depende de múltiplos fatores que qualquer soldado não será capaz de prever ou influenciar.

Mas na verdade, muitos prisioneiros de guerra admitiram mais tarde quando libertados, que no momento da captura pensaram que iriam morrer. Esta situação foi causada, em parte, pela propaganda nacional que transmitia aos soldados informação sobre atrocidades cometidas pelos soldados inimigos, sobre soldados e civis, e assim, havia a consciência que a sobrevivência dependia da boa vontade do captor. Um inimigo agressivo durante o “stress” do combate tende a matar os prisioneiros, uma vez que é mais fácil matar do que remover um potencial perigo, mesmo que um combatente se apresente inofensivo de mãos no ar.

Muitos soldados no momento de rendição tentam demover o inimigo de os matar, apresentando vários argumentos e outros, cujas especialidades são mais críticas, tendem a esconder a sua especialidade antes da rendição. Mas estas atitudes pouco influenciam, a verdade é que a sua sobrevivência depende apenas da vontade do inimigo, por exemplo: se viram muitos amigos a morrer em combate, se entendem vingar-se de uma situação anterior ou se têm ordens específicas para não fazer prisioneiros.

Uma vez aceite a rendição, as probabilidades de rendição melhoram, mas se os captores mantêm uma aparente desconfiança ou nervosismo, pode acabar por ser morto. Os prisioneiros mantêm sempre uma ansiedade resultante da nova situação, tanto mais que muitos soldados nunca terão visto de tão perto o inimigo (no caso da guerrilha). A sensação de medo e vergonha é comum a todos os soldados no momento da captura, e é normal oferecer ou entregar objetos pessoais a fim de obter a benevolência, já que também é comum que os que aprisionavam guardassem “souvenirs”, como punhais, emblemas, relógios e carteiras.

Acontecia, também, que alguns combatentes tentavam fugir logo após captura, não por razões

1. Imprensa da época.
2. Prisão de Kindia na Guiné - Conacri com os prisioneiros e uma imagem com sobreviventes.



de patriotismo ou para voltar a lutar, mas por instinto de sobrevivência. Após o momento em que toma consciência que já não é um militar e passou a ser um prisioneiro de guerra, surge normalmente, a desmoralização e a depressão psicológica, uma vez que não teve qualquer treino militar que o preparasse para lidar com esta situação.

Para além de saber levantar as mãos, que aliás é um movimento instintivo, os prisioneiros ficam completamente por sua conta e os seus pensamentos, correm entre o sentimento de desgraça, o sentimento de abandono e o de raiva, de que não sobreviria, ou simplesmente de alívio por saberem que sobreviveram ao conflito e que para eles a guerra “agora era outra” e nada podia prever sobre o que seria o futuro.

3.13.1 O Estado Português e a sua posição perante a questão dos prisioneiros

O regime português não reconhecia que se travava de uma guerra nas colónias e por tal, não atribuía o estatuto de beligerantes aos movimentos de libertação e impedia que os militares portugueses tivessem a atribuição e a qualidade de “prisioneiros de guerra” quando eram capturados.

O Estado-Maior do Exército tratou deste assunto, em 1963, através de uma nota circular com o título: “Militares portugueses na posse do IN e elementos terroristas capturados” e que na generalidade determinava o seguinte:

- “Tem vindo a verificar-se que os diversos movimentos/partidos emancipalistas desenvolvem as mais variadas manobras no sentido de passarem a ser considerados como beligerantes” Deste modo oficializou-se, assim, a luta que se travava no ultramar.

- Um dos processos, mais frequentemente usados, tem sido o de solicitar para os “terroristas” capturados pelas nossas tropas, serem enquadrados como tal e assim, não estarem abrangidos pelas proteções (garantias) previstas na Convenção de Genebra para os prisioneiros de guerra. Por outro lado, e com o mesmo objetivo, esses “movimentos” começaram a usar para com os militares portugueses em seu poder a designação de “prisioneiros de guerra” ao mesmo tempo que os seus órgãos de propaganda afirmam que lhes serão concedidas as garantias da mesma convenção, como contrapartida.

- “A fim de neutralizar esta manobra do inimigo, Sua Excelência o Ministro da Defesa Nacional, por despacho de 28 de junho de 1967, determina que se passassem apenas a ser usadas as seguintes designações de elementos terroristas ...” assinado pelo General Sá Viana Rebelo, Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército.

Esta circular era completada com normas relativas aos “procedimentos a tomar no caso de ser

detido” onde se afirmava “...quando interrogado, o militar português apenas deve fornecer os dados a que é obrigado pela Convenção de Genebra: o nome completo, o posto, o número, e data de nascimento”.

A terminologia utilizada pelo estado português para registar, formalmente, a situação dos prisioneiros era o seguinte:

Tropas portuguesas caídas em posse dos Terroristas

| Ação | Situação | Designação |
|----------|----------|---------------------|
| Retenção | Retido | Retido pelo inimigo |

Terroristas caídos em posse das nossas tropas

| Ação | Situação | Designação |
|---------|------------|------------|
| Captura | Sob prisão | Preso |

3.13.2 A captura, a prisão e os militares presos na guerra colonial

O primeiro militar português a ser feito prisioneiro foi o Primeiro-Sargento piloto-aviador António Lourenço de Sousa Lobato, cujo avião caiu na Guiné-Bissau e foi considerado retido desde maio de 1963.

O número total de militares portugueses prisioneiros não é definitivo mas podem ser adiantados os seguintes números e locais de prisão:

| Colónia | Combatentes detidos | Prisões | Mortos | Outras informações |
|--------------|--|--|--------------------|--|
| Guiné Bissau | Oficiais: 1 alferes Sargentos: 1 sargento piloto aviador da F. A. 1 furriel miliciano do Soldados: Cabos – 4 Soldados – 15 Total - 22 | Guiné – Conacri La: Montainne Kindia | 1 morto em Conacri | Na Guiné Conacri até 1970 a. Acrescenta-se ainda que para além dos números apresentados há que considerar que houve os militares que as Forças Armadas Portuguesas consideraram desertores e retidos, foram |

| Colónia | Combatentes detidos | Prisões | Mortos | Outras informações |
|---------|--|--|--------|--|
| | | | | <p>capturados e estiveram presos na Guiné e que se estimam em cerca de 45 militares portugueses dos quais 3 eram oficiais.</p> <p>b. Vila Nova de Famalicão tem um prisioneiro de guerra, José Morais, que foi preso na Guiné e esteve em cativeiro durante três anos e seis meses e foi libertado em 1970 na operação “Mar Verde” liderada por Alpoim Calvão. Este militar é natural de Gavião e foi dado inicialmente, como desaparecido em combate e após quatro anos, foi considerado morto.</p> |
| Angola | <p>Sargentos: Sargentos - 1 Soldados: Cabos - 6 Soldados - 11 Total - 18</p> | <p>Na República Democrática do Congo (Kinshasa). Bases da ELA/ FNLA de Kinkuzo Campo militar de Kukulo</p> | | |
| Angola | <p>Sargentos - 1 Soldados - 2 Total - 3</p> | <p>República Popular do Congo (Brazavile)</p> | | |

| Colónia | Combatentes detidos | Prisões | Mortos | Outras informações |
|------------|---------------------------------------|-------------------------------|--------|--------------------|
| Moçambique | Cabo – 1 Soldados – 3 Total - 4 | Bases na Tanzânia e na Zâmbia | | |

Lista Provisória de Prisioneiros

- Caminhavam de noite e escansavam de dia. Demorava 6 noites e atravessavam rios e bolanhas, passavam perto do quartel português de Bedanda e do posto de Granformosa, cruzavam o corredor de Guilege e entram na Guiné-Conacri até kindia.
- A informação prestada às famílias dos combatentes seguia as seguintes formas: desertores, desaparecidos em combate e mortos em combate;
- Falecidos no cativo;
- Tentativa de fuga;
- Denunciante de fuga;
- Primeiro prisioneiro de guerra na Guiné.

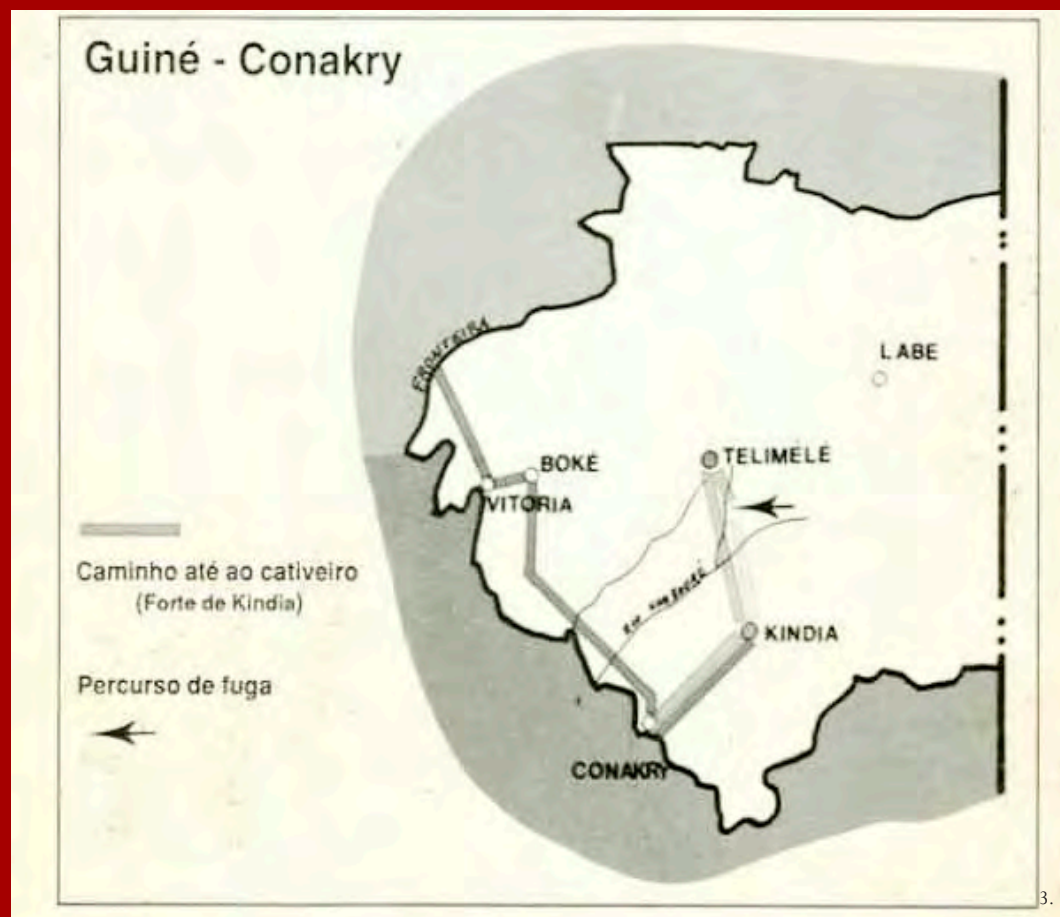
| Nome do militar | Ano em que foi feito prisioneiro | Prisão | Número de anos em cativo | Especialidade | Outros | Comunicação a família |
|--------------------------------|----------------------------------|-------------------------------------|--------------------------|-------------------------|---------------------------------------|-----------------------|
| Manuel Augusto Leite Siva (a.) | 1968 Buba | Guiné-Conacri – la Montainne kindia | | Soldado condutor auto | Faleceram nesta emboscada 16 soldados | Morto em combate |
| Manuel de Sousa | 1968 Buba | Guiné-Conacri | | Soldado | | |
| Agostinho da Silva Duarte | 1968 Buba | Guiné-Conacri | | Soldado | | |
| Rui Rafael Correia | 1968 Buba | Guiné-Conacri | | 1º Cabo | | |
| Jerónimo de Sousa (b.) | 1968 Buba | Guiné-Conacri | | Soldado | | |
| António Júlio Rosa (b.) | Bissassema | | | Alferes | | |
| Geraldino Marques Contino | | | | Soldado operador cripto | | |

| Nome do militar | Ano em que foi feito prisioneiro | Prisão | Número de anos em cativeiro | Especialidade | Outros | Comunicação a família |
|------------------------------|--|-------------------------------|-----------------------------|--|--------|-----------------------|
| Vítor de Jesus Capitulo (b.) | | | | Soldado condutor auto | | |
| Ramalho | ? | ? | ? | | ? | ? |
| António Lobato (f.) | Choque de aviões, com aterragem de emergências numa clareira da mata de Tombali perto Decatió. | Kindia Conacri – La Montainne | | Sargento-Piloto Aviador e atual major piloto aviador | | |
| João Neto Vaz (d.) | | Kindia Conacri | | Furriel | | |
| Silva (e.) | | Kindia | | Alferes | | |
| Manuel Marques Oliveira (b.) | 1967 | Kindia Buba-co | | | | |
| Rafael Jorge Ferreira (b.) | Jugudiu vindouro. 1970 | Conacri e Kindia | | | | |
| José Vieira Lauro (b.) | 1965 Falacunda. libertado em 1968. | Kindia | | | | |
| João Neto Vaz (b.) | 1968, Aquartelamento de Catacunda. | | | Furriel | | |
| José Manuel Morreira Duarte | | | | 1º Cabo | | |
| José da Silva Morais | | | | 1º Cabo | | |

| Nome do militar | Ano em que foi feito prisioneiro | Prisão | Número de anos em cativeiro | Especialidade | Outros | Comunicação a família |
|--------------------------------------|---|---------------|------------------------------------|----------------------|---------------|------------------------------|
| Domingos Novera da Costa | | | | Soldado | | |
| Agostinho da Silva Duarte | | | | Soldado | | |
| António Ângelo Duarte | | | | Soldado | | |
| David Nóbrega Pedras | | | | Soldado | | |
| José dos Santos Teixeira | | | | Soldado | | |
| Luís Salvador Antunes Almeida Vieira | | | | Soldado | | |
| Luís dos Santos Marques (c.) | | | | Soldado | | |
| João da Costa Sousa | | | | Soldado | | |
| Francisco Gomes da Silva | | | | Soldado | | |
| Armindo Correia Paulino | | | | Soldado | | |
| Jacinto Barradas | | | | Soldado | | |
| José Manuel Saraiva | | | | Soldado | | |
| Augusto Leite | ? | ? | | Soldado | | |

| Nome do militar | Ano em que foi feito prisioneiro | Prisão | Número de anos em cativo | Especialidade | Outros | Comunicação a família |
|----------------------|----------------------------------|--------|--------------------------|---------------|--------|-----------------------|
| José Maria Magalhães | ? | ? | | Soldado | | |
| Medeiros | ? | ? | | Soldado | | |
| Manuel José | ? | ? | | Soldado | | |

3. Itinerário habitual utilizado pelo PAIGC até ao cativo e da primeira tentativa de fuga de um grupo de prisioneiros liderados pelo António Lobato que era Sargento Piloto Aviador da Força Aérea (Autor António Lobato).



Estima-se que foram cerca de 80, os militares portugueses aprisionados e que foram libertados antes do fim da guerra (?) por ação da Cruz Vermelha e da operação militar “Mar Verde”.

A maioria regressou a Portugal, mas alguns por razões pessoais e familiares optaram por ficar em África ou por se instalarem em países europeus de acolhimento como era o caso da França. Os que estiveram presos na Guiné-Conacri, foram libertados da prisão de Kindia, em novembro de 1970, através da operação militar “Mar Verde”.

De 1970 a 1974, o PAIGC entregou em 7 de setembro de 1970, 7 militares portugueses, num processo de troca de prisioneiros em que Portugal entregou 30 guerrilheiros ou simpatizantes do PAIGC que se encontravam na prisão da Ilha das Galinhas.

Há também, para além dos prisioneiros, um conjunto de desaparecidos dos quais não há qualquer referência. Referimo-nos, por exemplo, ao acidente com afogamento de Medina do Boé e no Zambeze, a queda de aeronaves, desaparecimentos nas florestas durante combates ou a destruição completa de corpos por efeito do rebentamento de minas de grande potência. Não há estatísticas que refiram estes casos.

Quanto aos guerrilheiros feitos prisioneiros pelas tropas portuguesas não há estatísticas pois não eram considerados prisioneiros de guerra mas sim considerados criminosos de delito comum e eram considerados “possíveis e importantes fontes de informação” de tal forma que primeiramente eram interrogados pela unidade militar (que avaliava a utilidade das informações e do prisioneiro como guia) e depois eram entregues à PIDE/DGS.

3.13.3 Relatos de Captura, prisão e cativeiro na guerra colonial

Depoimento do Famalicense José Morais, natural de Gavião feito prisioneiro na Guiné e esteve cativo em Kindia na Guiné-Conacri

1. Prenderam-nos no nosso quartelamento. José Morais, Guiné – 1967/68, Geba, Artilharia

“Fazíamos operações militares, serviço ao quartel, dedicavamo-nos à caça, jogávamos futebol (à bola) e jogávamos às cartas...”.

Descrição do momento em que foi feito prisioneiro.

“Decorria o dia 11 de junho de 1986, eu pertencia ao quartelamento de Geba. Não era grande e era construído em abrigos subterrâneos. Eu e os meus colegas de armas estávamos fazia três dias nesse quartelamento. Sofremos um grande ataque do inimigo e nós com muito custo conseguimos repeli-lo durante 30 minutos. Após esse tempo, não tínhamos munições nem

4. Fotografia no cativeiro difundida pela Cruz Vermelha Internacional.

5. Fotografia anterior à mobilização para a Guiné.

6. Fotografia anterior à mobilização para a Guiné.

7. Fotografia atual.



acesso às mesmas. Os elementos do PAIGC invadiram o quartelamento com a intenção de aprisionar os 25 elementos da nossa força militar. Começaram por aprisionar um furriel. Sabiam que estávamos escondidos no abrigo. Quanto nos refugiamos no abrigo, o último a entrar morreu com vários tiros de uma arma ligeira e dali a pouco, veio o furriel algemado à entrada do abrigo, com a presença dos elementos do PAIGC, e disse para sairmos ou eles rebentavam as instalações e matavam-nos a todos. O Balanço foi o seguinte: 1 foi morto à entrada do abrigo, algemaram 11 e os restantes 13 militares fugiram para o mato”.

Percurso e descrição do trajeto até à prisão.

Depois de sairmos do abrigo fomos algemados, caminhamos com eles para uma povoação na mata do Oio. Fomos com eles até ao Senegal, e esta viagem demorou-nos cerca de 6 ou 7 dias. Pernoitávamos nas tabancas deles sempre debaixo de vigilância. Entramos no Senegal e estivemos três dias lá e depois fomos transportados em viaturas (camiões abertos) para a Guiné -Conacri. Até ao Senegal foi duro, andávamos descalços, depois no Senegal fizemos tratamento aos pés que se encontravam feridos por nos deslocarmos descalços. A alimentação era arroz (Bianda) e bebíamos água. Tentaram obter de nós informações, mas disseram que não valia a pena saber muitas informações pois sabiam tudo sobre as manobras dos portugueses.

Do Senegal até à Guiné - Conacri fazíamos etapas e saíamos às 6 h da manhã e quando anoitecia parávamos para descansar. Quando chegamos ao nosso destino final, fomos severamente interrogados pelo chefe da prisão que era do PAIGC. Pediu a identificação de cada um, qual o posto militar, e eu menti e disse que era soldado raso. Dali a seis meses descobriram que eu não era soldado mas sim cabo e paguei por tentar enganá-los. Um miliciano africano também preso denunciou-me ao perguntar onde estava o cabo Morais. Ele acompanhava o Nino Vieira nas suas deslocações e como castigo deram-me quatro valentes cinturadas.

Localização da prisão.

A nossa prisão era na Guiné Conacri. Estive lá de 1968 até 1970 (36,5 meses). Sabia que neste país ainda havia a prisão de La Montainne onde estavam outros prisioneiros.

Descrição da prisão.

Era um edifício, que tinha cerca 50x20 metros, com rés – do - chão e 1º andar. O rés-do-chão era só para prisioneiros e o 1º andar servia de arrecadação. No rés-do-chão, havia dois quartos/ celas com 4 m de área total, com beliches triplos, onde estavam 11 portugueses em cada um, e albergavam nos dois compartimentos, 22 prisioneiros.

Estivemos um ano isolados no quarto, sem ventilação nem ver a luz. Depois da visita da Cruz vermelha internacional é que alteraram estas condições.

Posteriormente, permitiram que fossemos para um recinto ao ar livre, todo vedado, e só podíamos sair 10 minutos, e dois de cada vez, não podendo falar um com o outro.

Estávamos, pois, instalados em beliches triplos, no início não havia colchões e os que nos deram depois não eram propriamente colchões. Tínhamos uma janela mas totalmente tapada/vedada. Havia latas para fazermos as necessidades e o banho era sempre quando eles entendiam e o banho era sempre na mesma água. Nós é que limpávamos a cela e despejávamos os dejetos.

Formas de tratamento em cativeiro.

Quando eles tinham muitas baixas, o tratamento para connosco era violento. Sugeriram várias vezes que nos davam a liberdade imediata se quiséssemos ir para um dos países sugeridos por eles: Argélia ou Cuba. Todos recusamos de imediato tal proposta pois exigiam que fizéssemos um comunicado ao país.

Não eramos tratados como seres humanos.

Contatos havidos com elementos dos movimentos de libertação.

Conhecemos o Nino Vieira. Houve quem conheceu o Amílcar Cabral e a sua mulher e todos diziam que estes eram pessoas corretas. O Chefe Domingos (natural de Cabo Verde) era arrogante, exigente e impunha muita disciplina. O Luís Cabral (Não tinha consideração por nós) dizia: “Vós estais aqui até o vosso governo querer”. O cabo Mamadu era boa pessoa e ajudava-nos secretamente.

* Este elemento que considerávamos pela ajuda que nos prestava foi morto pelas tropas portuguesas no momento da nossa libertação assim como foram mortos todos os elementos do PAIGC que se encontravam na prisão.

Rotatividade de instalações prisionais.

Estive sempre na prisão de Kindia na Guiné Conacri.

Vida e instalação no cativeiro.

Estávamos instalados em beliches triplos, no início, quando fomos instalados, não havia colchões mas os que nos deram não eram propriamente colchões. Na cela só tínhamos uma janela mas totalmente tapada/vedada. Havia Latas para fazermos as nossas necessidades. O banho só dávamos sempre que eles entendiam e sempre na mesma água. A tarefa da limpeza da cela e o despejo dos dejetos era da nossa responsabilidade.

Horário e rotinas diárias.

O horário era sempre o mesmo: o acordar era às 7h00. O pequeno-almoço era um copo

de água e pão deles (tipo mistura). O almoço não tinha hora certa mas era entre as 13H00 /14H15 ou não havia almoço. Serviam-nos arroz, raramente acompanhado com peixe e de água. O jantar era entre as 8H00,9H00 ou10H00. O jantar constava de arroz e peixe do rio quando havia e água (nem sempre havia). Quem distribuía as refeições era um militar prisioneiro português que já lá estava fazia um ano chamado António de Castro Aguiar de Santa Maria da Feira. Era o nosso chefe e era o homem de confiança do PAIGC e não foi honesto nem correto connosco. Eramos mais maltratados por ele que pelos elementos do PAIGC. Ele repartia a comida e muitas vezes sobrava comida e não a dava a ninguém, bem como, transmitia tudo o que dizíamos aos chefes do PAIGC.

Outros prisioneiros portugueses.

Luís Almeida (Leiria), Rafael (Santarém), Furriel João Vaz (Torres Novas), Vítor Capítulo (Setúbal), Geraldino Marques Contínuo (Setúbal), Gerónimo Sousa (Arouca), Jacinto Barradas (Alter do Chão), Manuel Augusto Silva (Vila das Aves), Domingos Novera da Costa (Aveleda/Braga), José Santos Teixeira (Amora), António Lobato (Melgaço), António Júlio Rosa (Abrunhosa a Velha) e António Aguiar.

Violência psicológica.

Sim sofri, quando fui sujeito ao isolamento.

Tentativas de fuga.

No meu grupo, houve alguns que pensaram fugir mas repensaram pois nem todos concordavam com a fuga e também não havia união e era arriscado.

Pessoal.

Falecimentos no cativeiro no cativeiro.

Faleceram 2 prisioneiros: O Luís e o Manuel. O Luís estava de cativeiro fazia seis meses e faleceu de doença pulmonar. O Manuel faleceu de cólera. Faleceram no hospital de Conacri. Eu fui escolhido para assistir ao enterramento destes dois colegas. Assinei um documento que me apresentaram, vi que a urna era muito rudimentar, eram quatro tábuas e foram enterrados numas covas abertas por nós (eu e um colega) na encosta do monte.

Formas de comunicação entre os prisioneiros.

Conseguíamos comunicar nas celas, sempre em tom baixo, explorando as horas fracas dos vigilantes. Muitas vezes era por códigos pois havia um colega que era especialista cripto e ensinava-nos a comunicar por código através de toques nas paredes.

Sobrevivência no dia a dia.

Havia um colega que era electricista e deram-lhe um rádio velho e avariado e ele arranhou-o.

Ouvíamos a rádio Moscovo e a rádio Conacri. Jogávamos às cartas com cartas feitas por nós com restos de cartão e que serviam para jogar à sueca. Também rezávamos. Recordávamos os aspetos marcantes das famílias, da terra e das namoradas.

Outros momentos difíceis de superar.

Todos os momentos vividos foram difíceis: a violência física e psicológica, a falta de consideração e respeito pelo ser humano, a saudade, a ausência da família, a angústia, a incerteza quanto ao futuro, o medo de morrer longe de tudo e de todos e mais uma que não se pode esquecer: que a família sofreu tanto ou mais do que nós e só de pensar nisso, mais sofriamos. Mas em todas as situações o sofrimento foi imenso.

Momento da libertação.

Foi na operação Mar Verde, no dia 22 de novembro de 1970.

A operação de libertação realizada pelas tropas portuguesas.

Estávamos habituados a ouvir o barulho de bombardeamentos na prisão da Guiné - Conacri. Nessa noite, viram que havia uma agitação fora do normal e perguntamos ao Mamadu o que se passava. Ele disse que o SeKou Touré estava a fazer experiências com armamentos. Com o tempo, o som ia-se ouvindo mais próximo. Dali a duas horas, começamos a sentir, nas imediações da prisão, muito barulho e ouviram disparos de armamento ligeiro. Mandaram uma bazucada para a prisão onde estávamos. Não houve feridos, mas entramos em pânico. A seguir ouviram as vozes de soldados portugueses a dizer para arrombarmos as portas, que eram fuzileiros da Guiné Bissau e que estavam ali para nos libertar. Rebentaram a porta e disseram que fossemos com eles. Arrastaram-nos e depois, cá fora, é que vimos que eram os portugueses e que estava um militar graduado (que não sei o nome) e houve um grupo que tomou conta de nós e acompanhou-nos até onde estavam os botes de borracha. Aqui estava Alpoim Galvão e, de seguida, fomos encaminhados para as três fragatas que nos transportariam para a Guiné Bissau. e aqui fomos de helicóptero para as ilhas das galinhas no arquipélago das Ilhas de Bijagós. As tropas portuguesas, no momento do assalto à prisão para nos libertar, mataram todos os sentinelas incluindo o nosso amigo Mamadu.

Não acreditávamos no que estava a acontecer e ficamos muito confusos.

O regresso do cativo.

Levaram-nos para a Ilha das galinhas (Bijagós) e depois para Bissau.

Deram-nos uma farda militar, fizemos a higiene pessoal e forneceram-nos uma refeição ligeira. Só estivemos uma hora na Guiné – Bissau e embarcamos para Lisboa.

Vimos para Lisboa num avião Dakota, fizemos escala nas Ilhas Canárias e estivemos sempre acompanhados por dois oficiais. Não pudemos sair do avião e desembarcamos no aeroporto militar de Figo Maduro.

Informações que a tutela deu à família sobre o seu desaparecimento e a libertação.

A família nunca teve muitas informações. Numa primeira fase foi comunicado à minha família que tinha desaparecido em combate. Posteriormente, a minha família recebeu a notícia da minha morte através de um telegrama enviado pela tutela militar. Nunca me falaram de ser considerado “desertor” mas julgo que sim, que fui considerado desertor.

A libertação não foi comunicada à minha família. Souberam pelas notícias que estavam a ser difundidas pela rádio. Mediante estas notícias toda a minha família e amigos ficaram muito desorientados e em permanente sofrimento e desespero.

Entretanto um cunhado meu, que era motorista, ia para Leiria e ouviu na rádio a notícia da libertação de um grupo de prisioneiros de guerra na Guiné Conacri. Voltou para Vila Nova de Famalicão e disse à minha irmã que tinha ouvido a notícia da libertação na rádio e que lhe pareceu ouvir o meu nome. Partiu, imediatamente para Lisboa, mas nós estávamos incomunicáveis e não podíamos falar com ninguém.

O regresso (doloroso) de Lisboa para Vila Nova de Famalicão.

O Estado depois de estarmos incomunicáveis durante oito dias em Lisboa, pagou-nos um bilhete de comboio para a nossa terra. Deram-nos um fato e 1000 escudos a cada um e entregamos a farda. Saí no porto, e tentei ir à casa de amigos que lá tinha mas esqueci-me da localização e do nome das pessoas. Entrei num novo táxi que me levou até Famalicão. Em Famalicão apanhei um outro táxi que me levou até à casa dos meus pais.

Os laços afetivos e emocionais desfeitos.

Parti para a guerra e tinha noiva regressi e estava casada. Compreendi a situação de confusão em que ficou com o meu aparecimento e regresso, pois todos julgavam que eu estava morto e até foram celebradas missas por mim e tinha uma lápide no jazigo da família. Foi muito difícil e delicado pois houve uma mistura e cruzamento de respeito, de emoções e sentimentos, de compreensão. Não quis justificações nem criar complicações para a pessoa visada. Não gosto de falar sobre este assunto.

Marcas profundas guardadas do cativo.

Recordo tudo e muitas vezes. Não sou o mesmo que era por tudo o que vivi no cativo. Há muitas noites que penso nos colegas de prisão e no que passamos. Chego de manhã cansado. Isto é um tormento. Também me lembro de ter sido ferido por um estilhaço numa perna (antes de ser preso). Tenho alterações nervosas como resultado da violência e do que vivi na prisão durante três anos e meio da minha vida. Sim, eu sinto-me e estou diferente.

Nos dias que vivo hoje, sinto-me revoltado pois merecíamos outro acompanhamento e tratamento e devíamos ser compensados pelo que passamos. Ser reconhecidos com dignidade pelo que fizemos pátria, pois estamos doentes e sem meios próprios para nos curarmos do corpo e da alma.

Não temos qualquer apoio do Estado, nem somos reconhecidos com alterações profundas ao nível da saúde física e mental e, por tal, sem condições para sermos apoiados pelas Instituições que prestam todos os serviços de apoio aos combatentes integrando-os no estatuto dos deficientes de guerra portugueses.

Eu não fiz nada para que existisse esta guerra, mandaram-me para lá, sofri consequências que me levaram a perder a minha liberdade num contexto da maior violência que se possa imaginar. Ignoraram-nos desde sempre e não querem que se fale de nós. Chega, pois já sofremos muito com dignidade em nome do nosso País e não poderemos ser, eternamente, “os desertores” fabricados pelos políticos e Militares afetos ao regime do Estado Novo de Portugal.

1. Operação militar falhada

Duarte Dias Fortunato, 1971. 1º Cabo.

Chegou à Guiné, Bolama, em dezembro de 1970, tinha 21 anos. Foi destacado para o quartel de Piche onde esteve três meses até ser feito prisioneiro. Antes de ser feito prisioneiro teve algumas situações de perigo mas na maior parte dos dias eram pacatos e sem perigo e afastado dos cenários de guerra.

A 22 de fevereiro de 1971, na operação “mabecos” que tinha como objetivo controlar um acampamento que ficava na região de Foulamoky que fazia fronteira com a Guiné Conacri, descreve-a como um dos piores dias da sua vida...

Diz que saíram para o mato para realizar uma operação que considerava ter sido mal preparada, ao nível do pessoal e do material necessário.

Os pormenores desta operação chegaram ao inimigo e tudo correu mal. Na hora de começar esta operação rebentou uma granada dentro de uma caserna provocando grande confusão e um elevado número de feridos. Por estas razões esta operação estava condenada ao fracasso antes de começar. Mesmo assim a operação foi iniciada. Poucos quilómetros após entrar no mato fomos surpreendidos por uma emboscada e foi uma situação complicada. O meu pelotão ia à frente a manter a segurança à coluna, quando demos conta do movimento do inimigo, e estes quando deram conta da nossa presença, abriram fogo. Foi terrível. O PAIGC atacou em força deixando as nossas tropas sem defesa possível, o cenário era devastador

e ao pé de mim morreram dois ou três camaradas. Fugi para junto de uma chaimite que estava debaixo de uma árvore a uns 50 ou 60 metros do local. Duarte diz que escapou às balas e à morte. Foi avistado e não havia fuga possível. Acabou por ser capturado e arrastado para o mato. Foi agredido pelos guerrilheiros com pontapés e golpes desferidos com as coronhas das armas. O espancamento continuou até que o comandante chegou e pôs fim à retaliação dos africanos. Este comandante mandou reunir todos os homens dele e eu fiquei no meio com ele. Então ele explicou que eu não devia ser agredido pois eu era um militar que estava na guerra obrigado por Marcelo Caetano. Ordenou que mais ninguém tocasse em mim. Seguimos com os guerrilheiros pelo mato e passamos um rio de canoa e chegamos a um acampamento que tinha sido o objetivo das nossas tropas que se chamava “Operação metecos” e mandaram – me tirar a farda. Teve muito medo e receou pela vida pois ainda se lembrava do que fizeram aos colegas: Tiraram-lhes as fardas e para se certificarem que estavam mortos deram-lhes rajadas com armas para que não ficasse ninguém vivo.

De seguida, vestiram-se à civil e disseram que íamos passar por muitas tabancas do Senegal e Guiné Conacri. Que ia assim vestido para ser confundido com um militar cubano. Três dias depois chegou à Guiné-Conacri onde passou três anos e oito meses. Foi colocado numa prisão onde já tinham estado prisioneiros portugueses que tinham sido resgatados. Foi colocado numa pequena divisão com uma cama de tábuas coberta com uma manta vermelha. Tinha uma janela com grades que permitia ver o pátio onde a tropa africana (PAIGC e GUINÉ CONACRI) passava grande parte do seu tempo.

No primeiro dia dormiu e no segundo foi interrogado e nos primeiros seis meses, “dia sim, dia não”, teve de enfrentar o sacrifício de interrogatórios violentos. Os guerrilheiros queriam saber tudo sobre a estratégia militar portuguesa e quem encabeçava as operações militares. Ele limitava-se a dizer sempre a mesma coisa todas as vezes, e por tal, a apanhar bofetadas e pontapés. Este tormento durou meio ano... devido a não obterem o que pretendiam.

Ficou encerrado sozinho (isolado) na cela até os interrogatórios pararem “... não fazia nada... não tinha sono. Levantava-me... ia para a janela e via o que eles faziam... eram tempos muito difíceis... eu nem quero pensar... lembrava-me da minha mulher, das minhas filhas ainda pequenas. Como estariam? Sem nada saberem de mim...”. Certamente nunca lhes disseram que eu tinha sido preso. A informação que o Exército deu à minha família era que estava desaparecido.

Estive neste quarto sozinho dois anos. Com o tempo desconfiou que não era o único preso nas instalações e estava certo.

3. Surpreendido à entrada do quartelamento

Soldado José dos Santos Teixeira, 1971, Guiné.

A vida era numa cela e isolado de tudo. Era uma cela com paredes muito altas. As persianas eram de madeira pregadas para impossibilitar a fuga e para evitar que se visse o que se passava no exterior. Esteve neste espaço abandonado e perdeu a noção do tempo e a passagem dos dias. Limitava-se a olhar por entre frinchas da janela e observa o que faziam os guerrilheiros no exterior.

Estava naquela prisão desde 1971 depois de ter sido surpreendido à porta do quartel por guerrilheiros do PAIGC. Descreve este momento da seguinte maneira: “Estava sentado numa viatura, com a arma ao meu lado. Estava um bocadinho à balda (descuidado) quando eles apareceram, levantei os braços pois eram muitos e tinham duas bazucas. Se eles fossem espertos no momento podiam levar muitos mais militares que estavam no quartelamento.

Chegou à Guiné no dia que fez 21 anos. Durante 8 meses assegurou o transporte de mantimentos para o exército e, por tal, estivera à margem da guerra (operacionalidade) até este dia que foi capturado.

Foi levado pela mata, dois homens à frente, ele no meio e dois outros atrás, sempre com as armas apontadas para ele e os outros levavam as bazucas aos ombros. Seguiu e obedeceu às ordens, sempre de mãos amarradas. Passou um rio. Seguiu pelo mato e esta viagem durou muitos dias, sempre esfomeado, sem forças, desanimado, só rezava. Num momento chegaram a oferecer-me “arroz cru” para comer.

Chegados ao Senegal, assentaram, temporariamente, num acampamento. Os guerrilheiros disseram que iriam para junto de Amílcar Cabral. Pensou que o iriam matar. Quando chegou à prisão da Guiné-Conacri ficou aliviado por chegar vivo mas com a sensação de que tão cedo não sairia dali.

4. Cair na armadilha.

Manuel Vidal, Guiné.

Foi mobilizado para a Guiné em novembro de 1970. Tinha sido emigrante em França onde vivia com a mulher e a filha. A partida para a guerra aterrorizou-o: “Esse medo existiu sempre, em todo o tempo que lá estive, quando fui feito prisioneiro e só acabou quando cá cheguei... o medo existiu sempre em mim...”.

Fez vigilância num posto avançado junto à pista de aterragem de helicópteros. Durante 14 meses

permaneceu neste local. Fora atacado duas vezes pelo inimigo. Admite que a sua captura podia ter sido evitada: “Tudo aconteceu de uma forma muito bizarra... Eu estava a preparar-me para entrar de serviço quando me apercebi que alguns populares estavam perto do posto de vigilância. Eles chamaram-me do outro lado do posto onde tinha havido uma festa. Antes de atravessarem identificaram-se como habitantes locais. Eu e o meu amigo Manuel Coelho aproximamo-nos deles desarmados. Nem tivemos tempo de reagir, 18 homens do PAIGC surgem inesperadamente e atiraram-se a nós dizendo para avançar à sua frente, rápido, em passo de corrida...”.

Durante vários dias enfrentaram calor, fome e cansaço. Andaram, andaram e passaram um rio de canoa e foram parar a uma ilha. Foram logo interrogados. Quando chegaram à prisão na Guiné-Conacri ficaram isolados num quartel, mas aperceberam-se logo, que estavam lá mais prisioneiros. Com o tempo, descobriram a forma de furar a parede para comunicar entre si através dos orifícios. Ficaram a saber que os restantes prisioneiros portugueses já ali estavam há quase um ano. De longe a longe, autorizavam a dar uma volta pelo pátio.

5. Amanhã, que amanhã.

António Batista, Guiné

Esteve prisioneiro na Guiné-Conacri.

Foi capturado quando fazia uma patrulha pelo mato. Um pelotão de 30 homens saiu do quartel e pouco depois foi travado por uma operação militar. A viatura em que seguia começou a incendiar-se. Os militares caíam por terra à medida que as forças africanas iam ganhando terreno. O efeito surpresa foi demolidor. Fugiu para o meio do mato, mas para o lado onde estava o inimigo. Quando eles pararam com o fogo, o Soldado Batista levantou-se para ver o que se passava e foi nesse momento que que eles o viram e o vieram prender.

Neste momento, olhou em volta e o que viu foi um cenário aterrador e que nunca viria a esquecer. Ouvia camaradas a gritar a implorar pela vida, enquanto outros irreconhecíveis estavam espalhados pelo mato.

“Nós quando íamos pela mata e sofremos o ataque íamos numa viatura GMC. A viatura ia com o tapamento e quem quisesse saltar não podia. Eu ia na traseira e tive tempo para saltar. Dezoito militares portugueses perderam a vida neste ataque.”.

Batista foi um dos sobreviventes mas não voltou para o quartel. “Os homens do PAIGC pegaram em mim tiraram-me o cantil da água e beberam-na. Depois amarraram-me e tive de ir com eles... Andamos várias horas a pé... depois tivemos que passar o rio Corobal... tive medo...”

pois não sabia nadar...No outro lado do rio amarraram-me a uma árvore enquanto tomavam banho e comiam...passamos a noite neste local e no dia seguinte fomos para o acampamento mais próximo. Lá tinha uma viatura que nos levou até à Guiné-Conacri. À chegada à prisão fui logo interrogado pelos dirigentes...Fui interrogado três vezes por Nino Vieira e mantido numa cela da prisão. Nunca acreditaram naquilo que eu estava a dizer...Eles queriam saber quem eram os oficiais, quem era o capitão que os chefiava na operação e eu nem sabia...”.

Ficou isolado nas primeiras semanas que estive na prisão. Era um espaço minúsculo e sempre vigiado. Posteriormente, enviaram-me para uma ala e aí, conseguia contactar e comunicar com os outros prisioneiros. Entre todos havia o sentimento de angústia e incerteza quanto ao futuro.

6. Ir ou ficar

Guiné, 1972.

Quando chegou à prisão da Guiné-Conacri já lá estavam cinco prisioneiros portugueses: Duarte Fortunato, José dos Santos Teixeira, António Batista, Manuel Vidal e Manuel Coelho. Mais tarde, o grupo aumentou para oito elementos com a chegada de mais prisioneiras.

Devido ao evoluir da guerra houve mudança e estratégias diversas com os locais de prisão e com as incidências vividas pelos militares portugueses. Fomos transferidos para Medina do Boé, onde todos ficamos juntos, num espaço amplo, podíamos andar soltos mas sempre vigiados.

Tentávamos disfarçar as saudades de casa e de tudo. Contávamos histórias e Vidal até chegou a fazer uma canção. “O tempo era ocupado a contar histórias sobre a família, as terras e os amores deixados em Portugal...falávamos o dia todo... fazíamos poemas que depois partilhávamos por todos...com o cartão das pastas de dentes improvisamos a construção de baralhos de cartas desenhando os símbolos e jogávamos às escondidas dos guerrilheiros.

O tempo passava ... e esquecíamos-nos da distância, das dores e da saudade.

A comida não servia também de consolo dos prisioneiros. Estávamos sempre desejosos de carne ou peixe, tínhamos que nos contentar, todos os dias, com a mesma coisa: “... a alimentação era sempre arroz e água... Era sempre, sempre a mesma coisa...ao meio dia e à noite... davam-lhe o nome de BIANDA ..já não comia e deitava fora... o próprio arroz vinha com lagartas.

O vazio e a desfaçatez dos algozes criava o desespero dos prisioneiros. Certa vez, refere com emoção: “...estávamos a tomar banho num lago, a aviação apareceu de repente e tivemos logo de recuar... escapamos por pouco...abrimos uma vala para nos enfiarmos lá dentro e sempre que a aviação bombardeasse repetíamos a mesma rotina...para nos protegermos... Alguns meses

depois, verificamos uma grande confusão na prisão. A razão tinha a ver com o facto de um dos oito prisioneiros tinha escapado da prisão de manhã... nós nunca pensamos em fugir pois era um risco muito grande... ele lá fugiu e talvez a sorte acompanhasse pois deve ter encontrado algum acampamento ou deve ter passado um mau bocado e nós ficamos numa situação delicada... pois não podíamos dar um passo... O Manuel Vidal foi desafiado pelo prisioneiro que fugiu na noite anterior da fuga. Não foi pois pensou que nunca conseguiria fugir...”.

7. A Fé salvou-me!

Soldado Alexandre Guedes Pinto, Moçambique, 1969, Soldado de transmissões.

Embarcou no navio Niassa, no dia 4 de janeiro de 1969, no cais Alcântara e depois de 27 dias de viagem (uma tempestade e paragem em Luanda) chegou à cidade da Beira.

“Fomos para Muatize (Tete), atravessamos o rio Zambeze (infestado de crocodilos) e nesta zona pernoitamos”.

Chegado ao destino (zona muito perigosa com minas e armadilhas e muitos leões que atacavam de noite), começaram a missão militar: operações militares e patrulhas numa vasta área e alimentação à base de rações de combate. Sentia-se muito debilitado. Tinha muitas dificuldades em aguentar as patrulhas de 4 e 6 dias, sempre no limite possível a um ser humano. Foi hospitalizado 38 dias e após ligeira recuperação voltou para o comando do setor onde estivera integrado.

Foi escalado para uma companhia intervenção, próximo da fronteira com a Zâmbia, com a missão de destruir uma base inimiga de onde partiam para sabotar as obras da barragem de Cabora- Bassa.

Dez dias era a previsão da duração desta missão mas houve um atraso pois o comandante teve dificuldades em reunir o número de homens necessários. Partiram em viaturas com material de guerra e alimentos e ao fim de dois dias chegaram ao final de uma picada onde havia um enorme pântano com muitos crocodilos.

Após penosa progressão deram conta que o inimigo estava próximo e mal foram avistados, eles começaram a disparar sobre nós obrigando-nos a esconder. Quando terminou o tiroteio estava só e quando procurou o trilho para seguir os seus camaradas deparou-se com 4 colegas mortos.

Mais à frente encontrou um inimigo que o aprisionou. Levaram-no com eles e aqueles 4 militares mortos ficaram expostos, aos predadores, totalmente despidos “Estas imagens são uma cruz demasiado pesada que levarei comigo até ao calvário da eternidade”.

Caminharam dia e noite até uma base dos guerrilheiros. Estava em pânico pois necessitava de comida e água. Apresentaram-no ao chefe que lhe disse: “Aqui nada de grave te acontecerá, mas irás para um aquartelamento na Zâmbia onde irás dizer tudo o que sabes das vossas comunicações para que possamos saber mais das vossas movimentações...”. Este chefe ausentou-se e outros despiram-me e ficou apenas com um calção. Agrediram-no com tudo o que tinham disponível até com água quente e com paus em brasa: “Eu e a minha Pátria fomos humilhados como nunca tinha imaginado e estava perante a maior desgraça da minha vida e com medo de morrer...”. Aprisionaram-no numa palhota, era vigiado dia e noite, numa situação muito difícil pois os ferimentos infligidos estavam a infeccionar e começou a delirar e já não ouvia os chamamentos do vigia. Recuperou e começou a pensar na fuga daquele inferno. Mas em tal estado físico e psicológico não iria longe. Tentei a minha sorte: “prometi a mim mesmo que lhes escaparia...”. A zona era uma planície imensa repleta de animais selvagens que não me dava esperança de sobreviver. Com o caminhar e descalço apareceram-lhe lesões e arranhões que desinfetou nas pocinhas de urina das muitas gazelas existentes naquele local. Alimentei-me de leite de gazelas que amamentavam. Finalmente encontrou uma picada e ganhou alento e força anímica por saber que esta o levaria a um destino. Não tinha nada para comer ou beber.

“...A fé salvou-me. Era crente de Alexandrina de Balazar. Peguei no terço com a imagem de Alexandrina que tinha suspensa ao pescoço e pedi-lhe proteção do meu corpo e que pudesse ser recolhido e voltar para Portugal, ao lugar de onde parti, aos braços de minha mãe e para junto de todos aqueles que me queriam bem. Perdi os sentidos... Quando acordei estava no regaço de uma religiosa de uma Missão. Reanimaram-me e contaram-me que fora um missionário italiano que me recolheu já moribundo, que me escondeu e que me trouxera para a missão com muito custo. Trataram-me psicologicamente e dos ferimentos físicos. Soube mais tarde, que por esta altura, o meu nome constava da lista de mortos. O Padre levou-me ao aquartelamento a que pertencia e o comandante disse comovido que o meu nome fora enviado para os serviços convenientes a informação que tinha sido morto em combate, a chamada lista dos mortos em combate e que tinha sido comunicado à minha família e, que esta, já estaria de luto e a tratar do funeral...”.

Passou meses por hospitais em tratamento e quando teve alta foi ao Quartel-General, onde o aguardava um processo por deserção em virtude de ter passado para o lado inimigo. Houve uma grande confusão pois foi dado como morto e depois apareceu sem nada prever e foi considerado desertor acabando, finalmente, por ser arquivado o processo de deserção por decisão do Comandante-chefe da Região Militar.

Regressou em dezembro de 1971.

Diário pessoal do combatente Alexandre Guedes Pinto, prisioneiro de guerra em Moçambique.

3.13.4 Conclusão

O problema dos prisioneiros da guerra colonial portuguesa continua a ser um assunto “esquecido e retirado” de todos os relatos sobre este período da história portuguesa.

Verificamos que começou a ser uma realidade de cariz político que o “Estado Novo” tentou negar “ jogando com lacunas e trocadilhos de linguagens” entre as obrigações da Convenção de Genebra - prisioneiros de guerra, as linguagens utilizadas pela tutela para negar a existência de um conflito político e independentista e a não existência de prisioneiros de guerra portugueses mas sim “desaparecidos, mortos e desertores”.

Esta situação originou “ uma cortina de fumo” que ofuscou desde então até aos nossos dias, esta realidade.

Pelo trabalho que estamos a realizar podemos verificar a “anormalidade” desta realidade dando origem a que “a guerra colonial é uma história por contar”, com implicações políticas, familiares, pessoais, de natureza humana, dignidade e justiça que gera “encobrimentos e o abandono” de quem na sua obrigação de responder ao apelo cívico perdeu os melhores anos da sua juventude num contexto que os marca até aos nossos sem nenhum apoio.

Neste trabalho compreendemos em que circunstâncias foram feitos prisioneiros e percebemos as situações “frágeis” em que ocorreram. Conhecemos os itinerários até às prisões, o tratamento prestado, as instalações, a localização, o dia a dia, a sobrevivência, a violência, os sentimentos vividos permanentemente, durante vários anos, a fuga, a fome, a morte, a libertação e a chegada a casa (do morto vivo) e as implicações na família, nas namoradas, noivas, esposas e filhos.

A revolta consome a vida dos sobreviventes e torna-os amargurados, arrastam-se doentes de corpo e alma sem “reconhecimento de um dever cumprido e sem apoio” de quem o obrigou a sair da sua terra natal para cumprir uma obrigação nacional.

3.13.5 Bibliografia

1969-1997- Prisioneiros de guerra- revista expresso, nº 1309,29 de novembro de 1997.

Depoimento do prisioneiro de guerra José Morais

Depoimentos escritos de vários prisioneiros de guerra

Convenção relativa aos prisioneiros de guerra-1929

Convenção de genebra relativa ao tratamento dos prisioneiros de guerra

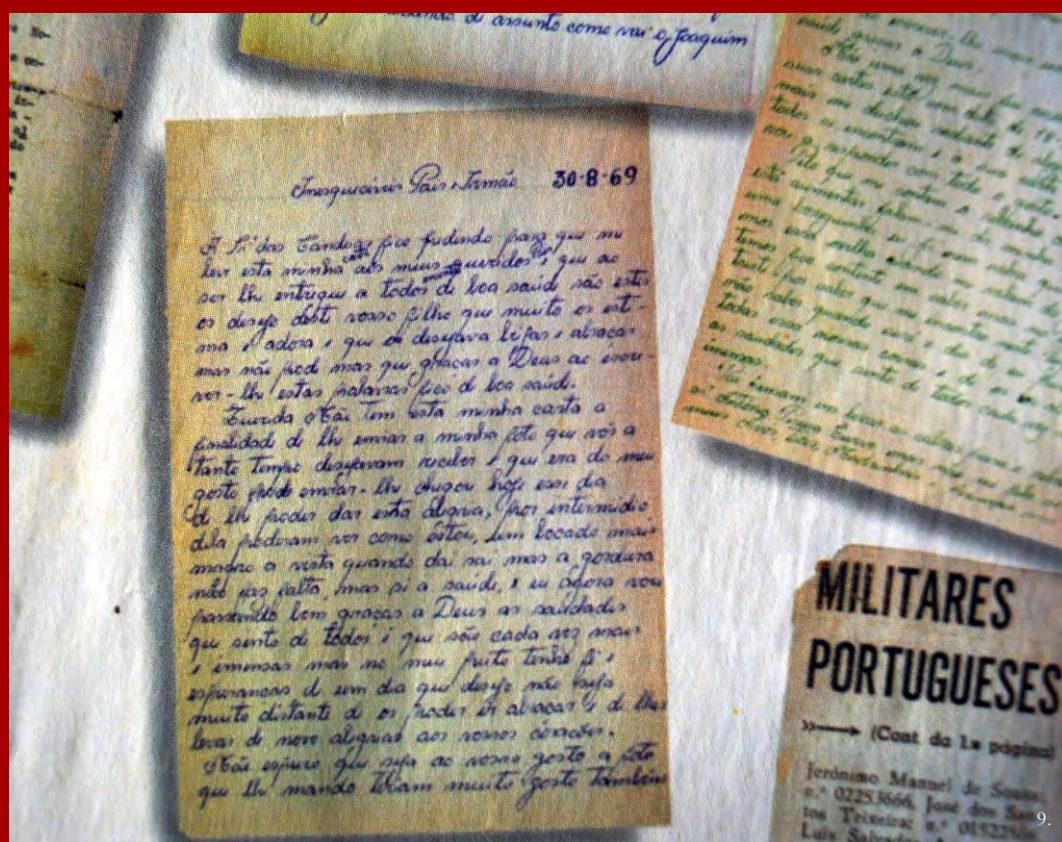
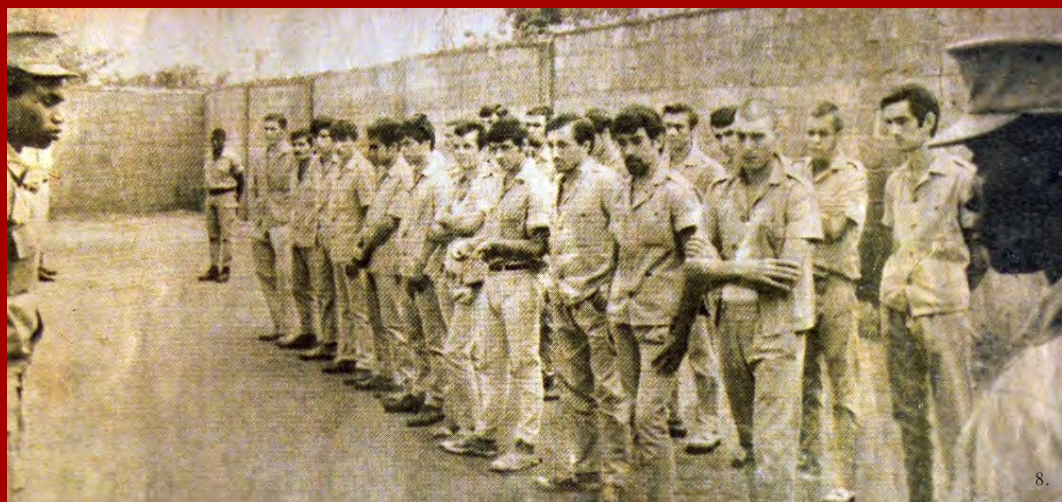
Convenções de Genebra-convenção III – 1949 – assinada em 1949

Aprovação da convenção para ratificação pelo estado português em 1960

Entrada em vigor da convenção de genebra para prisioneiros de guerra, na ordem jurídica portuguesa, em setembro de 1961.

3.13.6 Anexo Fotográfico

8. Prisioneiros portugueses na prisão da Kindia.
9. Correspondência e Imprensa da época.
10. Embarque no navio dos prisioneiros de guerra no momento da libertação.
11. Almoço de comemoração de regresso da prisão com os pais.
12. Almoço de comemoração de regresso da prisão com os amigos.
13. Almoço de comemoração de regresso da prisão com os pais.





14. Almoço de comemoração de regresso da prisão com os pais e amigos.

15. Almoço de comemoração de regresso da prisão com os pais e amigos.



16. Fotografia de Família durante o almoço.

17. No almoço, no lugar da noiva, estava a irmã mais velha.



3.14



Rua António José da Costa, Lousado

3.12 Ensaio Crítico sobre algumas Interpretações do PREC

Resumo: Na produção historiográfica portuguesa surgiram recentemente vários trabalhos sobre o processo revolucionário desencadeado após o 25 de Abril de 1974, nomeadamente sobre as movimentações operárias e populares que então se registaram. Alguns autores defendem a existência de um “duplo poder”, reflectindo a debilidade do poder estatal, o qual poderia ter avançado para uma situação insurreccional – que terá conhecido, inclusivamente, o seu “momento” –, se determinadas forças partidárias que intervieram no processo não a tivessem refreado, permitindo uma intervenção militar que lhe foi fatal. Neste artigo, o autor propõe-se contribuir para a discussão que tem vindo a ser efectuada sobre a existência desse “duplo poder”, assim como do papel desempenhado pelas diversas forças partidárias e militares no processo revolucionário que ocorreu em Portugal em 1974-75.

Palavras-chave: processo revolucionário de 1974-75; movimento operário e popular; teoria do “duplo poder”; partidos políticos; Portugal.

Abstract: In the Portuguese historiographical literature several works have recently been published on the revolutionary process initiated after the 25th of April of 1974, namely on the workers’ and popular movements that then took place. Some authors defend the existence of a “dual power”, reflecting the weakness of state power, which could have advanced to an insurreccional situation – which will have known, even, his “moment” – if certain partisan forces intervening in the process had not restrained it, allowing a military intervention that was fatal to it. In this article, the author proposes to contribute to the discussion that has been made on the existence of this “dual power”, as well as the role played by the various party and military forces in the revolutionary process that took place in Portugal in 1974-75.

Keywords: revolutionary process of 1974-75; labor and popular movement; “dual power” theory; political parties; Portugal.

Nos últimos anos tem-se assistido ao surgimento de vários trabalhos sobre a história do período revolucionário que se viveu em Portugal em 1974-1975 – o denominado Processo Revolucionário em Curso (PREC) –, desde livros e artigos académicos a teses de mestrado e de doutoramento, assim como à realização de Congressos, Encontros, Seminários, Conferências ou Debates. Este interesse deve-se, em parte, ao surgimento de uma nova geração de investigadores que despontou para o estudo da história deste período, e que assim se somou aos investigadores seniores que já tinham publicado alguns trabalhos relevantes sobre o mesmo. Um dos mais prolíficos autores desta nova geração, que dedicou a sua dissertação de doutoramento a aspectos importantes do PREC¹, para além de vários artigos e livros²,

[1] Dissertação de doutoramento defendida em Outubro de 2010 no ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, posteriormente publicada numa edição comercial, Raquel Varela (2011), *A História do PCP na Revolução dos Cravos*. Lisboa: Bertrand.

[2] Entre os quais a *História do Povo na Revolução Portuguesa 1974-75* que, juntamente com o anterior, resultante da sua dissertação de doutoramento, constituirão as duas obras aqui analisadas.

é Raquel Varela, investigadora do Instituto de História Contemporânea da FCSH da Universidade Nova de Lisboa, cujas obras mais significativas iremos aqui analisar.

3.14.1 Do “*instinto político*” à dualidade de poderes

O golpe militar desencadeado na madrugada do dia 25 de Abril de 1974, instaurando um novo regime de liberdades em Portugal, suscitou quase de imediato um importante movimento de massas que, através de reivindicações e greves, procurou minorar os efeitos do forte agravamento do custo de vida e conquistar salários, condições de vida e trabalho condignas. Este movimento, que surpreendeu pela sua amplitude e intensidade, não tinha sido previsto, nem estava nos planos dos militares que organizaram o golpe vitorioso, por mais “*instinto político*” que manifestassem. É, por conseguinte, surpreendente a afirmação de que no próprio dia 25 de Abril se tenha instalado de imediato uma “*situação de dualidade de poderes*” que criou um “*poder paralelo ao Estado*”, como consequência do golpe militar e, ainda para mais, tendo os seus protagonistas disso consciência: “*o instinto político da jovem oficialidade intermédia das forças armadas foi subestimado. Naquele dia, o MFA, consciente de que ao desafiar os generais abria a porta aos soldados e criava de facto uma situação de dualidade de poderes (...)*”³ ou, noutra passagem, iniciava-se, por conseguinte, “*um período de 19 meses marcado pela existência de uma dualidade de poderes, (...) se afirma como uma dualidade de poderes, com um poder paralelo ao do Estado*”⁴.

No entanto, numa outra obra publicada um pouco antes, o MFA ainda não estava tão consciente, nem motivado de que iria criar a tal situação de dualidade de poderes, ou seja, uma situação que – como no caso da revolução de Outubro na Rússia –, antecede a tomada do poder: [os capitães de Abril] “*na realidade fizeram um golpe de estado, não uma revolução, e foram motivados, mais do que [sic] pelo desejo de democratizar e muito menos de construir um qualquer socialismo (...)*”⁵.

3.14.2 PCP chamado ao Governo para evitar a “*generalização da dualidade de poderes*”

Este amplo movimento de massas, operárias e populares, no qual se inscreveu um importante surto grevista, traçou quase de imediato uma linha de demarcação entre o PCP e os partidos e organizações que se situavam à sua esquerda. Para o PCP, que logo a seguir ao golpe militar delineou muito claramente a sua orientação táctica, de aumentar a sua influência no aparelho de Estado através da conquista da confiança dos sectores da burguesia liberal e, principalmente, dos militares, lançando com esse objectivo a Aliança Povo-MFA, o surto grevista colocava-o numa posição desconfortável, uma vez que para atingir aqueles objectivos não podia apoiar as reivindicações dos trabalhadores, nem as suas greves. Por seu turno, os diferentes sectores da burguesia liberal viam também com bons olhos a participação do PCP no Governo para que este, com a tradição de influência que acreditavam que tivesse no movimento operário e sindical, contribuísse para conter a explosão social que tinha então emergido, mas não para “*evitar a dualidade de poderes*”⁶, cuja existência nesta fase era difícil de descortinar. Não foi, por conseguinte, de estranhar que, tanto o PCP como a Intersindical, tivessem então defendido que as greves – que classificavam como uma “*forma superior de luta*” – conduzissem “*ao caos económico*”,

[3] Raquel Varela (2014), *História do Povo na Revolução Portuguesa 1974-75*. Lisboa: Bertrand, p. 33.

[4] *Idem*, p. 484. Já no início do livro é afirmado que “*a história da Revolução Portuguesa (...) é a história do Estado e da construção de um poder paralelo a esse Estado*” (p. 15).

[5] Raquel Varela (2011), *Op. cit.*, p. 378.

[6] Raquel Varela (2014), *Op. cit.*, p. 78. Refira-se que embora se esteja ainda a 16 de Maio – não tinha sequer decorrido um mês após o 25 de Abril –, para a autora já se vislumbrava a existência de um “*poder dual*” de tal modo enraizado na sociedade portuguesa que terá obrigado Spínola, Soares e Costa Gomes a chamar o PCP para o Governo a fim deste tentar evitar a sua generalização.

que eram “*inoportunas e contra-revolucionárias*”, que “*serviam o fascismo*”, acusando os “*esquerdistas*” de “*irresponsáveis e fazerem o jogo da reacção*”. Inclusivamente, a Intersindical chegou a organizar em Lisboa, em 1 de Junho, uma insólita manifestação “*contra a onda grevista*”⁷.

A greve dos 35 000 trabalhadores dos CTT, desencadeada em 17 de Junho, assumiu por isso uma grande importância e significado, não apenas pelos furibundos ataques que o PCP lhe moveu, mas também porque revelou uma dimensão até então desconhecida da prática deste partido, ou seja, o recurso à repressão sobre os trabalhadores em greve para alcançar os seus objectivos. Contudo, para a maior parte dos partidos e organizações que se reclamavam à esquerda do PCP, a actuação deste perante o movimento grevista constituía a confirmação da sua natureza reformista, de “*bombeiro da luta de classes*” e de “*agente da burguesia no seio do operariado*”, embora algumas formações da corrente marxista-leninista considerassem tal actuação como “*social-fascista*”.

3.14.3 “*O movimento é tudo, o objectivo final é nada*”

Estes exemplos, ocorridos pouco depois do 25 de Abril, revelam uma característica fundamental do processo revolucionário que então se instalou na sociedade portuguesa: a tentativa por parte de todas as forças partidárias de influenciarem o movimento operário e popular e, se possível, canalizá-lo para o cumprimento dos seus objectivos. A partir de agora, e até ao fim do processo revolucionário, a correlação de forças – bastante instável ao longo de todo o período – entre os vários sectores políticos e partidários, e também no seio das Forças Armadas, influenciará a orientação que o movimento operário e popular irá adoptar, o qual, no entanto, se mostrou frequentemente incapaz de manter uma direcção independente, furtando-se a essa situação. Daqui decorre outra característica importante, a de que no período histórico que se verificou a partir de então até ao 25 de Novembro de 1975 o País viveu um processo revolucionário e não, verdadeiramente, uma revolução⁸. A análise das movimentações das massas operárias e populares registadas durante o processo revolucionário, assim como da actuação dos organismos que as mesmas criaram – as comissões de trabalhadores e de moradores –, deve ser vista tendo em consideração estes pressupostos. Doutra forma dificilmente poderemos ter um verdadeiro entendimento do que na realidade se passou. Privilegiar aquelas movimentações, e em particular a actuação das comissões de trabalhadores e de moradores, como se elas se manifestassem independentemente da intervenção das forças políticas e partidárias como surge em ambos os livros atrás referidos, escamoteia o principal aspecto a observar neste processo que é precisamente a intervenção do factor político. Como diria, a este propósito, um conhecido político alemão, “*o movimento é tudo, o objectivo final é nada*”.

Embora já tenham surgido propostas para uma periodização alternativa, os principais acontecimentos políticos e militares que intervieram no processo revolucionário, como o 28 de Setembro de 1974 e o 11 de Março de 1975, constituem as balizas cronológicas que nos

[7] “Dez mil pessoas contra os provocadores”, *Diário de Lisboa*, Lisboa, 3 de Junho de 1974, p. 14.

[8] Ao contrário da interpretação da autora, que nos seus dois livros aqui analisados caracteriza o processo revolucionário como uma revolução e, o que é mais grave, utilizando a expressão “revolução dos cravos” – por exemplo, no título de um deles –, uma designação sem qualquer rigor, mais de carácter jornalístico do que histórico.

proporcionam a melhor leitura da sua evolução. Deste modo, de Maio a Setembro de 1974, a explosão revolucionária do movimento operário e popular foi acompanhada pela criação, por iniciativa espontânea das massas, dos seus órgãos de vontade popular, as comissões de trabalhadores e de moradores, que impuseram na rua, nos locais de trabalho, nos bairros, os fundamentos básicos do novo regime saído do golpe militar. Os saneamentos de responsáveis do regime deposto (nos sectores privado e público) aprovados em assembleias, a gestão de empresas abandonadas pelos administradores (muitas vezes acusados, com razão, de sabotagem económica), a ocupação de casas devolutas, a conquista do salário mínimo e de outras regalias sociais, etc, foram nesta fase realizados principalmente com o apoio dos partidos e organizações à esquerda do PCP, embora por vezes com a participação deste, mas à margem da actuação dos governos provisórios, da Junta de Salvação Nacional e do próprio MFA, não obstante este tivesse sido muitas vezes chamado para legitimar a actuação dos órgãos de vontade popular.

3.14.4 A partilha do Estado entre o PCP e a “*direcção castrense pequeno-burguesa*”
Muito preocupado durante este período em conquistar apoios, principalmente nas Forças Armadas, o PCP irá prestar uma particular atenção à conquista do aparelho sindical corporativo – um empreendimento que, pacientemente, vinha encetando desde a década de 1940 –, beneficiando do facto de constituir a principal força política com influência nesses sindicatos, o que lhe permitiu eliminar todos os opositores, como se viu no caso do Sindicato Operário das Indústrias Químicas de Lisboa. É a fase da sua actuação “responsável” e do lançamento da Aliança Povo-MFA, que sintetizará a orientação daquele partido no início do processo revolucionário. O PCP sabia que só poderia alcançar os objectivos a que se propunha se conquistasse importantes sectores das Forças Armadas – eram estes que tinham as armas –, uma tática que já prosseguia antes do 25 de Abril no âmbito da sua estratégia do “levantamento nacional”. Constituía uma atitude pragmática que, para além do mais, respondia cabalmente à questão agora colocada, de uma forma pueril: “*podemos e devemos perguntar-nos por que apostou Cunhal no MFA, porquê um partido comunista confiou numa direcção castrense, de composição social oriunda da pequena burguesia, por que [sic] quis partilhar com eles a direcção do Estado?*”⁹. Com o realismo e pragmatismo que caracterizou a sua actuação durante o período revolucionário, Álvaro Cunhal não estava absolutamente nada preocupado com a natureza pequeno-burguesa dos membros do MFA, mas sim, como é óbvio, com o facto de deterem o comando dos soldados e o controlo das armas.

3.14.5 As greves da TAP, da Lisnave e do *Jornal do Comércio*, causa do 28 de Setembro
À medida que o número de comissões de trabalhadores e de moradores se expandia, conquistando um papel de relevo no processo revolucionário, o PCP irá prestar-lhes cada vez maior atenção, quer através da participação dos seus militantes nas mesmas, quer criando-as por sua própria iniciativa. A participação das massas operárias e populares no aniquilamento da investida de sectores da burguesia ligados ao regime deposto com o objectivo de imporem

[9] Raquel Varela (2011), *Op. cit.*, p. 200.

uma solução neocolonial, ocorrida a 28 de Setembro de 1974, no qual também participaram o PCP, os partidos e organizações à sua esquerda, e o próprio PS (nomeadamente as suas bases), para além de sectores do MFA e o COPCON, foi decisiva para frustrar essa tosca tentativa de golpe de Estado. Através da manifestação denominada da “Maioria Silenciosa”, que convocaram para esse dia, aqueles sectores procuravam reforçar a posição política de Spínola de modo a permitir-lhe aplicar o seu projecto de associação de tipo federal para as colónias. As razões que estiveram no despoletar do golpe prendem-se com o facto de todas as propostas de Spínola terem sido rejeitadas, na Comissão Coordenadora do Programa do MFA e no Conselho de Estado, a 8 de Julho, com a recusa do reforço dos poderes do 1.º Ministro, a convocação de eleições presidenciais e a realização de um referendo para a aprovação de uma Constituição provisória em Outubro, assim como do adiamento para Novembro de 1976 – mais de dois anos depois – das eleições para a Assembleia Constituinte e, particularmente, o reconhecimento em 25 de Julho do direito à independência das colónias (Lei n.º 7/74). A partir de 24 de Agosto, os spinolistas põem a circular nas unidades militares um documento (de Hugo dos Santos/Engrácia Leandro) que propõe a extinção da Comissão Coordenadora do MFA. No dia seguinte são concluídas em Argel as negociações entre o Governo português e o PAIGC, iniciando-se o regresso das tropas portuguesas destacadas na Guiné-Bissau. A 27 de Agosto foi constituída a Frente Democrática Unida, integrando o Partido Liberal, o Partido do Progresso e o Partido Trabalhista Democrático Português, os principais críticos do processo de descolonização e que irão desempenhar um papel decisivo na convocação da manifestação da “Maioria Silenciosa”, de apoio a Spínola, em 28 de Setembro. A 7 de Setembro foi assinado o Acordo de Lusaka, consagrando a independência de Moçambique. Finalmente, a 10 de Setembro, durante a cerimónia de reconhecimento da independência da Guiné-Bissau, em Lisboa, Spínola voltou a criticar a evolução da situação política e militar, considerando-a resultante da acção de “totalitarismos extremistas”, exortando “a maioria silenciosa do povo português” a “despertar” e a “defender-se”.

[10] Raquel Varela (2014), *Op. cit.*, p. 123.

Foram estas as verdadeiras razões da tentativa de golpe, que vinha sendo orquestrada desde Agosto, e não as greves da TAP, da Lisnave, ou do Jornal do Comércio, que teriam atemorizado a coligação governamental. Segundo esta tese, criara-se

“uma situação de ingovernabilidade, de medir forças com o poder, em três áreas centrais, empresas com impacto nacional, emblemáticas pelo seu grau de politização e com um efeito de arrastamento sobre outros sectores operários. Na nossa opinião, é este facto central que está na origem do golpe de 28 de Setembro de 1974”¹⁰

Uma interpretação que não faz qualquer sentido, pois o que nesta altura se encontrava na ordem do dia era a questão da independência das colónias e a possibilidade dos sectores ligados ao regime de posto imporem uma solução neocolonial.

3.14.6 O PCP e os órgãos de vontade popular

Encerrou-se, assim, um primeiro ciclo do processo revolucionário em curso registando-se, em consequência do golpe frustrado, uma alteração da correlação de forças, com o PCP a reforçar as suas posições no aparelho de Estado, no Governo (com Vasco Gonçalves como 1.º Ministro) e nas Forças Armadas, e com a maioria dos partidos e organizações à sua esquerda a concentrarem os seus esforços no aprofundamento do processo revolucionário. O novo ciclo iniciado a partir dos finais de Setembro de 1974 será marcado por uma intensificação das movimentações operárias e populares, nas quais, contudo, não pode ser excluída uma crescente participação das várias forças políticas, nomeadamente do PCP e dos partidos e organizações à sua esquerda. As comissões de trabalhadores e de moradores, que em Maio-Junho de 1974 revelavam uma clara espontaneidade, independência e autonomia, começavam progressivamente a perder essas características, pois todas aquelas forças políticas se envolveram cada vez mais na actuação das mesmas, desempenhando um papel importante no seu seio, procurando controlá-las e canalizá-las de acordo com os seus objectivos, processo em que o PCP então se destacou. Como sublinhou José Barreto,

“na verdade, também os comunistas, após terem pretendido conter, em 1974, o élan reivindicativo e a ameaça de paralelismo representativo das comissões de trabalhadores, que ainda escapavam grandemente ao seu controlo, começavam então a tomar consciência da sua importância. Nos primeiros meses de 1975, a desconfiança da direcção comunista iria ceder o lugar a uma atitude de atracção das comissões de trabalhadores à sua esfera de influência política”. José Barreto (2005), “O PS e o

movimento sindical”, in Vitalino Canas (Org.), *O Partido Socialista e a Democracia*. Lisboa: Celta, p. 256.

O processo revolucionário revelava-se cada vez mais nitidamente como uma luta aberta pelo poder na qual todas as forças políticas se mostravam empenhadas. A intensificação das movimentações operárias traduziu-se por um incremento no número de empresas ocupadas pelos trabalhadores e suas comissões, que também participavam na sua gestão, ensaiando a aplicação do controlo operário, numa tentativa de evitar o seu encerramento, manter os postos de trabalho, combater a fuga de capitais para o estrangeiro e a sabotagem económica por parte das administrações dessas empresas, muitas das quais as abandonaram. Simultaneamente intensificava-se o movimento de ocupação de casas, principalmente em Lisboa, Porto e Setúbal, com destaque para o papel das comissões de moradores – cujo número aumentou consideravelmente durante esta fase – o qual contou, principalmente, com o apoio dos partidos e organizações à esquerda do PCP. A partir de Janeiro de 1975, no Alentejo, Ribatejo e parte do distrito de Setúbal, a ocupação de terras dos latifúndios pelos assalariados rurais adquiriu um carácter sistemático, com os Sindicatos dos Trabalhadores Agrícolas a assumirem uma intervenção determinante nesse processo. Em meados desse mês, o PCP e grande parte dos partidos e organizações à sua esquerda participam numa manifestação convocada pela Intersindical, de apoio à unicidade sindical, a qual constituiu um dos raros momentos em que o “campo da revolução socialista” se apresentou unido na sua

quase totalidade, tendo uma semana depois o Conselho de Ministros aprovado o diploma na especialidade, com os votos contra do PS e do PPD. A crescente influência do PCP no aparelho de Estado teve também uma tradução no campo sindical, como o comprova o episódio registado a 2 de Março no Sindicato Operário das Indústrias Químicas de Lisboa, com a ocupação militar da sua sede e a prisão dos seus dirigentes a mando do ministro do Trabalho coronel Costa Martins, com o pretexto da Direcção do Sindicato não permitir a realização de eleições sob a tutela do COPCON, por a considerar uma interferência governamental.

3.14.7 A imaginária “oposição disciplinada do PCP” às greves, nacionalizações e comissões de trabalhadores

A posição do PCP perante as greves também se tinha alterado, fundamentalmente desde o 28 de Setembro de 1974. Ao longo do processo revolucionário o PCP combateu ou apoiou as greves consoante os seus interesses táticos de momento, pelo que não se pode afirmar, generalizando abusivamente, que “as greves da Revolução dos Cravos tiveram a oposição disciplinada do Partido Comunista Português (PCP), que reivindicou a necessidade de uma política de ‘reconstrução nacional’”¹¹. Se isto era, no fundamental, verdade no período que decorreu até ao 28 de Setembro, deixou depois de o ser¹², e alterar-se-á completamente entre o 11 de Março e o 25 de Novembro de 1975. Não referir esta mudança de posicionamento por parte do PCP não só traduz uma investigação deficiente como a não compreensão da dinâmica do processo revolucionário e as alterações táticas dos seus intervenientes, de acordo com a evolução da correlação de forças, assim como da própria evolução da situação política.

A participação do PCP nas movimentações operárias e populares e, principalmente, a atenção que passará a dedicar às comissões de trabalhadores, assim como à necessidade de nacionalizações, aumenta também a partir de então. Exemplo disso, é a organização em 2 de Fevereiro de 1975, em Lisboa, da I Conferência Nacional Unitária de Trabalhadores, tendo nas suas conclusões apontado que

“a intervenção do Estado terá de ser legislada e exercer-se tendo em conta (...) a sua inserção clara numa política anti-monopolista conduzindo rapidamente ao ‘controle’ do poder económico e à criação de um sector estatal da economia nacional que inclua as instituições financeiras e os principais sectores de produção”. “I Conferência Nacional Unitária de Trabalhadores”, *Avante!*, Série VII, n.º 40, de 6 de Fevereiro de 1975, p. 4.

comprovando que se estava a referir às nacionalizações e que estas se integravam plenamente na sua estratégia no biénio 1974/75 – ao contrário do que é afirmado¹³ – ao mesmo tempo que, no seu discurso de encerramento, Cunhal afirmava que “a classe operária está pronta para o socialismo”¹⁴. Aliás, já em Janeiro de 1975, o *Avante!* noticiava com certo destaque que os trabalhadores da Cambournac eram favoráveis à nacionalização¹⁵, e que os bancários reclamavam

[11] Raquel Varela (2014), *Op. cit.*, p. 134.

[12] Ver, por exemplo, o apoio a diversas greves prestado a partir de então pelo PCP: “Algarve: justa luta das conserveiras” e “Nas confecções Palmélia luta contra os despedimentos”, ambas noticiadas no *Avante!*, Lisboa, Série VII, n.º 31, 6 de Dezembro de 1974, p. 11, “As operárias da Texteurop exigem o pagamento dos seus salários” e “Impedido na Shimming um despedimento sem justa causa”, ambas no *Avante!*, Lisboa, Série VII, n.º 38, 23 de Janeiro de 1975, pp. 9 e 10, entre muitas outras que o PCP passou a apoiar e foram noticiadas na sua imprensa.

[13] Raquel Varela (2011), *Op. cit.*, p. 210.

[14] Foi, precisamente, a frase que o *Avante!* escolheu para a notícia, o que não terá sido por acaso. Cf. *Avante!*, Série VII, n.º 40, de 6 de Fevereiro de 1975, p. 5.

[15] “Os trabalhadores da Cambournac são favoráveis à nacionalização”, *Avante!*, Lisboa, Série VII, n.º 35, 3 de Janeiro de 1975, p. 5.

a nacionalização da banca ... na perspectiva do programa do MFA, é claro¹⁶. Nesta fase o PCP está com e nas comissões de trabalhadores, aumentando cada vez mais a sua influência junto destes órgãos de vontade popular, como se pode também constatar numa das conclusões da referida Conferência Nacional Unitária de Trabalhadores, que reclamava, precisamente, “o reconhecimento do direito e da competência da Comissão de Trabalhadores para administrar a empresa...”¹⁷. De facto, desde a aprovação da lei da unicidade sindical que o PCP “conseguiu ganhar progressivamente influência nas comissões de trabalhadores, cujas direcções, por fragilidade e incapacidade de organização nacional, não conseguiram evitar que o seu campo de acção política fosse, em parte, engolido pela Intersindical”¹⁸. No entanto, a multiplicação de comissões de moradores e de trabalhadores durante este período não significou que por si só estas constituíssem “organismos de duplo poder”¹⁹, pois só poderiam eventualmente assumir essa característica numa situação abertamente pré-revolucionária, estando generalizadas a todos os locais de trabalho e de habitação, coordenadas a diferentes níveis, o que não se verificava naquela época, nem se veio a verificar de uma forma consistente e sustentada ao longo destes dezanove meses.

3.14.8 Mais um obstáculo ao crescimento da dualidade de poderes: o plano Melo Antunes

O incremento do processo revolucionário conheceu, a 7 de Fevereiro em Lisboa e a 8 de Março no Porto, dois momentos altos, que pela primeira vez irão fazer emergir o papel político das comissões de trabalhadores naquele processo, que com poucas excepções²⁰ até então estava remetido para uma intervenção fundamentalmente ao nível dos locais de trabalho: duas gigantescas manifestações, a de Lisboa contra o desemprego e a presença da esquadra da NATO no Tejo, e a do Porto contra a carestia e os despedimentos, ambas convocadas por comissões de trabalhadores e apoiadas por grande parte dos partidos e organizações à esquerda do PCP, sendo a do Porto organizada quase que em exclusivo pela OCMLP. O PCP não só não as apoiou como as apodou de “*maioria silenciosa*”, sendo por isso atacado por uma parte daqueles partidos e organizações que viam na sua falta de apoio mais uma confirmação da “*traição*” à luta pela revolução e a conquista do poder. Em Lisboa, os soldados do COPCON enviados para reprimir a manifestação colocaram-se ao lado dos manifestantes, primeiro em frente à embaixada dos EUA e, depois, defronte do Ministério do Trabalho, embora tal tivesse constituído um acontecimento pontual, não podendo ser interpretado como a manifestação de qualquer “*duplo poder*” no seio das Forças Armadas. A 8 de Fevereiro, o Conselho de Ministros aprovou o Programa de Acção Política e Económica, também conhecido por Plano Melo Antunes, promulgado finalmente a 21 de Fevereiro, o qual só com uma grande dose de imaginação se poderá aceitar ter tido como propósito declarado “*impedir o crescimento da dualidade de poderes, espelhada no desenvolvimento do controlo operário*”²¹ ou, mesmo, “*impedir a insurreição*”²².

3.14.9 Controlo operário e “duplo poder”

Também não foi “*a partir de Fevereiro de 1975*”²³ que o controlo operário começou a adquirir

[16] “Pedida a nacionalização da banca na perspectiva antimonopolista apontada no programa do MFA”, *Avante!*, Lisboa, Série VII, n.º 36, 9 de Janeiro de 1975, p. 9.

[17] “I Conferência Nacional Unitária de Trabalhadores”, *Avante!*, Série VII, n.º 40, de 6 de Fevereiro de 1975, p. 4.

[18] Raquel Varela, *Op. cit.*, 2011, p. 150. Embora, e uma vez mais sem problemas de entrar em contradição, se afirme correctamente que o PCP procurou enquadrar as comissões de trabalhadores com a Intersindical a partir de Fevereiro de 1975, o que há a salientar é que na realidade, o PCP não só procurou como conseguiu efectivamente enquadrá-las, como a autora acabará por reconhecer, mais adiante. Cf. Raquel Varela (2011), *Op. cit.*, p. 368.

[19] “Este período [a partir de Fevereiro de 1975] é marcado pela multiplicação dos organismos de duplo poder (nesta fase sobretudo comissões de trabalhadores e moradores)”. Cf. Raquel Varela (2014), *Op. cit.*, p. 116.

[20] Entre as excepções conta-se a grande manifestação dos trabalhadores da Lisnave, em Lisboa, em 12 de Setembro de 1974.

[21] Neste período, os casos de controlo operário eram ainda muito limitados e só após Maio de 1975 registaram uma fase de desenvolvimento.

[22] Ambas as citações em Raquel Varela (2014), *Op. cit.*, p. 305.

[23] *Idem, ibidem*.

alguma relevância, mas sim após Maio de 1975, embora seja imprescindível conhecer a real dimensão das situações em que este se exerceu para se ter uma noção da sua importância e significado. Pelos dados apresentados²⁴, fica-se com a ideia de que o controlo operário se desenvolveu essencialmente nas grandes empresas de Lisboa, Setúbal e Porto, o que aliás é compreensível dada a maior concentração operária, a existência de uma tradição de lutas e uma maior consciência política dos seus trabalhadores. No entanto, importa sublinhar que o controlo operário desenvolvido pela grande maioria das comissões de trabalhadores entre Maio e Novembro de 1975 não só não se inseria ainda plenamente numa agenda de intervenção política como, em muitos casos, também estava muito aquém de contribuir para que aquelas constituíssem órgãos de poder paralelo ao Estado²⁵. Dois exemplos registados em empresas de grande dimensão e importância económica, entre os muitos que poderiam ser escolhidos, ilustram esta situação. Em 25 de Maio de 1975, no Encontro de Intercomissões promovido pelas comissões de trabalhadores da Efacec/Inel (Sul), Cambournac, SousaCor e Florescente em Lisboa, aberto a todas as comissões de trabalhadores, a questão do controlo operário estava ainda fora das suas preocupações. Embora a ordem de trabalhos – que apresentava os seguintes pontos para discussão: “1. Situação actual da classe operária. 2. A importância da luta pelas 40 horas. 3. O saneamento como forma de justiça popular. 4. As comissões de trabalhadores como órgão da vontade da classe operária”²⁶ – referisse o papel das comissões de trabalhadores como órgãos de “vontade da classe operária”, o comunicado salientava apenas a necessidade de deverem ser “*democraticamente eleitas e revogáveis em qualquer momento*” em torno das quais os trabalhadores se deveriam “*unir e levar à prática as formas de luta que nos conduzam aos objectivos que nos são próprios*”. Já os outros dois pontos anteriores, a luta pelas 40 horas e o saneamento, mereceram um maior destaque, o que traduzia efectivamente as suas principais preocupações políticas, nomeadamente a questão do combate à “*batalha da produção*”, não havendo qualquer referência à necessidade de imporem o controlo operário.

Também na CUF do Barreiro, em 23 de Junho de 1975, quando os seus trabalhadores decidiram aprovar a nacionalização da empresa, saneando os administradores, retirando o controlo financeiro das mãos do Grupo Mello e elegendo uma comissão de trabalhadores, não evidenciaram qualquer preocupação com o estabelecimento do controlo operário, mas, pelo contrário, uma surpreendente postura de colaboração de classes. Numa entrevista que anos depois um dos membros desta comissão concedeu ao jornal *Setúbal na Rede*, perante a pergunta “*como decorreu a gestão da empresa neste período?*”, respondeu:

“sem grandes problemas, uma vez que contávamos com pessoas de larga experiência na matéria. A estratégia foi muito simples, a CUF era uma coisa enorme e complexa e, como no tempo dos Mello, o Vístulo de Abreu era o administrador delegado da empresa, e aliás muito bom, nós propusemos que fizesse parte da administração. Assim, ele passou a presidente da Comissão Administrativa e com isso ganhámos muito. Especialmente porque tinha um grande ascendente sobre todos os quadros e chefes de divisão da CUF. Na altura do 25 de Abril, Eduardo Catroga não era administrador da empresa

[24] *Idem*, pp. 282-283.

[25] E muito menos no período entre Setembro de 1974 e Fevereiro de 1975, como é afirmado. *Idem*, p. 496.

[26] “Encontro de Intercomissões”, comunicado da Intercomissões, Lisboa, 17 de Maio de 1975. As citações seguintes foram retiradas deste documento.

mas sim director financeiro e a sua experiência foi-nos muito preciosa nesta nova administração dos trabalhadores”.

“Trabalhadores da CUF aprovam nacionalização e saneamento de administradores”, in Pedro Brinca, e Etelvina Baía (2002), *Memórias da Revolução no Distrito de Setúbal, 25 Anos Depois*. [Setúbal]: *Setúbal na Rede*, Vol. II, p. 51. Entrevista a Cardoso da Silva, membro da comissão de trabalhadores da CUF em 1975.

Se em Maio e Junho de 1975 era esta a realidade que se verificava em empresas com a dimensão e importância da Efacec/Inel (Sul), da Cambournac, ou da CUF, que agrupavam os trabalhadores com maior consciência política, nas centenas ou, mesmo, milhares de pequenas empresas em que então existiam situações de “controlo operário” a situação não seria muito diferente, procurando os trabalhadores alcançar objectivos essencialmente pragmáticos, como a manutenção dos seus postos de trabalho, a jornada das 40 horas, e a garantia da viabilidade da empresa, não manifestando quaisquer preocupações em exercer um “duplo poder”.

A crescente influência do PCP nas comissões de trabalhadores neutralizou também eventuais objectivos revolucionários que as mesmas pudessem acalentar e, como foi salientado, o controlo operário exercido por uma grande parte das comissões de trabalhadores, onde o nível de consciência política dos seus membros era baixo, era frequentemente encarado apenas como um exercício de autogestão, a fim de resolverem os problemas económicos e financeiros existentes e salvar a empresa, sem qualquer perspectiva revolucionária visando a tomada do poder.

O sistema de controlo operário pressupunha uma organização das comissões de trabalhadores, das uniões ou associações de camponeses, por concelhos, por regiões, por sectores inteiros – de actividade e ramo de indústria –, de forma a que essa organização de órgãos de vontade popular pudesse assumir-se como um poder paralelo ao poder de Estado. Um dos aspectos importantes da política do controlo operário é a de que é necessário unir tudo sob uma direcção única, num sistema único que possibilite aos trabalhadores, ao aplicarem o controlo operário, aperceberem-se rapidamente de que para defender esse seu sistema têm de conquistar o poder. O controlo operário apenas tem por missão permitir aos trabalhadores o exercício da fiscalização sobre tudo o que se passa nos locais de trabalho, nas empresas industriais, nas propriedades agrícolas e também nas Forças Armadas. Durante todo o período revolucionário, do 25 de Abril de 1974 ao 25 de Novembro de 1975, não só nunca se verificou esta situação de organização e centralização dos órgãos de vontade popular, com uma direcção única, capaz de criar uma verdadeira situação de dualidade de poder, como também nunca se resolveu a necessidade do seu armamento e a criação de um comité militar que traçasse um plano de acção para a conquista do poder. Todas as tentativas de criação de estruturas de coordenação nacional dos órgãos de vontade popular não passaram de uma fase muito embrionária, como demonstram os exemplos conhecidos dos CRTSM, do Comité de Luta de Setúbal, da Coordenadora das CTs da Metalomecânica, do Secretariado Provisório das CT da Cintura Industrial de Lisboa (coordenado pelo PCP), ou da Coordenadora das Comissões de Trabalhadores. E, no caso de Setúbal, “durante este período [1974-1975] não conhecemos qualquer

iniciativa com algum significado por parte das Comissões de Trabalhadores, no sentido de criar uma estrutura de coordenação autónoma destes órgãos (...)”²⁷. Para além do mais, o importante sector do campesinato – nomeadamente os assalariados rurais do Sul do País – encontravam-se quase inteiramente sob a influência política do PCP, que prosseguia uma outra orientação para a evolução do processo revolucionário.

3.14.10 As ocupações de casas e o controlo operário na origem do 11 de Março

Embora ainda hoje não sejam inteiramente claras as razões que levaram Spínola a desencadear o golpe de 11 de Março, é difícil imaginar – mas, pelos vistos, é possível – que este tenha resultado de “*uma reacção atabalhoada dos banqueiros e donos dos principais grupos económicos à onda de ocupações de casas e ao crescimento do controlo operário*”²⁸. Esta interpretação, que consideramos inteiramente errada (e fantasiosa), sobrestima as experiências de controlo operário então existentes – o controlo operário desenvolveu-se fundamentalmente a partir de Maio de 1975 como já foi salientado e é reconhecido²⁹ –, as quais, no entanto, eram ainda em número diminuto e limitadas a algumas grandes empresas das cinturas industriais de Lisboa, Porto e, também, de Setúbal. Para além disso, embora a crise económica já estivesse instalada não se assistia a uma situação de bancarrota generalizada do sistema económico, com o Governo inteiramente paralisado, passando o controlo operário a constituir uma forma de poder paralelo. Aquela interpretação ilude também a causa e a natureza abertamente política e militar do golpe do 11 de Março substituindo-as por condições que ainda registavam um peso e importância diminutos – a onda de ocupações de casas e o crescimento do controlo operário. Só com uma grande imaginação se poderá afirmar que, reagindo à onda de ocupação de casas e a um ainda titubeante controlo operário, os banqueiros e os donos dos grupos económicos tivessem pressionado Spínola a avançar no 11 de Março. Na realidade, as preocupações daqueles tinham motivações de outra índole, decorrendo essencialmente da contínua alteração da correlação de forças lhes ser cada vez mais desfavorável, em virtude da aprovação de um conjunto de medidas às quais se tinham oposto, sem sucesso. Entre estas, conta-se a questão da institucionalização do MFA, discutida durante Janeiro e Fevereiro e aprovada pelo Conselho dos Vinte em 8 de Março, não obstante a oposição dos militares spinolistas. Aliás, estes há muito que se movimentavam, tendo em Janeiro desencadeado uma campanha contra a Comissão Coordenadora do Programa do MFA, nomeadamente por causa da sua posição favorável à unicidade sindical; em Fevereiro, bateram-se ingloriamente nas assembleias do MFA contra a sua institucionalização, que não só foi aprovada como no futuro Pacto MFA-Partidos ficou explícito que o Presidente da República necessitaria de ter o aval do MFA, o que excluiria uma eventual futura candidatura de Spínola. O facto de durante a primeira semana de Março as eleições para os Conselhos de Armas terem sido favoráveis aos spinolistas levou-os a considerar que estavam reunidas as condições para intervir, a fim de alterarem a situação a seu favor e tentarem recuperar o poder perdido no 28 de Setembro. Por conseguinte, são estas e não outras as principais motivações do golpe do 11 de Março.

[27] Albérico Afonso Costa (2017), *Setúbal Cidade Vermelha. Sem perguntar ao Estado qual o caminho a tomar (1974-1975)*. Setúbal: Estuário, p. 104.

[28] Raquel Varela (2014), *Op. cit.*, p. 124.

[29] “*Abre-se uma luta política dentro das empresas, sobretudo a partir de Maio de 1975, entre os que se organizam no sentido de exercer o controlo operário (...) com vista a ‘tomar o poder pelos trabalhadores’*”. Cf. Raquel Varela (2014), *Op. cit.*, p. 285. Importa salientar que estas experiências de controlo operário não eram ainda expressamente realizadas “*com vista à tomada do poder*”, objectivo que só começou a ser formulado, e apenas por alguns sectores, a partir de Setembro de 1975.

3.14.11 A “revolução”, o “controle operário” e a “burguesia” disputam a autoria das nacionalizações

É também errado considerar que as nacionalizações tivessem decorrido exclusivamente das movimentações dos trabalhadores e que com o 11 de Março a dualidade de poderes tenha dado “um salto”³⁰, uma vez que “organizava-se crescentemente”³¹, ou ainda que as nacionalizações tenham sido impostas “para evitar o desenvolvimento do controle operário que introduzia uma situação de dualidade de poderes [que] levou à ruptura da coligação PS-PCP (...)”³². Uma coisa é a declaração de que as nacionalizações constituíam um objectivo a alcançar, como por exemplo se verificou nas conclusões da I Conferência Nacional Unitária de Trabalhadores promovida pelo PCP, outra é a possibilidade real de se concretizar esse objectivo, por maior que fosse a pressão do movimento operário e popular, ou de qualquer força política, sobre quem possuía os mecanismos para o decretar. Embora as nacionalizações constassem no Programa do PCP, este partido estava consciente de que ainda não existiam condições para poder impor a sua concretização, o que não significava que não as defendesse e as pudesse vir a decretar caso as condições políticas se alterassem, como se veio a verificar. Deste modo é incorrecto afirmar que “é a revolução que coloca as nacionalizações no centro da história de Portugal a partir de 1975 e não qualquer estratégia partidária comunista de tomada do poder. Nem o PCP, nem o PS, nem o MFA fizeram das nacionalizações uma estratégia no biénio 1974/75”³³. Não levando aqui em consideração a questão essencial de se saber quem dirigia essa “revolução”, assim como a pertinência em se englobar o PS³⁴ – que já estava praticamente fora do processo desde o episódio da unicidade sindical – importa salientar que o PCP vinha conquistado nesta fase uma influência determinante no Governo e no MFA, nomeadamente no Conselho da Revolução, e que era na realidade aquele partido quem dispunha de uma estratégia que contemplava claramente as nacionalizações. Contudo, na mesma obra, é apresentada uma outra autoria para as nacionalizações:

“as nacionalizações foram realizadas sob o impacto de uma crise generalizada de acumulação mundial e, de certa forma, a metodologia com que foram feitas – sem controle operário – sugere que a burguesia portuguesa lançou mão das nacionalizações para salvar os dedos, uma vez perdidos os anéis”. Raquel Varela (2011), Op. cit., pp. 213-214, e Raquel Varela (2014), Op. cit., p. 293.

Em que ficamos? Foi “a revolução”, “o controle operário” ou foi “a burguesia” quem realizou as nacionalizações? É também surpreendente – e falsa – a afirmação de que “o PCP não tem uma estratégia de nacionalizações, nem um programa elaborado sobre elas” e que, somente apoiará “as nacionalizações a partir de Março de 1975”³⁵. Se havia força política em Portugal que tinha produção teórica, objectivo definido e estratégia para as nacionalizações era precisamente o PCP. Em reforço daquela afirmação evoca-se o facto de a Plataforma de Emergência não referir as nacionalizações prevendo apenas o “controle pelo Estado da actividade da banca

[30] A “greve dos liceus de Fevereiro” é um dos exemplos que é apontado com tendo tido grande relevância na ampliação do processo de dualidade de poderes nas escolas. Cf. Raquel Varela (2014), Op. cit., p. 273. Numa outra passagem, é afirmado que “os liceus estão em ebulição, num processo que vinha desde os anos 60”. Cf. Raquel Varela (2014), Op. cit., p. 311. Os liceus não estavam todos “em ebulição”, como a frase dá a entender, e também não faz qualquer sentido estabelecer um elo de ligação com os anos 60, uma época em que o movimento estudantil liceal era muito limitado, e sem se levar em consideração de que então se vivia sob um regime fascista.

[31] Raquel Varela (2011), Op. cit., p. 148.

[32] Raquel Varela (2014), Op. cit., p. 273. Já anteriormente a autora afirmara que em Maio de 1975 “o PS desloca-se da aliança com o PCP em direcção a um amplo bloco social com a direita”, Cf. Raquel Varela (2011), Op. cit., p. 370. O PS é sistematicamente apresentando como tendo formalizado uma aliança ou coligação com o PCP, a qual na realidade nunca existiu. Para além disso, desde o início de Janeiro de 1975 que o relacionamento entre os dois partidos era pautado por um crescente antagonismo, como o demonstram os ataques do PS ao PCP por causa da unicidade sindical. É surpreendente a insistência de que essa aliança existia, o que para além de um erro crasso é uma fantasia.

[33] Raquel Varela (2011), Op. cit., p. 210.

[34] Insiste-se, novamente, na existência de uma pretensa aliança ou coligação entre o PS e o PCP, que nunca ocorreu.

[35] Ambas as citações em Raquel Varela (2011), Op. cit., p. 215.

privada e intervenção do Governo sempre que essa actividade não corresponda à defesa dos interesses da comunidade nacional”³⁶. Em primeiro lugar, a Plataforma de Emergência não era um documento autónomo, nem o “programa que inicialmente o PCP definiu como orientador para o período revolucionário”³⁷, constituindo apenas um dos pontos da “Proclamação do Congresso Extraordinário do PCP”, o que lhe retira importância em termos programáticos, tanto mais que um novo Programa do PCP foi aprovado naquele Congresso. Em segundo lugar, esta *Plataforma de Emergência* foi apresentada em Outubro de 1974 e, portanto, num momento em que não havia ainda condições para o PCP colocar as nacionalizações como objectivo imediato. Contudo, basta consultar os documentos do VII Congresso mais pormenorizadamente³⁸, para se encontrar a questão das nacionalizações definida claramente como um objectivo estratégico a alcançar a curto prazo. E no que respeitava à Reforma Agrária, desde Fevereiro de 1975 que esta se encontrava na “ordem do dia”³⁹.

De facto, e contrariando uma vez mais a afirmação da autora, no Programa do PCP aprovado no VII Congresso afirmava-se com toda a clareza a necessidade da “nacionalização dos bancos, das companhias de seguros, dos transportes ferroviários, aéreos e marítimos, do telégrafo e dos telefones, das minas, da produção e transporte de electricidade e outros sectores da indústria pertencentes aos grupos monopolistas”⁴⁰. Finalmente, é necessário entender porque é que o PCP apoiou o “programa Melo Antunes, que não previa nacionalizações”⁴¹ e que só “pela força das circunstâncias foram obrigados a defender as nacionalizações”⁴², tal como os outros partidos do Governo Provisório. Uma vez mais tem de se compreender a dinâmica do processo revolucionário, a evolução da correlação de forças, o pragmatismo e a tática do PCP e também, neste caso, o facto desse apoio ter sido dado no quadro de uma medida de um Governo no qual aquele partido participava, mas de modo algum controlava. E se a 21 de Fevereiro o PCP apoiava o Plano Melo Antunes, bastou uma alteração da correlação de forças (11 de Março) para as nacionalizações passarem a assumir uma importância primordial nos objectivos daquele partido. Como salientou o então 1.º Ministro,

“sabíamos que mais dia menos dia haveria uma tentativa de golpe militar contra-revolucionário. Concretizou-se a 11 de Março, à antiga portuguesa... (...) Estavam finalmente criadas as condições subjectivas para a nacionalização da Banca e dos Seguros. Era um passo essencial para salvar a economia nacional, interligado com a Reforma Agrária e com a nacionalização de sectores básicos, como a energia, as telecomunicações, os cimentos”. Vasco Gonçalves (1999), “Ideais de Abril apontam para o futuro”, *O Militante*, Lisboa, n.º 239, p. 32.

3.14.12 A dualidade de poderes nos quartéis “em crescimento”

Todas as forças políticas se envolveram na preparação das eleições para a Assembleia Constituinte de 25 de Abril de 1975, com excepção da LUAR e do PRP-BR, tendo este

[36] “Uma Plataforma de emergência”, in Partido Comunista Português (Org.), *VII Congresso (Extraordinário): intervenções, saudações, documentos*. Lisboa: Edições *Avante!*, 1974, p. 293.

[37] *Idem, Ibidem*.

[38] Por exemplo, na abertura do VII Congresso, em 20 de Outubro de 1974, afirmava Álvaro Cunhal: “Se um regime de liberdade e democracia quer sobreviver e desenvolver-se, tem que limitar e liquidar, finalmente, o poder económico dos monopólios e latifundiários, fazer intervir cada vez mais o Estado na economia sem prejuízo da iniciativa privada não monopolista, proceder à nacionalização de sectores-chave da economia e entregar aos camponeses grandes latifúndios”. Cf. Álvaro Cunhal, “A situação política e as tarefas do Partido no momento actual”, in Partido Comunista Português (Org.), *Op. cit.*, p. 30 (sublinhado nosso). Deste modo, ao contrário do que é afirmado, a *Plataforma de Emergência* não veio de modo algum substituir o *Rumo à Vitória*, sob o pretexto de que aquela recuava “em questões centrais como a reforma agrária (...)”, embora na página seguinte se afirme que “o partido irá de novo recuperar o programa de Rumo à Vitória e fixará, a partir de Dezembro de 1974 (...) a política no controlo dos monopólios e latifúndios pelo Estado (...)”. Cf. Raquel Varela (2011), *Op. cit.*, pp. 367-368. Pelos vistos, o PCP “suspendeu” o programa do *Rumo à Vitória* apenas durante 41 dias.

[39] “A Reforma Agrária está na ordem do dia, afirmou Álvaro Cunhal no Porto”, *Avante!*, Série VII, n.º 42, 20 de Fevereiro de 1975, p. 7.

[40] “Programa do PCP. Aprovado no VII Congresso (Extraordinário) realizado em 20/10/74”, in Partido Comunista Português (Org.), *Op. cit.*, p. 321.

publicado em Março o manifesto “Não às Eleições, sim à Revolução Socialista”⁴³, no qual defendia que a revolução estava na ordem do dia e aconselhava o voto em branco⁴⁴, passando a organizar, em meados do mês seguinte, os Conselhos Revolucionários dos Trabalhadores (CRT), apresentados como a “*vanguarda revolucionária da luta de classes*”⁴⁵, os quais passaram a Conselhos Revolucionários de Trabalhadores Soldados e Marinheiros (CRTSM) em 11 de Junho de 1975. Com a criação dos CRTSM o objectivo do PRP-BR era que estes viessem a constituir organismos de duplo poder dos trabalhadores, nos seus locais de trabalho, nos bairros e nos quartéis, devendo “*ter meios defensivos e ofensivos, incluindo as armas afim [sic] de que se possam responder eficazmente aos ataques da burguesia e consolidar efectivamente o poder do proletariado*”⁴⁶. Os CRTSM realizaram o seu 1.º Congresso (de constituição) em 19-20 de Abril de 1975, em Lisboa, no qual afirmaram terem estado presentes 165 empresas e 26 unidades militares⁴⁷, o que traduziria “*a implantação militar desta iniciativa, reflectindo a simpatia despertada pelo PRP-BR entre alguns jovens militares, entre os quais Otelo Saraiva de Carvalho*”⁴⁸. Na realidade, como qualquer análise crítica das fontes detectaria com facilidade, a anunciada participação de representantes de tantas empresas (entre as quais a Lisnave, Setenave e Siderurgia Nacional) e unidades militares, não correspondia a uma real implantação do PRP-BR nas mesmas, e muito menos traduzia a sua capacidade para influenciar e dirigir os respectivos trabalhadores e militares. De todos os agrupamentos deste sector da extrema-esquerda, o PRP-BR era dos que menos implantação registava – embora, em Setúbal, tivesse talvez o maior número de aderentes –, dispondo, em contrapartida de uma considerável influência sobre alguns oficiais do MFA, entre os quais o próprio Otelo. Uma das debilidades da análise da autora tem a ver precisamente com a quase completa omissão do papel desempenhado no processo revolucionário pelo PRP-BR, MES, LCI, FSP, LUAR, MRPP, PCP (m-l) e as organizações da denominada “*corrente marxista-leninista*”⁴⁹, presentes nas comissões de trabalhadores, de moradores, nos quartéis, por vezes com uma influência decisiva, assim como o seu relacionamento com o PCP e os outros partidos ao longo de todo o processo.

A partir de meados de Maio de 1975 assistiu-se a uma radicalização das movimentações operárias e populares, apoiada por grande parte da extrema-esquerda, na qual se inseriram as manifestações de comissões de moradores contra a “*lei das ocupações*”, a ocupação do *República*, até então porta-voz do PS, e da Rádio Renascença, a emissora da Igreja Católica, pelos respectivos trabalhadores. Uma boa parte da extrema-esquerda colocava abertamente a alternativa “*fascismo ou revolução*”, como o MES, que em finais de Maio apontara a necessidade de se “*organizar o poder popular, marginalizar os partidos burgueses, criar o exército popular (...)* para seguir em frente pela revolução socialista”⁵⁰, e o PRP-BR o qual declarara que “*ou caminhamos resolutamente na construção do socialismo ou caminhamos para uma derrota que será fatal para os próprios trabalhadores*”⁵¹, enquanto que Álvaro Cunhal afirmava que “*a dinâmica revolucionária não coincide com a dinâmica eleitoralista*”⁵². O sector militar começou também a definir posições, com o COPCON a assumir-se a favor da radicalização do processo revolucionário, entregando

[41] Raquel Varela (2011), *Op. cit.*, p. 219.

[42] *Idem*, p. 220.

[43] Comissão Central do PRP – Brigadas Revolucionárias, “Não às Eleições, sim à Revolução Socialista”, 10 de Março de 1975.

[44] PRP – Brigadas Revolucionárias, “Voto em branco. Vota Conselhos Revolucionários pela Revolução Socialista”, Lisboa, 22 de Abril de 1975.

[45] Secretariado Provisório Pró-Conselhos Revolucionários, *Manifesto ao Proletariado*. [Lisboa]: Conselhos Revolucionários dos Trabalhadores, 1975, p. 5.

[46] *Idem, Ibidem*, p. 4.

[47] Na obra em análise são apontadas “*161 empresas e 21 unidades militares*”. Cf. Raquel Varela (2011), *Op. cit.*, p. 302. Contudo, no 2.º Congresso dos CRTSM, realizado em 9-10 Agosto de 1975 em Lisboa, que aprovou o seu “Programa para um Governo Revolucionário de Transição”, não foram divulgados quaisquer números sobre a participação de representantes de empresas ou de unidades militares.

[48] Raquel Varela (2011), *Op. cit.*, p. 303, citando um trabalho inédito de Miguel Pérez sobre os CRTSM. Sendo novo, Otelo tinha quase 39 anos, não era propriamente um “*jovem militar*”.

[49] Que na rigorosa e clara definição da autora, constituía “*uma combinação desigual de revolução cultural chinesa e Woodstock, abnegação e até algum fanatismo militante e libertação das amarras do conservadorismo e da exploração fordista*”. Cf. Raquel Varela (2014), *Op. cit.*, p. 67.

[50] Cf. “Processo revolucionário impõe marginalização dos partidos burgueses”, *Esquerda Socialista*, Lisboa, n.º 29, 14 de Maio de 1975, p. 1.

ao Conselho da Revolução, a 27 de Maio, o “Documento dos Operacionais do COPCON”, aprovado numa reunião entre os comandantes e delegados do MFA das unidades da região de Lisboa, o qual constituía um autêntico programa da tomada do poder a curto prazo. Contudo, por maiores que fossem as contradições do IV Governo e as dificuldades daí decorrentes, assim como a agitação no interior das Forças Armadas, tal não se traduzia na criação de uma situação de dualidade de poderes nos quartéis, como é afirmado, embora sem a apresentação de qualquer exemplo que o possa comprovar: “os processos de dualidade de poderes nos quartéis crescem com a crise de Estado que foi acentuada com um IV Governo em crise (...)”⁵³. Seguiu-se, a 19 de Junho, o Plano de Acção Política do MFA, uma solução de compromisso em cuja redacção participaram Vasco Lourenço, Melo Antunes e Rosa Coutinho, que apresentava o MFA como “movimento de libertação do povo português, suprapartidário”, para realizar a “construção de uma sociedade socialista”, apontando a via do “pluralismo socialista” e do “pluralismo partidário”, o qual foi rejeitado pela UDP e PRP-BR mas apoiado pelo PCP (m-l). Na extrema-esquerda m-l começaram também a clarificar-se as divergências, nomeadamente entre a ORPC (m-l) e a OCMLP, em torno da atitude para com o PCP e o “social-imperialismo”, assim como no seio do MRPP, com a disputa entre a “linha vermelha” de Arnaldo Matos e a “linha negra” atribuída a Saldanha Sanches, que acabará por conduzir à expulsão deste último em Outubro, assumindo todos a rejeição do PCP (m-l), que chegou a ver boicotado um comício que pretendia organizar no Porto a fim de relatar uma sua recente visita à China. A 8 de Julho, a Assembleia do MFA aprovou o “Documento Guia do Projecto Povo-MFA”⁵⁴, que suscitou o apoio do MES, LUAR, PRP-BR, UDP e do PCP, que então o classificou como a “concretização orgânica da aliança Povo-MFA”⁵⁵. Em Lisboa e no Porto uma parte da extrema-esquerda organizou manifestações pelo “poder popular”, contando a da capital, pela primeira vez, com a participação de centenas de militares fardados e equipados com blindados, entre eles o major Dinis de Almeida, previamente autorizados por Otelo.

3.14.13 Julho de 1975: PCP adopta uma “política bonapartista” e continua a “opor-se às greves”

A 13 de Julho, com o assalto e destruição das sedes do PCP e da FSP em Rio Maior, teve início a violenta escalada bombista e de destruição de sedes do PCP e de alguns partidos da extrema-esquerda, por parte dos grupos fascistas ELP e MDLP. Por seu turno, a 19 de Julho, o PS organizou no Porto (Estádio das Antas) e em Lisboa (Fonte Luminosa) dois grandes comícios nos quais contestou violentamente Vasco Gonçalves, ameaçando que poderia paralisar o País. Estas duas iniciativas constituíram a primeira manifestação do novo campo político-militar, integrando o PS e o ainda não formalizado “Grupo dos Nove”, que se irá opor ao prosseguimento do processo revolucionário em curso. É, por conseguinte, inconcebível considerar que

“nessa manifestação, ou nessa mobilização, estava a força da contra revolução, duplamente espelhada na política do PS e do PC” ou “o resultado da política de contenção social que o PCP tinha vindo a

[51] Ver também, “Fascismo ou revolução”, *Revolução*, Lisboa, n.º 49, 26 de Setembro de 1975, pp. 4-5 e 14.

[52] Cf. “As primeiras eleições no Portugal de Abril”, *O Militante*, Lisboa, n.º 336, Maio/Junho de 2015, p. 2.

[53] Raquel Varela (2014), *Op. cit.*, p. 264.

[54] Numa página com um texto particularmente confuso, onde são incorrectamente misturados acontecimentos de diferentes períodos do processo revolucionário, para além de alguns erros, como apontar a data de Abril de 1975 para a aprovação da unicidade sindical, é afirmado que com este documento se “tentou, em vão, impor a tutela do MFA sobre o movimento operário organizado”, colocando-se assim, erradamente, o sector da extrema-esquerda que apoiou o documento a subscrever esta posição. Cf. Raquel Varela (2014), *Op. cit.*, p. 121.

[55] “Nota sobre a assembleia do MFA de 8 de Julho”, in Partido Comunista Português, *Documentos do CC do PCP, Julho/Dezembro de 1975*. Lisboa: Edições Avante!, 1976, p. 25.

levar a cabo desde 1974 e que se espelhou na oposição sistemática às greves, na contenção salarial, na lei da greve, na unicidade sindical e na ‘batalha da produção’, uma política de traços bonapartistas que tentou estender-se também aos meios de comunicação social e às Forças Armadas, em particular na 5.ª Divisão”. Ambas as citações em Raquel Varela (2011), *Op. cit.*, p. 275.

Se é aceitável, ainda que a análise seja demasiado simplista, ver a “força da contra-revolução” nesse comício da Fonte Luminosa, já o mesmo não se pode dizer que aquela estava “duplamente espelhada na política do PS e do PC”. A ser assim, o PCP garantiria um incompreensível apoio à actuação que o PS tinha desencadeado precisamente para o combater, uma interpretação contraditória e que facilmente se depreende nada ter a ver com a realidade. E, uma vez mais, não é correcto generalizar a posição do PCP face às greves, à contenção salarial, etc, ao longo de todo o processo revolucionário, pois como é reconhecido noutra passagem – mas, como habitual, não levado em consideração –, essa tática “foi ultrapassada em Maio de 1975”⁵⁶, ainda que na realidade tivesse sido muito antes, pois desde Outubro de 1974 que o PCP deixara praticamente de condenar as greves, passando a apoiá-las na medida dos seus interesses. Por esta razão, é inteiramente incorrecto afirmar que neste período a política do PCP se “espelhou na oposição sistemática às greves”. Um último pormenor: a influência do PCP não “tentou estender-se aos meios de comunicação social”, mas exerceu-se efectiva e abertamente através de um total controle dos principais órgãos de comunicação então existentes.

[56] *Idem*, p. 248. Persistindo no erro, numa outra obra é afirmado, referindo-se ao período após o 11 de Março, que “muitas destas greves tiveram a oposição sistemática do Partido Comunista Português”. Cf. Raquel Varela (2014), *Op. cit.*, p. 120.

[57] Raquel Varela (2014), *Op. cit.*, p. 399.

[58] “PCP orientou esquerda militar”, *Diário de Notícias*, Lisboa, 26 de Novembro de 1995. Entrevista de José Manuel Barroso a Raimundo Narciso a propósito do 20.º aniversário de 25 de Novembro.

3.14.14 Quando a extrema-esquerda “rompeu definitivamente com o PCP”

A 7 de Agosto será divulgado o “Documento dos Nove”, em oposição às teses do “Documento Guia do Projecto Povo-MFA”, o qual oficializava a divisão existente no MFA entre os “moderados” liderados por Melo Antunes, o “Grupo Gonçalvista”, alinhado com o PCP e o “Grupo Radical” afecto a Otelo e apoiado por uma parte da extrema-esquerda. A constatação desta divisão, que a partir de agora criava um sério obstáculo à dinâmica da Aliança Povo-MFA, explica a cautelosa posição de Álvaro Cunhal na reunião do Comité Central do PCP em Alhandra, a 10 de Agosto, com a qual procurava preservar a independência estratégica do partido e, acima de tudo, evitar o seu isolamento, nem que para tal tivesse de forjar posições de sintonia com o Grupo dos Nove e “sacrificar” o recém-constituído V Governo, para grande estupefacção do “companheiro Vasco”. Por conseguinte, não tem nada a ver com a realidade a afirmação de que “ao deixar cair o V Governo, a extrema-esquerda rompe definitivamente com o PCP, olha para os quartéis agora sem a rede de um MFA estável e inicia-se uma situação incontrolável”⁵⁷, pois a sobrevivência do V Governo nunca dependeu de um pretenso apoio da extrema-esquerda. Como salientou Raimundo Narciso, o responsável pelo sector militar do partido, “o PCP reconhece (...) a urgente necessidade de lutar pela unidade do MFA e de evitar a radicalização da luta que isole o PCP. É esse o resultado do debate havido na reunião do Comité Central em Alhandra, a 10 de Agosto (...)”⁵⁸. O PCP estava também na expectativa, tanto mais que a partir de Agosto se registaram pressões dos líderes ocidentais sobre Brejnev durante a Conferência de Helsínquia e fora então

abertamente assumido o envolvimento americano no PREC, com Kissinger a abandonar a sua postura de que Portugal era um caso perdido e que funcionaria como uma vacina para a Espanha e a Grécia. Esta anterior posição do Secretário de Estado norte-americano não foi na altura compreendida no seu pleno significado, o qual consistia na aquiescência por parte dos EUA de que num país da Europa Ocidental um partido pró-soviético pudesse chegar ao poder, anulando, na prática, o princípio da divisão de zonas de influência entre os EUA e a URSS definido em Yalta. Também Cunhal tinha afirmado, aquando da Conferência dos Partidos Comunistas dos Países Capitalistas da Europa, realizada em Bruxelas em Janeiro de 1974, que a coexistência pacífica nada tinha a ver “*com qualquer pretensão reconhecimento do status quo social e político no mundo, ou seja, com um acordo ou um consenso segundo o qual não seriam de admitir, nem contra-revoluções a Leste, nem revoluções a Oeste. A coexistência pacífica não entrava a nossa luta revolucionária*”⁵⁹.

O PCP apoiaria uma parte da extrema-esquerda, com a sua capacidade organizativa e influência nos sindicatos e no movimento operário e popular, para que aquela fosse o mais longe possível, recolhendo os respectivos frutos em caso de vitória, mas retirar-se-ia se as coisas corressem mal. No processo revolucionário, o PCP era a única força política com capacidade para enquadrar o movimento de massas e uma parte da extrema-esquerda colocou-se objectivamente ao serviço da sua estratégia, como aliás é reconhecido, embora englobando incorrectamente (e uma vez mais) o PS, que então já não tinha nada a ver com o assunto: “*as direcções à esquerda do PCP (...) nunca conseguiram ter uma política independente ou do PS ou do PCP (...)*”⁶⁰. A constituição da Frente Unitária Popular (FUP) a 25 de Agosto, numa reunião no Centro de Sociologia Militar, com o PCP, a FSP, o MDP/CDE, a LCI, a LUAR, o MES, o PRP-BR e o jornal *1.º de Maio*, marcou o início da aplicação daquela tática, não sem hesitações por parte do PCP, que não pretendia comprometer-se excessivamente com a iniciativa. Acalentava, no entanto, que esta pudesse contribuir para a reconstituição da unidade do sector militar, proporcionando assim uma segunda oportunidade à Aliança Povo-MFA. Contudo, muito rapidamente constatou tal não ser possível, o que explica o seu abandono da FUP três dias após a sua criação – embora tivesse deixado lá ficar o MDP/CDE –, a qual passou então a denominar-se Frente de Unidade Revolucionária (FUR). Como salientou Raimundo Narciso, um dos participantes na reunião da constituição da FUP,

“na altura o PCP participou na FUP na expectativa, considerada pouco provável, de um apoio maior ou mais alargado do MFA. A reunião da formação revelou pelas presenças e pelas intervenções que o movimento não tinha sustentabilidade nem política nem social e predominavam posições completamente aventureiras e fantasistas”. “Post” de Raimundo Narciso, no blogue *Entre as Brumas da Memória*, de 27 de Agosto de 2007. URL: entreasbrumasdamemoria.blogspot.pt/2007/08/fur-agosto-de-1975.html.

A prudência do PCP explicava também as suas críticas ao “Documento do COPCON”, de 13 de Agosto – de resposta ao “Documento dos Nove” –, inspirado pelo PRP-BR, MES e UDP,

[59] Álvaro Cunhal (1974), “Intervenção na Conferência dos Partidos Comunistas dos Países Capitalistas da Europa”, in Álvaro Cunhal, *Obras Escolhidas, Tomo IV (1967-1974)*. Lisboa: Edições Avante!, 2013, p. 771. É muito significativo o comentário de Francisco Melo, coordenador e autor do prefácio e notas deste volume, ao referir que “Álvaro Cunhal menciona a acusação dos esquerdistas portugueses de que a coexistência pacífica, que o PCP perseguiu, era incompatível com a revolução. O presente texto de Álvaro Cunhal mostra bem quanto erravam o alvo”. *Idem*, p. 848, nota 485.

[60] Raquel Varela (2011), *Op. cit.*, p. 378.

e apoiado pela FSP, LCI e LUAR, que considerava “*uma verdadeira ofensiva conjugada de grupos esquerdistas e de certos grupos militares*”⁶¹. A precaução do PCP não evitou, contudo, que em menos de três semanas perdesse posições-chave no sector militar, o que representará um facto decisivo para a evolução do processo revolucionário em consequência na nova correlação de forças criada nesse sector, a qual se agravará em breve com a queda do V Governo e a consequente alteração da relação de forças a nível político e militar. Assim, a 25 de Agosto o “Grupo dos Nove” foi readmitido no Conselho da Revolução, no dia seguinte a 5.ª Divisão do EMGFA foi encerrada, a 2 de Setembro, na Assembleia Extraordinária do Exército em Tancos, Vasco Gonçalves não conseguiu impor-se como candidato a Chefe do EMGFA e três dias depois a Assembleia do MFA em Tancos apoiará o “Grupo dos Nove”, com os “Gonçalvistas” a perderem a maioria dos conselheiros que lhes eram afectos no Conselho da Revolução, incluindo Vasco Gonçalves; a 12 de Setembro, Vasco Gonçalves foi demitido do cargo de 1.º Ministro, e no dia seguinte Eurico Corvacho foi substituído por Pires Veloso no comando da Região Militar do Norte; finalmente, a 19 de Setembro tomou posse o VI Governo Provisório, um governo moderado, não obstante Pinheiro de Azevedo ter declarado no discurso de tomada de posse que “*como o senhor Presidente da República, também eu rejeito a social-democracia como objectivo final da Revolução*”⁶².

[61] Álvaro Cunhal (1976), *A Revolução Portuguesa: o passado e o futuro*. Lisboa: Edições Avante!, p. 349.

[62] “Também eu rejeito a social-democracia – afirmou o Primeiro-Ministro no acto de posse”, *Diário de Lisboa*, Lisboa, 20 de Setembro de 1975, p. 1.

[63] “Estou de passagem. Não tenho para onde ir”, *Ler*, Lisboa, n.º 134, Junho de 2014, p. 43. Entrevista de Ana Sousa Dias.

[64] “A saída dos pára-quedistas teve o aval do PCP”, *Público*, Lisboa, 21 de Novembro de 2000. Entrevista de Eduardo Dâmaso, Isabel Braga e São José Almeida a Raimundo Narciso.

3.14.15 O PCP opondo-se aos SUV – “*formas de dualidade de poderes nas Forças Armadas*”

Pondo em prática o seu objectivo de “fazer a revolução” a curto prazo, parte da extrema-esquerda desencadeou então uma série de iniciativas, apoiando-se no movimento operário e popular, que passaram pela constituição dos “Soldados Unidos Vencerão” (SUV) a 7 de Setembro, pela publicação do “Manifesto da FUR” no dia 10, propondo um “*programa de luta pela organização dos órgãos de Poder Popular, a dissolução da Assembleia Constituinte burguesa e a formação de um Governo Revolucionário do Proletariado*”, entre um vasto conjunto de medidas. Os SUV tinham sido criados no Porto por iniciativa da LCI, do MES, do PRP-BR e do PCP, conforme relata Ferreira Fernandes, então militante da LCI e seu principal impulsionador, ao afirmar que foram constituídos “*com camaradas de várias organizações de esquerda e de extrema-esquerda, que iam do PC até nós, foi assim que surgiram os SUV*”⁶³, no que é corroborado por Raimundo Narciso, o qual afirmou terem sido criados “*por militantes do PCP e outros partidos de esquerda, que apareceram como resposta ao saneamento pela hierarquia tradicional, recentemente reposta pela substituição do brigadeiro Corvacho pelo brigadeiro Pires Veloso, dos membros das Assembleias de Dinamização de Unidade*”⁶⁴. Raimundo Narciso foi ainda mais claro ao afirmar que os militantes do PCP estiveram nos SUV

“desde a primeira hora”, e que “desde o primeiro momento participa nos SUV (...) um soldado que é membro do Comité Central do PCP, Ernesto Afonso, do Porto. (...) O PCP nunca se comprometeu oficialmente com os SUV. Apoiou e organizou no terreno, mas nunca fez qualquer declaração oficial de apoio aos SUV. Internamente e pela organização militar demos todo o apoio. E o Cunhal num dos seus

comícios referiu que os SUV eram a prova de que havia pujança revolucionária”. “Entrevista a Raimundo Narciso”, in Isabel do Carmo (2017), *Luta Armada – As Brigadas Revolucionárias, a ARA e a LUAR contadas pelos próprios protagonistas. E os dias de fúria da Europa rebelde da segunda metade do século XX*. Alfragide: Publicações D. Quixote, pp. 236-237.

A massiva participação de militares do PCP nos SUV levou a que muito rapidamente passasse a controlá-los, como reconhece Ferreira Fernandes: “depois o PC tomou conta daquilo, instrumentalizou-nos e fomos postos de parte”⁶⁵. Na sua direcção, os SUV praticamente não integravam soldados – e, pelo que se conhece, os poucos que a integravam eram do PCP – mas sim oficiais milicianos, e também não podem ser considerados um exemplo de uma “dualidade de poderes” nas Forças Armadas, tal como são sistematicamente apresentados nos livros que temos vindo a criticar⁶⁶. Afirma-se, inclusivamente, que de Setembro a Novembro de 1975 existiu uma “situação de generalização da dualidade de poderes dentro dos quartéis”⁶⁷.

Os SUV não foram eleitos em assembleias de soldados, não representando, por conseguinte, a sua vontade, como se exigiria num processo revolucionário no qual a sua criação resultasse da consciência dos soldados em eleger os seus órgãos representativos – que pudessem exercer um poder duplo nas Forças Armadas –, com a garantia de livre ilegitimidade e revogabilidade. Nada disto se passou com a constituição dos SUV, que foram auto-nomeados, ou seja, criados artificialmente, como um grupo de pressão para acelerar o processo revolucionário em curso, integrando-se inicialmente na estratégia do sector da extrema-esquerda dirigido pela LCI-MES-PRP, mas cuja actuação passou a favorecer o PCP na sua tentativa de recuperar as posições perdidas no MFA, como demonstra o apoio declarado ao brigadeiro Corvacho ou a acção contra a dissolução do CICAP. É claro que o sector LCI-MES-PRP tentou ganhar influência no seio dos SUV, por exemplo com a edição de um boletim e a tomada de algumas posições “anti-reformistas”⁶⁸, mas em breve foi colocado de parte, quando o PCP “tomou conta daquilo”, com a resultante da actuação global dos SUV a inserir-se plenamente na estratégia definida por aquele partido para esta fase do processo revolucionário. Deste modo não tem qualquer correspondência com a realidade a afirmação de que “durante este período o PCP opor-se-á às formas de dualidade de poderes nas Forças Armadas”⁶⁹, ou seja, aos SUV, para cuja constituição tinha contribuído, nos quais participava e que a partir de determinada altura passou inteiramente a controlar.

A partir de então, multiplicaram-se as manifestações dos SUV e os comícios e manifestações da FUR, “contra o fascismo e a social-democracia”, também com a significativa participação do MDP/CDE, criando um clima político de grande agitação e instabilidade, onde não faltou o desvio, a 10 de Setembro, do Depósito Geral de Material de Guerra em Beirolas, de 10 000 metralhadoras G-3, pelo capitão Fernandes, oficial do COPCON, que as entregará ao PRP-BR, passando depois “à clandestinidade”. Otelo disse, na altura, que as armas estavam “em boas mãos”⁷⁰. No entanto, a extrema-esquerda encontrava-se profundamente dividida, com cada um dos seus diferentes sectores a escolher o seu campo, constatando-se uma sintonia entre os partidos

[65] *Ler*, Lisboa, n.º 134, Junho de 2014, p. 43.

[66] Em Setembro de 1975, “momento em que a crise do MFA leva a dualidade de poderes a entrar definitivamente nos ramos mais baixos das forças armadas, nos soldados”. Cf. Raquel Varela (2014), *Op. cit.*, p. 106, ou “quando se desmembra o MFA, uma parte dos seus membros fica com a direita, mas uma parte da esquerda militar, com posições em sectores-chave das forças armadas, tenderá a apoiar formas, muito embrionárias, de duplo poder (SUV, comissões de soldados) (...)”. Cf. Raquel Varela (2014), *Op. cit.*, 2014, p. 286. Seria imprescindível indicar os quartéis nos quais existiram essas “comissões de soldados”, exemplo de “duplo poder” nas Forças Armadas, mas é significativo que tal não tenha sido feito.

[67] Raquel Varela (2014), *Op. cit.*, p. 497.

[68] Por exemplo, o juramento de bandeira no RALIS em 21 de Novembro de 1975, organizado e dirigido por militantes do MES.

[69] Raquel Varela (2011), *Op. cit.*, p. 374.

[70] “Otelo considera que as armas roubadas ‘estão em boas mãos’”, *Diário Popular*, Lisboa, 26 de Setembro de 1975, p. 5.

da FUR e a UDP, enquanto o MRPP, OCMLP e PCP (m-l) se encontram no campo oposto, embora com substanciais diferenças entre si. O MRPP tinha iniciado uma frutuosa aliança sindical com o PS, que lhe permitiu a conquista dos sindicatos dos Jornalistas, Seguros, Bancários, Escritórios e Comércio, ao mesmo tempo que promovia manifestações sob o lema “*nem fascismo, nem social-fascismo, governo popular*”, não deixando Arnaldo Matos de sublinhar, no comício comemorativo do 5.º aniversário da fundação do MRPP, a 18 de Setembro, que “*a burguesia (...) não tem senão os dias contados. Eles estão próximos do fim. Nós estamos mais próximos da vitória*”⁷¹.

No campo oposto, o MES advertiu a UDP para o “*esforço de unidade revolucionária que representa a plataforma da FUR*”⁷², apelo que será escutado, passando a UDP a participar nas manifestações dos SUV, da FUR e das comissões de trabalhadores e moradores, “*pelo poder popular e contra o avanço da social-democracia e da direita*”, em Faro (28 de Setembro), em Lisboa e Porto (29 de Setembro), em Beja (1 de Outubro) que contou com o apoio do PCP, em Setúbal (7 de Outubro), organizada pela União dos Sindicatos, a qual contou também com a participação do PCP, em Faro e Coimbra (9 de Outubro), a primeira com o apoio do PCP, ou em Lisboa (23 de Outubro). A partir de agora as manifestações “*unitárias*”, da FUR, em defesa das nacionalizações, da reforma agrária e pelo avanço da revolução, realizavam-se quase diariamente; só no mês de Setembro: dia 18 (Lisboa), dia 19 (Lisboa), dia 26 (Lisboa, assalto ao consulado e embaixada de Espanha em protesto contra o assassinato de cinco anti-fascistas pelo governo de Franco), dia 27 (Lisboa, manifestação que terminou em Belém com os participantes a gritar pelo “*companheiro Vasco*”), dia 28 (Lisboa, Viana do Castelo, Vila Real, Aveiro, Évora e Beja), terminando o mês (29 de Setembro) com os dirigentes da FUR a incitar Otelo a tomar o poder, o que, no entanto, este recusou, “*por não o ambicionar e não ter cultura política*”, afirmando numa entrevista ao *Diário Popular* que “*se tivesse conhecimentos livrescos e estrutura política, podia ser um Fidel de Castro da Europa*”.

3.14.16 “*Estudos teóricos*” garantem que o PCP “*corria atrás dos factos*”

A situação política e militar estava cada vez mais instável, com a multiplicação de atentados bombistas e destruição de sedes do PCP e de parte da extrema-esquerda por comandos fascistas do ELP e do MDLP, enquanto prosseguiram as manifestações da FUR e dos SUV, com proclamações apelando à “*destruição do Exército burguês e à criação do braço-armado do Poder Popular dos trabalhadores: o Exército Popular Revolucionário*”⁷³ ou contra a “*escalada das forças de direita sobre o povo*” liderada pela “*coligação dos partidos burgueses*” do PPD e PS, e os “*fascistas do CDS e ELP*” (11 de Outubro). A 31 de Outubro, realizou-se um comício do MES em Lisboa sob o lema “*armar o poder popular*”⁷⁴ e a 8 de Novembro, um manifesto do PRP – as BR tinham “*passado à clandestinidade*” no mês anterior⁷⁵ – fazia apelo directo à revolução armada⁷⁶.

O cerco à Assembleia Constituinte, com o sequestro dos deputados e do 1.º Ministro no Palácio

[71] “O MRPP é o único partido que está em condições de levar a classe operária à vitória”, *Luta Popular, Separata* do n.º 95, Lisboa, 19 de Setembro de 1975, p. II.

[72] “Reforçar e armar o poder popular”, *Poder Popular*, Lisboa, n.º 9 (Nova Série), 18 de Setembro de 1975, p. 3.

[73] “Os pontos nos ii ... nada de confusões!”, *Soldados Unidos Vencerão*, 11 de Outubro de 1975.

[74] Desde Maio de 1975 que o *Esquerda Socialista* apresentava uma secção fixa, na última página, intitulada “Em frente pelo Exército Popular”, a qual permanecerá até ao 25 de Novembro na nova série do *Poder Popular*, que lhe sucedeu.

[75] “Face à lei do desarmamento as Brigadas Revolucionárias passam à clandestinidade”, *Revolução*, Lisboa, n.º 51, 30 de Outubro de 1975, p. 3.

[76] “Contra a guerra civil – a insurreição armada”, *Revolução*, Lisboa, n.º 53, 14 de Novembro de 1975, pp. 8-9 e 14.

de S. Bento, por uma gigantesca manifestação de operários da construção civil em greve, convocada pelo Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil e apoiada pelo PCP, Intersindical e a quase totalidade da extrema-esquerda, ocorrido a 12-13 de Outubro, era já a tradução do ambiente de pré-guerra civil que estava instalado no País. A 16 de Novembro realizou-se uma “manifestação unitária”, entre o Marquês de Pombal e o Terreiro do Paço, com a presença de 200 000 manifestantes, “contra o avanço das forças reaccionárias e de apoio ao Poder Popular”, convocada pelo Secretariado Provisório das Comissões de Trabalhadores da Cintura Industrial de Lisboa (SPCTCIL), coordenado por Jerónimo de Sousa e apoiada pelo PCP e a FUR, com a presença de delegações das UCP do Alentejo, que foi transmitida em directo pela RTP, tendo-lhe Otelo declarado o seu apoio. No dia 20 realizou-se outra manifestação em Belém, durante a tarde e a noite, contra o VI Governo, exigindo a formação de um governo “verdadeiramente revolucionário”, novamente convocada pelo SPCTCIL e apoiada pela Intersindical, PCP e FUR, onde foi lido o “Manifesto aos Soldados e Marinheiros, à Classe Operária e ao Povo Trabalhador” conhecido por “Manifesto de Oficiais Revolucionários”, o qual defendia o “poder popular” armado. A participação do PCP nesta vaga de manifestações, assim como da Intersindical e do SPCTCIL, revelava muito claramente que aquele partido não “*corria atrás dos factos*”⁷⁷. Esta afirmação, que sintetiza a interpretação que é dada ao papel do PCP nesta fase do processo revolucionário⁷⁸, traduz uma total incompreensão do papel desempenhado por este partido naquele processo, assim como da sua natureza política. A própria criação do SPCTCIL, que o PCP procurará alargar ao distrito de Setúbal, com vista à coordenação das comissões de trabalhadores, demonstra que ao contrário do que é sistematicamente afirmado, também durante este período aquele partido de forma alguma se opôs “à coordenação nacional das comissões de trabalhadores”⁷⁹. Não deixa, contudo, de ser curioso, e também esclarecedor das contradições e fragilidade desta interpretação, o reconhecimento de que apesar de “*correr atrás dos factos*”, o

“PCP conseguiu, em geral com muito sucesso, dar-lhes um enquadramento político de acordo com o seu programa” e que “o partido recolheu de facto a confiança da maioria dos sectores operários organizados para concretizar a sua política e cresceu e se consolidou como o maior partido político do País, que dirigia maioritariamente as classes trabalhadoras organizadas”. Ambas as citações em

Raquel Varela (2011), *Op. cit.*, p. 376.

Um sucesso surpreendente, para quem era um simples espectador dos acontecimentos, que apenas “*corria atrás dos factos*”. Na realidade, o PCP atravessou este período debatendo-se com a necessidade de, por um lado, apoiar o sector da extrema-esquerda que integrava o MES-PRP-LCI-FSP-LUAR para que este fosse tão longe quanto possível, e por outro, fazê-lo sem que tal colocasse em causa a possibilidade de vir a encetar acordos com o sector moderado do MFA, nomeadamente com o “Grupo dos Nove”, na tentativa de reconquistar a sua influência naquele Movimento, agora apresentado como “*movimento progressista e vanguarda revolucionária das Forças Armadas*”⁸⁰, substituindo definitivamente

[77] Raquel Varela (2011), *Op. cit.*, p. 376.

[78] Também plasmada na afirmação de que “*ao PCP não coube a iniciativa da revolução. O termo aliás é, de acordo com os estudos teóricos que serviram de base a este trabalho, um contra-senso, porque uma revolução é um processo de sujeitos sociais e não de sujeitos políticos*”.

Cf. Raquel Varela (2011), *Op. cit.*, p. 376. Por conseguinte, de acordo com os tais “*estudos teóricos*”, fica-se a saber da existência, numa revolução, de um antagonismo entre “*sujeitos sociais*” e “*sujeitos políticos*”.

[79] Raquel Varela (2011), *Op. cit.*, p. 374.

[80] Álvaro Cunhal (1975), “Discurso na sessão comemorativa da Revolução Socialista de Outubro, no Pavilhão dos Desportos, Lisboa, 7 de Novembro de 1975”, in Álvaro Cunhal, *Obras Escolhidas, Tomo V (1974-1975)*. Lisboa: *Edições Avante!*, 2014, p. 736.

a problemática Aliança Povo-MFA.

3.14.17 O 25 de Novembro e a problemática “tese do recuo”

Nesta fase, o sector da extrema-esquerda que integrava o MES-PRP-LCI-FSP-LUAR encarava a participação do PCP nas suas manifestações como a concretização do seu intento de que “face a uma situação objectiva de agudização da luta de classes, o PCP seria arrastado para posições revolucionárias”, não deixando, contudo, de o criticar quando, no seu entender, se desviava desse posicionamento. De facto, era claro o apoio que o PCP prestava à actuação deste sector da extrema-esquerda e à radicalização da situação política que este promovia, embora salvaguardando sempre a sua autonomia estratégica, que lhe permitisse uma demarcação do processo se tal fosse necessário, uma postura inteligente e pragmática que aquele sector se recusava obtusamente a compreender. É, precisamente, por essa atitude pragmática que, num comunicado conjunto do PRP e do MES, emitido a 21 de Novembro, o PCP foi criticado por ter usado a “espectacular” manifestação de 20 de Novembro⁸¹ “como carne para canhão nas negociações pela partilha do Poder” e “objectivos de bastidores”, pois “a direcção reformista mostrou ontem mais uma vez que não está disposta a um confronto violento com as forças de direita. Pelo contrário, está sempre disposta à conciliação”, numa política de “cedência (...) cozinhada à mesa das conversações, nas costas dos trabalhadores”⁸².

[81] Na convocatória desta manifestação, a FUR sublinhava que “é a altura de derrubarmos este Governo e avançarmos com decisão e sem perda de tempo para um Governo de Unidade Revolucionária que garanta as conquistas revolucionárias, que dê condições para o desenvolvimento do Poder Popular, que abra o caminho para o Socialismo”. Cf. “Trabalhadores”, Secretariado da FUR, Lisboa, 20 de Novembro de 1975.

[82] “Sobre a situação político-militar. Viva a Revolução Socialista!”, Comunicado conjunto do Secretariado Político do PRP e do Secretariado da Comissão Política do MES, 21 de Novembro de 1975.

[83] Cf. *Diário de Notícias*, Lisboa, 24 de Novembro de 1975, p. 4.

[84] “À classe operária, aos camponeses, aos soldados e marinheiros, a todo o povo trabalhador”, Secretariado Político do MES, Secretariado Político do PRP, 25 de Novembro de 1975. Ver também, “Chegou a hora de os trabalhadores afirmarem o seu poder!”, *Poder Popular*, n.º 19 (Nova Série), 25 de Dezembro de 1975, p. 1. O comunicado, aqui reproduzido, ocupava com grande destaque toda a primeira página do jornal, o qual publicava também uma espécie de programa mínimo para ser adoptado após a “revolução”: “O poder revolucionário de transição”, *Idem*, p. 3.

a direita tentar neutralizar uma parte importante da força militar que está ao serviço dos trabalhadores”. *Idem, Ibidem.*

A 23 de Novembro, os SUV declararam o seu apoio ao “Manifesto de Oficiais Revolucionários”, afirmando que “é hora de avançar com a Revolução Socialista”, e no dia seguinte organizaram uma enorme manifestação em Coimbra com o apoio do PCP. Na noite desse dia, 24 de Novembro, realizou-se uma reunião conjunta dos Secretariados do PRP e do MES – que desde 20 de Novembro tinham constituído uma “Direcção bicéfala” do processo –, para “apreciar a situação político-militar”, a qual contou “com a presença de oficiais revolucionários”, enquanto o Secretariado da FUR afirmava no Porto que “a única resposta possível [para a crise do VI Governo] é a da constituição de um Governo de unidade revolucionária”⁸³. No início da madrugada de 25 de Novembro, um comunicado conjunto da “Direcção bicéfala” PRP/MES declarava que “chegou a hora de os trabalhadores afirmarem o seu poder!”⁸⁴, considerando que

“a coberto das medidas reaccionárias do Poder, a coberto do espernear desesperado da social-democracia, a besta fascista entrou na última fase da sua acção golpista. Tirar o general Otelo da Região Militar de Lisboa”, que “é uma medida essencial para

A extrema-esquerda, ou melhor, um dos seus sectores que integrava o PRP, MES, LCI, FSP, LUAR e UDP e os sectores militares que lhes eram afectos, mordera o isco que lhe tinha sido preparado: a substituição de Otelo por Vasco Lourenço, com a conseqüente retirada do controle da mais importante Região Militar do País, para a obrigar a tomar, precipitadamente,

a iniciativa. Tal como ocorrera no 11 de Março, mas de sinal contrário. Uma “*provocação*” planeada pelo “Grupo dos Nove”, que já desde os finais de Setembro tinha pronto um plano de operações militares para controlar a situação político-militar no caso de surgir uma tentativa de golpe de Estado. Como afirmou Raimundo Narciso, “*o 25 de Novembro foi o momento em que a esquerda revolucionária, no plano militar, respondeu à última ‘provocação’ do campo oposto com uma parada demasiado alta e que com espanto e desespero, verificou a seguir não estar em situação de sustentar*”⁸⁵.

Assim, nessa madrugada de 25 de Novembro, tropas pára-quedistas de Tancos – cuja saída, tanto quanto se sabe, fora ordenada pelo COPCON e que, segundo Raimundo Narciso, teve o aval do PCP⁸⁶ – ocuparam as bases aéreas de Monte Real, Ota e Montijo, a Polícia Militar ocupou a Emissora Nacional, tendo a RTP sido ocupada pela EPAM. O plano gizado pelo “Grupo dos Nove” entrou em acção e, beneficiando do facto de Otelo se ter recusado a assumir a chefia das operações deixando o COPCON sem direcção, e do almirante Rosa Coutinho⁸⁷ não ter dado ordens aos fuzileiros para saírem, apesar do tenente Miguel Judas e Raimundo Narciso se terem deslocado a Vale de Zebro para os convencer a avançar, o golpe ficou sem comando, acabando por ser neutralizado com alguma facilidade. O PCP, sempre muito bem informado e com um pragmatismo que a extrema-esquerda não dispunha, após uma avaliação da correlação de forças decidiu retirar-se atempadamente, dando ordens de desmobilização aos seus militantes e negociando o seu futuro com Melo Antunes. Contudo, segundo Raimundo Narciso, o PCP preparara-se “*para tudo, inclusive para constituir grupos armados*” e já “*a uma hora avançada do dia 25 de Novembro*”, ele próprio se deslocou ao RALIS com a intenção de obter “*alguns milhares de armas*” que pudessem ser utilizadas “*se houvesse uma decisão política nesse sentido*”⁸⁸. Não houve; daí o recuo a fim de salvaguardar a sua organização e a continuação da sua participação na vida política do País. Não existem, contudo, fontes disponíveis que permitam afirmar que o PCP queria tomar o poder, não obstante ter criado,

“pelo 11 de Março talvez, (...) um organismo que nós chamávamos o Comité Militar, que era dirigido pelo Cunhal, em que estava o Jaime Serra, eu [Raimundo Narciso] e os dirigentes das organizações regionais correspondentes a cada uma das regiões militares. Estava pelo Porto o Ângelo Veloso, estava o Carlos Luís, pela Região Centro, e durante um certo período Diniz Miranda, pelo Sul”. Isabel do Carmo (2017), *Op. cit.*, p. 233.

No entanto, o principal problema não era tomar o poder, mas sim conservá-lo, evitando uma guerra civil⁸⁹, aspecto do qual o PCP estava consciente. Deste modo, o seu objectivo mais provável seria procurar recuperar as suas posições ao nível do Governo, dos órgãos de poder, das Forças Armadas e do Conselho da Revolução, fortalecê-las, e dar continuidade ao “processo revolucionário em curso”.

[85] *Diário de Notícias*, Lisboa, 26 de Novembro de 1995.

[86] *Público*, Lisboa, 21 de Novembro de 2000.

[87] Rosa Coutinho dirigia um grupo político-militar com ramificações nos vários sectores militares e estava em ligação com o PCP. Cf. J. Sánchez Cervelló (1993), *A Revolução Portuguesa e a sua Influência na Transição Espanhola: 1961-1976*. Lisboa: Assírio & Alvim, p. 239.

[88] *Público*, Lisboa, 21 de Novembro de 2000. Ver também, Isabel do Carmo (2017), *Op. cit.*, pp. 238-239.

[89] Estava preparada uma intervenção militar estrangeira, tendo James Callaghan, então ministro dos Negócios Estrangeiros da Grã-Bretanha, afirmado no seu livro de memórias que estabelecera planos “*de apoio efectivo*” às forças moderadas, caso se registasse uma “*tentativa de golpe comunista*”, o que mais tarde também Mário Soares confirmou.

É, por conseguinte, fantasioso afirmar que a iniciativa do frustrado golpe do 25 de Novembro não foi da responsabilidade de um sector da extrema-esquerda e que não contou com o apoio do PCP, até ao limite do sucesso do mesmo, de forma a não colocar em risco a sua sobrevivência política no caso de fracasso, como se veio a comprovar. Assim, a afirmação de que “*a esquerda acaba por se limitar a responder às acções da direita*”⁹⁰, ilude e deturpa quem efectivamente tomou a iniciativa do golpe, independentemente de já existir um plano de contragolpe preparado pelo “Grupo dos Nove” com o objectivo de o neutralizar. Os argumentos em defesa daquela afirmação são também de uma enorme fragilidade, ignorando os testemunhos dos próprios envolvidos nos acontecimentos e demonstrando, uma vez mais, uma total incompreensão da actuação do PCP e de parte da extrema-esquerda no processo revolucionário, da dinâmica e da constante evolução da correlação de forças, em suma, da complexidade do processo político e militar então ocorrido, como este extracto evidencia claramente:

“a ser verdade a tese do ‘recuo’, teríamos de concluir por direcção inoperante e estrategicamente desnorteada, que durante quatro meses mobiliza os militantes para uma solução política e opõe-se a uma solução militar (...) e, de repente, põe em execução essa solução militar. A tese do ‘recuo’ não tem fundamento porque pressupõe que o PCP preparou um golpe sem o preparar, ou seja, que o PCP apoiou um golpe de estado sem um comando operacional para o mesmo. E que, em pleno golpe, ainda no dia 25, sem nunca ter mandado a base militante avançar, recua, desmobilizando a Intersindical, porque teria temido o peso militar da direita, quando este era francamente, e segundo todos os estudos, muito inferior à força militar da esquerda. Finalmente, esta tese não procura sequer explicar por que teria o PCP tentado dar um golpe, sem preparação militar e política, para fazer aquilo que poderia ter feito com o V Governo, com muito menos resistência. (...) Sabemos, sem margem para dúvidas, que a direcção do PCP não pretendeu nessa data fazer ou dirigir um golpe de estado insurreccional”. Raquel Varela (2011), *Op. cit.*, pp. 344-345.

Não deixa, contudo, de ser esclarecedor sobre a coerência da argumentação utilizada que numa obra recente, apresentada como sendo de “*leitura imprescindível*”⁹¹, o autor adopte claramente a “*famijerada*” tese do “recuo”:

“a 25 de Novembro de 1975, deu-se o golpe, não orquestrado pelos EUA, mas por unidades militares de esquerda. (...) Esta incursão depressa foi derrotada e os soldados esquerdistas foram detidos por um contragolpe da direita. Embora apoiasse inicialmente os soldados da esquerda, o PCP depressa adoptou uma posição passiva e chegou ao ponto de difundir um panfleto a apelar aos trabalhadores para que permanecessem calmos”. William A. Pelz (2016), *Op. cit.*, p. 351.

Para além do que já foi anteriormente referido por Raimundo Narciso sobre o envolvimento do PCP nos acontecimentos, o mesmo explica muito clara e amarguradamente o que se passou naquela madrugada do 25 de Novembro:

“há um estado-maior da esquerda militar, ainda pouco consolidado, no SDCI⁹², que tem ramificações insuficientes no COPCON e está em contacto com os para-quedaistas. Corre o boato que a Força Aérea ia bombardear. Portanto isto é um pretexto melhor ou pior para os ‘páras’ saírem. É uma medida excessiva, porque não corresponde a uma real força, nem do PCP, nem da esquerda militar que não tem comandantes, nem dispositivo suficiente. Sair com um aparato destes pode ser tomado como um acto de guerra. A direita estava preparada e viram que havia condições para dar o contragolpe. A seu lado têm a legitimidade institucional, têm o apoio do Presidente da República, o que foi decisivo. Do outro lado o que há? Há o desaparecimento do COPCON ...”. *Público*, Lisboa, 21 de Novembro de 2000.

Não será necessário um grande esforço para se compreender que na conjuntura específica que se criou naquela madrugada, a única saída que o PCP tinha era recuar, salvaguardando a sua organização, negociando com Melo Antunes um acordo quanto ao seu futuro político, não se preocupando que o sector da extrema-esquerda envolvido no golpe avançasse, com as consequências que se conhecem. O que não significa que o PCP não tivesse tentado mobilizar os fuzileiros, constituído grupos armados, procurado obter armas no RALIS, e seguramente desenvolvido muitas outras iniciativas que não se conhecem, mas que se inserem nesta lógica, conforme sublinhou Raimundo Narciso, ao afirmar que *“no 25 de Novembro eu e o PCP fizemos tudo o que estava ao nosso alcance para triunfar as forças revolucionárias (...)”*⁹³.

[92] Serviço de Detecção e Coordenação da Informação, chefiado por Almada Contreiras.

[93] “Estive no lado certo [da barricada] no 25 de Novembro”, *jornal i*, 9 de Abril de 2014, p. 27.

Entrevista de Nuno Ramos de Almeida a Raimundo Narciso.

[94] Ambas as citações em Raquel Varela (2014), *Op. cit.*, p. 497.

3.14.18 *“A desorganização da classe trabalhadora como factor de enfraquecimento do Estado e de fortalecimento da dualidade de poderes”*

O 25 de Novembro não constituiu, por conseguinte, o *“momento insurreccional”*, ou o *“assalto final ao poder do Estado”*⁹⁴, em que a revolução foi derrotada. Para ter existido o tal *“momento insurreccional”* seria necessário que tivessem sido reunidas as necessárias condições subjectivas, que a dualidade de poder estivesse generalizada, traduzindo o ponto culminante de um processo revolucionário. Seria necessário que os soldados se recusassem a obedecer aos oficiais e só respeitassem os seus comités eleitos. Seria necessário que os trabalhadores e os soldados considerassem os órgãos de vontade popular a verdadeira administração do País. Pelo contrário, a máquina administrativa do Estado, bem ou mal, continuava a funcionar. Formar, organizar a nível regional e a nível nacional os órgãos de vontade popular, dar-lhes uma direcção única, constituir o seu comité militar e armar os trabalhadores, eram estes os requisitos necessários para que tivesse existido uma efectiva situação de dualidade de poder. Mas as vicissitudes do processo revolucionário e a debilidade das forças radicais de esquerda não permitiu que se tivessem criado condições para tal. A fraqueza dessas forças radicais, contrastando com a capacidade do PCP para enquadrar as movimentações de massas ocorridas

neste período, contribuiu para que a actuação daquelas acabasse por se integrar na estratégia daquele partido. Recentemente foram apontadas⁹⁵ algumas das razões pelas quais a afirmação de que existiu uma situação de dualidade de poder durante os dezanove meses do processo revolucionário “*nada tem a ver com a realidade*”⁹⁶, pelo que nos limitaremos a sintetizar os seus aspectos fundamentais:

i) as centenas de órgãos de vontade popular criados durante o processo revolucionário nunca constituíram uma organização nacional, com uma direcção única e centralizada, não obstante os esforços desenvolvidos nesse sentido por várias organizações radicais de esquerda, como o MRPP e o PRP;

ii) esta debilidade organizativa traduziu-se na incapacidade/impossibilidade dos órgãos de vontade popular se armarem ou, sequer, constituírem uma direcção militar, sendo apoiados por um aliado externo a si próprios, um movimento militar, que durante o processo enfrentou uma situação de divisão interna;

iii) as forças políticas que intervieram no processo revolucionário encontravam-se profundamente divididas sobre a estratégia para a conquista do poder, não tendo nenhuma delas evidenciado capacidade para hegemonizar o processo e marginalizar as demais, embora o PCP tivesse demonstrado constituir a única capaz de enquadrar o movimento de massas.

Ao longo deste texto cremos ter demonstrado que não existiu uma situação de dualidade de poder durante o processo revolucionário que se viveu em Portugal em 1974/75, contrariamente à posição sistematicamente reiterada nas duas obras que procuramos analisar, a qual, no entanto, apresenta um derradeiro e surpreendente argumento para justificar essa existência, justificando-a com a situação do operariado antes do 25 de Abril: “*em jeito de conclusão, cremos que a desorganização da classe trabalhadora, proibidos que estavam pela existência da ditadura organismos em que esta confiaria, foi um factor de enfraquecimento do Estado em 1974 e 1975 e de fortalecimento, concomitante, da dualidade de poderes*”⁹⁷.

3.14.19 Uma história ideológica

Os dois livros de Raquel Varela – um deles resultante de uma dissertação de doutoramento aprovada com distinção e louvor numa universidade pública⁹⁸ – suscitam uma séria reflexão sobre a forma de fazer História, a crítica e o uso das fontes, a problematização e a explicação a apresentar, os necessários requisitos metodológicos e a imprescindível idoneidade do investigador.

Da leitura destes dois livros resulta claro que o objectivo da autora passou por tentar provar a existência de uma situação insurreccional durante o PREC, principalmente a partir do verão

[95] Fernando Rosas (2014), “Ser e não ser: Notas sobre a Revolução Portuguesa de 74/75 no seu 40.º aniversário”, *Vírus*, Lisboa, II Série, n.º 5, pp. 11-12.

[96] *Idem*, p. 9.

[97] Raquel Varela (2014), *Op. cit.*, 2014, p. 224.

Sublinhado nosso.

[98] O que é bem revelador do estado a que chegou a universidade portuguesa.

de 1975, consubstanciada por um crescimento da dualidade de poderes, que então se alargou às Forças Armadas, e que só não se concretizou pela posição contra-revolucionária do PCP. Contudo, ao invés de analisar os acontecimentos ocorridos para retirar as respectivas conclusões, parte da posição inversa, forçando os factos a comprovarem as suas ilações prévias, de que logo após o 25 de Abril se tinha instalado essa situação de dualidade de poderes, que o PCP sempre terá contrariado, o que resulta de uma postura ideológica que desde o início a autora adoptou na interpretação do processo revolucionário. Prisioneira desse *parti pris*, era expectável que lhe fosse difícil interpretar a evolução da conjuntura política, já por si bastante complexa, levando-a a autênticos despautérios, como a conclusão de que o 28 de Setembro foi provocado pelas greves da TAP, da Lisnave e do *Jornal do Comércio*, que as ocupações de casas e o controlo operário causaram o 11 de Março, ou a espantosa afirmação de que durante o PREC a desorganização da classe trabalhadora constituía um factor de enfraquecimento do Estado, mas de fortalecimento da dualidade de poderes.

Por conseguinte, é igualmente manifesta a incompreensão da tática do PCP para as diferentes fases do período revolucionário, assim como das posições adoptadas por este partido, as quais, no entanto, são muitas vezes deturpadas, como no caso das nacionalizações, da falta de apoio às greves, do seu relacionamento com os órgãos de vontade popular ou a respeito da sua actuação nos SUV. Não são simples erros factuais ou dificuldades de interpretação, havendo por parte da autora uma intenção deliberada, de natureza ideológica, em apresentar dessa forma os factos seleccionados, como também surge muito claramente na sobrevalorização do controlo operário ou na insistência de uma putativa coligação entre o PS e o PCP durante o PREC, que nunca existiu. Como diria Francisco Louçã, numa conclusão que aqui se aplica com toda a propriedade, “*uma história ideológica é sempre uma mentira patética*”⁹⁹.

[99] Francisco Louçã (2017), “Hitler é filho de Lenine?”, *Público*, Lisboa, 11 de Novembro, p. 57.

3.14.20 Nota

Uma primeira versão deste trabalho foi apresentada como comunicação ao II Congresso de História do Movimento Operário e dos Movimentos Sociais em Portugal, realizado na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, de 7 a 9 de Abril de 2015.

3.14.21 Bibliografia

Comunicados:

Comissão Central do PRP – Brigadas Revolucionárias, “Não às Eleições, sim à Revolução Socialista”, 10 de Março de 1975.

Intercomissões, “Encontro de Intercomissões”, Lisboa, 17 de Maio de 1975.

PRP – Brigadas Revolucionárias, “Voto em branco. Vota Conselhos Revolucionários pela Revolução Socialista”, Lisboa, 22 de Abril de 1975.

[PRP/MES], “Sobre a situação político-militar. Viva a Revolução Socialista!”, Comunicado

conjunto do Secretariado Político do PRP e do Secretariado da Comissão Política do MES, 21 de Novembro de 1975.

[PRP/MES], “À classe operária, aos camponeses, aos soldados e marinheiros, a todo o povo trabalhador”, Secretariado Político do MES, Secretariado Político do PRP, 25 de Novembro de 1975.

Secretariado da FUR, “Trabalhadores”, Lisboa, 20 de Novembro de 1975.

Soldados Unidos Vencerão, “Os pontos nos ii ... nada de confusões!”, 11 de Outubro de 1975.

Imprensa:

Avante!, Lisboa, Série VII, n.º 31, 6 de Dezembro de 1974, n.º 35, 3 de Janeiro de 1975, n.º 36, 9 de Janeiro de 1975, n.º 38, 23 de Janeiro de 1975, n.º 40, de 6 de Fevereiro de 1975, n.º 42, 20 de Fevereiro de 1975.

Diário de Lisboa, Lisboa, 3 de Junho de 1974, 20 de Setembro de 1975.

Diário de Notícias, Lisboa, 24 de Novembro de 1975, 26 de Novembro de 1995.

Diário Popular, Lisboa, 26 de Setembro de 1975.

jornal i, Lisboa, 9 de Abril de 2014.

Luta Popular, Separata do n.º 95, Lisboa, 19 de Setembro de 1975.

Esquerda Socialista, Lisboa, n.º 29, 14 de Maio de 1975.

Poder Popular, Lisboa, n.º 9 (Nova Série), 18 de Setembro de 1975, n.º 19 (Nova Série), 25 de Dezembro de 1975.

Público, Lisboa, 21 de Novembro de 2000, 11 de Novembro de 2017.

Revolução, Lisboa, n.º 49, 26 de Setembro de 1975, n.º 51, 30 de Outubro de 1975, n.º 53, 14 de Novembro de 1975.

Artigos e Monografias:

Brinca, Pedro, e Baía, Etelvina (2002), *Memórias da Revolução no Distrito de Setúbal, 25 Anos Depois*. [Setúbal]: *Setúbal na Rede*, Vol. II.

Canas, Vitalino (Org.) (2005), *O Partido Socialista e a Democracia*. Lisboa: Celta.

Carmo, Isabel do (2017), *Luta Armada – As Brigadas Revolucionárias, a ARA e a LUAR contadas pelos próprios protagonistas. E os dias de fúria da Europa rebelde da segunda metade do século XX*. Alfragide: Publicações D. Quixote.

Cordeiro, José Manuel Lopes (2017), “Extrema-esquerda”, in António Reis, Maria Inácia Rezola e Paula Borges Santos (Coords.), *Dicionário de História de Portugal. O 25 de Abril*. Porto: Livraria Figueirinhas, Volume, 4, pp. 9-28.

Costa, Albérico Afonso (2017), *Setúbal Cidade Vermelha. Sem perguntar ao Estado qual o caminho a tomar (1974-1975)*. Setúbal: Estuário.

Cunhal, Álvaro (1976), *A Revolução Portuguesa: o passado e o futuro*. Lisboa: Edições *Avante!*

Cunhal, Álvaro (2013), *Obras Escolhidas, Tomo IV (1967-1974)*. Lisboa: Edições *Avante!*

Cunhal, Álvaro (2014), *Obras Escolhidas, Tomo V (1974-1975)*. Lisboa: Edições *Avante!*

[Fernandes, José Ferreira] (2014), “Estou de passagem. Não tenho para onde ir”, *Ler*, Lisboa, n.º 134. Entrevista de Ana Sousa Dias.

Gonçalves, Vasco (1999), “Ideais de Abril apontam para o futuro”, *O Militante*, Lisboa, n.º 239.

Louçã, F. (2017), “Hitler é filho de Lenine?”, *Público*, Lisboa, 11 de Novembro.

Militante (O) (2015), “As primeiras eleições no Portugal de Abril”, *O Militante*, Lisboa, n.º 336.

Partido Comunista Português (Org.) (1974), *VII Congresso (Extraordinário): intervenções, saudações, documentos*. Lisboa: Edições Avante!

Partido Comunista Português (1976), *Documentos do CC do PCP, Julho/Dezembro de 1975*. Lisboa: Edições Avante!

Pelz, William A. (2016), *História do Povo da Europa Moderna*. Lisboa: Objectiva.

Rosas, Fernando (2014), “Ser e não ser: Notas sobre a Revolução Portuguesa de 74/75 no seu 40.º aniversário”, *Vírus*, Lisboa, II Série, n.º 5.

Sánchez Cervelló, J. (1993), *A Revolução Portuguesa e a sua Influência na Transição Espanhola: 1961-1976*. Lisboa: Assírio & Alvim.

Secretariado Provisório Pró-Conselhos Revolucionários (1975), *Manifesto ao Proletariado*.

[Lisboa]: Conselhos Revolucionários dos Trabalhadores.

Varela, Raquel (2011), *A História do PCP na Revolução dos Cravos*. Lisboa: Bertrand.

Varela, Raquel (2014), *História do Povo na Revolução Portuguesa 1974-75*. Lisboa: Bertrand.

Webgrafia:

“Post” de Raimundo Narciso, no blogue *Entre as Brumas da Memória*, de 27 de Agosto de 2007.

URL: entreasbrumasdmemoria.blogspot.pt/2007/08/fur-agosto-de-1975.html.

MEMÓRIA. PATRIMÓNIO. IDENTIDADE LOCAL.





IV. ●

4.1 Percursos na Talha Maneirista de Vila Nova de Famalicão

O Maneirismo foi o período artístico que se seguiu ao desgaste da criação renascentista, sendo Miguel Ângelo Buonarroti um dos seus precursores, já subtilmente implícito na sua obra da Basílica de São Pedro, que começa a romper com o pensamento arquitectónico renascentista. O Saque de Roma de 1527, o aparecimento da Reforma protestante, o avanço dos Turcos, a Contra-Reforma católica imanada do Concílio de Trento (1545-1563), contribuem para o fim da época da Renascença.

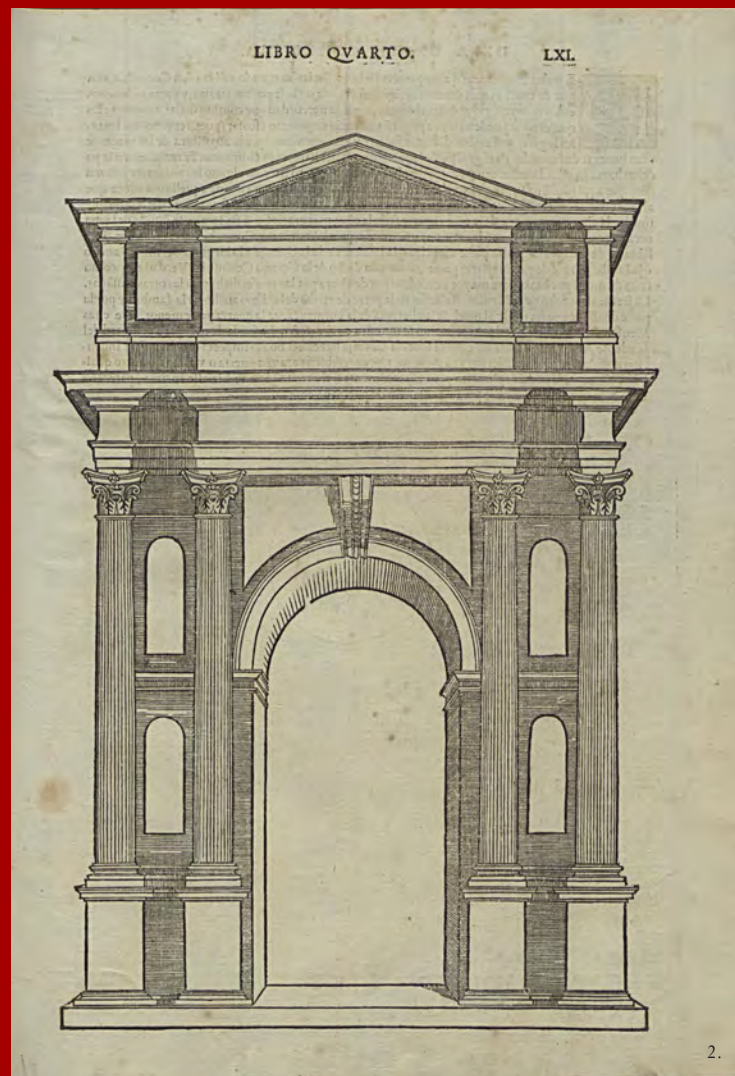
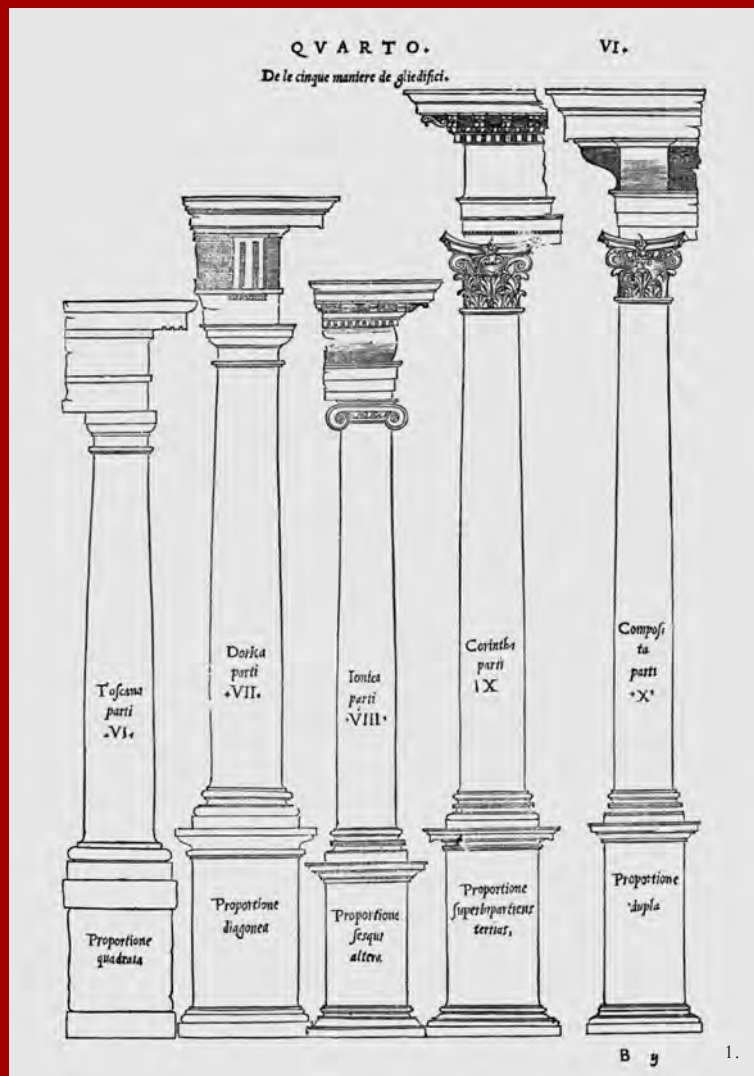
O seu mais célebre teórico foi Sebastiano Serlio (1475-1554), que na sua obra; *I Sette Libri Dell'Architettura*, define as “normas” arquitectónicas do Maneirismo, vertendo para linguagem compreensível as lições de Vitruvius, *apresentando um autêntico manual de arquitectura dirigido a todos os potenciais clientes, dos aprendizes aos profissionais de arquitectura* (a), com bastantes gravuras dos monumentos da antiguidade clássica e indicações técnicas e práticas sobre a correcta proporção dos diversos elementos arquitectónicos. Os seus Livros IV (ano de 1537) e III (ano de 1540) vão influenciar de maneira decisiva a arquitectura maneirista em Portugal.

Andrea Palladio (1508-1580), será outro dos grandes arquitectos “fundadores” do Maneirismo, que rapidamente se espalhará por toda a Europa e suas colónias, e a partir de 1550 o Norte europeu (Países Baixos – Flandres, Alemanha e França) será um dos grandes difusores do novo modo através dos seus arquitectos e artistas, tais como Hans Vredeman de Vries (1526-1606), Pieter Coecke van Aelst (1502-1550) [que será acusado por Serlio de plagiar de modo grosseiro a sua obra], Lucas van Doetecum (+c.1589), Cornelis Floris de Vriendt (1514-1575), Cornelis Bos (1506-1555) e Wendel Dietterlin (1550-1599), que através das suas gravuras, publicadas quase de modo industrial, terão grande aceitação no seio dos arquitectos de quinhentos e seiscentos. A Península Ibérica, além da natural influência artística italiana, abraçará os modelos vindos do Norte da Europa.

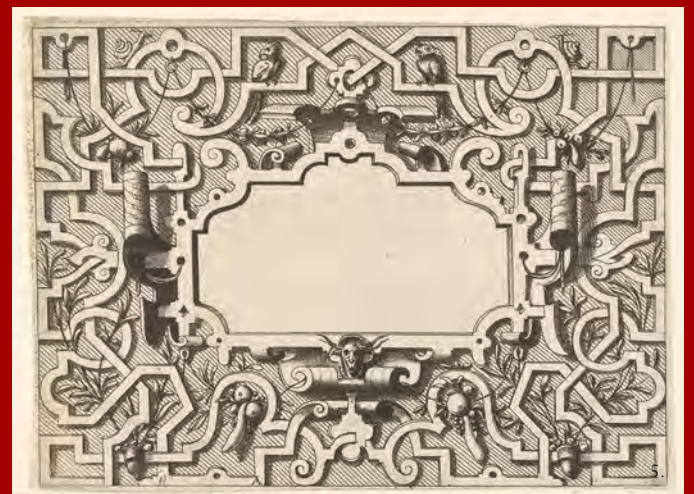
Em Portugal, o Maneirismo abarca o período que vai de 1550 a 1670, ou seja a fase final do reinado de Dom João III e ainda os dos reis Dom Sebastião I, Dom Henrique I, Dom António I, Dom Filipe I, Dom Filipe II, Dom Filipe III, Dom João IV e Dom Afonso VI, sendo uma época riquíssima (ao contrário daquilo que muitas vezes se pensa e escreve) para a criação artística portuguesa, nos campos da arquitectura, pintura, música, azulejaria e retabulística, entre outros.

É no Noroeste da Península Ibérica (do Mondego para Norte) que o Maneirismo adquire um carácter próprio, buscando os ensinamentos de Serlio e de Palladio, mas fortemente influenciado pelas gravuras vindas do Norte da Europa. Surgem assim as fachadas-retábulo das Misericórdias de Braga, Guimarães e Aveiro, da Igreja de São Domingos de Viana do Castelo, a porta lateral da Igreja de São Gonçalo de Amarante, e a Porta Férrea do Paço das Escolas

1. Sebastiano Serlio - ordens clássicas.
2. Sebastiano Serlio - arco de triunfo.



- 3. Hans Vredeman de Vries - ornamentação de fustes.
- 4. Wendel Dietterlin - decoração de colunas.
- 5. Orlas Tipográficas Renascentistas usadas no Maneirismo.



da Universidade de Coimbra, a fachada da Catedral de Miranda do Douro, a espectacular fachada da Igreja de San Martin Pinário de Santiago de Compostela [obra de um português], entre muitos outros exemplos arquitectónicos existentes nesta área.

A arte do retábulo é fortemente influenciada pelas fachadas das igrejas maneiristas (e talvez vice-versa), a estrutura deste (e destas) recebe um elemento inovador: o arco de triunfo romano, amplamente divulgado pela obra de Sebastiano Serlio e das suas gravuras, que circulavam avulsas (a), este arco triunfal vai permitir uma organização espacial ao modo romano clássico, de forma contida, albergando nos seus espaços livres a pintura ou escultura, e frequentemente as duas em simultâneo (b).

No concelho de Vila Nova de Famalicão não abundam as obras arquitectónicas maneiristas, as quais só encontramos na fachada da Igreja de São Cosme e São Damião do Vale, na fachada da Igreja do Mosteiro de São Silvestre de Requião e nos arcos interiores da mesma, e a grande obra maneirista realizada no Mosteiro de Santa Maria de Landim (fachada e torre da igreja, arco do coro alto, claustro e a quase totalidade das dependências monásticas bem como algumas fontes da cerca conventual). Mas, compensando, temos vários exemplares da retabulística maneirista, em diversas igrejas e capelas, um pouco por todo o concelho.

É este o objectivo deste trabalho, o de “revelar” que no município famalicense ainda temos diversos exemplares do retábulo do Maneirismo português, de diversas tipologias e sistemas decorativos, a exemplo do que encontramos pelo Noroeste Peninsular. Assim, também este artigo não é um inventário rigoroso e sistemático de todos os exemplares existentes, mas tão-somente um acto de divulgação dos mesmos e de alerta para a sua salvaguarda, restauro e protecção, porque sendo os mais antigos retábulos famalicenses existentes, detêm também a pintura [em alguns deles] mais antiga conhecida no nosso concelho.

O critério de exposição deste trabalho será o da geografia das freguesias onde se encontram os diversos retábulos escolhidos, mas também o poderia ser por tipologias, por antiguidade, ou mesmo por efeitos decorativos dos mesmos. E começamos do Nascente até ao Poente do Concelho:

4.1.2 Santa Maria de Oliveira, Capela do Espírito Santo. Altar-mor

A capela do Espírito Santo foi mandada construir em 1723 pelo cônego regrante Dom Alberto de São João, Pregador do Mosteiro de Santa Maria de Oliveira (c), e sendo o seu retábulo-mor da época do maneirismo, parece-nos que foi deslocado para este templo, talvez vindo da Igreja do Mosteiro, que está situada a escassos metros desta, e que sofreu obras de remodelação da fachada em 1714, e conseqüente alteração da sua decoração interior (novos altares ao gosto barroco nacional).

Este retábulo, dourado e branco, é constituído por sotobanco, banco, e dois registos, servindo o segundo de remate (ou ático), sendo o sotobanco constituído por duas volutas de pedra com decoração acantiforme. O banco ou banquetta tem dois pedestais salientes com decoração de caules e folhas de acanto em forma de S com uma ave na parte inferior, isto nas faces viradas para a frente, nas faces viradas para dentro tem decoração em ponta de diamante, mas as faces viradas para fora são lisas. A predela está pintada de branco, mas deveria ter tido uma pintura, à que está preparada para isso. As colunas que ladeiam o corpo têm por detrás pilastras estriadas, assentam sobre os pedestais da banquetta, têm o primeiro terço do fuste decorado com motivos vegetalistas, com as habituais folhas de acanto, e um busto feminino, um anel separa este terço dos restantes, que têm estrias em espiral, rematam as colunas capitéis coríntios. No espaço entre as colunas teria uma pintura sobre madeira, que desapareceu. O friso do entablamento é decorado com motivos vegetalistas, e tem dois corpos salientes sobre as colunas com cabeças aladas, a mesma figura aparece ao centro ladeada por mísulas decoradas com folhas de acanto invertidas. O segundo registo, constituído por pilastras misuladas (que assentam em pedestais) também decoradas com acanto invertido e ladeadas por volutas e orlas tipográficas serlianas, contendo nos extremos e sobre pedestais dois pináculos piramidais. Coroa o entablamento do segundo registo uma orla serliana.

Este retábulo, que poderemos datar da primeira metade do século XVII, terá perdido as suas pinturas originais, na predela, no intercolúnio do primeiro registo e no segundo registo, onde agora está a pomba do Espírito Santo sobre um resplendor dourado. Ao centro da banquetta foi colocado posteriormente (séc. XVIII) uma mísula para colocar a actual imagem da Virgem Maria.

4.1.3 São Mateus de Oliveira, Capela de São José. Altar-mor.

A capela de São José, ergue-se no largo da Santana, em 1745, os Irmãos e devotos da Confraria de São José recebem Provisão para realizarem obras na dita capela, que é benzida em 1754 (acabada de construir?? ou restaurada??) (c). A sua estrutura exterior confirma as datas aqui referidas, mas desconhecemos a verdadeira antiguidade da capela.

Guarda no seu interior um retábulo-mor maneirista, em madeira entalhada, dourada e pintada (de azul e branco), do qual sobreviveu até hoje a banquetta, o corpo e parte do remate. A banquetta tem quatro pedestais salientes, decorados na face frontal, os das ilhargas com o pelicano (símbolo de Cristo) sobre um motivo vegetalista, e os centrais com uma figura alada (anjo) tendo por baixo frutos diversos e folhas. Os pedestais centrais são decorados nas faces laterais por pontas de diamante, já as faces laterais dos dos extremos são lisas. Os espaços entre os pedestais estão preparados para pinturas, mas não sobreviveu nenhuma (ou nunca as houve). No corpo e sobre os pedestais erguem-se quatro colunas que o dividem em três secções, Estas colunas têm todas o terço inferior decorado, as das ilhargas, uma ave entre caules e folhas

6. Capela do Espírito Santo - retábulo.

7. Capela do Espírito Santo - pedestal na banqueta.

8. Capela do Espírito Santo - terço inferior de coluna.



9. Capela de São José - São Simão.
10. Capela de São José - Nossa Senhora.
11. Capela de São José - São Marçal.



de acanto postas em S, nas centrais figuras aladas com a mesma decoração anterior. Em cada coluna um anel divide os restantes dois terços, estes estriados em espiral e postos em espinha, terminando as colunas em capitéis coríntios, por detrás destas colunas estão quatro pilastras estriadas. Sobre estes corre o entablamento, cujo friso é decorado com figuras aladas e folhas de acanto. O remate é constituído, de cada lado, por volutas e folhas de acanto.

Nos intercolúnios estão três boas pinturas do mesmo período artístico, do lado esquerdo está representado o Apóstolo São Simão, com o instrumento do seu martírio (a serra) na mão esquerda e na direita a palma (símbolo do martírio, da glória e do triunfo), nas suas vestes predomina a cor castanha, e ainda que seu corpo está ligeiramente virado para fora a sua cabeça inclina-se para o centro do retábulo, está legendada com a inscrição S. Simão. Do lado direito surge a figura de São Marçal (como está legendado), vestido de alva e dalmática muito rica, de damasco vermelho com bordadura e orlas douradas, tendo entre as mãos a Bíblia Sagrada, o seu corpo, tal como em São Simão, demonstra movimento, está apoiado sobre a perna esquerda, e a direita levemente posta à frente, tem o rosto fechado em modo de meditação, e a cabeça (muito ligeiramente) virada para o centro retabular. O centro é ocupado pela pintura da Sempre Virgem Maria de mãos postas, em oração, acompanhada por seis anjos, dois aos pés, dois a seu lado e dois à cabeça segurando uma coroa que parece deitar gotas de sangue. A Mãe de Deus aparece com longos cabelos encaracolados e ruivos, e as vestes são de vermelho e azul, esta pintura parece-nos que sofreu alguma adaptação ao espaço onde está, já que os anjos do plano superior encontram-se com parte da cabeça escondida pela moldura da pintura, assim como a coroa, cuja parte superior já quase não vemos.

Este altar sofreu adaptações posteriores: foi-lhe colocado o sacrário que esconde o terço inferior da pintura da Virgem, e no remate superior foi-lhe colocada a imagem de Jesus Crucificado com respectivo dossel com painel traseiro com duas árvores pintadas.

Este Retábulo, pelas suas características, foi executado na primeira metade do século XVII, e pelas invocações que possui (Virgem Maria, São Simão e São Marçal) pode muito bem ter sido reaproveitado de outro local de culto entretanto arruinado ou transformado, no qual já não ficaria tão bem, e a solução do novo remate com a imagem de Cristo, poderia ser a resposta para adaptar o pequeno altar ao novo e alto espaço onde hoje está.

4.1.3 São Simão de Novais – Igreja Paroquial

A paróquia de São Simão de Novais vem já de antes da fundação de Portugal, aparece referida no Censual do Bispo Dom Pedro do ano de c. 1085. Na igreja paroquial guarda dois retábulos colaterais, ambos de meados do século XVII em madeira entalhada e dourada e pintados de branco, bege e rosa, que hoje em dia têm as invocações de Nossa Senhora do Rosário (lado esquerdo) e Nossa Senhora de Fátima (lado direito).

Altar de Nossa Senhora do Rosário

Este retábulo, na parte remanescente maneirista, é formado por banco, corpo e ático. O banco tem nas ilhargas duas mísulas decoradas com folhas de acanto invertidas e predela decorada com motivos vegetalistas (folhas de acanto e flores) a lembrar orlas tipográficas de Sebastiano Serlio, sobre as mísulas estão colocadas duas colunas com o fuste integralmente decorado com caules, folhas de acanto, urnas, aves (o mocho – símbolo da sabedoria), e figuras aladas, terminam as colunas em capitéis coríntios, tendo por detrás destas pilastras estriadas, no espaço entre as colunas teria uma pintura cujo formato está perfeitamente delineado por uma moldura entalhada e dourada. As colunas suportam o entablamento, cujo friso é dividido em três partes, nos extremos, pedestais salientes decorados com motivos vegetalistas, no centro, mas levemente recuadas, duas mísulas decoradas com folhas de acanto invertidas, o espaço entre elas e os pedestais é decorado mais uma vez pelos motivos vegetalistas e no meio um anjo. O segundo registo que serve de remate, tem duas pilastras misuladas, com as mesmas folhas de acanto e figuras aladas, que suportam um pequeno friso canelado de inspiração serliana, que tem no topo duas volutas, nas ilhargas aparecem orlas tipográficas de Serlio e aves, entre as pilastras uma pintura da coroação da Virgem Maria pela Santíssima Trindade (que nos parece já obra bastante posterior).

Teve algumas alterações, nas quais perdeu o sotobanco original, e retirada (ou mutilada e coberta de tinta) a tela central, no espaço da qual foi aberto um nicho mais pequeno para albergar a imagem barroca de Nossa Senhora do Rosário.

Altar de Nossa Senhora de Fátima

Muito semelhante ao anterior (uma cópia quase perfeita), só a predela é que é diferente, os motivos aqui são folhas de acanto e caules em círculo, que foram mutilados quando na segunda metade do século XVIII, recebeu uma maquinação rococó que protege o Menino Deus. Perdeu também o seu sotobanco, e a pintura central teve a mesma sorte do seu irmão “gémeo”. Também a pintura do segundo registo que está a rematar o altar, representando a Anunciação do Anjo Gabriel à Virgem Maria, além de bem executada, é em nossa opinião obra bastante posterior.

4.1.4 Santa Maria de Landim - Igreja do Mosteiro. Altar de Nossa Senhora das Dores
O Mosteiro de Santa Maria de Landim, refundado em 1096, guarda no seu interior dois altares maneiristas, um desmontado e arrecadado na casa do órgão de tubos, em mau estado de conservação (que conhecemos montado na esquina norte do topo da nave lateral), e este da actual invocação de Nossa Senhora das Dores, objecto do nosso estudo, que primitivamente estava colocado na nave principal, do lado esquerdo do púlpito [entre este e o altar de Santo António]. As Memórias Paroquiais de 1758 explicitam que: *Tem a igreja e mosteiro seis altares que são o altar mor que hé da padroeira, o de Nossa Senhora do Rozario, o do Sancto Christo das Sanctas*

12. Igreja de São Simão de Novais - Retábulo de Nossa Senhora do Rosário.

13. Igreja de São Simão de Novais - Retábulo de Nossa Senhora de Fátima.



12.



13.

14. Igreja do Mosteiro de Santa Maria de Landim -
dois tipos de colunas.

15. Igreja do Mosteiro de Santa Maria de Landim -
predela e pedestal na banqueta.



Chagas aonde está colocado o Sanctissimo Sacramento, dous altares de Sancto Antonio, hum altar de Sancta Luzia ... (c), não contemplando nenhum altar com a invocação de Nossa Senhora das Dores.

Este retábulo da primeira metade do século XVII, de madeira entalhada e dourada, com trechos pintados a branco, azul e vermelho, insere-se na tipologia do arco de triunfo e é composto por banco e corpo, na banqueta tem nas ilhargas dois pedestais salientes, decorados nas faces frontais com ornatos vegetalistas em espiral com figuras aladas nos topos, nas faces viradas ao centro retabular têm desenhos de pontas de diamante, e nas faces exteriores a ocupar toda a largura do retábulo (pedestais incluídos), motivos vegetalistas entrelaçados. Na predela, ao centro contém uma cartela rodeada por orla tipográfica serliana e ladeada por aves, caules e folhas de acanto. O corpo é ladeado por duas colunas com o terço inferior decorado com os habituais caules e folhas de acanto entrelaçadas tendo por cima um anel que divide o resto do fuste, este com estrias, terminando com capitéis coríntios. Entre estas colunas exteriores, e ladeado por frisos verticais com ornatos vegetalistas em SSS, abre-se um nicho que sobre mísulas com folhas de acanto invertidas, possui duas colunas mais pequenas, também com o terço inferior decorado com figuras aladas e representações vegetalistas entrelaçadas e separado por um anel do remanescente do fuste decorado este com estrias em espiral postas em espinha, também com capitéis coríntios nos topos, que suportam um arco abatido, ladeado por figuras aladas, decorado no extradorso com motivos vegetais e flores, e o intradorso com friso canelado serliano. No friso do entablamento, pequenos pedestais e mísulas com folhas de acanto invertidas suportam a cornija que tem a rematar uma figura alada entre ramagens e pedestais com bolas.

Este retábulo já teve no centro uma maquineta que albergava uma imagem, mas que entretanto foi retirada, devolvendo a estrutura à sua forma original.

4.1.5 São Cosme e São Damião do Vale – Igreja Paroquial. Altar-mor

A paróquia de São Cosme e São Damião do Vale, de fundação anterior à Nacionalidade, foi nos finais da Idade Média e na Idade Moderna uma abadia rica, e por isso detém um belíssimo retábulo maneirista, completamente dourado e de uma riqueza ornamental impressionante.

Este altar, que é o principal da igreja, com as imagens dos patronos, os irmãos gémeos e santos Cosme e Damião, padroeiros dos médicos, é composto por sotobanco, banco ou banqueta, corpo e ático, filia-se também na tipologia do arco de triunfo, de planta plana e tripartida. O sotobanco, contendo ao centro o frontal do altar (modificado posteriormente), possui nos topos dois putti agarrados a folhagens de acanto, postas em círculos e espirais. O banco é composto de dois corpos laterais salientes onde assentam os dois pares de colunas, servindo assim de pedestais longos, e um reentrante onde se situa o Sacrário. Estes corpos laterais são decorados com cartelas com orlas tipográficas renascentistas-serlianas ladeadas por ornatos

de acanto em círculos e espirais, no centro das cartelas estão duas figuras aladas (anjos). Nas faces viradas para fora, destes corpos, estão gravados ornatos de ponta de diamante. Na parte da banquetta que é reentrante está o Sacrário (ladeado por duas pequenas, mas grossas, pilastras misuladas decoradas com folhas de acanto invertidas), também ele de fábrica maneirista, com duas coluninhas de cada lado, com o terço inferior delas dividido por um anel e decorado com os tradicionais ornatos vegetalistas, e os restantes dois terços com estrias verticais e respectivos capitéis coríntios, na porta está esculpido e pintado Cristo Ressuscitado, cobre o sacrário um baldaquino composto de quatro volutas que seguram a imagem do Cordeiro de Deus. Separam o corpo em três secções dois pares de colunas, com o terço inferior marcado por um anel, mas de fustes totalmente e profusamente decorados com caules e folhas de acanto entrelaçadas, e pequenas aves por cima das ramagens nos terços inferiores, as quatro colunas levam capitéis coríntios, possuindo nas traseiras pilastras com estruturas caneladas serlianas. Nos intercolúnios exteriores, que foram preparados para receberem pinturas, estão agora duas mísulas com as imagens barrocas dos gémeos Cosme e Damião, já no centro do retábulo, está bem patente o arco triunfal, que também poderia receber pintura, que hoje não a tem. Sobre os capitéis corre o entablamento, cujo friso, separado em três pelos maciços (também estes ornamentados) que irrompem das colunas, está decorado com as habituais folhas e caules de acanto postas em círculos e espirais, e a marcar o centro um anjo mesmo por cima do arco. Por cima da cornija correm duas estruturas, a de baixo com desenhos em pontas de diamante (losangos e óvulos), e a superior com caneluras (que Serlio usa em frisos da ordem compósita). O segundo registo, servindo de remate ou ático, é composto por duas pilastras misuladas e ornadas com folhas de acanto invertidas que suportam pequeno entablamento coroado por duas volutas, entre as pilastras é de destacar a pintura maneirista de Cristo Ressuscitado Aparecendo à Virgem Sua Mãe, na qual o Salvador aparece em Glória a Nossa Senhora que O adora, com os olhos postos para baixo.

Ladeia o segundo registo, bem como todo o altar, as já famosas orlas tipográficas de Sebastiano Serlio, com folhas de acanto relevadas e com representações de aves aqui e ali.

Quanto à datação deste retábulo, podemos colocar a sua execução nos meados do século XVII, anunciando pela sua riqueza decorativa, o período artístico do barroco.

4.1.6 São Cristóvão de Cabeçudos – Igreja Paroquial. Antigo retábulo

Na igreja paroquial de São Cristóvão de Cabeçudos, estão agora expostos de forma avulsa, os restos de um retábulo da época maneirista, que chegamos a conhecer (ano de 1986), “montado” em cima do arcaz da sacristia. A leitura das Memórias Paroquiais de 1758, não menciona este altar, esclarecendo que: *Tem a igreja três altares, a saber o altar mor dedicado a Sam Christovam e dois colaterais; o da parte do Evangelho, dedicado a Nossa Senhora da Assumpçam e o da parte da Epistola, dedicado a Sam Sebastiam . . .* (c), as invocações referidas não nos permite identificar

16. Igreja de São Cosme e São Damião do Vale -
retábulo principal.

17. Igreja de São Cosme e São Damião do Vale -
coluna e orla tipográfica.



18. Igreja de São Cristóvão de Cabeçudos (sacristia) - anterior localização do retábulo.

19. Igreja de São Cristóvão de Cabeçudos - restos do retábulo I (Tábua de S. Pedro).

20. Igreja de São Cristóvão de Cabeçudos - restos do retábulo II (tábua de S. Paulo).



o local primitivo deste retábulo, mas aventamos a hipótese de ter sido o retábulo-mor da igreja, antes das grandes obras que sofreu nos meados do século XVIII, que lhe deram a feição rococó que possui hoje (fachada, torre e belíssimos altares, sanefas e molduras no interior), que possuiria ao centro a imagem ou pintura do patrono São Cristóvão.

As peças avulsas que chegaram até nós são quatro colunas, com o terço inferior marcado por um anel, e decorado com caules e folhagem acantiforme entrelaçadas, e nos restantes trechos dos fustes com caneluras em espiral postas em espinha e com capitéis coríntios, estão ainda com o douramento original (esbatido), e as estrias são pintadas de vermelho. Sobram duas pilastras estriadas que ficavam por detrás de outras tantas colunas, dois frisos verticais com folhas de acanto e flores, duas mísulas em forma de voluta, e outros dois frisos verticais, também com ornatos de acanto mas acompanhados por figuras aladas, aves (pelicano) e no topo destes frisos vêm duas cartelas com rostos de putti esculpídos.

Outros dois elementos sobrantes são as pinturas a óleo sobre madeira, ainda com as molduras originais entalhadas e douradas que representam, a do lado esquerdo o Apóstolo São Pedro, descalço, posto virado para o centro do retábulo, com a chave na mão direita, e a Bíblia Sagrada aberta na mão esquerda, está o primeiro Papa em atitude de ler o Texto Sagrado, tem o tronco ligeiramente inclinado para trás, com a veste azul e capa castanha; no lado direito aparece São Paulo, também virado para o centro retabular, com a espada nua na mão direita (instrumento do seu martírio, ele foi decapitado), e na mão esquerda segura a Bíblia Sagrada fechada, surge também descalço mas o seu corpo está erecto, só se notando movimento na cabeça que está virada para o seu lado direito (como que a escutar o que diz São Pedro) e no seu pé direito ligeiramente avançado em relação ao corpo, a sua túnica é vermelha e a sua capa é da mesma cor da de São Pedro.

Estas tábuas e os restantes elementos são dos meados do século XVII, e a sua estrutura original não deveria estar longe das tipologias dos retábulos de São Cosme e São Damião do Vale e de São José em São Mateus de Oliveira.

4.1.7 Santo Adrião de Vila Nova de Famalicão – Capela de Santo Adrião. Altar-mor
A capela de Santo Adrião foi em tempos a paroquial da freguesia de Santo Adrião de Vila Nova (d), que anexando a de Santa Maria Madalena de Vila Nova de Famalicão, tomou como sede a igreja desta, permanecendo durante vários séculos a designação de “freguesia de Santo Adrião e sua anexa Santa Maria Madalena de Vila Nova de Famalicão”.

O único altar da capela, é também um retábulo típico do maneirismo, constituído por sotobanco (bastante alterado, com a retirada da mesa do altar e respectivo frontal), banco, corpo e ático. O banco tem pedestais salientes, decorados nas faces frontais e nas viradas ao centro

com orlas serlianas e pontas de diamante, nas exteriores tem ornatos vegetalistas entrelaçados. A predela, dividida em três secções, tem motivos em losangos e triângulos nas laterais, e na central, mais saliente, tem decoração vegetalista entrelaçada, laços e aves, e uma mísula com uma figura alada, grinaldas de folhas e acanto e flores, que sustentaria uma imagem coeva de Santo Adrião (a actual é bastante recente), o corpo, também dividido em três secções verticais, tem nas ilhargas colunas com o terço inferior marcado por anel, e decoradas com caules e folhas de acanto entrelaçadas e figuras aladas (anjós), o remanescente das colunas têm os fustes com caneluras em espiral e capitéis coríntios, a secção central é demarcada por pilastras misuladas, decoradas com folhas de acanto invertidas e figura alada numa, e ave (pelicano) noutra, também com capitéis coríntios a remata-las. Nos intercolúnios laterais tem duas tábuas pintadas a óleo, também do mesmo período, com a representação de São Francisco (lado esquerdo) vestido de frade franciscano com o Crucifixo na mão esquerda e voltado para o centro, no lado oposto do altar tem Nossa Senhora com o Menino, metida num nicho, com mesa de altar e frontal decorado aos pés. O entablamento, de igual forma dividido em três, tem no friso decoração acantiforme entrelaçada. O segundo registo, que faz as vezes de remate, mostra ter tido pintura nos seus três painéis, é dividido por pilastras misuladas decoradas com folhas de acanto invertidas, sendo que no painel central ainda possui orlas tipográficas à maneira de Serlio, que também aparecem nas ilhargas deste registo. Sobre o remate corre um friso com caneluras serlianas, e um frontão redondo bastante abatido, coroado com folhas de acanto.

4.1.8 Santa Marinha de Lousado, Capela de São Lourenço da Lagoncinha. Altar-mor Construída na margem direita do Rio Ave, mesmo à entrada da ponte da Lagoncinha, esta capela mostra claramente que foi construída nos finais do século XVI ou primeiros anos do século XVII, tem arquitectura sóbria e despojada, como mandam os cânones maneiristas, ainda com seu cabido (alpendre) original, suportado por finas colunas graníticas, preserva no seu interior um retábulo da mesma época, que não preenche a parede fundeira do templo, como era muito comum ao tempo. É constituído por sotobanco (da largura da mesa e frontal, este já colocado na época barroca), banquetas, corpo e ático. Na banquetta, totalmente saliente, a predela encontra-se pintada com os retratos de São Mauro (primeiro discípulo de São Bento de Núrsia) com o hábito de beneditino, à esquerda, e à direita é representado Santo Ovídio, Bispo de Braga, vestido com os paramentos episcopais e com a mão direita sobre o ouvido (este santo é advogado das dores de ouvido), ao centro uma inscrição latina *S. Laurenti Ora Pro Nobis* (em português: São Lourenço Oraí Por Nós). O corpo ou primeiro registo tem duas colunas nas ilhargas, com o terço inferior separado por um anel, nesta parte as colunas são decoradas por estrias em espiral postas em espinha, já nos dois terços superiores têm também estrias mas verticais, terminam as colunas em capitéis jónicos. No intercolúnio tem duas pinturas sobre madeira, que são o que resta do tríptico original, faltando no centro a tábua com São Lourenço, que foi substituída já nos finais do século XVIII por uma maquineta que contém a imagem de vulto perfeito do orago da capela. À esquerda o Mártir São Vicente, paramentado de Diácono

21. Capela de Santo Adrião - retábulo.

22. Capela de São Lourenço da Lagoinha - retábulo.



com alva e rica dalmática de damasco dourado e branco, com borlas vermelhas, segura na mão direita a Bíblia Sagrada, ricamente encadernada, e o ramo de palma (símbolo de mártir), na mão esquerda tem a Nau, e como noutras pinturas já aqui relatadas, está virado para o centro. À direita do altar, surge a representação do Mártir Santo Estêvão, vestido também de Diácono com alva e dalmática rica de damasco, dourada e vermelha, com borlas desta cor, possui na mão esquerda um ramo de palma e a direita sustém no seu regaço umas pedras (este Mártir foi apedrejado até à morte). Como São Vicente, também está virado para o centro, mas os seus olhos elevam-se para a parte central do remate retabular, donde emana uma espécie de raio que o atinge. O entablamento, suportado pelas colunas, é muito singelo na decoração, com simples apontamentos vegetalistas e sobre as colunas, umas flores. No remate, ladeado por pequenos pináculos piramidais, e com simples moldura e friso, aparece ao centro e pintado sobre madeira, Cristo Salvador do Mundo (donde sai o raio que atinge Santo Estêvão), nas ilhargas tem duas volutas, formando pequenos espaços triangulares onde estão representados dois anjos virados para O Salvador.

Pelas suas características, esta estrutura retabular parece obra logo dos começos do século XVII, que o uso de capitéis jónicos parece demonstrar e talvez confirmar, é, de todos os retábulos aqui tratados, o de mais ingénua fábrica, possivelmente executado por um marceneiro não muito familiarizado com as normas decorativas do maneirismo, ainda que estruturalmente esteja dentro do espírito da época aqui por nós retratada.

No concelho de Vila Nova de Famalicão, existem outros retábulos deste período do Maneirismo português, como à laia de exemplo, encontramos na Igreja de São Pedro de Esmeriz, e nos três retábulos que possui, trechos significativos da retabulística maneirista, ainda que muito transformados em época posterior. Outros há noutros templos católicos famalicenses, não pretendendo ser este trabalho um inventário rigoroso dos mesmos, como dissemos nas nossas palavras iniciais.

Bibliografia e Notas

- (a) Carlos Ruão - Arquitectura maneirista no Noroeste de Portugal: italianismo e “flamenguismo”, Coimbra: Instituto de História da Arte; EN - Electricidade do Norte, ano de 1996, várias páginas.
- (b) José Carlos de Menezes Rodrigues, Retábulos no Baixo Tâmega e no Vale do Sousa (Séc. XVII-XIX). Do Maneirismo ao Neoclássico. Tese de Doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Orientadora: Professora Doutora Natália Marinho Ferreira-Alves. Porto, ano de 2004, várias páginas.
- (c) Vou seguir os dados e textos recolhidos na obra de: José Viriato Capela e António Joaquim Pinto da Silva, Vila Nova de Famalicão nas Memórias Paroquiais de 1758, Estudo Introdutório, Leitura e Fixação do Texto, Edição da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, Dezembro

de 2001, várias páginas.

(d) Assim aparece no Censual de Dom Pedro, Bispo de Braga, de c. 1085.

4.2



Avenida de S. Miguel, S. Miguel de Seide

4.2 Arqueologia Industrial

Introdução

Em 1992, os Serviços Culturais da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão pediram-me para fazer o levantamento da arqueologia artesanal que existiu e existe no concelho, para fins do PDM (Plano Director Municipal).

Após os prós e os contras, constatou-se ser possível deferir tal pedido, porque não afectava a actividade profissional, e, além disso, foi dito que o assunto em causa, não necessitava de referir uma descrição pormenorizada, mas apenas o nome e o número de aparelhos que trabalharam ou deixaram de trabalhar e outros que ainda trabalham.

Portanto, este trabalho tinha como espaço principal a rede hidrográfica do concelho, porque a energia, no geral, era a hidráulica, embora houvesse casos de energia eólica, mas muito poucos.

E foram, efectivamente, efectuadas pesquisas de campo, tendo sido encontrados vestígios de trezentas e três moendas, trinta e quatro maquinismos encarregados de outros afazeres, como tecelagem, maceração do linho, extracção de azeite, serração de madeiras, pisoamento da lã, Mas em laboração, apenas foram encontrados catorze moinhos de rodízio e três com azenhas, sendo duas de moer cereais e uma de recuperação de papel. Dos outros, apenas restam memórias, as quais dão testemunho de séculos da História colectiva, repercutida nas tradições, na cultura e até na própria filosofia do povo. Não restam dúvidas a alguém que, se não houver uma protecção efectiva, pelo menos, a um exemplar em cada concelho e num curto espaço de tempo, a geração futura não conhecerá essa tão importante arqueologia transformadora. Basta afirmar que, decorridos 23 anos, apenas se encontram no exercício da sua função, três moinhos de rodízio e dois moinhos movidos pelo sistema de azenha.

Todavia, o concelho de Vila Nova Famalicão não pode ser penalizado, porque recuperou um dos seus moinhos, no regato do lugar de Paredes, também designado Chouso, da freguesia de Lemenhe. Mas não só, porque junto reconstruiu a sala de um outro moinho para colocar uma masseira e uma mesa, onde se comesse broa cozida num forno levantado junto, a fim de ser mostrado o ciclo do pão a visitas previamente anunciadas.

Mas este facto não apareceu por encanto. Foi bem estudado e bem trabalhado pela autarquia, porque não queria que memórias de séculos de existência morressem para sempre. Todavia o cofre não tinha saldo suficiente para o restauro. Nesse sentido, recorreu em 1999 à CEE, mediante uma candidatura, da qual recebeu 75%, importância necessária para levar a efeito o que se pretendia fazer.

Por tal facto, os Elementos que, nessa altura desempenhavam o mandato, merecem de todos os famalicenses. Um Bem-haja.

Também no Parque da Devesa, em Famalicão, aquando da realização das obras, pessoa ou pessoas intervenientes, repararam que, na margem direita do rio Pelhe havia um pequeno edifício em ruínas, mas com sinais evidentes de ter sido um moinho de rodízio, porque no local havia um açude e um espaço conhecido por cabouco.

De facto estava em ruínas, mas mesmo assim testemunhava recordações e memórias de várias gerações e fazia parte do Património Cultural que é de natureza social, isto é, não é de ninguém, porque é de todos. Nesse sentido, devia ser recuperado, atendendo à natureza do grande espaço que é visitado por gentes, não só do concelho, como de outros concelhos.

Porém, não foi recuperado, porque do dia para a noite, desapareceu tudo. Não ficou pedra sobre pedra. Talvez pensassem que a sua recuperação não condizia com o que se estava a fazer. Por isso, o antigo foi convertido em novo, porque o velho era velho. Ficava mal.

E, nesse sentido, procuraram fazer um moinho que fizesse “de conta que era um moinho velho, com cara de muito novo”. Mas o que se passou a observar a alguma distância, era um aviário bem aviado de aves exóticas, e, muito próximo, já era e é, um moinho que devia estar ligado à energia eléctrica e não está. Tem um rodízio ou penado para mandar, através de um veio metálico, a energia hidráulica à mó andadeira.

Todavia, por artes do azar, o dito moinho não trabalha como o seu autor pretendia, porque as mós carecem da verdadeira concavidade e convexidade.

Por isso, a farinha anda mais tempo entre as mós e não cai na farinheira como se pretendia (fotografia nº 1).

Depois dos considerandos que compreendem cerca de meia dúzia de parágrafos, e antes de entrar propriamente na apresentação do estudo sobre Arqueologia industrial, considero que seria oportuno escrever mais algumas frases sobre duas palavras atrás referidas – Património Cultural, no sentido de o conhecer melhor, porque não se ama o que não se conhece.

E o que é o Património Cultural? Podem perguntar. É o conjunto de todos os bens materiais e imateriais encarregados de assegurar para as gerações futuras, o conhecimento do passado, suas tradições, história, costumes, etc. E diz-se cultural porque trata de todo o complexo que inclui a crença, a arte, a moral, o costume e hábitos adquiridos pelo homem, como membro da sociedade. Sintetizando, cultura é a maneira de ser, sentir e pensar do povo.

1. Fotografia n° 1.



É ainda de referir que é uma herança social do passado, cuja geração do presente só o goza a título transitório, mas com a responsabilidade de o transmitir à futura, em boas condições de conservação.

E foi nesse sentido que o nosso rei D. João V, através de um alvará régio de 1721, determinou atribuir à Academia Real de História a providência, para se conservar os monumentos antigos que podiam servir para ilustrar e certificar a verdade da mesma História. E a Constituição Portuguesa de 1976 determinou no seu Artº 78 que incumbe ao Estado, em colaboração com todos os agentes culturais, promover e salvaguardar o Património Cultural, tornando-o elemento vivificador da identidade cultural comum.

Vou terminar a introdução ao trabalho, que é de natureza etnológica, com o objectivo de fomentar o interesse e respeito pela Arqueologia Transformadora, a qual compreende memórias definidoras da identidade municipal de Vila Nova de Famalicão.

Arqueologia Industrial

Por Arqueologia Industrial entende-se a transformação de matérias-primas efectuadas desde os finais da Pré – História, mais propriamente no período designado Neolítico, até aos tempos contemporâneos, mediante a introdução de inovações.

E para exemplo, passo, por agora, a referir a moagem.

1. Moagem

Moagem é o processo de reduzir os cereais a farinha. Quais cereais? Relativamente ao assunto, em estudo, e sujeito a esse serviço, digo que são o trigo, centeio e cevada. Porém, há quem afirme que também deve ser referido o milho-miúdo ou milho-alvo. Ora, esta maneira de trabalhar os cereais compreendeu milhares de anos, mediante introdução de inovações no sistema.

Nesse sentido, vão ser descritas as moendas ou moinhos, numa escala do mais simples para os menos simples.

1.1 Moinhos

São processos inventados pelo homem, desde que deixou de ser errante e passou a sedentário, visto ter deixado de ser parasita da natureza, porque não produzia nada que fizesse parte da sua alimentação. Comia frutos selvagens, raízes de plantas, caçava e pescava.

Mas chegou a hora, o momento de deixar de andar à procura de alimentos. Este facto ocorreu, quando descobriu a existência de vegetais com sementes que passou a triturá-las para a sua

alimentação, porque não podia comê-los no estado em que se encontravam inseridos na praga.

Precisamente aconteceu no período da Pré-História, chamado Neolítico, palavra grega que significa nova pedra, em relação ao Paleolítico com significado de antiga pedra. Explicando melhor, afirma-se que a pedra antiga refere-se à pedra lascada, fruto de fracturas, possivelmente naturais, e a nova pedra, polida ou facetada também natural, porque o homem nessa altura, não tinha capacidade para dar polimento a pedras, como quartzo, que é um mineral, que na escala de dez termos, ocupa o sétimo. Aliás, devia ser o quartzo, porque os pré-historiadores referem que no Neolítico usava-se o sílex como componente principal nas armas de arremesso, sobretudo, na caça. Ora este mineral é uma variedade de quartzo chamado criptocristalino que, nas primitivas armas de carregar pela boca, a pólvora era incendiada pela fâisca resultado do choque do percussor no sílex ou pederneira.

Ora, foi precisamente neste período designado revolucionário, pelo arqueólogo James Mellaart, mas não de revolução, mas sim de renovação, que foram descobertas a Agricultura, domesticação de animais, moagens, fabrico da cerâmica, etc.

Foi precisamente, pelo sétimo milénio antes de Cristo que o homem começou a pensar e a resolver o problema da sua subsistência, mediante a moagem de cereais, para com a farinha, fazer papas e cozer pão, porque já conhecia a cerveja e dela tirava o fermento.

Mas para haver moagem, tem de haver moinhos, os quais começaram no chamado Próximo Oriente, onde hoje existem guerras e guerrilhas. Porém, na Península Ibérica, foi só no quarto milénio que houve essa invenção.

1.1.1 Moinho de rebolo

Foi o primeiro maquinismo a fazer tal trabalho. Constava de duas peças igualmente simples: uma maior, de forma oblonga onde eram colocados os cereais, mas poucos de cada vez, e a de cima era bastante mais pequena, um rebolo que num vaivém, era accionado pelas mãos do homem (fotografia nº 2).

Na realidade, este era um serviço pesado, moroso e de produção reduzida.

1.1.2 Almofariz e pilão

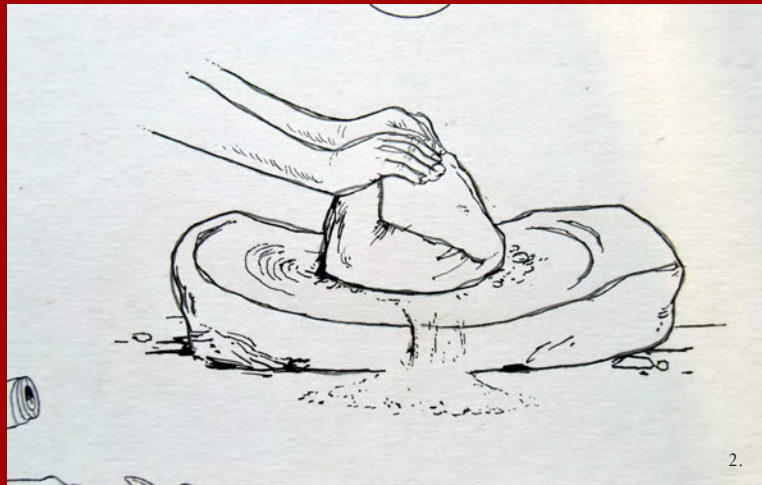
Mas o homem não se contentou com a invenção. Procurou uma outra que executasse mais farinha e com menos trabalho. Foi o que aconteceu com a descoberta do almofariz e o pilão. O primeiro feito de granito e o segundo de madeira que servia de percussor. Este sistema ainda existe em algumas terras, não o de ralar pimenta de grão, mas de cereal, como foram vistos no museu de Vairão e até almofariz que executava a moagem, por meio

2. Fotografia n° 2.

3. Fotografia n° 3.

4. Fotografia n° 4.

5. Fotografia n° 5.



de um balancé que era actuado pelos pés do homem. Estes meios funcionaram na freguesia de Bucos, em Cabeceiras de Basto.

1.1.3 Moinho de braços accionado por um homem

Mas o homem continuou a inventar, porque não se contentou com o resultado do processo. Nesse sentido, serve-se do granito, do qual faz duas mós com cerca de 38 cm de diâmetro, colocando por baixo a fixa ou dormente, de forma convexa, e por cima uma côncava e com a mesma medida. Porém o homem ainda não estava dispensado de intervir nessa função, porque tinha de rodar a mó andadeira agarrado a dois pequenos elementos de madeira. No entanto a produção era maior do que os sistemas anteriores. Acerca desta invenção, dizem os arqueólogos, aconteceu no segundo século antes de Cristo (fotografias nº 3 e nº 4).

1.1.4 Moinho de braços accionado por dois homens

Na continuação de alguma semelhança com o caso anterior, há a referir a mó fotografada no museu da cidade de Lugo, Espanha, que foi encontrada numa prospecção arqueológica e que por ser maior, pois tinha cerca de 50cm, era accionada por duas pessoas, como se prova pela disposição das peças de madeira. Quanto ao tempo do seu aparecimento, deduz-se ser posterior ao caso anterior (fotografia nº 5).

1.1.5 Mó hidráulica

Porém, o homem não se considerou plenamente satisfeito com o resultado obtido e insiste em descobrir sempre até dizer basta, porque não quer continuar a ser escravo do trabalho. E descobre a energia hidráulica para fazer andar uma das mós.

E, foi na Pérsia a descoberta do sistema, o qual significou um progresso de extraordinário alcance técnico, no que diz respeito à moagem. Aconteceu porque a criatura humana tem o poder criativo de desvendar os segredos na Natureza e colocá-los ao seu serviço.

Ora, esse avanço técnico foi a descoberta da corrente da água como força motriz.

No entanto, não ficou sempre a beneficiar só os persas, mas chegou a Roma e, daqui, no segundo ou terceiro século depois de Cristo, entrou na Península Ibérica, precisamente, quando colonos romanos foram superiormente inseridos num processo de migração.

Foi de facto uma invenção que, embora nascesse muito tarde, cerca de 300 anos, veio poupar muitas energias ao povo que queria pão e não o tinha, por falta de moagem.

Agora com a nova técnica já mói farinha para a densidade demográfica existente. Essa técnica consta de um edifício e da seguinte palamenta:

6. Fotografia n° 6.
7. Fotografia n° 7.
8. Fotografia n° 8.



a) Edifício

É pequeno e pobre de material, pois, é constituído não por perpianho, mas alvenaria, com juntas secas, obviamente sem emboço e reboco, e, em alguns casos, coberto com colmo.

Consta de duas partes distintas, uma em cima e outra em baixo. A de baixo é designada cabouco, onde funciona o rodízio ou penado, de madeira de pinheiro e o colector também da mesma madeira, de forma cónica para dar mais força ao jacto da água nos elementos do rodízio.

O piso de cima destina-se ao equipamento que, directamente se refere à moagem e onde se manifesta a acção do moleiro.

b) Rodízio (fotografia nº 6)

É uma roda circular horizontal, com cerca de 80 cm de diâmetro, com várias peças talhadas na melhor forma de receber a força da água, e no centro da qual, está inserido um veio que vai levar a energia directamente à mó andadeira. Na parte inferior está introduzido o guilho que, por sua vez, roda na rela, presa a um tabuão de pinheiro, chamada urreiro (fotografia nº 7). Estas peças são de quartezitos, material que se encontra em certas praias do rio Minho e até no mar, designados também calhaus rolados e de grande resistência à erosão mecânica e fractura, porque foram, na sua génese, fruto de areias siliciosas que estiveram sujeitas ao metamorfismo, tornando-as homogéneas na sua constituição. Por isso são muito duras. Quanto à madeira de pinheiro, é imune ao ataque dos fungos e dos xilófagos e de grande duração quando está mergulhada.

c) Mós

São duas e circulares, com um diâmetro de 90 cm. e de granito, se o cereal for o milho, mas de calcário se for cereais de prágana, também chamados trigo e centeio. Só a mó de cima é que trabalha e está presa ao veio do rodízio por meio da segurelha, peça metálica.

d) Moega

Peça em forma de pirâmide invertida, sem capacidade determinada, dependendo do critério do moleiro, porque se for pequena, ele não pode dormir suficientemente de noite, nem pode fazer qualquer serviço estranho à moagem (fotografia nº 8).

e) Quelho

Peça de forma rectangular, por onde passa o cereal da moega para o buraco da mó de cima. A de baixo é fixa ou dormente e destina-se a servir de poiso da andadeira e tem também a função de oferecer resistência ao outro elemento.

f) Chamadouro ou taramela

Elemento em forma de V com ligação ao quelho e à mó para o abanar e o cereal cair ordenadamente na mó.

g) Panais

Dois panos colocados dos lados laterais das mós, para evitar que a farinha deixe de cair fora da farinheira, devido à força centrífuga da mó giratória ou andadeira.

h) Farinheira

Peça de madeira destinada a receber a farinha ou uma saca.

A técnica do moinho referido não parou, porque foi alterada, decorridos seiscentos anos. Foi precisamente no Séc. IX e pelos árabes que estiveram na Península Ibérica e aí permaneceram, até ao rei D. Afonso III, 1429, no Algarve, por motivos de uma invasão que aconteceu nos princípios do séc. VIII, mais precisamente, em 711.

De facto, essa inovação veio favorecer a civilização peninsular pelos benefícios que veio trazer à sociedade, visto no período de tempo referido, ter havido um saldo positivo na densidade demográfica e conseguir preencher uma lacuna que existia na falta de farinha.

1.1.6 Azenha

É a designação que é atribuída a esta moenga, porque é muito diferente do moinho genuíno, em razão da engrenagem. Só é igual na energia. Consta das seguintes peças (fotografia n° 9):

a) Roda emissora

É grande, com 2m. de diâmetro. É vertical, formada por dois aros concêntricos e intercalados por bastantes pélas para receber a água corrente que lhes bate. Do centro sai um veio horizontal que termina numa pequena roda, com 37 dentes, designada entrosa. E da mó andadeira sai um veio vertical que termina numa roda com 5 dentes, chamada fuseira e engrena na entrosa.

Ora, é fácil de compreender, que embora a roda emissora da energia não ande com muita força, a mó de cima gira com grande velocidade, graças à grande diminuição sucessiva dos dentes de duas rodas na mecânica. Daí acontecer que, enquanto o simples moinho mói dez arrobas de cereal, em doze horas, a azenha mói, no mesmo tempo, cento e cinquenta.

No entanto, é de aceitar a opinião de um moleiro que afirmara que a farinha da azenha não era tão boa como a do rodízio, por causa do aquecimento. Daí se poder afirmar que a melhor farinha seria a dos povos do Neolítico.

9. Fotografia n° 9.
10. Fotografia n° 10.



9.



10.

Mas o invento veio preencher uma lacuna, relativamente à falta de farinha para o povo, cuja densidade demográfica possuía um saldo positivo entre a mortalidade e a natalidade. Daí condizer com a necessidade.

b) Mós (fotografia n° 10)

São duas, mas maiores com cerca de 1,20 m., como já foi afirmado. Também é de referir que na face da mó andadeira há uns sulcos para que o acto de moagem se efectue mais rápido. A matéria prima é o granito, quando o cereal é milho, mas se for trigo, já é calcário travertino, porque esta rocha é menos dura e não deixa areias. Também encontrei junto de um moinho, já considerado incapaz, uma mó pequena que designaram de alveira e que tinha existido na alta Idade Média um cereal chamado milho-miúdo ou alvo.

Antes de terminar o enunciado sobre a azenha, quero informar que há um item relativo à inclinação do leito do rio, junto à roda vertical, que é importante, porque vai dar mais peso à água e, naturalmente, mais velocidade.

Pelo contrário, se a água tiver pouco impacto, a propulsão terá de ser alterada de inferior para superior, mediante copos. Daí chamar-se azenha copeira.

1.1.7 Moinho de vento

O estudo sobre a moagem ainda não terminou. Mas vai continuar, porque há a referir um sistema de moagem próprio para locais onde não há água corrente e com elevação do terreno. Trata-se de um moinho que é accionado pelo ar em movimento – o vento e com energia também renovável, porque é fruto de um ciclo.

Esse invento veio dos lados da Palestina/ Jerusalém, trazido pelos Cruzados da Europa Ocidental, quando, no séc. XI, caminharam para essas bandas, com o objectivo de recuperarem as ditas cidades que tinham sido conquistadas pelos turcos seldjúcidas. Mas, é de referir que esses movimentos tiveram o seu termo no séc. XIII (fotografia n° 11).

E o moinho tem diferenças e semelhanças, relativamente aos já tratados.

a) Diferenças:

O edifício apresenta uma traça original: cilíndrica, pequena, com seis metros de altura, de alvenaria rebocada por saibro e cal hidráulica, porta na base para passagens e vão no cimo para dar luz natural. Sobre o frechal encontra-se o capelo de forma cónica, onde se encontra um rotor de quatro pás, em cruz, de forma de triângulo isósceles, com base voltada para fora e vértice para o interior, e revestido por pano de tomentos ou estopa.

A propulsão é outra diferença, porque, como já se referiu, encontra-se em cima e não em baixo.

A energia não é hidráulica. É eólica. É consequência do ar em movimento-o vento.

- Semelhanças:

Apenas o sistema mecânico, com os dois veios, entrosa, fuseira e as duas mós.

Esta energia tem uma vantagem sobre a hidráulica, porque esta não mói quando o leito do rio sobe no inverno, nem com falta de água no verão e aquela actua tanto no verão, como no inverno, a não ser que haja uma alteração muito grande na diferença de pressão atmosférica entre duas localidades ou muito frio numa localidade e muito calor noutra, porque o vento vai dum local com pressão alta para as baixas e a sua velocidade também depende da sua diferença.

Há ainda a considerar, no caso presente, da existência de ventos nos quatro quadrantes, com dominância para o do lado norte. Mas, quando “*Deus cria (sic), também do norte chovia*”, diz o ditado popular, para informar que o vento pode ter outros rumos e o moinho parar, porque o rotor não gira do lado contrário. Só quando vier de frente. E, como não há cata-vento, o moleiro tem de estar atento para, mediante um sarilho incorporado no frechal, o virar para o rumo certo.

Depois de tratarmos o último processo de moer cereais, poder-se-á concluir, sem margem para contestação, de que houve uma evolução técnica, consequência de um cérebro que se desenvolveu, pensando.

Mas, o seu autor não parou de pensar, porque é grande o seu espírito, alma, que o mesmo é dizer essência, podendo defini-la como um mundo que não tem peso, nem medida, enquanto a andorinha faz o ninho sempre da mesma forma e material, desde que veio ao mundo terrestre.

Postos estes considerandos, passava a acrescentar alguns itens ao capítulo em estudo, os quais são do seguinte teor:

2. Cereais

Trigo, centeio e cevada foram os primeiros cereais que a natureza deu ao homem, como já foi anteriormente referido. E, passados longos tempos, outro cereal passou a ser conhecido, já com outra configuração, quer no porte, quer na infrutescência – o milho-miúdo ou alvo. Foi na Alta Idade Média, pelo séc. VI D.C que passou a fazer parte da alimentação do homem, quase sempre no pão de mistura ou como terçário, enquanto o pão de trigo, quando simples, era destinado ao degrau superior da escada social.

Estes três cereais eram cultivados por todo o País e, atendendo à sua fisiologia tinha condições de serem semeados em terrenos secos, isto é, não necessitavam de regas. Mas precisavam que durante o tempo da cultura houvesse chuvas, que o ano fosse húmido.

E, como nem sempre o tempo era propício a uma boa colheita, a consequência imediata – a fome, e o Governo ter de importar cereais que, segundo estatísticas existentes, atingiam 75%.

Mas desde sempre se tratou de dar solução ao problema. Assim, houve duas correntes de pensamento sobre a crise existente na economia do séc. XVI ao séc. XVIII:

-Mercantilismo e Fisiocracia. Aquela advogava, entre outros processos que a riqueza de uma nação estava na implantação de indústrias protegidas pelo aumento dos direitos alfandegários sobre as importações, contrapondo comércio interno; esta, pelo contrário, formada por um grupo de economistas franceses do séc. XVIII, afirmava que a riqueza de um país estava no valor das agrícolas, cujos produtos deviam ser secos; que a fonte da riqueza nacional estava no trabalho produtivo, mas só o trabalho agrícola criava valor nos produtos da sociedade e que o trabalho industrial era “Apêndice improdutivo” para o trabalho agrícola.

E, no último quartel do séc. XX, dando execução à tese que professava estar a solução da crise frumentária do Alentejo, no alargar a sementeira a todos os latifúndios, porque os seus donos não os cultivavam. E os políticos pensaram que a ideia genial para a Reforma Agrária era a criação das UCP's (União Colectiva das Produções).

Nesse sentido, em Aguiar, na altura, um lugar da freguesia e concelho de Viana do Alentejo, distrito de Évora, foi criada uma, com a área de 18.000 hectares, tendo sido reduzida depois para 14.000 mil e trabalhada por 492 empregados. O vencimento saía do Ministério da Agricultura e Pescas.

Durante alguns anos, mas pouco, tudo corria bem porque quem pagava era o governo. Mas, entretanto, essa situação foi totalmente alterada e a administração teve de arranjar um processo para pagar aos trabalhadores. Porém o trigo dava muito prejuízo, porque anos secos dão palha e não cereal. Então, como fazer? Pensaram. Despedir os empregados? Não. É vergonha. O remédio imediato foi a criação de gado.

De facto, assim aconteceu, chegando a atingir, em 1982, 1000 vacas a criar novilhos para carne, 5.000 ovelhas, cavalos e porcos. Porém, nos anos 90, o terreno gerido pela UCP foi restituído aos seus proprietários e a Unidade Colectiva de Produção Agrícola foi dada por encerrada a sua liquidação e aprovadas as contas com um saldo de 62.432.240\$00, importância que foi partilhada por todos os cooperadores e ex-cooperadores que prestaram o seu trabalho,

na Cooperativa, ao longo da sua existência e de acordo com os dias de trabalho de cada um (acta da liquidação).

Mas o problema não foi resolvido. O processo não era esse, porque a causa não estava na falta de cultivo do grande espaço existente, mas no clima – por a natureza não mandar chuvas, e na falta do fomento agrário.

Quem assim escreve, foi professor, no horário da tarde e noite, na Escola Secundária de Viana do Alentejo a alunos trabalhadores da referida Unidade que, depois do trabalho, procuravam valorizar-se.

Depois deste parêntese, passo a referir uma novidade relativa à existência de um cereal que veio revolucionar a Agricultura.

Foi no séc. XVI e XVII o seu aparecimento em Espanha e Portugal trazido do México por colonos espanhóis. Foi o milho designado de maçaroca porque as espigas têm a configuração da maçaroca do fio de linho, elaborado pela roca e o fuso, milho graúdo, em contraste com o milho-miúdo que era muito pequeno. Tinha, pois, uma estrutura muito diferente do milho-miúdo. Era muito maior, quer no porte, quer na espiga. Tinha uma forma afunilada e com muitos grãos, cerca de 200, de cor alaranjada e vítrea, inseridos num suporte conhecido por carolo.

Esse tipo de milho por perder bastante humidade na transpiração, devido ao facto de a superfície foliar ser grande, tem necessidade não só de ser compensado com regas constantes, e mesmo em relação à sua fisiologia, caso contrário deixa de criar espigas.

Ora, Portugal tinha e tem uma boa região adaptada a esse cereal. Trata-se sobretudo do Minho, mas há outras, onde o milho produz bem, como Douro Litoral e Beira litoral.

E, para ser conhecido o trabalho que o lavrador tem com a sua produção, passo a descrevê-la:

- Preparar o terreno, espalhando, por todo ele, estrume orgânico, também chamado estrume, retirado dos estábulos, também conhecidos por currais e noutros locais, por corte;
- Lavrar a terra com arado puxado por bois ou vacas, a fim de ser remexida a terra e mergulhado o estrume;
- Lançada à terra a semente pelo lavrador;
- Com a grade accionada pela parelha de gado, é coberta a semente e alisada a terra;
- Com alguns dias, nasce o milho que, decorridas cerca de duas ou três semanas, é necessária uma intervenção que exige pessoas, esforços e tempo. É a sacha destinada a remover as ervas daninhas, porque nessa época não havia herbicidas;

- Decorrido algum tempo há outro trabalho a fazer. Trata-se da chamada arrenda, tarefa mais simples, porque mais rápida e encarregada de alisar a terra para facilitar a rega pelo chamado pé;
- Rega. Esta faz-se sempre que for necessário e com água de várias procedências, como poço, represa e até de regatos;
- Corte da bandeira ou pendão, sempre que esteja criada a espiga. A bandeira compreende o órgão masculino da planta, androceu, que é formado pelos estames, que através de um sistema cruzado, vão levar, mediante os estigmas, o pólen ao ovário para realizar a fecundação;
- Seco o milho, é levado para casa, sendo retiradas as espigas do caule que são colocadas junto da eira. A palha é guardada em medas ou é guardada na casa da eira para alimento do gado e as espigas esperam algum tempo para se organizar a desfolhada, quando há grande volume de espigas.

Essa acção consiste na retirada do folhelho ou espécie de camisas que envolvem a espiga. Também este material retirado vai servir, nalguns casos, para encher o enxergão da cama e em outros para alimento do gado.

A desfolhada é um aglomerado de pessoas vizinhas e amigas, de preferência, nova, que se oferecem para a extracção do referido material, visto haver uma tradição sobre o aparecimento de uma espiga, com os grãos de cor encarnada, que permite ao seu autor, beijar todas e todos os presentes;

- Secagem das espigas na eira;
- Depois de bem secas, eram sujeitas à malhada, trabalho executado por vários homens mediante uma peça de madeira com nome de mangual e que exigia boa força para retirar o grão do carolo;
- De seguida o milho era estendido por toda a eira, durante os dias que fossem necessários, para ser guardado bem seco;
- Também havia nas casas dos grandes produtores de milho um espigueiro, pequena construção com a função de acabar de secar e guardar as espigas de milho. É um pequeno edifício, com uma traça original na forma e nos elementos que o constitui. Tem a forma rectangular e encontra-se apoiado em quatro colunelos de granito que, por sua vez, estão sobrepostos por pequenas mós para os ratos não poderem subir.

Os espigueiros, no geral, são construídos por madeira, excepto os apoios, que são de granito. Mas também há outros que são formados por peças de granito (fotografia nº 12).

As paredes são constituídas por estreitos balaústres de granito ou madeira com a separação uns dos outros, de tal maneira que as aves não possam entrar, mas deixam passar algum sol e o arejamento.

11. Fotografia n° 11.
12. Fotografia n° 12.



Também é de referir que há povoações onde existem aglomerados de espigueiros que mostram desenhos diversificados e uns mais ricos e outros mais pobres. Cita-se como exemplo, Suajo, no centro da localidade, e Lindoso junto ao castelo.

Não foram encontrados documentos sobre espigueiros. No entanto, é de pensar não haver espaço para dúvidas, se afirmar que os espigueiros entraram ao serviço com o milho trazido do México e com a grande produção existente, sobretudo no Minho.

3. Moleiros

Eram e são os profissionais da moagem. Uns, tiveram o domínio directo dos moinhos e domínio útil, e outros, apenas o domínio útil.

A sua acção compreendia não só o serviço dentro do moinho, como mesmo fora. Este constava do transporte do cereal de casa dos fregueses para o moinho e do moinho, com a farinha, para casa dos fregueses. Isto, todos os dias, menos sábado e domingo a percorrer alguns quilómetros por caminhos mal amanhados, seguidos por duas ou três muare carregadas de sacas e vestido por roupa que indicava o seu trabalho. Estava cheia de Farinha.

Mas havia muitos moinhos que não estavam ao cuidado do moleiro. Eram de lavradores que, possuíam campos junto de águas correntes e construía moinhos para moer o cereal sempre que precisassem. Nos tempos passados, o lavrador necessitava de trabalhadores de fora, jornaleiros, para o trabalho do campo. E, o pagamento, no geral, era em farinha, considerada na altura, como moeda de troca.

Assim, além do emprego na alimentação da família, era dada a alguns animais.

A construção dos moinhos era facilitada pelo governo aos interessados, segundo o qual “qualquer pessoa era livre de fazer moinho ou azenha e a respectiva presa em prédio seu desde que não causasse dano a outrem.” (Gama Barros. H. da Administração Pública em Portugal, nos séculos XII a XV, Lisboa, 1950).

Os moleiros residentes no município de Barcelos tinham de possuir um termo de fiança para poderem exercer a sua profissão. E, no arquivo municipal de V. N. de Famalicão foi encontrado um termo relativo aos anos de 1819 a 1833 com o seguinte teor:

3.1 Em 11 de Fevereiro de 1819 se obrigou Luís Marques da Costa, de Esmeris a moer nos moinhos do lugar da Agrela, sendo fiador Manuel José dos Santos.

3.2 No dia 13 de Fevereiro de 1819 se obrigou Manuel Maçado, da freguesia de Castelões

a moer nos moinhos da Torre. Foi fiador Manuel Carvalho de Joane.

3.3 No dia 21 de Janeiro de 1820, se obrigou Manuel José de Carvalho, da freguesia de Joane, a moer nos moinhos da Ponte, na forma dos acórdãos até ao fim de Dezembro deste ano. Foi fiador Domingos de Carvalho.

3.4 Em 16 de Fevereiro de 1821 apareceu Manuel José de Carvalho, de Joane e por ele foi dito que ficava por fiador de João Carvalho, de Mogege, dos moinhos de Louzela, segundo os acórdãos.

3.5 No mesmo dia, se obrigou Pedro Maurício, de Gavião, a moer nos moinhos do lugar da Ponte, na forma dos acórdãos de José António Rodrigues.

3.6 No dia 22 de Março de 1821, apareceu José António Rodrigues, de Gavião, e por ele foi dito que ficava por fiador de Pedro Maurício a moer nos moinhos de Moledo.

3.7 Aos 13 dias de Abril de 1823, apareceu Francisco Carvalho, da freguesia de S. Miguel das Aves e por ele foi dito que ficava por fiador dos moinhos de João de Faria de Paço, da freguesia de S. Martinho do Vale.

3.8 Ao 3 de Fevereiro de 1825 apareceu Manuel Gonçalves e Costa, da freguesia do Louro e por ele foi dito que ficava por fiador das azenhas no sítio da ponte do Louro.

3.9 Aos 13 dias de Abril de 1825 apareceu Manuel de Sousa, da freguesia de Vale de S. Cosme e por ele foi dito que ficava por fiador dos moinhos de Vilar.

3.10 Aos 15 dias do mês de Fevereiro de 1827 apareceu Manuel Gonçalves da Costa, da freguesia do Louro e por ele foi dito que ficava por fiador do moleiro António da Silva, das azenhas da parte de cima da Ponte.

3.11 No dia 5 de Fevereiro de 1827 compareceu Manuel Joaquim de S. Martinho do Vale e disse que fiava a João Ferreira moleiro dos moinhos do Grilo.

3.12 Aos 6 de Fevereiro de 1832 compareceu Manuel José de Oliveira, da freguesia do Telhado e por ele foi dito que fiava ao moleiro António José Pereira as moendas de Lovares.

3.13 No mesmo dia compareceu António José Pereira, da freguesia do Telhado e por ele foi dito que fiava ao moleiro Manuel José de Oliveira as moendas do Fulão e assinava.

Lembro que as localidades assinaladas pertenciam, na altura, ao município de Barcelos, porque V.N. de Famalicão só a partir de 1835 passou a ter autonomia própria.

Feita a necessária informação, não para todos os leitores, mas para alguns, passo a referir as vantagens da sua ocupação:

Pagavam-se, ficando com uma maquia que podia ir até 8 %. Mas os fregueses não acreditavam no seu rigor, mesmo existindo uma postura no ano de 1798, para que “os moleiros não cobrassem uma quantidade exorbitante na maquia, mas que respeitassem a legislação”.

E até escritores populares aproveitaram a situação existente sobre as maquias e mesmo moinhos, para fazerem uso da sua veia poética:

“Ó moleiro / Ó meu Moleiro ladrão/ Inda hás-de ir pró inferno, com a maquia na mão”

“Deus te salve, saco
Primeiro vai a minha Maria,
Tira a maquia.
Depois vai a minha mulher,
Tira o que quer,
Depois vai lá a minha Inácia.
É uma desgraça.
E eu se não fosse pelas contas que tenho de dar,
Nem um saco ao dono havia de dar”.

Adivinhas

Eu trabalho sempre, mesmo
Que o meu dono vá dormir.
Mas só com água nos pés
Ou com vento na cabeça,
E a boca sempre a cuspir.

Mastigo, mas não engulo.
Ando e não avanço caminho.
Sustento os meus quando bulo,
Dentro do meu próprio ninho.

Relógio não sou.
Também não sou nora.

Mas, sem andar, ando,
Por dentro e por fora.

Trabalho o que posso.
Só para o sustento,
Com muito ou com pouco,
A todos contento.
Pareço ser asma

Que não sei curar.
Pois fico tolhido,
Faltando-me o ar.

Eu trabalho noite e dia,
Se me derem de beber.
Nos meus dentes quero água
E na boca de comer.

3.14 Dia Nacional dos moinhos

Os moinhos tradicionais portugueses também têm o seu dia. É, precisamente, desde 2011, na semana do dia sete de Abril.

De norte a sul do País, Autarquias Locais, Associações Culturais, Museus congregam esforços, no sentido desses valores serem, efectivamente, reconhecidos como realidades do Património Cultural, mediante visitas guiadas aos moinhos abertos, com troca de saberes e colóquios. Não era mau que também Famalicão tivesse o seu dia dos moinhos.

4.3



4.3 Moinhos do Rio Pelhe - Património dos “Nossos Rios”

4.3.1 Resumo

O presente artigo *Moinhos do Rio Pelhe - Património dos «Nossos Rios»* constitui um contributo para o reconhecimento do património molinológico no município de Vila Nova de Famalicão, com especial enfoque para os moinhos e azenhas implantadas nas margens do rio Pelhe.

Abordaremos sucintamente a origem da moagem na Idade do Ferro, passando pela expansão dos moinhos hidráulicos durante o período Medieval e terminando com o auge e o declínio da atividade tradicional da moagem durante o século XX. Por último, destacámos os Moinhos do rio Pelhe e com base na sistematização dos dados recolhidos - no *Inquérito Paroquial de 1758* e no *Levantamento do Cadastro das Moagens de Rama de 1940* - iremos caracterizar a expansão dos moinhos hidráulicos no território ao longo dos três últimos séculos. Desta forma sintetizaremos o número de instalações existentes por freguesia, a sua capacidade de produção, bem como, a função e o uso a que se destinavam.

4.3.2 Introdução

Os moinhos e as azenhas implantadas ao longo das margens dos «nossos rios» representam um património arquitetónico e paisagístico que comportam sólidos valores históricos, culturais e sociais sedimentados ao longo dos séculos.

Nos últimos anos a temática acerca do património industrial do Vale do Ave tem suscitado um assinalável interesse que contribuiu para o avanço do conhecimento, bem como para a reflexão sobre novas estratégias territoriais de âmbito cultural e turístico. Considerámos fundamental que esta tendência salutar questione também as fundações da indústria do Vale do Ave, para melhor compreendermos o curso da história e a evolução do território. Embora muitas vezes esquecidos, em risco de desaparecerem, os moinhos e as azenhas são os alicerces das mais importantes indústrias instaladas no Vale do Ave a partir do final do século XIX. Além disto, representam um contacto secular com os rios e a água, representando hoje lugares de assinalável valor patrimonial e paisagístico que merecem ser reintegrados em planos estratégicos municipais ou mesmo regionais.

Pretende-se com este contributo dar mais um passo para o reconhecimento do património molinológico do Vale do Ave. E neste sentido o município famalicense tem vindo a promover nos últimos anos a publicação de estudos sobre a temática. Desejamos que estes contributos culturais se materializem em estudos mais aprofundados e abrangentes incluindo os rios Este, Pele e Ave, ou mesmo mais efetivos, isto é, com intervenções que salvaguardem, preservem e valorizem para as gerações futuras este precioso património.

4.3.3 Enquadramento Geográfico

4.3.3.1 O rio Pelhe e a sua bacia hidrográfica

O rio Pelhe nasce na fronteira Norte do município de Vila Nova de Famalicão no Monte de São Mamede em Braga e desagua na Freguesia de Lousado na margem direita do rio Ave. Apresenta uma bacia hidrográfica com 44,1km² e o seu curso tem 20Kms de comprimento. A sua orientação geográfica é no sentido Noroeste-Sul e atravessa a zona central do município de Vila Nova de Famalicão dividindo-o em duas partes praticamente iguais, abrangendo, no sentido da nascente para a foz, as freguesias de Portela, Telhado, Vale de São Cosme, Cruz, Vale de São Martinho, Gavião, Antas, Calendário, Esmeriz e Lousado. Durante o período Romano o vale do rio Pelhe integrou uma parte do eixo de comunicação entre Bracara Augusta – Portus Cale – Olisipo¹. Faz parte da via de peregrinação a Santiago de Compostela considerando a travessia do Ave na Ponte Lagoncinha e percorrendo o Vale do Pelhe até à freguesia de Santiago de Antas, seguindo para Norte pela freguesia de Gavião.²

4.3.4 Enquadramento Histórico

4.3.4.1 Sistemas primordiais de moagem em Vila Nova de Famalicão

O território que corresponde hoje ao município de Vila Nova de Famalicão apresenta um passado milenar na atividade molinológica. Para tal contribuíram as características geográficas do território, como o clima, os solos e os rios. Estes três aspetos geográficos propiciaram o início da prática agrícola sedentária, e com isso o cultivo de determinadas espécies hortícolas e cerealíferas que integraram a alimentação do homem desde a Idade do Ferro. «Para o noroeste o desenvolvimento do cultivo dos cereais de Verão e Inverno (trigo, milho miúdo e cevada) e das leguminosas (ervilhas e favas)».³

Com a integração dos cereais na alimentação do homem a moagem passou a ser um dos processos habituais na rotina diária dos povos. A origem da moagem de cereais entre duas pedras remonta pelo menos ao período Neolítico, como comprovam os diversos achados encontrados em estações arqueológicas no município de Vila Nova de Famalicão. Os 3 tipos de mós manuais encontradas no Castro de Penices revelam as diferentes etapas da evolução técnica dos sistemas primordiais de moagem.

Numa primeira etapa a moagem de cereais, frutos e sementes foi realizada com recurso a uma Mó Plana e Rebolo do tipo encontrado no Castro de Penices. «Dormente de mó oblonga, naviforme. A superfície superior apresenta um perfil convexo e a superfície inferior aplanada. Fracturada na extremidade distal».⁴

Com o avanço da técnica surgiram as mós discoides manuais, habitualmente usadas pelas legiões

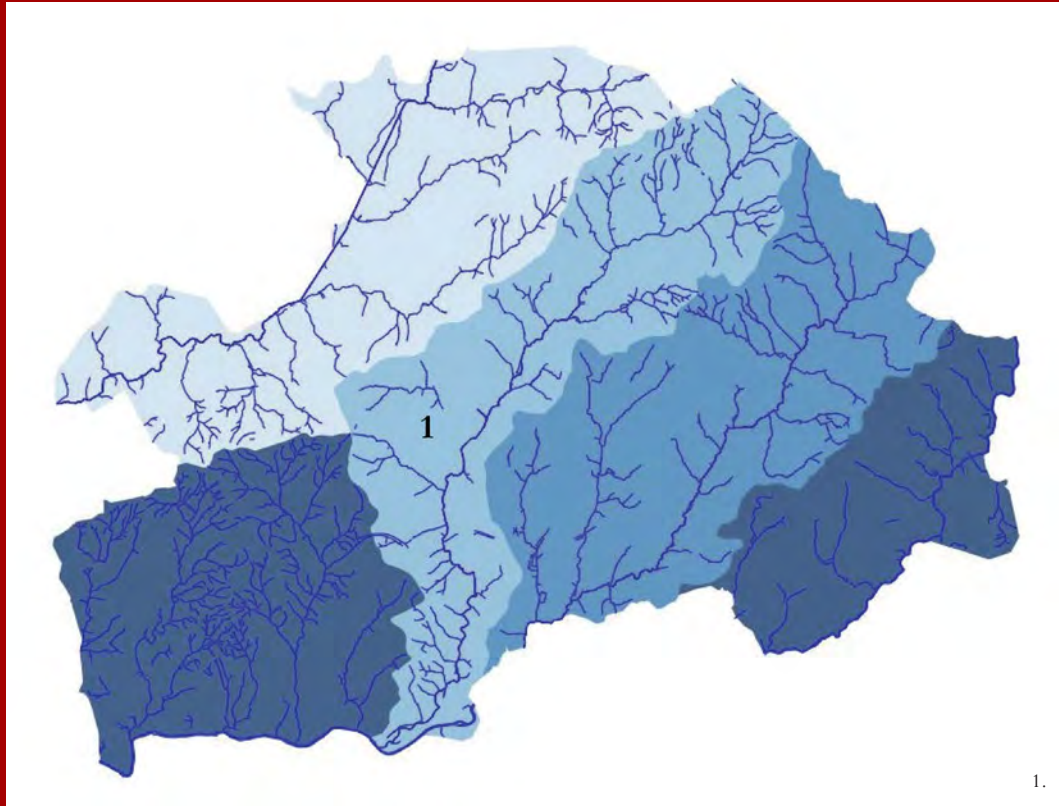
[1] Paulino Gomes, *Famalicão... Terras de Vila Nova*, p. 32.

[2] Arlindo de Guimarães Ribeiro da Cunha, passim «Pela Terra de Vermoim, peregrinando a Compostela» in *Conferências no Parque: Conhecer o Território: Reflexões partilhadas no Parque da Devesa*, 11-28.

[3] Ana M. S. Bettencourt, «Vila do conde na Pré-história Recente» in *Vila do Conde - Tempo e Território*, p. 55.

[4] Famalicão ID; N° de Inventário: GA-FO2006-00074; Gabinete de Arqueologia; Designação: Mó; Descrição:; em linha: <http://www.famalicaoid.org/ficha.aspx?t=o&id=79>

1. Localização geográfica do rio Pelhe e sua bacia hidrográfica no Município de Vila Nova de Famalicão;
Legenda: 1 – Rio Pelhe e sua bacia hidrográfica;
Fonte: Portal Geográfico da C. M. de Vila Nova de Famalicão - SIG Vila Nova de Famalicão.



romanas e por essa razão se atribui a sua introdução em Portugal, nomeadamente nos Castros do Vale do Ave, durante a romanização do território. Nélson Borges considera que foram introduzidas em Portugal vindas do Norte de África durante o século I. Mós discoides deste tipo temos como exemplo o achado do Castro de Penices «Dormente de mó circular. Apresenta uma base irregular. Possui orifício central circular, de paredes ligeiramente convergentes até ao fundo, apesar deste acabar de forma irregular».⁵

No mesmo Castro apareceram mós discoides com rebordo lateral para controlar a projecção e dispersão da farinha durante a rotação da mó.⁶ «Fragmento de meia mó movente, com friso rectilíneo na face superior, que se inclina posteriormente em direcção ao orifício central. Superfície de moagem rectilínea, com um ângulo de 24°. Laterais verticais, com cavidade pentagonal, prolongada, com menor profundidade para a parte superior».⁷ Este tipo de mó representa um avanço tecnológico que persistiu até aos nossos dias. O rebordo lateral é utilizado nas mós dormentes dos moinhos de rodízio tradicionais, como ainda hoje é possível comprovar na mó primitiva do Moinho da Devesa que se encontra no Parque da Devesa próximo do local de implantação do antigo Moinho.

[5] Famalicao ID; N° de Inventário: GA-FO2006-00108; Gabinete de Arqueologia; Designação: Mó; em linha: <http://www.famaliaoid.org/ficha.aspx?t=o&id=80>

[6] Esse rebordo lateral da mó dormente evoluiria mais tarde para a introdução dos cambeiros usados nas azenhas e moinhos tradicionais.

[7] Famalicao ID; N° de Inventário: GA-FO2006-00107; Gabinete de Arqueologia; Designação: Mó; em linha: <http://www.famaliaoid.org/ficha.aspx?t=o&id=81>

[8] Nélson Correia Borges, «A farinação Através dos Tempos - 3 Moinhos Hidráulicos» in *História*, p. 68.

[9] João Luís Cardoso, António de Carvalho, José M. Mascarenhas. «Moinhos Romanos em Portugal» in *AquaRomana - Técnica Humana e Força Divina*, p. 139.

[10] Id., *ibid.*

[11] Nélson Correia Borges, *op. cit.*, p. 68.

[12] João Luís Cardoso, António de Carvalho, José M. Mascarenhas. *op. cit.*, p. 139.

[13] Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano e Benjamim Pereira, *Tecnologia Tradicional Portuguesa - Sistemas de Moagem*, p. 76. Marc Bloch refere que «invenção clássica, o moinho de água é medieval pela época da sua verdadeira expansão».

4.3.4.2 Origem e expansão dos moinhos hidráulicos

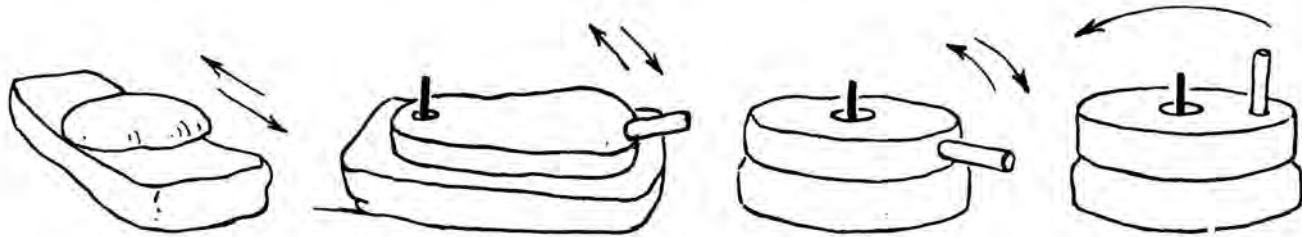
O passo seguinte da evolução tecnológica na moagem de cereais é o surgimento dos moinhos acionados a água. Ainda não é clara a origem cronológica dos moinhos hidráulicos na Europa e mais precisamente no nosso território Peninsular. «Em Roma eram já vulgares no século I. Daí se devem ter espalhado a outras paragens».⁸ «Com efeito ainda em 1973, J. Maluquer Motes afirmava a existência de moinhos romanos na Península Ibérica»⁹ e mais tarde WiKander, em 1980, refere a existência de moinhos hidráulicos romanos próximo da barragem de Proserpina em Mérida.

«No caso Português, apenas há conhecimento de um único caso confirmado por provas diretas: o moinho hidráulico de Conímbriga».¹⁰ Segundo Nélson Borges em «Portugal encontram-se ruínas de moinhos de rodízio junto da represa romana no lugar da Represa - Beja -, o que faz supor o seu aparecimento no extremo ocidente europeu na época luso-romana».¹¹ Além destes casos, com base em estudos arqueológicos são apontados como presumíveis moinhos hidráulicos romanos - a azenha da Barragem de Chocapalhas em Tomar no distrito de Santarém; o moinho de rodízio de Tanque de Mouros em Estremoz no distrito de Évora e o moinho de rodízio da Barragem de Grândola no distrito de Setúbal.¹²

Estes dados, relativamente recentes, lançados pela arqueologia colocam em causa a ideia generalizada que os moinhos hidráulicos na Península Ibérica são instalações do período medieval.¹³ É certo que a documentação histórica da antiguidade que chegou até hoje, concentra diversas referências escritas sobre a existência de moinhos durante este período. É o caso

2. Esquema da evolução técnica das mós manuais - à esquerda a Mó Plana com Rebolo e à direita a Mó Manual Discoide; Autor: Fernando Galhano; Fonte: «Moinhos e azenhas de Portugal».

3. Azenha no Minho; Autor: (desconhecido); Fonte: «Tecnologia Tradicional Portuguesa - Sistemas de Moagem».



2.



do documento escrito intitulado - *Portugaliae Monumenta Historica* - que reúne diversas referências que demonstra a difusão e a importância dos moinhos de água, a partir do século X, no ocidente da Península Ibérica. A notícia mais antiga encontra-se num documento de 906: «Territorio bracharense. Composição entre o bispo de Coimbra e o de Iria sobre a igreja e villa de Santa Eulalia, situada em Selva Escura, onde chamavam Aguas Santas. Na divisão, que se faz das terras, ha pomares, vinhas, campos de linho, azenhas, casas habitadas; ha, emfim, oque pôde denotar a existencia de população sedentari». ¹⁴

Perante estes dados arqueológicos e históricos perguntamos qual a origem dos moinhos hidráulicos no Vale do Ave? Seriam introduzidos no Noroeste Peninsular por influência Romana?

Segundo Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano e Benjamim Pereira «não dispomos de elementos que permitam situar exatamente a data do aparecimento dos moinhos de água nas regiões que correspondem hoje a Portugal, mas parece legítimo supor que eles tenham também sido introduzidos aqui pelos Romanos, como um aspecto da difusão geral do sistema por todo o Império». ¹⁵

À luz dos dados apresentados é lógico estabelecer uma evolução progressiva das técnicas molinológicas - 1º as mós planas e rebolo, 2º as mós manuais discoides e 3º os moinhos hidráulicos. Diversos autores balizam cronologicamente estas diferentes fases entre a Idade do Ferro e o século I. ¹⁶ Neste sentido é provável que as mós manuais encontradas nos Castros de Penices em Vila Nova de Famalicão, ou mesmo, nos Castros de Briteiros em Guimarães e na Cividade de Bagunte em Vila do Conde, tenham seguido a sua evolução técnica natural progredindo para os moinhos hidráulicos durante o período da ocupação Romana, isto é, durante os primeiros séculos da era Cristã. Deste modo, constituiriam um dos complementos do conjunto edificado das *Villae* identificadas no município de Vila Nova de Famalicão no período da romanização? ¹⁷ Se as *Villae* eram unidades agrícolas onde existiam celeiros, é plausível pensarmos que existiam moinhos hidráulicos? Contudo, falta-nos dados científicos que confirmem esta hipótese.

Sabemos que os moinhos hidráulicos tiveram uma larga expansão em território português durante o período medieval entre o século XII e XIII, motivado pelo monopólio da exploração energética dos rios levado a cabo pelos grandes senhores da terra: o Reino, o Clero e a Nobreza.

Ao longo do reinado de D. Afonso III foi estabelecido a Maria Oriz o «*Afforamento de Moinhos no lugar de Villa Boa Termo de Vermoim*» ¹⁸ em Vila Nova de Famalicão. Igualmente no rio Ave aparecem referências durante o reinado de D. Dinis, nomeadamente uma autorização régia concedida a Aldara Martins, em 1295, para construir uma Azenha num «lugar em rio Ave sobre a pena da Maganha». ¹⁹ Além destes casos existem outros que comprovam que o Vale do Ave foi um pólo industrial valorizado pelo Reino, a Nobreza e o Clero durante o período medieval.

[14] Henrique da Gama Barros, «Existência de População Fixa, nos Séculos IX a XI, Em Grande Parte do Território Desde o Minho até ao Mondego» in *História da Administração Pública nos Séculos XII a XV*, p. 315.

[15] Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano e Benjamim Pereira, op. cit., p. 78.

[16] cf. Abbot Usher, *História das Invenções Mecânicas*; Pierre Ducassé, *História das Técnicas*; Jorge Dias, «Moulinos Portugais» in *Revista de Etnografia*; Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano e Benjamim Pereira, *Tecnologia Tradicional Portuguesa - Sistemas de Moagem*; Néilson Borges, «A Farinação através dos Tempos 1, 2 e 3» in *História*.

[17] Paulo Campos Correia, «“Corta e Cose”»: A formação, evolução e consolidação dos limites administrativos do concelho de Vila Nova de Famalicão» in *Boletim Cultural de Vila Nova de Famalicão*, pp. 340-341.

[18] Consultado digitalmente no Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

[19] Consultado digitalmente no Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

No «Tombo de Santiago de Gavião», elaborado em 1564, é descrito os limites físicos da freguesia onde surge como elemento de referência territorial: um moinho de rodízio no rio Pelhe - «a dali atravessa o Monte das Penas e vai ter pelo rodízio do Moinho alveiro de Grilo onde acaba de partir com São Martinho».²⁰ Com esta referência podemos afirmar que já existiam moinhos hidráulicos no rio Pelhe em meados do século XVI.

O monopólio da exploração energética dos rios foi também ministrado pelas ordens religiosas, isto é, pelos conventos e mosteiros instalados no território. Aforavam ou emprazavam moinhos implantados quer na sua área de jurisdição - coutos e cercas - quer mesmo fora dela, fruto de doações patrimoniais concedidas por privados a troco de promessas religiosas. É o caso do Convento Corpus Christi, em Vila Nova de Gaia, que detinha metade do foro da Azenha de Chaves²¹ implantada na margem direita do rio Ave, na freguesia de Fradelos em Vila Nova de Famalicão. Ou ainda, o contrato de emprazamento realizado pelo Mosteiro de Landim, em 1529, de uns moinhos situados no rio Pele em Vila Nova de Famalicão:

Com tal preto, e condiçam, que vos deis, e pagueis, como dito he, pela primeira vida oito alqueires de pam; e pela segunda vida doze alqueires de pam meado; e pela terceira vida quinze alqueires de pam meado; e começareis a fazer a primeira paga por Sam Miguel de Setembro de mil e quinhentos e vinte e nove annos; e dahi avante pelo di Sam Miguel, em cada huum anno, vos, e pessoa depos vos, dentro do dito Mosteiro de Nandim, em cada huum anno, com aqual renda vos sereis muito obedientes. Em nam vendereis, nem escambareis, nem trocareis, nem emalheareis os ditos moynhos, sem nossa licença, e de nossos socessores, e fazendo, que nom valha, e percaes o prazo, e fazendo per nossa licença, que nos pagueis o quinto do preço porqu for vendido ou avaluado.

António Martins, Emília Nóvoa Faria, «11 - Contrato de emprazamento de uns moinhos situados no Rio Peles» in *Mosteiro de Santa Maria de Landim - Raízes e Memória*, p. 149-150. «(A. N. T. T. - Corporações Religiosas, Mosteiro de Santa Maria de Landim, m.1, doc. 24), 1529, Fevereiro.»

[20] Luís Gonzaga Cardoso de Almeida, *Santiago de Gavião - Páginas de História*, p. 81.

[21] António Cruz, «Casas de Lavoura do Reguengo de Bougado na Charneira de Dois Séculos» in *Santo Tirso - Boletim Cultural Concelhio*, p. 134.

É certo que no século XVI os principais rios de Vila Nova de Famalicão - Ave, Pele, Pelhe e Este - já eram explorados para diversas atividades industriais, tais como, a moagem de cereais, o pisoar da lã, a produção de azeite e a serração de madeira. A expansão dos moinhos hidráulicos continuou ao longo do século XVII aliado à produtividade agrícola de cereais e ao aumento demográfico na Região. No século XVIII os rios de Vila Nova de Famalicão dispunham, ao longo das suas margens, de um *sistema molinológico* formado por inúmeros moinhos, azenhas e açudes perfeitamente consolidado e com grande capacidade produtiva. Constituían, sem dúvida, a principal fonte de produção industrial para alimentar os importantes núcleos urbanos circundantes - as cidades do Porto, Braga e Guimarães.

4.3.5 Moinhos do Rio Pelhe

Ao longo do rio Pelhe, desde a nascente na freguesia de Telhado, até à foz na freguesia

4. Fólio do Livro de Horas dito de D. Manuel (1517-1551) onde está ilustrado duas azenhas em atividade; Autor: António de Holanda; Fonte: Museu Nacional de Arte Antiga.

5. Moinho de rodízio tradicional localizado no rio Febras, na freguesia de Briteiros, município de Guimarães; Autor: R. Bruno Matos (2012).



de Lousado, existiam inúmeros moinhos, azenhas e açudes que exploravam a energia proveniente da água para exercerem a moagem de cereais, o pisoar dos panos e o esmagar da azeitona para a produção de azeite. Com recurso aos dados provenientes do Inquérito Paroquial de 1758 é possível aferir a existência de inúmeros moinhos nas freguesias banhadas pelo rio Pelhe.

Na freguesia de Telhado:

Tem o ribeiro nesta freguesia varios moinhos e hum engenho de azeite e hum fullão ou pizão de burel. E junto dos passaes desta igreja há uma possa grande, com que se rega de Veram e moem os moinhos com a agoa do mesmo ribeiro, a qual poça se chama a Poça de Telhado. José

Viriato Capela, António Joaquim Pinto da Silva, *Vila Nova de Famalicão nas Memórias Paroquiais de 1758*, p. 225

Na freguesia de Vale de São Martinho:

Pello distrito desta freguezia na estremadura entre ella e a freguezia de Sam Tiago da Cruz, corre hum regato ordinário, que tem principio na freguezia de Santa Marinha da Portella, daqui distante huma legoa no monte que chamam Serdeiras da parte do Norte e corre sucegadamente, por não ser a terra dispinhada. E de suas agoas se não aproveitam nada os moradores desta freguezia para regar as sua terras, e só tem no lugar do Grillo nesta freguezia sinco moinhos, de pam de segunda e hum engenho de azeite e dahi vai correndo na mesma forma em distancia de legoa e meia até se meter no rio Ave abaixo da ponte da Lagoncinha. Id., Ibid., p. 232

Na freguesia de Gavião:

Sendo o Inverno abundante de agoas dellas se aproveitam dezoitto moinhos, que moem thé o S. João, porém muiltos annos não chegam a moer thé esse tempo, ou pell esterilidade dos mesmos ou por se utelizarem dellas para regarem os campos; mas sempre no Estio se diminuem de sorte que em alguns annos nem agoa dá para saciar a sede dos animaes.

Também nesse regato há hum lagar de fazer azeite e hum pizão para a fabrica dos boréis. Id., Ibid., p. 160

Na freguesia de Calendário:

corre um ribeiro que tem seu nascimento na freguezia de Sam Cosme do Vale e suas vezinhansas, distante huma legoa. E ainda que em algumas paragens deste há moendas. Id., Ibid., p. 130

Na freguesia de Esmeriz:

Nam constam de virtude que tenham suas agoas e tem algumas asudes para tirar agoa para rega dos campos e moer alguns moinhos que há e hum pizam que só trabalham de Inverno por serem lemitadas as agoas tanto que muntos annos secam de Veram. Id., Ibid., p. 154

Na freguesia de Lousado:

Tem em o distrito desta freguezia o rio Ave coatro asudes ou levadas em que há azenhas de moer pam, como também o rio pequeno, tem moinhos para o mesmo efeito. Uza o povo

livremente das suas agoas para a cultura dos seus campos; isto hé do rio Pequeno, que das agoas do Ave se não podem utilizar para o dito efeito, só para as muendas asima referidas. Id.,

ibid., p. 18

De acordo com estas referências que embora incompletas por ausência de dados na fonte relativos às freguesias da Portela, Vale de São Cosme, Cruz e Antas verificamos que no século XVIII existiam no rio Pelhe mais de 31 moinhos destinados à moagem de cereais, nomeadamente milho miúdo, milho maiz, centeio, trigo e painço. Eram também de relevante importância os lagares hidráulicos e os pisões de tecidos que veem reforçar a ideia de que já neste período existia uma multifuncionalidade industrial consolidada no território de Vila Nova de Famalicão. Estes dados são interessantes para entendermos as fundações históricas da industrialização do Vale do Ave. Os pisões foram instalações de grande importância para a qualidade dos tecidos produzidos e por essa razão eram bastante valorizados quer pelo reino, quer pelas estruturas eclesiásticas.

[22] Augusto Castro Pereira, *História da Indústria do Vale do Ave (1890-2001)*, p. 103.

Quadro 1 - Património molinológico do rio Pelhe em 1758 (século XVIII) - Inquérito Paroquial de 1758

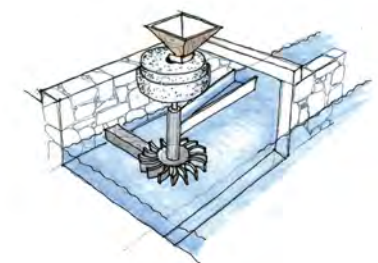
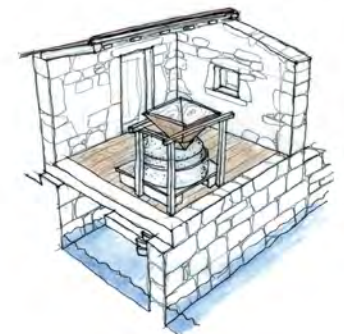
| Portela | Telhado | Vale de S. Cosme | Cruz | Vale de S. Martinho | Gavião | Antas | Calendário | Esmeriz | Lousado |
|--|----------------|------------------|------|---------------------|------------|-------|------------|----------------|-------------|
| - | Vários Moinhos | - | - | 5 Moinhos | 18 Moinhos | - | Moendas | Alguns Moinhos | Têm Moinhos |
| - | 1 Lagar | - | - | 1 Lagar | 1 Lagar | - | - | - | - |
| - | 1 Pisão | - | - | - | 1 Pisão | - | - | 1 Pisão | - |
| Nº de Moinhos prováveis (Nota: consideramos pelo menos 2 moinhos nas freguesias que não foram quantificados numericamente, pelo que essas referencias encontram-se escritas no plural) | | | | | | | | >31 | |
| Nº de Lagares | | | | | | | | 3 | |
| Nº de Pisões | | | | | | | | 3 | |
| Nº Total de Instalações Molinológicas | | | | | | | | > 37 | |

A atividade molinológica ao longo dos rios de Vila Nova de Famalicão prosseguiu durante o século XIX. Com o Inquérito Industrial de 1880 foram registadas 88 instalações molinológicas que empregavam 217 pessoas.²²

Na primeira metade do século XX a atividade dos moinhos hidráulicos tradicionais continuou

6. Moinho da «Quinta de Vilar» em 2008, localizado outrora no «Parque da Devesa», margem direita do rio Pelhe, na freguesia de Antas; Autor: R. Bruno Matos.

7. Reconstituição volumétrica extrudida do Moinho da «Quinta de Vilar», localizado outrora no «Parque da Devesa», margem direita do rio Pelhe, freguesia de Antas; Autor: R. Bruno Matos.



7.

viva apesar da ameaça das grandes indústrias de moagem, reflexo do ambicionado progresso tecnológico e económico que o governo de António Salazar pretendia alcançar. Exemplo disto é a «Companhia Nacional de Moagem» implementada em 1919 e que produzia 80% da farinha e pão comercializados na cidade de Lisboa.²³

Na década de 1940 (posteriormente atualizado na década de 1960) é promovido pelo Ministério da Economia em colaboração com a Direção Geral dos Serviços Hidráulicos um levantamento cadastral de todos os moinhos e azenhas instalados nos rios Portugueses, com o objetivo de atualizar a cobrança de impostos. Ao «Guarda-rios» era incumbida a missão de recolher os dados relativos aos moinhos e azenhas, bem como o respetivo nome do proprietário e a sua morada. Nessa altura todos os moleiros em atividade tinham forçosamente que pagar os seus impostos nos respetivos «Grémios da Lavoura» da região, sob pena de sofrerem pesadas contraordenações.

A segunda fase deste inquérito foi realizada na década de 1960 sob alçada do Ministro da Economia Ferreira Dias, grande defensor da Industrialização do País. «Manifesta-se contra a indústria caseira e sobre tudo contra o mau exemplo que a indústria da moagem de ramas representa para o País: “Vejo em muitos milhares de instalações desta indústria um primitivismo tão rude que bem me agradaria vê-las desaparecer(...) mas há gente encantada com o romantismo das azenhas e com o saber artesanal do ofício do moleiro, que não quero entrar em apreciações que só me trariam mais opositores; esqueço-me que a maior parte daquela actividade é miséria, quando não é fraude(...)».²⁴ Ferreira Dias com o objetivo de combater a “fraude” fiscal das indústrias tradicionais de moagem promoveu um rigoroso inquérito cadastral intitulado «Cadastro das Moagens de Rama - (Moinhos e azenhas acionados por água das correntes públicas com ou sem levada)».

[23] José-Augusto França. *Os Anos 20 em Portugal - Estudo de Factos Sócio-Culturais*, p.223.

[24] Maria Fernanda Rollo. «A Industrialização e os seus impasses» in *História de Portugal - O Estado Novo (1926-1974)*, p.465.

Quadro 2 - Património molinológico do rio Pelhe na década de 1940 (século XX) - (Inventário cadastral realizado na década de 1940 e atualizado na década de 1960 pela Direção Geral dos Serviços Hidráulicos)

| Portela | Telhado | Vale de S. Cosme | Cruz | Vale de S. Martinho | Gavião | Antas | Calendário | Esmeriz | Lousado |
|-----------------------|-----------------------|-----------------------|------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|-----------------------|
| Moinho 1 casal de mós | Moinho 1 casal de mós | Moinho 1 casal de mós | Moinho 2 casais de mós | Moinho 2 casais de mós | Moinho 2 casais de mós | Moinho 2 casais de mós | Azenha 2 casais de mós | Azenha 2 casais de mós | Moinho 1 casal de mós |
| - | Moinho 1 casal de mós | Moinho 1 casal de mós | Moinho 1 casal de mós | Moinho 2 casais de mós | Moinho 3 casais de mós | - | Azenha 2 casais de mós | Moinho 2 casais de mós | Moinho 1 casal de mós |
| - | Moinho 1 casal de mós | Moinho 1 casal de mós | - | Moinho 4 casais de mós | Moinho 1 casal de mós | - | Moinho 1 casal de mós | Moinho 2 casais de mós | Moinho 1 casal de mós |

8. Azenha de Penices com 4 rodas localizada na margem direita do rio Ave; Fonte: «Ilustração Portuguesa», N° 163, Ano: 1909.



| | | | | | | | | | |
|-------------------------|------------------------------|-----------------------------|--------------------------|------------------------------|------------------------------|-------------------------|-----------------------------|---|------------------------------|
| - | Moinho 1 casal de mós | Moinho 1 casal de mós | - | Moinho 4 casais de mós | Moinho 2 casais de mós | - | Azenha 1 casal de mós | Azenha 3 casais de mós (Moinho de S. Marçal) | Moinho 1 casal de mós |
| - | Moinho 1 casal de mós | Moinho 1 casal de mós | - | Moinho 3 casais de mós | Moinho 2 casais de mós | - | - | Moinho 1 casal de mós | Moinho 1 casal de mós |
| | Moinho 1 casal de mós | Moinho 1 casal de mós | - | - | Moinho 2 casais de mós | - | - | Moinho 2 casais de mós | Moinho 3 casais de mós |
| | Moinho 1 casal de mós | - | - | - | Moinho 3 casais de mós | | | Moinho 1 casal de mós | Azenha 1 casal de mós |
| Portela | Telhado | Vale de S. Cosme | Cruz | Vale de S. Martinho | Gavião | Antas | Calendário | Esmeriz | Lousado |
| - | Moinho 3 casais de mós | - | - | - | Moinho 1 casal de mós | - | - | Azenha 2 casais de mós | Moinho 1 casal de mós |
| - | - | - | - | - | Moinho Ruína | - | - | Moinho 3 casais de mós | Moinho 1 casal de mós |
| - | - | - | - | - | Moinho 2 casais de mós | - | - | - | Moinho 1 casal de mós |
| - | - | - | - | - | Moinho 1 casal de mós | - | - | - | Moinho 1 casal de mós |
| 1 | 8 | 6 | 2 | 5 | 11 | 1 | | 7 | 10 |
| Moinho de Rodízio | Moinhos de Rodízio | Moinhos de Rodízio | Moinhos de Rodízio | Moinhos de Rodízio | Moinhos de Rodízio | Moinho de Rodízio | 1 Moinho de Rodízio | Moinhos de Rodízio | Moinhos de Rodízio |
| - | - | - | - | - | - | - | 3 Azenhas | 2 Azenhas | 1 Azenha |
| 1 | 10 | 6 | 3 | 15 | 19 | 2 | 6 | 18 | 13 |
| Casal de Mós | Casais de Mós | Casais de Mós | Casais de Mós | Casais de Mós | Casais de Mós | Casais de Mós | Casais de Mós | Casais de Mós | Casais de Mós |

| | |
|---------------------------------------|----|
| Nº de Moinhos de Rodízio | 52 |
| Nº de Azenhas | 6 |
| Nº de Casais de Mós | 93 |
| Nº Total de Instalações Molinológicas | 58 |

A partir do levantamento cadastral das instalações molinológicas no rio Pelhe, realizado na década de 1940, podemos verificar que Vila Nova de Famalicão dispunha de um corredor pré-industrial destinado à moagem de cereais, que atravessava o núcleo central do município no sentido Norte/Sul.

Estávamos perante um importante pólo industrial de produção de farinha tradicional, constituído por 58 moinhos hidráulicos instalados ao longo do curso do rio Pelhe e que dispunham de 93 casais de mós.

Entre as 10 freguesias podemos verificar que Gavião e Esmeriz eram os principais pólos molinológicos do rio Pelhe. Gavião destaca-se pela longa tradição histórica na indústria tradicional que remonta, pelo menos, ao século XVI. No século XVIII dispunha já de 18 moinhos referenciados no Inquérito Paroquial. Este número manteve-se ativo até meados do século XX como comprovam os dados relativos ao Levantamento do Cadastro das Moagens de Ramas realizado em 1940. Nesta altura existiam 11 moinhos com 19 casais de mós, sem contar com o moinho em ruína. O conjunto molinológico de Gavião podia alcançar elevados índices de produção de farinha.

Por outro lado destacámos também Esmeriz. Embora o número de moinhos sejam apenas 9 (menos 2 que Gavião) estes apresentavam uma elevada capacidade produtiva e dispunham de 18 casais de mós. Exemplo disto é o Moinho de S. Marçal que possuía 3 casais de mós, sendo um deles acionado por uma roda vertical, cujo engenho tinha uma capacidade de produção superior ao moinho de rodízio tradicional.

Merecem também destaque as freguesias de Vale de São Martinho e Lousado. Vale de São Martinho apesar de ter apenas 5 moinhos dispunha de 15 casais de mós, aproximando-se em termos quantitativos das freguesias de Gavião e Esmeriz. Este facto revela que os moinhos do Vale de São Martinho eram instalações com uma área útil acima da média, pois todos eles albergavam 2 ou 3 casais de mós. Por sua vez Lousado dispunha de 11 moinhos tal como Gavião, mas a sua capacidade de produção era inferior às freguesias de Gavião, Esmeriz e Vale de São Cosme. Cada moinho dispunha apenas de um casal de mós o que traduz um indicador da dimensão reduzida do edifício. Podemos atribuir a este facto a proximidade com o rio Ave, explorado por azenhas com grande capacidade produtiva que relevavam os moinhos do Pelhe a uma produção meramente doméstica.

PATRIMÓNIO MOLINOLÓGICO DO RIO PELHE EM 1758 (SÉC. XVIII)

(Dados recolhidos do Inquérito Paroquial de 1758)

LEGENDA:

37 - Moinhos hidráulicos no rio Pelhe

01 - Azenha das "Marcas" no rio Ave

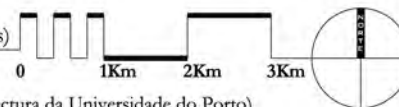


TEMA: Moinhos do rio Pelhe - o património dos «Nossos Rios»

DESENHO: Planta Cartográfica (Curso do rio Pelhe, freguesias e localização dos Moinhos)

BASE: Cartografia Militar sobreposta com cartografia Municipal atualizada (SIG VNF)

AUTOR: R. Bruno Matos © (Centro de Estudos de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto)



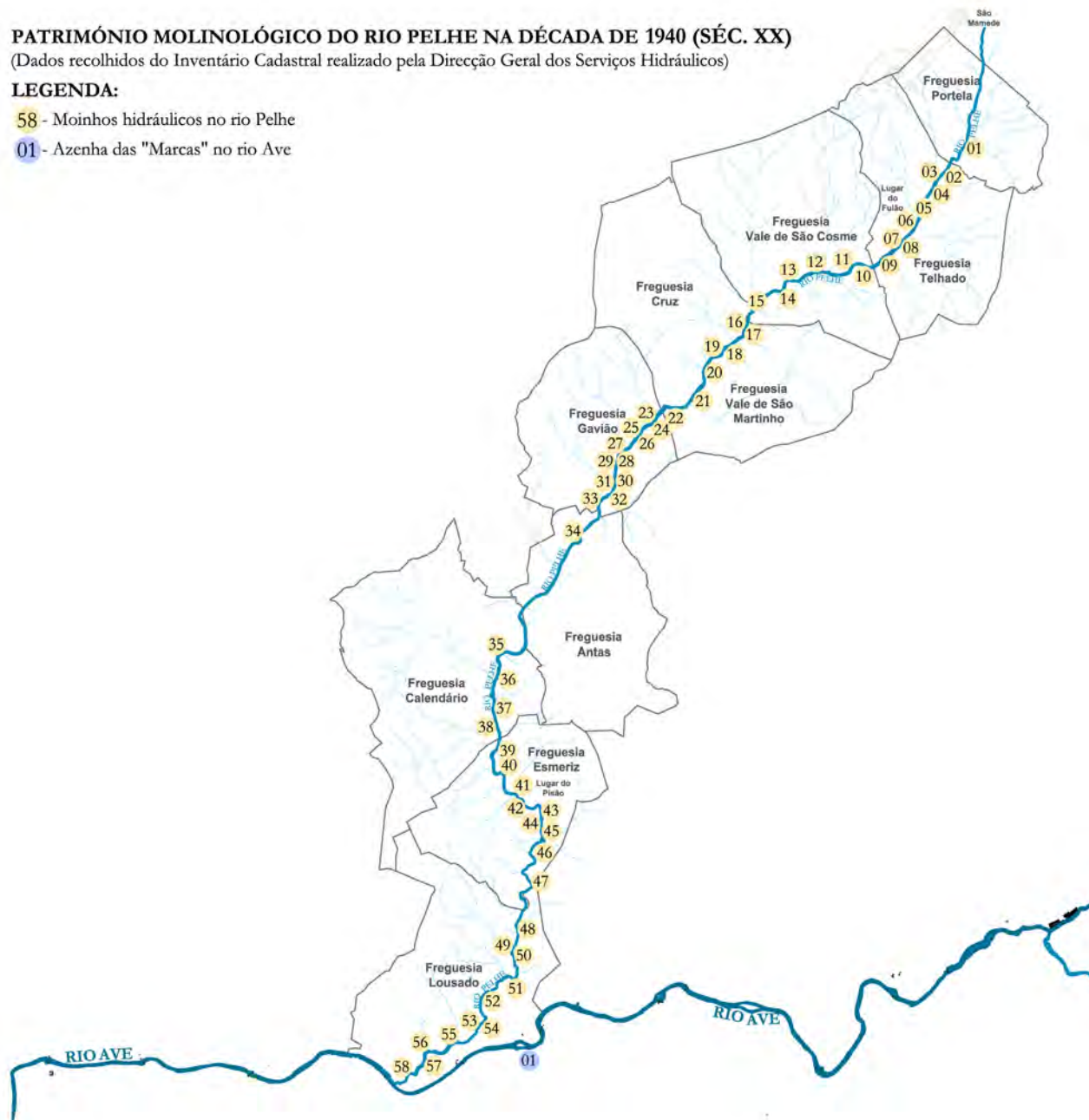
PATRIMÓNIO MOLINOLÓGICO DO RIO PELHE NA DÉCADA DE 1940 (SÉC. XX)

(Dados recolhidos do Inventário Cadastral realizado pela Direcção Geral dos Serviços Hidráulicos)

LEGENDA:

58 - Moinhos hidráulicos no rio Pelhe

01 - Azenha das "Marcas" no rio Ave



TEMA: Moinhos do rio Pelhe - o património dos «Nossos Rios»

DESENHO: Planta Cartográfica (Curso do rio Pelhe, freguesias e localização dos Moinhos)

BASE: Cartografia Militar sobreposta com cartografia Municipal atualizada (SIG VNF)

AUTOR: R. Bruno Matos © (Centro de Estudos de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto)



PATRIMÓNIO MOLINOLÓGICO DO RIO PELHE NA DÉCADA DE 1980 (SÉC. XX)

(Dados recolhidos no Centro de Informação Geoespacial do Exército - Cartografia Militar de 1978)

LEGENDA:

- 08 - Moinho de São Marçal
- 17 - Moinhos hidráulicos no rio Pelhe
- 01 - Azenha das "Marcas" no rio Ave
- 07 - Moinhos dos afluentes do rio Pelhe

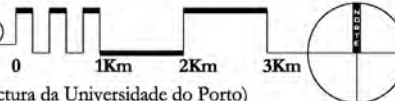


Enquadramento Geográfico, Histórico e Territorial

DESENHO: Planta Cartográfica (Curso do rio Pelhe, freguesias e localização dos Moinhos)

BASE: Sistema de Informação Geográfica sobreposto com Cartografia Militar de 1978

AUTOR: R. Bruno Matos © (Centro de Estudos de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto)



Os moinhos do Pelhe eram também um complemento sazonal das Azenhas do Ave. No Inverno os Moleiros das Azenhas do Ave deslocavam-se para os moinhos instalados ao longo dos afluentes para continuarem a sua atividade moageira, evitando assim os prejuízos e os perigos ocasionados pelas cheias inverniais do rio Ave.

Esta rotina sazonal realizada pelos Moleiros do Ave que deslocavam a atividade do rio Ave para os seus afluentes, em função da época do ano, deve-se à procura de melhores condições hidrográficas para o exercício da moagem.²⁵ O Moleiro Joaquim de Sá exercia a sua atividade na «Azenha das Marcas» instalada na margem esquerda do rio Ave, na freguesia de Lousado e durante os meses de Inverno deslocava-se 5 Kms para o Moinho de São Marçal instalado na margem esquerda do rio Pelhe, na freguesia de Esmeriz.

Com o advento das novas fontes de energia - o vapor e mais tarde a eletricidade - que liberta a atividade industrial da dependência energética dos rios surgem novas indústrias de moagem na periferia dos grandes centros urbanos - Porto e Braga. Estas apostam na importação em grande escala de cereais e numa produção massificada de farinha para alimentar o mercado urbano em franco crescimento.

Esta nova tendência económica colocou o setor da moagem de ramas em dois patamares desiguais, que resultou na decadência da moagem tradicional exercida pelos moinhos hidráulicos, cujo índice de produção era lento, exigia manutenções periódicas e mão-de-obra especializada.

No Vale do Ave a partir da década de 1940 com a atualização cadastral dos moinhos hidráulicos, efetuada pelo Ministério da Economia, os moleiros em atividade viram-se confrontados com a legalização do setor e o cumprimento obrigatório das contribuições fiscais. O Moleiro Joaquim de Sá, arrendatário e posteriormente proprietário do Moinho de São Marçal, instalado na margem esquerda do rio Pelhe na freguesia de Esmeriz, para manter legal a atividade do seu moinho tinha que pagar a «Contribuição Industrial» ao Ministério da Fazenda Pública, as «Taxas de Laboração» ao Grémio da Lavoura de Vila Nova de Famalicão e as «Licenças para exercer o Comércio ou Indústria - Grupo C - Moinho ou Azenha» à Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão. Além disto, tinha que pagar a «Licença de Trânsito» da bicicleta e do «carro de duas rodas e animal» ao Ministério das Finanças, bem como, a «Licença para Cães» de guarda à Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão.

Apesar da crise instalada no setor devido à concorrência da grande indústria, às elevadas cargas fiscais e às onerosas manutenções dos engenhos, o Moinho de São Marçal foi mantendo a sua atividade até à década de 1980. E para esta resistência contribuiu, por um lado a falência generalizada dos seus congéneres próximos o que possibilitou obter alguns recursos com base

[25] Este aspeto relacionado com a sazonalidade da atividade molinológica entre os rios afluentes e o rio principal - o Ave - é recorrente acontecer, não só em Vila Nova de Famalicão como também noutros municípios.

9. Taxa de Laboração emitida pelo Ministério da Economia - Grémio da Lavoura de Vila Nova de Famalicão em 1948 e Contribuição Industrial emitida pela Tesouraria da Fazenda Publica em 1961 referente à atividade da moagem exercida no Moinho de São Marçal localizado na margem esquerda do rio Pelhe na freguesia de Esmeriz - Vila Nova de Famalicão;

Fonte: Arquivo pessoal da Família Sá.
 10. Moinho de São Marçal localizado na margem esquerda do rio Pelhe, freguesia de Esmeriz - Vila Nova de Famalicão; Autor: R. Bruno Matos (2017).

R. C. B.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

GRÉMIO DA LAVOURA DE VILA NOVA DE FAMILICÃO

Mês de **FEVEREIRO** de **1948**

| N.º do FLIN | Instalação | N.º Avença | Escudos |
|-------------|------------|------------|---------|
| 45-210 | AZENHA | 23345 | 43800 |

Recebi do Sr. **Joaquim da Sá**
 morador em **Esreja**
 freguesia de **ESMERIZ**
 a quantia de **Quarenta e tres escudos**
 referente ao pagamento, por avança, das taxas de laboração, devidas à Comissão Reguladora dos Moinhos de Ramas, de **[22 MAR 1948]** de 1948
 O Presidente do Grémio
DE VILA NOVA DE FAMILICÃO

Isento de selo, por despacho da S. Ex.ª o Sub-Secretário das Finanças, de 3 de Janeiro de 1929.

L. N.º 42
 160.000 r.
 Ag.º 946

Modelo n.º 1

CONTRIBUIÇÃO INDUSTRIAL (GRUPO C)

Ano económico de 19**61** Conhecimento n.º **1249**

Distrito d **BRAGA** Concelho **FAMILICÃO** Bairro

Deve o Sr. **Joaquim da Sá**
 residente em **Esreja - 65 metros** proveniente da contribuição industrial e adicionais em que foi colectado **procentos ou Angulos**

a quantia de **quarenta e tres escudos e uma Silva**

| | |
|-----------------|--------|
| Total | 241,00 |
| Juros de mora | 0 |
| Sellos e custas | 0 |
| Soma | 241,00 |

2.ª e última prestação

| | |
|-----------------|-------|
| Juros de mora | 14,80 |
| Sellos e custas | 2,80 |
| Soma | 17,60 |

Pagou em _____ de _____ de 19__


 O Chefe da Secção de Finanças O Tesoureiro da Fazenda Pública



numa economia de proximidade. Por outro, não restava alternativa profissional ao último moleiro que dedicou a sua vida à moagem e ao moinho herdado da família, que pretendia a qualquer custo preservar as heranças patrimoniais.

4.3.6 Considerações Finais

Com os dados recolhidos e sistematizados verificámos que a atividade molinológica na área correspondente ao atual município de Vila Nova de Famalicão tem as suas raízes no período Neolítico e foi-se desenvolvendo ao longo dos dois últimos milénios. No Castro de Penices, do período correspondente à Idade do Ferro, surgem os sistemas primordiais, como por exemplo, a *Mó Plana e Rebolo* que por sua vez evoluíram tecnologicamente para as *Mós Discoides Manuais*, cuja origem se atribui ao período de ocupação Romana. Com a entrada na era Cristã o processo da moagem de cereais evolui tecnologicamente e surgem os *Moinhos Hidráulicos Tradicionais*. No Vale do Ave seriam estes de origem Romana?

No século XIII já existiam moinhos hidráulicos em Vila Nova de Famalicão, nomeadamente no lugar de Vila Boa em Vermoim. Mais tarde com a *revolução do milho*, importado para o território Ibérico com os Descobrimentos, assistimos a uma proliferação das instalações molinológicas por todo o território. Em meados do século XVI já existiam moinhos de rodízio no rio Pelhe nomeadamente na freguesia de Gavião. Em 1758 de acordo como os dados do Inquérito Paroquial o rio Pelhe era já explorado por mais de 31 moinhos. Existiam nas suas margens um sistema molinológico formado por inúmeros moinhos, azenhas, pisões e lagares explorados pela energia hidráulica do Pelhe. Representavam um importante pólo de indústrias tradicionais, quer para o município, quer para a região.

Com o passar do tempo a atividade molinológica continuou a progredir mesmo ameaçada pelas grandes Indústrias de Moagem. Em meados do século XX o rio Pelhe contava com 58 moinhos e azenhas que dispunham de 93 casais de mós a produzir farinha artesanal. Este deverá ter sido o auge da atividade molinológica no rio Pelhe. Na década de 1980 os moinhos hidráulicos do Pelhe entraram em declínio, atualmente encontram-se, maioritariamente, em avançado estado de degradação devolutos ou em ruínas, sendo que alguns exemplares já desapareceram por completo.

Dada a importância industrial que os Moinhos do Pelhe representaram, ao longo dos três últimos séculos, seria de relevante interesse conhecer: Quantos moinhos e azenhas subsistem atualmente no rio Pelhe? Qual o seu estado de conservação? E, quais os usos atuais? A resposta a estas questões são de relevante interesse para o planeamento de estratégias territoriais inclusivas que valorizam os recursos endógenos - o ambiente, os «nossos rios», o património e a paisagem. Estes fatores potenciam o desenvolvimento económico com o turismo, a qualidade de vida com o reforço da identidade e o contacto com a natureza, bem

como a coesão sociocultural com laços entre a memória dos mais velhos e a descoberta dos mais novos.

Sendo os moinhos o mais importante património dos «nossos rios» deveríamos considerá-lo como uma verdadeira âncora identitária. Será a chave para retribuir a utilidade desejada aos rios e restituir a ligação às margens e o contacto com a água. Um novo uso para os moinhos hidráulicos, quando adequado aos valores patrimoniais do edifício, é a demonstração prática do verdadeiro valor dos «nossos rios». Os moinhos hidráulicos, quer pelo seu valor histórico-cultural, quer pelo seu valor paisagístico, arquitetónico e tecnológico podem constituir verdadeiros pólos dinamizadores com impacto benéfico na comunidade local do ponto de vista cultural, social e económico. Traduzem-se em elementos de atração que estimulam o contacto direto com os rios e ao mesmo tempo potenciam novas atividades económicas de âmbito local com a introdução de novos usos de carácter lúdico, cultural, gastronómico, ambiental, ou mesmo, energético.

4.3.7 Bibliografia

Livros

- ALMEIDA, Luís Gonzaga Cardoso de. *Santiago de Gavião - Páginas de História*. Joaquim Martins Rodrigues (Coord.), Junta de Freguesia de Gavião, V. N. de Famalicão, 2016.
- CAPELA, José Viriato; SILVA, António Joaquim Pinto da. *Vila Nova de Famalicão nas Memórias Paroquiais de 1758*. Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, Vila Nova de Famalicão, 2001.
- DUCASSÉ, Pierre. *História das Técnicas*. Jorge Borges de Macedo (Trad.), «Coleção Saber», Publicações Europa-América, Lisboa, 1962, [1ª Ed. 1961].
- FRANÇA, José-Augusto. *Os Anos 20 em Portugal - Estudo de Factos Sócio-Culturais*. «Col. Cultura Portuguesa», Editorial Presença, Lisboa, 1992.
- GALHANO, Fernando. *Moinhos e Azenhas de Portugal*. APAM - Associação Portuguesa de Amigos dos Moinhos, Lisboa, 1978.
- GOMES, Paulino. *Famalicão... Terras de Vila Nova*. Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, Anégia Editores, 1996.
- MARTINS, António; FARIA, Emília Nóvoa. *Mosteiro de Santa Maria de Landim - Raízes e Memória*. Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 2002.
- OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando; PEREIRA, Benjamim. *Tecnologia Tradicional Portuguesa - Sistemas de Moagem*. Etnologia 2, INIC - Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de Estudos de Etnologia, Lisboa, 1983.
- PEREIRA, Augusto Castro. *História da Indústria do Vale do Ave (1890-2001)*. Santo Tirso, 2002.
- USHER, Abbott Payson. *História das Invenções Mecânicas*. Vitorino Magalhães Godinho (Dir.), Maria Ludovina Couto (Trad.), Vol. 1, Edições Cosmos, Lisboa, 1973, [1ª Ed. 1929].

Capítulos de Livros

- BARROS, Henrique da Gama. «Existência de População Fixa, nos Séculos IX a XI, Em Grande Parte do Território Desde o Minho até ao Mondego» in *História da Administração Pública nos Séculos XII a XV*. Tomo II, Typographia da Academia Real das Sciencias, Imprensa Nacional, Lisboa, 1896, pp. 314-322.
- BETTENCOURT, Ana M. S.. «Vila do conde na Pré-história Recente» in *Vila do Conde - Tempo e Território*. Câmara Municipal de Vila do Conde, Vila do Conde, 2013 pp. 48-59.
- CARDOSO, João Luís; CARVALHO, António de; MASCARENHAS, José M.. «Moinhos Romanos em Portugal» in *AquaRomana - Técnica Humana e Força Divina*. Isabel Rodà de Llanza (Dir.); Lavinia Mayer (Coord.); Museu de les Aigües de la Fundació Agbar, 2004, pp. 139-145.
- CORREIA, Paulo Campos. «“Corta e Cose”: A formação, evolução e consolidação dos limites administrativos do concelho de Vila Nova de Famalicão» in *Boletim Cultural de Vila Nova de Famalicão*. Paulo Cunha (Dir.), Artur Sá da Costa (Coord.), IV série, Nº 8/9, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, V. N. de Famalicão, 2016, pp. 334-381.
- CRUZ, António. «Casas de Lavoura do Reguengo de Bougado na Charneira de Dois Séculos» in *Santo Tirso - Boletim Cultural Concelhio*. Vol. 1, Nº 1, Câmara Municipal de Santo Tirso, Santo Tirso, 1977.
- CUNHA, Arlindo de Guimarães Ribeiro da. «Pela Terra de Vermoim, peregrinando a Compostela» in *Conferências no Parque: Conhecer o Território: Reflexões partilhadas no parque da Devesa*. Emília Nóvoa (Coord.), Edições Húmus, Vila Nova de Famalicão, 2014, pp. 11-28.
- ROLLO, Maria Fernanda. «A Industrialização e os seus impasses» in *História de Portugal - O Estado Novo (1926-1974)*. José Mattoso (dir.), Fernando Rosas (Coord.), Vol. 7, Editorial Estampa, Lisboa, 1994.

Artigos em Revistas

- BORGES, Nélson Correia. «A farinhação Através dos Tempos - 3» in *História*. Luis Almeida Martins (Dir.); Nº 29, Publicações Projornal, Lisboa, Março, 1981, pp. 66-74.
- DIAS, Jorge. «Moulins Portugais» in *Revista de Etnografia*. Fernando de Castro Pires de Lima (Dir.), Vol. 3, Tomo 2, Junta Distrital do Porto, Museu de Etnografia e História, Porto, Outubro, 1964, pp. 307-361.
- GRAÇA, J. J. da Silva. *Ilustração Portuguesa*. Carlos Malheiro Dias (Dir.), Jornal o Século, Nº 163, Lisboa, Abril, 1909. pp. 443-448.

Sitografia

- FAMALICÃO ID - SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO E INFORMAÇÃO DE BENS CULTURAIS. Página web: <http://www.famalicaoid.org/ficha.aspx?t=o&id=79>, [consultado em 6 de Julho de 2017]; Página web: <http://www.famalicaoid.org/ficha.aspx?t=o&id=80>, [consultado em 6 de Julho de 2017]; Página web: <http://www.famalicaoid.org/ficha.aspx?t=o&id=81>, [consultado em 6 de Julho de 2017].

PORTAL GEOGRÁFICO DO MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO. Página web: http://81.90.61.41:8082/pmots_vnf/c?_act=page&_name=mapvnf, [consultado em 6 de Julho de 2017].

Arquivos

Arquivo Nacional da Torre do Tombo; Museu Nacional de Arte Antiga; ARH-N - Administração da Região Hidrográfica do Norte I.P.; Arquivo pessoal da Família Sá.

Nota

“Este artigo foi realizado no âmbito da investigação de doutoramento financiada pela FCT - Fundação para a Ciência e Tecnologia (SFRH / BD / 85645 / 2012). Foi igualmente cofinanciado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) através do COMPETE 2020 - Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (POCI) e por fundos nacionais através da FCT, no âmbito do projeto POCI-01-0145-FEDER-007744.

4.4

Igreja do Mosteiro de São Salvador de Arnoso

4.4 O Castro das Eiras, Vila Nova de Famalicão. Notícia sobre uma pequena Fíbula Esmaltada

4.4.1 Introdução

Durante os anos de 2010 e 2011 o Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão levou a cabo, no Castro das Eiras, um projeto intitulado “Alto das Eiras: Da proto-História para o séc. XXI- Plano de Investigação e Valorização I”. Tal projeto tinha como objetivo o estudo do povoado e a dignificação, numa 1ª fase, do balneário castrejo do Castro das Eiras, escavado em 1990 por Francisco Queiroga e António Pereira Dinis.

Tornava-se necessário, na época, inverter o ciclo de circunstâncias que obrigaram a interromper as intervenções arqueológicas e a manutenção do local e que conduziram ao total abandono e degradação das estruturas arqueológicas das Eiras. Para o efeito, o Município adquiriu a parcela de terreno onde estava implantado o Balneário Castrejo possibilitando assim, o desenvolvimento de um projeto de valorização que recolheu o parecer favorável da tutela (à época IGESPAR e DRCN).

Esta breve notícia pretende ser um contributo para o aprofundar do conhecimento do Castro das Eiras e noticiar um pequeno objeto, recolhido na intervenção do monumento para banhos, cuja originalidade e peculiar beleza merece ser o mote para este pequeno artigo.

4.4.2 Breve apresentação do povoado¹:

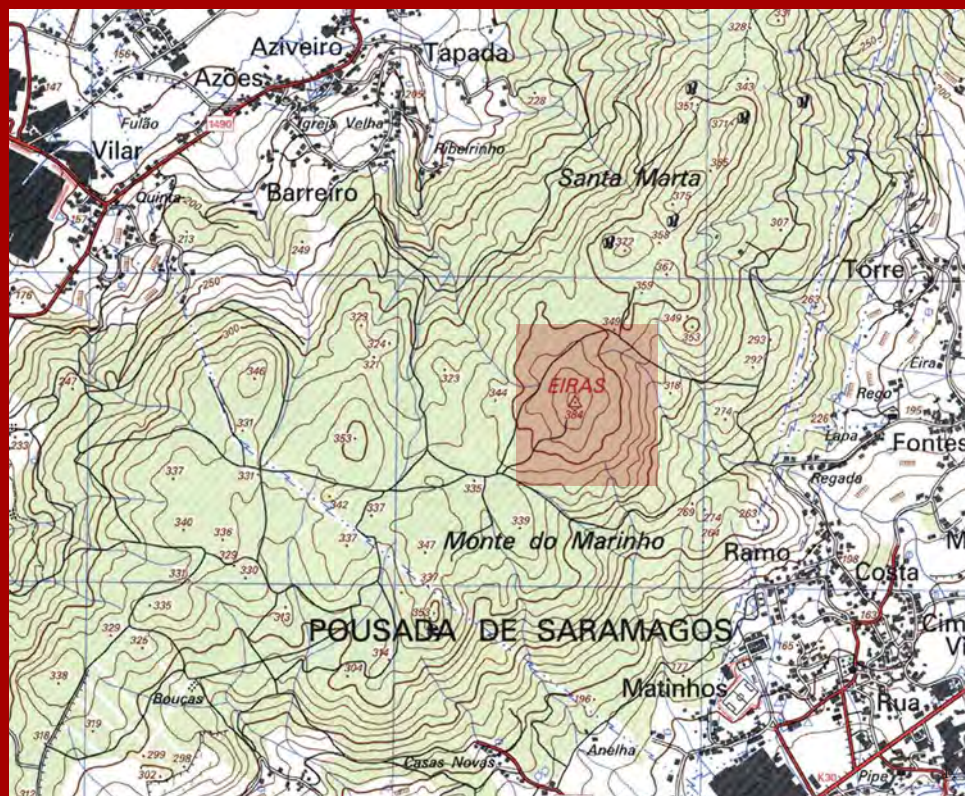
O Castro das Eiras é um povoado fortificado da Idade do Ferro que se localiza na confluência das freguesias de Pousada de Saramagos, Joane, Vermoim e na União das Freguesias de Vale (São Cosme), Telhado e Portela, concelho de Vila Nova de Famalicão. A sua planta, de forma ovalada, ocupa uma área de cerca de 540.000 m² permitindo afirmar que se trata de um dos maiores povoados castrejos do Norte de Portugal. Toda a área ocupada pelo povoado encontra-se inserida no Conjunto Arqueológico das Eiras² e como tal, salvaguardada e classificada como Conjunto de Interesse Público.

Os achados de superfície sugerem tratar-se de uma estação arqueológica de grandes dimensões que terá sido habitada, aproximadamente entre os séculos I a.C. e o III d.C.

Para além dos abundantes vestígios de superfície, em 1990 foi escavado, pelos arqueólogos Francisco Queiroga e António Dinis, um monumento para banhos (fig. 2), cuja “pedra formosa” se evidencia pelo cuidado e profusão decorativa que apresenta (Queiroga e Dinis, 2007/2008). Em 1991, no prosseguimento do estudo deste importante povoado, foi aberto um sector, numa plataforma adjacente à zona da acrópole, que revelou um conjunto de muros retos e lajeados pertencentes a um conjunto habitacional datável dos finais do séc. I e os inícios do séc. II (Dinis,

[1] Para descrição mais pormenorizada do povoado poderão ser consultados os trabalhos referidos na bibliografia geral

[2] Processo DRP/CLS-2491 disponível em: http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/patrimonio_imovel/classificacao_do_patrimonio/despachosdeaberturae-arquivamento/2017/conjuntoeiras/er_i.pdf



1. Localização Do Castro das Eiras (Carta 1/25.000, SCE, fl.84).

2. "Pedra Formosa" do Castro das Eiras em 1990.



3. Monumento para Banhos em 2006.
4. O interesse da descoberta!



1993, p. 68).

A interrupção das intervenções arqueológicas, a partir de 1991 e a obrigatoriedade de suspensão da manutenção do local, conduziram ao total abandono e degradação das estruturas arqueológicas das Eiras (fig. 3).

Só a partir de 2006, após a aquisição da parcela de terreno onde estava implantado o Balneário Castrejo, pelo Município, foi possível retomar a manutenção do sítio e elaborar um projeto de valorização do espaço.

O projeto denominado “Alto das Eiras: Da proto-História para o séc. XXI- Plano de Investigação e Valorização I” tinha como objetivo a valorização do espaço através do estudo do povoado, e da dignificação, numa 1ª fase, do balneário castrejo promovendo a sua escavação e estabilização de estruturas.

Foi no âmbito deste projeto que em 2008 se retomaram os trabalhos no povoado constaram inicialmente da limpeza da vegetação intrusiva; recuperação dos acessos e acompanhamento da implantação das infraestruturas para drenagem de águas. A intervenção realizada em 2010 /2011 incidiu sobre a parte norte e sudoeste do monumento visando libertar a estrutura do peso excessivo das terras e detetar o seu sistema de abastecimento de águas. Embora o avanço não tenha sido muito significativo, foi possível identificar um contexto de destruição/ abandono do local, um muro que delimitava o edifício pelo norte servindo de contenção das terras de calafetação da fornalha e da câmara bem como, uma fase de reconstrução do espaço.

De entre os escassos materiais recolhidos na escavação destaca-se um pequeno objecto *sui generis* que pela sua reduzida dimensão e esmero com que foi realizado, e apesar do estado de conservação, se tornou logo alvo de grande interesse por parte dos participantes da campanha (fig.4).

Tratava-se de um pequeno disco colorido que se encontrava fraturado e em muito mau estado de conservação. Após cuidadosa recolha de campo foi removido para o laboratório do Gabinete de Arqueologia onde sofreu uma intervenção de consolidação que permitiu o seu manuseamento e consequente estudo.

4.4.3 Descrição do Objeto³

Fíbula de bronze esmaltada⁴ com decoração *millefiori*⁵. Apresenta um disco plano repartido por três círculos concêntricos; o círculo central foi preenchido com pasta vítrea de cor vermelha; o seguinte com pasta vítrea azul-turquesa; o exterior com um arranjo de 16 painéis, sub-triangulares, de esmalte azul-escuro e vermelho, alternadamente; Os painéis azuis foram

[3] Um agradecimento sincero ao Dr. Francisco Queiroga e ao Dr. Michel Feugère pela preciosa ajuda na caracterização desta peça, embora não tenha sido possível estabelecer paralelos devido ao seu estado.

[4] Técnica que consiste na fusão de vidro sobre um suporte, neste caso, de bronze.

[5] Millefiori (mil flores) técnica decorativa que consiste na fundição simultânea de pequenas lâminas de pasta vítrea colorida, dispostas alternadamente, formando motivos axadrezados ou rosáceas.

decorados com um motivo millefiori de uma rosácea com sete pétalas brancas e um estame branco bordejado de vermelho; Os painéis vermelhos foram decorados com um motivo *millefiori* axadrezado de pequenos quadrados brancos debruados, pelo interior, com filetes azuis formando cruces. No reverso do disco esmaltado é possível identificar, sob a cabeça da fíbula, o que resta da charneira constituída por duas plaquetas perfuradas onde encaixava o fusilhão e um passador de ferro (charneira do tipo i segundo M. Feugère). A peça encontra-se fraturada transversalmente e incompleta, faltando-lhe o descanso, uma das extremidades e parte do fusilhão, o que dificulta a sua inclusão numa tipologia formal.

Dimensões: comprimento máximo – 2,6cm; largura máxima – 1,7cm; espessura – 0,3cm; altura das plaquetas da charneira – 0,7cm.

Cronologia: É durante o segundo quartel do séc. II que a técnica decorativa millefiori se começa a utilizar no ocidente romano, estando o período do seu maior florescimento balizado entre os finais do séc. II e o séc. III.

4.4.4 Considerações Finais

Tomando em consideração a técnica decorativa utilizada na peça, a localização e sistema de articulação da charneira podemos afirmar que estamos na presença de um fíbula datada,

6. Fíbula esmaltada.



6.

muito provavelmente, dos finais do séc. II ou dos inícios do séc. III, o que se coaduna com as datas apontadas para o período de ocupação e abandono do povoado.

Fíbulas com o tipo de características aqui mencionadas são habitualmente indicadas como provenientes de oficinas do norte da Gália ou do vale Reno. A provar-se a sua proveniência podemos afirmar que a peça aqui apresentada percorreu um longo caminho até ao seu destino final, o Castro das Eiras.

Bibliografia

- DINIS, António Pereira (1993). *Ordenamento do território do Baixo Ave no I milénio a.C.*, FLUP, Porto (tese de mestrado, policopiado).
- GUUS BESUIJEN (2008). *Rodanum. A study of the roman settlement at Aardenburg and its metal finds*. Leiden.
- PAMPLONA, J. (2007). *A Geologia do Castro das Eiras: Aspectos e relações, Pedra Formosa – Arqueologia Experimental Vila Nova de Famalicão*, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão e Museu Nacional de Arqueologia, Vila Nova de Famalicão, p. 62-65.
- PONTE, Salette (2006) - *Corpus Signorum das Fíbulas Proto-Históricas e Romanas de Portugal*. Ed. Caleidoscópio - Edição e Artes Gráficas, S. A. Casal de Cambra.
- (2007). Oito Fíbulas da Região de Braga. In *Conímbriga*, 46, 117-128.
- QUEIROGA, Francisco M.V.R. (2003). *War and Castros. New approaches to the northwestern Portuguese Iron Age*, Oxford, BAR International Series 1198, Archaeopress, (= 1992, Oxford University, policopiado).
- QUEIROGA, Francisco Reimão; DINIS, António Pereira (2008-2009). O Balneário castrejo do Castro das Eiras, *Portugália*, Nova Série, Vol XXIX-XXX, Santa Maria da Feira, pp. 139-147.
- SARMENTO, F. M. (1999). *ANTIQUA - Apontamentos de Arqueologia*, Sociedade Martins Sarmento, Guimarães, p.132-135 e 137.
- SILVA, A.C.F. *et alii* (2005). Vila Nova de Famalicão: do Neolítico à romanização, *História de Vila Nova de Famalicão*, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, Vila Nova de Famalicão, p 41-43.
- FEUGÈRE, Michel (1985). Les fibules en Gaule Méridionale de la conquête à la fin du Ve s. ap. J.-C. In: *Revue archéologique de Narbonnaise*. Supplément au tome 12. Les fibules en Gaule Méridionale de la conquête à la fin du Ve s. ap. J.-C. pp. 5-509. DOI: 10.3406/ran.1985.1668, disponível em: www.persee.fr/doc/ran_0153-9124_1985_sup_12_1_1668.
- CALLEWAERT, Maxime (2012) Les fibules romaines : archéologie, usages et fonctions / Roman Brooches: archaeology, uses and functions, In : Il n’y a pas d’Âge(s) pour se faire beau. La parure de Cro-Magnon à Clovis, Catalogue d’exposition du Musée du Malgré Tout, CEDARC, disponível em :http://www.academia.edu/2477110/Les_fibules_romaines_arch%C3%A9ologie_usages_et_fonctions_Roman_Brooches_archaeology_uses_and_functions.

4.5

Missionários Combonianos em Antas

4.5 Caracterização e Proveniência dos Materiais de Construção e dos Fragmentos Cerâmicos do Povoado da Idade do Ferro do Outeiro do Castro da Bóca (Vila Nova de Famalicão)

4.5.1 Introdução¹

O Outeiro do Castro da Boca é um pequeno povoado fortificado, localizado na união de freguesias de Vale de São Cosme, Telhado e Portela, do concelho de Vila Nova de Famalicão, distrito de Braga, com as seguintes coordenadas: Latitude N 41°27'25" e Longitude W 8°28'36".

O que resta deste povoado, parcialmente destruído pela exploração de saibro para a construção da A3, permite caracterizá-lo como um pequeno povoado constituído por uma plataforma central, com duas pequenas plataformas adossadas a Oeste; o sistema defensivo, bem visível a Noroeste, é composto por uma linha de muralha protegida por um fosso.

Os trabalhos arqueológicos em curso, desde 2004, permitiram pôr a descoberto duas fases de ocupação. Estas distinguem-se pelo tipo de construções realizadas e pelo tipo de materiais que lhe estão associados possibilitando afirmar que o povoado, terá sido ocupado entre o séc. IV a.C. e o séc. I a.C. As amostras estudadas correspondem à primeira fase de ocupação.

O objectivo do trabalho é caracterizar e identificar a potencial matéria-prima utilizada como material de construção do povoado, no Outeiro de Castro da Bóca e caracterizar os fragmentos cerâmicos de tachos de asa interior, tendo em vista a sua proveniência.

4.5.2 Enquadramento geológico

O povoado do Outeiro do Castro da Bóca foi construído sobre um monzogranito biotítico, porfiróide, de grão grosseiro². A elevação onde se situa o povoado é delimitada por falhas de orientação N-S e NE-SW. Junto ao povoado, no limite E, ocorre uma zona de falha (NE-SW) com laminação do granito e preenchimento argiloso (Figura 1). O granito encontra-se num estado de meteorização avançado, por vezes sem estrutura conservada (acima designado por saibro). A cor do granito varia entre castanho amarelado moderado (10YR 5/4- escala de Munsell) e laranja amarelada escura (10YR 6/6). O granito está recoberto por um solo muito pouco evoluído, caracterizado por matriz muito fina, com seixos de granito e grãos de fenocristais de feldspato potássico e, ainda, com abundantes raízes. A cor do solo é castanha amarelada pálida (10YR 6/2).

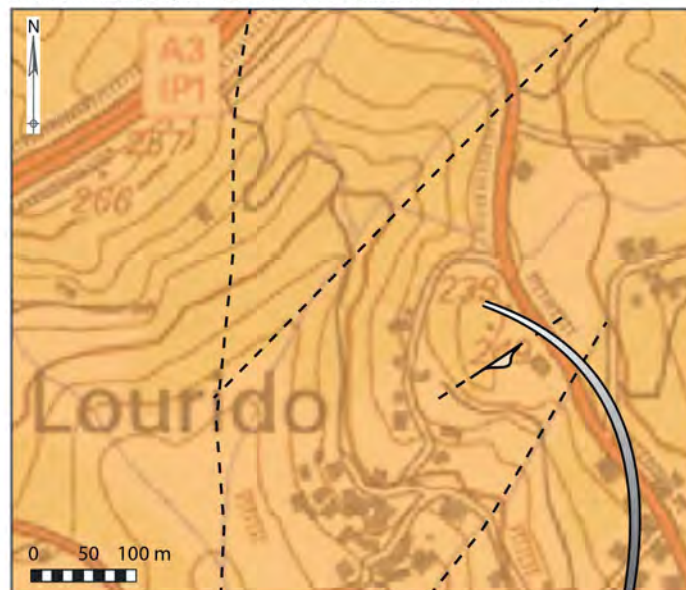
Estes solos, *s.l.* contém argilas, silte e areia que são os principais produtos de meteorização química do granito. Contém ainda matéria orgânica que lhes dá a coloração própria acima referida. Além destes produtos, seixos angulosos de fragmentos da rocha granítica e grãos

[1] Comunicação oral de Felisbela Leite (Gabinete de Arqueologia CMVNF). "Website": http://arqueologia.vilanovadefamalicao.org/index2.php?1&it=sitios_arqueologicos&cop=980&ctd=272&LG=0&SID=&mop=416 Referência bibliográfica: Silva, A. C. F., 2005 (coord.): Vila Nova de Famalicão do Neolítico à Romanização, História de Vila Nova de Famalicão, ed. Quasi, n° 15, p. 38.

[2] Montenegro de Andrade, M. e Noronha, F. (1986). Carta Geológica de Portugal, à escala 1: 50 000, Folha 9B (Guimarães). Serviço Geológico de Portugal. Lisboa.

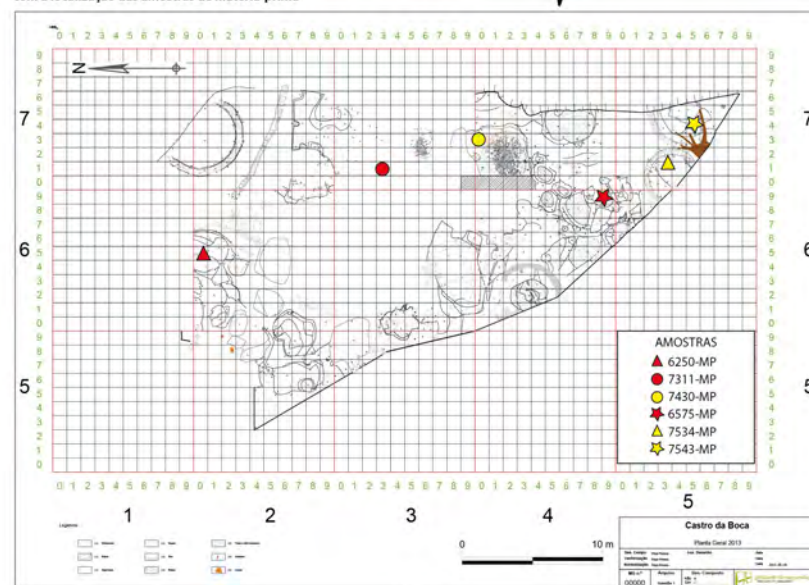
1. Esboço geológico do povoado do Outeiro do Castro da Bóca e localização da amostragem da matéria-prima (granito meteorizado e solo).

ESBOÇO GEOLÓGICO DE CASTRO DA BÓCA (base topográfica: extracto da Carta topográfica, à escala 1:25 000), n° 84 do IGeoE; informação geológica base: Carta Geológica de Portugal, à escala 1:50 000, Folha 9B)



- - - - - falha provável
- / - - - falha com preenchimento argiloso
- monzogranito biotítico, porfiróide, de grão grosseiro (Granito de Guimarães e Sto. Tirso)

PLANTA GERAL DE CASTRO DA BÓCA (Gabinete de Arqueologia da CMVN, 2013) com a localização das amostras de matéria-prima



de fenocristais de feldspato distribuem-se na matriz de granulometria fina do solo.

4.5.3 Materiais e métodos

Foram selecionados os seguintes tipos de amostras: (1) potencial matéria-prima do Outeiro do Castro da Bóca, (2) materiais de construção do povoado e (3) fragmentos cerâmicos de tachos de asa interior.

A amostragem da potencial matéria-prima (sete amostras), no contexto natural da Geologia, foi realizada no granito meteorizado e respectivo solo (Figura 1). Trata-se da rocha que aflora no Outeiro de Castro da Bóca com um estado de alteração muito avançado.

As amostras (sete) do material de construção do povoado e dos fragmentos de tachos de asa interior (nove) foram colhidas no referido Outeiro do Castro da Bóca, no decurso das escavações arqueológicas, tendo sido cedidas, para o presente estudo, pelo Gabinete de Arqueologia da CMVNF. As amostras de fragmentos cerâmicos de pasta micácea selecionadas para este estudo fazem parte de um conjunto, bastante vasto, cronologicamente atribuíveis à Idade do Ferro e que se diferenciam claramente dos vasos de perfil em S, típicos deste período. Trata-se de tachos ou panelas de asa interior caracterizados por serem recipientes largos, de paredes arqueadas, fundos planos e com asas interiores; a sua superfície externa apresenta-se habitualmente rugosa e com vestígios de fuligem, enquanto que a interna é fortemente alisada. O aspeto da superfície externa e o posicionamento das asas na peça sugerem que se trata de uma vasilha produzida para ser utilizada suspensa sobre o fogo³.

[3] Comunicação oral de Felisbela Leite (Gabinete de Arqueologia CMVNF).

Os métodos laboratoriais usados na caracterização mineralógica foram a microscopia óptica nos fragmentos de tachos de asa interior e a difracção de raios-X (DRX) em todas as amostras. O estudo por DRX foi efectuado no pó da rocha total (preparações não orientadas) e na fracção < 2 µm (preparações orientadas) com vista à identificação dos grãos não plásticos (grãos de têmpera) e dos minerais argilosos constituintes do material plástico. O estudo dos agregados orientados da fracção < 2 µm foi feito usando o método do esfregaço da pasta argilosa em lâmina de vidro, sujeito aos seguintes tratamentos: secagem ao ar ambiente, saturação com etileno-glicol (EG) e aquecimento a 490°C.

A análise semi-quantitativa do conteúdo mineralógico na rocha total foi obtida a partir do valor da intensidade relativa das reflexões diagnósticas de cada mineral nos difractogramas de raios-X. Os teores dos minerais de argila foram estimados a partir das intensidades relativas dos picos relacionados com as reflexões basais de primeira ordem, observados nos difractogramas da fracção < 2 µm, quer no estado seco ao ar, quer no de saturação com EG.

Para o estudo de microscopia óptica em lâminas polidas, com microscópio petrográfico,

as amostras de fragmentos de tachos de asa interior foram impregnadas com uma resina “epoxy”, de modo a evitar que os grãos sejam removidos da pasta durante o polimento.

4.5.4 Resultados e discussão

4.5.4.1 Composição mineralógica por DRX

Potencial matéria-prima do Outeiro do Castro da Bóca

A composição mineralógica da matéria prima, obtida por DRX na rocha total é apresentada na Tabela 1. Quartzo, feldspato potássico e micas são os minerais presentes em todas as amostras. O feldspato potássico e as micas são os minerais dominantes com teores médios de 35% e 43%, respectivamente. Os minerais de argila e a gibsite ocorrem em quase todas as amostras mas em quantidades vestigiais ($\leq 4\%$). A goethite apenas ocorre numa amostra, mas também em teores vestigiais.

O comportamento dos padrões de DRX do quartzo, feldspato potássico e da mica (moscovite e biotite) contrastam com o dos minerais de argila (caulinite, vermiculite e interestratificados ilite-vermiculite) pela sua baixa cristalinidade e quantidades muito pequenas.

A composição mineralógica da fracção $< 2 \mu\text{m}$ e o seu grau de ordem-desordem é representativa do comportamento daqueles minerais de argila, presentes no granito meteorizado e solo do Outeiro de Castro da Bóca. Nenhum destes minerais expande com a saturação com etileno-glicol e a estrutura de todos colapsa para 10 \AA com o tratamento térmico (aquecimento a 490°C), o que permite a sua identificação. A caulinite, quer no solo, quer no granito é o mineral de argila dominante (em média 31%) (Tabela 1).

Materiais de construção das habitações do povoado

Foram estudados por DRX os seguintes materiais:

- material das paredes das habitações do povoado (Tabela 2);
- material branco, macio ao tacto e pulverulento, revestindo as paredes interiores de algumas habitações (Tabela 3). Este material é designado na terminologia arqueológica como “estruque”, termo que passa a ser usado, também, neste trabalho.

A estimativa das quantidades minerais obtida por DRX na rocha total do material de construção das paredes é apresentada na Tabela 2. Quartzo, feldspato potássico e micas são os minerais presentes em todas as amostras. O feldspato potássico é o mineral dominante (45% em média). Os minerais de argila ocorrem em todas as amostras mas em quantidades vestigiais ($\leq 5\%$). A gibsite está presente apenas em quatro amostras, enquanto a goethite só ocorre numa amostra. Estes óxidos-hidróxidos de Al e Fe estão presentes em quantidades vestigiais.

Os valores estimados da composição mineralógica da rocha total e os da fracção < 2 µm, para os materiais de construção (Tabela 2), são muito semelhantes aos valores, em média, para a matéria prima (Tabela 1). A caulinite é o mineral de argila dominante nestes materiais (43%, em média).

A semelhança destes dados mineralógicos, quanto à natureza dos grãos não plásticos e dos plásticos, dos óxidos-hidróxidos de Al e Fe e dos respectivos teores dos minerais abona a favor da possibilidade dos materiais de construção serem provenientes do próprio afloramento do granito meteorizado e respectivo solo, onde se instalou o povoado no Outeiro do Castro da Bóca.

A amostra 73 (Tabela 3) foi colhida num preenchimento argiloso de uma falha no granito (Figura 1).

Os valores estimados da composição mineralógica da rocha total do material que foi utilizado como “estruque” de algumas paredes das habitações, são muito semelhantes aos valores obtidos na matéria prima (argila de falha) (Tabela 3). O aspecto mais relevante da composição mineralógica é o elevado teor em caulinite (16%) do “estruque” relativamente ao da matéria-prima (3%). A maior concentração deste grão plástico no revestimento interior, provavelmente resulta do processamento humano da matéria-prima.

Tabela 1

Composição mineralógica da matéria-prima, estimada por DRX, da rocha total e da fracção < 2µm em preparações orientadas. Q – quartzo; F – feldspato potássico; P – plagioclase; Mi – mica; Arg – minerais de argila; Gib – gibsite; Goe – goethite; I – ilite; I-V – Interstratificado Ilite-vermiculite; Caul – caulinite; tr – vestigial; n.d. – não determinado.

| Matéria-prima | Amostra | Rocha Total (%) | | | | | | | Fracção < 2 µm (%) | | | | | |
|---------------------|---------|-----------------|----|------|----|-----|-----|------|--------------------|------|------|------|-----|------|
| | | Q | F | P | Mi | Arg | Gib | Goe | I | V | I-V | Caul | Gib | Goe |
| Solo | 6250-MP | 11 | 69 | 7 | 10 | 2 | 1 | tr | 5 | 4 | tr | 18 | 73 | n.d. |
| | 6575-MP | 11 | 11 | n.d. | 74 | tr | 4 | n.d. | 4 | n.d. | n.d. | 4 | 92 | n.d. |
| Granito meteorizado | 7311-MP | 24 | 40 | n.d. | 32 | 3 | 1 | n.d. | 4 | 5 | 3 | 52 | 36 | tr |
| | 7430-MP | 19 | 37 | 3 | 38 | 2 | 1 | n.d. | 23 | n.d. | n.d. | 24 | 53 | tr |
| | 7534-MP | 10 | 26 | 10 | 50 | 3 | 1 | n.d. | 10 | 10 | 7 | 55 | 19 | n.d. |
| | 7543-MP | 16 | 27 | n.d. | 52 | 4 | 1 | n.d. | 7 | 2 | 2 | 33 | 56 | n.d. |
| | Média | 15 | 35 | 3 | 43 | 2 | 2 | - | 9 | 4 | 2 | 31 | 55 | - |

Tabela 2

Composição mineralógica do material de construção, estimada por DRX, da rocha total e da fracção < 2µm em preparações orientadas. Q – quartzo; F – feldspato potássico; P – plagioclase; Mi – mica; Arg – minerais de argila; Gib – gibsita; Goe – goethite; I – ilite; V – vermiculite; I-V – Interestratificado Ilite-vermiculite; Caul – caulinite; tr – vestigial; n.d. – não determinado.

| Amostra | Rocha Total (%) | | | | | | | Fracção < 2 µm (%) | | | | | |
|---------|-----------------|----|------|----|-----|------|------|--------------------|------|-----|------|-----|------|
| | Q | F | P | Mi | Arg | Gib | Goe | I | V | I-V | Caul | Gib | Goe |
| 6250 | 19 | 45 | n.d. | 30 | 3 | 3 | n.d. | 21 | 5 | 3 | 30 | 41 | n.d. |
| 6575 | 20 | 43 | 3 | 30 | 3 | 1 | n.d. | 6 | tr | tr | 40 | 54 | n.d. |
| 7311 | 13 | 63 | 4 | 17 | 2 | 1 | n.d. | 5 | 4 | 6 | 42 | 39 | 4 |
| 7430 | 26 | 55 | 2 | 9 | 3 | n.d. | 5 | 11 | 7 | 7 | 34 | 41 | n.d. |
| 7534 | 25 | 26 | 5 | 37 | 3 | 1 | n.d. | 7 | tr | 3 | 40 | 50 | n.d. |
| 7543 | 20 | 36 | n.d. | 39 | 5 | n.d. | n.d. | 4 | n.d. | 3 | 73 | 15 | 5 |
| Média | 21 | 45 | 2 | 27 | 3 | 1 | 1 | 9 | 3 | 4 | 43 | 40 | 2 |

Tabela 3

Composição mineralógica, estimada por DRX, na rocha total da matéria-prima e do “estruque”. Q – quartzo; F – feldspato potássico; P – plagioclase; Mi – mica; V – vermiculite; I-V – Interestratificado Ilite-vermiculite; Caul – caulinite; Gib – gibsita; tr – vestigial; n.d. – não determinado.

| Amostra | Rocha Total (%) | | | | | | | | |
|---------------|-----------------|----|----|------|----|-----|------|-----|------|
| | Q | F | P | Mi | V | I-V | Caul | Gib | |
| Matéria-prima | 73 | 28 | 34 | n.d. | 33 | tr | 2 | 3 | n.d. |
| “Estruque” | 338 | 11 | 48 | 3 | 19 | tr | 2 | 16 | 1 |

Fragmentos cerâmicos

O estudo mineralógico por DRX nas amostras de rocha total dos fragmentos cerâmicos de tachos de asa interior permitiu a identificação da composição mineralógica e a estimativa de cada proporção mineral nas diferentes nove amostras estudadas (Tabela 4). A percentagem média dos grãos não plásticos (grãos de têmpera) é elevada para as micas (43% em média, variando de 14% a 88%), seguida do feldspato potássico (31% em média, variando de 10% a 54%). O quartzo e a plagioclase são os grãos não plásticos que ocorrem em percentagens médias mais baixas, 15% e 8%, respectivamente. A caulinite é o único mineral de argila (grão plástico) presente nestes fragmentos cerâmicos com uma percentagem vestigial (variando de 2% a 5%) na rocha total.

Tabela 4

Composição mineralógica de fragmentos de tachos de asa interior, estimada por DRX, da rocha total. Q – quartzo; F – feldspato potássico; P – plagioclase; Mi – mica; Arg – minerais de argila; Gib – gibsita; Goe – goethite; tr – vestigial; n.d. – não determinado.

| Amostra | Rocha Total (%) | | | | | | |
|-------------------|-----------------|-----------|----------|-----------|----------|----------|----------|
| | Q | F | P | Mi | Arg | Gib | Goe |
| BC1.2005 -3483 | 12 | 24 | 41 | 22 | n.d. | n.d. | 1 |
| BC1.2008 -708 | 2 | 10 | n.d. | 88 | n.d. | n.d. | n.d. |
| BC1.2009 -5652 | 9 | 44 | 7 | 38 | 2 | n.d. | n.d. |
| BC1.2009 -878 | 20 | 35 | n.d. | 43 | 2 | n.d. | n.d. |
| BC1.2014 -1080 | 14 | 34 | 8 | 40 | 4 | n.d. | tr |
| BC1.2014 -1258 | 20 | 21 | 9 | 47 | 3 | n.d. | n.d. |
| BC1.2014 -2228 | 23 | 54 | 9 | 14 | n.d. | n.d. | n.d. |
| BC1.2014 -2550 | 21 | 29 | n.d. | 46 | 3 | n.d. | n.d. |
| BC1.2014 -2812 | 15 | 30 | n.d. | 50 | 5 | n.d. | n.d. |
| Média | 15 | 31 | 8 | 43 | 2 | - | - |

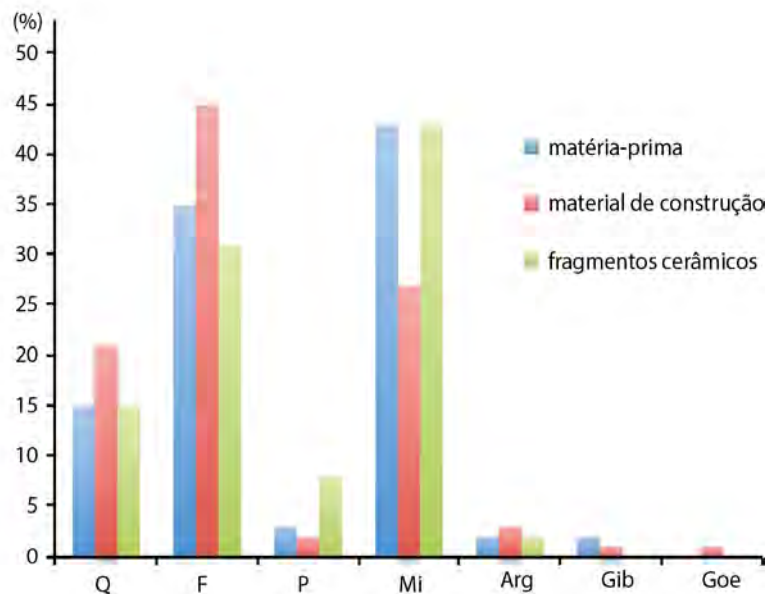
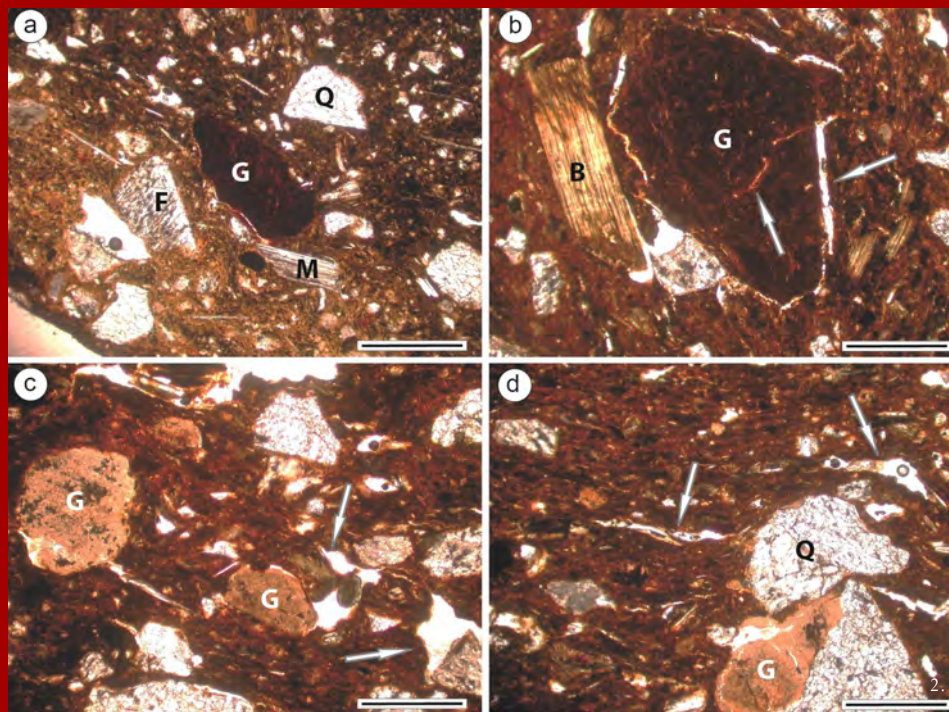
4.5.4.2 Observação dos fragmentos cerâmicos por microscopia óptica

O microscópio óptico mostrou que a pasta cerâmica dos fragmentos de tachos de asa interior é caracterizada por uma matriz de grão fino a médio, argilosa ou não. A cor é vermelha acastanhada a avermelhada. Na matriz argilosa observam-se vazios de retração com forma irregular, finos e alongados, paralelamente à parede da cerâmica.

Os grãos não plásticos são: quartzo de dimensões heterométricas, angulares a subangulares, geralmente bastante fracturados; feldspato potássico muito abundante, relativamente à plagioclase e bastante caulinizado; micas (biotite predominante e muito alterada, relativamente à moscovite). Estas observações por microscopia óptica (Figura 2) confirmam os resultados obtidos por difracção de raios-X apresentados na Tabela 4. Além destes grãos não plásticos, ocorrem óxidos de ferro (negros e outros avermelhados e arredondados), observados com

2. Microfotografias (nicóis paralelos) dos fragmentos cerâmicos mostrando: a) pasta, superfície externa com transição gradual, grãos não plásticos e grogue; b) pormenor de grogue (*-fired clay*) com fendas de retração (ver setas); c) e d) diferentes tipos de vazios na pasta cerâmica (ver setas) e grogue (*ceramic fragments*). B – biotite; F – feldspato potássico; G – grogue; M – moscovite; Q – quartzo. (Escala da barra = 60 µm).

3. Gráfico com a composição mineralógica da matéria-prima, dos materiais de construção e dos fragmentos cerâmicos – Povoado da idade do Ferro do Outeiro de Castro da Bóca. Q – quartzo; F – feldspato potássico; P – plagioclase; Mi – mica; Arg – minerais de argila; Gib – gibsite; Goe – goethite.



nicóis paralelos) e grogue.

É visível alguma orientação preferencial dos grãos não plásticos. O grogue, usado como material de têmpera, caracteriza-se por duas tipologias (Figura 2): (i) grãos de matriz argilosa (*fired clay*) arredondados, cor amarelada (observação com nicóis paralelos), com fendas de retração, quer interiormente, quer envolvendo o próprio grão. Algumas destas fendas estão preenchidas por óxidos avermelhados; (ii) grãos de fragmentos cerâmicos (*ceramic fragments*) subarredondados, cor amarelada (observada com nicóis paralelos), com inclusões de micas e óxidos de ferro com matriz mais fina do que a da pasta.

A superfície externa de alguns fragmentos de tachos de asa interior caracteriza-se pela presença do mesmo tipo de grãos não plásticos e fragmentos cerâmicos observados na pasta, com a diferença da cor ser mais escura, por vezes negra. Noutros fragmentos não há grandes diferenças de cor entre a superfície e a pasta, enquanto que nalguns deles se observa o seguinte zonamento de cor: negra na bordadura, passando a uma zona estreita castanha avermelhada e para o interior desta, para uma zona castanho amarelado. Esta transição da cor é gradual (Figura 2a).

4.5.5 Considerações Finais

Na Figura 3 observa-se que a composição mineralógica dominante (quartzo, feldspato e mica) é comum aos três materiais estudados. De um modo geral, as diferenças observadas resultam do facto da matéria-prima ser um granito porfiróide e de grão grosseiro. Destaca-se a composição mineralógica muito próxima entre a matéria-prima (produtos de meteorização do granito e respectivos solos) e os fragmentos cerâmicos de tachos de asa interior, o que comprova a sua proveniência.

A argila plástica (caulinite) presente no revestimento do interior das paredes (“estruque”) é proveniente dos preenchimentos de falha no granito que ocorrem no sector do povoado. O maior teor de argila plástica no “estruque”, relativamente ao teor da caulinite da matéria-prima (preenchimento da falha) (Tabela 3), pode ser justificado pelo processo de fabrico utilizado no revestimento, o que justifica a concentração da referida argila no “estruque”.

O estudo apresentado neste relatório permitiu: (1) caracterizar, sob o ponto de vista mineralógico, diferentes materiais relacionados com o povoado de Castro da Bóca; (2) conhecer a proveniência da matéria-prima utilizada no fabrico desses materiais.

4.6



Rua Adriano Pinto Basto

4.6 O Teatro entre a Monarquia (1900-1910) e a I República (1910-1926) em Vila Nova de Famalicão

4.6.1 Monarquia (1900-1910)

Tópicos Interpretativos

“O paradigma cultural republicano é marcado, antes de mais, por uma visão evolucionista, positivista e determinista da história, aliada a uma visão humanista e racionalista de tipo iluminista, no âmbito de uma mundividência totalizantes que a República como o fruto natural da evolução do cosmos, da vida e da sociedade. Trata-se de uma visão profundamente optimista e até messiânica, complementada com a herança romântica do nacionalismo, e que se contrapõe ao paradigma decadentista das elites intelectuais da Monarquia Constitucional. A esta dimensão filosófica associa-se uma dimensão ética centrada no culto da Pátria como substituto do culto religioso e numa utopia demopédica que confere à escola laica a missão de formar bons cidadãos, enérgicos, activos e altruístas. Já no plano estético, os republicanos privilegiam os modelos do realismo literário, do neo-romantismo poético e do naturalismo pictórico e plástico. Correntes como o simbolismo, que surge nos anos 90 do século XIX, ou o parnasianismo, não lhes despertam um interesse significativo, porque a arte tem de estar necessariamente ao serviço de um ideário moral do Bem...” António Reis, *Correntes e Círculos Culturais Contemporâneos da I República*, 2010

“O Teatro é um lugar de exaltação, mistério e liberdade, onde a gente pode sentir o que não quer, onde a gente pode amar, sofrer, rir e chorar, fingir à vontade, mascarar-se, declamar, correr atrás dos outros e perder-se invariavelmente na confusão das cordas e dos bastidores, das lonas e armações, baldes de água e serradura, até se sentir angustiado, sem saber o caminho lá para fora [...] O Teatro é como o Carnaval. Excita, comove, amedronta, duplica a vida. Sente-se a gente com alma à solta.” José Rodrigues Miguéis, *A Escola do Paraíso*

Na ideia de José-Augusto França (“Lisboa 1898: estudo de factos socioculturais”, 2002), quando nos diz que a vida social e cultural de Lisboa entre os finais do século XIX e princípios do século XX pode ser desvendada através da imprensa, a mesma posso aplicar a V. N. de Famalicão, acrescentando a vida política e económica, não sem as devidas preocupações interpretativas. De facto, a imprensa famalicense, rica em vários títulos desde o último quartel do século XIX e princípios do XX, atravessando a I República, permite-nos abarcar e observar esses quatro tópicos constitutivos da comunidade famalicense: social, cultural, política e económica. Relativamente ao caso particular que aqui me trás, a actividade cultural e, principalmente, o teatro, tal ideário tem a ver com um projecto cultural identitativo da comunidade famalicense, ao qual denominei “Em Busca de uma Identidade”, projecto que me acalenta já há alguns anos, cujas primeiras referências podem ser lidas em “Portas da História I” (V. N. de Famalicão, Câmara Municipal, 2015). Para além do teatro, “Em Busca de uma Identidade” engloba mais três referências culturais, permitindo analisar o comportamento e os gostos da sociedade famalicense, assim como a sua sociabilidade: o cinema (a partir de 1908 até 1926), festas

e espectáculos (entre 1900 até 1926) e as conferências (1900 até 1926). De qualquer forma, estes trabalhos levam-me àquela ideia de Henry James quando nos fala do «espírito do lugar», ou ainda aquela denominação de Gadamer do «fenómeno de pertença»: pertença a um lugar para este ser desvendado nas suas múltiplas facetas, para que a investigação histórica nos permita ser uma espécie de cenógrafo histórico, não como revisionista, mas que esta cenografia, na concepção de Paul Veyne em que a História seja um romance verdadeiro, diga-se, uma reconfiguração naquilo que ela é (uma ciência do social e do humano) da comunidade famalicense nos permita compreender aquilo que somos.

Se numa arqueologia literário-teatral, a actividade do teatro surge em V. N. de Famalicão já no século XVII (a propósito de uma notificação do Bispo da diocese de Braga, na qual se proíbe a actividade teatral em Joane, segundo informação de Custódio Oliveira), será com a *Caza do Tiatro*, segundo indicação de António Joaquim Pinto da Silva (“Imagens de Famalicão Antigo”, 1990), edificada na zona dos Pelames em 1842, que surgirá, possivelmente, e pela primeira vez, a intenção de se realizar teatro em V. N. de Famalicão. Veja-se o que Silva nos diz: “A sua existência é-nos dada a conhecer pelo atombamento, feito a 14 de Dezembro de 1842, de *hum piqueno terreno no lugar dos Plames desta Villa que requererão Francisco Manoel da Affonseca e Castro, Jozé Maria Brandão e Coutos, António Jozé Vellozo Guimaraens para a edificação de hua Caza de Tiatro, o qual medido pello lado do sul, pello poente tem quinze varas partindo com o carreiro que vay para o adro da lapa, e pello nascente tem quinze varas partindo com o adro e parede da Lapa.* / Desconhecendo-se a sua história, sabe-se apenas que foi realmente construído e ainda existia nos finais de 1844, através do atombamento de outro terreno que confinava com a *Caza do Tiatro*.” Silva, quando se refere ao Campo da Feira, evoca o Pathé e o Olympia, referindo-se à Companhia do Teatro Lisbonense (principalmente às temporadas de 1902 e 1906, mas actuando também em 1901). Relativamente ao Olympia, o qual irá suceder ao Pathé, o que marcou foi, inquestionavelmente, um novo gosto estético: o cinema, concorrendo com a actividade teatral. Se numa primeira abordagem, a programação cinematográfica quer no Pathé, quer no Olympia obedeceu a um cânone, tal já não aconteceu com a produção teatral, ficando a programação dependente das tournées não só das grandes companhias de teatro, conforme iremos ver, como igualmente dos grupos amadores, estes oriundos principalmente de Braga e do Porto, com forte incidência dos grupos famalicenses, em grande ascensão nos finais das Monarquia e na I República. Neste cenário, pretendo efectuar uma breve história sobre a actividade teatral em V. N. de Famalicão, entre 1900 até 1926, mas recuando um pouco até 1893, ao em que foi inaugurado o *Theatro Progresso*, e alargando um pouco mais, até 1931, em fase da plena ditadura militar, com as grandes companhias lisboetas a actuarem o Olympia, e, na fase final, com o regresso dos grupos amadores, não havendo mais notícias sobre a actividade teatral (conforme quadro esquemático que se apresenta). Sob a influência do teatro espanhol e francês, com a incidência na produção textual portuguesa, a comunidade famalicense define já os seus gostos estético-teatrais em finais do século XIX, enquanto que a imprensa não

só notifica o seu comportamento, como igualmente vai evocando as funções do teatro, enquanto divertimento, moral, educacional e sociabilidade, não passando despercebido o “Thêatre Libre” e a sua crítica inerente. Entre o naturalismo e o romantismo, o drama histórico, o drama regional e a comédia ou o drama de costumes (o teatro ligeiro), os famalicenses apreciaram, indiscutivelmente as zarzuelas, as operetas e as comédias ligeiras, conforme iremos ver.

4.6.1.1 Teatro da Rua de Santo António. Teatro do Campo da Feira

Antes do Theatro Progresso, a actividade teatral famalicense andava não só há volta do Teatro da Rua de Santo António (ou Theatro Famalicense), assim como o Theatro do Campo da Feira (será que Vasco de Carvalho se referirá ao Theatro-Barracão? Não me parece), “desconhecendo-se, porém, a face da sua situação e características pelo modo como estava composto.”

O que se conhece, perante a indicação de Carvalho (desconhecendo-se, contudo, a programação teatral) é a própria actividade a que se destinava, restringindo-se o seu espaço a “bailes e outros divertimentos”. Criado por José Rodrigo de Oliveira ou José Ferreira de Oliveira, o Theatro da Rua de Santo António “comportava a plateia uns 200 espectadores, tinha à sua volta uma galeria para ser ocupada por uns 100” e “na frente do palco havia o lugar para a orquestra, ao lado direito uma divisão – quarto para um guarda, ao fundo mais três camarins.”

Conhece-se a composição da orquestra, assim como os respectivos “actores animadores” ou grupo animador”. Dos primeiros, constavam José António Gama (flauta), “o então barbeiro Francisco «Janga»”, tocando “um instrumento de metal”, Joaquim da Silva Machado (rabecão), Rodrigo Machado (cornetim). Do segundo grupo, o pintor Alexandre Azevedo, António das Dores Barbosa, Venâncio Valentino de Sá Brandão, Luís Monteiro Pinto Basto, Aires Pinto de Sousa, Luís José dos Santos Terroso, os irmãos Bernardo, José e Joaquim Pacheco e Adriano Pinto Basto (ponto).

4.6.1.2 Theatro Progresso (1893-1912)

“Theatro Progresso (Villa Nova de Famalicão) – É seu proprietário Zeferino Bernardes Pereira. Foi construído em 1893. Neste mesmo ano se inaugurou por amadores. Tem vistas de jardim, mar, sala rica, sala pobre, etc. Rende aproximadamente 50\$000 réis. A despeza em cada espectáculo á de 16\$000 réis incluindo renda do teatro e orchestra. Tem 12 camarotes, 2 frizas, e mais de 100 logares na plateia e galeria. Já ali teem representado diversas companhias portuguesas e uma de zarzuela espanhola. O aluguer do theatro em cada recita é de 6\$000 réis. Actualmente está o Theatro Progresso alugado a uma sociedade de amadores.” [António] Souza Bastos, *Diccionario do Theatro Portuguez*, 1908

O verbete em epígrafe de Sousa Bastos merece uma interpretação. De facto, o Theatro Progresso não era propriedade de Zeferino Bernardes Pereira, mas estava “no prédio pertencente a Zeferino Bernardes Pereira” e o “prédio de servia de teatro tinha apenas uma porta larga para a entrada dos espectadores e na ponta além uma porta estreita para os serviços do palco.” Na realidade, a sociedade que constituiu o Theatro Progresso (Francisco Maria

1. Bilhete-Postal das Comemorações do VII Centenário de Nascimento de Santo António (1895). Coleção particular.

2. Avenida da República, hoje Avenida 25 de Abril, no cruzamento com a Rua Adriano Pinto Basto e Narciso Ferreira. A casa, em frente, no lado esquerdo, de Zeferino Bernardes Pereira, foi onde funcionou no rés-do-chão o Theatro Progresso. António Joaquim Pinto da Silva. "Imagens de Famalicão Antigo", 1990.

3. Rua de Santo António. Centro de Novidades João Valongo, Famalicão - Rua 5 de Outubro [material gráfico]. V. N. de Famalicão: Centro de Novidades João Valongo, 1934. [1 bilhete-postal: p. & b.]. Biblioteca Municipal Camilo Casterlo Branco.



de Oliveira e Silva, Guilherme Teixeira Folhadela, Higinio Veloso de Macedo, Joaquim de Oliveira Leitão e Lino da Silva Guimarães) realiza “um contrato por escritura pública de 1 de Janeiro de 1893, pelo prazo de sete anos a terminar em igual dia e mês do ano de 1900, pelo aluguer anual de 50\$000 réis.” O Theatro Progresso foi inaugurado em 18 de Abril de 1893 e representou-se o drama em 4 actos “O Capitão Negro” e a comédia em 1 acto “Chora ou Ri”, tendo sido ensaiador Sebastião de Carvalho (Vasco César de Carvalho, *Aspectos de Vila Nova: Factos e Nomes – IX*, 1960). Sabe-se que, por uma notícia do “Estrela do Minho” de 4 de Agosto de 1895, realizaram-se obras no Theatro Progresso, levadas a cabo por um dos sócios, Joaquim de Oliveira Leitão, mas não sem críticas a propósito de uma inexistente actividade teatral, anunciando também a falta de público, assim como uma possível nova sociedade:

“Debaixo do maior entusiasmo projecta-se a criação da sociedade, que se leva a efeito, para dar mais luzido complemento às obras sacrifica-se o nosso amigo Leitão a tomar todas as acções à sua custa. Constrói a obra – um encanto, pois estava muito confortável: gasta com a decoração mais de um conto e trezentos mil réis e, após algumas dezenas de récitas, cai à míngua de elementos de vida. / Não é triste que isto aconteça? / Mas a grande vingança do ludibriado capitalista, é que, acabando, agora, nunca mais haverá teatro, o que é bastante para lamentar, mas... cada terra tem os melhoramentos, como os governos que merece. / Ora, pomadas!”

Após estas obras, terminadas em ano do VII Centenário de Santo António, tal não passaria desperdido em V. N. de Famalicão, já que seria o Theatro Progresso reaberto com o drama “Gabriel e Lusbel” ou “Thaumaturgo Santo António”. Possivelmente, esta actividade teatral deveria ter sido acompanhada com a música “Estrela do Minho”, tocada nos festejos antoninos, conforme nos indica o editorial do mesmo jornal em 4 de Agosto de 1895, justificando a origem do título (Não citando estas duas actividades, sobre o programa das Festas a Santo António em V. N. de Famalicão no ano de 1895 ver Artur Sá da Costa, *Centenárias Antoninas*, 2002).

Mas Carvalho informa-nos que as autoridades mandaram fechar o Theatro Progresso pelas suas fracas condições. Tomando o Grupo Dramático Visconde de Gemunde o aluguer do Theatro Progresso entre 1897 a 1898, em 1897 sofreu novas obras patrocinadas pelo Visconde de Gemunde (António Luís Mendes) “com um pano de boca, melhorou camarotes, etc.”, passando também a ser conhecido como Theatro Visconde de Gemunde. Os preços eram os seguintes: camarotes de frente custavam 1900 réis; os de lado, 1200 réis; as frisas, 800 réis, o geral 200 réis e as galerias 100 réis. Após estas últimas obras, a sua abertura verificou-se em 1 de Agosto de 1897, levando à cena a comédia em 1 acto “Ambos Livres” e o monólogo “descuidos”. O espectáculo foi dedicado ao Visconde de Gemunde. (Vasco César de Carvalho, *Aspectos de Vila Nova: Biografias – VIII*, 1959).

Grupo Dramático Visconde de Gemunde (1897-1898)

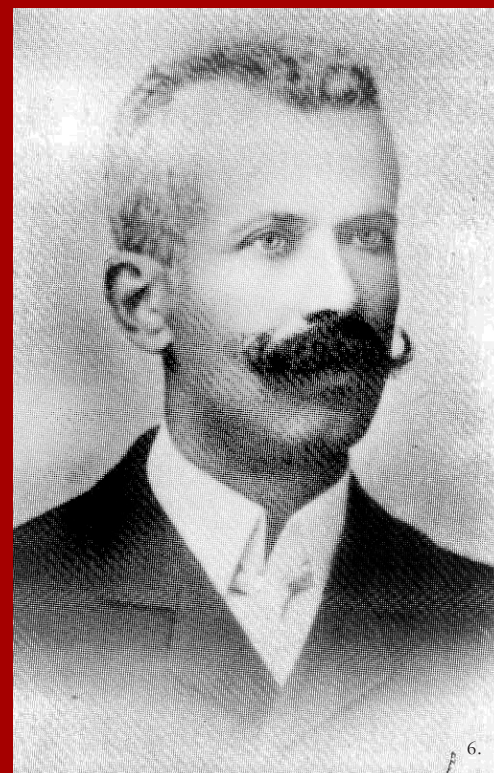
Entre 1897, ano em que começa a gerir a programação do Theatro Progresso, até 1898,

Três personalidades da primeira sociedade do Theatro
Progresso (Colecção particular):

4. Guilherme Teixeira Folhadela.

5. Francisco Maria de Oliveira e Silva.

6. Higino Veloso de Macedo.



o Grupo Dramático Visconde de Gemunde nunca actuou no seu espaço. De facto, até fins de 1899, actuaram no Theatro Progresso o Grupo Dramático Baptista Machado, a Companhia Dramático Portuense (Dir. José Pedro), a Companhia dos Irmãos Morenos e por duas vezes a Companhia Evagelina Pinto. Os gostos teatrais dos famalicenses, segundo a imprensa, começam-se a definir (operetas e comédias ligeiras), evoca-se o comportamento do público, assim como a problemática da segurança do edifício para os frequentadores do teatro em caso de enchente. Nos gostos teatrais, é o caso do Grupo Dramático Dramático Baptista Machado (“com um escolhido reportório de operetas”, in *O Minho*, de 28 de Dezembro de 1897), assim como a representação do “festejado drama de Pinheiro Chagas “A Morgadinha de Vale Flor”, pelo mesmo Grupo e muitas vezes representado em V. N. de Famalicão. Na questão da segurança, lê-se em 2 de Janeiro de 1898, em *O Minho*, que a “autoridade policial não pode consentir dentro do teatro maior número de assistentes do que o comporta a sala de espectáculos, não só porque o que vai acima da lotação prejudica a comodidade, mas ainda porque, em caso de sinistro, seria para lamentar a falta de cuidados pela segurança pública”; e ao nível do comportamento, enquanto que em 3 de Novembro de 1898, se lê que “a autoridade deve tratar de evitar certos escândalos praticados em quase todos os espectáculos por um par de Bêbados, que sem respeito nenhum pela moral proferem descaradamente toda a casta de impropérios”, a 7 de Novembro de 1898 informa-se que “deiam proibir-se certos abusos que se dão na nossa casa de espectáculos. Fuma-se na plateia descaradamente e parte dos espectadores presenciam os espectáculos de chapéu na cabeça...” Nota-se, igualmente, uma característica, principalmente dos grupos amadores famalicenses, mas não só: na organização de espectáculos de beneficência, quer nesta fase, quer na última década da Monarquia, assim como na I República. Veja-se dois exemplos neste final do século XIX. Nos dias 9 e 10 de Abril de 1898, os Bombeiros Voluntários, actuando a Banda, promovem um espectáculo de beneficência, o qual foi então dirigido pelo “actor Prata, do Baquet, que tomará parte nele” e cujas receitas foram “para a compra de uma nova bomba.” (*O Minho*, 24 Março 1898). A comissão de agariação de fundos era composta por António Lopes da Fonseca, Guilherme Alves Moreira, Julião Augusto Fortuna e Belmiro Secundino da Costa. Silva Mendes, o nosso filósofo anarquista-taoísta, escreveria de propósito um monólogo para o respectivo espectáculo, este entre a comédia e a opereta. Um outro espectáculo de beneficência, e das raras vezes que actuou em V. N. de Famalicão, foi o de Serafim Silva, com “trabalhos de força e de equilíbrio”, cujo espectáculo era “em benefício da sr.^a Miquelina Giesteira, dona do prédio da Rua Adriano Pinto Basto, que o mês passado fora devorado por um incêndio.” (*O Minho*, 27 Outubro 1898).

A actuação do Grupo Dramático Visconde de Gemunde ocorreu por duas vezes, mas em casa do Visconde de Gemunde, precisamente em Setembro e Outubro de 1898, destacando-se já dois nomes: o de Daniel Augusto Correia Guimarães (Daniel Correia) e o de Manuel Augusto Correia Guimarães (Correia Guimarães). O primeiro (que escreveu em 1924 o drama em 1 acto “Coração de Bombeiro” e em 1925 “Oh! Patego, Olha o Balão”) actuou na comédia

em 1 acto “A Fome do Operário”, enquanto o segundo na comédia “O Marido Vítima das Modas”. Se dois nomes são apontados na imprensa (principalmente em “O Minho”) na possível nova sociedade constituída em 1897 (caso de Luís Gisteira e de Álvaro Mesquita, o Grupo Dramático Visconde de Gemunde dissolve-se não sem polémica em Março de 1898, anunciando-se em Dezembro a reorganização do mesmo grupo, pontificando o nome de Correia Guimarães para a sua direcção. Contudo, a história será outra, como se verá mais à frente.

Ginásio Velo Clube (1900-1901)

Desconhecendo-se os seus corpos-gerentes ou sociais, assim como os seus próprios estatutos e cujos fins se destinava o Ginásio Velo Clube (participando na organização das Festas de Santo António em 1900, na organização de provas de ciclismo) esta associação “toma o teatro [Progresso] de arrendamento” no início de Fevereiro de 1900. Abrindo a sua programação com “o excelente prestidigitador Avelino” que “exibirá os seus belos trabalhos ilusionistas” (*Estrela do Minho*, 11 Fevereiro 1900). Contudo, neste mesmo jornal, em 25 de Fevereiro de 1900, surge não só uma objecção a este género de espectáculos (o que não significa que não se tenham realizado, antes pelo contrário, especialmente no Salão do Hotel Vilanovense), apesar do elogio, como igualmente uma sugestão de programação: “José Avelino mostrou-se, mais uma vez, artista de merecimento. / Para outra vez devem os rapazes do grupo mudar de espectáculo: prestidigitação, mal representadas comédias e piores dramas, foi o que levou à debandada do teatro. Um espectáculo por mês, e ainda dois nos meses de Inverno, recebem-se bem; mas por companhias razoáveis, embora com poucos artistas, por que se não pode exigir muito onde os recursos são poucos. Mas mudem dos sistema até agora seguido e virão que melhores dias voltam ao nosso teatro, bem mal fadado para os seus iniciadores.” Mas, já antes, em 4 de Fevereiro, noticia-se que a Companhia Dramática do actor Faria de Almeida pretendia realizar três ou quatro récitas no Theatro Progresso, não se efectivando.

Na gerência do Ginásio Velo Clube, passaram pelo Theatro Progresso a Companhia Dramática Portuense (“não é esta companhia como tantas outras que aparecem pela provincia com fraco reportório e péssimo desempenho, a enganar o público.” *O Regenerador*, 17 Março 1900); a Companhia Dramática Ernesto de Freitas (com elogios e objecções na imprensa, definindo o que os famalicenses mais gostam de assistir, caso do *Estrela do Minho* de 25 de Março de 1900: “Não há favor em dizer-se que a companhia é a melhor que no género tem vindo ao osso teatro. / Todavia, justo é dizer-se que muito melhor fará esta, como qualquer outra companhia que venha representar ao nosso teatro, exibindo-se de preferência em espectáculos ligeiros e alegres como a opereta e a comédia, etc.”); a Companhia Carlos Alberto, do Porto, não só mal recebida pela imprensa, como pelo público (“uma burla completa”, *O Regenerador*, 12 Maio 1900; ocasionou “comentários

7. Casa do Visconde de Gemunde, na Rua der Camilo
Castelo Branco, em V. N. de Famalicão.



azedos e manifestações hostis” e “se a autoridade não procura tranquilizar os ânimos, podíamos ter a lamentar alguma séria desordem, pela indignação causada na plateia, com o desempenho do programa que foi deplorável, do pior que por aqui tem aparecido.”, *O Regenerador*, 12 Maio 1900); o Grupo Dramático Excursionista, sob a direcção de M. Matos e a Companhia de Zarzuela (“a companhia é boa, merece ouvir-se. / Boas vozes, para que digamos, não tem; afinadinhas, e já não é pouco. Mas boas vozes, vozes de alto e belcanto, não são para aqui.”), *O Regenerador*, 9 Junho 1900; “O Grupos de Teatro Amadores Famalicenses

Grupos de Teatro Amadores Famalicenses

Tudo indica que o Ginásio Velo Clube deixou a gerência programativa do Theatro Progresso em 1901. A partir desta altura, o que os famalicenses irão ver mais o seu teatro seriam os seus grupos amadores, em franco crescimento a partir de 1901 e nos anos da I República. A actividade teatral a partir de 1901 teria um novo espaço físico (o célebre Theatro Barracão, ver no capítulo seguinte) dinamizado particularmente pela Companhia Theatro Lisbonense (1901, 1902, 1904 e 1906), destacando-se a vinda da Companhia Dramático de Eduardo Brazão, ao lado dos grupos amadores que vinham de Braga, Guimarães e Barcelos, assim como a Troupe Portuense e a representação de grupos infantis: a Troupe Infantil do Porto, a Companhia Infantil do Porto, a Troupe Infantil de Variedades sob a direcção de Artur Santos. Paralelamente, a Troupe de Artistas Dramáticos do Príncipe Real (Lisboa), assim como actores do Theatro Águia d' Ouro, marcaram esta década até à implantação da I República. Relativamente aos grupos amadores de teatro famalicenses que actuariam no Theatro Progresso, deparámo-nos com a Tuna Recreativa Famalicense (essencialmente musical), sob a direcção de Daniel Correia, a qual organizou em Fevereiro de 1901 um Sarau Dramático-Musical; a Troupe Dramática Famalicense, em 1903, uma homenagem ao Conde de São Cosme do Vale, tendo sido ensaiador Sebastião de Carvalho, participando o coreógrafo Adelino Santos. Ligado à Associação Artística de Beneficência (1906-1907), surgiu o Grupo Dramático Beneficente (1907) e que sob a tutela de Correia Guimarães, actuou não só várias vezes o Theatro Progresso, como igualmente fora do espaço geográfico famalicense, a saber, em Braga (no Theatro S. Geraldo), na Maia e em Valongo. O grupo, quando apareceu, opina-se no jornal “O Regenerador” de 16 de Março de 1907 que “seria o mais razoável que se congregassem todos os elementos numa só troupe”, já que o Theatro Progresso encontrava-se alugado ao Grupo Dramático da Associação do Operariado Famalicense; e em 31 de Agosto de 1907, “O Regenerador” informa que a “Troupe de «Beneficencia» pretendia construir um “teatro-barracão”, considerando tal situação “um disparate, atenta a dificuldade em arranjar gente para espectáculos na nossa terra”, propondo a solução do respectivo grupo se associar ao Grupo Dramático Visconde de Gemunde. Do Grupo Dramático Famalicense é, até ao momento, um dos únicos grupos famalicenses que se conhece a sua composição integral, segundo notícia publicada no “Estrela do Minho” de 28 de Junho de 1907:

Presidente: António Ferreira Matos

Director e ensaiador: Manuel Augusto Correia Guimarães

Grupo Cénico: Álvaro Mesquita de Araújo, Daniel Augusto Correia Guimarães, José Maria da Graça Soares de Sousa Júnior, Joaquim Pires da Silva, Guilherme Rodrigues Moreira, Rita da Conceição, Emília da Fonseca, Regina da Conceição

Ponto: Joaquim José da Rocha

Contra-Regra: Humberto Carlos Dias

Aderecista: Adolfo Marques Dias

Comissão de Beneficência: António Augusto Fiúza de Melo, Manuel Augusto Correia Guimarães, Lino da Silva Guimarães

1.º Secretário: Camilo da Costa Araújo

2.º Secretário: Elpídio Augusto Ferreira

Relativamente ao Grupo Dramático (1906-1907) da Associação do Operariado Famalicense (1906-1908), que alugou o Theatro Progresso para as suas actividades culturais (não só ao nível do teatro, como igualmente na organização de uma série de conferências), tendo como director Graça Júnior, finalizou as suas actividades teatrais nos princípios de Abril de 1907: “Está dissidente o grupo dramático anexo à Associação do Operariado Famalicense. / Segundo nos consta foi convidado um antigo amador e hábil ensaiador para cuidar duma reorganização a satisfazer os interessados e de forma a que o grupo não se dissolva.” (*O Porvir*, 11 Abril 1907).

O programa inaugural e de apresentação do respectivo grupo, segundo o “Estrela do Minho” de 11 de Novembro de 1906, constava do seguinte: “O seu programa, completamente inédito no nosso teatro, compõe-se da representação do drama em 3 actos “Escravos e Senhores”, da chistosa cançoneta, pelo hábil amador Graça Júnior, “Sol-lá-si-dó”, da poesia dramática “O Escravo”, pelo amador César Pinto, terminando o espectáculo por uma engraçada comédia, em 1 acto, deempenhada pelos srs. Santos Júnior, Graça Júnior e D. Margarida Santos.” Esta notícia tem a particularidade de ficar quatro elementos pertencentes ao grupo cénico; e, em contrapartida, na recepção ao espectáculo inaugural, encontrámos referência à polémica da existência no teatro quer o realismo, quer o naturalismo, na objecção aos “pesados dramalhões”, aos gostos dos famalicenses, assim como ao seu comportamento. De facto, noutra jornal famalicense, desta vez em “O Porvir”, de 15 de Novembro de 1906, notifica-se em observação crítica, relativamente à peça “Escravos e Senhores” que este “drama vazado nos moldes antigos da antiga escola, não tem, na nossa opinião, predicados que a recomendem, nem mesmo quanto à forma literária”. Esta situação irá intensificar-se com as actuações da Companhia do Theatro Lisbonense, numa referência ao «Théâtre Libre», evidenciando-se a função clássica do teatro, conforme o leitor irá ler. Comenta-se que o grupo há-de “convencer-se de que os *habitués* do nosso teatro preferem as comédias ligeiras e desopilantes

O Actor Errante

QUINZENARIO COSMOPOLITA

Redactores e proprietarios — GOSMINDO E OTSUGUA — THEATRO LISBONENSE

SUPPLEMENTO AO N.º 117 DA ESTRELLA DO MINHO—EDITOR, Manoel Pinto de Sousa—Typ. Minerva—FAMALICAO

Edição de Villa Nova de Famalicao

Villa Nova de Famalicao

Illustra o presente numero do Actor Errante uma gravura representando uma das principaes ruas de Villa Nova de Famalicao.

Errando por toda a parte do pais, como o judeu da lenda, eis-nos pela terceira vez na linda villa minhota, tuitada de verdura por toda a parte, que Camillo Castello Branco habitou durante metade da sua existencia, e de onde irradiaram as mais bellas jolras litterarias que o immortalisaram.

Embora fundada ha mais de tres seculos, por um casal de servidores do Conde de Barcellos, só depois de 1850, em que teve a honra da visita de D. Maria 2.ª e seu real esposo D. Fernando, que lhe deu foral de villa, é que este lindo rincão do Minho se tem evidenciado a Villa de Famalicao.

E' muito visitada por familias do Porto, que a procuram até para habitação durante a estação calmosa, atraídos pelas auras saluberrimas que n'ella terrificam o organismo depauperado dos habitantes das cidades.

Famalicao possui amplas ruas e largos, bellos edificios do hospital, paços do Concelho, escolas de ambos os sexos, alem de importantes casas particulares como as de qualquer cidade.

O seu commercio é muito importante, possuindo tambem notaveis fabricas de fiação e tnelagem, onde muitas centenas de operarios se empregam.

Orgulha-se egualmente com uma fabrica de relógios de sala, movida a vapor, industria que não existe na peninsula, e onde trabalham muitos operarios.

Este estabelecimento industrial, possui tambem, em larga escala, carpinteria, serragem, e mungem, tudo movido por um motor de 70 cavallos de forca.

São seus proprietarios os intelligentes e arrojados industrialistas José Carvalho & Irmão. Tambem é digna de registro a *Typographia Minerva*, onde trabalham cerca de trinta pessoas, estabelecimento grafico bem conhecido pela perfeição dos seus trabalhos e que é em

que pedimos desculpa aos nossos assignantes.

KODAK

Elvira Mendes

Cabe agora a vez de honrar o nosso jornal com alguns traços biographicos da talentosa actriz d'operetta, Elvira Mendes.

Natural de Hespanha não lhe falta auctor das suas compatriotas e que tanto a faz sobresahir no genero de trabalho que abraçou.

Foi no Porto que ella appareceu pela primeira vez a trabalhar em palcos portuguezes e dali, depois do incendio do theatro Baquet, partiu para a capital, onde appareceu, no theatro da rua dos Condes, escripturada por Sonza Bastos, desempenhando os pequeninos papeis de *Só e Gata Preta* da revista *Tam Tam*. Passados apenas dois annos reaparece Elvira Mendes no Theatro do Principe Real, mas enão uma actriz já feita, causando porisso grande successo, que se tem estendido e augmentado até á data d'hoje em que é disputada por todos os empresarios, que lhe reconhecem o valor e sabem quanto o publico a estima e aprecia, pela sua magnifica voz e pelo seu grande talento.

Muito teriamos que dizer d'ella se nolo-o não impedisse o limitado espaço de que aqui podemos dispor, por isso obrigamo-nos a ficar por aqui.

Do nosso collega *O Theatro Portuguez*.



Rua de Santo Antonio

Lisboa e Porto onde possui maior numero de clientes.

O *Theatro Lisbonense* tem n'esta bonita povoação verdadeiras dedicções, que se manifestam sempre por amissos provas de carinhoso agasalho com que sabe acolher todos os artistas da companhia do actor Domingos.

Por isso ao *Actor Errante* muito lhe apraz render, nas suas columnas, a sua homenagem a Villa Nova de Famalicao.

Por motivos justificados a bem contra a nossa vontade fomos obrigados a não publicar este numero quando devia ser, mas sim quatro dias depois, do

O Actor Errante

QUINZENARIO COSMOPOLITA

Redactores e proprietarios — GOSMINDO E OTSUGUA — THEATRO LISBONENSE

SUPPLEMENTO AO N.º 123 DA ESTRELLA DO MINHO—EDITOR, Manoel Pinto de Sousa—Typ. Minerva—FAMALICAO

Edição de Villa Nova de Famalicao

FESTAS DE SANTO ANTONIO EM LISBOA

PENHA COUTINHO

Quem haverá, no nosso meio theatral, que não conheça Penha Coutinho? Ninguém. Porque quando no theatro, se falla em Penha Coutinho, todos dizem; conhecemos muito bem; é um rapaz cheio de excellentes qualidades, e de grande talento.

Penha Coutinho, é tão sympathico que se impõe á estima e consideração de todos, pela sua primorosa educação, e pela limpidez da sua alma.

Como collaborador e auctor dramatico, tem conquistado o lugar que de direito lhe pertence; e elle o auctor, que maior numero de Revistas tem sido acolhidas com extrondosas ovações.

Penha Coutinho, não é um escriptor vulgar, é consciencioso, d'uma correção finissima, as suas peças são um mimo de litteratura, são recheadas de ditos engraçadissimos, mas sem nunca cahirem no ridiculo, porque, elle não precisa de recorrer á phrase *chula*, para dar o tom comico ás suas peças, sendo esta uma das causas que muito inaltecem este nosso amigo.

Quando em Lisboa se depara com um cartaz, que este annuncie uma peça de Penha Coutinho, seja qual for o seu genero, é certo que as enchentes succedem-se umas, após outras. E porque? Porque o publico tem a completa confiança, de que não vae assis-

tir á representação d'uma peça, composta de ditos escabrosos, nem com dialogos, de obrigar o pobre do espectador, a estár constantemente a bucejar; pelo contrario, vae convicido de que não terá nunca de arrender-se por se ter feito acompanhar de sua familia para o theatro, onde n'essa noite, é a primeira representação d'um original, de Penha Coutinho.

Ainda não há muitos dias,

terio e a dos luctadores—é uma certa originalidade na contextura geral, etc etc.

Ora por esta resumida apreciação se poderá vér, o exito que alcançam todos os seus originaes.

Que nos perdõe o nosso bom amigo, se com estas simples, mas sinceras expressões, da nossa grande admiração pelo seu tão elevado talento, ferimos a sua tão delicada modestia, mas se osamos fallar na sua pessoa é porque, um dever sagrado nos impõe, a que tomemos parte nas suas glórias.

A redacção do *Actor Errante*, envia dil felicitações, e um apertado abraço ao seu particular amigo e collaborador.

Famalicao—1906.

EXPEDIENTE

Prevenimos os nossos estimaveis assignantes, que com este numero termina o nosso primeiro semestre; e a todos aquelles que ainda se encontram em debito, rogamos a fineza de satisfazerem as suas assignaturas para não soffrerem a interrupção do jornal.

A Redacção

O BEIJO

Se os beijos teem veneno,
Se os beijos dão loucura,
Eu quero essa tortura,
Desejo enlouquecer!

E preso nos teus braços,
Os corações unidos,
E os labios confundidos,
Contigo assim viver.

Piety Astillanos



Um trecho do Campo Mousinho d'Albuquerque—Famalicao

em que se lia n'um dos jornaes da capital a seguinte apreciação d'uma revista em 3 actos: *Festas de Santo Antonio em Lisboa*.

Os autores da revista, que são Alvaro Cabral e Penha Coutinho, devem ter ficado completamente satisfeitos com o seu trabalho, tanto pelo que diz respeito ao desempenho, como pelo que diz respeito á attitude do publico, cujo agrado se manifestou caloroso de acto para acto.

Esse enthusiasmo foi inteiramente justo: a revista é salutar, tem scenas de muito effeito comico, algumas que devemos considerar como verdadeiros achados—por exemplo, a apresentação do minis-

aos pesados dramalhões.” Ao nível de comportamento, a mesma notícia informa que “alguns díscolos a todo o momento interrompessem o espectáculo promovendo desordens”, sendo um dos motivos do afastamento do público. Por seu turno, o “Estrela do Minho”, em 18 de Novembro de 1906, informa que o teatro esteve, como sempre, um pouco “desordeiro, o que revela que alguns indivíduos que costumam frequentar não têm educação precisa para estarem como convém em uma reunião pública.”

Theatro Barracão (1901-1910)

Companhia Theatro Lisbonense (1901, 1902, 1904, 1906)

“Tão longe estávamos de esperar nesta terra uma companhia razoável, dramática ou de opereta, que viesse abrir um parêntesis na sensaboria destas oites calmosas, tão alheios andávamos a estas coisas de teatro, que se nos torna tarefa ingrata ter de dizer das nossas impressões acerca dos inteligentes artistas que aí se estrearam no último Domingo, abrindo com chave de ouro a série de espectáculos que se propõem realizar no amplo teatro construído no Campo Mouzinho. / É que, muitas vezes, um dever de cortesia, por uma complacência, aliás razoável para com artistas amadores, que aí têm aparecido, leva-nos a prodigalizar encómios não merecidos, a esconder reparos bem justos, a cortar referências desagradáveis, enfim. O que não acontece, felizmente, neste caso.” In *O Regenerador*. V. N. de Famalicão (20 Julho 1901), p. 2.

Quando Vasco de Carvalho em “Factos e Nomes” nos informa que o Cynematographo Pathé de Duarte Aguiar & Guedes (1908-1910) seria a adaptação do armazém de sal do “Meias de Lã”, que ficava junto à Capela de Santo António, senão mesmo atrás da mesma, segundo a foto que a publicação da mesma Companhia publica em 1906 no “Actor Errante”, não existindo assim tantas dúvidas conforme nos quer fazer ver Rafaela de Sousa em “Vila Nova de Famalicão e o Cinema (2015): o que a Companhia do Theatro Lisbonense vai realizar é uma sucessiva reconstrução nos anos das temporadas que realiza em V. N. de Famalicão do mesmo edifício, apesar das notícias na imprensa informarem a comunidade famalicense da pretensão de um novo edifício. Na foto da publicação em “O Actor Errante” (12 de Agosto de 1906) observa-se uma fachada mais alargada, enquanto que o postal da Typographia Mynerva, o mesmo barracão apresenta uma fachada mais estreita e, nas palavras de Carvalho, “com alta frente aguçada”, tendo a inscrição “Pathé”. O mesmo vai acontecer com Duarte Vasco de Magalhães Aguiar e de José Maria da Cruz Guedes, numa nova reconstrução do barracão, apesar de, e em diversas notícias da imprensa, e em 1 de Julho de 1908, através da sua confeitaria Duarte Aguiar & Guedes (1905), requererem ao município uma licença para construir um barracão no Campo Mouzinho de Albuquerque para exhibições cinematográficas e que foi diferido (António Joaquim Pinto da Silva, *Urbanismo e obras particulares na cidade de Vila Nova de Famalicão (1851-1921)*, 2006). Na parte final da sua actividade, o “Pathé” ainda apresentou aos famalicenses a Companhia de Variedades de Artur Ângelo, um espectáculo promovido pela mocidade académica portuense (no qual participaram alguns famalicenses, destacando-se dois nomes: o de Nuno Simões e o de Artur Cupertino de Miranda),

10. Atrás da Capela de Santo António, ficava o célebre Teatro Barracão, construído pela Companhia do Teatro Lisbonense (1901-1906), para realizar as suas actividades teatrais e, mais tarde, Cynematographo Pathé (1908-1910). Coleção particular.



a Companhia de Variedades de Augusto Bastos, actuando o Grupo Beneficente da Cantina Escolar de V. N. de Famalicão, entre Fevereiro e Maio.

Na realidade, na sua primeira temporada em V. N. de Famalicão (1901), “O Regenerador”, em 29 de Junho de 1901, informa os famalicenses que “virá brevemente a esta vila uma excelente companhia dramática – Companhia Lisbonense – que tenciona demorar-se durante um mês, para o que pretende fazer um teatro barracão no Campo Mouzinho, se a Câmara consentir e ceder o terreno em condições favoráveis.” Para além dos “merecimentos da troupe dramática, incentiva-se o Município a que “faça a concessão do terreno nas mais favoráveis condições.” No mesmo jornal, em 6 de Junho, noticia-se que “já se encontra nesta vila o maquinista da companhia do teatro lisbonense, a fim de dirigir os trabalhos da construção de um grande barracão no Campo Mouzinho”, companhia dirigida por Domingos Cândido da Silva. Ficando pronto o barracão em 13 de Julho, em 7 de Julho, o jornal famalicense era de opinião Domingos Cândido da Silva “tratasse do nosso teatro, com metade das despesas que faz no barracão, podia representar vantajosamente para a economia da companhia, tanto mais que a lotação que nos conta ele querer conter no barracão – duas mil pessoas – nunca chegará a obtê-las nesta vila, para a qual é de sobra.” Contudo, em algumas actuações a companhia teve “uma casa à cunha”. Relativamente à construção, senão mesmo à reconstrução do Theatro-Barracão, veja-se a notícia do “Estrela do Minho” de 19 de Janeiro de 1902, informando os famalicenses que estava quase pronto e o mesmo jornal, 19 de Maio de 1904: “Já vão muito adiantados os trabalhos do barracão”. Finalmente, em 24 de Julho de 1906: “anda a construir-se no Campo Mouzinho o barracão para a companhia lisbonense”, a qual tem conquistado “tantas simpatias”. Para além destas sucessivas obras de reconstrução, e destes elogios, as recepções à companhia nem sempre foram as mais favoráveis.

Veja-se na rubrica “Crença & Letras”, com o título “O Theatro. O que é e o que devia ser” (*O Regenerador*, 16 Julho 1904). O articulista e o crítico famalicense foca a problemática das companhias de queixarem da falta de público, argumenta que estas “têm razão e têm culpa”. O problema é o seguinte: Hoje não se trata de por em cena obras de arte, mas de procurar atrair o público para o que lhe mais agrada” – (entrando aqui o articulista em contradição, como já vimos, com o que propõe no mesmo jornal para o público famalicense) – já que “infelizmente não é a mais consoante com os fins a que deve visar a transplantação para a cena das cenas da vida”, propondo aquilo que deve ser o teatro: “... não deve ser senão outra coisa” do que “a cópia fiel da história ou da humanidade”, aprofundado tal ideia, do papel do teatro na sociedade: “Deve ser uma fotografia fisiológica da sociedade, na época, a que a peça, drama ou comédia, representa.” Mas existe mais outro problema, este inerente à sociedade, já que esta é “profundamente erótica, porque o que agrada, o que atrai, o que arrebatava as plateias, é a exibição da plástica operativa, a abundância e frases equívocas quando não desbragadas, as situações picarescas.” Nesta ordem de ideias, “o teatro deixou de ser escola de educação

para se tornar cátedra da desmoralidade.” Dá um exemplo prático: “Os dramas patrióticos são rococós: as peças modestas, maçadoras, aquela em que predomina a nota cómica indemne de sensualismo, borracheiras estopantes”. Surge, então, nesta crónica, o “Théâtre Libre”, no qual se observam as cenas mais “extravagantes e indecentes”, comentando que “entre nós não está implantado ainda o “Teatro Livre”, mas em compensação, “em quase todos os palcos se exibem peças próprias de “Teatro Livre”. Aqui, o nosso articulista enganou-se, até porque o Teatro Livre teve entre nós o seu teórico, António Pinheiro (director artístico da Companhia Rey Colaço-Robles Monteiro); cujos textos propõe uma renovação cultural na produção cultural, elaborando as bases da estética e de uma plástica teatral (Joana d’Eça Leal, Companhia Rey Colaço-Robles Monteiro, 2016). O “Théâtre Libre”, fundado em Paris em 1887 por André Antoine, colocaria em prática os textos de Zola e em Portugal, através dos textos teóricos de Júlio Lourenço Pinto, partilhando o positivismo filosófico e o determinismo científico, desemboca-se na novidade estética, nomeadamente o naturalismo, combatendo o convencionalismo romântico (Helena Serôdio Maria, “A República do Teatro”, In A República das Artes, 2010). Se tal programa para a renovação do teatro em Portugal nos princípios do século XX agradou a alguns (renovação não só plástica e estética, como igualmente textual), não foi, contudo, facilmente aceite, como foi o caso do nosso crítico. O exemplo concreto e prático recai na última temporada da Companhia do Theatro Lisbonense em V. N. de Famalicão (1906), na peça tida como escandalosa “Pois, sim... Rala-te”:

“Não é que todos os espectáculos nos tenham desagradado, mas porque o de domingo último, pelo realismo cru de diversas cenas equívocas, e ditos de baixo calão, nos tirou toda a vontade de elogiar e reclamar a companhia, com medo de concorrermos, em pouco que seja, para maior desmoralização do nosso meio. Bem basta o que já está. Não são necessários mais factores deletérios. / Peças como “Pois sim... rala-te” devem ser completamente banidas da cena, como imorais e dissolventes. Bem abemos que quem vai para o teatro não vai fazer via-sacra. Vai distrair e desopilar, quando não vai também educar-se. / O teatro pode ser, e foi muito tempo, um meio de educação de espírito e do gosto estético. Representar revistas como aquela é perder todo o gosto de estética e arte e derrancar todos os sentimentos nobres da alma humana. / A escola realista, com os seus quadros vivos, d’après nature, não se tolera já hoje na literatura, e não deve, por nenhum princípio, tolerar-se no teatro. O belo não pode irmanar-se, casar-se com a lama das vielas, nem traduzir-se pelo ignóbil calão do bordel. / Felizmente que o sentimento de repulsão foi geral e o protesto fez-se sentir claro e evidente no espectáculo de quinta-feira, em que a concorrência foi diminutíssima. A alguns ouvimos dizer que não voltavam a teatro porque vieram de lá envergonhados com suas esposas e filhas. / É preciso que a Companhia reconquiste, por espectáculos mais limpos do que aquele, a estima que o nosso público lhe vota, desde a primeira vez que aqui esteve. / Temos acentuado, desde sempre, uma sincera estima pela Companhia, e não nos cansamos de louvar o correcto proceder dos artistas e empregados, mas... amicus Plato, sed magis amica veritas. Acima de todas as considerações pessoais ou de amizade, estão os deveres da verdade.” (O Regenerador, 28 Julho 1902)

Esta polémica iremos vê-la novamente em tempos da I República.

Companhia dramatica

Está n'esta villa o sr. Domingos Candido da Silva, director do Theatro Lisbonense, a tractar da construcção, no Campo Mousinho, de um grande barracão, afim de levar á scena, durante mezes, variadas peças dramaticas pela sua companhia, na qual conta muito bons artistas.

Pelo que nos informam, achavamos melhor que o sr. Candido da Silva tratasse o nosso theatro onde, com metade da despeza que faz no barracão, podia representar vantajosamente para a economia da companhia, tanto mais que a lotação que nos consta elle querer conter no barracão—duas mil pessoas—nunca chegará a obter a sobra a lotação do nosso theatro. E encha-se elle sempre!

Theatro Lisbonense

Já vão muito adeantados os trabalhos do barracão para aquella casa de espectaculos. Estimamos apreciar em breve os merecimentos de tão excelente companhia.

Theatro Lisbonense

Está quasi concluido o theatro-barracão mandado constuir pela companhia de que é director o estimado actor Domingos, de qual tão boas recordações nos ficaram, da temporada em que o anno passado ella aqui se exhibiu e em que agradou a todos.

Os primeiros espectaculos parece que serão levados á scena lá para os fins do correate mez.

11. "Estrela do Minho". V. N. de Famalicão (7 Julho 1901), p. 2. Arquivo Municipal Alberto Sampaio.
12. "Estrela do Minho". V. N. de Famalicão (29 Maio 1904), p. 2. Arquivo Municipal Alberto Sampaio.
13. "Estrela do Minho". V. N. de Famalicão (19 Janeiro 1902), p. 2.
14. "Estrela do Minho". V. N. de Famalicão (15 Julho 1906), p. 1. Arquivo Municipal Alberto Sampaio.

Theatro Lisbonense

Campo Mousinho

Famalicão

HOJE—HOJE

RAMINHO D'OURO

Celebre magica de grande apparatus, em 4 actos e 18 quadros com linda musica de *Symmaria*.

Entrada ás 8¹/₂ horas da noite.

4.6.1.3 Quadro Esquemático (1900-1910)

| Ano | Mês | Dia | Companhia / Grupo | Local | Actividade |
|------|-------|-------|---|--|--|
| 1900 | Março | 18 | Companhia Dramático Portuguesa «Ernesto Freitas» | Teatro Progresso | “As Duas Orfãs” |
| | Março | 19 | Companhia Dramático «Ernesto Freitas» | Teatro Progresso | “Conde de Monte Cristo” |
| | Abril | 29 | Grupo de Rapazes que fizeram parte do Grupo Dramático Visconde de Gemunde | Gymnasio Velo Clube / Teatro Progresso | “A Vingança do Negro ou Cenas do Brasil”; “Ideias do Sr. Sardinha” (comédia em 1 acto); “O Insurrecto” (monólogo dramático) |
| | Abril | 29 | Companhia Opereta do Porto | Gymnasio Velo Clube / Teatro Progresso | |
| | Maio | 7, 12 | Grupo Dramático Excursionista, Dir. M. Matos | Gymnasio Velo Clube / Teatro Progresso | “Voltas que o mundo dá” (comédia em 1 acto); “Ditoso Fado” (comédia em 1 acto); Fados à Guitarra, pelo actor Albuquerque; Monólogos (“O Bigodinho” e “O Acanhamento”), por vários artistas; “Entre Cônjuges”, comédia em 1 acto; “Tio Bernardino”, cançoneta pelo actor Matos; “Cada Doido”, comédia em 1 acto |
| | Junho | 7, 9 | Companhia de Zarzuela, Dir. D. José Travanco | | “Gran-Via”, “Chateaux Margaux”, “Queen Fuera Livre”; “Los Baturros”; “El Lucero del Alba”; “La Nodriza”; “El Consechero de Arganda”, “Certamen Nacional”, etc. |
| | Junho | 23 | Companhia de Zarzuela | Teatro Progresso | “Ya Somos Trez”, “Plato Del Día” |

| Ano | Mês | Dia | Companhia / Grupo | Local | Actividade |
|------|----------|-----|--|------------------|---|
| | Junho | 28 | Companhia Dramático «Ernesto Freitas», Tuna Barcelense | Teatro Progresso | “Moços e Velhos”, monólogo “O Terrível”, recitado por Augusto Soucasaux |
| | | | | | Sarau Dramático-Musical 1.ª Parte: discurso (Alberto de Passos Barbosa, presidente da Tuna; Hino da Tuna, por P.e Eugénio; Carolina (valsa); Alhambra (polka); Madrilena (habanera), por R. V.; “O Insurrecto”, monólogo; 2.ª Parte “Honra e Crime”, drama em 1 acto; variações em guitarra sobre o fado menor, com acompanhamentos de violão, pelos directores da Tuna; 3.ª Parte: Rapsódia de canções populares, dedicada às gentilíssimas damas famalicenses, por D. C.; Nocha Buena (valsa, por R. V.; Jota; Passa calhe; 4.ª Parte: África (marcha militar), por R. V.; “Perdida e Achada”, monólogo; Recordação, valsa, por A. P.; Hino da Tuna. |
| 1901 | Dezembro | 9 | Tuna Recreativa Famalicense | Teatro Progresso | |
| | Maio | 5 | Grupo de Amadores de Braga | Teatro Progresso | “Os Ciúmes”, comédia em 1 acto, por Baptista Ribeiro, Tomás Vieira e D. Maria Brito; [“Flor de Cines, por debaixo”], por Tomás Vieira; “Um Olho”, cena cómica, por Baptista Vieira; “História Simples”, poesia dramática, por José Viana; “Tio Bernardino”, cançoneta por Tomás Vieira; “A Morte do Galo”, comédia em 1 acto, |

| Ano | Mês | Dia | Companhia / Grupo | Local | Actividade |
|------|-----------|------------|------------------------------|--|---|
| | | | | | por D. Maria Brito, Tomás Vieira, Baptista Ribeiro, José Viana e Benedito Ottoni; |
| | Julho | 14, 17, 21 | Companhia Teatro Lisbonense | Campo Mouzinho de Albuquerque, Teatro-Barracão | “O Raminho de Ouro”, Opereta “Sinos de Corneville”, “Fausto”, “Gata Borracheira” |
| | Julho | 28 | Companhia Teatro Lisbonense | Campo Mouzinho de Albuquerque, Teatro-Barracão | “Coroa de Carlos Magno” |
| | Agosto | 1 | Companhia Teatro Lisbonense | Campo Mouzinho de Albuquerque, Teatro-Barracão | “Dois Garotos” |
| 1902 | Janeiro | 19 | Troupe Portuense | Teatro Progresso | “Veterano da Liberdade”, “Caserna, Cozinha e Sacristia”, “Ai Joaquina”, Augusto Cordeiro recitou poesia de Fialho de Almeida |
| | Fevereiro | 18, 20 | Companhia Teatro Lisbonense | Campo Mouzinho de Albuquerque, Teatro-Barracão | “Duas Órfãs”, “Mascotte”, “O Processo da Rusga”, “Paralítico” |
| | Março | 2, 6, 13 | Companhia Teatro Lisbonense | Campo Mouzinho de Albuquerque, Teatro-Barracão | “Moleiro de Alcalá”, “Louca do Mar”, “Mam`Zelle Nitouche”, “Rouxinóis de Madrid”, “El-Rei Abracadabra 36”, “Morgadinha de Val Flor” |
| 1903 | Fevereiro | 1 | Grupo de Amadores de Braga | Teatro Progresso | “Amor Fraternal”, “Paris em Lisboa”, “Jorge, o Marinheiro” |
| | Abril | 19 | Troupe Dramática Famalicense | Teatro Progresso | “Primo da Prima”, “Casa de Babel”, “Cada Doido...” |

| Ano | Mês | Dia | Companhia / Grupo | Local | Actividade |
|------|-----------|------------|---|--|--|
| | Abril | 28 | Actor Vargas | Salão Hotel Vilanovense | “Milhões do Rajah” |
| | Maio | | Royal Cosmógrafo | Campo Mouzinho Albuquerque, Teatro-Barracão | Teatro |
| | Outubro | 4 | Troupe Dramática Famalicense | Teatro Progresso | “Médico-Mania”, “O Vestido”, “Arte de Montes”, “Criado Distraído” |
| | Dezembro | 1 | Troupe Dramática Famalicense | Teatro Progresso | “Opressão e Liberdade” |
| 1904 | Fevereiro | 7 | Troupe Dramática Famalicense | Teatro Progresso | “Os Espectros”, “A Vizinha Margarida”, “Sempre Sentado”, “A Lágrima” |
| | Abril | 17 | Troupe Dramática Famalicense | Teatro Progresso | “Um Erro Judicial” |
| | Abril | 17 | Actores Graça, Alcibiádes, Lima e José Mesquita | Teatro Progresso | “Os Maestros”, “Um Erro Judicial” (Baptista Dinis) |
| | Maio | 29 | Troupe Dramática Famalicense | Teatro Progresso | “Um Noivo de 90 Anos”. “Tabordas no Pombal” |
| | Junho | 12, 18 | Companhia Teatro Lisbonense | Campo Mouzinho de Albuquerque, Teatro-Barracão | “A Romã Encantada”, “Juramento de Amor” |
| | Junho | 26, 29, 30 | Companhia Teatro Lisbonense | Campo Mouzinho de Albuquerque, Barracão | “A Filha do Inferno”, “A Gata Borrallheira”, “Noite e Dia” |
| | Julho | 3 | Companhia Teatro Lisbonense | Campo Mouzinho de Albuquerque, Teatro-Barracão | “O Anjo da Meia-Noite” |

| Ano | Mês | Dia | Companhia / Grupo | Local | Actividade |
|------|-----------|----------------|---|--|--|
| | Julho | 10, 17, 18, 20 | Companhia Teatro Lisbonense | Campo Mouzinho de Albuquerque | “Amores de Rainha”, “O Conde de Monte Cristo”, “Mam’Zelle Nitouche”, “Vaudeville”, “Casamento de Nitouche”, “A Coroa de Carlos Magno” |
| | Outubro | 20 | Actores da Companhia do Teatro Lisbonense (Vargas. Gentil, Eusébio e mais duas atrizes) | Campo Mouzinho de Albuquerque, Teatro-Barracão | “A Ceia dos Cardeais” |
| | Dezembro | 1 | Grupo de Rapazes de V. N. de Famalicão | Teatro Progresso | Festejos 1.º de Dezembro (“Um Homem Político” [Correia Guimarães], José Mesquita, Tuna da Fábrica de Relógios, Dir. Daniel Correia |
| 1905 | Fevereiro | 1, 4 | Troupe Infantil do Porto (Dir. Artur dos Santos) | Teatro Progresso | “Capitão de Infantaria” (comédia em 1 acto), cançonetas “Alfacinha”, “O Corcunda”, “Quando eu casar”, “Um Batalhão no Convento”, “Serenata de Amor”. “Oh Ri-Có-Có”, “A Boneca”, “A Grizeta” |
| | Março | 5, 7 | Troupe Dramática Famalicense [espectáculo de beneficência dedicado à Associação dos Empregados de Comércio] | Teatro Progresso | “Os Medrosos”, “Casa de Bebel”, “O Gabinete do Sr. Regedor”, “Entre a Cruz e a Caldeirinha”, “Aventuras Dum Empregado de Comércio” |
| | Julho | 8, 9 | Troupe de Artistas Dramáticos de Lisboa [Príncipe Real] | Teatro Progresso | “O Tio Pedro” (episódio trágico popular de Marcelino de Mesquita em 1 acto), “A Mulher de Dois Maridos” (comédia em 3 actos, original de Baptista Machado) “Lobo do Mar” (drama em três actos de Baptista |

| Ano | Mês | Dia | Companhia / Grupo | Local | Actividade |
|------|----------|----------|--|------------------|---|
| | | | | | Ferreira), “Medalha da Virgem” (comédia em 1 acto) |
| | Dezembro | 8, 9, 10 | Teatro Águia D’Ouro [Augusto Cordeiro e Lucinda Cordeiro], Tuna Famalicense, Dir. Daniel Correia | Teatro Progresso | Teatro “Ditoso Fado”, “Casem-se Rapazes”, “Amor por Anexins”; Canções “A Gatinha”, “Bonequinho” “Pragas do Capitão”; “Cada Doido...”, “Vai-te embora António” [tomou parte actor-amador famalicense J. Graça] |
| 1906 | Março | 25 | Academia do Seminário Conciliar de Braga [Académicos de Braga, seminaristas], Tuna Famalicense | Teatro Progresso | Teatro e música Discurso de apresentação Manuel José Fernandes; “Herança”, do sr. Sardinha, comédia em um acto; “Diálogo”, por José Viana e Manuel Fernandes; “A Mosca Branca”, comédia em 2 actos |
| | Maio | 24 | Grupo Gil Vicente, de Guimarães | Teatro Progresso | “Almas do Outro Mundo” (comédia em 2 actos) “Um Cálculo Errado” (comédia em um acto); Canção “Pouca Sorte” |
| | Junho | 21 | Companhia Infantil do Porto (empresário ex-actor Santos) | Teatro Progresso | “Ciúmes”, “A Caneca” [comédias], “Serenata de Amor”, “Frescata de Malveira”, “Fuir á exposiçon”, “O Ricóco”, “Rebenta a Bexiga” [canções], “Sinos de Corneville” (opereta), por Esther Rodriguez e o actor de V. N. de Famalicão António G. Pinto |

| Ano | Mês | Dia | Companhia / Grupo | Local | Actividade |
|------|----------|-----------------|--|--|---|
| | Julho | 7, 8 | Companhia Teatro Lisbonense (Actor Domingos) | Campo Mouzinho de Albuquerque, Teatro-Barracão | “Moleiro de Alcalá”, “Os Sete Pecados Mortais”, “Uma Causa Célebre”, “Os Rouxinóis de Madrid” |
| | Julho | 12, 14, 15 | Companhia Teatro Lisbonense | Campo Mouzinho de Albuquerque, Teatro-Barracão | “Uma Causa Célebre”, Rouxinóis de Madrid”, “Raminho de Ouro” |
| | Julho | 21, 22 | Companhia Teatro Lisbonense | Campo Mouzinho de Albuquerque, Teatro-Barracão | “Conde de Monte Cristo”, “Pois Sim... Rala-te!”. “A Morgadinha ValFlor” |
| | Julho | 28, 29 | Companhia Teatro Lisbonense | Campo Mouzinho de Albuquerque, Teatro-Barracão | “Mam`Zelle Nitouche”, “Princesa Santa Joana” |
| | Agosto | 4, 5, 8, 11, 12 | Companhia Teatro Lisbonense | Campo Mouzinho de Albuquerque, Teatro-Barracão | “José do Tekhado”, “Fausto”, “El-Rei Abracadabra 36”, “Os Dois Garotos”, “Santo António” |
| | Setembro | | Companhia Dramático Eduardo Brazão | Teatro Progresso | “A Ceia dos Cardeais” (?) |
| | Novembro | 11 | Grupo Dramático Associação do Operariado Famalicense | Teatro Progresso | “Escravos e Senhores”, “O Escravo” |
| | Dezembro | 1 | Grupo Dramático Associação do Operariado Famalicense | Teatro Progresso | “Portugal Restaurado”, “Três Cães Batendo à Porta”, “Distracções de um Criado” |
| 1907 | Janeiro | 19 | Grupo Dramático Associação do Operariado Famalicense | Theatro Chalet | As Ondas”, poesia recitada por Victor Correia, dedicada às damas tirsenses; “Cenas do Brasil”, drama em 3 actos; “O Estudante |

| Ano | Mês | Dia | Companhia / Grupo | Local | Actividade |
|-----|-------|-----|---|--|--|
| | | | | | Alsaciano”, poesia dramática recitada por César Pinto; “Três Cães batendo à Porta”, comédia em 1 acto; Duas cançonetas, por Graça Júnior. |
| | Março | 9 | Grupo Dramático Associação Operariado Famalicense Tuna Tirsense | Teatro Progresso | “O Escravo”, “Médico-Mania”, “Três Cães Batendo à Porta”, “O Palhaço” |
| | Março | 31 | Grupo Dramático Associação Operariado Famalicense | Teatro Progresso | “O Escravo”, “Dar Corda Para Se Enforçar”, “Voltas que o mundo dá”, “Medico-Mania” |
| | Março | 9 | Grupo Dramático Associação Operariado Famalicense Tuna Tirsense | Teatro Progresso | “O Escravo”, “Médico-Mania”, “Três Cães Batendo à Porta”, “O Palhaço” |
| | Junho | 30 | Grupo Dramático Associação Operariado Famalicense | Teatro Progresso | “Carta a Santo António” (entreacto dramático), “O Genro do Caetano” (comédia em 3 actos), “A Judia” (poesia dramática), “Os 3 Maestros” (treceto cómico) |
| | Julho | 14 | Grupo Dramático de Beneficência (Dir. Correia Guimarães) | Teatro Progresso | “O Genro do sr. Caetano”, “A Judia” (poesia dramática, de Tomás Ribeiro) |
| | Julho | 20 | Grupo Dramático de Beneficência (Dir. Correia Guimarães) | Teatro S. Geraldo (Braga) [em benefício do poeta-cego Manuel dos Santos Marques] | “Carta a Santo António”, a comédia “Não tem título”, a opereta “Os Sinos de Cornville” e o terceto cómico “Ai Ritinha!...” |

| Ano | Mês | Dia | Companhia / Grupo | Local | Actividade |
|------|----------|---------|--|---|--|
| | Julho | 21 | Grupo Dramático de Beneficência (Dir. Correia Guimarães) Grupo dos 29 | Teatro Progresso [em benefício do poeta-cego Manuel dos Santos Marques] | “Carta a Santo António”, a comédia “Não tem título”, a opereta “Os Sinos de Cornville” e o terceto cómico “Ai Ritinha!...” |
| | Agosto | 11 | Grupo Dramático de Beneficência (Dir. Correia Guimarães) | Água Santas (Maia) | |
| | Setembro | 1 | Grupo Dramático de Beneficência (Dir. Correia Guimarães) | Valongo | |
| | Outubro | 9 | Troupe Infantil Variedades (Porto, Dir. Artur Santos) | Teatro Progresso | “Ciumento”, “Os Sinos de Corneville”, “Felicidade Dum Bruto” |
| | Novembro | 10 | Actrizes Sara Oliveira e M. Marques, actores Nogueira e Rosado (fizeram parte do Teatro Lisbonense) | Teatro Progresso | “Gaspar, o Serralheiro” |
| 1908 | Janeiro | 1, 5, 6 | “espectáculos dados por uma Companhia e promovidos pelo sr. José Cardoso Ferreira da Costa” (“Espectaculo em Joane”. In Estrela do Minho. V. N. de Famalicão, Ano 13, n.º 643 (29 Dez. 1907), p. 1). | Campo Mouzinho de Albuquerque, Teatro-Barracão | “Conde de Monte Cristo”, “Pois Sim... Rala-te!”. “A Morgadinha ValFlor” |
| 1909 | Janeiro | 21 | Récita em benefício da actriz Mariana Ribeiro | Teatro progresso | “A Mentira” (drama em 1 acto), “O Assassínio de Macário” (comédia em 3 actos) |
| | Março | 14 | Grupo Joaquim Gonçalves (anexo ao Círculo Católico de Operários de Braga, do qual fazia parte | Teatro Progresso | Espectáculo teatral: “Os Dois Sargentos”, “Duas horas de ... um Limpa Chaminés”. Tuna dos 29 |

| Ano | Mês | Dia | Companhia / Grupo | Local | Actividade |
|------|-----------|----------|--|-------------------|--|
| | | | o famalicense José Mesquita) | | |
| | Abril | 10 | Teatro de Santa Pândega | Senra, Calendário | “Reisadas” |
| | Junho | 5 | António Rubem, artista dramático, do Teatro Carlos Alberto (Porto) | Teatro Progresso | |
| | Novembro | 7 | Frias e Ludovina Frias | Teatro Progresso | |
| | Novembro | 27 | Companhia de Variedades Artur Ângelo | Teatro Progresso | “Volta que o Mundo Dá”, Canções e fadinhos à guitarra por Ludovina Frias |
| 1910 | Janeiro | 20 | Companhia de Variedades Artur Ângelo | Teatro Progresso | I Parte: Apresentação da cantora portuguesa Delfina de Alemida; II Parte: Jos Piatti (cães amestrados); III Parte: Apresentação dos japoneses I. U. Nel und Nella, com trajes característicos, realizando trabalhos de magia japonesa); IV Parte: Intermédio cómico Mr. Vallini. |
| | Fevereiro | 6 | Troupe Dramática Empregados do Comércio | Teatro Progresso | “Comendador Aleixo”, “Dois Estudantes no Pregão”, “Doidos Com Juízo” |
| | Março | 5, 6, 13 | Companhia de Variedades, Dir. Artur Ângelo | Salão Pathé | I Parte: “Não São Moscas”; II Parte: Versos, canções e monólogos; III Parte: Apresentação do notável lutador «Brilhante», luta Greco-Romana e Elisa Pujol, cançonetista e dançarina; IV Parte: “A Honra Dum Pescador”. |
| | Março | 15 | Companhia de Variedade, Dir. Artur Ângelo | Salão Pathé | “Amor de Perdição” |

| Ano | Mês | Dia | Companhia / Grupo | Local | Actividade |
|-----|-------|-----|---|-------------|--|
| | Março | 18 | Mocidade Académica (famalicensenses e portuenses) | Salão Pathé | 1.ª parte: Saudação às damas, por Nuno Simões, e a comédia “Um Julgamento no Samouco”, desempenhada por José Carneiro, Abílio Carvalho, Nuno Simões, Pinto da Rocha, Manuel Almeida, Moreira Padrão, Hermínio Correia e Artur Cristino. 2.ª parte: O episódio dramático de Marcelino Mesquita “Uma Anekdota”, em que entram José Carneiro, Moreira Padrão e Artur Cupertino. 3.ª parte: “Um Regedor à Altura”, comédia em 1 acto, desempenhada por Pinto da Rocha, Hermínio Correia, Abílio Carvalho, Arnaldo Pires e Joaquim Alves. |
| | Março | 31 | Companhia de Variedades Augusto Bastos | Salão Pathé | “Mosca Branca”, “Ressonar sem Dormir”, dir. Correia Peixoto |
| | Maio | 26 | Grupo Beneficente da Cantina Escolar | Salão Pathé | |

4.6.2 República (1911-1926)

Tópicos Interpretativos

Logo nos primórdios da I República, a torrente legislativa republicana abarcou igualmente o teatro em 1911, a saber: por um lado, os republicanos criaram uma comissão que vizava a realização de um “Inquérito à Arte Dramática Nacional”, da qual fizeram parte escritores com Bento Mântua, Afonso Maia, Bento Faria e Emídio Garcia; por outro lado, pretendiam igualmente os republicanos reformular o ensino da arte dramática, criando para esse fim a Escola da Arte de Representar.

Se no cenário teatral republicano ainda encontrámos a perspectiva de um teatro convencional com poucos “riscos de modernidade” (Joana Miguel Moreira, *O Teatro no Porto no Período entre*

Guerras, 2017), ficando as empresas teatrais nos seus reportórios os dramas psicológicos ou sociais, peças históricas e regionais (no campo regionalista temos, por exemplo, a produção textual de Vicente Arnoso “Dor que Mata” no Olympia em 1917, através da Companhia de Adelina Abranches), comédias e farsas e agora com o predomínio da revista (Luiz Francisco Rebello, *Breve História do Teatro Português*, 2000); por outro lado, o âmbito temático da produção teatral oscilou entre “a atracção pelas “ideias dominantes da Europa” e o deslumbramento pelo “fulgor romântico do passado e o pitoresco do solo pátrio” com “inectivas sociais do sentido progressista que animavam os sentimentos republicanos: o anticlericalismo, a crítica à instituição do casamento convencional com a defesa implícita do divórcio e do amor livre, a denúncia do carácter classista da justiça, ou da hipócrita moral social, a análise de algumas nefastas consequências do militarismo, como a ruína da família e a degradação do sentido moral, entre outras temáticas de incidência social e política” (Maria Helena Serôdia, “A República do teatro”, In *A República das Artes*, 2010), não me parece que tenha existido grandes alterações nas representações teatrais em V. N. de Famalicão durante a I República. De facto, não houve em V. N. de Famalicão grandes alterações de reportório entre o drama histórico e romântico, as comédias ligeiras e as zarzuelas, assim como as operetas e alguma revista trazida pelas grandes companhias. Mais uma vez, os famalicenses reviam-se no teatro como este sendo uma forma de divertimento e de sociabilidade, não aderindo aos processos estéticos do naturalismo, do realismo ou sequer aos laivos simbolistas. Os sucessos dos grupos famalicenses (Grupo Cénico da Associação de Classe dos Empregados do Comércio, 1910/1913, 1922; Grupo Cénico do Orfeão Famalicense, 1917; Grupo Cénico do Grupo Desportivo Famalicense, 1923; Grupo Dramático Beneficente, 1924/1925), deve-se, particularmente, aos espectáculos dramáticos-musicais, denominados sarau (como foi o caso do sarau dramático-musical a favor das vítimas da I Grande Guerra, promovido pela Comissão Promotora Feminina da Venda da Flor em 1917, seguindo os exemplos famalicense de solidariedade cívica vindos já dos tempos monárquicos), actuando as respectivas tunas dos grupos em causa. Regista-se que se não fosse o Grupo Cénico da Associação de Classe dos Empregados do Comércio entre 1910 a 1913 (não havendo representação teatral em 1914, assim como noutros anos), os famalicenses só veriam representações teatrais através das grandes companhias com as suas tournées em 1915, intensificando-se em 1917.

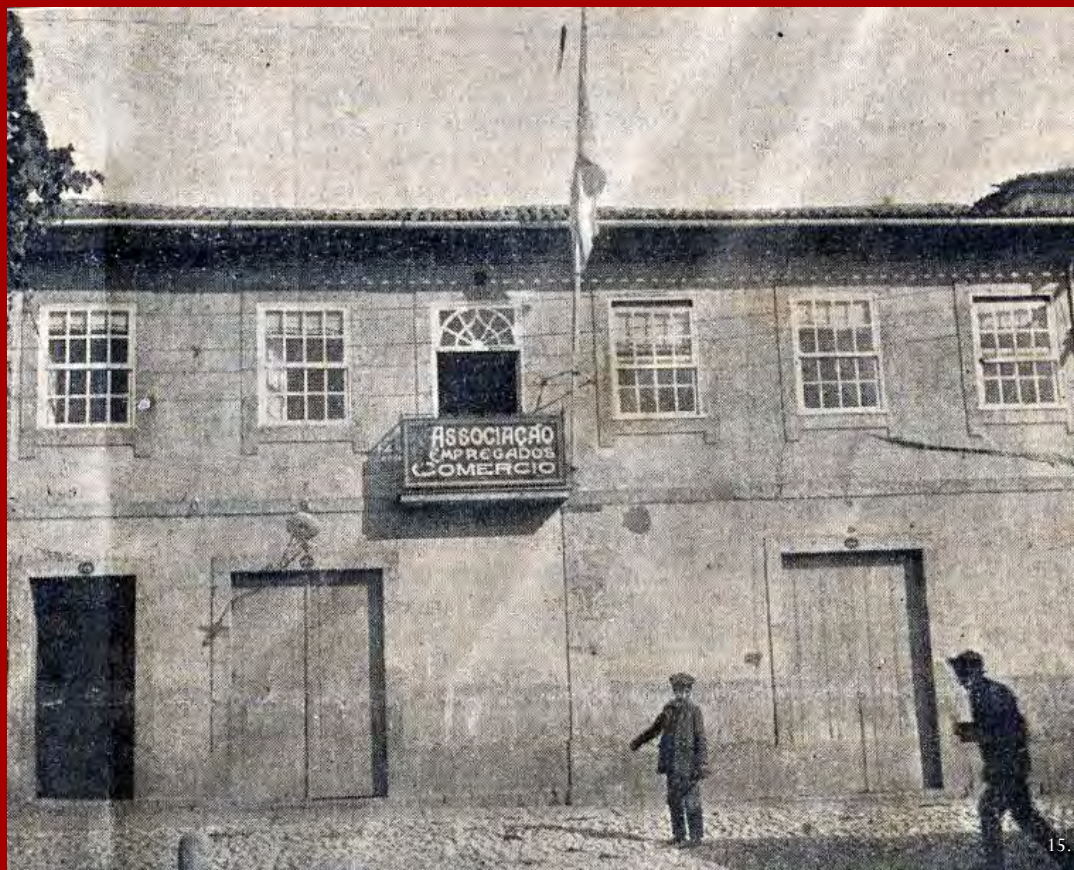
4.6.2.1 Associação de Classe dos Empregados do Comércio (1904-1928) | Troupe/ Grupo Dramático dos Empregados do Comércio (1910-1913)

Nos estatutos de 1915, a notável Associação de Classe dos Empregados do Comércio, define no primeiro capítulo, na constituição e nos fins da Associação, nomeadamente no seu artigo 3.º, os seus respectivos fins e associativos, os quais foram sempre concretizados desde o início da sua fundação em 1904: “Esta Associação tem por fim o estudo e a defesa dos interesses económicos comuns aos seus associados”, elucidando em parágrafo único que “não descansará a instrução comercial, a educação moral e cívica e física dos associados, estabelecendo Biblioteca, gabinete

de leitura, cursos de línguas e ciências, exercícios de desporto, promovendo conferências, publicação de panfletos sobre assuntos de utilidade geral.”

Na realidade, na participação cívica (entre a monarquia e a I República como foi com a problemática do horário de trabalho), na cultura (com a instituição do grupo cénico e da tuna, assim como com as conferências, estas mais na fase pós-sidonista), na instrução (com os seus afamados cursos nocturnos, particularmente nos alvares da I República), ou nas homenagens a diversas personalidades (como aconteceu com Sousa Fernandes em 1912), foi das associações mais carismáticas em V. N. de Famalicão entre a monarquia e a I República. O que aqui me traz é, particularmente, o teatro da respectiva Associação, surgindo em Fevereiro de 1910 como Troupe Dramática dos Empregados do Comércio, enquanto que em 1911, em plena República, já aparece como Grupo Cénico, até 1913, surgindo mais tarde com uma actuação em Junho de 1922. A sua primeira actuação foi no âmbito dos festejos do Carnaval em V. N. de Famalicão, apresentando-se no Theatro Progresso. Realizando mais três actuações neste mesmo teatro, as restantes, em 1912 e em 1913, serão realizadas já no seu Salão-Theatro, na sede da respectiva Associação, na Rua Adriano Pinto Basto, com os seus saraus literários, dramáticos e musicais. Quem poderia fazer parte do respectivo grupo cénico, sabemos-lo através de uma notícia do “Estrela do Minho” de 13 de Abril de 1911, após a realização de mais um espectáculo com as peças “Sombras e Coloridos” e “Simplicio & C.”, focando os seguintes actores e actriz: Sr.^a D. A. Sousa, José Maria Portela, Vasco de Carvalho, Luís Terroso, Remígio Costa, Fernando Sampaio, Fernando Folhadela, Álvaro Marques e Flávio Marques. Foi director e ensaiador Alípio Guimarães. Paralelamente, à criação do Grupo Cénico, criou a Associação em 1912 a Tuna, aliando-se aos espectáculos. Relativamente à primeira actuação do Grupo Cénico, as recepções não poderiam ter sido as melhores. Veja-se, em primeiro lugar, a notícia do “Estrela do Minho”, de 5 de Março de 1911, aliando-se ao programa dos festejos do Carnaval:

“Os rapazes da classe comercial, com aquela boa vontade que os caracteriza e levados pelo entusiasmo fogoso da mocidade, deram, honra lhe seja, umas horas bem passadas aos famalicenses. / Principiou pelo espectáculo peças bem desempenhadas, que não ficavam mal em uma cidade e desempenhadas por artistas de profissão. Por isso foram largamente palmeados os amadores do espectáculo, assim como o sr. Alípio Guimarães, seu ensaiador, a quem também cabem as honras do belo êxito quer os rapazes atingiram. / A casa estava à cunha, destacando-se grande quantidade de damas que davam à sala uma nota alegre e distinta. / Nos intervalos as serpentinas cruzaram-se aos milhares, à mistura com *confectis* e raminhos às eleitas... / Jogou-se enfim o carnaval com todo o entusiasmo. / Na terça-feira, também a batalha de flores deu uma nota de distinção ao carnaval da nossa terra. Em meia dúzia de carros, qual deles o mais bem adornado e com arte que denotava apurado gosto, os nossos rapazes, fidalgamente entrajados, fizeram da rua 5 de Outubro o *corso* da sua grande *batalha.*, em que as flores para as janelas e vice-versa foram atiradas com fogoso entusiasmo, o que foi aclamado por numerosos espectadores que estacionavam nas ruas. / Um bravo, pois, aos nossos rapazes pelo excelente carnaval que este ano exibiram em Famalicão.”



Fotos publicadas no jornal de V. N. de Famalicão "Estrela do Minho", em 19 de Outubro de 1913, no âmbito das comemorações do 8.º Aniversário da Associação de Classe dos Empregados do Comércio:

15. Sede da Associação na Rua Adriano Pinto Basto.

16. Personalidades dos corpos-gerentes (em 1911: Direcção – Presidente, Adelino Gomes da Silva; Vice-Presidente, Remígio Costa; 1.º Secretário, Jaime de Mesquita Guimarães; Tesoureiro, Delfim Joaquim da Silva. Assembleia-Geral – Presidente, Joaquim Mendes da Silva; 1.º Secretário, Luís José dos Santos Terroso; 2.º Secretário, Hígino Folhadela de Macedo; Directores do Mês – Jorge Pires de Melo, Casimiro José Martins, Raúl Carvalho, Álvaro Folhadela Marques, José Maria Portela, Horácio Brandão Garcia.

17. Tuna da Associação.



Por outro lado, o “Novidades de Famalicão”, em 11 de Março, realiza uma observação crítica, não deixando, contudo, de dizer que “o espectáculo foi cheio e agradou muito. Parabéns a todos.”

“Está provado que ninguém lava as tampas aos Empregados do Comércio em récitas no nosso teatro. / Os espectáculos que eles até agora têm promovido, nomeadamente o último, provam-no sobejamente. / A casa estava repleta, ficando muitos espectadores de pé. Nos camarotes e plateia muitas das nossas mais distintas e formosas damas, dando ao conjunto um aspecto primaveril encantador. / No desempenho não temos que fazer selecções. Segundo a importância dos papéis a que era preciso dar relevo deferente, os personagens andaram lindamente. / Agora, permitam-nos um reparo, com esta franqueza de que costumamos usar. / Não acham que havia passagens que foram sublinhadas com demasiada intenção, sem que daí provesse mais graça para as comédias? / Temos tudo amlucrar em fazer teatro honesto e inofensivo. / À parte este pequeno senão – e quem é que os não tem? – o espectáculo foi cheio e agradou muito. Parabéns a todos. / O ensaiador sr. Alípio Guimarães desempenhou-se habilmente da sua missão. Este senhor revelou-se teabém um consciencioso *diseur*, recitando com brilho a linda poesia de Marcelino de Mesquita [...] Também Vasco de Carvalho recitou.”

Relativamente à Tuna, com o seu director artístico, já nosso conhecido, Daniel Correia, os seus primeiros ensaios realizaram-se em Maio de 1912, ficando impressionado o repórter do “Famelicense” com o hino da Tuna, as valsas e as rapsódias (*O Famelicense*, 30 Maio 1912), actuando pela primeira vez nas comemorações do 8.º Aniversário da fundação da Associação. Aliás, o “Estrela do Minho” dedica à Associação uma ampla reportagem em 19 de Outubro de 1913, com textos de Sousa Fernandes, Júlio Brandão, Oliveira e Silva, Rocha Carvalho, José de Azevedo e Menezes, Delfim de Carvalho, Alfredo Costa, António Gama, Abílio de Magalhães, Joaquim José da Rocha, Vasco de Carvalho, entre outros. No âmbito da campanha para a edificação de um novo edifício para a actividade em teatral em V. N. de Famalicão, a qual surgiu nas páginas do “Estrela do Minho” entre 1911 e 1912, sabe-se que a respectiva Associação pretendia a construção de um novo edifício, segundo a informação publicada no “Estrela do Minho” em 15 de Outubro de 1911: “Parece que os briosos rapazes da Associação dos Empregados de Comércio pensam em iniciar a empresa da construção de um teatro em Famalicão...”.

4.6.2.2 Anymatographo / Salão-Theatro Olympia (1913-1962)

No ano em que o Salão Theatro-Olympia encerrou as suas portas (1962), um dos seus sócios fundadores, ao lado de Artur Garcia de Carvalho, António Dias Costa, deixou na imprensa um pequeno texto memorial e histórico, com alguns dados curiosos sobre o acto fundador de uma casa que, se inicialmente se dedicou à projecção cinematográfica, adaptou-se às representações teatrais, com obras de transformação que se realizaram em 1917 para a construção do palco. O texto de Dias Costa foi publicado no “Estrela da Manhã”, em 6 de Maio, o qual merece uma interpretação histórico-temporal.

18, 19 e 20. Várias perspectivas do Salão Theatro Olympia. Coleção particular.



18.



19.



20.

“Em 20 de Março de 1912 foi constituída a empresa, sendo, seus únicos fundadores Artur Garcia de Carvalho e [António Dias Costa]. / Em Setembro desse mesmo ano foi celebrado um contrato entre aqueles e a pessoa de Álvaro Carneiro Bezerra que arrendou o salão e participou as obras indispensáveis ao fim em vista, obras que principaram em Outubro. / Mas em Novembro de 1912 os irmãos Gaspar e Manuel Pinto de Sousa com a sua tipografia prestes a ser transferida da Rua de Santo António para o seu novo edifício da Avenida Trovisqueira, obra que estava a ser construída pela «Boa Reguladora», anuíram a que o cinema funcionasse temporariamente no seu novo edifício da Avenida e ali funcionou, na verdade, até ao Verão de 1913. / Os leitores que andam hoje pela roda dos 60 recordam-se, com certeza, disso. / Em 24 de Novembro desse mesmo ano, conluídas as obras no ângulo da Rua Alves Roçadas-Campo Mouzinho, foi inaugurado o Salão Olímpia e o facto constituiu um acontecimento na nossa terra, pois cinemas, havia ainda muitos poucos em Portugal! / A nossa maior dificuldade foi dar o nome à criança! No Porto havia o velho High-Life, na Praça da Batalha e tinha-se inaugurado o «Olímpia». Em Braga havia apenas o «S. Geraldo». Caía-nos bem o nome de Olímpia [...] o certo é que o baptizámos de «Salão Olímpia». Em 19 de Maio de 1916, foi vendido todo o seu recheio a Álvaro Carneiro Bezerra que desse modo tomou plena posse do Salão Olímpia que cumpriu admiravelmente a sua missão educadora, cultural, artística e criativa, parecendo guardar ainda as suas paredes o eco distante das maiores figuras da cena portuguesa e de famosos oradores, as harmonias dos conjuntos orfeónicos de maior nomeada e a graça dos nossos amadores nas suas frequentes jornadas de beneficência.”

Na realidade, o “Estrela do Minho” noticiará em 3 de Novembro de 1912 que “Famalicão, que não possui casa de recreio, vai ter na próxima semana excelentes espectáculos cinematográficos, fitas artísticas excelentes e com música selecta para os intervalos, ficando localizado o cinematógrafo na Avenida Barão de Trovisqueira “no amplo edifício” da Tipografia Minerva e com uma capacidade para “mil espectadores”. O Cynematographo Avenida irá assim suceder ao Cynematographo Pathé e será inaugurado em 24 de Novembro de 1912. Posteriormente, as primeiras sessões cinematográficas no Salão Olympia realizar-se-ão em fins de Julho e princípios de Agosto de 1913, com a designação na imprensa de Anymatographo do Campo Mouzinho e a sua inauguração verificou-se em 23 de Novembro de 1913 como Anymatographo Salão Olympia, informando o “Estrela do Minho” os famalicenses em 30 de Novembro que “a nova casa de espectáculos está lindamente decorada, sendo de grande efeito a instalação interna da luz eléctrica”, com um senão: “A iluminação da frontaria é que está deficiente, exigindo maior número de focos.” A primeira companhia a actuar no Salão Olympia será a Companhia Dramático Portuense Teatro High Life, sucedendo-lhe ainda em 1915, a Troupe Opereta Silva Carvalho-Alice Fonseca.

O Salão-Olympia é a consequência de uma campanha de sensibilização promovida nas páginas do jornal “Estrela do Minho” entre 1911 a 1912 para a construção de um novo edifício, cujo fim essencial seria a representação teatral. De facto, em 21 de Maio de 1911 comenta que

“Famalicão não tem uma casa de espectáculos decente”, fazendo-se sentir a falta de “uma ampla sala de reuniões”. A ideia, nesta primeira sensibilização, começa pela seguinte questão: “Porque é que não há-de fundar-se uma sociedade para a aquisição de um prédio que sirva ao mesmo tempo para esse duplo fim?”, tal sendo possível através de uma sociedade por quotas. Se nesta questão se coloca, em primeiro lugar, a “aquisição de um prédio”, já em 29 de Maio o “Estrela do Minho” volta a lembrar à comunidade famalicense a necessidade da “conveniência de ser edificada uma casa para teatro e que sirva ao mesmo tempo de reuniões e conferências”, lembrando o articulista que o Município (“legítimo representante do povo e por isso o mais interessado no progresso colectivo”) poderia auxiliar com o “terreno que possui na Praça da República e cujo valor ele valorizará em acções.” Ao Município poderiam juntar-se-lhe as associações famalicenses, como é o caso da jovem Associação Comercial e Industrial ou o Clube de Caçadores “e outras agremiações... podendo no teatro fazer as instalações da sua sede. Até que em 26 de Abril de 1913, desta vez no jornal “Desafronta” surge a seguinte informação:

“Os nossos amigos srs. Artur Garcia e António Dias Costa acabam de fechar com o sr. Álvaro carneiro Bezerra, o contrato de compra daquele pedaço de terreno no Campo Mouzinho, que vai da casa do sr. Bezerra facear com a Rua Alves Roçadas, a fim de ali mandarem construir uma casa de espectáculos. / É um excelente melhoramento, que vindo satisfazer a antiga aspiração da construção dum teatro – pois cremos que a empresa não fará apenas casa para instalação do seu cinematógrafo, mas que adaptará a outros géneros de espectáculos – serve ao mesmo tempo a embelezar aquele recanto, que estava a desfeitar aquele ponto central da vila.”

No número seguinte, a 3 de Maio, rectifica que “o teatro, a que na semana passada nos referimos, e cujos trabalhos de construção se iniciam em breves dias, não é feito pelos nossos amigos srs. Artur Carvalho e Dias Cotta..., mas sim pelo dono do terreno... Álvaro Carneiro Bezerra.”

Por seu turno, o “Estrela do Minho”, em 4 de Maio, não se mostra tão entusiasmado com o projecto:

“Embora não seja o teatro que desejamos para a nossa terra, um edifício em próprio campo isolado próprio para toda a classe de espectáculos e circundado de um terreno ajardinado para jogos desportivos e concertos musicais, é certo que alguma coisa vamos ter. / Trata-se da construção de uma casa de espectáculos no terreno junto à casa do sr. Álvaro Bezerra, melhoramento que vai principiar já, e que, no ponto central em que vai ficar, muito se presta para lugar de reunião recreativa. / O novo teatro deve estar pronto dentro de poucos meses e nele continuará o Animatógrafo que provisoriamente tivemos na Avenida Trovisqueira.”

Enquanto em 1 de Junho noticia o início da construção (“está principiando a construção da casa para o cinematógrafo do Campo Mouzinho, mandado construir junto à Confeitaria Bezerra. /

Folgamos em que a nossa terra breve possua mais um edifício moderno e de bom gosto, que virá alindar o magnífico Campo Mouzinho de Albuquerque.”), em 31 de Agosto confirma o arranjo urbanístico, sem referência à casa de espectáculos (“Sempre vai realizar-se ali um melhoramento de grande importância, que consiste na construção de uma grande *marquise* de cristal, ao longo da bonita fachada, desde as casas dos srs. Brandão & C.^a ao salão novo do animatógrafo, pregado à Confeitaria Bezerra. / Será como um linda arcada para passeio, o que dará grande realce àquela bonita fachada do Campo Mouzinho.”).

Em 1915, no número de 27 de Junho, o “Estrela do Minho” anuncia que os proprietários pretendiam fazer obras no Salão Olympia: “Veio a Famalicão um engenheiro especialista para apreciar a casa... a fim de nela satisfazerem os melhoramentos necessários a um teatro moderno”, confirmando que “as respectivas obras começam “já no próximo Inverno” para que se possa frequentar “o nosso teatro”. Confirmando tal propósito em 4 de Julho, para que os famalicenses possam “apreciar a exibição de modernas companhias das que percorrem a província”, em 7 de Julho o “Estrela do Minho” comenta o seguinte desânimo: “A nossa terra é muito fértil em projectar obras, em prometer melhoramentos, mas quando se chega à prática das coisas, dorme-se o sono dos esquecidos do que d utilidades se architectou! Está neste caso o ampliamiento do Salão Olímpia para teatro, obra de pouca monta e que já para este Inverno se prometeu! Então onde se agacham os incómodos da parceria, a fim de em Famalicão podermos apreciar algumas companhias de mérito...” Em 25 de Julho informa a comunidade famalicense que já “foram distribuídas as listas para a subscrição do capital necessário às obras de adaptação do Salão Olímpia em teatro.

Em 1916 surge um novo foco problemático com a possível venda do Salão Olímpia. Lastimando-se o “Estrela do Minho” com a sua possível venda em em 30 de Abril, comenta que se encontrava fechado “há 2 meses e já sentimos a sua falta” e em 13 de Maio a “Gazeta de Famalicão” informa o seguinte:

“Dizem-nos que os empresários deste salão venderam já, para fora da terra, todo o material ali existente – máquina cinematográfica, piano, cadeiras, etc. / Lamentamo-lo, pois a ser verdade terá de ser dado ao salão um fim diferente daquele que para que foi construído e não será fácil tornarmos a fundar em Famalicão outra casa de espectáculos.”

Contudo, em 14 de Maio o “Estrela do Minho” manifesta-se alegremente, já que “Álvaro Bezerra conseguiu comprar todos os maquinismos e mobiliário do Salão Olímpia”, informando algo que nos interessa focar: “Conta também rasgar um palco, tomando assim o Salão Olímpia uma casa para todo o género de espectáculos.” O mesmo é confirmado de forma entusiástica pela “Gazeta de Famalicão em 20 de Maio, em cuja notificação se dá a conhecer obras para a primeira apresentação pública do orfeão Famalicense, considerando que a venda não poderia ter sido feita sem a presença de Álvaro Bezerra, ficando agora na sua posse:

“Ainda se lhe acudiu a tempo. O material do Salão Olímpia estava já vendido a um indivíduo do Porto..., preparando-se a sua antiga empresa para dar à casa outra adaptação. / Felizmente que esse contrato não podia ser legalmente fechado sem que com ele concorresse o dono do prédio. Foi o que valeu, para não ficarmos sem a nossa única casa de espectáculos e sem esperanças de vermos a possuir outra. O nosso amigo, num gesto de simpático bairrismo, que Famalicão precisa não esquecer, jamais que tomou aquela atitude mais por amor d aterra do que em interesses, procurou-o também o nosso amigo Sr. António Dias Costa, representante da antiga empresa, para lhe manifestar a mágoa que lhe causava o ver sair para fora da nossa terra o material do Pathé, estando disposto a qualquer sacrifício para mudar. E porque encontrou o Sr. Dias Costa também animado dos melhores desejos de que o material cá ficasse, prometendo auxiliar quem quer que lhe tomasse conta da empresa, imediatamente se fechou contrato, tomando o sr. Bezerra conta da empresa... O Sr. Álvaro Bezerra vai mandar alargar a parede de fundo do edifício, a fim de alargar o estrado, para que na próxima estreia do Orfeão Famalicense melhor possam acomodar-se as suas 80 figuras... e fica assim principiado o serviço para a construção dum palco amplo, onde possam debutar as melhores companhias dramáticas.”

A 11 de Maio, o “Estrela do Minho” noticia que Álvaro Bezerra terá como sócio Luís Terroso, ao qual “não faltam qualidades para promover espectáculos variados e de bom gosto, o que muito convém tanto aos empresários como ao público.” De facto, o Orfeão Famalicense apresentou-se em 15 de Novembro de 1916, com um espectáculo musical e teatral, e vai estar novamente na inauguração do novo Salão Theatro Olympia em 18 e 20 de Fevereiro de 1917.

Até há nova crise do Salão Theatro-Olympia, esta verificada entre 1918 e 1919, várias foram as companhias, que nas suas habituais tournées passaram pelo palco do Olympia: Companhia de Declamação e Opereta de Lisboa, a Companhia (Carlos de Oliveira /uma presença constante em V. N. de Famalicão), a Companhia de Teatro Apolo de Adelina Abranches, a Companhia do Ginásio de Lisboa (Maria Matos-Mendonça de Carvalho) e a Companhia Dramático de Luz Veloso. Se só em 1919 actuou a Companhia Carlos de Oliveira (em 13 de Agosto), a projecção cinematográfica, parca em 1918, atingiu alguma projecção em 1919 entre Julho a Setembro, mas através da Empresa Cine Doret (as notícias na imprensa famalicense são inconclusivas relativamente à sua origem geográfica, apontando ora Porto, ora Lisboa). De facto, em 7 de Junho de 1919, o “Estrela do Minho” informa os famalicenses do seguinte:

“Parece que vai novamente entrar em actividade esta casa de espectáculos, há muito fechada, devido às causas da guerra, que tornaram muito caras as fitas, e mais ainda pela indiferença da nossa gente [...] A empresa Cine Doret, do Porto, contratou o aluguer do Salão Olímpia por largo tempo. Vai brevemente inaugurar com espectáculos de animatógrafo com filmes de grandes séries e assuntos de interessa palpitante...”

Para além das causas apontadas, outras poderiam ser apontadas, como foi o caso da mobilização geral em 1916, a crise das subsistências. Realativamente ao fecho, tal, deve-se, sobretudo,

à prisão, por motivos políticos, de Álvaro Bezerra, o qual seria libertado. Já perante a primeira invasão couceirista, devido há sua possível participação, esteve Álvaro Bezerra exilado em Espanha, nomeadamente em Orense, tendo sido um dos fundadores do Centro Monárquico de Famalicão em 1915, o qual tinha a sede na sua Confeitaria, em plena ditadura pimentista. Vereador sidonista na Câmara Municipal de V. N. de Famalicão em 1918, o jornal “A Paz” em 20 de Dezembro anuncia para breve a abertura do Olympia:

“Ao nosso amigo sr. Álvaro Bezerra tem sido feitas várias ofertas para aluguer do teatro, a fim de nele se instalem armazéns e casas de negócio. / Ao seu espírito bairrista repugna, porém, dar à casa uma aplicação diferente daqueles para que foi construída, porque isso seria a morte da nossa casa de espectáculos. / Por isos, resolveu continuar a explorá-lo, por sua conta...”

O Salão Theatro Olympia ganha, assim, nova actividade cultural, com o retorno habitual da programação relativamente às projecções cinematográficas e com o regresso das grandes companhias de teatro, assim como dos grupos amadores regionais e dos famalicenses. Realço as grandes companhias: Companhia de Opereta Magda Arruda, Os Guaranis, Companhia Luz Veloso e Rafael Gomes, Companhia Eduardo Raposo, Companhia Opereta Alves da Silva e Silva Júnior, Companhia Chaby Pinheiro, Companhia Ilda Stichini-Rafael Marques, Companhia Luso Braliseira, Companhia Opereta Os Lísbios, Companhia Palmira Bastos, Companhia Amélia Rey Colaço-Robles Monteiro, Companhia Lucília Simões-Eurico Braga, Companhia Ester Leão-Gil Ferreira, Companhia Cremilde de Oliveira-Sales Ribeiro, Companhia Ilda Stichini-Raúl de Carvalho, Companhia de Arte Moderna Alegria e Enhart, Grupo de Artistas do Teatro Nacional (com a direcção de Carlos de Oliveira); Companhia Alves da Cunha-Berta de Bívar, Companhia Rafael de Oliveira, Companhia Ester Leão-Alexandre de Azevedo, Companhia Lucília Simões-Eurico Braga, Companhia Maria Matos-Mendonça de Carvalho, Companhia de Revistas Stichini-Santos. Se esta última companhia foi, provavelmente, a última das grandes companhias a actuarem em V. N. de Famalicão, o que tudo indica que assim seja, a ditadura militar criaria em 1927 a Inspeção Geral dos Teatros e em 1929 a Inspeção-Geral dos Espectáculos, nomeando um delegado em V. N. de Famalicão, José Casimiro da Silva. Os famalicenses só teriam acesso a uma projecção cinematográfica controlada, enquanto o teatro, durante décadas, foi um fantasma de si próprio. O que aqui está é um começo.

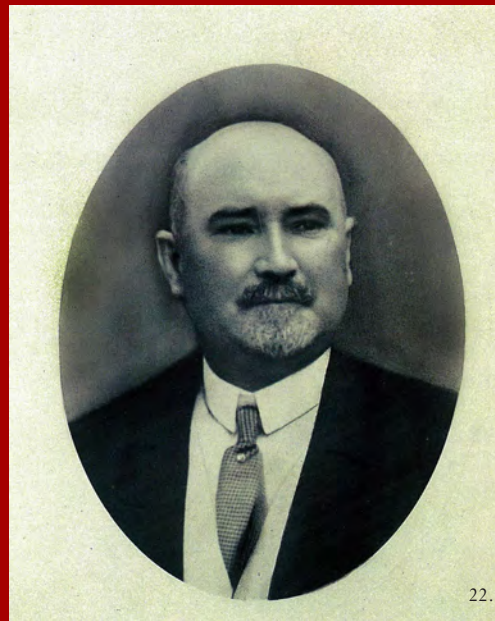
21. António Dias Costa.

22. Artur Garcia de Carvalho.

23. Álvaro Manuel Bezerra: os primeiros, foram os sócios fundados do Salão Olympia, enquanto que o segundo adquiriu todo o recheio em 1916. Colecção particular.



21.



22.



23.

4.6.2.3 Quadro Esquemático (1911-1926)

| Ano | Mês | Dia | Companhia / Grupo | Local | Actividade |
|------|-----------|-----|---|--|---|
| 1911 | Fevereiro | 9 | Troupe de Académicos do Porto | Teatro Progresso | “Artur, o Jogador” (espectáculo teatral e musical) |
| | Fevereiro | 28 | Grupo Cénico dos Empregados do Comércio | Teatro Progresso | “Não é o Mel”, “Um Noivo de Aldeões” |
| | Abril | 13 | Grupo Cénico dos Empregados do Comércio | Teatro Progresso | “Sombras e Coloridos”, “Simplicio Castanha e C.as” |
| 1912 | Janeiro | 6 | Grupo Cénico dos Empregados do Comércio | Salão-Teatro da Associação de Classe dos Empregados de Comércio | Sarau Literário-Musical |
| | Fevereiro | 12 | Grupo Cénico dos Empregados do Comércio | Salão-Teatro da Associação de Classe dos Empregados de Comércio | “Tirem daí a menina”, “Um Comendador dos Tempos da Monarquia”, “Dois Sujeitos bem Educados” |
| 1913 | Março | 30 | Grupo Cénico dos Empregados do Comércio | Sede da Associação (Salão-Teatro), R. Adriano Pinto Basto | Sarau Dramático-Musical “Depois de Velhos”, “Cálculos Errados” |
| | Maio | 1 | Grupo de Amadores do Porto | Associação de Classe dos Empregados do Comércio (Salão-Teatro, R. Adriano Pinto Basto) | |
| | Maio | 25 | Grupo Cénico da Associação dos Empregados do Comércio | Associação de Classe dos Empregados do Comércio (Salão-Teatro), R. Adriano | “A Ceia dos Cardeais”, “Amanhã”, “Os 30 Botões”, “Canções Portuguesas”, “Recitativos” |

| Ano | Mês | Dia | Companhia / Grupo | Local | Actividade |
|------|-----------|------------|---|--|--|
| | | | | Pinto Basto | |
| | Junho | 2 | Grupo Cénico da Associação dos Empregados do Comércio | Associação de Classe dos Empregados do Comércio (Salão-Teatro), R. Adriano Pinto Basto | I Parte: “A Ceia dos Cardeais”, peça em 1 acto em verso. No intervalo, canções portuguesas; II Parte: “Amanhã”, drama em 1 acto. No intervalo, recitativos; III Parte: “Os 30 Botões”, comédia em 1 acto |
| 1915 | Março | 7 | Companhia Dramático Portuense Teatro Higie-Life | Campo da Feira | “A Mosca Branca”, “O Conselho de Guerra à Meia-Noite” |
| | Outubro | 17 | Troupe Opereta Silva Carvalho, transformista, e Alice Fonseca (soprano ligeira) | Salão Olímpia | “Uma Companhia Completa”, “A Tribuna”. “Barbeiro de Sevilha” e “Rigoletto” |
| 1916 | Outubro | 15 | Orfeão Famalicense, Dir. Adolfo Pereira de Lima | Salão Olímpia | Inauguração do Orfeão Famalicense (música e teatro) |
| 1917 | Fevereiro | 18, 20 | Grupo Cénico Orfeão Famalicense | Salão-Teatro Olímpia [inauguração] | Espectáculo teatral |
| | Abril | 15 | Grupo Cénico / Orfeão Famalicense | Salão-Teatro Olímpia | Espectáculo teatral e musical |
| | Abril | 20, 21, 22 | Companhia de Declamação e Opereta de Lisboa | Salão-Teatro Olímpia | “Rosa Tirana”, “Amor dos Amores”, “Mariana”, “Regedor” |
| | Junho | 17 | Orfeão Guimarães | Salão-Teatro Olímpia | Espectáculo teatro-musical |
| | Julho | 28 | | Salão-Teatro Olímpia | Sarau Dramático-Musical a favor das Vítimas da Guerra |
| | Agosto | 9, 10 | Companhia Carlos de Oliveira | Salão-Teatro Olímpia | “Mancha que Limpa”, “Meter-se a Redentor”, “Manhã de Sol” |
| | Agosto | 20, 21 | Companhia Adelina Abranches | Salão-Teatro Olímpia | “Dor que Mata”, “Gaiato de Lisboa” |

| Ano | Mês | Dia | Companhia / Grupo | Local | Actividade |
|------|-----------|------------|--|----------------------|---|
| | Setembro | 2, 3 | Ferreira da Silva | Salão-Teatro Olímpia | “As Máscaras”, “O Pai” |
| | Setembro | 25 | Companhia Carlos de Oliveira | Salão-Teatro Olímpia | “Serenata das Rosas”, “Meter-se a Redentor” |
| | Dezembro | 29, 30 | Companhia Carlos de Oliveira | Salão-Teatro Olímpia | “O Chapéu Alto”, “Surpresas de Cinematógrafo”, “As Duas Bengalas”, “Flor dos Trigais” |
| 1918 | Fevereiro | 3 | Grupo Académico «Arnaldo Lamas» (Braga) | Salão-Teatro Olímpia | |
| | Maio | 16, 17, 18 | Companhia do Teatro Apolo (Adelina Abranches) | Salão-Teatro Olímpia | “Jesus”, Rosas de Nossa Senhora”, “Homem da Boíña” |
| | Julho | 8, 9 | Companhia do Ginásio de Lisboa (Maria Matos, Mendonça de Carvalho) | Salão-Teatro Olímpia | “Afilhado da Madrinha”, “Reservado para Senhoras” |
| | Julho | 21 | Orfeão Famalicense | Salão-Teatro Olímpia | Música e Teatro (Pinheiro Chagas, “Quem Desdenha”). Ensaaiador da comédia Sebastião de Carvalho |
| | Agosto | 13, 14 | Companhia do Teatro Apolo (Adelina Abranches) | Salão-Teatro Olímpia | “Alma de D. João”, “Gaiato de Lisboa”, “Fausto e... Margarida” |
| | Agosto | 21 | Companhia do Ginásio de Lisboa | Salão-Teatro Olímpia | “Senhor Roubado”. |
| | Setembro | 5, 6 | Companhia Dramática Luz Veloso | Salão-Teatro Olímpia | “A Sacrificada”, “As Alegrias do Lar” |
| 1919 | Agosto | 13 | Companhia Carlos Oliveira | Salão-Teatro Olímpia | “Surpresas do Divórcio” |
| 1920 | Janeiro | 2, 3 | Companhia Carlos Oliveira | Salão-Teatro Olímpia | “Deputado Bombignac”, “O Cinematógrafo” |
| | Janeiro | 16 | Companhia Carlos Oliveira | Salão-Teatro Olímpia | “O Cinematógrafo” |
| | Junho | 27 | Grupo Dramático dos Caixeiros de Braga | Salão-Teatro Olímpia | “A Mosca Branca”, “Toque de Trindades” |

| Ano | Mês | Dia | Companhia / Grupo | Local | Actividade |
|------|----------|--------|--|----------------------|--|
| | Julho | 13, 14 | Companhia Carlos Oliveira | Salão-Teatro Olímpia | “Os Três Inseparáveis”, “Durand & Durand”, “Comissário Bom Rapaz”, “D. César de Bazan” |
| | Julho | 20 | Companhia Luso-Brasileira | Salão-Teatro Olímpia | |
| | Agosto | 27 | Tuna dos Ferroviários do Minho e Douro | Salão-Teatro Olímpia | Musical e Comédia |
| | Novembro | 4 | Companhia Carlos Oliveira | Salão-Teatro Olímpia | “Casa de Doidos” |
| | Dezembro | 1, 2 | Companhia Carlos de Oliveira | Salão-Teatro Olímpia | “O Pai”, “Rosa do Adro”, “O Cardeal” |
| | Dezembro | 31 | Grupo Gentil de Amadores | Salão-Teatro Olímpia | Espectáculo de Variedades (beneficência): “Calçar das Nuvens”, “Noite de Noivado” |
| 1921 | Janeiro | | Orfeão Famalicense | Salão-Teatro Olímpia | Espectáculo de Variedades (beneficência) |
| | Janeiro | 30 | Comissão Promotora: Flávio Marques, António Melo, Armando Guimarães, Artur Macedo e Alexandrino | Salão-Teatro Olímpia | Academia de Guimarães. Espectáculo de Variedades |
| | Abril | 3 | Grupo e Tuna dos Ferroviários do Minho e Douro | Salão-Teatro Olímpia | Espectáculo de Variedades. “O Bombeiro Voluntário” |
| | Maio | 14 | Companhia Carlos de Oliveira | Salão-Teatro Olímpia | “O Filho Natural” |
| | Maio | 21 | Companhia Carlos de Oliveira | Salão-Teatro Olímpia | “O Truque de Artur” |
| | Junho | 15 | Companhia Carlos de Oliveira | Salão-Teatro Olímpia | “O Filho Natural” |
| | Julho | | Companhia de Opereta (Magda Arruda) | Salão-Teatro Olímpia | “Viúva Alegre”, “Susi”, “Conde de Luxemburgo”, “Eva”, “Casta Suzana” |
| | Julho | 21 | Grupo de empregados famalicenses no comércio portuense, | Salão-Teatro Olímpia | “A Caminho da Terra Natal, “Dois Conquistadores Logrados”, “Ladrão de Casa” |

| Ano | Mês | Dia | Companhia / Grupo | Local | Actividade |
|------|-----------|----------------|--|----------------------|--|
| | | | dirigidos por Daniel Correia Guimarães | | |
| | Outubro | 23 | Orfeão Vilacondense | Salão-Teatro Olímpia | Variedades. Musical |
| | Dezembro | 11 | Orfeão do Porto | Salão-Teatro Olímpia | Variedades. Teatro e Musical |
| 1922 | Fevereiro | 12, 13, 26, 28 | Troupe Luso-Brasileira Os Guaranis | Salão-Teatro Olímpia | “Um Cardeal”, “O Conto do Vigário” (Duetos, canções, etc.) |
| | Março | 4 | Grupo Cénico dos Académicos do Liceu da Póvoa | Salão-Teatro Olímpia | “João Cavaco”, “Atribuições de um Bailarino”, “Um Sarau” |
| | Março | 29 | Grupo de Académicos da Escola Médica do Porto | Salão-Teatro Olímpia | Concerto Musical (Guitarras, Fado e Comédias) e Teatro (“A Ceia dos Cardeais”) |
| | Abril | 29, 30 | “Os Moritur”, “Os Característicos” | Salão-Teatro Olímpia | Concerto Musical e Teatro (“Roca de Hércules”, “Viúva das Camélias”) |
| | Maio | 20 | Tuna dos Empregados dos Caminhos-de-Ferro do Minho e Douro | Salão-Teatro Olímpia | Sarau Dramático-Musical. “O Tio Pancrácio”; “Ali... à Preta!”. Concerto Musical. |
| | Junho | 18 | Grupo Cénico dos Empregados do Comércio | Salão-Teatro Olímpia | “O Diabo à Solta”, “Ao Fim do Dia”, “Por Causa Tourada” |
| | Agosto | 8, 9 | Companhia Carlos de Oliveira | Salão-Teatro Olímpia | “Marquês de Villemer” (George Sand). “O Instinto” Henry Kistmeyker), “Mariana” (Pedro Bandeira) “Kean” |
| | Agosto | 17 | Companhia Carlos de Oliveira | Salão-Teatro Olímpia | “Mancha que Limpa” |
| | Novembro | 4, 5 | Grupo Dramático José Vaz (Aves) | Salão-Teatro Olímpia | “João, O Corta-Mar” |
| | Dezembro | 10 | Grupo Dramático José Vaz (Aves) | Salão-Teatro Olímpia | |
| | Dezembro | 17 | Um Grupo de Rapazes de V. N. de Famalicão | Salão-Teatro Olímpia | Récita em benefício do cofre do Grupo Desportivo Famalicense (“Caído no |

| Ano | Mês | Dia | Companhia / Grupo | Local | Actividade |
|------|---------|------------------------|---|----------------------|---|
| | | | | | Lago”, “Coração Fidalgo”, “Um Namoro Engraçado”. |
| 1923 | Janeiro | 7 | Companhia Carlos de Oliveira | Salão-Teatro Olímpia | “O Instinto” (Henry Kistmeikers), “Mariana” |
| | Janeiro | 12 | Companhia Carlos de Oliveira | Salão-Teatro Olímpia | “O Juiz”, “Os Dominós” |
| | Janeiro | 17 | Grupo Cénico do Grupo Desportivo Famalicense | Salão-Teatro Olímpia | “Caída no Lago”, comédia em 1 acto; “Coração Fidalgo”, drama em 1 acto; “Um Namoro Engraçado”, comédia em 1 acto. |
| | Janeiro | 18 | Companhia Carlos de Oliveira | Salão-Teatro Olímpia | “A Coroa de Rosas”, “Os Domínios” |
| | Março | 21 | Grupo de Estudantes do 2.º Ano de Engenharia da Universidade do Porto | Salão-Teatro Olímpia | Espectáculo de Variedade (comédias, monólogos, canções, guitarradas) |
| | Abril | 1 | Os Guarany | Salão-Teatro Olímpia | |
| | Abril | 7 | Grupo Cénico do Grupo Desportivo Famalicense; Núcleo Portuense de Amadores da Arte de Representar, Dir. Raúl Correia, Comandante dos Bombeiros Voluntários de Matosinhos) | Salão-Teatro Olímpia | “A Madrinha de Charley” (Espectáculo de beneficência para o Grupo Desportivo Famalicense) |
| | Abril | 17, 18, 24, 25, 29, 30 | Companhia Luz Veloso e Rafael Gomes | Salão-Teatro Olímpia | “A Morgadinha Val-Flor”, “Blanchete”, “Migalha”, “Ilustre Governador”, “Vida Dum Rapaz Pobre”. |
| | Maio | 29 | Companhia Carlos de Oliveira | Salão-Teatro Olímpia | |
| | Junho | 9 | Companhia Luz Veloso | Salão-Teatro Olímpia | “A Morgadinha de ValFlor”, “A Vida Dum Rapaz Pobre” |
| | Junho | 19 | Grupo dos Vinte Amigos «Flor de Famalicão» | Salão-Teatro Olímpia | “O Homem da Máscara Negra” |

| Ano | Mês | Dia | Companhia / Grupo | Local | Actividade |
|------|----------------|---------------|---|----------------------|--|
| | Julho | 28, 29 | Companhia Eduardo Raposo | Salão Teatro Olímpia | “Susi”, “Noite e Dia”, “Tornou” |
| 1924 | Janeiro | 12, 13 | Companhia Carlos Oliveira | Salão-Teatro Olímpia | “Ao Fim da Tarde”, “Dueto de Amor”, “Dor Suprema” |
| | Maio | 9, 10 | Companhia Opereta Alves da Silva e Silva Júnior | Salão-Teatro Olímpia | O Soldado Chocolate”, “Os Sinos de Corneville”, “A Viúva Alegre”, “Pupilas do Senhor Reitor” |
| | Maio/ Junho | 30, 1, 2 | Companhia Opereta Silva Júnior | Salão-Teatro Olímpia | “Casta Suzana”, “O Moleiro de Alcalá” |
| | Junho | 19 | Amadores (Daniel Correia) | Salão-Teatro Olímpia | Sarau-Teatro (“Sem Mulher e Sem Bigode”, “Coração de Bombeiro”, “Um Criado Esperto”) |
| 1925 | Março | | Empregados de Comércio de Guimarães | Salão-Teatro Olímpia | “A Espadelada” |
| | Junho | 6 | Grupo Dramático Beneficente (Daniel Correia) | Salão-Teatro Olímpia | Programa: “Saudação às Damas”, por Manuel Moreira; Reprise, a pedido, do drama em 1 acto, original de Daniel Correia, “Coração de Bombeiro”, recitada por Abílio Faria; “Patego, Olha o Balão”, one-step de A. Pimenta, pela orquestra; “Ó Patego... Olha o Balão”, comédia em 1 acto, original de Daniel Correia; “Olhem Para a Carinha Dela”, monólogo cómico por Elizabeth Póla; “Abençoado Sonho”, drama em 1 acto, original de Daniel Correia |
| | Dezembro | 15, 16, 17 | Companhia Chaby Pinheiro | Salão-Teatro Olímpia | Espectáculo de Variedades: “O Papão”, “Cama, Mesa e Roupa-Lavada”, “O Leão da Estrela” |

| Ano | Mês | Dia | Companhia / Grupo | Local | Actividade |
|------|-----------|--------|---|----------------------|--|
| | Fevereiro | 6 | Companhia Ilda Stichini-Rafael Marques | Salão-Teatro Olímpia | “Hora de Amor” |
| | Fevereiro | 10 | Companhia Ilda Stichini-Rafael Marques | Salão-Teatro Olímpia | “Hora de Amor”, “Se eu quisesse” |
| | Fevereiro | 14 | Companhia Luso-Brasileira (Maria Luísa, Liliputiano Campinhos, Eduardito Pereira) | Salão-Teatro Olímpia | “Ano Novo”, “Sempre Fixe”, “Pois é...”, “Cenas de Memória” |
| | Março | 13 | Companhia de Opereta Os Lísbios | Salão-Teatro Olímpia | “O Ladrão”, “Flor Rara” |
| | Abril | 8 | Companhia Luso-Brasileira | Salão-Teatro Olímpia | |
| | Junho | 5, 6 | Companhia Chaby Pinheiro | Salão-Teatro Olímpia | “Conde Barão”, “Amigos de Peniche” |
| | Julho | | Companhia Palmira Bastos | Salão-Teatro Olímpia | “Banca à Glória”, “Rosário”, “Vida e Doçura” |
| | Agosto | 12, 13 | Companhia Amélia Rey Colaço, Robles Monteiro | Salão-Teatro Olímpia | “Segredo de Polichinelo” |
| | Agosto | 27 | Companhia Lucília Simões, Eurico Braga | Salão-Teatro Olímpia | “O Homem das 5 Horas” |
| 1927 | Janeiro | 6, 23 | Companhia Ester Leão-Gil Ferreira | Salão-Teatro Olímpia | “O Outro Eu”, “Rei de Prata” |
| | Janeiro | | Grupo Cénico Beneficente de Famalicão | Salão-Teatro Olímpia | “Adão e Eva” |
| | Fevereiro | 27 | Grupo Dramático Recreativo e Beneficente de Famalicão | Salão-Teatro Olímpia | “Fidalgo sem Vintém” (em 7 partes); “Sândalo entre os Bolchevistas” (2 partes) |
| | Março | | Grupo 26 de Setembro (Porto) | Salão-Teatro Olímpia | “Amor de Perdição” |
| | Abril | | Grupo 26 de Setembro (Porto) | Salão-Teatro Olímpia | “A Greve, Simplício, castanha & C.” |
| | Maio | 6 | Companhia Cremilde de Oliveira-Sales Ribeiro | Salão-Teatro Olímpia | “Amor de Trincana”; “Dama de Táxi” |

| Ano | Mês | Dia | Companhia / Grupo | Local | Actividade |
|------|-----------|------------|--|--|--|
| | Agosto | 6, 7 | Companhia Ilda Stichini-Raúl Carvalho | Salão-Teatro Olímpia | “Filhos”; “Lourdes” |
| | | 25, 26 | Companhia Lucília Simões-Erico Braga | Salão-Teatro Olímpia | “Marquês de Villemer”; “Toga Vermelha” |
| 1928 | Janeiro | 15 | Sociedade Dramática Bracarense | Salão-Teatro Olímpia | “Depois de velhos... Gaiteiros”: “O Toque de Trindades” |
| | Junho | 31 | Companhia de Arte Moderna Alegria e Enhart | Salão-Teatro Olímpia | “O Ouro”, de António Cortez |
| | Setembro | 10 | Grupo de Artistas do Teatro Nacional (Dir. Carlos de Oliveira) | Salão-Teatro Olímpia | “O Amor Vence”, O Canto do Cisne” |
| 1929 | Abril | 12, 13, 14 | Companhia Alves da Cunha-Berta de Bivar | Salão-Teatro Olímpia | “Um Homem”, “As Duas Causas”, “A Morte Civil” |
| | Maio | 26 | Sociedade Dramática Bracarense (Presidente, José Mesquita) | Salão-Teatro Olímpia | “Irene” (opereta), “Um Marido Vítima das Modas” (comédia), com um quinteto, sob a direcção do maestro António Carvalho |
| | Agosto | 19, 20 | Companhia Lucília Simões-Erico Braga | Salão-Teatro Olímpia | “Perdoai-nos... Senhor”. “O Rei da Sorte” |
| | Setembro | 2 | Companhia Carlos de Oliveira | Salão-Teatro Olímpia | “Felicidade do Lar” |
| | Setembro | 22 | Sociedade Dramática Bracarense (Presidente, José Mesquita) | Landim (Sala do Colégio do Mosteiro de Landim) | |
| | Dezembro | 1, 2, 3 | Chaby Pinheiro | Salão-Teatro Olímpia | “O Nosso Homem”, “A Maluquinha de Arroios”, “O Grande Mágico” |
| 1930 | Fevereiro | 11, 18 | Companhia Rafael de Oliveira | Salão-Teatro Olímpia | “Mouraria”, “O Santo António” |
| | Maio | 3 | Grupo de Estudantes da Academia de Braga | Salão-Teatro Olímpia | 1.ª Parte: Apresentação Padre Manuel da Costa Ferreira; 2.ª Parte: a horrípilsnte comédia em 1 acto “Um Noivi |

| Ano | Mês | Dia | Companhia / Grupo | Local | Actividade |
|------|----------|--------|--|----------------------|--|
| | | | | | de Alcanhões”; 3. ^a Parte: guitarradas pelo celeberrimo guitarrista «Zé Portugal»; 4. ^a Parte: a apavorante tragédia em 1 acto “O Gabinete do Bem Gramado Regedor” |
| | Maio | 22, 23 | Companhia Ester Leão-Alexandre de Azevedo | Salão-Teatro Olímpia | “O Processo de Mary Dogan” |
| | Junho | 17, 18 | Companhia Berta de Bivar-Alves da Cunha | Salão-Teatro Olímpia | “Alma Forte” e textos de Frei Luís de Sousa |
| | Julho | 1, 2 | Companhia Lucília Simões-Erico Braga | Salão-Teatro Olímpia | “A Raça”, “Eu e Elas” |
| | Agosto | 26 | Companhia Maria Matos-Mendoça de Carvalho | Salão-Teatro Olímpia | “O Domador de Sogras” |
| | Setembro | 16, 17 | Companhia de Revistas Stichini-Santos | Salão-Teatro Olímpia | “Amor a Prazo (vaudeville em 3 actos), “Irmãos Unidos” e “Palmo e Meio” (revista em 2 actos e 11 quadras, com 36 números musicais) |
| | Outubro | 13 | Companhia de Revistas Stichini-Santos | Salão-Teatro Olímpia | “Salmos de Estação” |
| 1931 | Abril | 29 | Sociedade Dramática Bracarense (dir. José Mesquita) | Salão-Teatro Olímpia | |
| | Julho | 19 | Grupo Cénico Mocidade Alegre | Salão-Teatro Olímpia | 1. ^a Parte: “A Arte de Montes” (comédia em 1 acto); 2. ^a Parte: “O Escravo” (drama sentimental em 1 acto); 3. ^a Parte: “O Criado Distraído” (comédia em 1 acto). Orquestra de Jazz nos intervalos, com o violinista A Guise |
| 1932 | Maio | 17 | Grupo Cénico dos Sargentos da Guarnição Militar de Braga | Salão-Teatro Olímpia | |

| Ano | Mês | Dia | Companhia / Grupo | Local | Actividade |
|------|----------|-----|--|----------------------|-----------------------------------|
| 1933 | Junho | | Grupo Cénico dos sargentos do R. I. 3 | Salão-Teatro Olímpia | |
| 1934 | Outubro | | Grupo Cénico Ferroviário de Famalicão | Salão-Teatro Olímpia | |
| | Dezembro | | Companhia de Vaudeville | Salão-Teatro Olímpia | “A Sopa de Massa”, “Grão de Bico” |
| 1935 | Março | 31 | Novo Grupo Cénico Ferroviário de Famalicão | Salão-Teatro Olímpia | |

DANIEL CORREIA

Coração de Bombeiro

Drama em 1 acto

representado com geral aplauso
no Teatro «Olimpia» de Vila Nova-de-Famalicão,
em 19 de Junho de 1924



FAMALICÃO

Tip. «Minerva» de Cruz, Sousa & Barbosa, Limitada

1924

25.

THEATRO

Domingo--ultimo espectáculo

Pela companhia de variedades, em beneficio das senhoras da Companhia

ESTREIA DAS PROJECCES LUMINOSAS
ou seja a mariposa phantastica

ESTREIA DA SYMPATHICA COUPLETISTA A
SEVILHANITA

Novos intermezzos pelos clowns

Mariany e Cheret

26.

25. Drama em 1 acto de Daniel Correia representado no Olympia em 1924. Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco.

26. Publicidade sobre a actividade teatral na imprensa famalicense na década de vinte.

27. Lucinda Simões.

28. Adelina Abranches.



27.



28.

4.6.3 Grupos de Teatro e Instituições Recreativas de V. N. de Famalicão (1842-1926)

1842 – Casa de Tiatro

1872 – Sociedade Recreativa [Teatro da Rua de Santo António]

1891 – Banda dos Bombeiros Voluntários

1893 – Theatro Progresso [1912]

1893 – Grupo Ginástico Famalicense [Grupo Dramático Ginasta Musical Famalicense]

1895 – Tuna 1.º de Dezembro (Landim)

1896 – Grupo Dramático Visconde de Gemunde

1897 – Tuna Visconde de Gemunde

1898 – Assembleia Recreativa

1900 – Tuna Recreativa Famalicense

1900 – Ginásio Velo Clube

1901 – Theatro-Barracão

1903 – Troupe Dramática Famalicense

1904 – Tuna da Fábrica de Relógios «A Boa Reguladora»

1905 – Tuna Infantil

1906 – Grupo dos 29 [1912]

1906 – Tuna do Grupo dos 29

1906 – Grupo Dramático Operariado Famalicense

1907 – Grupo Dramático de Beneficência

1908 – Cynematographo Pathé de Duarte Aguiar & Guedes

1909 – Grupo Dramático Correia Guimarães

1910 – Grupo Dramático Famalicense

1910 – Grupo Beneficente da Cantina Escolar

1910 – Troupe/Grupo Cénico dos Empregados do Comércio

1912 – Grupo Musical/Tuna dos Empregados do Comércio

1912 – Anymatographo Avenida

1913 – Tuna dos Empregados do Comércio

1913 – Grupo Dramático Caixeiral

1913 – Anymatographo / Salão Olympia

1916 – Orfeon Famalicense

1916 – Grupo Cénico do Orfeon Famalicense

1917 – Inauguração do Palco do Theatro Olympia

1922 – Grupo Dramático de Ruivães / Juventude Recreativa de Ruivães

1923 – Grupo Cénico do Grupo Desportivo Famalicense

1923 – Sociedade/Grupo dos 20 Amigos Flor de Famalicão

1924 – Grupo Dramático Beneficente

1926 – Grupo 6 de Janeiro

4.7



Rua de Santo António

4.7 Fradelos, O “Alentejo” famalicense

Com os devidos agradecimentos ao CRÉDITO AGRÍCOLA DO MÉDIO AVE (V. N. de Famalicão) por todos os dados fornecidos e pelo auxílio prestado na pesquisa efectuada para a elaboração deste trabalho. (Fotografias do autor)

4.7.1 Primeiras impressões de quem chega

Há um ponto em que a EN309 desperta da sua monotonia. Estamos quase a finalizar o concelho de V. N. de Famalicão e os eucaliptais bordejam a via num alto de onde se principia a descer em curvas apertadas, difíceis. É a chamada “Volta do Corvo”. A planície vastíssima surge ante os nossos olhos em generosa sucessão de terrenos agricultados. Algo impossível de passar despercebido, sobretudo pela sua singularidade nesta região tão densamente industrializada. A estrada não é de grande movimento mas a frequência dos tractores, com os seus atrelados, constitui também um dado novo. Vêm dos campos onde muita gente permanece. Outubro é um mês da colheita e o vale de Fradelos – S. Leocádia de Fradelos – todo se revolve no corte do milho. Chegam a estas paragens prolongamentos das formações xistosas das serras de Valongo, conforme bem se constata pelas construções em redor, muros e edifícios.

Não muito à frente, uma rotunda encaminha-nos na direcção de Balazar (Póvoa de Varzim) ou de Parada (Vila do Conde); ou então para o centro administrativo da freguesia e para os lugares fulcrais da sua paróquia. Avulta nesse espaço *O Bom Comer*, em sóbrio casarão de dois pisos, com um certo ar de ponto de encontro das gentes da terra. Reminiscência, talvez, do seu passado de loja, mercearia, café, de há 40 anos a esta parte restaurante frequentado muito por forasteiros. Muito recentemente, encerrou consta que não em definitivo. Era a antiga *Casa A. Reis*, consoante se assinala em painel de azulejos na frontaria, do tempo em que os seus donos residiam no andar cimeiro, hoje na posse e sustido negócio de outrem. Mas por aí se posicionam ainda uma dependência bancária do Crédito Agrícola do Médio Ave, a bomba de gasolina, uma mão-cheia de estabelecimentos de restauração e cafetaria, uma clínica médica... E aí, também, frutificou alguma propriedade horizontal, com o comércio a ocupar os pisos térreos, e o Centro de Saúde, a Casa do Povo e as instalações da Junta. A igreja, de uma modernidade que surpreende e destoa entre a arquitectura rural circundante, é um pouco além e, logo depois, numa acentuada elevação, o cemitério, recentemente ampliado.

A percepção de que algo de diferente caracteriza a realidade sociológica de Fradelos terá, aliás, resultado sobretudo de uma rápida visita a este lugar onde se guardam os restos mortais dos fregueses de antigamente. A multiplicidade dos mausoléus assinalados como jazigos desta ou daquela “Casa” rapidamente induziram a existência de uma organização familiar alargada, provavelmente relacionada com a exploração da terra. Assim surgiu entre mãos uma bússola por onde se poderia orientar um trabalho que sequer sabia bem onde queria chegar.



4.7.2 Alguma história sobre a sua economia

Fradelos situa-se na extremidade poente do concelho de V. N. de Famalicão, confinante com os de Trofa, Vila do Conde e Póvoa de Varzim, e é a sua maior freguesia. Tem uma área de cerca de 30 km², da qual a grande maioria (70%) é agrícola ou florestal. A sua economia baseia-se, assim, fundamentalmente, no sector primário e talvez não se exagerasse quando se lhe pretendeu atribuir o epíteto de «*celeiro do distrito de Braga*». Pertencia à Casa de Bragança, pelo que, até finais do século XVIII, predominava o regime do aforamento da terra às famílias que a trabalhavam.

Jaselino da Cruz Loureiro era agricultor de profissão, proprietário rural e, vão lá três decénios, desempenhou sucessivos mandatos como Presidente da Junta fradelense. Muito sumariamente, em exposição publicada no n.º 1 do Boletim Cultural da Câmara Municipal de V. N. de Famalicão (I Serie, Novembro de 1981) historiou a sua terra, como sendo «*cultivada por pessoas que a ela se dedicam inteiramente, devendo por isso ser consideradas explorações familiares*». Nas suas palavras, «*Fradelos foi rica na exploração de minérios*» do que resultam nos montes circundantes «*testemunhos vivos dessa exploração*», cuja continuidade «*se revelou economicamente inviável*», pelo que já se fazia sentir «*a necessidade da reconversão das feridas abertas nos pinhais*» por ali existentes.

E nessa mesma intervenção, onde não se fala ainda da admissão de Portugal na CEE, Jaselino da Cruz Loureiro confirma a aposta na *«agricultura como uma profissão condigna, que exige as suas técnicas próprias e grandes investimentos»*. Os fradelenses tinham consciência disso, aceitavam o repto, e aquela distinção do *«celeiro»* bracarense era o objectivo a que se propunham, subindo a fasquia do abastecimento, posta por José Casimiro da Silva, no concelho de V. N. de Famalicão... Escrevia então, os da freguesia *«já não se conformam com este título [o de «celeiro» famalicense] porque sabem que o seu árduo trabalho e suor diário lhe conferem mais altas honras»*.

Porquê? Porque de Fradelos saíam *«diariamente milhares de litros de leite, milhões de arrobas de batatas, milhões de litros de vinho, milhões de quilos de carne anualmente»*...

Já não será assim exactamente. Nem foi sempre. Retira-se das Memórias Paroquiais de 1758 que os *«frutos que recolhem os moradores desta freguesia»* são o *«milhão»* (milho de folha), o centeio e o trigo e *«algun vinho verde»*. E em finais do século XIX, referindo-se a esta freguesia no seu *Portugal Antigo e Moderno* (vol. 3 – 1875), Pinho Leal contabilizava 200 fogos *«já desde 1757»* e acrescentava - *«Terra fértil. Cria gado bovino, que exporta»*. A indústria mineira é provável haja sido fugaz para estas bandas, tal qual ocorreu em muitas outras, aproveitando o empolgação da procura de volfrâmio enquanto o Mundo era assolado pela guerra. E a alusão ao gado para exportação reflectirá melhor a primitiva vocação fradelense, criando nas suas várzeas carne, leite e força de trabalho para uma lavoura ainda tão distante da mecanização.

Também o já mencionado elogioso designativo de *«celeiro de Famalicão»* há-de ter as suas raízes nos tempos parcos e difíceis da II Guerra Mundial, em que as duras imposições do racionamento alimentar vigoraram como um estímulo para os fundiários de Fradelos se lançarem na cultura cerealífera, mormente do trigo. O distrito de Braga, recorde-se, tem uma capitação que não ultrapassará, valores médios, o hectare por empresário. De um modo geral, as terras são acidentadas e pobres e, já então, regularmente, se assistia à fuga dos campos e desde, pelo menos, o despertar da indústria têxtil, ao trabalho a tempo parcial. Porque os concelhos da Maia, Vila do Conde e Póvoa de Varzim, esses sim, de agricultura farta e minhotos de gema também, se incluem no distrito do Porto, percebe-se também quão facilitadamente aquele “prémio” pode vir – ou já veio - para Fradelos, marginal do rio Ave e das extensas e férteis planuras que o bordejam até à beira-mar.

Seja como for, Fradelos é no presente terra de grandes empresas dedicadas quase só à agro-pecuária. Em média com uma extensão de sete a oito hectares por unidade, agora que, por efeito da divisão resultante de partilhas, é menos visível o poderio das famílias dos grandes lavradores fradelenses de há duas ou três gerações atrás. Acrescente-se, a este respeito, data de 1927 a aquisição do primeiro automóvel – um bem então considerado de luxo, ao alcance de muito poucos, – por um natural e residente nesta freguesia, proprietário rural;

em contrapartida, a chegada dos tractores às lides agrárias aconteceu apenas na década de 50 do século transacto.

4.7.3 As casas de lavoura fradelenses

No correr dos quelhos da freguesia detecta-se um tipo arquitectónico que claramente define as casas dos grandes lavradores de Fradelos. Uma observação mais pormenorizada ajudará depois a distinguir as construções setecentistas daquelas mais recentes. Frequentemente, de resto, uma data gravada na pedra, ou em azulejo, assinala nas frentes a sua idade ou a do seu restauro, bem como a identidade da quinta e dos seus fundadores. Mas a planta é, em quase todas, similar. Rectangular, com o corpo principal de face para a estrada, mais precisamente para os caminhos municipais, e sempre de avantajadas dimensões.

São edifícios, por regra, de dois pisos. A escadaria para o andar cimeiro, a existir, foi levantada nas traseiras e dá acesso, normalmente, a varanda ampla, palco de secagens de roupa, fruta ou doçaria, e de pacato descanso no tempo do calor. Um portal bem medido consente a entrada no pátio interior e, em torno da casa, desenham-se a adega, as cortes do gado, o palheiro e os arrumos das alfaias agrícolas, a área reservada aos serviços. Todas estas compartimentações determinam os muito extensos muros ao longo do arruamento confinante. Lá dentro, dividem-se as casas numa multiplicidade de quartos, e nos dois espaços fulcrais do convívio familiar: a grande sala de jantar e a cozinha.

As chaminés são, outrossim, de assinalável tamanho, a toda a largura de uma das extremidades do telhado, e transmitem a noção da amplitude da pedra do lar. Os tradicionais potes (quando não as panelas) em ferro fundido, de três pernas, embelezam-na, mesmo que já retirados do uso e substituídos por fogões eléctricos ou a gás. E nelas – nas chaminés - funciona o fumeiro dos presuntos e enchidos, nesta região onde a matança do porco ainda constitui um dia de festa rija para as famílias, seus subalternos e amigos. Talvez já não assim, modernamente, mas era em volta da lareira que todos se reuniam e se guardavam do frio nos longos serões de invernada. Os fornos de cozer o pão, mesmo se inactivos, são ainda componentes da funcionalidade das cozinhas.

Porque o quotidiano rural é exigente e não conhece horários, o indispensável descanso, no final da labuta, e as refeições, em geral, decorrem também nesta divisão da casa, por isso actualmente dotada de televisão e outros apetrechos de distração. A sala de jantar fica reservada sobretudo às folgas dominicais, a festividades ou ao acolhimento de hóspedes e visitas.

Neste contexto, algumas seriam denominadas «casas meio-fidalgas» (vd. Karin Wall, *Famílias no Campo*), consoante os donos comessem, ou não, na mesma mesa com os criados e jornaleiros.

A adega, se conservar os seus acessórios de outrora, será repleta de cubas e grandes pipas, e de alambiques para o fabrico de aguardente ou bagaço, muito vulgar ainda. Nela se acomodam as reservas de vinho, engarrafado ou não.

E cá fora reina alguma agitação, talvez mesmo um desarrumo exagerado. São recintos bem proporcionados, repletos de maquinaria agrícola. Está lá a eira, quadrangular, pavimentada de lousa preta, a pedra típica da região; e o “salão” (ou “coberto”) respectivo, pousio dos cereais em secagem, do feijão à espera da descasca e do trigo e do centeio, pronto a serem “batidos”. Não que assim seja já, em explorações agora quase só dedicadas à agro-pecuária. Daí a sua conversão em silos e em vacarias, tantas vezes. Conservar-se-ão ainda as velhas e avolumadas caixas em madeira de castanho e carvalho, depósito de cereais? Os espigueiros vieram já quase todos abaixo...

Algumas casas, a par com a adaptação à agricultura actual, mantiveram – mesmo a título decorativo – essas vetustas e belas peças de antigamente. (A propósito, é interessante pensar quanto Fradelos contribuiria para a organização de um “museu da lavoura” em V. N. de Famalicão...) Noutras, é clara a opção por arranjos mais pragmáticos... E por algum descuido na manutenção das edificações, onde os remendos em blocos de cimento desfeiam o que originariamente era a robustez e a beleza da pedra, ou o madeirame das portadas foi substituído pela chaparia ou pelo zinco. As cortes de gado, nos baixos das casas, forradas a mato – uma forma de as manter enxutas e de produzir estrume – foram embora. Mas, em sua substituição, por vezes muito juntas às alas habitacionais, chegaram as vacarias de dezenas e dezenas de cabeças. Impera então o cimento, proporcionando uma lavagem fácil do pavimento, e as divisórias em ligas metálicas, a inevitável sala de ordenha. Ver-se-á adiante, cada casa é um caso. Sempre todas oscilando entre alguma promiscuidade e uma maior atenção ao bem-estar dos residentes.

E através da entrada em arco circular, abrigada pelos extensos “cobertos”, se já não chamam as rodas dos carros de bois, mantém-se a constante circulação dos tractores e seus atrelados, das ceifeiras ou dos arados. Algo mais permanece, sempre de mão dada aos da casa: as capoeiras – os “pica-no-chão” destinados à cabidela, as poedeiras, – os muitos gatos, o canil povoado de podengos ou o cão de guarda correndo e ladrando ao longo do arame. Mas os *labradores* e outras raças similares são já uma companhia livre, afável e frequentíssima...

4.7.4 O viver da gente do campo

Como já ficou referido, a agro-pecuária impera hoje em Fradelos, visando essencialmente a produção de leite. A cultura cerealífera foi, em eras mais recuadas, predominante, sucedendo-lhe a viticultura, primeiro em ramadas (uva tinta), depois em vinhas de bardo (uva branca). Chegaria ainda a era da sementeira da batata até que, já na década de 70 do século



2.

anterior (coincidindo com a revolução que pôs cobro à II República portuguesa), a lavoura fradelense se concentrou, enfim, no gado. Daí as actuais grandes extensões de milho híbrido e erva, base da alimentação dos animais.

Todo o ciclo de vida dos homens do campo se adaptou às exigências do novo tipo de exploração. O qual, de resto, impunha a aquisição e uso de maquinaria adequada.

O ano agrícola finda, ou principia, como é da natureza e da tradição, com o S. Miguel, em Outubro. É a altura do corte do milho, mediante a utilização de ceifeiras a que os tractores cedem a sua força motriz para a trituração da planta, na altura do corte, e os reboques acolhem

os bocados “vomitados” por aquelas máquinas e prontos para a silagem imediata. Mas a mais moderna maquinaria, como quase não há no restante da região, começa a abundar em Fradelos, designadamente as ceifeiras motorizadas de grande porte, à semelhança do que se vislumbra nas longas extensões de cultura no Sul do País.

Modernamente, toda essa massa alimentícia é armazenada em cilindros de plástico depositados na borda dos campos. Há ainda, porém, quem se sirva do velho método de resguardo na terra ou em silos de cimento, impermeabilizados por “lençóis” também de plástico e cobertos de terra. Junto às vacarias, para óbvia facilitação do serviço. A forragem assim obtida constituirá o alimento do gado durante o Inverno. E, colhido o milho, logo se segue o semear da erva.

Somente em Abril e Maio esta será cortada, para de imediato se proceder a nova sementeira de milho. E assim sucessivamente.

Estes períodos, coincidindo com o início da Primavera e do Outono, são por isso, no curso do ano, os de mais intenso trabalho. No restante, quase tudo é rotina: dar de comer ao gado e tirar o leite, com recurso a ordenhas mecânicas, transpondo-o depois para depósitos refrigerados.

Tal não significa, todavia, a lide campesina não constitua uma árdua prisão para quem nela participa. Agravada por custos vultuosos se houver recurso a mão-de-obra assalariada.

Já não esmiuçando sobre as “horas extraordinárias”, nessa altura da sementeira ou da colheita, o agricultor confronta-se todos os dias com a alimentação e a ordenha, capítulo onde “não há” sábados e domingos. A chamada “semana inglesa” não chegou ao campo... A “prisão” é completa, no caso de o agregado familiar não ser suficientemente numeroso para se poder criar um sistema rotativo e o correlativo descanso dos seus membros.

Isto porque, insiste-se, a deitar a mão a trabalhadores vindos de fora, numa actividade seguramente não sazonal, todos os encargos relacionados com remuneração, férias, subsídios, Segurança Social ou seguros de trabalho, rapidamente anularão as margens de ganho e a receita líquida necessária à manutenção da exploração e à sobrevivência dos empresários. O que também quer dizer não estamos perante um negócio capaz de sustentar muitos elementos da família que o desenvolve.

Neste sentido, o “nó cego” é total e, em grande parte, a continuidade das explorações tem muito a ver com a ligação afectiva das pessoas à terra dos seus antepassados. Sendo certo que muitos se desinteressam, ou sentem nela já não ter lugar ou vocação, motivo por que rumam outros destinos.

Mas se há quem opte por apenas produzir forragem no intuito de a vender aos criadores de gado, outros crescem, porém, e procuram mais espaço, geralmente por via de arrendamentos rurais, com vista ao sustento ou ao aumento das suas explorações pecuárias. Há, pois, na freguesia, quem – mantendo embora, e habitando, ou não, as velhas casas de família – arrende aos vizinhos o seu lavradio, vivendo das rendas respectivas e de trabalho procurado em outras actividades.

A expressão, ainda tão usual há 50 ou 60 anos – «*um grande lavrador desta freguesia*», por isso decerto se vai perdendo. Um epíteto, aliás, do maior significado na região minhota, onde a vida no campo vem (ou vinha. . .) muito depressa perdendo prestígio face aos atractivos dos sectores secundário e terciário. Os «*grandes lavradores*» de Fradelos gozavam então da honrosa reputação dos seus congéneres alentejanos.

Como quer que seja, sobra ainda um considerável manancial de famílias dedicadas à lavoura. Já depois das primeiras experiências em partilhas de bens, ditadas pela fatalidade sucessória. Supondo uns três ou quatro herdeiros, há que saber onde está a vocação para o campo – é frequente, então, a doação da propriedade ao “candidato”, bem como o encaminhamento dos demais para os estudos superiores. No correr dos séculos XIX e XX acontecia muito filhos destas casas escolherem a vida eclesiástica, nela singrando nesta paróquia ou em outras. Tudo a implicar gastos sopesados nas contas finais, incluindo a fatia a atribuir a alguma irmã casadoira. Testemunham os locais, têm sido processos pacíficos, marcados pela pronta composição de interesses e sem afectar a rentabilidade das quintas.

Os que ficam, recalitrando embora contra o sempre escasso apoio das entidades oficiais à agricultura, assumem em pleno o seu modo de vida e mostram-se gente sadia, orgulhosamente rural, lidando com máquinas e gado mesmo já em idade mais avançada.

Tão ocupados nas suas lides que se torna difícil a marcação de um encontro mais demorado para trocar impressões sobre a sua experiência, as suas motivações, o seu quotidiano. . .

4.7.5 Os lugares e as casas mais abastadas

Creio que hoje lhes chamam “ruas”. Mas seguirei a nomenclatura tradicional – “lugares”. Fradelos divide-se em vinte e dois e, entre estes, há os mais retintamente agrícolas. São os que conglomeram as grandes casas e onde não falta, por norma, o pequeno templo religioso, capelas votivas de culto ainda activo.

As cabeças das quintas – edificações habitacionais e anexos já descritos – em vez de se dispersarem, tendem a ajuntar-se no que será o “centro” dos lugares, espraiando-se os terrenos agrícolas daí para a periferia. Uma vez mais, não se registam problemas

de vizinhança, embora se intuía algum sentido de independência, para não dizer de individualismo, à boa maneira minhota. Um indisfarçável orgulho para o proprietário, se calha de a sua casa se distinguir por qualquer particularidade. E bastante parcimónia nos comentários acerca das explorações que não as próprias.

Aludir-se-á de seguida aos principais lugares de lavoura em Fradelos.

Lugar da Corga

Será, porventura, o lugar mais central ou, pelo menos, o mais próximo da EN 309. No correr desta, imediatamente antes das derivações para Vila do Conde e para a Póvoa, ou para o centro da freguesia, não passam despercebidos os longilíneos muros amarelados da «*casa-mãe*» (expressão correntemente utilizada) da Família Cunha Pereira - e o seu portal a dar acesso a um pátio intermédio e, finalmente, ao terreiro onde a edificação se fecha em quadrado.

Manuel Azevedo da Cunha Pereira foi, até à sua morte, senhor de uma propriedade extensa e dispersa, herança de uma tia, D. Maria Domingues de Sousa, e posteriormente aumentada mediante sucessivas aquisições por compra. Compunham-na um total de cerca de 40 hectares de lavradio e 160 de mato, além de casas de lavoura bastantes para dividir pelas suas quatro filhas. Partilhas efectuadas, coube à mais nova, D. Maria Otília, casada com Ramiro Ilhão (de outra família de lavradores em Vilarinho das Cambas), este quinhão constituído pela «*casa-mãe*», a que também chamam «Casa dos Santos».

É um dos exemplos mais conseguidos de um conjunto bem conservado e restaurado. Com muito gosto e sem contender com a sua traça original. Pintada, toda ela, num bem tingido tom de amarelo, com o acesso ao interior da residência por uma escadaria a dar para o pátio, a eira em negra lousa bem lavada, agora manifestamente já fora do uso inicial, e os arrumos agrícolas postos a uma distância prudente do lado habitacional. Ainda lá está, também, o lugar onde se resguardava o célebre automóvel de 1927, ao que parece um *Vanguard*, o pioneiro de Fradelos.

A exploração foi revista: hoje vive exclusivamente da produção de milho de forragem, depois vendido a quem dele necessite. Por norma sempre ao mesmo adquirente, o negócio feito antes do corte por um preço calculado a partir da tonelagem previsível. O edifício da vacaria mantém-se, mas arrendado a outro empresário da pecuária. É a família, apenas, a ocupar-se da lide, deste modo bastante facilitada, resumida à sementeira daquele cereal.

Lugar da Aldeia

Apelidam-no também de Lugar do Espírito Santo, em razão de ali existir uma capela, assim denominada, a maior da freguesia e a cujos moradores pertence, segundo as *Memórias Paroquiais de 1758*. Referem ainda estas que aqui acorria «*alguma gente de romagem em dia de Espírito Santo*



3. Casa dos Santos – Cunha Pereira).
4. Casa do Souto.
5. Casa Nogueira.

6. Casa do Loureiro.
7. Casa do Rolo.



e na primeira oitava». Na actualidade, continua a ser um local de culto.

Outra boa propriedade se situa à sua ilharga – a Casa do Souto. Uma construção oitocentista, nem por isso resplandecente, mas bem proporcionada. O seu fundador, António Azevedo, seria o avô da actual proprietária, D. Madalena Augusta da Costa Azevedo (cujo pai, Manuel Azevedo Costa, proveio da Casa do Pinheiro, no Lugar da Lage, mais à frente também referenciada). O seu marido, o Sr. Mário Pederneira, oriundo de Ribeirão, é presentemente o responsável pela exploração das suas terras e mantém a criação de gado leiteiro – num total de dez hectares (entre bravio e regadio) sustenta 30 cabeças, para um produção diária da ordem dos 400 litros. Ainda aqui se fizeram sentir os efeitos das partilhas e há algum descuido no arranjo geral da edificação, onde os remedeios em cimento (por exemplo nos apoios do velho palheiro) são manifestamente excessivos. O casal tem quatro filhas, todas com licenciaturas que, é ponto assente, os direccionam para caminhos muito diversos da lavoura...

Um nada adiante, no estreitar da estrada e muito em cima de uma curva, as bermas são mais casas. Cinco, todas de bom porte. À esquerda, no sentido descendente, a Casa Nogueira, pintada de verde, e uma inscrição na fachada – 1960. Poderá ter sido esse o ano em que a construiu José da Costa Nogueira, a quem sucedeu o filho, Henrique Lage da Costa Nogueira, pai de outro José da Costa Nogueira e de Horácio da Costa Nogueira, o mais novo, a quem adiante se voltará a aludir (vd. “Quinta das Nogueiras”). O actual José da Costa Nogueira, por razões de saúde, endossou a exploração das suas terras a um genro, casado com uma sua filha docente nesta região (a outra filha, também casada, é psicóloga e reside nos Açores). Trata-se (o agora responsável pela lavoura da Casa Nogueira) de Jorge Carneiro Azevedo, identicamente a mencionar mais à frente (vd. “Casa Cipriano”). A quinta estende-se por cerca de sete hectares e dedica-se ao negócio leiteiro.

Defronte, à direita, a Casa do Loureiro, uma faixa multicolor a decorar-lhe a parte inferior, num todo que é branco. Nas traseiras, o bulício da vida no campo e muitas adaptações no edifício. Mas ainda são visíveis os antigos cómodos dos empregados, a eira permanece intacta, há provisões de forragem, como se recomenda algo mais afastadas. A casa foi fundada por José da Cruz Loureiro e deste foi neto Jaselino da Cruz Loureiro, o notável autarca fradelense mencionado no início deste trabalho. Duas gerações depois, pertence ao seu neto José da Cruz Loureiro, presidente da Cooperativa Agrícola de V. N. de Famalicão. Trata-se de outra exploração familiar que se desenvolve num lavradio de seis hectares, com 150 cabeças para 1.500 litros de leite produzidos diariamente.

E logo após, em plena curva, o portal da Casa do Rolo, da família Costa Azevedo. Onde residirá também uma história que pode remontar ao século XVII, ou seja a uma longa tradição familiar de lavradores. O actual patriarca, o Sr. José da Costa Azevedo é um de quatro irmão: destes,

um é advogado, outro engenheiro e o derradeiro seguiu a vida eclesiástica. A quinta preserva ainda, em funcionamento, um alambique, e o pátio da casa revela a agradável surpresa de uma calçada à moda antiga, por todo ele, e do cuidado arranjo de canteiros de flores, árvores e arbustos, por entre os quais espreitam janelinhas e a varanda fechada. Está ali toda a beleza do mundo rural, antigo e moderno, há automóveis aparcados, mas não falta também a exposição de velhas alfaias e artefactos agrícolas, um excelente recurso decorativo. E, outrossim, está ali uma pecuária bem viva, de que o filho do Sr. José Azevedo é hoje o responsável – são dez hectares de terra arável e 80 cabeças de gado a debitarem cerca de 700 litros de leite por dia.

Uma significativa curiosidade: a Casa do Rolo fora da avó do Sr. José da Costa Azevedo e a mãe deste veio da Casa Nogueira, em frente; o pai, da Casa da Eira, no lugar de Pedras Ruivas.

Prosseguindo esse caminho, ainda pela direita alongam-se os muros alvos e silenciosos da Casa Cancela. Numa das extremidades, a entrada para uma vacaria de avantajadas dimensões, onde se resguardam muitas dezenas de cabeças (oriundas algumas de berço estrangeiro, em França ou na Holanda) a que crescem os vitelos por desmamar num espaço coberto próximo. O negócio está apontado para a engorda e revenda de gado. É seu proprietário José Azevedo, conhecido por *Zeca da Cancela*: sem embargo do apelido igual, não haverá parentesco conhecido com a vizinhança.

No fim da descida, algo degradada, de planta rude mas certamente ainda capaz de contar histórias, a Casa Dinis. Tem uma respeitável data na fachada – 1894. E uma frente bonita, com as suas janelas pequenas, decerto em estado original, no andar cimeiro. O seu nome é o do fundador, Dinis dos Santos, mas veio sempre na sua família até hoje, ao seu bisneto, Camilo Torres dos Santos, o proprietário. É o filho deste, José Miguel Araújo dos Santos, o actual responsável pela empresa agrícola – são oito hectares de lavradio (a que crescem as terras arrendadas) para 200 cabeças e uma produção diária de 2800 litros de leite.

Essa data – 1894 - figura ainda umas centenas de metros depois, na entrada da Quinta das Nogueiras. Onde se adivinha um restauro recente a contrastar com o edifício já afastado da via pública. O seu dono é Horácio da Costa Nogueira, acima mencionado, cujo irmão mais velho ficou em partilhas com a Casa Nogueira. A aquisição desta quinta é recente, remontará a 1996 (à família «*Golbada*...»), e nela se dá guarida a vacas em vésperas de parição e a novilhos. A sua área não ultrapassará os três hectares mas o proprietário e os seus estendem a sua empresa por muitas outras terras. Detém cerca de 60 cabeças (sem contar os vitelos), das quais uma média de 30 dá leite – qualquer coisa como 600 litros/dia.

Lugar da Igreja

Precisamente defronte ao recinto do templo paroquial, do outro lado da EN 309, a imponência

- 8. Casa Cancela.
- 9. Casa Dinis.
- 10. Quinta das Nogueiras.



11. Casa Cipriano.
12. Casa do Conde.
13. Casa do Capitão.



da Casa Cipriano. Assim chamada por ser este o nome do fundador, vão lá uns 200 anos. Uma fachada ampla e cinco janelas no andar superior, tantas quantos os postigos no de baixo, onde se localiza a adega. O branco das suas paredes revela muita atenção no seu trato e o acesso à ala residencial faz-se por um portão e telheiro lateral, na ponta oposta à entrada dos anexos de lavoura. Ao centro da edificação, em granito saliente, a inscrição - «*Joaquim Lage de Azevedo Costa 1915*».

Foi quem melhorou – modernizou? – a edificação. A propriedade é hoje da sua neta, D. Maria da Conceição Costa Carneiro, casada com Manuel Pereira de Azevedo. Desenvolvem em 23 hectares a milho híbrido uma exploração de 200 cabeças de gado, com uma produção média de 2.200 litros de leite diários. O filho, com o avançar dos anos, tem assumido a condução desta empresa. É ele o Jorge Carneiro Azevedo que atrás referi, casado com uma filha de José da Costa Nogueira e presentemente também à frente da gestão da Casa Nogueira, no lugar da Aldeia.

Encostada à Casa Cipriano, muito menos exuberante, a silenciosa Casa do Conde. É habitada pelo seu dono, Joaquim Loureiro dos Santos e pelo seu único filho, Luís Loureiro dos Santos, solteiro, que se ocupam na sua lavoura - de produção de gado e leite, em mais ou menos seis hectares de lavradio.

Lugar da Povoação

A EN 309 ficou já um bom pedaço para trás e o andamento prossegue entre bouças e outras bouças, já muito perto da margem do Ave. É esse o lugar da Povoação, porventura aquele onde a história fradelense tem mais para contar. Ali nos degraus da pequena ermida de S. Bento, quase perdida na vastidão do terreiro, mas agora circundada por pavimento em pedra...

Conta-se foi este o primeiro bocado de freguesia a “escapar” ao domínio da Casa de Bragança. Por nele se situar a morada do Capitão da Companhia de Ordenanças de Santiago de Bougado, em tão estratégico local de travessia do rio. Há episódios de heroísmo nesta narrativa e a doação destas terras assume, assim, o carácter de uma recompensa.

A chamada “Casa do Capitão” remontará, seguramente, aos meados do século XVII e dela era então senhor o – justamente – Capitão Miguel Domingues da Silva. A construção revelaria já nessa altura – dada a referida sua localização – algumas cautelas defensivas, murar-se-ia como um diminuto fortim com a sua guarita, as suas três vigias... Mas a celebridade sobreviria três gerações à frente, na pessoa do Capitão – este sim, da Ordenança de Santiago de Bougado – Luís Carneiro, ali nascido em 11 de Março de 1763.

É ele o cabecilha, a par com o seu filho e Alferes da mesma Companhia, Manuel Carneiro,

da ousada defesa da Barca da Trofa, aquando da segunda invasão francesa comandada pelo Marechal Soult. Estávamos em 1809, as tropas napoleónicas tinham entrado no Pais por Chaves, visando descer até ao Porto e dividindo-se, para o efeito, em três colunas. A central seguiria um trajecto que a levaria a transpor o Ave exactamente neste ponto, valendo-se das barcas ali existentes. O objectivo ser-lhe-ia toldado pelas Ordenanças e por milicianos e populares, os quais, além do mais rudimentar armamento, dispunham apenas de duas peças de artilharia. A valentia e pertinácia de tão impreparadas tropas atrasaram o avanço francês durante três dias (de 22 a 25 de Março), obrigando-os à travessia do rio a montante, na Ponte da Lagoncinha, e sofrendo depois um ataque de flanco que obviamente os pôs em debandada. Feitos de que a região se orgulha, não tanto pelas suas consequências no quadro bélico geral, mas antes pela abnegada determinação das suas gentes.

Enfim, a espada do Capitão Luís Carneiro ainda hoje se conserva exposta nesta Casa, propriedade do seu tetraneto Manuel da Costa Loureiro. Em conformidade com os usos locais, é ela também conhecida agora como “do Loureiro”, dado o apelido actualmente da Família.

Desenha-se num rectângulo em que o corpo habitacional, na face sul, se apresenta bem caiado e de feições nobres. Ladeiam-no paredes xistosas a poente, bem como a nascente, onde se situa a ala da cozinha e outros arrumos, sendo toda ela telhada. A frente e a entrada são viradas a norte e adornadas com umas alminhas. Colado a este todo, uma outra edificação, na mesma pedra e inexplicavelmente em ruínas.

O proprietário da casa atingiu já a idade da reforma e entregou a exploração a um dos filhos, João Paulo Loureiro. Os restantes seguiram outras opções de vida. As terras somam mais de vinte hectares de lavradio e nelas se dá alimento a cerca de 250 cabeças de gado, a fornecerem uns 4.000 litros de leite por dia. De realçar o facto de ser esta uma lavoura efectuada pelo referido actual responsável, com a ajuda da sua Mulher, de um assalariado e do Sr. Loureiro pai, que ainda se vai ocupando em tais lides manuais.

A Casa do Toneco fica muito próxima, a algumas dezenas de metros. Também bem dimensionada mas sem a altivez daqueloutra. E pertença de um primo muito chegado do dono da anterior, Agostinho José Moreira, que a herdou do seu pai, António Moreira, filho este de D. Alexandrina Pereira (irmã de Manuel Pereira da Silva Carneiro, senhor que foi da Casa do Capitão), casada com Agostinho Dias da Costa Moreira, de Santiago de Bougado.

Distinguem-na as janelas bem rasgadas, a alta escadaria lateral, as águas-furtadas, o varandim na fachada principal. Os anexos agrícolas ficam ligeiramente recuados, em relação ao jardimzito da entrada, e esta propriedade representa para mim um grosso manancial de recordações.



14. Casa do Toneco.
15. Casa Pereira.
16. Casa da Gomes.



Foram os anos da minha infância, era vivo o Sr. António Moreira, e a caça abundava então. Esta Casa era um alfofre de podengos afinadíssimos para o levantar dos coelhos e das raposas, uma companhia vezeira nas caçadas organizadas pelo meu Pai, o Visconde de Pindela. Permanece a saudade do Quino e de tantos outros cães, das ninhadas a cujo crescimento assisti, dos lanches de pão-de-ló e marmelada, das inesquecíveis imagens que guardei e revivi, quarenta anos depois, ao efectuar este périplo pelas propriedades agrícolas de Fradelos.

Mas convirá delinear, no caso concreto, o caminho das gerações até ao Presente, demonstrando como é possível a Casa do Toneco manter-se ainda na sua gente de sempre. O mencionado Sr. António Moreira foi um de seis filhos – dos restantes, três emigraram para o Brasil, um enveredou pelos estudos e foi regente agrícola, e a única filha, doméstica, casou. Ocorreram partilhas amigáveis, a Casa coube a António Moreira, o qual, por sua vez, foi cinco vezes pai – de um geólogo, um bancário, um emigrante e uma senhora com matrimónio em Macieira de Rates (Póvoa de Varzim), além do actual proprietário, o sobredito Agostinho José Moreira. Quanto a este: dos seus três filhos, um assumiu já a condução da lavoura da família e, dos dois restantes, uma há que casou com uma prima com propriedade agrícola na Junqueira, Vila do Conde, a qual é trabalhada pelo casal. A Casa do Toneco tem uns vinte hectares aráveis, mais de 200 cabeças de gado (das quais 100 permanentemente a dar leite) e uma produção de 3.500 litros diários.

Lugar de Pedras Ruivas

Na rotunda sob a elevação do cemitério, ao invés de seguir para poente, na direcção da Povoação, rumando a Ribeirão o Lugar de Pedras Ruivas não dista muito. Como acontece com os demais, um templo religioso assinala a importância deste aglomerado de quintas – a capela de Nossa Senhora das Neves, de construção originária dos primórdios do século XVII.

Estamos num desenrolar de casas de lavoura. Começamos pelas que se situam por trás da dita capela.

Logo a primeira é um mistério para quem vai no caminho. Não há outro vislumbre senão o muro a rematar um telhado, o portão em ferro fundido, obra vigorosa, ladeado por dois bancos de pedra. Um pé de glicínias dá ao conjunto – em maré de Páscoa - um pouco mais de alegria, e o tom de verde escolhido para pintar a parede não será, talvez, o aconselhável. Até porque a data inscrita num bloco granítico desta, propositadamente deixado a descoberto, – 1734 – impõe certamente o peso e a curiosidade da história. É a Casa Pereira, pertencente na actualidade a Manuel Costa Pereira, que ali reside, embora todas as suas terras (uns três hectares de lavradio) tenham sido arrendadas já.

Foi, porém, uma Casa grande e com raízes vetustas, a remontarem ao século XVII (numa pedra

de xisto sobre uma das janelas se inscreve a data «1690»...). A sua entrada “em perda” resultará das partilhas efectuadas já na sucessão de José de Azevedo Cunha e Pereira, o avô do seu actual senhor, mas dela nascem muitas outras em redor. A Casa Pereira orgulha-se da sua eira, a maior da freguesia, e com os seus dois também avantajados cobertos.

No prolongamento do seu muro verde, o alvo muro da Casa da Gomes e, adiante, o respectivo portal de entrada. É uma visão da absoluta ausência de desleixo: o edifício da eira foi adaptado para outros fins, certamente festivos, mas mantêm-se o típico e bem conservado lajedo em ardósia; há um vastíssimo terreiro todo circundado por cobertos em que se alinha uma frota impressionante de alfaias agrícolas; e a ala habitacional encontra-se num estado primoroso de conservação, sendo de assinalar a modernidade e o bom gosto dos materiais aplicados. Iniciou esta casa Joaquim Gomes Carneiro, proveniente da Casa do Carneiro, à frente com mais detalhe. É seu neto o seu proprietário no presente, António Costa Carneiro. Trabalha 11 hectares de lavradio e produz uns 1000 litros de leite diários. O futuro? – As duas filhas já estão empregadas, não lhes interessa a lavoura - responde.

O caminho (Travessa das Pedras Ruivas) entronca num outro: são mais três casas. À esquerda, a Casa Costa. Trata-se de uma bela edificação rural de cinco boas janelas no andar superior da fachada e, em baixo, o enorme portal ao centro. Uns tantos postigos rasgados na pedra indiciam a adega, os lugares húmidos de armazenamento de víveres. A Casa Costa remontará a 1875 e ao bisavô de José Carneiro Costa, o seu actual detentor. Estão ali 11 hectares seus (a que acrescem os que tomou de arrendamento) para sustento de 170 cabeças de gado. Também nesta o amanhã é incerto: os seus filhos estudam e nada indicia queiram dedicar-se às terras que hão de herdar.

Em frente, a Casa Figueiras. Mais rural, mais da altura do muro circundante, janelas pequenas e uma entrada voltada ao exterior, seguramente não de origem. Há uma pedra e uma data artisticamente desenhada nela – 1802; mas há também documentação que remonta a 1779, indecifrável, ao que parece. Como quer que seja, a casa pertencia em 1837 a Joaquim José de Azevedo, a quem sucedeu o filho, José Azevedo Figueiras. Coube a este último a iniciativa e a responsabilidade das obras efectuadas no cemitério da freguesia, a cuja Junta presidiu. Hoje é proprietária uma sua bisneta, D. Adozinda Azevedo Figueiras (filha do Sr. José Figueiras, ali residente), que prossegue a exploração com o marido, Manuel de Araújo, também fradelense, da Casa Cerejeira, sita no lugar assim nomeado e adiante referido. São 15 hectares de cultivo (mais os terrenos florestados) para 150 cabeças. Uma vez mais os estudos e as aspirações dos filhos nada garantem quanto à sua continuidade.

E à direita a Casa Cortinhas. Uma edificação a pegar com a anterior, no mesmo estilo aquartelado em que se destaca a avantajada chaminé e a fieira de seis janelas, a par com

17. Casa Costa.
18. Casa Figueiras.
19. Casa Cortinhas.



o caminho pedregoso em direcção aos campos. Sobre a sua porta de entrada manteve-se muito tempo uma pedra a indicar uma data – 1890. Terá sido por então o início da casa com Henrique de Azevedo e Silva, originário de Ribeirão. A família desta casa está ligada à do Pinheiro, no lugar da Lage, adiante. Pertence hoje a Henrique Ribeiro da Silva, que entregou a gestão desta empresa agrícola ao marido (de Vairão, Vila do Conde) da sua única filha, D. Luísa Manuela Moreira da Silva. São dez hectares de lavradio e 110 cabeças de gado, com uma produção leiteira diária de 1000 litros em média.

Do lado de baixo da capela de Nossa Senhora das Neves descobrem-se mais cinco propriedades.

A Casa da Eira tem o seu dono em França, embora a visitá-la regularmente. As terras foram, por consequência, arrendadas. Em termos arquitectónicos não há muito a realçar além do cuidado na sua apresentação e a robustez com que se destaca o corpo principal da edificação; e, presumivelmente, a data do seu “nascimento” registada em lápide na fachada: «*Anno de 1880 – J.D.D.A.*»...

Cola-se-lhe a Casa do Pereira de Baixo, e a nítida influência “brasileira” na sua traça: são oito janelas a abrirem-se rasgadamente para a rua e a mansarda avarandada, um pormenor inédito pelo menos em Pedras Ruivas. Ordenou a sua construção, no início do século XX, Manuel Dias dos Santos. Pertence actualmente ao Dr. Joaquim Duarte Santos, médico, que reside em Fradelos. A empresa agrícola, o ambiente caseiro, já conheceram dias mais movimentados – as terras não são trabalhadas directamente, foram arrendadas...

Logo a seguir – antes ainda da capelinha de S. Brás, a Casa do Carneiro. Um corpo que se alonga até acompanhar a curva da estrada e, do lado traseiro, um pátio amplo com todos os habituais condimentos destas edificações de lavoura; guardam-na cinco ou seis pastores alemães e, à ilharga, vislumbramos moderníssimas estruturas de produção pecuária em materiais modernos – a vacaria, a ordenha, os silos. Fundou-a Henrique Leitão Carneiro e é hoje pertença de um seu neto, também assim nomeado, cujo filho, António, orienta actualmente a exploração – à volta de 100 cabeças de gado em vinte hectares de lavradio e floresta.

Na extremidade, enfim, defronte à dita capelinha, a mais antiga do conjunto (recordemos, aliás, o fundador da Casa da Gomes era oriundo desta) e, parecendo embora não viver grandes dias, não se lhe pode negar o ar afidalgado da sua frontaria. Todas as terras da quinta se encontram arrendadas. O seu proprietário é o Sr. Adelino da Costa Campos. É a Casa do Campos.

Do lado oposto da rua – e subindo-a agora, ainda junto ao larguinho de S. Brás - a Casa Pires. Recuperada e transformada em linhas muito ligeiras e alegres: pintada de branco com uma barra azul rente ao solo, mantém a chaminé característica, as quatro janelas, presentemente

- 20. Casa da Eira.
- 21. Casa do Pereira de Baixo.
- 22. Casa do Carneiro.
- 23. Casa do Campos.
- 24. Casa Pires.
- 25. Casa do Torres.
- 26. Casa do Pinheiro.
- 27. Casa Cerejeira.



20.



21.



em liga metálica bem integrada, as portadas abrindo para o exterior. Será somente uma agradável residência, porque a sua área rural é explorada por outrem.

A Casa do Torres, enfim, é somente a residência do Sr. Ferreira Torres, com origens familiares em Santiago de Bougado. Vai mantendo outra ocupação profissional, de que vive, as rendas provenientes dos seus terrenos agrícolas constituem um ganho suplementar, e o que ficou da sua lavoura – incluindo um tractor dos Anos 60 - é agora mantido e recuperado com intuítos meramente decorativos. Também o complexo arquitectónico – aqui com a novidade de uma fachada em azulejo, esteticamente muito bem conseguida - não vem caindo no esquecimento e há planos de restauro e reordenamento dos antigos cómodos dos serventes, do salão da eira, de outros recantos.

Lugar da Lage

Continuando no sentido de Ribeirão, não dista muito de Pedras Ruivas o lugar da Lage. Já só aí resta um marco da lavoura de Fradelos, a Casa do Pinheiro, e é seu proprietário o Sr. José Azevedo da Costa, um nonagenário que ainda se senta ao volante do seu automóvel...

Está uma data, no muro junto à estrada: 1876. Há por ali muita história interessante. Os membros da Família ainda hoje são conhecidos e reconhecem-se no tratamento por “Pinheiros”.

Tudo porque a figura dominante nesta Casa foi uma senhora de apelido Pinheiro, bisavó de José Azevedo da Costa e originária de Bairros, Santiago de Bougado. O seu dinamismo, a par com a atitude mais passiva do marido (e dono da quinta), ditou a perpetuação do nome. Era ela quem “mandava”...

Os Pinheiros viveram intensamente a época do “minério” (volfrâmio, durante a II Guerra Mundial). Depois voltaram-se novamente para a lavoura. São grandes proprietários, mesmo fora de Fradelos. De tal modo que a cada um dos quatro filhos de José Azevedo da Costa caberá uma exploração agrícola. A Casa do Pinheiro está destinada ao terceiro deles, também chamado José Azevedo da Costa. É o único que ainda se ocupa no amanho das terras – dos restantes, um é reformado e outro engenheiro electrotécnico, há também uma senhora educadora de infância.

A exploração compreende 12 hectares de lavradio, dispersos, e uma área vasta de bravio, eucaliptais e pinhais. Ocupa-se em gado leiteiro – cerca de 120 cabeças, com 80 em produção. O resultado ronda os 2.000 litros diários. A vacaria, em suma, mantém a Casa.

José Azevedo Costa (filho) tem outros negócios e mais património fundiário. Construiu

em frente à velha Casa do Pinheiro a sua actual residência e programa agora a recuperação daquela. Há ali, efectivamente, muito a fazer para restituir a uma construção com 132 anos a sua traça original.

E a economia da quinta está já sob a sua direcção. Associou-se a um lavrador vizinho que se ocupa da faina rural, contando para isso com um empregado. Em compropriedade com mais três interessados, todos de Fradelos, adquiriu uma ceifeira motorizada que assim os serve rotativamente no corte dos milhos respectivos.

Mas os seus dois filhos, tudo indica, seguirão rumos profissionais bastante diversos...

Lugar de Cerejeira

Fica algo desgarrado do nervo da Fradelos rural, muito no início da freguesia, para quem vem de V. N. de Famalicão. À esquerda da EN309, algo de incomum – as vinhas e as estufas da Casa Cerejeira. São nove hectares de “monte” e seis de lavradio, uma história que remonta ao início do século XX (talvez 1916, a avaliar pela inscrição na ombreira de um antigo portão) e a Lino da Costa Araújo, o bisavô do actual dono e detentor da exploração, António Oliveira Araújo. Este último ainda se dedicou ao gado de engorda, chegou a um efectivo de 60 cabeças, mas acabaria por desistir e enveredar pelas sobreditas actividades. Para as quais, de resto, não vislumbra continuidade, uma vez que as suas duas únicas filhas já se licenciaram e prosseguem outras vias profissionais.

Neste lugar se destaca também a Casa Veloso, um marco significativo no que concerne à questão das partilhas. Trata-se, actualmente, de duas residências em que ora se divide o edifício oitocentista. Do ponto de vista jurídico, uma propriedade horizontal de duas fracções autónomas.

Nas suas cercanias – como é apanágio destes “lugares” – mais uma capela, a de S. José. Lê-se em lápide granítica sobre a padieira da sua porta: «*Mandado fazer pur Jose Ferreira de Souza em 1817*». A devoção da ermida é a do santo do nome deste que ali a implantou. Porque ela veio do cemitério municipal da Cegonha, desactivado em 1907 e antecessor do de Moço Morto. Daí, aliás, a data primeiramente mencionada esteja errada, sendo 1917 a correcta.

O aludido José Ferreira de Sousa terá sido o “progenitor” da Casa Veloso. Mais tarde, pertenceu esta a Manuel Oliveira Veloso, seu descendente, cujos dois filhos, mediante partilhas feitas, a dividiram em duas, residindo cada um na sua. Já largaram a lavoura, tendo arrendado as terras aráveis.

Lugar de Ferreiros

A poente do lugar de Cerejeira, este outro, algo perdido entre terrenos de cultivo e acedido por poeirentos caminhos de ruralidade pura. Ali se juntam três edificações habitacionais, faces contra faces, as “cabeças” de outras tantas propriedades agrícolas. São elas:

A Casa A. C. Silva, onde entronca a Travessa dos Ferreiros, da qual, sob o ponto de vista arquitectónico pouco haverá a dizer, salvo ter descurado em absoluto a estética da sua antiguidade ou a conservação das partes que a integram. Tem na fachada uma inscrição datada: «ACS – 1959». Corresponde às iniciais do seu fundador, António Costa Silva, e ao ano em que a construiu. Pertence actualmente a uma sua neta.

O mesmo não acontece com a Casa Celestino, também datada (1955), de cor rosa recente, semelhante mais uma mansão de férias do que a sede de uma exploração campestre. É propriedade de Celestino Carneiro Veloso mas as suas origens quase atravessam Fradelos inteira: desde os seus iniciais detentores (chamava-se então Casa dos Becos), a família Vilanova, a sofrerem as agruras da Guerra Mundial obrigados à sua alienação a Henrique Carneiro (da Casa Carneiro, no lugar de Pedras Ruivas) que a transmitiu ao filho Mário Carneiro. Este viria a deixá-la a uma sobrinha, sua herdeira, da Casa Cipriano, no lugar da Igreja, com quem casou o mencionado Celestino Carneiro Veloso, por sinal oriundo da Casa Veloso, no lugar Cerejeira, aqui ao lado... A quinta só parcialmente é explorada pelos próprios, através da viticultura e da produção de algum milho para silagem.

Já a Casa Pratinha (que é o apelido dos seus actuais donos, originários de Gondifelos; chamava-se antes Casa Sousa...) assume presentemente contornos de uma bem calculada unidade de turismo rural. Ou, em alternativa, de uma confortável, e não sobredimensionada, morada de família. Esta fixou-se, entretanto, em Santo Tirso. A quinta foi arrendada.



- 28. Casa Veloso.
- 29. Casa A. C. Silva.
- 30. Casa Celestino.
- 31. Casa Pratinha.



HISTÓRIA DO PRESENTE



o V



Bairro da Cal

5.1 Kiarostami e a Génese do Observatório de Cinema de Famalicão

5.1.1 Introdução

Neste artigo, pretende-se articular a filmografia de Abbas Kiarostami, na génese do CLOSE-UP - Observatório de Cinema de Famalicão, no trilho do trabalho continuado do Cineclube de Joane, indissociável destes quase 15 anos de percurso na Casa das Artes de Famalicão.

5.1.2 Abbas Kiarostami: Realismo, Narrativa e Ficção

Abbas Kiarostami nasceu em 1940, em Teerão. Licenciou-se em Belas Artes e trabalhou como designer gráfico, ilustrador e director de anúncios comerciais, antes de enveredar pela carreira de realizador de cinema, inserido na *Nova Vaga* do Cinema iraniano, que eclodiu no final dos anos 60. Foi um dos fundadores, em 1969, do Departamento de Cinema no Instituto para o Desenvolvimento Intelectual de Crianças e Jovens, onde concretizou as suas primeiras curtas-metragens, de teor didáctico, entranhadas no universo da infância, o que haveria de produzir ecos na sua obra posterior.

5.1.2.1 Trilogia do Terramoto

A obra de Kiarostami seria exposta ao mundo no Festival de Locarno, em 1989, com *Onde Fica a Casa do Meu Amigo?* (foto 1). Ahmad, um rapaz, quando fazia os trabalhos de casa, percebe que trouxe o caderno de um colega por engano. Com receio que o amigo seja castigado, Ahmad, foge da mãe e parte à procura do amigo nas povoações vizinhas. Ao longo da sua demanda, vamos sendo confrontados com as vivências das populações. Este filme de Kiarostami difunde, desde logo, algumas dos temas da sua obra: o interesse pelo real, a ideia de percurso que conduz a narrativa, a presença de personagens obsessivos, determinados, muitas delas crianças.

Em 1990, um terramoto devastou o norte do Irão, na região onde Kiarostami rodara *Onde Fica a Casa do Meu Amigo?*. Os relatos referiam que cerca de 95% da população estaria sob escombros, resultando em mais de 50.000 mortos. Três dias depois, Kiarostami, com o filho, parte em direcção a Koker, à procura das crianças que tinham protagonizado o seu filme, mas não as conseguiu encontrar. Nessa semana, Kiarostami apresentou no Festival de Munique *Onde Fica a Casa do Meu Amigo?*, e no regresso decidiu escrever um argumento inspirado na sua demanda pela região destruída. *E A Vida Continua...* (1992) é, então, um registo de uma ficção sobre uma base documental: dois personagens, um adulto e uma criança (representando Kiarostami e o filho), inseridos na zona devastada pelo terramoto, cinco meses após a ocorrência. Perante a destruição, mas, simultaneamente, perante o entusiasmo dos sobreviventes que a obra de Kiarostami captura, encontramos outro dos seus assuntos de eleição: o confronto entre a vida e a morte. Surge, também, o dispositivo do automóvel em movimento, como lugar de acção, como transporte de ficção, que Kiarostami constituirá como imagem de marca e que elevará, em obras seguintes,

a progressivos níveis de sofisticação. Perante este interesse inequívoco de Kiarostami pelo real (a apresentação de um Irão rural), a sua obra foi, neste contexto, identificada e comparada com o neo-realismo, com Rossellini como influência maior. Kiarostami era olhado, portanto, de forma redutora, como um retratista, um humanista, como que expressando a transparência (documental, fotográfica) das teorias de Bazin¹; no entanto, encontramos na obra de Kiarostami várias influências declaradas relativamente aos princípios de Bazin, nomeadamente na utilização do plano-sequência e na participação do espectador, como entidade activa, como veremos adiante.

Nas suas obras posteriores e até do mesmo período (*Close-Up*², ver abaixo), Kiarostami encarregar-se-ia de sabotar esta filiação, apresentando-se como um cineasta manipulador, em que a ficção e o real, a verdade e o embuste se apresentam e se envolvem em estratos indivisíveis.

O filme que fecha a trilogia, *Através das Oliveiras* (1994), foi apresentado na competição do Festival de Cannes. A trama: <Uma equipa de cinema chega a uma pequena cidade no norte do Irão, devastada por um tremor de terra, para realizar um filme denominado “*E a Vida Continua*”. Hossein, um jovem pedreiro, é contratado para integrar a equipa e acaba por interpretar um pequeno papel no filme. Por coincidência, a atriz que contracena com ele é Farkhondé, uma jovem vizinha por quem Hossein está apaixonado, mas a quem os pais tinham recusado o casamento antes da catástrofe (os pais de Farkhondé morreram entre os escombros). Mas a avó continua a opor-se ao casamento, uma vez que Hossein não tem casa própria. O apaixonado insiste: “*Agora ninguém tem abrigo, somos todos iguais*”. E continua assim a perseguir a sua amada, para obter uma resposta.> O tema é a rodagem de um filme, de um filme que Kiarostami tinha concretizado (*E a Vida Continua...*) a partir de uma demanda relacionada com outro filme *Onde Fica a Casa do Meu Amigo?*: para Kiarostami o seu último filme está sempre ligado ao(s) anterior(es), a obra é apresentada como reacção à obra precedente, como demonstração de reflexão aliada à ficção, no cruzamento com o real, com pessoas (actores) que se confundem com personagens (e as suas representações) e locais (reais) com cenários. Tal como em *E a Vida Continua...* não é possível verificar se o realizador encontrou os seus actores, em *Através das Oliveiras* não há desfecho para a paixão entre Hossein e Farkhondé: a narrativa começa a apresentar omissões, característica que Kiarostami explorará posteriormente de forma obstinada.

5.1.2.2 Close-up: A Verdade da Mentira

Em fase de pré-produção de *Dinheiro no Bolso*, mais um filme em volta do universo infantil, Kiarostami leu um artigo numa revista sobre um homem, Sabzian, que estava preso por fraude, acusado de se ter feito passar pelo realizador Makhmalbaf junto de uma família. Kiarostami ficou especialmente impressionado por uma frase que o homem proferira numa entrevista:

[1] André Bazin (1918-1958), editor-chefe da influente publicação *Cahiers du Cinéma* durante quase uma década, e um dos mentores da *Nouvelle Vague*, corrente que se desenvolveu no final dos anos 50 e que renovou o cinema francês. Foi um dos estudiosos e críticos mais influentes após a Segunda Guerra Mundial, mas os seus textos apenas foram publicados postumamente, sob a forma da edição de quatro volumes entre 1958 e 1962 sob o título de *Qu'est-ce que le cinéma? (O que é o cinema?)*. Bazin propunha, em contraste com as teorias formalistas do cinema dos anos 20 e 30 que relevavam o modo como o cinema podia manipular a realidade, uma apresentação através de uma realidade objectiva, utilizando a profundidade de campo e a ausência de montagem, vinculadas à convicção de Bazin de que a interpretação de um filme ou cena deve ser deixada ao espectador.

[2] Kiarostami, em 1990, perante uma notícia de um homem que se teria feito passar pelo realizador iraniano Makhmalbaf, abandonou o projecto no qual trabalhava e concebeu *Close-up*, um filme sobre essa fraude, em que as pessoas envolvidas no logro, o protagonista, a família enganada entre outros, se interpretam a si próprios, no julgamento do falso Makhmalbaf e na reconstituição dos eventos ocorridos.

1. Onde Fica a Casa do Meu Amigo?
2. Close-up.



1.



2.

“Doravante sou um pedaço de carne de um animal que não tem cabeça e podem fazer de mim o que quiserem.” Nos dias seguintes, Kiarostami foi sendo perturbado por aquela frase, que não lhe largava o pensamento. Kiarostami abordou o produtor Ali Reza Zarrin no sentido de alterar o filme sobre o qual incidiria o financiamento, ao que o produtor terá acedido, seduzido pelos argumentos do cineasta. Foi, então, deste episódio que brotou *Close-up* (1990, foto 2), um dos objectos mais singulares e desconcertantes do cinema contemporâneo, um filme que questiona um conjunto de enunciados relacionados com a distinção entre verdade e encenação, ao colocar os intervenientes da fraude a interpretarem-se a si próprios, usando ambiguamente as linguagens do documentário e da ficção, e que permitiu a Kiarostami dialogar com o real, e no limite, promover-lhe alterações, reconfigurando a realidade e a verdade.

O cinema reflexivo de Kiarostami encontra, então, em *Close-up* um dos seus pontos altos: o filme é um comentário, uma observação do Irão e da sua população, mas é também uma oportunidade de ponderar sobre o cinema, as suas possibilidades e as suas fabricações. O filme vai cruzando reconstituições com cenas (aparentemente) documentais, e a nossa percepção de cada uma das cenas vai sofrendo mutações ao longo do visionamento do filme (com a contribuição das informações adicionais conferidas pelas entrevistas a Kiarostami), ao ponto de considerarmos que as cenas dos registos (nomeadamente o julgamento e o encontro entre Sabzian e Makhmalbaf), apesar de fazerem uso de elementos estéticos atribuíveis ao documentário, mais *ficcionais* do que as cenas em que Kiarostami reconstituiu os eventos, que continuamos a situar no conceito híbrido da simulação, mesmo assumindo que o cineasta iraniano também *enriqueceu* estas últimas. Encontramos, também, ao serviço deste cinema, uma disponibilidade de tudo e de todos para participar da ficção, uma espécie de território de sonho e de artifício, onde entram desde os protagonistas (Sabzian e a família enganada) até aos secundários, incluindo agentes da autoridade. Para a concretização de um objecto tão fascinante, com personagens tão cativantes e diversos, com momentos pungentes, muito terá contribuído o nível de identificação de Kiarostami com Sabzian, que através deste cinema, deste juízo da arte, nos é projectado como um criador, em oposição ao falsário resignado e abatido, que a notícia sobre o engodo apresentava. Mas o encantamento de *Close-up* provém, em grande medida, do seu carácter opaco, da dúvida permanente com que o espectador (reflexivo) se debate; há um constante desfiar de informações e de indícios, por vezes contraditórios, que tentam conduzir, manipular o espectador e prepará-lo para a manipulação seguinte, como no encontro entre o *original* e a *cópia*, em que Kiarostami e os membros da equipa discutem os problemas do som, que serve de preambulo para a supressão do som que Kiarostami concretizou para os planos seguintes. E o desfecho da obra é tão desconcertantemente belo, uma espécie de *happy ending* de um drama, que apesar de estar nas antípodas do cinema *mainstream*, pois estamos cativos de uma ficção instalada na realidade, proporciona ao espectador uma emoção comparável a um melodrama do cinema clássico americano.

5.1.2.3 O Olhar do Espectador Constrói o Filme

Em 1997, Abbas Kiarostami ergue uma das suas obras incontornáveis: *O Sabor da Cereja* (foto 3), Palma de Ouro em Cannes. A propósito da sua motivação para fazer filmes, o cineasta iraniano afirma em entrevista:

“o cinema já não é um meio de contar histórias. (...) Não é - não pode ser - a manipulação das emoções do público. (...) A melhor forma de cinema é aquela que põe questões ao público. Os trabalhadores do cinema devem ser capazes de se infiltrarem na cabeça das pessoas e envolvê-las no tema. (...) O realizador só pode levantar questões, e é o público que deve procurar as respostas, deve ter a oportunidade para reflectir, para completar a parte que falta do trabalho. Sendo assim há tantas versões de um mesmo filme como de pessoas que assistem à sua projecção. Na minha opinião, o cinema e todas as artes devem poder modificar a opinião do público de forma a que ele rejeite os valores antigos e fazê-lo pensar noutros. (...)”

O filme apresenta-nos Badii, um homem de 50 anos, que percorre com o seu *jipe* as estradas dos arredores áridos e em transformação de Teerão, firme na decisão de se suicidar e procurando alguém, que a troco de dinheiro, lhe feche a cova num sítio já definido. A partir de um dispositivo simples, pontos de vista no interior do veículo, *campo/contra-campo* entre o condutor e o passageiro, cortados por planos do exterior enquadrados pelos vidros do veículo ou com o serpentear do *jipe* diluído na vastidão da paisagem em plano de conjunto e com o registo sonoro do que os personagens vão dizendo no interior, Kiarostami, através de uma narrativa deliberadamente omissa, convida o espectador a participar na estruturação do filme, através da imaginação e da reflexão. Sem nunca expor a razão que levou Badii ao suicídio, pelo veículo do protagonista, que funciona como um misto de espaço público e privado, vão passando os vários candidatos à função que nos referimos, um jovem soldado, um seminarista e um taxidermista; através dos diálogos, muitas vezes em conflito, vão sendo colocadas questões que promovem a participação do espectador, que o fazem meditar na vida e na morte, na legitimidade do suicídio: o resultado nunca é explícito, concreto, a obra enche-se de teor poético. E no último plano, o cineasta iraniano desfere a machada letal sobre a ideia de realismo em volta do seu cinema ao apresentar-se, numa imagem granulada e matizada, característica do vídeo, a dirigir uma cena, lado a lado com o protagonista, Homayoun Ershadi; ou seja Kiarostami a clamar bem alto: cinema é manipulação!

O filme seguinte, *O Vento Levar-nos-á* (1999, Leão de Ouro em Veneza) extrema esta confiança de Kiarostami na participação do espectador, no preenchimento da grelha ficcional. A narrativa esburacada: <Um grupo de pessoas chega a uma pequena aldeia do Curdistão Iraniano, com uma missão desconhecida. O protagonista, a quem os habitantes da aldeia chamam “engenheiro”, é o único que vemos interagir com a população, ao perguntar pelo estado de saúde de uma anciã da aldeia, ao conversar com um rapaz. O grupo promove escavações no cemitério mas partem, aparentemente, sem encontrarem o que procuravam.> Kiarostami demonstra, mais uma vez, interesse em confrontar o real, com as peculiaridades daquela aldeia e dos seus habitantes, com



3. O Sabor da Cereja.
4. Cópia Certificada.



a ficção transportada pelo líder (um personagem) da expedição. O “*dispositivo do jipe*” volta a ser empregue, como se este filme fosse um prolongamento de *O Sabor da Cereja* (imaginamos Badii transmutado para “o engenheiro”), e a vastidão da paisagem contribui para a abertura da narrativa e da sua interpretação; os percursos do jipe a trepar até ao ponto mais alto da aldeia para que o “engenheiro” obtivesse rede para o telefone, permanecem como imagens indeléveis para o espectador. Tal como nos filmes anteriores, Kiarostami não tinha um guião antes da rodagem e a narrativa foi sendo construída pelo confronto entre o protagonista e os habitantes da aldeia. Kiarostami em entrevista a propósito de *O Vento Levar-nos-á*: “(...) Às vezes, os indícios são suficientes, e o cinema contenta-se em dar indícios ao espectador mais do que deseja mostrar tudo. O cinema que me interessa consiste em persuadir o espectador.” E a propósito de nunca vermos os colaboradores do protagonista: “Ouvimo-los falar, é suficiente, é inútil mostrá-los: sabemos que eles estão lá.”

Tal como Donatello, nas *Galerias Cantantes*³ da Catedral de Florença, deixou o seu trabalho inacabado, incompleto, esperando que o público, do ponto de vista do pavimento da Catedral, fosse capaz de o concluir, também Kiarostami se manifesta deveras crédulo na aptidão de construção a partir das capacidades cognitivas, da imaginação do espectador, na possibilidade de, através da disponibilização de meros indícios, a assistência, com a “*emoção de produzir*” (citando Ernest Gombrich⁴), concretize uma narrativa individual, erga o seu filme particular.

[3] As *Galerias Cantantes* integram um friso de baixo-relevo que delimita a obra esculpida por Donatello (1386 - 1466), na Catedral de Florença. Olhado à distância, o friso parece acabado, bastante detalhado e realista, mas, ao aproximarmos-nos vemos que as figuras foram apenas esboçadas, apresentando-se pouco esculpidas.

[4] Ernst Gombrich (1909-2001), um dos mais célebres e influentes historiadores de arte do século XX e autor do livro *História da Arte* (*The Story of Art*, 1950), alvo de várias edições e traduções. Autor utilizado de forma recorrente no ensino da História de Arte publicou outras obras relevantes: *Arte e Ilusão* (1960), *A imagem e o olho* (1981).

5.1.2.4 Simplicidade e Sofisticação

O cinema de Kiarostami esteve desde o início imbuído de mecanismos simples, mas de onde emergem resultados relevantes e sofisticados, com especial destaque para o som, no qual o cineasta deposita muito do seu empenho; além do *dispositivo do jipe*, Kiarostami apresenta muitas vezes diálogos entre uma personagem que está no exterior (em campo, portanto) e uma personagem que está no interior (de uma habitação, por exemplo) e que não vemos, apenas ouvimos (já encontramos disto exemplos em *E A Vida Continua...*). Tal como nos exemplos referidos, a restrição do vocabulário não resulta numa diminuição dos resultados, muito pelo contrário. Em 2002, Kiarostami edita *Dez*, mais uma vez o uso do veículo em movimento, mas desta vez, parecendo querer questionar e contrastar os filmes anteriores, com as câmaras voltadas para o interior: temos apenas dois pontos de vista cruzados, com câmaras fixas, direccionadas para os personagens, com destaque para o passageiro em detrimento da protagonista, a motorista. Num registo minimalista, quase maquinal (induzindo a ausência do realizador), apresentam-se, então, dez sequências, relativas a seis mulheres (o papel da mulher é permanentemente discutido no cinema iraniano), entre elas uma idosa, uma noiva rejeitada e uma prostituta (que apenas ouvimos). Um dos pontos altos do filme é uma cena em que no lugar do passageiro segue uma criança, o filho da protagonista e que, tal como em filmes anteriores de Kiarostami, comanda a acção: tem direito a um plano de quase 10 minutos sobre ele, e condena a mãe pelo divórcio, verbalizando cruelmente contra ela.

Artifício e sofisticação plenos, com recursos mínimos, são atingidos na obra seguinte de Kiarostami, *Shirin* (2008), num registo próximo da *video-arte*. A rodagem realizou-se na cave da residência de Kiarostami e o cineasta pediu a 114 mulheres iranianas e a Juliete Binoche (protagonista do seu filme seguinte) que olhassem para um ponto definido e que, incutidas de determinado estado de espírito, sem recurso a qualquer imagem ou som, expressassem uma determinada emoção. A partir desta colectânea de rostos expressivos, Kiarostami construiu *Shirin*: Uma plateia de mulheres assiste à projecção de uma representação de *Khosrow e Shirin* (espécie de *Romeu e Julieta*, situada na Pérsia Medieval); o espectador apenas tem acesso ao contra-campo, o rosto das mulheres que expressam emoções perante a imagem da qual apenas vemos o reflexo da projecção, e do som que inclui os diálogos entre os personagens e que são, assim, a par das expressões dos rostos, os únicos indícios que Kiarostami fornece ao espectador para a construção da narrativa, forçosamente individual.

No seu filme seguinte, *Cópia Certificada* (2010, foto 4), Kiarostami escreveu pela primeira vez um guião antes da rodagem, elemento necessário para a obtenção do financiamento, o que nos fez temer, felizmente sem razão, pela perda do carácter indomável do seu cinema. O filme, ambientado no sul da Toscana, a primeira ficção de Kiarostami fora do Irão numa versão (irónica) de *Viagem em Itália* de Rossellini, apresenta-nos um escritor (William Shimell) que acaba de editar o seu último livro, onde estabelece relações entre o original e a falsificação (ou a cópia) no mundo da arte. A assistir à apresentação do livro está uma antiquária francesa, interpretada por Juliette Binoche, e que se manifesta admiradora da obra do escritor. Os dois passam o dia juntos, inicialmente trocando impressões sobre a arte e o valor da cópia, depois fingindo intimidades e confidências conjugais e, partir de uma dada altura, começamos a duvidar se eles não se conheciam antes, se os acontecimentos sobre os quais estavam a efabular, não seriam, decerto, a *realidade*. Kiarostami, numa das cenas em que Binoche questiona a fidelidade do (suposto) companheiro, afirma a sua ficção e os seus truques: o *campo* e o *contra-campo* entre os dois protagonistas, ao invés do habitual cruzar oblíquo dos planos (dispositivo já assimilado pelo espectador), apresenta-nos o *pingue-pongue* através de um olhar quase frontal para a câmara por parte dos personagens, num registo simultaneamente artificioso e ilusório. *Cópia Certificada* funciona, assim, como um regresso ao assunto de *Close-up* e, por certo, ao grande tema da magnífica obra de Kiarostami: o simulacro, um convite à imaginação e à reflexão do espectador sobre o original e a cópia, o verdadeiro e o falso.

5.1.3 Cineclube de Joane – (a caminho dos) 20 anos de programação de Cinema de Autor

O *Cineclube de Joane* iniciou a sua actividade em Setembro de 1998 na vila de Joane, mantendo-se ininterrupta e com carácter intenso ao longo destes 19 anos. Nesse período, o concelho de Vila Nova de Famalicão dispunha de apenas duas salas de cinema, uma delas situada no centro da cidade de Famalicão, explorada pela *Lusomundo*, e a outra no *Centro Cultural*

de Joane, sendo que esta apenas realizava sessões aos fins-de-semana. O auditório do *Centro Cultural de Joane*, com cerca de 200 lugares, oferecia, então, as condições técnicas (com projecção em película, 35 mm) e logísticas para a realização de sessões cineclubistas. Apesar de, a princípio, não contar com nenhum apoio institucional, o projecto surgiu, apesar de tudo, com alguma sustentação: o concelho de Vila Nova de Famalicão possuía cerca de 130 mil habitantes e Joane situa-se, em termos geográficos, num ponto nuclear do Minho, o que fez com que as sessões tivessem, desde o início, público das mais variadas proveniências, de dentro e de fora do concelho.

O protocolo celebrado com o Município de Vila Nova de Famalicão, no início de 1999, conferiu sustentabilidade ao projecto cineclubista e permitiu lançar uma das rubricas mais representativas: *Cinema Paraíso*, sessões de projecção ao ar livre, de carácter itinerante, com presença em cerca de metade das freguesias do concelho, ao longo das suas sucessivas edições.

Em 2002, o Instituto do Cinema e do Audiovisual (ICA), lançou a concurso a primeira edição da Rede de Exibição Alternativa, com o objectivo de possibilitar o incremento, por parte de cineclubes e outras entidades de objectivo análogo, de programação de obras oriundas da Europa (privilegiando o Cinema Português), de países lusófonos e ibero-americanos. Em Março de 2002, o *Cineclube de Joane* aceitou o convite do Município de Vila Nova de Famalicão para a transferência das sessões para a recentemente inaugurada Casa das Artes. Foi o início de uma relação frutífera de cerca de 15 anos com este equipamento cultural, que foi assumindo a sua relevância no quadro dos Teatros Municipais do país, sendo que esta fixação promoveu um crescimento mensurável na adesão do público, com sessões semanais, concretizando os objectivos iniciais, no que respeitam à promoção do Cinema e à formação de públicos.

As condições asseveradas acima permitiram espriar a actividade de programação do *Cineclube de Joane* através do desenvolvimento de três linhas estratégicas:

(1) Programação continua, assente em filmes produzidos (ou repostos) nos anos recentes, de *Cinema de Autor*, assegurando diversidade de propostas, de latitudes, de géneros, com especial dedicação ao documentário e ocasionalmente com debates. Destacamos as programações dedicadas a Abel Ferrara (exibição de três filmes, incluindo debate), a Jim Jarmusch – *Ao Ritmo da Margem*, ao ciclo *O Amor*, o *Centro do Mundo* – com filmes de Sokurov, Luhrmann, Rohmer, Visconti e Canijo, incluído na mostra de ficção científica, *On The Trek*, o *Programa Ballard* com exibição de filmes e um debate em volta da obra do escritor James Ballard, com a presença de Solveig Nordlund e Adolfo Luxúria Canibal, às reposições de obras de Yasujiro Ozu (ciclo *Uma Família em Tóquio*), a Ingmar Bergman (ciclo de seis filmes *A Infância* e a *Dança da Morte*), a Satyajit Ray e a Roberto Rossellini, seis filmes de cada um em novas cópias;

(2) Revisitação da história do Cinema, percorrendo o Cinema Americano Clássico, os movimentos do Cinema Europeu e os seus realizadores referência, sem esquecer os autores contemporâneos de todas as proveniências, com destaque para a rubrica *Já Não Há Cinéfilos?!*, com presença regular na programação desde 2007 e disponibilizando textos de apoio. Destacamos os ciclos dedicados a Alfred Hitchcock (a fase final em Hollywood), John Cassavetes, Charlie Chaplin (cinco obras maiores em película), Marguerite Duras (programa que incluiu filmes, documentários e a peça *La Musica* de Solveig Nordlund), (*o magnífico errático*) Orson Welles e Rainer Werner Fassbinder com seis obras de cada um, Agnès Varda (exibição de todas as curtas em parceria com o Instituto Francês), Werner Herzog (foto 5, ciclo *Até ao Fim do Mundo*, com catorze filmes, com o *Goethe Institut* e ciclo Herzog-Kisky, com todas os filmes feitos em parceria pelo realizador e pelo seu actor predilecto, em parceria com a Universidade do Minho, incluindo debate com Orlando Grossegeesse, director do BabeliUM – Centro de Línguas da Universidade do Minho, numa iniciativa integrada nas XIII Jornadas de Cultura Alemã), O Cinema de Tennessee Williams (cinco filmes no apogeu de Hollywood, adaptações do incontornável dramaturgo), Jacques Demy (ciclo *O Cineasta que Sonhava com Hollywood*, com cinco filmes, com o *Instituto Francês*), François Truffaut (série *Antoine Doinel*), e Akira Kurosawa e o seu pendor shakespeariano;

(3) Relação e Interação com o Cinema Português, com constância regular na programação, estimulando a presença de realizadores na apresentação e discussão das obras e com a realização de *masterclasses* dos autores mais relevantes do nosso cinema. Destacamos os ciclos dedicados a João César Monteiro (*Trilogia de Deus*), José Álvaro Morais (filmografia integral), Fernando Lopes (exibição de *Belarmino, Uma Abelha na Chuva e O Fio do Horizonte*), *Ciclo da Memória (35x25 de Abril) – Cartas a Uma Ditadura, Torre Bela e Natureza Morta, Paulo Rocha – Cinema Mundo* (a propósito da estreia de *Se Fosse Ladrão... Roubava* e das reposições de *Os Verdes Anos e Mudar de Vida*). Alguns dos realizadores que apresentaram e discutiram as suas obras com o nosso público: Fernando Vendrell, Graça Castanheira, António-Pedro Vasconcelos, João Pedro Rodrigues, João Botelho, Sérgio Trefaut, Marcelo Félix, Joaquim Sapinho, Edgar Pêra. E uma relevância ainda maior para as *masterclasses* apresentadas após desafio do Cineclube de Joane: Pedro Sena Nunes (*Cinema Documental* e exibição do projecto *Microcosmos*), João Canijo (*Sobre a Impossibilidade, e a Falta de Sentido, de Tentar Impor Uma Interpretação a Um Actor Enquanto Artista* e a exibição de *Mal Nascida*, foto 6), Manuel Mozos no fim de um ciclo de três filmes seus, apresentou uma perspectiva conjunta da sua obra correlacionada com a história do cinema português, com destaque para o documentário.

Uma intensa actividade que também permitiu a colaboração com inúmeras entidades para lá das institucionais – Município, ICA, Casa das Artes - do concelho e de fora dele, das quais relevamos algumas: IndieLisboa, Curtas de Vila do Conde, Cinanima, DocLisboa, Casa da Galeria, Casa do Professor de Braga, Cineclubes de Amarante, Fafe e Guimarães, Universidade do Minho,

Goethe Institut, Instituto Francês, Parlamento Europeu, Fundação Cupertino Miranda, Casa da Animação.

A relação estreita com as escolas, constituindo os professores como parceiros e protagonistas do projeto, pretendendo-se constituir propostas que, por um lado empreguem o Cinema como material didático (com ligação a disciplinas específicas) e, de modo complementar, lancem as primeiras sementes na descodificação da linguagem das imagens em movimento por parte dos alunos, deixando-lhes propostas que permitam o conhecimento da história do Cinema, do seu notório legado sociocultural, edificando uma antecâmara para se tornarem espectadores exigentes e formados, através da rubrica Cinema para as Escolas, acompanhou a nossa actividade desde o começo, ora com sessões realizadas em âmbito escolar, ora levando os alunos à sala de cinema.

Uma nota final para o cruzamento das linguagens do cinema com a música, os filmes-concerto, que vimos apresentando regularmente desde 2008 com a projecção de *Nosferatu* de Murnau, com banda sonora ao vivo pelos *Biarooz*, sendo que depois disso encomendamos outros dois filmes-concerto, apresentados em estreia na Casa das Artes: *Fausto* (foto 7), também de Murnau, pelos *La La La Ressonance*, espectáculo que realizou uma tournée pelo país e que resultou, também, num álbum de originais; *The Kid*, o filme mítico de Chaplin, com música do colectivo *Bueno.Sair*. Es a acompanhar as pantominas do vagabundo e do seu duplo.

[5] Em Junho de 2012, foi publicada uma diretiva formulada como Plano Nacional de Cinema, integrada na revisão da Lei do Cinema, e que visava promover a literacia cinematográfica, aliada às recomendações do Conselho Nacional da Educação na utilização pedagógica dos meios audiovisuais.

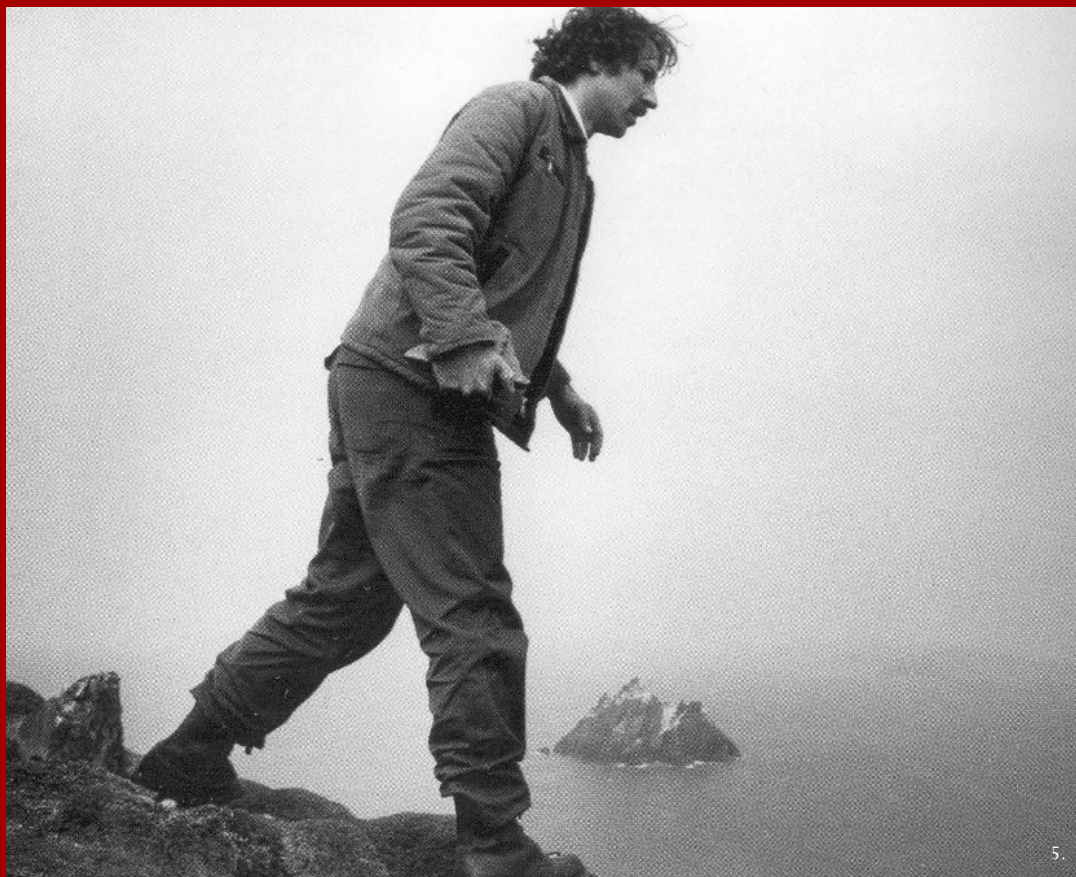
5.1.4 CLOSE-UP – Observatório de Cinema de Famalicão

O primeiro episódio do *Close-up* iniciou-se com quatro dias de programação intensa, 25 sessões de 27 a 30 de Outubro de 2016 na Casa das Artes de Famalicão, e regressando em formato de réplica, a cada dois meses, com as mesmas secções e com um trabalho reiterado junto do público escolar, com sessões para vários graus de ensino, e em articulação com o *Plano Nacional de Cinema*⁵.

5.1.4.1 Fundamentos do CLOSE-UP (ver foto 8)

Nos anos 90, cumprido o primeiro centenário da história do Cinema, o peso e a difusão dessa produção permitiu a sua entrada na idade adulta, paralelamente ao desenvolvimento da era digital. Esta herança de imagens em movimento passou a estar presente, com as citações de determinadas obras a participarem no cerne de outras, numa reciclagem fecunda, ilimitada e sem pruridos: o cinema alimenta-se de si próprio. Na sua pré-história, o Cinema começou por necessitar das outras artes – Literatura, Música, Fotografia – como fomento de criação, para evoluir para uma modernidade, que lhe permite incutir e sustentar a criação em outras artes, num vai e vem frutífero.

Close-up, que é um tipo de plano cinematográfico que aproxima a observação, mas que



5. Werner Herzog

6. Mal Nascida.

7. Fausto.

5.



6.



7.

é também um filme incontornável na história do Cinema (de Abbas Kiarostami, 1990), que serviu de epígrafe deste Observatório: na colisão entre o documentário e a ficção, entre a realidade e a ficção, emergem as potencialidades humanistas do Cinema: um homem envolve-se com uma família passando-se por um realizador, é julgado por esse delito, mas é perdoado, redimido pelo cinema de Kiarostami.

Edificou-se, então, um Observatório de Cinema, com vigência estendida ao longo de todo o ano e com uma Mostra, ponto alto e intenso da programação, que em 2016 decorreu nos últimos dias de Outubro. Procurando inovar no formato, para lá da ideia conceptual de Festival, pretende-se, tal como a designação Observatório pretende evocar, um contínuo e detalhado olhar sobre a produção do Cinema do presente, antecipando as mutações que o futuro trará, nas suas relações com as outras artes, o mundo académico e a comunidade. A história do Cinema estará no cerne da programação do Observatório, sustentada no legado da linguagem das imagens em movimento: da arqueologia das imagens fantasmáticas do virar do séc. XX, passando pela industrialização conferida pela Hollywood clássica, o aparecimento da televisão e mais tarde do vídeo, até ao universo digital e da multiplicação de ecrãs do séc. XXI.

8. Logotipo Close-Up.



8.

A Casa das Artes de Famalicão (CA) completou em Junho passado 15 anos de actividade persistente e ininterrupta; O Observatório de Cinema despontou integrado na programação da CA, procurando a prazo projectar-se como um evento-âncora, assumindo o legado da programação ecléctica, de formação de públicos e da relação com a comunidade do Teatro Municipal e do trabalho de continuidade do Cineclube de Joane, com sessões regulares na CA desde Março de 2002. Assim, procurar-se-á a construção de uma programação em permanente diálogo com a comunidade, com destaque para a população estudantil (incluindo professores e entidades gestoras da escola), propondo sessões para todos os ciclos de aprendizagem, desde o ensino básico (em articulação com o *Plano Nacional de Cinema*), passando pelos cursos de audiovisual, até ao ensino universitário.

Em todos os eventos incluídos no Observatório de Cinema, e de forma mais intensa na Mostra

anual, o *Close-Up* ambiciona ser um ponto de encontro privilegiado para realizadores, jornalistas (e críticos), programadores e académicos, sendo que todas as sessões serão comentadas e ocorrerão mesas redondas e seminários, onde se relacionará o cinema com temas humanistas, estudos literários, a sociologia e a demais artes. Invocando mais uma vez a forte influência de *Close-up* de Kiarostami, dar-se-á particular ênfase às obras que se alimentam do próprio cinema, que esticam a linguagem e diluem as fronteiras entre géneros.

As *Secções do Close-up – Observatório de Cinema de Vila Nova de Famalicão*:

1. Paisagens Temáticas – Ciclos dedicados a conteúdos humanistas, a vagas artísticas ou momentos da História, ancorados na produção das imagens em movimento sobre esses temas;
2. Histórias do Cinema – Retrospectivas e cruzamento de obras de grandes cineastas e movimentos da história do Cinema, comentadas por cineastas, críticos e investigadores do Cinema;
3. Fantasia Lusitana – Panorama dedicado a uma corrente do Cinema Português contemporâneo, retrospectiva de um realizador ou produtora;
4. Cinema Mundo – Cinematografias emergentes e documentários, uma travessia de latitudes com obras que desafiem a linguagem do Cinema;
5. Infância e Juventude – Projecção de filmes sustentados por debates com personalidades do universo artístico e académico, que cruzem o Cinema e a Educação;
6. Cinema para as Escolas – Sessões para o Público Escolar, através de uma programação estabelecida para os vários escalões etários, do ensino básico ao secundário, com um especial enfoque nas turmas de aprendizagem do ensino do audiovisual;
7. Sessões para Famílias – Projecções para o Público Infantil e Famílias, através de parcerias com várias instituições que disponibilizam obras de animação e oficinas;
8. Extrapolações
 - a) Instalações de Vídeo / Exposições de Fotografia – Imagens em movimento fora da sala de projecção, conjuntos de fotografias que estabeleçam conexões com o Cinema, concebidas para o foyer da Casa das Artes de Famalicão;
 - b) Filmes-concerto – Apresentação em estreia de bandas-sonoras de filmes do período mudo da história de Cinema.

5.1.4.2 O primeiro episódio do CLOSE-UP: Famalicão, Cidade-Cinema

Famalicão tornou-se durante quatro dias uma cidade-cinema, enunciava Carlos Natálio no site à pala de Walsh (<http://www.apaladewalsh.com>), partilhando o entusiasmo de quem programou e organizou o 1.º episódio do *Close-up – Observatório de Cinema de Famalicão*, que decorreu na Casa das Artes de 27 a 30 de Outubro.

A sessão de abertura integrou a exibição em estreia (e com produção própria) de *Cinco para*

Kiarostami, um filme para Kiarostami a abrir o festival que ele próprio inspirou, como enunciou Samuel Silva no jornal *Público* (ver 4.3); Bruno Pernadas animou através do seu quinteto uma figura fulcral da história do Cinema, Buster Keaton (em *Steamboat Bill Jr*), numa sessão em que se cruzaram o burlesco cómico com o tom jazzístico da música.

A Memória assomou como tema e mote deste 1.º episódio, permitindo cruzar secções e filmes, evitando um carácter estanque na programação. Na secção Paisagens Temáticas, com a presença de Elena Piatok, programadora da *Judaica - Mostra de Cinema e Cultura*, e a exibição de quatro filmes, com *O Filho de Saul* no centro e sob a influência do monumento *Shoah* de Claude Lanzmann (com exibição aprazada para a terceira réplica deste episódio), debatemos a Noite e Nevoeiro de 70 anos de imagens produzidas pelo Holocausto; Retiramos peso às Histórias do Cinema com a combinação de filmes dos cineastas japoneses Yasujiro Ozu e Isao Takahata, em sessões comentadas por personalidades distintas, ora mais próximos da programação de cinema (Luís Mendonça e David Pinho Barros), ora da Sociologia (Manuel Sarmiento), mas também das questões ambientais e da ecologia (com Manuela Araújo e João Paulo Soares), em sessões que chegaram a públicos diversos, incluindo famílias, através das animações dos Studio Ghibli.

A produção portuguesa, na secção Fantasia Lusitana, ocupou um lugar privilegiado, com a presença de um painel de realizadores (André Príncipe, Luciana Fina, Margarida Leitão) e um dos grandes produtores do Cinema Europeu – Luis Urbano - que tem imposto a marca da produtora *O Som e a Fúria*, e que nos mostraram um outro país combinado com histórias íntimas, simultaneamente pessoais e universais. Em paralelo, e a ocupar uma grande fatia do quarto dia, uma ligação fulcral entre várias peças do nosso cinema – João Bénard da Costa (olhado por Manuel Mozos, com a presença do realizador) – Manoel de Oliveira (com a exibição de *Visita ou Memórias e Confissões* (foto 9), filme que Oliveira produziu sobre a sua casa, sobre a sua intimidade, com a condição de ser mostrado após a sua morte) e João Botelho a estabelecer uma ligação do seu cinema com a figura tutelar de Oliveira.

Houve espaço para descoberta de novos realizadores e novas filmografias, com o ciclo dedicado ao pernambucano Gabriel Mascaro (com alguns filmes em estreia nacional), com a introdução de Vasco Câmara (editor do suplemento *Ipsilon* do Jornal *Público*), filmes que interessam à essência deste Observatório de Cinema, com a procura de evidenciar outros mundos, com o uso renovado da linguagem do cinema, esbatendo documentário e ficção.

No alicerce deste Observatório de Cinema, concretizamos sessões para escolas de todos os escalões etários, em articulação com o *Plano Nacional de Cinema*, e onde destacamos a exibição do filme *Gesto*, concebido no *Centro de Educação e Desenvolvimento Jacob Rodrigues Pereira*, vocacionado para a integração de alunos surdos, e que teve a presença de turmas do Colégio



9. Visita ou Memórias e Confissões.
10. Cinco para Kiarostami.



Paulo VI (Gondomar), do Agrupamento de Escolas D. Afonso Henriques (Vila das Aves), além de uma turma de ensino especial da freguesia da Lagoa, que com António Coelho, protagonista do filme, dialogaram entusiasticamente à volta do filme, da sua temática e do presente do protagonista que, tal como o filme apontava, estuda por estes dias Cinema.

Tal como o Close-up do título indica, procuramos mostrar e discutir o cinema detalhando-o, desafiando o espectador para a discussão nas sessões comentadas e, de forma satisfatória, poderemos dizer que o Observatório de Cinema começou a encontrar o seu público, com uma notória adesão às sessões (incluindo as simultâneas), com a contribuição do entusiasmo evidenciado pela imprensa nacional e especializada por esta forma de programar cinema para lá da realidade dos festivais existentes e dando corpo à divulgação que realizamos junto de várias estratos do público, como estudantes e associados de cineclubes, por exemplo.

5.1.4.3 Produção de Cinco para Kiarostami (*)

Usando como influência o cinema de Abbas Kiarostami, cuja obra influenciou toda uma geração e ajudou a diminuir a ponte entre o cinema de autor e o espectador, delineamos a produção de um pequeno filme que corporizasse o legado deixado pelo cineasta no nosso meio.

Partimos de um anúncio com o fito de descobrir diferentes personagens, perfeitos anónimos da nossa sociedade, que foram diretamente influenciados, na sua vida, pelo cinema de Abbas. A partir deste ponto sondamos o mundo pessoal de cada um destes indivíduos e procuramos perceber como é que a realidade que se vive no cinema do iraniano influenciou as suas vidas e a sua maneira de encarar o mundo, neste canto da Europa. Acima de tudo queremos demonstrar o quão internacional é a sua linguagem, com temas poderosos e transversais a diferentes culturas e latitudes. Para tal partimos à descoberta do quotidiano de cada uma destas pessoas, o lugar onde vivem, as suas famílias e as suas rotinas e tentar capturar as mesmas ao estilo do realizador, com um olhar cuidado sobre aquilo que nos rodeia. Misturando assim ficção com documentário e brincando com a linha ténue entre a realidade e o que é fabricado, ao bom estilo da obra *Close-up*, projectamos perceber os pontos comuns entre a realidade iraniana que ele filmou e a vida dos portugueses que a rodagem encontrou.

A curta-metragem, de 25 minutos, evidencia um paralelismo com o projeto *Five (Dedicated to Ozu)* (Kiarostami, 2003), ao materializar um conjunto de planos, concretizados através de um diálogo entre a equipa de realização e as cinco pessoas selecionadas, que ambicionam transmitir o mesmo sentimento daquele, ao aplicar ao mundano o seu lado artístico e usando como ponto de partida a realidade dos personagens escolhidos para partilhar as suas histórias.

Cinco para Kiarostami (foto 10), filme encomenda, materializa uma homenagem deste Observatório de Cinema, edificado sob a influência do cineasta iraniano falecido recentemente,

como se constata pela sua designação, tomada de empréstimo do seu filme de 1990, *Close-up*, uma galeria que se abriu sobre o cinema contemporâneo.

(*) Uma Produção da *Casa das Artes* e do *Cineclube de Joane* para o *Close-up – Observatório de Cinema de Vila Nova de Famalicão*.

Um filme de Mário Macedo e Vitor Ribeiro. Com a participação de João Catalão, Cristiana Rocha e David Oliveira, Francisco Noronha, Nuno Miranda Ribeiro e Milene Vale.

5.1.5 Conclusão

A lente *close-up* de Abbas Kiarostami permitiu um juízo da arte para observar um outro Sabzian, que não o burlão que a notícia retratara: um individuo que, apesar da precária situação social, era capaz de fantasiar, de criar, ser outro, algo em que o cineasta iraniano se reconheceu. Um Cinema que acredita no carácter reflexivo do espectador, na sua disponibilidade para participar da construção das obras. O Observatório de Cinema de Famalicão, protegido pela influência do cinema de Kiarostami, procurará cruzar, através de panoramas das várias secções, objectos desafiantes ao nível da linguagem e que explorem temas humanistas, ambicionando ir para lá do mero consumo de imagens em movimento, para trazer o espectador para o detalhe das obras projectadas, como um plano *close-up*, para encontrar o âmago nas propostas, para apreciar a sofisticação da linguagem cinematográfica, preferencialmente com sessões comentadas. Brotado de opções estratégicas, o CLOSE-UP delineará escolhas de programação que ambicionam chegar a vários estratos de público, usando como respaldo o trabalho contínuo, de *dar a ver*, adquirido pelo património de programação em sala de centenas de sessões do Cineclube de Joane, articulado com a programação eclética e persistente da Casa das Artes de Famalicão, e os seus públicos, um Teatro Municipal de referência e de práticas consolidadas, que se prepara para completar 16 anos.

5.1.6 Bibliografia (fontes)

Abbas Kiarostami - Sight and Sound (entrevista, Fevereiro de 1997)

Abbas Kiarostami - Les Inrockuptibles (entrevista, Novembro de 1999)

The Cinematic Muthos, Vitor Moura

Visible Traces: Documentary and the Contents of Photographs, Gregory Currie

Abbas Kiarostami – Entrevista, Torino 2003 (Edição Cinemateca Portuguesa, 2004)

Nota

O capítulo 5.1.2, dedicado a Abbas Kiarostami, fez parte de um dos trabalhos formulados ao longo do Mestrado em “Mediação Cultural e Literária, Área de Especialização em Estudos de Cinema e Literatura”, no Instituto de Letras e Ciências Humanas da Universidade do Minho (2011-2013).

5.2



Rua Manuel Pinto de Sousa

5.2 Casa das Artes | Cultura, Arte e Cosmopolitismo

5.2.1 Preâmbulo

Este ano, a Casa das Artes comemora 16 anos (2001-2017), de existência, atividade e serviço à sua comunidade, à formação de públicos e da promoção das artes em geral e, eu, 11 anos (2006 -2017), enquanto diretor e programador deste verdadeiro, teatro municipal, plural, eclético e multidisciplinar nas suas criações, na qualidade das suas propostas, ações artísticas e culturais. Obviamente, não me vou alargar em justificações ou explicações sobre o que acabei de escrever. Ficará para quem quiser perguntar ou discutir o que deve e não deve ser um teatro municipal, ou qual será a sua verdadeira missão. Os responsáveis por tudo isto são, em primeiro lugar, os senhores Presidentes de Câmara, três desde a sua construção/ inauguração - Dr. Agostinho Fernandes, Arq. Armino Costa, Dr. Paulo Cunha, porque sem eles, a sua vontade e conhecimento, a sua mundividência, não existia este edifício (Casa das Artes), nem a sua operacionalização, recursos económicos, financeiros, técnicos e colaboradores. Colaboradores, pessoas verdadeiramente disponíveis, muitas vezes sete dias na semana, sem os clássicos e tão defendidos horários, naturalmente justos, colocando para segundo plano os seus necessários tempos livres, a atenção às suas famílias, a gestão das suas vidas e dos seus interesses e até obrigações. Mas, o que distingue a Casa das Artes dos outros espaços culturais é a sua sistemática e permanente programação, que é sua, não é partilhada com agentes ou promotores externos. É assumida e coerente com a sua matriz programática, definida pelo Município da Vila Nova de Famalicão, com bases na sua e para a sua comunidade. Muitas vezes fora de portas, em diversos locais do seu território concelhio, no diálogo quase paradoxal de propostas artísticas experimentais, com uma enorme tendência para conhecer outras linguagens mais alternativas, mais focadas em públicos com interesses diversificados, dirigidos a áreas de expressão contemporâneas, que refletem a atualidade da nossa modernidade, e em simultâneo, um conjunto de propostas de espetáculos mais diretos, mais próximos das realidades mediáticas do Público. Por último, cumprido o seu papel de espaço público, a Casa das Artes apresenta e divulga as diversas artes da cultura erudita, de qualidade e com artistas e instituições de reconhecido valor, sejam elas de formação ou profissionais, bem implantadas e com créditos artísticos, que o trabalho e os anos lhes conferem. Mas, o tempo, as notícias, os agentes, as pessoas do setor cultural e artísticos, artistas, o interesse das pessoas da nossa região, do norte, de todo Portugal, revelam um conhecimento, uma procura, uma realidade, que nos permite afirmar que Vila Nova de Famalicão tem um Espaço Cultural de referencia nacional, de passagem obrigatória para os projetos de referência e de interesse nacional, e só por manifesta falta de visão, espírito pequeno e mesquinho, de ignorância ou de um saloio mito urbano e muito pouco cosmopolita, poderá deturpar a objetividade da realidade consolidada e constatada ao longo destes anos. Percebo que os caminhos nem sempre se cruzam, bem como as ideias, perspetivas ou mesmo como operacionalizar os anseios e legítimas ambições pessoais e relacionais. Como em todos os processos de crescimento,

1. FALTA

2. A Bela Adormecida.



existem as dores intrínsecas desse decurso saudável e estrategicamente ansiado. Percebo que em determinados momentos, a forma se sobreponha à substância, que a aparência e os bons relacionamentos deturpem o genuíno valor do mérito, da importância das ações, dos resultados objetivamente conseguidos. Mas o valor do nosso trabalho e da nossa marca assenta numa demonstração de resultados auditados pela crítica mais desprendida e especialista, aquela que está connosco, está presente, conhece e acompanha a nossa caminhada.

5.2.2 Conceito e públicos da Casa das Artes

A Casa das Artes de Vila Nova de Famalicão, Teatro Municipal, foi inaugurada pelo Ministro da Cultura, José Sampaio, no dia 1 de Junho do ano de 2001. Faz parte da Rede Nacional de Teatros e Cineteatros e teve a comparticipação, a 63%, do Programa Operacional do Norte QCA II – Quadro Comunitário de Apoio “ProNorte”, para a construção, e Programa Operacional Norte ONI, para equipamento cénico. O custo total do teatro foi de 7.500.000 euros.

O edifício é obra do arquiteto Pedro Ramalho. Nas paredes, foyer, elementos de cor que evocam ondulantes fitas festivas, são do artista plástico Ângelo de Sousa.

A Casa das Artes de Vila Nova de Famalicão é composta por diferentes espaços: Grande Auditório; Pequeno Auditório; Café-concerto; Sala de ensaios; Foyer e bar.

Desde 2006, a filosofia seguida na sua programação tem três vértices fundamentais:

1º Vértice - *DA Comunidade/PARA a Comunidade* – sob o título CASA das ARTES e envolvente: propõe-se desenvolver trabalho de Serviço Educativo (workshops, ateliers, visitas guiadas e programação infantil), parcerias de espaços, parcerias artísticas e co-produções.

2º Vértice - *Erudição é desenvolvimento*: é uma linha de programação que valoriza e propõe projetos no âmbito da cultura erudita. Desenvolve a criação e apresentação de projetos artísticos eruditos, nas áreas do cinema, da dança, música, teatro, artes plásticas e performativas.

3º Vértice - *O encontro dos extremos*: configura uma terceira linha programática que projeta a Casa das Artes como espaço plural e eclético. Propõe a apresentação de projetos artísticos de grande público e, em simultâneo, numa relação quase paradoxal, de projetos artísticos alternativos e experimentais para públicos com interesses diversificados e mais focalizados.

No ano de 2006, a Casa das Artes realizou 417 eventos/espetáculos, 809 sessões, num total de quase 90 mil espectadores.

Foi realizado um inquérito, aos públicos presentes, nos meses de março e maio de 2012,

em 8 espetáculos. Era nosso intuito questionar e recolher elementos sobre três grandes domínios: I - Conhecimento do equipamento cultural em causa e sua programação; II - Hábitos culturais, de lazer e práticas de expressão artística; III – Caracterização do perfil do espectador.

Foram impressos e distribuídos 600 inquéritos, recolhidos 540 e considerados válidos 506. Assim, o perfil tipo do espectador da Casa das Artes é de sexo feminino, tem entre 30 e 39 anos, (apesar dos valores da faixa etária entre os 40 e 49 anos estarem muito próximos), é casada e com filhos. O nível de escolaridade é a licenciatura, empregada e trabalha por conta de outrem, desenvolvendo a sua atividade profissional nas áreas de especialidade das atividades intelectuais e científicas.

Os inquiridos da CAVNF provêm de 24 concelhos, maioritariamente, do litoral norte, sendo o concelho de Vila Nova de Famalicão o mais representado (52%) e a soma dos restantes representa 48%. A deslocação dos públicos ao espaço cultural é feita com alguma frequência, o que significa fidelização dos públicos ao teatro. O meio de transporte usado, na quase totalidade da amostra, é o carro. Os públicos tomaram conhecimento do espetáculo através, em primeiro lugar, da *agenda/newsletter*, embora as percentagens dos *amigos ou colegas* estejam muito próximas da *agenda/newsletter*. A maioria dos espectadores veio ao espetáculo com o marido ou esposa/namorado(a). Um aspeto relevante observado nos públicos estudados é sua familiaridade e conhecimento sobre o espetáculo e os seus protagonistas, revelando uma atenção especial ao universo cultural. Este aspeto é reflexo da capacidade crítica desenvolvida, por parte do espectador, e que é aplicada na avaliação genérica dos vários aspetos que compõem o espetáculo – o desempenho artístico, a qualidade da obra, a perceção cenográfica e de encenação, o está a acontecer em cena, o conforto e a facilidade de ouvir o som no nível e expectativa criada e que foi considerada, pelos inquiridos, como muito positiva.

Confirmou-se domínio das práticas domésticas, em geral, com particular destaque, para a televisão, rádios e acesso à Internet e redes sociais, mas onde a leitura de jornais tem um papel importante, muito em consonância com o perfil tipo dos espaços culturais, muito escolarizado e com características urbanas. Observa-se um alto nível de atividade e modos de lazer, onde o ir a um *café/esplanada, ao centro da cidade, casa de familiares, jantar fora, parques e jardins e casa dos amigos*, afirmam-se como as práticas de sociabilização por excelência. Relativamente às práticas culturais os públicos da Casa das Artes indicaram a ida a um museu de arte, no último ano, foi a resposta mais frequente. Em termos gerais, a frequência de práticas culturais não atingiu os altos valores das práticas de sociabilização, mesmo assim os resultados obtidos estiveram acima expectativas. Um dado, que também ficou acima do esperado, foi o conhecimento generalizado dos públicos, de outros espaços culturais das cidades de Vila Nova de Famalicão. No entanto, estes bons indicadores revelados tanto ao nível das práticas de sociabilização como das práticas culturais, foi fortemente contrariado pelos baixos níveis de práticas, atividades

de expressão artística dos públicos inquiridos. Mesmo assim, é o género artístico música revelou mais participantes.

Globalmente, as atividades de sociabilização estão interiorizadas e são frequentes, enquanto as atividades culturais e artísticas se encontram num processo de crescimento.

Foram elementos marcantes no estudo, o alto nível de escolaridade dos públicos e as profissões de atividade intelectual e científica. Estas características, aliadas à satisfação de novas necessidades de autonomia, relativamente à vida dos indivíduos, cada vez mais exigente do ponto de vista profissional e familiar, da pressão dos consumos mediatos de uma realidade mais anglo-saxónica e marcadamente urbana, muito fomentada pela televisão e *média* em geral, permite pensar, que existe, da parte dos públicos, uma maior disponibilidade e normalização do consumo e prática cultural. O estudo foi realizado por mim, como consequência de um trabalho científico, e acompanhado e certificado pela Universidade Católica - Porto e pelo ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa.

Para além do papel mais tradicional associado aos teatros, espaços culturais por excelência, os estudos de públicos são elementos fundamentais (a realizar periodicamente), para consolidar uma estratégia de captação e fixação de público no teatro. Torna-se cada vez mais importante refletir sobre as competências que os teatros podem desenvolver face aos novos desafios de uma sociedade mais especializada, mas com uma grande assimetria económica e de acesso aos bens culturais.

5.2.3 Os Caminhos da sensibilidade e da inteligência

A história do mundo e do pensamento mostra-nos, que a forma como determinadas pessoas observaram, refletiram, posicionaram, abordaram e se relacionaram com o seu tempo - as tradições, as diferenças sociais, económicas, militares, políticas, religiosas, o belo, a Arte e a filosofia, passaram a difícil barreira das sombras da realidade, permitindo um novo olhar sobre a dogmática verdade absoluta de cada momento ou contexto histórico. Segundo Charles Baudelaire “o belo é feito de um elemento eterno, invariável, cuja quantidade é excessivamente difícil de determinar, e de um elemento relativo, circunstancial, que será, como queiram, uma após a outra ou todas em conjunto, a época, a moda, a moral, a paixão”,

A alegoria da caverna de Platão é uma metáfora clara da consequência da escolha, da pureza, da bondade e partilha do conhecimento, mas também da relação, sempre difícil, entre seres que vivem na mesma caverna, o mundo onde habitam os homens, onde a relação destes com os sentidos e a razão depende das oportunidades de acesso à educação e Cultura, da curiosidade motivada, da descoberta, da liberdade não limitada. O conhecimento que nos chega através dos sentidos (olfato, visão, tato, audição), relação direta da nossa capacidade percetiva, dá-nos

a possibilidade de captar o mundo sensível. Um outro mundo que o conhecimento nos abre, é o inteligível. Através das ideias, que generosamente devolvemos aos nossos pares, como uma herança recebida e que devemos devolver valorizada ao mundo sensível, para que a luz chegue intensa e uniforme a todos os que, sem terem escolha ou mesmo consciência do que são, onde habitam e o que significam, a recebam, sem condições, custos ou garantias especiais. O mundo pode ser escuro como uma caverna, a sobrevivência pode ser mantida com os sentidos, sempre alerta, à espera... , mas a luz vislumbra um horizonte, impele o avanço no absoluto desconhecido, apanha a sombra disforme e irreal.

Dois grandes filósofos gregos Platão e Aristóteles, sendo o segundo discípulo do primeiro, amigos, travaram uma batalha de pensamentos para desvendar, justamente, a origem da conceção da ideia de mundo inteligível e/ou sensível. Enquanto um propunha a razão como instrumento para se alcançar a realidade (Platão), o outro denominava os sentidos como meios para experimentá-la (Aristóteles).

Existe uma *passagem*, muitas vezes contada, que é particularmente elucidativa e clarividente, da presença dos dois mundos atrás mencionados, que relata um momento onde Winston Churchill - em plena crise e grande tensão no auge da 2ª Guerra Mundial, quando a Inglaterra canalizava todos os recursos financeiros para o esforço de guerra, após ser confrontado por um General com a necessidade de cortes da cultura, lhe respondeu – *então, para que estamos a lutar?*

De facto, esta resposta, diria óbvia, em jeito de pergunta, contém a sensibilidade e a inteligência de uma visão holística sobre a razão da nossa ação, o núcleo sobre o qual existimos, que defendemos e nos batemos.

Estes dois mundos estão presentes na ambição, filosofia e ação do nosso trabalho da Casa das Artes de Vila Nova de Famalicão. Existe interesse e movimento de pessoas, criação de entidades, associações, cujo objetivo é o envolvimento e promoção de atividades que vão além do entretenimento e ocupação do tempo de lazer, nomeadamente na dança, teatro, música, artes plásticas, ou seja, de incentivo às práticas culturais e artísticas.

5.2.4 Descentralização cultural e inclusão social

A inclusão social, a responsabilidade social e a descentralização cultural, acompanhada por um sistema educativo ambicioso e disciplinado, é hoje, um único caminho. Não é possível separar as várias partes de um todo comum, de um ser físico e consciente, de um corpo composto por cidadãos, que partilham um território, uma organização social, um ideal comum de expectativa equitativa e diferenciadora das oportunidades, obrigações e direitos, à luz de uma lei magna que nos rege e salvaguarda, mas também nos responsabiliza.

3. A Sauna.
4. Ana Moura.
5. A Vida de Galileu.
6. Antes que Matem os Elefantes.



Existe, penso que ainda... , na pedagogia do século XXI, um grande objetivo, de mais do que *saber fazer*, é o *saber ser*. Isto pressupõe, maturidade e um sentido empático desenvolvido, a par de uma consciência individual que compreenda que é parte de um todo, não é o todo. Esta aparente e óbvia análise, no mundo real das relações nos diferentes níveis e intensidades, raramente existe. Talvez nas expressões verbais do dia-a-dia, nos diálogos mais ou menos pensados e refletidos, mas não nas estruturas mentais inconscientes do nosso ser e agir. Porque será que temos que ver a desgraça para acreditamos que existe e que nos rodeia, porque precisamos de estímulos exteriores de ordem moral e ético e incentivos fiscais ou outros de qualidade material, ou de simples reconhecimento mesquinho dos nossos pares, da sociedade ao qual pertencemos...

Segundo Patrícia Ashley, na tradição de Howard Bowen, responsabilidade social pode ser definida “*como o compromisso que uma organização deve ter para com a sociedade, expresso por meio de atos e atitudes que a afetem positivamente, ou a alguma comunidade, agindo pró-ativamente e coerentemente no que toca ao seu papel específico na sociedade e sua prestação de contas para com ela*”, assumindo assim, além das obrigações legais, obrigações morais. Interessante porque, muitas vezes, o termo é aplicado para resgatar a solidariedade e a cidadania, como forma de procurar a humanização do capitalismo pragmático e pouco emocional. Nas últimas décadas, este conceito tem sido revestido de valores morais e cívicos, associado a modelos e termos antigos como: voluntariado e filantropia. Devemos assinalar também que o voluntariado pode provocar a exclusão social e o desemprego, uma vez que os agentes económicos, sociais e institucionais não têm responsabilidade social, ou fazem uma leitura pouco equitativa do famoso *bem comum*. A ironia nem sempre é um bom instrumento para a credibilidade de um pensamento, mas é um mecanismo útil para abordar os diferentes ângulos e perspectivas de raciocínio ou de um pensamento.

A cultura é o grande complemento da educação, e do seu processo de desenvolver competências, metodologias e instrumentos para realização de uma actividade/ofício para a vida, pela vida de cada indivíduo. As experiências, os processos, os produtos são a aplicação de um capital simbólico acumulado e que é traduzido em bens materiais concretos e tangíveis e bens imateriais, assumidos como externalidades positivas que acrescentam valor à saúde e bem-estar dos cidadãos. O fomento da cultura e da descentralização cultural, nas suas transversais linguagens, mesmo aquelas que não fazem sentido para nós hoje, são um estímulo aos nossos sentidos, à nossa observação do que nos rodeia, provocando, mesmo que inconscientemente, novas experiências, logo uma reinterpretação da nossa realidade e da sua percepção.

A missão da Casa das Artes, como entidade de mediação cultural e artística, não é de imposição estética ou conceptual, será de potenciar a formação de públicos e a sua participação

e envolvimento com os outros e a sua comunidade. Naturalmente, através da sua ação e oferta cultural abrir a todos a possibilidade de sair de um círculo, aparentemente, condenatório, provocado pela sua condição social ou pelo meio onde se insere. Ninguém deve pensar ou sentir que foi condenado a uma realidade que não escolheu. Mas, nem sempre esta vontade de mudança é fácil ou linear. A vontade, o querer, a realização pessoal, requer a consciência, muitas vezes com algum distanciamento, das nossas melhores qualidades e das nossas fraquezas. A cultura ultrapassa a realidade circunscrita, a descentralização cultural potencia o acesso a bens culturais, provocando melhor conhecimento do mundo que nos rodeia e como podemos retirar melhor bem-estar e interação com ele.

A Casa das Artes tem uma linha programática dirigida para a sua comunidade. Apresenta um conjunto de propostas e de envolvimento culturais e artísticas com pessoas e instituições, no sentido de encurtar cada vez mais, a distância entre a suposta formalidade da arte e vida diária das pessoas. Apresentamos espetáculos, workshops, desenvolvemos parcerias e co-produções com personalidade e entidades familiares, com as nossas instituições culturais e artísticas locais. Este é o nosso contributo, também, para a inclusão social, o do esbater de dificuldades e de interação entre blocos de organização e estratificação social, uma vez que, quanto mais próximo estivermos da nossa comunidade, mais potenciamos a sua relação com a cultura e os bens culturais, provocando uma comunidade mais esclarecida e mais preparada para os desafios pessoais e coletivos. Provocar o pensamento livre e consciente de cada decisão é dar passos concretos de integração e inclusão social.

Os serviços educativos dos espaços culturais, dos teatros, têm uma missão fundamental no sucesso futuro, não só na formação de novos públicos na instituição onde desenvolvem a sua minuciosa e planificada atividade, mas também a dosagem de urbanidade e cosmopolitismo para a sua comunidade/ território de influência. Não é uma nova perspectiva, simplesmente sublinha a sua função, não só nos públicos mais jovens, mas também nos públicos ávidos de dinamismo, movimento e ocupação, como são os públicos menos jovens. Ou seja, a eventual inovação será o óbvio confronto com a prática artística e a sua sensibilização faseada para as áreas artísticas, como o teatro, música dança... o pensamento, e o investimento que é destinado para a tal urbanidade e cosmopolitismo. Isto, se existir algum interesse profundo de desenvolvimento da comunidade e não como simples complemento ou ocupação de tempos livres.

Na construção deste processo, concretamente para os públicos mais jovens, deverá existir uma atenção muito especial sobre o nosso papel, que papel a desempenhar no prolongamento / complemento do processo educativo convencional e oficial

e o desenvolvimento e formação da personalidade, com sensibilidade para as práticas culturais e artísticas. Ou seja, a mediação cultural e artística do programador é aquela que se distancia do seu conforto de conhecimento, mas nunca descarta o seu desenvolvimento e aprofundamento, procura construir canais de comunicação e não de tradução, estar entre os indivíduos e não acima deles.

O nosso papel enquanto programador cultural e artístico é o de procurar promover a mudança de paradigma de uma metodologia de serviço educativo de saber fazer, desenvolvendo um caminho, ir ao encontro do saber ser. Ir ao encontro, para a Casa das Artes, concretiza-se na definição de linhas programáticas, que proporcionem aos utentes do nosso serviço educativo contextos e meios para satisfazer a necessidade de exploração e integração no mundo sonoro, de expressão e criação.

Como exemplo concreto das ideias expostas, programamos e partilhamos, em vários locais dentro e fora da Casa das Artes, as sessões do “Peça a Peça” do OPUSTUTTI. PaPI (Peça a Peça Itinerante) é um conjunto de pequenas peças músico-teatrais concebidas em residências artísticas multidisciplinares e intergeracionais realizadas na Fundação Calouste Gulbenkian no âmbito do projecto Opus Tutti da Companhia de Música Teatral e do Laboratório de Música e Comunicação na Infância do Centro de Estudos de Sociologia e Estética Musical da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e apoiado pela Fundação Calouste Gulbenkian.

Esta parceria, por um lado, é uma ferramenta de contacto dos públicos infantis com práticas artísticas, que permite o desenvolvimento de aspectos sensoriais, motores, emocionais, afectivos, intelectuais, cognitivos e, por outro lado, promove uma forte dinâmica de desconstrução da percepção tradicional do espaço cultural, do teatro, normalmente um sítio formal, escuro, pouco flexível e, correntemente, distante dos agentes e da sua comunidade. PAPIs, nomeadamente, o OPUS (I, II, VI E VII), foram programados para a totalidade das freguesias do concelho de Vila Nova de Famalicão e na Casa das Artes, num total de mais 250 sessões, contribuíram para fortalecer a relação de proximidade entre o Teatro (Casa das Artes), as instituições de ensino do primeiro ciclo, comunidades e os públicos infantis.

Os PaPIs resultam de um cuidadoso processo de estudo e reflexão visando a criação de boas práticas de carácter artístico dirigidas à primeira infância. São peças apresentadas por artistas versáteis, especificamente formados para desenvolver a sua ação artística – baseada em música, dança e teatro – a partir de um contacto humano de grande genuinidade, alicerçado na ideia de que arte e ludicidade partilham territórios comuns.

5.2.5 As ARTES e a (Des)Ordem do Espaço Público

Nos dias que correm, a sensação que permanece e que nos é percebida, sem grande análise, é de uma crescente deriva civilizacional, dominada pela presença constante de respostas e soluções, mediaticamente percebidas e rapidamente balizadas e compreendidas pela chamada opinião pública. As redes sociais e, de forma geral, as de comunicação, disseminam e ajuízam, recentram o enfoque das ações e acontecimentos, como se de um filtro se tratasse, purificando os fatos importantes, das preocupações, das consumições, dos caminhos relevantes de cada, de todos nós. A padronização da forma de comunicar, das ignorâncias, e das futilidades alegremente aceites e disseminadas, capta atenção, com o objetivo de, rapidamente, se tornar interessante para o ouvinte, espetador, o leitor. Naturalmente, este ser frágil, que precisa de cuidados e de tradução, ávido de avarias, animação, ocupação, estará mais desperto para reação óbvia, consumo e defesa do seu glorificado ídolo, seja lá quem for. As necessidades de regulação entre pares, respeito pelas opiniões, formas de estar e de pensar do outro, a defesa de uma educação em que persiste a promoção das bases circulares de pensamento, muito padronizadas, de pouca exigência na diversificação das experiências emocionais, cognitivas, sensoriais. Esta prática facilita a radicalização das condutas de comportamento, perante as dificuldades do dia-a-dia e da organização social. O sistema educativo e os seus agentes querem resultados rápidos, de preferência harmonizados para rápida leitura e, objetivamente ser comparados, estabelecendo uma linha de sucesso ou insucesso, naquilo que acham aceitável para um futuro da empregabilidade, especialização, conforto e bem-estar de uma sociedade, com níveis de competitividade modernos e desejáveis, de serviço eficaz e de elevada qualidade. É importante, no âmbito da formação integral dos indivíduos, no seu processo de construção da sua personalidade e caráter e, naturalmente, no desafio consigo e com o outro, que o sistema educativo e os seus agentes trabalhem com as artes, estejam abertos a sair do seu pequeno mundo de resultados e certificação e avaliação de conteúdos, de cumprir os currículos. Propõe-se um trabalho entre as escolas e a cultura/ARTES em conjunto, nunca as Artes **para** a escola, ao seu serviço, mas uma escola **com** as Artes. Talvez uma proposta demasiado radical, podem dizer alguns, mas as Artes do tempo serão sempre a dimensão de cada tempo.

Como é reconhecido, as Artes do tempo, os géneros artísticos, a criação e atividade artística e cultural, potencia, é geradora de Cosmopolitismo ativo e tem a capacidade de o atualizar, de o manter vivo com energia. Segue tendências, mas também as inventa, reinventa. A cultura, as Artes são um *por maior* na nossa ambição de querer ser cosmopolitas. Uma ambição mais que legítima, mais ainda, depois de um esforço enorme que Portugal tem feito. Como num ensaio para preparar uma festa, um evento social, uma comemoração, numa discursão para definição de estratégias, para algo que queremos e achamos importante, com avanços e recuos, com testes para validar e certificar a eficácia do nosso objetivo, as Artes do seu tempo necessitam de espaço e tempo para se desenvolverem.



7.



8.



9.



10.



11.



12.

7. Dead Combo.
8. Juntos.
9. Bem-Vindo Estranho.
10. Lastro.
11. Meu Deus.
12. Lago dos Cisnes.
13. Opus.



13.

- 14. Plaza Suite.
- 15. Opus, Gondifelos.
- 16. Tribos.



Recorrendo ao texto de apresentação da conferência Financiamento da Cultura no Portugal 2020, que passo a citar -” *Não se prevendo no atual quadro comunitário a existência de financiamentos específicos direcionados para o Setor Cultural, a avaliação dos projetos culturais dependerá em muito da forma como estes se possam traduzir nos impactos ao nível do emprego, na educação, na inclusão social e no turismo, na especialização, na escala, nas redes, entre outros*”. Não está previsto apoio de financiamento de fundos comunitários para a promoção e criação cultural e artística diretamente, mas as várias dimensões da cultura como meio, como instrumento para dinamizar e promover outros setores económicos e sociais. No entanto, *O Norte 2020 Estratégia Regional de Especialização Inteligente* fala-nos de Capital Simbólico. O Conceito de **Capital Simbólico**, termo criado por Pierre Bourdieu, Sociólogo francês (1930-2002), para designar certas diferenças de poder existentes na sociedade, com as quais algumas pessoas ou instituições podem persuadir os demais das suas ideias. Esta capacidade, que é acumulada desde o nascimento de indivíduo, diz respeito ao conhecimento, prestígio ou reconhecimento de que gozam pessoas e instituições que tornam suas mensagens e discursos mais eficazes e convincentes. O capital simbólico atribui autoridade aos que a possuem e, o seu conceito visava unificar as ideias de capital financeiro, capital cultural e capital social. O detentor do capital simbólico é que constituiria a verdadeira classe dominante, porque detém o poder social que é produzido de forma interativa. Este conceito integra os conceitos de classe económica, classe política e classe cultural.

É necessário redirecionar todas as nossas energias, para centrar a cultura na agenda mediática e prioritária das estratégias políticas de desenvolvimento sustentado e verdadeiramente duradouro, ao nível nacional e europeu. Cultura como Commodity / matéria-prima, área fundamental de estrutura e desenvolvimento individual e coletivo, diferenciador e potenciador de fluxos transnacionais de bens e pessoas, ideias e tecnologias e as transformações das culturas nacionais/locais. Como nos refere José Gil, filósofo, numa entrevista ao Jornal Público de algum tempo... *“Na formação da inteligência múltipla, múltipla nas suas expressões, há uma inteligência que só a arte nos dá e que é fundamental (...) Numa cidade inteligente, a arte existe e o discurso artístico atravessa esse espaço independentemente dos interlocutores, atinge as pessoas, incluindo as que não pensam nisso (...) É uma coisa conflagradora como é que em Portugal as pessoas pensam sempre sozinhas”*. Segundo o filósofo, resulta da *“não pertinência da arte para a nossa vida”*. Com isto perde-se além da *“inteligência que passa no discurso e no comportamento público”*, uma inteligência que *“só a arte nos dá e que é fundamental”* transformada em cultura artística.

Neste tempo sem tempo, colocar o **silêncio** na agenda da decisão política, na chamada ordem do dia mediática do nosso quotidiano é, no mínimo, sensato. Na música, o silêncio é tão importante como o som, o silêncio produz pensamento que se concretiza na criação, que potência a nossa evolução. Ainda com José Gil, em Portugal, domina o “prazer imediato”, o dos *“pequenos gozadores”* sem espiritualidade. A perda *“do silêncio”* equivale ao fim *“da riqueza*

riqueza de percepção”, à “transformação do objeto artístico em objeto cultural”.

Daniel Innerarity (2010) no seu livro *O Novo Espaço Público*, analisa com profundidade a ideia de Espaço Público e as suas transformações na sociedade contemporânea. Encontramo-nos num momento histórico, no qual a educação para a cidadania e a formação das virtudes públicas se apresentam como tarefas fundamentais para renovar a cultura política das sociedades democráticas. Nomeadamente a identidade e a diferença, em consonância com as exigências democráticas de uma sociedade plural, a ilusão dos média quando dão a sensação de vivermos num mundo único, num mundo em segunda mão, com histórias (notícias) que funcionam como mitos, a verdade interessa pouco e o importante é o novo, o atual, o conflitual, as quantidades, o local, o escândalo. A opinião pública e a sua cultura latente, que predetermina os lugares-comuns e estabelece a ordem dos assuntos públicos, a luta pela atualidade, pela visibilidade e pela atenção pública. Innerarity alerta e, simultaneamente, propõe uma transformação do poder político para que este esteja em condições de articular espaços comuns, cooperação, responsabilidade e integração na nova sociedade mundial.”

(...) uma Europa cosmopolita é hoje a última utopia política efetiva.” Saibamos todos contrariar esta ideia cada vez mais, culturalmente, assumida.

5.2.6 A umbilical ligação da razão e da emoção

Como é do domínio público, António Damásio foi distinguido com o Prémio Grawemeyer para Psicologia 2014. Estuda a consciência humana, concretamente a linguagem e o comportamento humano e as interações que acontecem no nosso cérebro - como pensamos e sentimos o que pensamos e sentimos.

Este brilhante investigador tem como um dos núcleos de estudo a relação da *Emoção e Razão*. Contra a perspetiva tradicional, de que existe uma área cerebral separada para a razão, Antonio Damásio defende a tese de que *“a emoção é uma componente integral da maquinaria da razão”*, e que a afetividade e a racionalidade têm um suporte biológico, orientando a sua investigação no sentido de provar que, *“a razão humana está dependente não de um único centro cerebral mas de vários sistemas cerebrais que funcionam de forma concertada ao longo de muitos níveis de organização neuronal”*, e que *“todos estes aspetos, emoção, sentimento e regulação biológica, desempenham um papel na razão humana”*.

Preocupado em articular as emoções com os processos cognitivos, António Damásio rompe com a ideia cartesiana de uma mente que está separada do corpo. Como ele mesmo apontou, talvez a famosa frase filosófica - Ego cogito ergo sum, eu penso, logo existo - devesse ser substituída pela frase - *Existo e sinto, logo penso*, e refere *“O homem está evoluindo para conciliar a emoção e a razão”*.

Segundo Elizabeth Luft, os sentimentos e as emoções roçam a nossa racionalidade, impelindo-nos a determinadas decisões, comportamentos e planeamentos. A nossa necessidade de sobrevivência impulsiona o nosso corpo e a nossa mente, a uma relação de dependência contínua. Por exemplo, a oxitocina, é uma hormona produzida no cérebro, sintetizada pelo hipotálamo, mas atua no organismo como molécula do amor e dos afetos. Há mecanismos biológicos subjacentes à existência e à manifestação dos sentimentos, sem que isso possa representar menor racionalidade ou menos romantismo. René Descartes, sem obviamente reduzir a sua importância como filósofo, errou duas vezes: uma ao considerar a razão o princípio motor do humano, desvinculada das emoções e, na outra, quando exclui o corpo das suas vicissitudes mentais.

As emoções não são obstáculos a serem evitados, como sugerem algumas teorias psicológicas, sociológicas e filosóficas. Nas interações com o meio social e cultural criamos sistemas organizados de pensamentos, sentimentos e ações que mantêm entre si um complexo sistema de relações. Assim como nas organizações, os nossos pensamentos influenciam os nossos sentimentos, e o sentir também configura nossa forma de pensar.

Howard Gardner refere que a inteligência é uma atitude que se expressa por meio de sistemas simbólicos diferentes, e isso supõe uma clara rutura com a ideia de inteligência como entidade única e abstrata.

Como afirma de Francisco Moreno Fernández *“Integrar o que amamos com o que pensamos é trabalhar, de uma só vez, razão e sentimentos; supõe elevar estes últimos à categoria de objetos de conhecimento, dando-lhes existência cognitiva, ampliando assim seu campo de ação.”*

Este é, desde sempre, o meu pensamento. A Arte como resultado, como síntese do natural envolvimento da razão e da emoção, profundamente empática e generosa, sem artefactos de egocentrismo, sobrançeria, de *nós* e nunca de um *eu*.

5.2.7 Perceção e valor da marca e dos lugares

A Casa das Artes de Vila Nova de Famalicão, longo doa 16 anos de existência, foi renovando a sua agenda mensal, um dos seus principais instrumentos de divulgação da sua programação, tornando-a maior, com mais espaço para melhor leitura dos textos e potenciar as imagens e fotos que acompanham e caracterizam os espetáculos. Para tornar contemporânea a sua marca, a Casa das Artes deve também acompanhar as tendências do mercado, com mais informação sobre o seu espaço, os seus parceiros e a sua equipa, valorizando as suas propostas culturais e artísticas, o seu território, a sua cidade. A marca que temos e defendemos, tem um capital acumulado e uma identidade que deve ser defendida e, em simultâneo, potenciar redes improváveis de contacto de pessoas e de públicos, acrescentando valor à Casa das Artes através

da percepção do seu valor, mesmo que, em muitas situações, não estejam presentes ou, de forma radical, nunca tenham estado nem assistido a nada no nosso teatro de Família. Ou seja, os mecanismos de divulgação e comunicação, como é o caso da agenda mensal, têm que estar de acordo com a nossa ambição de posicionamento e a que queremos que os outros tenham do nosso próprio espaço.

Desde uma grande casa de ópera a uma cadeia de livrarias, teatros ou museus, as Instituições culturais procuram a afirmação e reconhecimento da sua marca, desenvolvendo estratégias de *branding* para posicionar-se no mercado, no seu mercado.

Recorrendo às reflexões de Maria Manuela Guerreiro, seria lógico pensar que o marketing de lugares, de locais, se resume a uma transferência de técnicas, métodos e perspetivas do marketing de produtos (bens e serviços), diretamente para os lugares. Na verdade, e apesar do mercado simbolizar, em qualquer sistema de marketing, o palco onde se reúnem consumidores e produtores, tendo em vista a troca de valor, existem especificidades nos lugares e, em particular, nas cidades e nos seus próprios espaços institucionais, que determinam o desenvolvimento de uma abordagem diferente.

A evolução do marketing, desde os bens de grande consumo até ao marketing das organizações sem fins lucrativos, como a Casa das Artes, ao marketing social, abriu o caminho para o desenvolvimento do marketing de lugares.

Por um lado, a orientação para o consumidor e o processo de troca são conceitos centrais do marketing; por outro, as abordagens mais ou menos subtilmente alusivas aos bens, instituições ou à sociedade deixam espaço em aberto para a inclusão dos lugares (e das cidades) na respetiva ótica de gestão.

A gestão dos lugares ou, num sentido mais restrito, das entidades e organizações culturais e artísticas, pode e deve encontrar as suas raízes no quadro conceptual do marketing, o qual reconhece e enfatiza as suas características distintivas, enquanto produtos, o que implica abordagens próprias e o desenvolvimento de técnicas específicas.

Muitas organizações no mercado cultural e artístico já começaram a planear, e mesmo implementar planos de gestão poderosos de *design* estratégico e de comunicação - segmentando e tipificando os públicos, os canais para melhor encontro com as pessoas e audiências preferenciais, aumentar a eficácia de conhecimento das suas propostas, com o objetivo de atrair massa crítica, garantindo recursos para além do objetivo inicial, que não é económico, mas de enfoque para a divulgação e gestão cultural.

Desta forma, as organizações culturais devem procurar esclarecer a sua proposta de valor, tornando-a o mais atraente possível, procurando capturar a atenção do público ao qual foi destinado, utilizando as vias mais adequadas para diferentes objetivos de comunicação. Sejam em papel, nas redes sociais, nas plataformas digitais, ou no sistema convencional dos *media* tradicionais, a marca, como uma disciplina, permite que uma organização procure se destacar, por meio de um programa de identidade visual, claro, coerente e eficaz. E neste sector particular, onde não temos nenhum produto físico para vender, a marca deve tornar-se no ativo mais importante das organizações.

Em suma, procuramos, com este e outros instrumentos e mecanismos, aumentar o fluxo de retorno de visitantes, espetadores e de caixa e, ao mesmo tempo, seguir a missão de difundir a cultura e a pluralidade artística.

5.2.8 Inquietações de um Mediador Cultural

Enquanto diretor e programador da Casa das Artes, e em todo o meu trabalho nas áreas culturais e artísticas, penso ser minha missão provocar reflexão sobre a mediação cultural como ação educativa de grande importância e necessária no diálogo do público com as imagens criadas e utilizadas, como novos códigos visuais de consumo pelos *media* pós-modernos. Dar enfoque na compreensão dos reais significados das identidades globais e a consciência de cidadania através do conhecimento, é um caminho importante, para, cada um, filtrar as informações que são sistematicamente difundidas, que nos impelem e/ou condicionam, no momento fazer opções e definir ações.

Existe um consenso generalizado entre os investigadores das ciências sociais, sociólogos e epistemólogos, sobre a importância e a urgência de um compromisso das instituições educativas com a cultura e a forma como cada um constrói e organiza a sua vida. É fundamental, que desde a infância, a cultura e a ética sejam prioridades para a nossa sociedade contemporânea. A mediação cultural pode contribuir nesse processo de inclusão de novos conhecimentos, promovendo a produção de sentido e da liberdade individual. Cabe à escola fazer um esforço, no sentido, de ela própria, se aproximar dos lugares em que as crianças e jovens, procuram referências para construir as suas identidades, referências que não costumam ser consideradas pelos professores, que, na sua esmagadora maioria, centram o ensino nos currículos e objetivos têm que ser atingidos e que se revelam descontextualizados das idiosincrasias percebidas e ambicionadas.

Segundo Fernando Hernández (2007) “...os estudos culturais propõem a produção de uma nova e original sabedoria a partir da recuperação dos códigos culturais – uma maneira de possibilitar a aproximação entre a atual sociedade e a realidade das crianças e dos adolescentes, nas propostas educacionais. O trabalho de mediação cultural pode criar um vínculo de afetações entre a comunidade,

o património, a tradição e as identidades, características de culturas singulares.” As experiências que temos com a arte e a cultura podem proporcionar compreensão mais significativa do mundo, pois “*diante do turbilhão de informações efêmeras, fragmentadas e aceleradas, o homem moderno vê-se incapaz de incorporar à sua memória as impressões do vivido*” (CARVALHO, 2005: 126).

Neste contexto as atividades seriam enquadradas no Projeto Educativo, desenvolvendo Projetos de Arte Comunitária, desempenhando um papel fundamental na criação e fruição artística e na consolidação de relações de interação e proximidade entre artistas, teatros e comunidades.

A mediação cultural como potencializadora da experiência estética no encontro entre a arte/cultura e o público, seja em escolas, instituições culturais ou na vida quotidiana ou o anónimo fruidor, com as suas singulares especificidades e repertórios pessoais. A ação mediadora deve incluir estratégias de acesso e aproximação às artes, especialmente a contemporânea sensibilizando para os seus processos de interatividade e abstração. A mediação cultural deve ainda promover a curadoria educativa, as políticas culturais, incentivar o estudo de procedimentos, atitudes e valores numa perspetiva teórica e prática.

Segundo Antonio Pinto Ribeiro, em Portugal temos um problema muito concreto de países periféricos - não há um público intermédio porque não há uma classe média curiosa, com uma cultura geral interessante. Isto interfere na programação e nos públicos que para ela estão disponíveis. Devemos questionar, de vez em quando, se um projeto desenvolvido com perspetiva de responsabilidade pela sociedade, não é simplesmente um projeto nascido de motivações éticas, sociais, ecológicas etc., sem ser um projeto de arte.

5.2.8 Em suma...

Esta reflexão procura partilhar a metodologia, os vários ângulos e preocupações do processo programático e estratégico que nos trouxe até hoje. A Casa das Artes é um projeto cultural e artístico dinâmico e contemporâneo, plural e eclético nas linguagens artísticas e na heterogeneidade dos seus públicos. Desenvolve e interage com as instituições de formação artística e comunidade escolar geral, uma intensa atividade de promoção dos valores éticos, estéticos e artísticos, no sentido de uma consciência mais crítica, desperta e ativa e, dessa forma, contribui para um desenvolvimento cognitivo e de equilibrada formação das personalidades dos mais jovens, um processo sempre desafiante de adaptação às exigências da sociedade contemporânea. A base programática e filosófica da Casa das Artes defende e procura difundir as virtudes da criação e fruição artística e do cosmopolitismo, pois liberta e questiona os sentidos - mundo sensível; procura o conhecimento - mundo inteligível; melhora a qualidade das interações humanas e formação de atitudes de autodesenvolvimento - consciência crítica. Ser cosmopolita é querer ser cidadão, território, aberto ao mundo, é querer estar em linha com atualidade de cada de lapso tempo da modernidade, construir capacidades intrínsecas

de humanismo, é saber Ser.

5.3

Rua Manuel Moreira Maia, Brufe

5.3 Comemoração do Aniversário da Fundação do Museu Bernardino Machado: 15 anos. Saudação

Quero saudar todos os presentes e agradecer, em primeiro lugar, à Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, na pessoa do seu Presidente Dr. Paulo Cunha, pela sua inteligência, pela sua sensibilidade e pelo seu sentido de oportunidade, estando atento a duas efemérides susceptíveis de comemoração: o aniversário da Fundação do Museu Bernardino Machado, festa que coincide, precisamente, com o dia de aniversário natalício de Elzira Dantas Machado, minha Avó e Madrinha. A escolha da data foi deveras feliz e o programa das comemorações não poderia ser melhor. Muito obrigada, Sr. Presidente! E, pelo mesmo motivo, agradecer ao Dr. Artur Sá da Costa, responsável pela Rede Portuguesa dos Museus em Famalicão, amigo de longa data, que tanto batalhou pela criação do Museu. E que, nos idos anos 80 do século passado, ressuscitou o projecto inicial de criação do Museu retirando o texto de uma gaveta da Câmara onde se encontrava, momentaneamente, esquecido. Poucas pessoas conhecem o facto, dada a descrição da pessoa em causa. Mas eu não me esqueço do seu gesto e por isso não perderia este momento sem reafirmar, aqui, a minha gratidão.

Os meus agradecimentos estendem-se, igualmente, aos anteriores Presidentes da Câmara de Famalicão: Dr. Agostinho Fernandes (fundador do Museu e grande amigo) ao Senhor Arquitecto Armindo Costa; e, ainda, a todas as pessoas cujo trabalho tem mantido a instituição a funcionar: ao Sr. José Leite (o meu interlocutor invisível) e à nova equipe de Técnicos Superiores bem como, no passado, às Dras. Susana Salazar, Paula Lamego, Amadeu Gonçalves e D. Odette.

E, finalmente, agradecer à Família Machado, sem a qual o Museu Bernardino Machado nunca teria sido possível: aos presentes e aos ausentes: ao Júlio (a quem devo uma gratidão muito, muito especial), ao Manuel Sá Marques e à Vitória Maria (a quem me ligam saudosas memórias de infância em casa da Tia Rita), ao Miguel e à Manuela, à Maria do Carmo, à Natália, à Eva, à Helena, ao Bernardino Luís e à Maria José, ao meu Marido e aos meus filhos, e aos que não puderam comparecer (Sofia Sá Marques, Bento Machado e meus irmãos) Enfim! a todos aqueles que, ao longo destes 15 anos, se envolveram na continuidade do Museu.

Queria, ainda, lembrar os Membros Fundadores, que contribuíram, generosamente, não apenas para a constituição do Arquivo (como é o caso do Júlio Machado Vaz) mas, também, para a organização da Exposição Permanente, cedendo os acervos de peças indispensáveis para a realização da mesma: Sofia Peres Machado, Augusto e António Barros Machado, Manuela Sá Marques, Elzira Mendes Machado, José Peres Machado e ao agregado Familiar Terra Dantas Machado. Estamos perante as duas traves mestras que sustentam a estrutura do Museu Bernardino Machado: de um lado a Câmara M. V. N. Famalicão e do outro lado a Família

1. Desdobrável das “Comemorações do Aniverário da Fundação do Museu Bernardino Machado: 15 anos. Saudação”.
2. Exposição das “Comemorações do Aniverário da Fundação do Museu Bernardino Machado: 15 anos. Saudação”.



1.



2.

a Família Machado.

5.3.1 Fundação do Museu

O Museu faz hoje 15 anos. É um jovem que já tem uma história para contar. Destaco, apenas, dois traços identificativos do Museu Bernardino Machado, no ciclo original da sua constituição, respondendo às seguintes questões:

Porquê a escolha de Bernardino Machado para Patrono do Museu?

Porque foi o próprio Estadista que quis ficar ligado á terra de seus Pais e Avós. Como é do conhecimento geral Bernardino Machado nasceu no Brasil mas, quando atingiu a maioridade declarou, na Câmara de V. N. Famalicão, em 1872, que optava, voluntariamente, pela nacionalidade portuguesa... e famalicense! As referências à região Minhoto são recorrentes na obra de meu Avô. Durante o segundo exílio, por exemplo, num artigo solicitado pela futura Casa do Minho, situada no Rio de Janeiro, o político exilado recorda as suas raízes minhotas nos seguintes termos: «Quanto quero ao nosso Minho! Devo-lhe imenso. Nasci no Brasil, descendente de minhotos, tanto por meu Pai como por meu Avô materno que, ao longo convívio saudoso da emigração, acendraram o seu fraternal amor pelo livre engrandecimento pátrio». Ancorado em Famalicão Bernardino Machado partiu para a sua brilhante carreira de Estadista. Mas regressava sempre aqui para rever a sua família e os seus amigos de juventude. A este propósito remetemos para a leitura de um texto elucidativo da autoria do Dr. Artur Sá da Costa, intitulado «Círculo de afectos e de amizades de Bernardino Machado», publicado no Catálogo do Museu Bernardino Machado.

Que ideais inspiraram a criação do Museu, nomeadamente, a realização da Exposição Permanente, centro pedagógico da instituição?

Os ideais de serviço à comunidade educativa local e nacional e de partilha do saber acumulado acessível a todos os grupos sociais e aos diversos níveis etários.

O modelo da Exposição Permanente, assente no percurso pessoal do Estadista, proporciona o conhecimento biográfico e interactivo do patrono do Museu. Neste sentido espera-se que, no futuro, a mesma Exposição prossiga na sua função pedagógica, modernizando estratégias, pela adopção de novos recursos didácticos que permitam rentabilizar o potencial do seu rico espólio, quer aquele que se encontra patente quer aquele que se guarda nas reservas. Refiro-me á utilização de legendas nos painéis (que estavam previstas no projecto original da Exposição e permanecem em falta), aos meios áudio visuais, aos plasmas interactivos, aos impressos de apoio às visitas e às crianças das escolas etc. É um pequeno investimento indiscutível na sua justificação. Porque o Museu Bernardino Machado, através da sua Exposição Permanente,

é o único que conserva peças emblemáticas que ilustram, tanto a vida privada como a vida pública do Político. Documentos comprovativos de uma figura histórica de estatura internacional que não se encontram em nenhum outro Museu português ou estrangeiro...

É neste contexto espiritual e material que se compreende a homenagem a duas personalidades cuja memória ficará, indissoluvelmente, ligada à História do Museu Bernardino Machado: Elzira Dantas Machado, esposa de Bernardino Machado, Primeira-Dama da I República e dirigente feminista; e Júlio Machado Vaz, neto do Estadista, curador do seu espólio e membro destacado na Fundação do Museu Bernardino Machado.

5.3.2 Homenagem a Elzira Dantas Machado

Elzira Dantas Gonçalves Pereira (1865-1942) nasceu no Rio de Janeiro, em 15 de Dezembro de 1865, no ambiente da emigração oitocentista para o Brasil. Seu Pai, Miguel Dantas Gonçalves Pereira, estabeleceu-se no Rio de Janeiro, em 1860 e casara com uma senhora brasileira, Bernardina Maria da Silva, que lhe trouxera um dote avultado e lhe daria uma única filha. Regressou, mais tarde, ao seu País de origem, com uma situação económica confortável mas viúvo. Em Paredes de Coura, sua terra natal, dedicou-se à gestão da fortuna, ao governo da autarquia local... e à educação de sua filha e única herdeira.

Elzira recebeu uma instrução cuidada, reservada às filhas de famílias da alta burguesia, destinadas ao casamento e à vida do lar: sólida formação em literatura nacional e línguas estrangeiras (francesa e inglesa) bem como a aprendizagem das tradicionais «prendas femininas». Casou no Porto, em 1882, com Bernardino Machado, Lente Catedrático da Faculdade de Filosofia, da Universidade de Coimbra. A noiva era muito jovem: tinha, apenas, 17 anos; o noivo contava 31!

Como seria o perfil físico e psicológico desta jovem mulher e mãe? António Machado, filho do casal, apresenta-nos, em esboço, o retrato de sua Mãe, nos seguintes termos:

«Elzira Dantas era uma menina miudinha, de educação esmerada, também filha de um plebeu ilustre enriquecido no Brasil, o Conselheiro Miguel Dantas Gonçalves Pereira. Os Pais viram logo, de início, com bons olhos, a inclinação dos jovens, cujo casamento veio a ligar duas casas abastadas de província. Elzira Dantas Machado foi, sobretudo, esposa e mãe extremosa; mas, todas as vezes que era forçada a apresentar-se, nas recepções mundanas, mantinha-se sem esforço, ao nível do prestígio social do marido. Revemo-la, em espírito, em 1895, éramos nós crianças ainda, num dos bailes do Instituto de Coimbra, figurinha gentil, no seu vestido de cauda de veludo negro, o peito e os braços alvíssimos, cintilante de joias e de graça...». («Bernardino Machado. Memórias.» Edição de 1945, pps 63 e 64).

3. Inauguração da Praceta Elzira Damtas Machado.
4. Comemorações do Aniversário da Fundação do Museu Bernardino Machado: 15 anos. Saudação.
5. Elzira Machado Rosa.



Bem-nascida, rica, educada nos modelos de comportamento característicos da época, seria expectável que a menina se tivesse acomodado aos padrões de vida burguesa, de conforto e de futilidade. Mas o que é surpreendente na biografia de Elzira Dantas... é que aconteceu, praticamente, a situação inversa! Ela conseguiu ultrapassar a limitação dos papéis sociais tradicionais conciliando a vida privada com uma acção importante na vida pública, especialmente, quando a Pátria esteve em perigo.

5.3.3 Entre o privado e o público: uma empresa familiar feminista

Em 1917, Elzira Dantas, Presidente da Cruzada das Mulheres Portuguesas (instituição de apoio aos militares na I Guerra Mundial), concedeu uma notável entrevista ao jornal *A Capital*, interessado em conhecer a actividade da Cruzada das Mulheres Portuguesas. O jornalista começou por elogiar a acção da sua dirigente apelidando-a de «entusiástica defensora dos direitos das mulheres». Respondendo ao jornalista ela explicou que a obra da Cruzada vinha, precisamente, demonstrar que «as mulheres portuguesas, ao contrário do que muitos supunham, tinham uma individualidade e uma consciência autónoma e desejavam fazer obra da sua própria responsabilidade...» Resposta de uma Senhora com visão a longo prazo! Alguém que já antecipara o futuro da emancipação feminina.

O jornalista tocara no cerne da questão. De facto, a vida pública de Elzira Dantas centrou-se na campanha republicana e feminista, em prol dos direitos da mulher, nomeadamente o direito de voto, assinando várias petições nesse sentido. Atenta à realidade económica e social cedo compreendeu que as instituições feministas necessitavam de apoios materiais que nem sempre estavam ao alcance de todas as mulheres interessadas... Para fazer face às despesas do sector, abriu, generosa e discretamente, a sua bolsa, convicta que o retorno do “investimento” se iria traduzir no progresso cívico e cultural da população feminina. Neste ponto não basta referir a sua acção na Cruzada (que ela dirigiu, incansavelmente, contra ventos e marés vindos dos sectores conservadores da sociedade portuguesa) mas, ainda, na Liga Republicana das Mulheres Portuguesas (associação que lutava pela educação da mulher e da criança) e na qual foi sócia fundadora e activa; na Associação de Propaganda Feminista, sendo eleita para o cargo de Presidente numa instituição que era relevante visto que reivindicava quer os direitos sociais quer o direito de sufrágio feminino; na Comissão Feminina Pró Pátria, e em muitas outras associações beneméritas que protegeu e financiou a expensas próprias. Associou a esta campanha, com fina intuição, as suas filhas Rita, Maria e Joaquina. Rita Dantas Machado desempenhou os cargos de secretária e de tesoureira da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas; Maria Francisca Dantas Machado desenvolveu a sua actividade em três associações femininas: Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, Associação de Propaganda Feminista e Cruzada das Mulheres Portuguesas; Joaquina Dantas Machado militou em duas associações: Liga Republicana das Mulheres Portuguesas e Cruzada das Mulheres Portuguesas. Estamos perante uma verdadeira empresa familiar feminista que integrava, igualmente, Bernardino

Machado (cujas concepções feministas eu própria demonstrei no âmbito de um estudo académico específico).

Terminada a Grande Guerra, quando Bernardino Machado e Elzira Dantas Machado, meus Avós, se encontravam no 1º exílio (1919), veio, finalmente, o justo reconhecimento do mérito e da coragem: o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Xavier da Silva, comunicou à Presidente Geral da C.M.P. que o Presidente da República agraciara aquela benemérita instituição com a Grã Cruz da Ordem Militar da Torre e Espada concedendo, em simultâneo, à sua Presidente, Elzira Dantas Machado, a Grã Cruz da Ordem Militar de Cristo como «homenagem à dedicação e civismo manifestado no desempenho do cargo e, às suas altas virtudes de Senhora...». A primeira destas Condecorações encontra-se à guarda do Museu Bernardino Machado. Posteriormente recebeu diversas condecorações.

5.3.4 Uma Mulher corajosa ...

Durante o seu percurso pessoal Elzira Dantas Machado viveu, sem dúvida, momentos de felicidade e de «*glamour*» mundano mas a maior parte da sua vida foi uma sucessão de experiências duríssimas: perdeu quatro filhos (entre os quais a sua doce Maria, uma jovem de 29 anos, vítima de pneumónica, cujo falecimento a deixou, psicologicamente, arrasada para o resto da vida); enfrentou duas guerras mundiais (na 1ª guerra mundial enviou seu filho Bernardino Luís para combater no *front*) e sofreu dois exílios que lhe roubaram a alegria de viver, no aconchego da Pátria e da Família. Poucas pessoas conhecem as circunstâncias em que se iniciou o 1º exílio desta 1ª Dama da República: no dia 15 de Dezembro de 1917, que coincidia, precisamente, com data do seu aniversário natalício, Bernardino Machado, seu marido, já destituído do cargo de Presidente da República, foi obrigado a sair de Portugal, por ordem da Junta Revolucionária. Mais: os mandatários de Sidónio Pais traziam instruções para desalojar, imediatamente, a Família do Presidente deposto retirando-a do Palácio de Belém (anexo habitado) onde, por direito, residiam. Intimada pela «nova autoridade» a Mãe de Família respondeu, com tranquilidade e firmeza, que não saía de sua casa... porque tinha a renda paga até ao fim do corrente mês! Dito isto Elzira Dantas Machado procurou o recibo comprovativo das suas palavras e, perante o espanto dos lacaios sidonistas, brandiu a pequena folha de papel aos olhos dos mesmos... Este episódio pode ficar conhecido na lenda familiar como o dia em que Sidónio Pais «celebrou duplamente» o aniversário de nossa Avó... Durante o 2º exílio, quando se encontrava em *La Guardia* (1934), com o coração apertado de saudades da família e de Portugal, deixou-nos um legado literário intitulado «CONTOS-- PARA OS MEUS NETOS» É um livro de contos para crianças, de cariz formativo, pronto a incutir os valores cívicos da instrução e do amor à Pátria. São páginas inspiradas no bulício dos netos da autora, cheias de fantasia e de sensibilidade e donde se retira sempre uma lição moral. Elogiadas tanto por Aquilino Ribeiro como por escritores estrangeiros ainda hoje, conseguem atrair a atenção das crianças, apesar da forte concorrência dos meios áudio visuais modernos. A edição original

da obra é da tipografia Minerva, V.N.F., 1938. O Museu Bernardino Machado conserva um dos exemplares da 1ª edição. Foram publicadas, recentemente, duas novas edições: uma bonita edição ilustrada organizada pela Câmara Municipal de Paredes de Coura e outra traduzida para espanhol, publicada na Colômbia.

Em suma:

Fiel à ética republicana, Elzira Dantas Machado trocou a comodidade de um estatuto social elevado pela responsabilidade (e pelo encargo!) de assumir o desempenho de dois papéis sociais difíceis de conciliar, na sua época: a função doméstica de esposa e Mãe e a função de militante feminista com intervenção directa, na vida pública; desprezou o protagonismo mediático e trabalhou, de facto, para reduzir a exclusão cívica das suas contemporâneas.

Hoje, data de aniversário natalício de Elzira Dantas Machado, minha Avó, felicito a Câmara de V.N. Famalicão, pela Homenagem que presta a uma corajosa defensora da Pátria e da República, recordando o seu nome na Praceta junto ao Museu e, deste modo, «as suas altas virtudes de Senhora...».

5.3.5 Homenagem a Júlio Machado Vaz

Júlio Machado de Sousa Vaz (1909-1999), neto de Bernardino Machado, nasceu em 6 de Setembro de 1909, no Porto, cidade onde exerceu a profissão de médico e de professor. Fez o seu percurso académico com os olhos postos no exemplo de seu Avô.

À semelhança de Bernardino Machado o neto enveredou por uma carreira científica: o primeiro formou-se em Matemática e Filosofia na Universidade de Coimbra; o segundo completou o Curso de Medicina Sanitária, na Faculdade de Medicina (1932); ambos desempenharam, em plenitude, a profissão docente no Ensino Superior, ascendendo ao grau de Professor Catedrático das respectivas Faculdades. Ambos recusaram o convite para Reitor da Universidade, por motivos idênticos:

. Bernardino Machado foi convidado por três vezes para esse cargo (pelo Ministro Dias Ferreira, em 1892; pelo Chefe do Partido Regenerador Hintze Ribeiro, em 1895/96; e pelo Ministro da Instrução António Sérgio, em 1924). Nunca aceitou.

. Júlio Machado Vaz declinou o convite para Reitor da Universidade do Porto, em 1975, por entender, tal como seu Avô, que aquele cargo deveria ser de eleição e não de nomeação governamental.

Ambos se empenharam na propagação da mensagem republicana, em épocas diferentes, é certo,



6. Inauguração da Sala Júlio Machado Vaz.
7. Elzira Machado Rosa e Júlio Machado Vaz.



7.

mas, igualmente, difíceis. Ao contrário de seu Avô, Júlio não exerceu cargos políticos. Porque não estava interessado em aceitá-los enquanto o regime do País não fosse democrático. Bastava-lhe o combate pela palavra e pela acção que exerceu, por exemplo, no Movimento de Unidade Democrática (1945). Mais tarde comentaria a sua adesão ao M.U.D. nos seguintes termos: «Do M.U.D. nada ficou, a não ser a lembrança da bela ingenuidade de uns quantos rapazes, no número dos quais me contei» (Carta a Ricardo Covões, em 15 de Março de 1951).

5.3.6 Um retrato para a história ...

O fascínio do neto pelo Avô começou cedo: inicia-se com uma mensagem de Parabéns de Júlio ao seu ídolo numa época em que o pequeno adivinha a magia das letras mas ainda não as domina. Diz assim: «Como eu ainda não sei escrever pedi ao Dinito (seu irmão) que lhe escrevesse...». O avô respondeu: «Espero que, no meu próximo Aniversário, já me escrevas pela tua mão...» A partir desse momento Bernardino Machado acompanha, a par e passo, o percurso escolar do seu neto, através da correspondência trocada entre ambos: em 1926 felicita-o pela «excelência do seu plano académico»; estimula o gosto do jovem universitário pelo estudo e pela opção do curso de medicina; na época em que Júlio é assistente na cadeira de Higiene e Epidemiologia, o Avô abraça-o «pela distinção dos seus exames», considerando o acontecimento uma honra para o nome da família e para o País. O que transparece, progressivamente, nas linhas e entre linhas das mensagens, é a amizade profunda entre dois homens adultos, assumida na confiança mútua e no intercâmbio de ideias. Em 1939 o político exilado, desabafa, com Júlio, nos seguintes termos: «Escreve, escreve sempre! Este isolamento do exílio é tudo quanto há de mais penoso...» Não é, apenas o neto que se revê na amorável tutela moral do Avô; o ancião também beneficia da vivacidade promissora do jovem, que, nos anos 30 do século passado, lhe sugere um novo desafio: a redacção das suas Memórias! Em carta remetida de Paris, em 23 de Abril de 1938, Bernardino Machado responde-lhe: «Fazes-me vontade de escrever as minhas Memórias...»

A força de atracção anímica do Avô sobre o neto fixa-se, para sempre, numa célebre fotografia, realizada em *La Guardia*, em Setembro de 1933. No retrato o estadista exilado encontra-se, ao ar livre, com o jovem médico que o fora visitar. O caminho que ambos percorrem aproxima-os...mas também os separa; estreita-se no Além... O ancião parece despedir-se da vida, enquanto o jovem olha, confiante, na nossa direcção. O passado e o futuro cruzam-se, tocando-se, ao de leve, num sopro de vida. Um instantâneo do Presente... Um retrato para a História.

5.3.6 Imagem e Memória

Dir-se-ia que Júlio, o neto, foi entrelaçando o seu percurso pessoal com a construção da Imagem de seu Avô. Mais do que o perfil do cientista, do professor ou do político o modelo que ele procurava na personalidade do Estadista era o carácter do cidadão: a liberdade

de pensamento da intelectual aliada à coragem do homem, capaz de romper com estruturas autoritárias, em todos os domínios da vida nacional. Foi esta imagem de Bernardino Machado que ele interiorizou e procurou incutir, na sua Família nuclear: na mente de seu filho Júlio, o formando inicial, tal como o próprio testemunhou na sua comunicação intitulada Culto Privado, comunicação que nos impressiona tanto pela beleza como pela angústia; e na mente de Maria Clara (Maria da Conceição), sua mulher, senhora que não logrou escapar ao proselitismo do marido...

Em breve o Culto Privado se alargou em Culto Público: a imagem de Bernardino Machado ultrapassou o seu criador, cristalizando em Memória histórica. E o seu autor procurou transmiti-la à sociedade portuguesa. Republicano e democrata Júlio compaginou a sua opção ideológica pelo pensamento político de Bernardino Machado, passando a responder aos problemas dos diversos regimes políticos com os ensinamentos, as atitudes e as palavras do Estadista.

5.3.7 Os papéis do Avô Bernardino Machado

Desenvolveu, nesse sentido, um vasto projecto pessoal em defesa da memória de Bernardino Machado e na divulgação da sua obra, através de uma rede social de familiares, amigos e personalidades contemporâneas com quem mantinha intensa correspondência e troca de documentação (como, por exemplo, Rogério Fernandes, A H. de Oliveira Marques, Orlando Ribeiro, Vitorino Nemésio, David Ferreira, e muitos outros). Esta campanha atravessou sucessivas etapas da história pátria recente, iniciando-se durante a ditadura militar, ainda em vida de nosso Avô.

Onde é que Júlio Machado Vaz se apoiou para divulgar o seu novo Evangelho? No seu Arquivo Particular constituído, pacientemente, pela recolha de documentação junto de pessoas da família e de instituições públicas. Mais uma vez seria o apelo do Avô Machado a motivá-lo, como se comprova por carta remetida do exílio, em 1928:

«Congratulo-me deveras porque, em meio mesmo dos teus árduos estudos nunca deixas de pensar na nossa República. Eu gostaria de juntar esses livros meus que tens relido e outros, onde coligisse os numerosos artigos da minha longa campanha, infelizmente para mim, dispersos no caos dos meus abandonados papéis. Quem olhará por eles?».

A este propósito deixem-me referir, aqui, um artigo do historiador Pacheco Pereira publicado no jornal Público, em Novembro de 2016. O autor chama a atenção dos leitores para a importância dos velhos arquivos que se alimentam de toneladas de papel: «são eles que desempenham uma função primordial na formação da memória colectiva. Sim, nem tudo está na internet, nem tudo está no Google...» E o autor conclui: «Somos aquilo que juntamos...».

Lembrei-me, imediatamente, de meu primo Júlio. A matriz do artigo assenta-lhe que nem uma luva. O seu *hobby* era ir juntando, juntando... E, não menos importante: ir organizando, organizando.

5.3.8 A Revolução Portuguesa de 25 de Abril de 1974 e os «novos ventos da História»:

Os anos 80 e 90 do século XX

Entretanto o ambiente político do País foi evoluindo. O advento da Revolução de Abril de 1974 iria trazer um novo fôlego ao entusiasmo de Júlio no sentido de concretizar os seus sonhos. Nos anos 80 e 90 do século passado, com a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia assistimos, no plano do debate sobre a historiografia contemporânea, à revisão do conceito da Memória histórica portuguesa e europeia e à democratização do património cultural, nacional e familiar. As novas concepções teóricas motivam o surto da consciência europeia e promovem a figura de Bernardino Machado à escala supra nacional, arrastando, no domínio da Museologia, a necessidade de salvaguardar os bens patrimoniais do Estadista. Emergira uma elite social que já discutia essas questões. É neste contexto cultural que o meu percurso académico e profissional se irá cruzar com a trajectória individual de Júlio Machado Vaz, meu primo, convergindo no ponto que foi, talvez (?), o seu último projecto de vida...

As circunstâncias familiares explicam a “predestinação” do encontro:

Júlio Machado Vaz sempre acalentara o sonho ambicioso que passava por «arrancar a figura de Bernardino Machado à penumbra para onde pretendiam relegá-la as forças reacionárias...». Caberia às famílias dos políticos o dever de colocar todos os elementos de que dispusessem ao serviço da História, especialmente, por causa das novas gerações «para que estas se apercebessem na luta pelo futuro». O sonho transformava-se, por vezes, em pesadelo quando se atormentava com o destino indefinido do espólio do Estadista. Em Agosto de 1952, correspondendo-se com meu Pai (que lhe enviara, recentemente, umas Notas de nosso Avô consideradas «preciosíssimas») abriu-se na seguinte confiança: «Tenho tido pouca saúde. E, mais do que nunca, me preocupa o problema do espólio político de teu Pai e nosso Avô».

Entretanto, eu progredira no meu percurso académico, ignorando que o futuro me reservava uma corrida contra o tempo... A opção pelo Curso de História e o Mestrado em História Social Contemporânea consciencializaram o gosto natural pelo estudo do passado próximo habilitando-me com a competência científica indispensável para analisar os Mitos Fundadores da Memória Familiar. Além disso adquirira, desde a infância, algumas «credenciais» no âmbito da vivência cívica (credenciais humildes, é certo) mas susceptíveis de inspirar confiança a meu primo Júlio Machado Vaz, personalidade cujo estatuto intelectual de cidadão fora reconhecido, publicamente, em época bem anterior àquela em que eu entrara neste mundo!.. (Nasci no mesmo ano em que Júlio Machado Vaz defendeu a sua dissertação de doutoramento: 1940). No domínio da aprendizagem democrática fizera o tirocínio com meu Pai, passando pelos rituais

de iniciação no campo da solidariedade republicana, contra o regime de Salazar. Recordo, entre outros factos, nos anos 40, rápidas visitas a meu Pai, detido na prisão do Aljube, na sequência de perseguições políticas. Dias confusos em que ele se despedia, nervosamente, de nós (de minha Mãe e de mim). Lembranças difusas que se embrulham no meu subconsciente de criança...

Júlio acompanhava, com intermitências devidas à distância do tempo e do lugar, os passos mais significativos da minha formação académica, através da correspondência trocada com meu Pai e das visitas habituais que fazíamos, regularmente, à Família do Porto, especialmente às Tias Manuela, Joana, Elzira e Sofia. É neste contexto que ele felicita meu Pai pelas «belas provas» da sua primogénita, prestadas no exame de admissão ao Liceu (Carta enviada por J.M.V. a Narciso Machado, em 22 de Agosto de 1951); no ano seguinte insiste com o mesmo, para que «a brilhante filha» do Narciso o acompanhe numa visita ao Museu-Biblioteca João de Deus, iniciando-me, assim, na rotina de divulgação da Memória de nosso Avô, dado que meu Pai, iria deslocar-se àquela instituição para proceder à oferta de um lote de obras da autoria de Bernardino Machado. Mais tarde, sempre que eu partia para férias ou regressava de Moledo do Minho fazia uma paragem obrigatória e gostosa em casa de Júlio e de Maria Clara, no Porto. Durante a viagem rabiscava uma série de notas, dúvidas e questões que, à data, me preocupavam, envolvendo o pensamento e a actividade política de nosso Avô. Servia-me, para o efeito, dos bilhetes de comboio, de fragmentos dos jornais diários, registos que ia acumulando, dentro da carteira, nas algibeiras do casaco etc. Logo que chegava a casa de meus primos despejava o conteúdo dos bolsos sobre a mesa da sala, esperando o milagre das respostas, das soluções para os pequenos ou grandes problemas da história familiar e nacional que, então, me atormentavam. Perante a minha expectativa Júlio comentava:

_Esse hábito de escrevinhar em tudo o que encontra... é de família. O nosso Avô também tomava notas em pedacinhos de papel!

E eu rematava:

_Os mesmos pedaços de papel que hoje me dão tanto trabalho a decifrar.

Ao longo dos anos oitenta e noventa do século passado ele saúda os meus primeiros ensaios historiográficos acerca de Bernardino Machado com o seguinte comentário excessivo e bem-humorado:

_«Eu conto a história. A si cabe escrevê-la!».

Em 1991 emociona-se com a oferta da obra «Bernardino Machado, Protagonista de Mudança», publicado pela C.M.V.N.F, agradecendo-me nos seguintes termos:

«Agradeço-lhe a oferta do livro e, como diria o Teófilo, o mimo da dedicatória. Mas, acima

de tudo, quero dizer-lhe como me comove que esse belo estudo seja da autoria da primogénita do Narciso. Seu Pai escolheu para si o nome de Elzira em homenagem à nossa Avó e minha Madrinha e, à sua ternura por ele. Muitas vezes me contou ela que o nosso Avô lhe dizia sempre, ao referir-se ao Narciso: «o seu Menino...». São essas e outras recordações que me trazem essas suas páginas que estou lendo...» e acrescenta: «Muito me regozijo... pela consagração do seu trabalho...» (Carta de J.M.V. em 26 de Abril de 1991).

Certo dia, na mesma época, a Associação dos Professores de História solicitou-me uma entrevista sobre Bernardino Machado e a problemática da articulação entre os Arquivos Privados e os Arquivos Públicos. Socorri-me da sabedoria do Júlio, como era habitual. Enviei-lhe a entrevista... e guardei o comentário. Ele respondeu, no seu tom bem-humorado, dirigindo-se mim, que era uma novata, a sério e falando dele, que era um veterano, a brincar. Não resisto a transcrever um excerto:

«A entrevista está perfeita! Se é que um amador pode ter ideias acerca de Arquivos... Como diz a Maria Clara, eu... limito-me a andar aos papéis...»

Remetia, juntamente, um documento autobiográfico, súmula da sua actividade em prol da memória e do espólio Bernardino Machado, lançando-me um desafio no sentido de «alguém» prosseguir nesse trabalho pioneiro. Concluía sublinhando «que não se considerava o guardião oficial do Arquivo de Bernardino Machado, disperso por vários agregados familiares». Só depois da sua morte, relendo a mensagem, compreendi que se tratava de uma passagem de testemunho... E, quase sufoquei tomando consciência da responsabilidade...

Em suma: Júlio estava ansioso por transmitir o seu precioso legado formativo, feito de devoção e de saber acumulado, acerca da personalidade que sempre o fascinara; e eu estava interessada em aprender, em aprofundar a investigação histórica, na área biográfica de Bernardino Machado, no âmbito da qual experimentara novas perspectivas de análise aplicadas ao estudo da sua obra. Enquanto havia tempo... Pouco a pouco a sua vida começara a escoar-se...

5.3.9 O Papel desempenhado por Júlio Machado Vaz na fundação do Museu Bernardino Machado

Em breve, a agradável troca de impressões, sobre o tema comum, cedeu lugar à tarefa ciclópica de localizar, concentrar e identificar os acervos particulares dos inúmeros agregados familiares descendentes dos nossos Avós. A implementação do plano que envolvia a salvaguarda da memória e do espólio de Bernardino Machado não foi uma empresa fácil: a produção científica e literária do homem público era inesgotável, a energia de Júlio Machado Vaz enfraquecia e as minhas possibilidades de actuação eram limitadas, dado o condicionalismo profissional e familiar. As tarefas avolumavam-se... e o calendário corria depressa. Aconteceu,

por diversas vezes, não conseguimos identificar, datar ou contextualizar determinado texto, fotografia ou situação histórica, senão ao cabo de vários anos! (repito: anos, não meses). Perante as dificuldades que a experiência de trabalho ia demonstrando concluímos, finalmente, pela urgência de acautelar o legado ideológico que nos fora confiado antes que fosse tarde demais. Estava em causa um bem patrimonial que deveria ficar acessível a toda a sociedade.

Havia um tempo histórico para narrar mas...faltava um espaço de Memória para salvaguardar o Espólio do Estadista. É neste ponto que o papel desempenhado por Júlio Machado Vaz foi determinante no processo de fundação do Museu Bernardino Machado. A saber: alertou a consciência dos diversos agregados familiares para o risco de dissolução e de extravio da herança documental e ideológica de nosso Avô; introduziu uma nova reflexão sobre um velho problema: a dimensão pública do património de Bernardino Machado, até então considerado, apenas, um acervo de bens particulares. Acrescentou-lhe, portanto, uma mais-valia! Procurou uma instituição pública idónea, capaz de materializar o nosso sonho. E, finalmente, apressou-se a entregar ao Município de V.N. Famalicão, o seu acervo documental cujo valor histórico não se esgota enquanto fonte biográfica do Patrono do Museu. Representa, igualmente, um rico manancial de informação, acerca das diversas conjunturas político - sociais da época e das figuras intervenientes na cena nacional.

Testemunho, aqui, a minha gratidão à C.M.V.N. de Famalicão que evoca, hoje, a generosidade de Júlio Machado Vaz: um grande Senhor que foi, para todos nós, um grande Amigo.

5.4



Rua Henriques Nogueira

5.4 Museu Bernardino Machado, 15 Anos Depois

O 15º aniversário do Museu Bernardino Machado foi consagrado – muito justamente – à homenagem a Elzira Dantas Machado e a Júlio Machado Vaz, respetivamente, esposa e neto do grande pensador e estadista Bernardino Machado.

Nesta circunstância, justifica-se uma palavra de agradecimento ao senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Paulo Cunha, pela decisão feliz e oportuna em promover esta iniciativa. O nosso júbilo redobra, com o envolvimento ativo nesta cerimónia dos familiares do patrono e da figura tutelar desta unidade museológica, desta forma, honrando a memória dos que se bateram pela sua criação, e dando expressão a uma linha de ação matricial, que estive na génese do museu, congregando familiares e município.

Pela primeira vez, a cidade e o município de V. N. de Famalicão inscrevem no espaço público do seu território, o nome de Elzira Dantas Machado, esposa e companheira de Bernardino Machado, associando a sua figura, ao Museu consagrado à impar e plurifacetada personalidade de seu marido, evidenciando simultaneamente o seu empenho cívico pela emancipação do género feminino, e os seus sentimentos de solidariedade e apoio aos combatentes da I Grande Guerra. Diga-se que, esta intenção do Dr. Paulo Cunha já tem alguns anos, que expressou quando em 2011, então Vereador da Cultura, no rescaldo das comemorações do Centenário da I República, apoiou uma sugestão da “Civitas Braga” – Associação da Defesa e Promoção dos Direitos dos Cidadãos, de homenagear o combate das Mulheres Republicanas Portuguesas, plantando um carvalho, nos jardins da Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco, e enriquecendo a toponímia da cidade de Famalicão, com os nomes de Elzira Dantas Machado e de sua filha Rita Dantas Machado, duas militantes feministas republicanas, cuja vocação cívica se expressou na criação e gestão de associações feministas, como a Liga Republicana das Mulheres Portuguesas. Enquanto o carvalho (símbolo sagrado) cresce e se robustece, hoje é a hora de inscrevermos o nome de Elzira Dantas Machado, na Praça envolvente ao Museu Bernardino Machado. Acresce que, volvidos 15 anos, após a sua inauguração, o município de V.N. de Famalicão reconhece, pública e oficialmente, o papel destacado e absolutamente decisivo do Professor Doutor Júlio Machado Vaz, na concretização do Museu Bernardino Machado.

É da mais elementar justiça atribuir o nome do Prof. Júlio Machado Vaz à Sala dos Atos Públicos e dos Debates Científicos, da Casa/Museu de seu Avô. Ele não foi apenas o percursor e um dos seus mentores. Antecipou-se a todos, empenhando-se solitariamente, na recolha e na organização da documentação referente à vida e obra do Avô. Converteu a admiração e o amor que lhe devotava, desde jovem, quando com ele conviveu, visitando-o no exílio, em missão de vida. E percebeu antes de outros, e mesmo em oposição a alguns, que

a localização do Museu não podia deixar de ser, na Terra das suas raízes familiares famalicenses, que Bernardino Machado adotou, ao atingir a maioridade, para a vida e a morte – Vila Nova de Famalicão.

Neste contexto, será oportuno lembrar, numa toada propositadamente memorialista e evocativa, alguns pequenos episódios e vivências, que partilhei com os protagonistas e impulsionadores – Júlio Machado Vaz (pai) e Elzira Machado Rosa – do percurso deste Museu: um verdadeiro Monumento às raízes e às memórias familiares e coletivas, à educação cívica, ao espírito crítico, e à liberdade. Obviamente, não esqueço, não posso, nem quero ignorar, o contributo de outros netos e bisnetos, que conheci neste labor de anos, dos quais recebi igualmente incentivos, apoio e amizade.

Posso testemunhar-vos: sem a visão, empenho e determinação do Prof. Júlio Machado Vaz, e não fora a investigação e o estudo da vida e obra de Bernardino Machado, realizados por Elzira Machado Rosa – arrisco a afirmar – o Museu Bernardino Machado não existiria!

Tem-se afirmado que a “Mostra Nacional – Bernardino Machado”, organizada em 1995, pelo Departamento de Cultura da Câmara Municipal foi determinante na consolidação do projeto do Museu. Acima de tudo, porque nessa altura foram assinados os primeiros contratos de comodato, selando-se oficialmente as cedências ao município dos espólios dos familiares de Bernardino Machado. Porém, a sua importância revela-se também na influência que teve nas decisões municipais que se lhe seguiram. Jamais esquecerei o conselho sábio de Fernando Rosas, logo que o informei do manancial documental que o município tinha reunido: “Faça uma Mostra Nacional”!

A partir de então, esfumaram-se todas as dúvidas e hesitações na esfera política. Para trás, ficavam projetos inconsistentes, vagos e indefinidos, que tinham apoio ao mais alto nível, vencendo sobre todos eles a ideia do Museu Bernardino Machado. Afastados ficavam os projetos de um “Museu de Arqueologia”, para o qual terá sido comprado o Palacete Barão de Trovisqueira, e de um obscuro “Museu Municipal”, de carácter generalista, onde Bernardino Machado figurava como elemento complementar e secundário. São projetos que dormem nas gavetas dos arquivos, aqui trazidos, apenas para evidenciar as dificuldades e os obstáculos que foi preciso ultrapassar, mostrando, ao mesmo tempo, a influência, que a opção dos familiares de Bernardino Machado teve na evolução do processo.

É aqui que emerge a figura do Prof Júlio Machado Vaz, com o trabalho de casa antecipadamente pronto. E surge, inesperadamente, à entrada da década de 90, a proposta de Elzira Machado Rosa para a edição do livro “Bernardino Machado – Protagonista de Mudança”, de que a presidência da câmara me incumbiu de coordenar. E enquanto desbravávamos os problemas

desta publicação, a Doutora Elzira Machado Rosa perguntou-me: “E o Museu?”. Ter-lhe-ei respondido, surpreso e incrédulo, “Que Museu?”. A pergunta incendiou vontades e questionou os planos municipais.

A verdade é esta, a minha comissão de serviço na câmara já ia com vários anos, e nunca ninguém me falara de tal museu. Seria espectável que tal acontecesse, até pelo impulso gerado, em 1983, pela Homenagem Nacional a Bernardino Machado. Mas, como vimos as preocupações camarárias, neste domínio circulavam em torno do referido “Museu Municipal”. E eu andava entusiasticamente envolvido desde 1988, na criação do MIT – Museu da Indústria Têxtil da Bacia do Ave, uma proposta vinda da Universidade do Minho, que fizera chegar à câmara e esta aprovara.

De qualquer modo, a preparação do livro da Dr.^a Elzira Machado Rosa e o seu lançamento, em 25 de Abril de 1991, trouxe a Famalicão o Prof. Júlio Machado Vaz, proporcionando a nossa aproximação e, sem grandes formalidades, pôs-nos a trabalhar na organização do Museu. Em Junho desse ano, já estava a enviar-lhe um projeto de minuta do contrato de doação (na altura ainda não se falava de comodato), pedindo-lhe contributos para uma versão que conciliasse os interesses da Família com os do município, e ato contínuo, desloco-me ao Bolhão (Porto), a Casa do Prof. Júlio Machado Vaz, donde saio com o primeiro carregamento de dossiês de documentação, um de muitos outros, impecavelmente organizados, que dali foram despachados para Famalicão. Como não havia ainda instalações próprias, até porque o Palacete Barão de Trovisqueira necessitava de obras, foram depositados no Arquivo Municipal, ficando este responsável pela sua inventariação e organização.

As imagens do meu encontro em sua casa com o Prof. Júlio Machado Vaz ficaram para sempre gravadas na minha memória, devolvendo-me a figura cortês, atenciosa e amável que conhecíamos, escondendo por detrás do seu porte altivo e solene, uma vontade firme e determinada. Estas duas facetas estavam sempre presentes nos múltiplos telefonemas e encontros que mantivemos, nos anos subsequentes, tanto em sua casa, como em Famalicão. Por exemplo, na visita que fez em 1993, ao Palacete Barão de Trovisqueira, que apreciou e não hesitou em reconhecer que reunia excelentes condições para acolher o Museu.

Os telefonemas, logo de manhã, eram ordens de marcha: “tem mais um dossiê pronto”. E logo corríamos ao seu encontro. Ao tempo, desconhecíamos que eram “Poucos os armários que não se destinavam aos papéis do Bisavô”, como nos contou mais tarde seu filho, o Prof^o Júlio Machado Vaz (*O Tempo dos Espelhos*, 2006), pelo que não surpreende que este vaivém, entre Porto e Famalicão, tenha durado um bom par de anos. Dificilmente encontrarei peregrinações tão felizes!

Assim se reuniu, obviamente, com os contributos de outros netos e bisnetos, nomeadamente, do Dr. Augusto Barros Machado, que me procurava, ao fim da tarde, na Casa da Cultura, o riquíssimo tesouro patrimonial, único e inigualável, que sustenta esta casa, e que me fizeram calcorrear o País de Norte a Sul. Obviamente, sob a tutela da Dr.^a Elzira Machado Rosa. São estes espólios documentais e objetos, de natureza familiar e oficial, de variada espécie, alguns manuscritos, muitos apontamentos de trabalho de Bernardino Machado, numerosa e diversificada correspondência, mobiliário e objetos pessoais e familiares, fotografias, obras de arte, que constituem um acervo singular, que está depositado no Arquivo do Museu, indispensável para o conhecimento de um extenso período da história de Portugal (o fim do liberalismo, Ditadura Militar, a fase do “revirinho”, passando pela I República). Foi com ele, que se organizou a Exposição Permanente do Museu e, no decorrer dos anos serviu de suporte e municador de muita documentação para promover exposições temporárias, entre nós e no país, e editar catálogos e livros. Além de ter sido fonte privilegiada de alguns historiadores e académicos para as suas investigações, com particular incidência na I República e nos Movimentos Feministas, e ainda para desvendar e compreender as lutas da resistência contra a ditadura, cá dentro e no exílio, onde, como sabemos, Bernardino Machado teve um papel destacado. Mas não só no plano político, como também para estudar a obra científica, do matemático, do pedagogo e do antropólogo, onde o lente da Universidade de Coimbra foi Mestre.

É inquestionável que o Arquivo do Museu é um tesouro, de valor incalculável, que o município de V.N. de Famalicão guarda e preserva, e que se fica a dever inteiramente à generosidade e ao sentido cívico da “res pública”, dos familiares de Bernardino Machado. É evidente que depois do impulso inicial e decisivo acima descrito, não mais se parou, sucedendo-se um conjunto diversificado de iniciativas, tendo como alvo o aprofundamento do conhecimento da personalidade de Bernardino Machado, do seu tempo histórico, local, regional e nacional, mas também das raízes familiares, aspetos e dimensões que acabaram por ser incorporados na exposição permanente. Sucedem-se colóquios, seminários, arrancando com dois em 1998: os “Brasileiros da Emigração” e o dedicado à multifacetada personalidade de Bernardino Machado “O Homem, O Cientista, O Político e O Pedagogo”, os quais desaguarão nos hoje consagrados “Encontros de Outono”. É no final deste último, à saída do restaurante, em finais de novembro, que pergunto a Fernando Rosas e Norberto Cunha como cognominar esta iniciativa, que decidimos ser anual. A resposta foi uníssona “Encontros de Outono”!

Entretanto, em 2001, antecipando a abertura do Museu ao público, comemoraram-se os 150 Anos de Nascimento de Bernardino Machado, reparando a injustiça que o presidente da câmara Álvaro Marques lhe infligiu, negando-se a celebrar, em 1951, o Centenário. Valeu então, para salvar a ofensa e a injustiça, um grupo de 18 democratas, tendo à sua frente Daniel Rodrigues, Lino Lima e Armando Bacelar, que constituíram uma Comissão Promotora e organizaram

1. Inauguração em 2001 do Museu Bernardino Machado.



um programa comemorativo, com destaque para a Conferência, no Cinema Olímpia, de António Ramos de Almeida (*Bernardino Machado, Evocação de uma Figura Política*, 1951). Porém, caiu em saco roto, o pedido daquele grupo de democratas a Álvaro Marques, para “fazer e erigir em local urbano um monumento simples, coluna ou bronze com o medalhão ou busto do Doutor Bernardino Machado”. Foi preciso esperar que o raiair da liberdade alvorecesse e a democracia triunfasse em 24 de Abril de 1974!

Os 150 Anos assinalaram-se condignamente com várias iniciativas, entre as quais, a organização de uma Exposição e a publicação de uma “Fotobiografia” de Bernardino Machado, dando-se à estampa, pela primeira vez, as suas “Memórias Autobiográficas da Infância e Juventude”. Os CTT associaram-se com a emissão de um selo com a sua efígie. E assinaram-se novos contratos de comodato, reforçando-se a entrega de documentação e objetos da família ao município. Neste momento, vêm-me à memória os nomes de Sofia Peres Machado e dos irmãos Manuela e Manuel Machado Sá Marques.

15 Anos são escassos na vida de uma instituição, sobretudo quando os seus genes fundacionais assentam em alicerces sólidos, e transportam um projeto que aspira à imortalidade. Todavia, representam pouco tempo, quando têm o tamanho de um sonho, feito vida, de várias gerações, de familiares do estadista, de amigos e correligionários políticos, de intelectuais e do Município de V.N. de Famalicão.

Não podemos esquecer que a memória da vida e da obra (académica, científica, pedagógica e política) de Bernardino Machado teve que ser resgatada ao silenciamento imposto pelo Salazarismo, obrigando o regime democrático a desenterrar a sua memória e a reescrever a história. É isso que continuamos a fazer. Tal como o fizeram o Presidente da República General Ramalho Eanes ao atribuir-lhe em 1980 a Grã-Cruz da Liberdade, e o Ministro da Educação, Prof. José Augusto Seabra ao reintegrá-lo na cátedra, da Universidade de Coimbra, donde tinha sido banido em 1931 pelo ditador Salazar. Esta injustiça foi removida, em 1983, por ocasião da Homenagem Nacional, promovida pelo Governo de Mário Soares e pelo município de V. N. de Famalicão. Estava reparada a injustiça e indignidade, e cumprido o projeto do Centenário do grupo de democratas.

Porém, o tamanho do sonho concretizado, na criação e abertura ao público do Museu, em 15 de Dezembro de 2001, evidencia-se sobremaneira nos efeitos e consequências verdadeiramente sísmicas, provocadas na sociedade famalicense, traduzidas na mudança de mentalidade e na dinâmica gerada na vida cultural, museológica e educativa, sem esquecer as repercussões no plano nacional, consubstanciadas na sua integração na Rede Portuguesa de Museus, e na atratividade e influência exercida nos meios académicos e políticos.

Poder-se-á afirmar, em suma, que o perfil identitário e patrimonial de Famalicão é hoje substancialmente diferente, tendo Bernardino Machado como um elemento dinâmico da sua história e cultura, que se projetam no todo nacional e além-fronteiras.

A comunidade famalicense reconciliou-se com a sua memória, conhece a sua vida e valoriza o seu legado intelectual e político.

Vai um abismo entre o ostracismo militante dos homens do Estado Novo, a obscenidade do ataque cobarde do panfleto anónimo distribuído em 1983, e o que atualmente sentem e pensam os famalicenses. Nos últimos anos, dezenas de milhares de pessoas, entre as quais muitas turmas de estudantes, visitaram o Museu e participaram em ateliês e em múltiplas e diversificadas iniciativas e atividades, aproximando-se da sua personalidade cativante e do seu pensamento criativo. Em suma: a comunidade famalicense revê-se e orgulha-se de Bernardino Machado!

O programa do Museu é amplo e diversificado, mantendo no essencial as linhas traçadas pela Comissão Instaladora, promovendo conferências e debates, publicando livros e catálogos, editando a Obra de Bernardino Machado, além de organizar exposições e dinamizar os Serviços Educativos.

E nos últimos tempos, evidencia-se a vontade do Senhor Presidente da Câmara em solucionar alguns problemas pendentes, vindos da inauguração do Museu, e em dar um novo impulso e dinâmica à sua vida e às suas atividades.

Uma vez escrevi e vou repetir, que o Museu Bernardino Machado nasceu antes de o ser, não só, porque vivia no coração de muitos, e antecipou as suas atividades antes de abrir ao público. Porém, paradoxalmente nasceu prematuro, apesar de robusto. E se neste alvorecer madrugador e na dinâmica criativa assentam algumas das suas potencialidades, também nelas residem preocupações e debilidades.

Nesta linha de pensamento, 15 Anos de vida geram e alimentam novas ideias e projetos. Serve isto para dizer que a exposição permanente necessita de ser requalificada e modernizada, dotando-a das técnicas de multimédia e de audiovisuais, para acentuar a sua atratividade e ampliar os seus conteúdos, nomeadamente, para incorporar a história da I República, em V.N. de Famalicão, entretanto estudada, e para introduzir novos temas, na sala da resistência à ditadura, afinal dois períodos históricos, em que Bernardino Machado se notabilizou. Neste capítulo, permitam-me a ideia, porventura peregrina, mas que me acompanha desde a fundação do Museu, de estender a exposição permanente às lutas da resistência ao Salazarismo, após a morte em 1944 de Bernardino Machado, continuando os seus combates contra as ditaduras (e foram várias), dando sentido ao seu pensamento: “A História da Humanidade não é senão

a História da Liberdade”.

Se foi muito o que se fez, o horizonte do futuro é bem mais risonho. Dentro de portas, na Rede Museológica Municipal, e no plano externo, na internacionalização do Museu, aproximando-o à Galiza, a Madrid e à Catalunha, onde Bernardino Machado, como sabemos, viveu, criou raízes e amizades, e lutou pela democracia enquanto exilado.

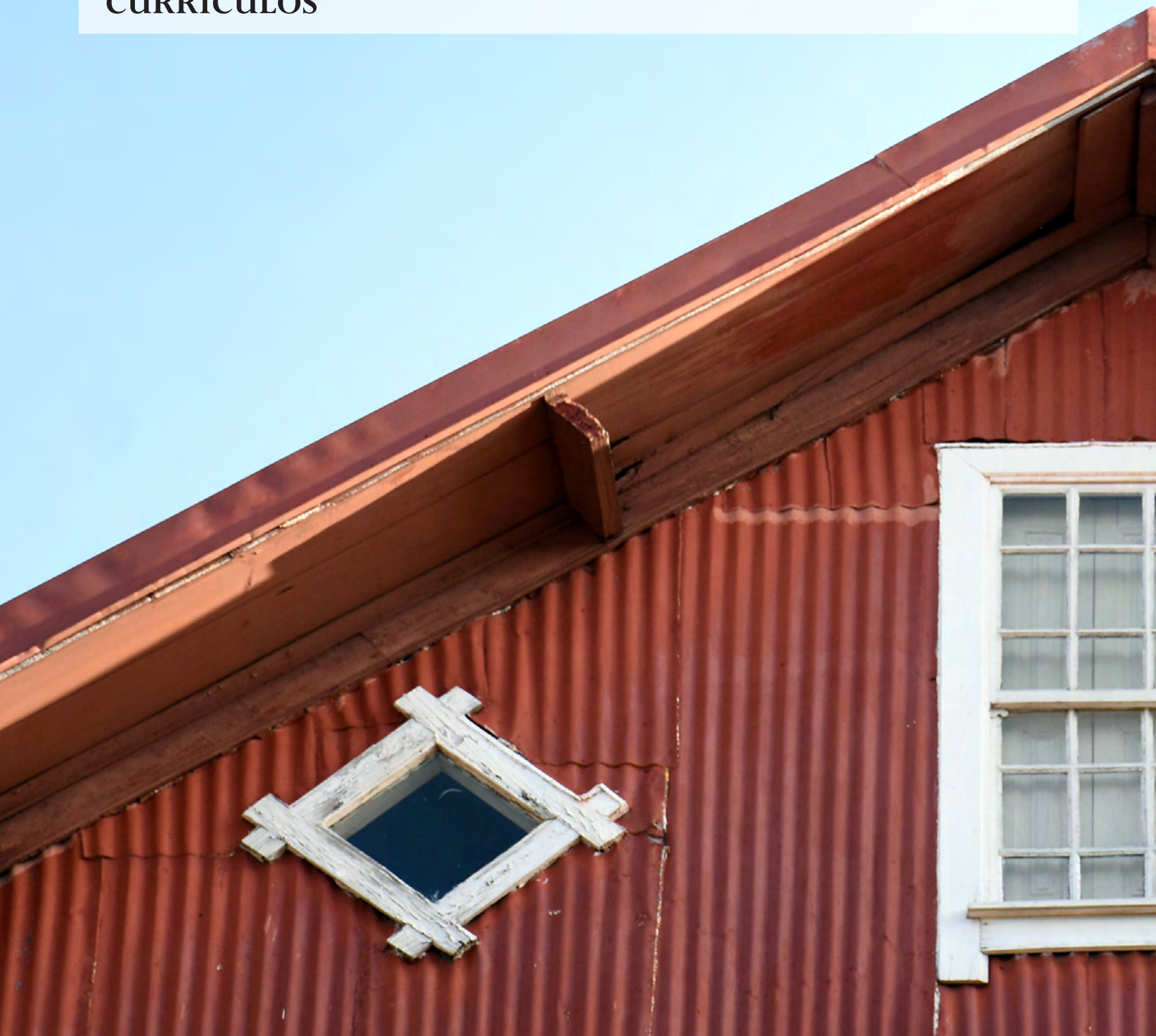
Senhor Professor Doutor Júlio Machado Vaz, a quem saúdo, permita-me que me aproprie das suas palavras, como de resto já fiz atrás, desta vez retiradas da dedicatória a Elzira Machado Rosa, inscrita no seu livro “*O Tempo dos Espelhos*”: (À minha prima Elzira, por não deixar morrer o sonho de meu Pai).

Como sabe, a D^a. Elzira, não só não deixou morrer o sonho de seu pai, como ajudou a construir com ele, uma fortificação sólida, que sustenta e garante a perenidade e a vitalidade do Museu. Os alicerces da estrutura que criaram, assentes na convergência e na cooperação de vontades e de interesses do município de V.N. de Famalicão, com os seus familiares, plasmados nos contratos de comodato, foram sabiamente pensados, e foram outorgados por todos de boa-fé, e hoje, no 15º aniversário do Museu reafirmados e reforçados.

Creio poder finalizar, proclamando: Vivam os 15 ANOS DE VIDA DO MUSEU BERNARDINO MACHADO! VIVA O SEU FUTURO!



CURRÍCULOS





6.1 Breves Currículos

Adília Fernandes

CITCEM - UM.

Álvaro Santos

Diretor e programador da Casa das Artes de Vila Nova de Famalicão.

Amadeu Gonçalves

Técnico Superior do Município de Vila Nova de Famalicão.

Ana Bela Morais

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

António José Queiroz

Historiador. Investigador do CEPESE (Porto).

A. Martins Vieira

Professor aposentado. Historiador.

Armando Coelho Ferreira da Silva

Professor catedrático jubilado da Faculdade de Letras da Universidade do Porto; Investigador do CITCEM - Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória (FLUP/FCT); Coordenador científico do Gabinete de Arqueologia de Vila Nova de Famalicão.

Arminda Esmeralda de Araújo Ferreira

Mestre em Educação – Supervisão Pedagógica em Ensino da História; Pós-graduação em Relações Históricas, Portugal, Brasil, África e Oriente; Licenciada em Ciências Históricas – Ramo Educacional e Licenciada em Ciências Históricas – Ramo Científico; Professora do Ensino Básico e Secundário.

Artur Sá da Costa

Gestor Cultural. Investigador.

Elzira Machado Rosa

Mestre em História Social Contemporânea pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (Secção Autónoma de História).

Felisbela Oliveira Leite

Técnica Superior do Município de Vila Nova de Famalicão.

Henrique Barreto Nunes

Bibliotecário.

Jorge Manuel Vieira Pamplona

em falta

J. Ribeiro dos Santos

Arquiteto. Investigador.

J. Viriato Capela

Professor Catedrático da Universidade do Minho.

João Afonso Machado

Escritor. Investigador. Advogado.

Jorge Fernandes Alves

Professor Catedrático da FLUP/CITCEM.

José Manuel Lages

Professor. Coordenador Científico do Museu da Guerra Colonial.

José Manuel Lopes Cordeiro

Universidade do Minho / CICS.NOVA.UMinho.

José Manuel Tengarrinha

Professor catedrático jubilado da Fac. Letras Univ. Lisboa.

Luís Gonzaga Cardoso de Almeida

Licenciado em História pela Universidade Aberta.

Maria Amália Sequeira Braga

em falta

Norberto F. Cunha

Professor Catedrático aposentado da Universidade do Minho.

Odete Paiva

Doutorada em História e investigadora do CITCEM da Faculdade de Letras do Porto.

Rogério Bruno Guimarães Matos

Licenciado em arquitetura, mestre em MIPA - Metodologias de Intervenção no Património Arquitetónico na FAUP e investigador do CEAU/FAUP.

Teresa Maria Fernandes Valente

em falta

Vitor Ribeiro

Técnico Superior do Município de Vila Nova de Famalicão. Diretor do Cine Clube de Joane.

6.2



Igreja do Mosteiro de Santa Maria de Landim

Ficha técnica

Boletim Cultural IV série nº 10/11

Edição

Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão

Diretor

Paulo Cunha, Presidente da Câmara Municipal

Coordenador editorial

Artur Sá da Costa

Conselho Consultivo

Amadeu Gonçalves, António Joaquim Pinto da Silva, António José Queiroz, Armando Coelho Ferreira da Silva, Artur Sá da Costa, José Agostinho Pereira, Norberto Ferreira da Cunha

Colaboram neste número

Adília Fernandes, Álvaro Santos, Amadeu Gonçalves, Ana Bela Morais, António José Queiroz, António Freitas, A. Martins Vieira, Armando Coelho Ferreira da Silva, Artur Sá da Costa, Elzira Machado Rosa, Felisbela Oliveira Leite, Henrique Barreto Nunes, Jorge Manuel Viera Pamplona, J. Viriato Capela, João Afonso Machado, Jorge Fernandes Alves, José Manuel Lages, José Manuel Lopes Cordeiro, José Manuel Tengarrinha, Luís Gonzaga Cardoso de Almeida, Maria Amália Sequeira Braga, Norberto F. Cunha, Odete Paiva, Rogério Bruno Guimarães Matos, Teresa Maria Fernandes Valente e Vitor Ribeiro

Secretariado

Alexandrina Costa

Design Gráfico

Raquel Bragança

Fotografia das Janelas de Famalicão

Diana Correia

Execução Gráfica

Mota & Ferreira, Lda. – Artes Gráficas

Tiragem

500 exemplares

ISSN

...

Depósito Legal

...

Isento de registo na ERC ao abrigo do Decreto Regulamentar 8/99 de 09 de junho, art.º 12º
nº1, alínea b)



VILA
NOVA de
FAMALICÃO
CÂMARA MUNICIPAL

8